

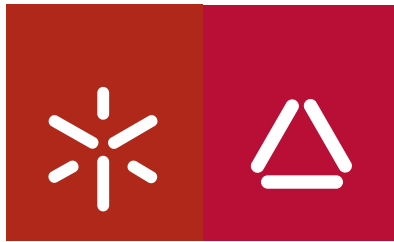
Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Portugal Peninsular na Evolução do
Pensamento Geográfico Português
(1904-1939)
Pedro Francisco Figueiredo Cabral Teles

Pedro Francisco Figueiredo Cabral Teles

**Portugal Peninsular na Evolução do
Pensamento Geográfico Português
(1904-1939)**





Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Pedro Francisco Figueiredo Cabral Teles

**Portugal Peninsular na Evolução do
Pensamento Geográfico Português
(1904-1939)**

Tese de Doutoramento em Geografia
Especialidade de Geografia Humana

Trabalho realizado sob a orientação do
Professor Doutor João Carlos dos Santos Garcia
e do
Professor Doutor Miguel Sopas de Melo Bandeira

Março de 2011

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA TESE APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;

Universidade do Minho, ___/___/_____

Assinatura: _____

Orientadores:

Prof. Dr. Miguel Sopas Mello Bandeira do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho

Prof. Dr. João Carlos dos Santos Garcia do Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

A quem agradeço toda a colaboração prestada, penhor de uma forte amizade que continua a perdurar ao longo dos anos

Às minhas filhas, Ana e Sofia

Agradecimentos.

André Machado
Francisco Gonçalves
Vitor Antunes

À memória do Ex^{mo} Senhor Professor Doutor

José Manuel Pereira de Oliveira, Mestre e Amigo de sempre, de quem o passar dos anos aviva a saudade.

Resumo

Este trabalho reporta-se à teorização do pensamento geográfico ibérico sobre a individualização da fronteira lusitano-castelhana nas primeiras décadas do século XX, pretendendo-se demonstrar à luz dos conceitos geopolíticos, que a Ibericidade foi, como ainda é, uma marca indelével em termos geográficos e uma necessidade em termos históricos para o conjunto dos dois países peninsulares.

Evidentemente que essa percepção espacial da fronteira ibérica constitui figurativamente o território privilegiado para o geógrafo exercer a *polimatia orlandiana*, devido à sua própria complexidade paisagística, na medida que vai depender da própria cultura subjacente à população que habita essa área, cabendo-lhe opor-se a influências estranhas ou pelo contrário, aceitar a partilha do seu espaço com outras nacionalidades de cuja heterogeneidade nascerá um conceito de Nação diferente, que se afirmou a partir da Reconquista até pelo menos ao século XIV. A mesma que implicará uma estrutura organizacional do Estado mais complexa e eficiente, capaz de responder ao evoluir da sociedade e da economia.

Podemos observar que na época cronológica a que se refere esta Dissertação, a distinção entre Geografia Política e Geopolítica é muito diversificada, dependendo da Escola de Geografia a que pertencem cada um dos seus autores, mas também das concepções político-ideológicas do foro pessoal bem como da respectiva nacionalidade. A Geografia Política refere-se essencialmente à descrição de fenómenos políticos enquadrados no território nacional, sendo este delimitado pelas suas fronteiras, enquanto a Geopolítica resulta das relações de forças centrífugas e centrípetas entre Estados limítrofes e que têm expressão espacial desde épocas recuadas até às primeiras décadas do século XX, época esta em que adquirem expressividade sob a forma de nacionalismos, muito vivos após o redesenhar das fronteiras europeias na sequência da Primeira Guerra Mundial que ensanguentou a Europa.

Por essa razão, desenvolvem-se nessa mesma época os estudos teóricos sobre o conceito e funções da fronteira, seja ela *natural* ou *zonal*, opondo-se os geógrafos da Escola Alemã de cariz *ratzeliano*, como Otto Maull (1925) Hermann Lautensach (1924) - especialmente importante pelos minuciosos estudos consagrados à Península ibérica - ou Arthur Dix (1929), aos da Escola Francesa de âmbito *regionalista*, como Camille Vallaux (1908, 1911 e 1933), Jean Brunhes (1921 e 1925) e Jacques Ancel (1936 e 1938). Considera-se que o traçado e fixação de uma fronteira é interdependente com o princípio das nacionalidades, assunto em voga, embora pouco respeitado e pretexto para inúmeras alterações fronteiriças no decorrer dos anos vinte e sobretudo nos anos trinta do século passado, resultante do progressivo avivar das tensões internacionais, cujo ponto mais sensível é sempre a fronteira política, bem patente no antagonismo entre regimes políticos democráticos e totalitários como o nazi-fascismo. Estas fronteiras, especialmente na Europa Central tornaram-se «vivas» porque a tensão existente, muito dependente do valor do solo, do território e da densidade populacional, provocou modificações no seu traçado através de acordos diplomáticos, prelúdio do posterior conflito mundial que se inicia em 1939, data em que finaliza a cronologia da nossa investigação pela multiplicidade das transformações geopolíticas, fruto de uma mudança de mentalidades, de novas prioridades culturais e até de alteração de regimes políticos ocorridas nos anos subsequentes.

Relativamente à delimitação das fronteiras existentes na Península ibérica, avultam em Espanha os nomes de Dantin Cereceda, Hernández-Pacheco; J.Vicens-Vives, A. Melón e M. Terán, partidários de uma *diferenciação natural* entre ambos os países peninsulares; excepto o último destes geógrafos que se aproxima mais da posição dos investigadores portugueses em que se destacam Orlando Ribeiro, Amorim Girão e Mendes Corrêa. Estes três geógrafos apresentam como denominador comum o facto de considerarem que a delimitação fronteiriça ibérica é (quase) sempre artificial, produto e obra da acção do Homem, mesmo quando apresenta como limites acidentados naturais. A prova mais cabal deste facto resulta de que quase todos os tratados jurídico-diplomáticos assinados

entre Portugal e Castela-Leão foram efectuados já depois desses territórios estarem ou terem sido ocupados anteriormente pelas hostes portuguesas, ou ao invés, pelas forças castelhana-leonesas, estabelecendo as respectivas fronteiras comuns e definindo os limites e respectivas estratégias de actuação no que ficou conhecido por *Reconquista* cristã. Efectivamente, foram mais significativos os Tratados e Acordos que as desavenças sobrevindas entre os dois reinos ibéricos, o que permitiu a progressão das forças portuguesas e castelhana-leonesas em direcção ao extremo meridional do Algarve, que seria cedido a Portugal pelo Tratado de Badajoz em 1267 e ratificado posteriormente em Alcañices, no ano de 1279, com apenas algumas posteriores alterações pontuais no traçado da fronteira oriental. Pode por conseguinte afirmar-se que se a consolidação da fronteira luso-espanhola foi sancionada pelos acordos político-diplomáticos, também não é menos verdade que a sua delimitação zonal em termos espaciais se foi afirmando progressivamente à medida que se estabilizavam as fronteiras resultantes da progressão da Reconquista para locais mais meridionais. Assinale-se o facto de apesar de não existirem limites naturais significativos entre ambos os reinos, se formou uma delimitação tão estável que perdurou até aos dias de hoje.

O relacionamento entre os Estados ibéricos ao longo da Idade Média até à dualidade peninsular ocorrida nos alvares do Renascimento, em que Quinhentos prefigura o «século de ouro» espanhol, com o breve intróito da unificação peninsular - fundamentada na geografia e na história comuns, mas que as alianças político-militares ditadas pelos interesses de países estrangeiros ao *iberismo*, como a Inglaterra, a Holanda e a França se encarregaram de destruir - pode-se aplicar nos séculos seguintes ao conjunto do espaço geopolítico ibérico. A este correspondem diversas nacionalidades, ou pelo menos nacionalismos ciclicamente emergentes, sempre subalternizados em termos políticos, que não económicos, em relação ao núcleo Castela-Leão, cuja tendência dominante dentro de uma mesma área geográfica originou forças centrífugas de expansionismo e forças centripetas de aglutinação e integracionismo, que conduziram à supressão gradual dos Estados ibéricos vizinhos com excepção de Portugal. Considera-se numa vertente histórico-geográfica que a fronteira luso-portuguesa no sentido clássico do termo, nunca existiu, foi antes uma criação imagética medievo-renascentista de cariz político-diplomático e militar, que aproveitou aos seus mentores, os políticos os diplomatas, os clérigos e os nobres, todos aqueles que de alguma forma estavam conotados com o Poder ou que dele se aproveitavam, seja este a nível nacional ou internacional. Com efeito, a separação de Portugal, deve-se mais à influência franco-inglesa em cumplicidade com os poderes políticos nacionais, especificamente a partir de oitocentos, do que às políticas dinásticas de antanho sempre executadas no sentido de uma aproximação quando não de uma união dos povos ibéricos.

Aquela situação que ainda perdurava nas primeiras décadas do século XX, conduzia à construção de um discurso histórico-geográfico que procurava evidenciar senão mesmo deturpar os eventos da Reconquista Cristã e da formação das nacionalidades peninsulares a par de sobrepujar a autonomia de Portugal *versus* individualidade da sua fronteira como argumento para a construção do mito da portugalidade numa óptica nacionalista e integralista. Paradoxalmente, será a militarização e agressividade do franquismo que irá permitir uma normalização do relacionamento político-diplomático entre Portugal e Espanha, que tem o seu culminar na assinatura do Tratado de Não Agressão (1939 e 1940) e posteriormente designado por Pacto Ibérico (1942). Será por demais evidente que a ideologia dominante em cada um dos países ibéricos considerados, terá profundas repercussões no modo de (re)pensar a geopolítica ibérica e conseqüente levantar de interrogações sobre o papel e significado da fronteira peninsular.

Palavras-chave: Geografia Humana; paisagem; Geografia Política; Geopolítica; fronteira; municipalismo; integralismo; nacionalismo, Nação; Estado, iberismo; hispanidad, Pacto Ibérico; Salazarismo; Franquismo.

Abstract

This work refers to the theorization of the geographic Iberian thought on the individualization of the Luso-Castilian border in the first decades of the twentieth century, seeking to demonstrate, according to the geographical concepts, that the Ibericity (*ibericidad/ ibericidade*) was, and still is an indelible mark in geographical terms and a necessity in historical terms for the whole of the two peninsular countries.

Obviously that special perception of the Iberian border is figuratively the privileged territory for the geographer to exercise the orlandian polymathy, due to its own complex landscape, as it is going to depend on the culture itself underlying the population who inhabits that area, being his duty to oppose the strange influences or, on the contrary, to accept sharing their area with other nationalities whose heterogeneity will produce a different concept of Nation, which got stronger from the Reconquest (*Reconquista*) onwards until at least the fourteenth century. The same one that will imply a more complex and efficient organizational structure of the State capable of responding to the evolution of society and economy.

We can observe that in the chronological epoch referred to in this Dissertation, the distinction between Political Geography and Geopolitics is very diversified, depending on the School of Geography each one of its authors belonged to, the individual's political and ideological conceptions as well as respective nationality. Political Geography is confined to the description of political phenomena framed within the national territory, this being limited by its borders, while Geopolitics results from the relations of centrifugal and centripetal forces between neighbouring States and which have special expression from remote times to the first decades of the twentieth century, a time when they acquire expressiveness in the form of nationalisms, much alive after the redrawing of the European borders in the sequence of First World War that stained Europe with blood.

For that reason, at that same time, the theoretical studies are developed on the concept and functions of the border either national or zonal, opposing the geographers of the German School of ratzelian nature, such as Otto Maull (1925), Hermann Lautensach (1924) – especially important for the detailed studies devoted to the Iberian Peninsula – or Arthur Dix (1929), to the ones of the French School of regionalistic scope, such as Camille Vallaux (1908, 1911 and 1933), Jean Brunhes (1921 and 1925) and Jacques Ancel (1936 and 1938). It is considered that the beginning and settlement of a border are interdependent with the principle of nationalities, subject in vogue, although little respected and pretext for innumerable border-line changes during the twenties and above all in the thirties of the last century, as a result of the progressive enlivenment of international tensions – whose most sensible point is always the border policy, quite clear in the antagonism between demo-liberal and totalitarian political regimes as Nazi-fascism. These borders, especially in Central Europe have become “alive” because the existing tension, very dependent on the soil value, territory and population density, has caused changes in their planning through diplomatic agreements, prelude to the subsequent world-wide conflict that begins in 1939, when the chronology of our investigation ends by the multiplicity of the geopolitical transformations, the result of a change of mentalities, new cultural priorities and even alterations of political regimes occurred in subsequent years.

Concerning the delimitation of the existing borders in the Iberian Peninsula, there are in Spain an increasing number of people whose names are: Dantin Cereceda, Hernandez-Pacheco, J. Vicens-Vives, A. Melón e M. Terán, supporters of a natural differentiation between both peninsular countries, except the last of these geographers, who is closer to the Portuguese researchers' position, standing out the names of Orlando Ribeiro, Amorim Girão and Mendes Corrêa. These three geographers, have as common denominator the fact of considering that the Iberian border delimitation is nearly always artificial, product and work of Man's action, even when it presents natural accidents as limits. The most complete proof of this idea results from the fact that almost all the juridic-diplomatic treaties signed between Portugal and Castile-León have been carried out after these territories had been previously

occupied by the Portuguese hosts, or on the contrary, by the Castilian-Leonese forces, establishing the respective common borders and defining the limits and defining the respective operation strategies, which was known by Christian Reconquest. As a matter of fact, the Treaties and Agreements were more significant than the quarrels happening between the two Iberian kingdoms, allowing the progression of the Portuguese and Castilian-Leonese forces towards the southern end of the Algarve, which would be ceded to Portugal by the Treaty of Badajoz in 1267 and subsequently ratified in Alcañices, in the year of 1279, with just a few occasional subsequent alterations in the planning of the eastern border.

One can therefore assert that the consolidation of the Spanish-Portuguese border was sanctioned by the politico-diplomatic agreements, it is also no less true that its zonal delimitation in special terms was getting progressively stronger, as the borders, resulting from the progression of the Reconquest to locations further south were stabilizing. It should be noted that these are no significant natural boundaries between both kingdoms, it was formed a delimitation so stable that it lasted until nowadays.

The relationship between the Iberian States in the course of the Middle Ages until the peninsular duality occurred at the dawn of the Renaissance, in which Five Hundreds prefigure the Spanish "Gold Century" with the brief introduction of the peninsular unification – based on the common geography and history, which the politico-military alliances, dictated by the interests of foreign countries towards iberism (iberismo) like England, Holland and France, are responsible for destroying – can be applied to the whole of the Iberian geopolitical space in the following centuries. Several nationalities correspond to this one or at least cyclically emerging nationalisms, always subordinated in political terms that not economical in relation to the core: Castile-León, whose dominant tendency inside the same geographical area gave rise to centrifugal expansionist forces and centripetal agglutinative and integrationist forces, which led to the gradual suppression of the neighbouring Iberian States with the exception of Portugal. It is considered in a historic-geographic perspective that the Spanish-Portuguese border, in the classical sense of the term, never existed, it was rather a medioevo-renaissantist imagnetic creation of politico-diplomatic and military nature that profited from its mentors, the politicians, diplomats, clerics and nobles, all the people who, in any way were connoted with the Power or profited from it, either on a national or an international basis. As a matter of fact, is especially owed to the Franco-English influence in complicity with the national political powers, specifically after 800s and less to the dynastic policies in former times, always executed as an approach or even a union of Iberian people.

The situation that was still lasting in the first decades of the twentieth century, was leading to the construction of a historico-geographical speech that sought to highlight or even misrepresent the events of the Reconquest and formation of peninsular nationalities, simultaneously, overcoming the autonomy of Portugal versus individuality of its border as an argument for building the myth of portugalidade (portugalidade) in a nationalist and integrationist perspective. Paradoxically, it will be the militarization and the aggressiveness of Francoism that will allow a normalization of politico-diplomatic relationship between Portugal and Spain, which has its culminating point in the signing of the Non-Aggression Treaty (1939 and 1940) and afterwards called Iberian Pact (1942) a real triumph for the diplomacy and politics of salazarism in the Second World War scenario. It will be rather obvious that the dominant ideology, in each of the Iberian countries in analyses, will have deep repercussions in the way of (re) thinking the Iberian geopolitics and consequent raising of questions about the role and meaning of the peninsular border.

Key words: Human Geography; landscape; Geopolitics, Political Geography; border; municipalism; integralism; nationalism; Nation; State; ibericity (ibericidade) iberism (iberismo); hispanicism (hispanidad); Iberian Pact; Salazarism; Francoism.

Índice

Resumo	vi
Abstract	viii
Índice	x
Abreviaturas:	xii
1-Introdução	1
I Parte – História Política e Pensamento Geográfico	7
2- Enquadramento político-ideológico do pensamento geográfico	7
3- A institucionalização da Geografia em Portugal	48
3.1-Dos finais da Monarquia Constitucional à I República	49
3.2- Da Escola Politécnica à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa	63
3.3- Da Faculdade de Teologia à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra	74
3.4- Da Academia Politécnica do Porto à Faculdade de Letras da Universidade do Porto	95
II Parte – Conceitos e Características de Fronteira	103
4- A Geografia das fronteiras nas primeiras décadas do século XX	103
5-Análise geográfica da fronteira luso-espanhola	138
5.1-O determinismo na autonomia geográfica de Portugal em Silva Telles	140
5.2 –Anselmo Ferraz de Carvalho: a divisão geomorfológica peninsular	147
5.3- Magalhães Basto: a fronteira como resultante da diferenciação das nacionalidades.	151
5.4- Mendes Corrêa: a fronteira como resultante das diferenciações etno-linguísticas	156
5.5- Sérgio da Silva Pinto: uma miscelânea de influências teóricas	172
5.6- A concepção neodeterminista em Luís Schwalbach	174
5.7- A fronteira na teorização geopolítica de José de Santa-Rita	179
5.8 A importância da fronteira marítima em Armando Gonçalves Pereira	186
5.9- As fronteiras naturais de Portugal como entidade geográfica segundo J. Oliveira Boléo	189
5.10-Orlando Ribeiro: as fronteiras dentro do enquadramento regional	197
5.11-A fronteira na perspectiva histórico-geográfica de Vergílio Taborada	204
5.12- A divisão administrativa e a fronteira externa para Amorim Girão	207
III Parte – A Individualidade Nacional	226
6- A individualidade de Portugal no contexto da Península Ibérica	226
6.1- A caracterização dos aspectos naturais	226
6.2- Aspectos etnográficos e antropológicos	240

6.3- As relações centro-periferia.....	257
6.4- Uma nova conceptualização da Geografia.....	265
7-A Península Ibérica vista pelos geógrafos estrangeiros	270
7.1 – O pioneirismo dos geógrafos estrangeiros nos finais do século XIX	276
7.2 - Dantin Cereceda e Hernández–Pacheco: as divisões naturais a diferentes escalas de análise. .	289
7.3 O território de Portugal continental visto pela Escola de Geografia Francesa clássica.....	327
7.4 -Hermann Lautensach: as «linhas de força» na formação política dos Estados	340
8-Reflexões Conclusivas.....	367
8.1-Geografia Política e fronteira	367
8.2-Portugal peninsular no contexto europeu	378
Bibliografia	387
Obras de Referência:	387
Estudos:.....	387
Anexo I.....	432
Autores citados pelos geógrafos portugueses: referências bibliográficas	432

Abreviaturas:

CADC. - Centro Académico da Democracia Cristã
CECA. - Comunidade Europeia do Carvão e do Aço
CEDA. - Confederación Española de Derechas Autónomas
CEE – Comunidade Económica Europeia
CEG – Centro de Estudos Geográficos
CEP - Corpo Expedicionário Português
CML. - Câmara Municipal de Lisboa
CMP - Câmara Municipal do Porto
CNRS. - Centre National des Recherches Scientifiques
CNT - Confederación Nacional del Trabajo
CSIC - Consejo Superior de Investigación Científica
CUF – Companhia União Fabril
DCA - Defense coast artillery
EUA – Estados Unidos da América do Norte
FAI - Federación Anarquista Ibérica
FLUC - Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
IEG - Instituto de Estudos Geográficos
INIC - Instituto Nacional de Investigação Científica
INL - Imprensa Nacional de Lisboa
LCGG - Liga dos Combatentes da Grande Guerra
LP - Legião Portuguesa
JONS - Juventud Offensiva Nacional-Sindicalista
MNE. - Ministério dos Negócios Estrangeiros
NAFTA. - American Free Trade Agreement
NKVD - Narodniy Komissariat Vnutrennikh
NRP - Navio da República Portuguesa
OKW - Oberkommando der Wehrmacht
ORGA - Organización Republicana Gallega Autónoma
PCE - Partido Comunista de Espanha
PED.'s - Países em Desenvolvimento
PIDE - Polícia Internacional de Defesa do Estado
PIR - Partido de Izquierda Revolucionaria
POUM - Partido Obrero de Unificación Marxista
PRP - Partido Republicano Português
PSDE - Partido Socialista Demócrata Español
PVDE - Polícia de Vigilância e Defesa do Estado
RCP - Rádio Clube Português
RFA - República Federal da Alemanha
RSGM - Real Sociedad Geografica de Madrid
SA - Sturmabteilung
SDN - Sociedade das Nações
SEDES - Associação para o Desenvolvimento Económico – Social
SGCP - Sociedade de Geografia Comercial do Porto
SGL - Sociedade de Geografia de Lisboa

SGM. - Sociedade de Geografia de Madrid
UGI - União Geográfica Internacional
UGT - Unión Geral de Trabajadores
UMA - União do Magreb Árabe
UNASUL. - União das Nações Sul Americanas
URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

1-Introdução

A decisão de elaborar uma Dissertação de Doutoramento em Geografia Humana cuja temática abrangesse a Geografia Política e que se poderá, até certo ponto, enquadrar na História da Geografia, apresenta o aliciente de permitir uma imbricação entre diferentes ramos do conhecimento geográfico da nossa predilecção.

Este designio só pode ser concretizado se o nosso trabalho de investigação tiver, como realmente veio a suceder, um objectivo fulcral bem definido mas suficientemente lato, que permita enfatizar a teorização epistemológica do pensamento geográfico nas primeiras décadas do século XX, subjacente à existência da fronteira luso-espanhola, enquanto componente essencial da autonomia portuguesa no contexto peninsular, bem como a interpretação dessa delimitação entre os Estados ibéricos e consequente relacionamento entre si, numa óptica centrada no Iberismo. Este último entendido como uma aproximação político-ideológica e cultural entre as duas Nações - no nosso entender ajusta-se mais ao conceito de Estados - no sentido de uma união ou confederação peninsular.

No nosso caso concreto, a metodologia utilizada baseia-se não tanto na análise de documentos históricos mas mais na interpretação do pensamento geográfico, particularmente no âmbito da Geografia Humana, porque é através dela que se fundamenta o estudo do passado utilizando as técnicas e métodos do presente. No entanto, o tema central desta Dissertação inclui-se na história do Pensamento Geográfico, numa linha evolutiva das concepções da Geografia Política, da Geopolítica e da (então designada por) Geohistória (muito semelhante ao que conhecemos actualmente por História Política) teorizadas ao longo das primeiras décadas do século vinte.

Em termos cronológicos, não foi por acaso que se balizou o horizonte temporal da investigação entre a primeira década do século XX e os finais da década de trinta. Ou seja, desde que se assiste à institucionalização da Geografia no Ensino Superior em Portugal no então designado Curso Superior de Letras de Lisboa (1904), seguindo-se passado alguns anos a implantação do regime republicano (1910), determinante para a renovação dos *curricula* do ensino na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e nas então criadas Faculdades de Letras de Lisboa e do Porto (respectivamente em 1911 e 1912) até aos finais da década de 1930, quando termina a fase de consolidação *versus* institucionalização do Estado Novo - à época objecto de uma certa glorificação, símbolo de uma inquestionável popularidade - bem como a instauração do regime franquista em Espanha. Ambos os factos coincidem em termos temporais com o deflagrar da Segunda Guerra Mundial (1939), a partir da qual a Geopolítica *versus* Geoestratégia mundiais sofreram modificações

radicais no sentido de uma bipolarização resultante da nova correlação de forças e do progresso científico evidenciados na cena internacional. Também a partir do final do conflito mundial, e à semelhança do que sucedeu noutros países europeus, também em Portugal e em menor grau em Espanha, se assiste entre a comunidade científica a um decréscimo de interesse ou melhor, uma espécie de constrangimento baseado numa autocensura em elaborar estudos de Geografia Política/Geopolítica, cujas temáticas centrais sempre abordaram o expansionismo dos Estados *versus* mobilidade das fronteiras. Assuntos que, erradamente ou não, foram conotados com as teorias do *Lebensraum* nazi que estiveram na origem da Segunda Guerra Mundial, a qual deixou marcas tão profundas na população europeia que esta as rejeitou liminarmente nas primeiras décadas após o conflito.

Refira-se de passagem, que o horizonte temporal indicado no título da obra nem sempre foi respeitado, casos há de certas temáticas em que achámos imprescindível por questões de clarificação ou de continuidade científica, quando não de mera curiosidade de investigador, prolongar a nossa análise em termos cronológicos pelas décadas de 1940-1960.

A nossa problemática prende-se com as interrogações que pessoalmente formulámos a determinados assuntos de cariz histórico-geográfico para as quais orientamos a nossa pesquisa no intuito de encontrar uma entre possíveis respostas e cuja sequência se reflecte na organização da estrutura do trabalho:

1º Enquadramento político-ideológico do pensamento geográfico peninsular, particularmente o português, cujo suporte nos servirá para obtermos uma melhor leitura senão mesmo uma fundamentação de determinados conceitos e ideias expressas pelos geógrafos das primeiras décadas do século passado, os quais consoante as ideologias do Poder dominante encorajavam ou cerceavam a investigação geográfica no domínio da Geografia Política ou da Geopolítica.

2º - O significado da institucionalização da Geografia no Ensino Superior em Portugal (nas Faculdades de Letras de Lisboa, Porto e Coimbra) como afirmação da Ciência em si mesma, com acesso a meios de informação que permitiram a conceptualização de um *corpus* teórico próprio mas ao mesmo tempo específico de cada Faculdade, em que os diversos geógrafos emitiam opiniões, entravam em debates e polémicas, participavam em congressos internacionais, dinamizavam os eventos ocorridos na Sociedade de Geografia de Lisboa numa perspectiva sincrónica da nossa temática em estudo.

3º - O interesse da evolução *versus* teorização do conceito geopolítico de fronteira ao longo das primeiras décadas do século passado para os geógrafos europeus de renome (com destaque para as

Escolas de Geografia Alemã e Francesa) bem como o seu reflexo no nosso País, na análise das principais obras produzidas pelos geógrafos portugueses sobre a teorização do conceito de fronteira e da sua importância na individualidade nacional.

4º-A análise do pensamento orlandiano sobre a formação e evolução da fronteira portuguesa no contexto da individualização autonómica de Portugal, referente aos últimos anos da década de 1930 e nas duas décadas subsequentes.

5º-A problemática da individualidade de Portugal no conjunto da Península Ibérica, assunto que é apresentado sobre diversos pontos de vista de investigadores que nessas primeiras décadas do século XX fazem uma abordagem multidisciplinar, seja no domínio da Antropologia, da Etnografia, obviamente da Geografia Humana, da Geografia Física, da Geopolítica e da Geografia Política.

6º-O destaque da Geografia Física como o primeiro ramo da Geografia que ainda em finais do século XIX centrou a sua atenção na originalidade dos diversos «compartimentos» da Península Ibérica. Característica que serviu, nas três a quatro décadas subsequentes, de justificativo aos trabalhos de âmbito Geopolítico sobre a discussão da legitimidade da autonomia de Portugal face ao país vizinho - em que o debate sobre a existência de uma fronteira luso-hispânica alicerçada em factos históricos e em aspectos naturais ocupou uma parte não despreciable da polémica - bem como a pertinência de conceder a autonomia regional ao País Basco e à Catalunha ou, ao invés, integrá-las num Estado mais centralizado.

7º-Outra questão, que não é de somenos importância, resulta da necessidade de obter um *feedback* sobre a influência dos geógrafos estrangeiros, particularmente alemães e franceses, directamente sobre o pensamento dos geógrafos portugueses, não apenas na bibliografia utilizada por estes mas especificamente, no âmbito da investigação e produção científica dos colegas portugueses, particularmente aqueles que por períodos de tempo distintos residiram em Portugal e sobre ele escreveram. Na verdade, tentou-se saber em que medida é que ambas as comunidades científicas se influenciaram mutuamente.

As fontes utilizadas centraram-se primordialmente em obras científicas do período cronológico a que se refere este trabalho, pelo simples facto de podermos analisar em primeira mão, sem deturpações de outros autores, o que os geógrafos portugueses, e até certo ponto os espanhóis, pensavam sobre a individualidade fronteira de Portugal no espaço peninsular, no contexto político da época em questão.

Torna-se evidente que além dos geógrafos ibéricos se consultaram diversas obras dos geógrafos mais conhecidos nesses primeiros decénios do século passado, particularmente franceses,

anglo-saxónicos e alemães (se bem que estes últimos muitas vezes em tradução castelhana dada as dificuldades de acesso a bibliografia de autores daquela nacionalidade, a par de um certo entrave constituído por uma língua que o autor não domina). Paralelamente, consultaram-se outros autores da época que, sem serem geógrafos de formação, debruçaram-se sobre a temática da construção da fronteira ibérica *versus* do iberismo e da *hispanidad* num discurso geográfico mas também histórico e político.

Por uma questão de domínio da conceptualização teórica actual, consultaram-se diversas fontes dos raros geógrafos nacionais que escreveram sobre o tema em questão, mas em que o destaque mais significativo é dado indubitavelmente aos geógrafos espanhóis por serem estes os que quanto a nós, mais trabalhos de investigação relativas à teorização geopolítica da fronteira têm produzido. Também mereceram relevância os estudos teóricos desenvolvidos pelos geógrafos anglo-saxónicos sobre a teorização do Estado e a conceptualização da fronteira. Talvez por isso, deu-se menos relevância do que pessoalmente é nosso costume aos geógrafos franco-alemães.

Num trabalho desta natureza, em que a diversidade de assuntos se alia à complexidade e extensão dos mesmos, depararam-se quase desde o início dificuldades imprevistas na abordagem de certas temáticas, como seja estabelecer a correlação do discurso geográfico entre portugueses e espanhóis ou corroborar a teorização geográfica em função do discurso político da época em questão o que exigiu a utilização de uma metodologia capaz de responder cabalmente às diversas fases da investigação em curso.

A primeira parte da nossa pesquisa traduziu-se na estruturação dos assuntos a abordar - com suficiente mobilidade para se adaptarem às eventuais alterações propostas - que conjugasse simultaneamente as temáticas relacionadas com a Investigação em Geografia Política e Geopolítica no quadro da Geografia Hispano-Portuguesa relacionando-a com as correntes dominantes nas principais Escolas da Geografia Europeia, num contexto que abrangesse as primeiras décadas do século XX. Precisamente aquelas em que os nacionalismos em voga nos países europeus, especialmente nos regimes autoritários (como passa a ser o português a partir de 1933, o espanhol entre 1923-1931 e com mais fundamento a partir de 1939) empolaram as questões da legitimidade histórico-geográfica da delimitação fronteiriça e da própria autonomia nacional dos respectivos Estados ibéricos, reflexo evidente da construção de discurso científico histórico-geográfico que, salvo raras excepções, se mostrou subserviente ou pelo menos acomodaticio ao novel Poder das ditaduras ibéricas.

A fase seguinte, a pesquisa bibliográfica, foi uma das componentes mais interessantes porque permitiu um estimulante e motivador processo de pesquisa capaz de fazer progredir as nossas

análises, numa ou noutra direcção consoante as novas informações sugeridas pela leitura de mais um trabalho, que por sua vez, se encadeia numa sequência lógica com o cruzamento de ideias anteriores. Pessoalmente, sempre pensamos ser esta uma das componentes basilares de toda a investigação, sobretudo quando se trata da história da Geografia, onde se vai fazer ressurgir do esquecimento esta ou aquela obra, ou mesmo o autor que o tempo esqueceu na poeira das estantes... Por nossa vontade teríamos continuado a pesquisa bibliográfica durante mais tempo, se questões de calendarização e de imperativos de trabalho não nos tivessem *por moto proprio* levado a concluir esta fase, que mesmo assim nos possibilitaram, não quantas vezes, uma pesquisa efectiva (e não menos exaustiva...) sobre determinada temática e/ou autor, efectuada nos arquivos e bibliotecas de diversas instituições nacionais e estrangeiras.

Consequentemente, foi esta uma das fases da investigação que nos mereceu particular atenção e que se começou a efectivar ainda antes da realização desta dissertação e se prolongou por bastantes meses após o seu início. Talvez mais por gosto pessoal do que por necessidade, foi feita uma pesquisa que se pretendeu tão exaustiva quanto possível do acervo relativo à temática da Geografia Política e da Geopolítica hispano-portuguesas em várias bibliotecas nacionais e estrangeiras. Iniciou-se essa investigação pelas instituições locais: Biblioteca da Universidade do Minho (Campus de Gualtar) e da Biblioteca-Arquivo Distrital de Braga, Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva e simultaneamente a nível regional, a Biblioteca Municipal do Porto e a Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

A nível nacional, destacamos a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra onde procedemos muitas vezes à pesquisa manual de ficheiros bibliográficos, a Biblioteca Central da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde se particulariza o Instituto de Estudos Geográficos e a Biblioteca da Faculdade de Ciências e Tecnologia (Departamento de Ciências da Terra). Na capital portuguesa, a pesquisa mais exaustiva foi feita naturalmente no Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa e na Biblioteca Nacional de Portugal, sem descurar outros centros de investigação como a Sociedade de Geografia de Lisboa onde se sabe existir documentação rara, senão mesmo inédita, sobre diversas temáticas relativas à Geografia. No que particularmente nos concerne, a Secção de Geografia Política com informações relevantes acerca dos seus associados, muitos dos quais eram docentes nas Faculdades de Letras das Universidades de Lisboa e de Coimbra, ou ocupavam outros cargos proeminentes na investigação portuguesa, ou mesmo na vida política e diplomática nacionais.

Atendendo à temática deste trabalho, julgámos desde o início que seria pertinente efectuar uma pesquisa bibliográfica no país vizinho, ou não fosse este um trabalho de matriz ibérica. Como tal, devido à proximidade geográfica, a pesquisa iniciou-se pela Faculdade de Geografia e História da Universidad de Santiago de Compostela, seguindo-se passado alguns meses, a Universidad Autónoma de Madrid e a Biblioteca Nacional de Espanha na mesma cidade, onde se encontraram títulos que certamente nos terão dado uma outra perspectiva da geografia ibérica, particularmente no que diz respeito ao relacionamento transfronteiriço hispano-português.

Entendemos que este constitui um dos aspectos mais interessantes e sobretudo mais aliciantes do nosso trabalho acerca do intercâmbio cultural e troca de ideias entre geógrafos nacionais e de outros países europeus. Esta efectuou-se numa relação pouco biunívoca além-Pirenéus que mesmo assim influenciou decisivamente a conceptualização geográfica e consequente produção científica da maioria dos geógrafos portugueses nos anos trinta e quarenta do século passado, bem como nas décadas subsequentes ao período cronológico abrangido pela nossa investigação.

Parece-nos particularmente importante este aspecto no caso português, porque ainda hoje prevalece a ideia generalizada de que o nosso País nas primeiras décadas do século vinte, antes e durante o Estado Novo, seria uma espécie de «Finisterra político-cultural», agravada não só pela sua localização geográfica excêntrica em relação aos centros culturais da Europa civilizada, mas também pelo analfabetismo, baixo nível de vida e pela censura político-cultural que isolaram e permitiram o atraso do País durante décadas.

Na realidade, nem sempre os factos foram tão gravosos, pelo menos uma elite cultural tinha acesso ou estava perfeitamente informada de (quase) tudo o que se produzia além Pirenéus, pese os entraves que se mantiveram ao longo de décadas, resultantes da instabilidade política do período conturbado do final da Monarquia Constitucional, do pauperismo da I^a República ou da institucionalização da censura nos primeiros anos do Salazarismo.

I Parte – História Política e Pensamento Geográfico

2 - Enquadramento político-ideológico do pensamento geográfico

A Monarquia Constitucional

No período cronológico a que se refere este subcapítulo, que apenas enquadra os últimos anos do regime Monárquico-Constitucional referente aos reinados de D. Carlos I e D. Manuel II, impõe-se mesmo assim, uma breve exposição do que foram em termos políticos e ideológicos estas duas décadas.

Após o *Ultimatum* inglês de 1890, a subsequente revolta em 31 de Janeiro do ano seguinte e a crise económica (bancarrota financeira) e social (descontentamento e agitação da burguesia e do operariado) dos principais núcleos urbanos como Lisboa, Porto e Braga, era evidente que o regime teria de encontrar outras saídas políticas a nível interno que não passassem pelo rotativismo parlamentar entre os Regeneradores (chefiados por Hintze Ribeiro) e os Progressistas (dirigidos por Luciano de Castro) em que o rei D. Carlos se cingia – como monarca constitucional que era - à função estritamente limitada e limitativa de Poder Moderador face ao Poder Executivo (Ministério) e Legislador (Cortes Constituintes).

Com efeito, a estrutura organizativa do Poder subordinava o Poder Legislativo, teoricamente dividido entre a Câmara Baixa (Deputados) e a Câmara Alta (Pares do Reino, membros vitalícios e hereditários nomeados pelo Rei, até à revisão constitucional de 1885 e depois repostos novamente após nova revisão constitucional em 1896) ao Poder Executivo, ou seja do Ministério, cuja composição ministerial era indicada pelo chefe do partido político que estivesse no Poder – Regenerador ou Progressista - que para ser efectiva, deveria obter a aprovação do Rei que sem outras alternativas, geralmente sancionava o acto de formação do Governo.

A entrega do poder a João Franco (1906-1908) dirigente do então recém-formado partido Regenerador-Liberal (constituído como o nome indica, por dissidentes dos outros dois partidos políticos) não estava tanto na escalada do Republicanismo – com quatro deputados eleitos – mas antes nas ambiguidades das manobras político-demagógicas dos chefes históricos dos dois partidos monárquicos tradicionais, incapazes de resolverem os problemas estruturais do País. Estes últimos eram tanto do foro económico – pese embora a recuperação encetada após a crise do decénio de noventa – como do campo social com as condições de vida do operariado, do campesinato e da própria pequena e média burguesia urbanas sem registarem progressos sensíveis. O Franquismo, governo «ditatorial» porque não tinha sido sancionado pelas Cortes Constituintes, além de ter um

número de deputados bastante reduzido, apenas pôde subsistir enquanto teve a confiança do Rei que desejava, tal como o seu mentor, um Governo essencialmente tecnicista (o que modernamente designaríamos por governo tecnocrático) que através da aplicação de leis proteccionistas (por ex., o agravamento da pauta aduaneira à importação de trigo exótico ou de produtos industriais) pudesse empreender a modernização e a credibilização económica do País. Inevitavelmente, vem-nos à mente algumas das ideias já preconizadas vinte anos antes por Oliveira Martins ou por outros elementos dos Vencidos da Vida tendentes à modernização da economia e da sociedade portuguesas.

As tentativas de D. Carlos de Bragança para colmatar a crise interna e externa vão assentar antes de mais, a nível colonial, no incremento dos levantamentos geográficos dos imensos espaços africanos pouco conhecidos dos europeus, no que se obteve êxito assinalável, haja em vista as explorações levadas a cabo já no anterior reinado (D. Luís I) e continuadas no último quartel do século XIX por Silva Porto, Brito Capelo, Roberto Ivens. As expedições militares comandadas por Mouzinho de Albuquerque, António Enes, Henrique de Carvalho entre outros, destinadas a «pacificar os autóctones» que em Angola, Moçambique e na Guiné resistiam à soberania portuguesa, o mesmo é dizer à integração no circuito económico da exploração colonial. Menos efectiva, constituindo até um semifracasso foi a tentativa de incrementar a colonização dos territórios ultramarinos, pese embora alguns incentivos por parte do Governo como a supressão dos passaportes coloniais e a distribuição de terras em algumas áreas planálticas de Angola e na bacia do Limpopo, em Moçambique.

Talvez seja pela excessiva, senão quase exclusiva, importância dada pela Sociedade de Geografia de Lisboa ao problema colonial, em que se privilegiava a exploração dos territórios africanos, que impediu que mais cedo, antes das décadas de vinte e trinta do século passado, se desenvolvesse uma verdadeira Escola de Geografia, de forte pendor regionalista, que voltasse o seu olhar para a descrição e interpretação dos aspectos paisagísticos portugueses.

A outra medida de fundo é efectuada com menor êxito a nível interno, através do que podemos denominar de «reinvenção» de Portugal, como está bem explícito no redobrar do nacionalismo com as comemorações pombalinas e, principalmente, com as manifestações patrióticas após o *Ultimatum*. A prova disso é que o Iberismo quase desaparece. O de tendência monárquico-unionista da autoria de Cánovas del Castillo não passou de um projecto. Tiveram o mesmo destino os projectos teoricamente melhor fundamentados do republicano Henrique Dias Nogueira, Simbaldo de Maas, dos socialistas Oliveira Martins (embora para este a questão do regime fosse indiferente ou secundária), José Fontana ou de Antero de Quental, no intuito da federação dos povos ibéricos, cujas repúblicas confederadas sob um regime republicano-socialista de tendências proudhonianas estariam delimitadas entre si por

fronteiras administrativas fundamentadas em conceitos histórico-geográficos tradicionalistas: “No sector português a ideia iberista toma maior grandeza a partir da segunda metade do século XIX, quando em 1851, José Félix Henriques Nogueira, considerado o fundador do ideal republicano português, concebe uma nova federação composta por quinze estados: Portugal, Galiza, Astúrias, Biscaia, Navarra, Catalunha, Aragão, Valência, Múrcia, Granada, Andaluzia, Estremadura, Castela a Nova, Castela a Velha e Leão, sob a forma de uma federação.”¹

O duplo objectivo de reunir sinergias para a exploração e colonização do império colonial português – como foi preconizado também por políticos espanhóis - e em termos geopolíticos constituir um «novo bloco» que aliviasse a Península Ibérica da tutela inglesa, especialmente Portugal que constituía para a *intelligentia* uma verdadeira colónia britânica, sempre que isso convinha na cena internacional, face aos poderes das outras potências: o Império Austro-Húngaro juntamente com a Alemanha, a Inglaterra, a França e a Rússia. Formar-se-ia assim uma nova potência capaz de dominar o Mediterrâneo Ocidental e o Atlântico Central e Sul, graças à marinha espanhola e às potencialidades que os recursos em matérias-primas de Angola e eventualmente de outras colónias africanas deixavam entrever.²

A este propósito, Antero de Quental refere nas Conferências do Casino (1871) que as causas do atraso e da decadência dos dois povos peninsulares se deviam aos erros do passado no que respeita à influência *versus* intolerância religiosa, ao centralismo político que abafou as liberdades municipais e autonómicas medievais (considerado o período de ouro da história peninsular e aqui se denota um paralelismo com a corrente historiográfica e literária do Romantismo português) a par da inexistência de um sistema educativo universal e sobretudo à tutela inglesa que não deixava desenvolver os sectores produtivos (especialmente a indústria) que se aliavam à inércia e desleixo dos povos peninsulares.

A oposição interna ao Franquismo, que congregava republicanos e monárquicos dos partidos tradicionais, aliada a alguns escândalos político-financeiros (adjudicação do monopólio da importação e comercialização do tabaco, a greve académica de 1907; a questão dos adiantamentos de verbas importantes à família real e a possibilidade de um agravamento das penas dos presos políticos, com a eventual deportação para S. Tomé ou Timor), conduziram ao ódio generalizado ao chefe do Governo e,

¹ M. Noronha, 1986, p. 14.

² Ironicamente, pela mesma altura, o almirante americano A. Mac Mahn enunciava a sua teoria, depois completada por H. Mackinder, de domínio dos mares face ao poderio continental, alegando que o surgimento de um novo «centro de poder» a que chama pólo, que é a Rússia como potência setentrional europeia, deveria ser seguida do aparecimento de uma outra potência no «pólo oposto», ou seja a Espanha que emergiria como núcleo político da Europa Meridional.

por inerência, à perda de prestígio e influência do Rei que acabou por ser assassinado com a passividade, senão a complacência dos monárquicos antifranquistas.

A aclamação de D. Manuel II, e a formação de um novo ministério chefiado por Venceslau Lima e depois por Teixeira de Sousa, em que tinham preponderância os políticos tradicionais do Partido Progressista apenas tinha como missão adiar o desfecho do que todos sabiam inevitável: a revolução republicana. Quando esta estalou, na noite de 3 de Outubro de 1910, apenas algumas companhias de soldados e os marinheiros acampados na Rotunda e parte da Armada, mal apoiados por uma ineficaz Carbonária e diversos grupos de civis, fizeram frente aos numericamente superiores e melhor equipados Exército e Guarda Municipal. Os quais, talvez mais por desmotivação do que por inépcia, não puderam ou não quiseram defender «aquela» monarquia em quem ninguém acreditava, como referiu lapidarmente o geógrafo Isaiah Bowman uma década após estes acontecimentos: “There had been grave dissatisfaction with the governemnt, nominally a constitutional monarchy, but in reality a reactionary oligarchy headed by the king.”³

A I República

À escala peninsular, as primeiras décadas do século XX marcaram um período de relativo mau relacionamento entre Espanha e Portugal, pese embora o pacifismo dos regimes políticos aí instituídos, mas que não chegou para colmatar as profundas diferenciações político-ideológicas que se acentuaram após a implantação da República em Portugal, enquanto o país vizinho continuava a viver sob um regime monárquico demo-liberal mas com uma estrutura sociopolítica conservadora.

A Primeira República, se constituiu efectivamente uma «Segunda Fundação» de Portugal no sentido em que modificou profundamente as estruturas governativas do País, não terá sido tão inovadora no desenvolvimento económico-social português, que continuou a ter umas das mais altas taxas de analfabetismo da Europa: em 1920 a Espanha contava com cerca de 42,6% contra os 70,5% registados no nosso País. O geógrafo americano I. Bowmann põe o «dedo na ferida» ao relacionar o analfabetismo com toda a série de desmandos que a elite da classe política impunemente fazia, vivendo cada vez mais divorciada em relação ao povo, em nome do qual fora estabelecida a República: “The leaders of the political parties and their principal followers have very little in common with the mass of the people (...) The gulf between people and leaders is a matter of more importance by reason of a degree of illiteracy higher than anywhere else in western Europe.”⁴

³ I. Bowman, 1921, p. 156.

⁴ I. Bowman, p. 156.

A explicação centra-se em dois aspectos: o baixo nível de vida existente nas áreas rurais onde vivia a esmagadora maioria da população portuguesa (a percentagem de população rural manteve-se praticamente idêntica ao longo da vigência do regime: 83% em 1911; 82% em 1920 e 81% em 1930) onde era flagrante o desequilíbrio estrutural da dimensão e da posse da propriedade agrícola.⁵

Todos os que podiam, saíam do meio rural na esperança de melhores remunerações no incipiente tecido industrial português, em que apenas avultava a C.U.F. (construção naval, produtos químicos e adubos azotados) sendo a maioria das unidades industriais de pequena ou média dimensão e ligadas a sectores que exigiam uma reduzida transformação e por conseguinte de fraco valor acrescentado, como os têxteis, as conservas, a cortiça e os produtos vitivinícolas, destinados na sua maioria ao mercado interno ou colonial (com excepção das conservas, e dos vinhos destinados fundamentalmente ao mercado inglês).

As importações muito avultadas de trigo, máquinas, carvão, aço e ferro, eram sempre superiores às exportações, o que desequilibrava a balança comercial, com excepção de um *superavit* nos anos de 1912-13 e 1913-1914 estando permanentemente em *deficit* (-34000 contos em 1911; -469000 contos em 1920 e -1606000 contos em 1926), apesar das importantes remessas enviadas pelos emigrantes. Outro aspecto a considerar foi a transferência de capitais financeiros para fora do País, não só pela expatriação de membros da aristocracia que continuavam a receber os seus réditos no estrangeiro, mas também pelo depósito de grandes somas de dinheiro em bancos estrangeiros (sobretudo ingleses) por parte da grande burguesia e até ao entesouramento de objectos de metal precioso e de moeda (o valor fiduciário passou a ser muito inferior ao valor real do metal). Além da aplicação de dinheiro em actividades ilícitas como o jogo - tolerado nos numerosos casinos de Lisboa - ou noutras actividades relacionadas com a economia paralela: "(...) mais um ou dois milhões estavam em Espanha para contrabando de gado, trigo e sal." ⁶

O resultado foi a subida galopante da inflação, pela necessidade de compensar a falta de liquidez do tesouro com a emissão de cada vez maior quantidade de papel-moeda, com a consequente perda do poder de compra das classes médias urbanas, que tinham sido a razão de ser e base de apoio e sustentáculo do regime. Aquelas foram mostrando uma crescente indiferença e apatia, como é bem expressiva a percentagem de abstenções nas eleições para o Parlamento, pese embora as

⁵ Apesar das tentativas de alteração com a instituição do casal de família pelo ministro António Granjo, em 1920, e da Proposta de Lei de Organização Rural com o objectivo de parcelamento dos latifúndios do Centro e Sul do País, da autoria do ministro da Agricultura Ezequiel de Campos datado de 1925 e que não foi aprovado. A resultante foi uma emigração massiva: 59 652 emigrantes para uma população absoluta de 5960 000 hab em 1911; 64 783 para um total de 6 000 000 de hab em 1920; mas que decresce para 23 196 indivíduos num total de 6 825 000 hab em 1930, sendo esta redução devido à crise mundial, pois apenas um ano antes registavam-se 40 361 emigrantes legais e até certo ponto um incipiente êxodo rural para a capital (435 359 hab em 1911; 486 372 em 1920 e 594 390 em 1930) e em muito menor escala para o Porto (194 009 hab em 1911; 203 091 hab em 1920 e 232 280 hab em 1930).

⁶ A. Marques, 1980, p. 40.

restrições censitárias, expressas na capital onde se concentrava o grosso do funcionalismo público, das profissões liberais e grande parte das profissões relacionadas com a actividade comercial: 38,6% em 1911; 61,8 % em 1913; 65 % em 1918; 79 % em 1921 e 60 % em 1925, pelas vicissitudes e pelo próprio evoluir do regime republicano demo-liberal.

As infra-estruturas relativas aos transportes também não registaram significativa melhoria - apesar do número cada vez maior de automóveis resultante da própria evolução tecnológica - com uma rede viária muito incipiente, praticamente a mesma que se herdara do fontismo. A par de uma rede ferroviária (repartida por várias companhias privadas e pela CP, de capitais mistos e que adquiria cada vez mais preponderância), mas mantendo praticamente o mesmo traçado da malha de duas décadas atrás. Contudo, implementaram-se algumas inovações na linha férrea entre Lisboa e o Porto - aquela onde os progressos técnicos se fizeram sentir com a introdução de novas máquinas mais rápidas e as primeiras experiências de electrificação - em contraste com ligações mais morosas com baixo índice de conectividade com as cidades e vilas do interior situadas em regiões fronteiriças. Assim, a rede ferroviária não tinha praticamente conectividade com Espanha, se exceptuarmos o *Sud-Express*, mas cujo serviço era pensado mais em termos “turísticos” do que propriamente em tirar partido da rentabilidade económica que poderia resultar do intercâmbio comercial e industrial entre os dois países ibéricos.

A própria produção de energia hidroeléctrica, com um quantitativo modesto em relação aquela que era produzida a partir dos combustíveis fósseis, centrava-se apenas nos cursos de água de caudal relativamente reduzido (a barragem mais significativa era a do Lindoso no Cávado) não existindo por parte do governo português, ao contrário do espanhol, planos efectivos com o intuito do aproveitamento comercial e industrial dos cursos de água transfronteiriços, seja para a navegabilidade do Douro ou do Tejo ou para a construção de barragens internacionais.”⁷

Uma das causas da crescente instabilidade político-administrativa, com as inevitáveis repercussões económico-sociais, estava relacionada com a estrutura governativa da 1ª República, se bem que teoricamente fosse democratizante e garantisse a representatividade de todos os partidos políticos (pelo método da proporcionalidade directa). A verdade é que a crescente preponderância do

⁷“Porém o desenvolvimento d’estes trabalhos de progresso dos povos da Iberia não pode de modo nenhum fazer-se isoladamente, a Espanha e Portugal cada um por seu lado atentos, sem cooperação recíproca. É uma imposição insuperável da disposição geográfica dos dois países, porque nem para o aproveitamento das estradas comerciais, nem para a utilização da energia hidro-eléctrica, se dispensa a cooperação(...) A Espanha e Portugal precisam de entender-se quanto á utilização do Douro, do Lima e do Minho (e provavelmente também, do Tejo e do Guadiana), para melhor lhes aproveitar os valores potenciaes.”E.Campos, 1919, pp. 371-407. Este tema, será retomado nas suas linhas estruturantes na década seguinte, pela Ditadura Nacional e, posteriormente, pelo Estado Novo, num expressivo paralelismo com o governo da Ditadura Nacional de Primo de Rivera (1923-1930), simultaneamente de fomento económico e de combate ao desemprego por meio de obras públicas, numa época de crise económico-política internacional, como se depreende de um discurso de Oliveira Salazar, intitulado «Ditadura administrativa e revolução política» cujas directrizes apontam nesse sentido: “Vê-se nitido, o pensamento dominante acêrca deste problema: a Ditadura trabalha para realizar três condições essenciais á produção - meios rápidos de transporte, crédito fácil, energia barata - e espera que, com a assistência dos técnicos e o auxilio protector das pautas, a produção do País aumente e melhore. A. Salazar, 1935, p. 55.

Partido Republicano Português (de Afonso Costa) face aos outros dois partidos políticos com alguma representatividade parlamentar (Evolucionista de António José de Almeida e Unionista de Brito Camacho), excluía sistematicamente estes dois últimos partidos do Governo (se exceptuarmos o breve período da União Sagrada). A par desta situação, é de mencionar a ostracização dos pequenos partidos que, por sua vez, tentavam boicotar as medidas postas em prática pelos partidários afonsistas (Partido Reformista de Machado dos Santos; União Liberal Republicana de Cunha Leal, o Partido da Esquerda Democrática de José Domingues dos Santos; Centro Católico Português de Oliveira Salazar e Lino Neto), além de outros que não tinham sequer representatividade parlamentar: a Federação Maximalista Portuguesa (1919) que originou o Partido Comunista (1921), o Integralismo Lusitano (1914), ou a Seara Nova (1921).⁸

Se a Constituição (aprovada em 1911) continha muitos princípios socialistas ou socializantes (pugnava pelo associativismo, pelo municipalismo, favorecia o cooperativismo, reconhecia o direito à greve e à livre associação político - sindical e a liberdade de culto), a verdade é que na prática foi essencialmente burguesa, com todos os entraves que colocou à organização e luta por parte do operariado, do favorecimento da especulação e do entesouramento de capitais por parte dos industriais e dos terratenentes. Onde esse facto se tornou mais notório foi na organização da estrutura do Poder; se em teoria consignava a independência dos três poderes: Executivo, da responsabilidade do Presidente da República que nomeava o Presidente do Ministério e aprovava a composição ministerial; o Judicial, da competência dos Tribunais, sendo que no Supremo Tribunal Administrativo os juizes poderiam ser indicados pelo Parlamento; o Legislativo, formado pela Câmara dos Deputados que eram eleitos por sufrágio directo por um período de três anos e finalmente o Senado cujos representantes eram eleitos por um período de seis anos também por voto popular.

A verdade é que o Poder Legislativo, que tinha a capacidade para eleger e demitir o presidente da República, se sobrepôs quase sempre ao Poder Executivo excepto durante o «consulado» de Sidónio Pais. Na prática o Presidente e o Ministério estavam manietados pela promulgação das leis, senão mesmo pelas manobras políticas, muitas delas de cunho pessoal, do Parlamento Constituinte (Congresso) principalmente através da Câmara dos Deputados e até pelo Senado.⁹ O resultado foi a

⁸ Este último, muito embora não fosse um partido político, era antes um agrupamento de intelectuais, onde pontificava o Grupo da Biblioteca – António Sérgio, Raúl Brandão, Raúl Proença, Jaime Cortesão, Azevedo Gomes - e que hoje denominaríamos de grupo de acção ou actuação cívica, preocupava-se menos com a necessidade de representatividade parlamentar do que com o «despertar de consciências» para a necessidade de melhoria das condições de vida da população, da intervenção educativo-cultural, e da informação sobre a actividade política no País e no estrangeiro, numa época em que a imprensa era praticamente o único meio de informação se recordarmos o tímido quanto incipiente aparecimento da radiodifusão. A revista *Seara Nova* referia nos seus primeiros números que a vida da Nação era o reflexo das mentalidades e da vida intelectual, propondo-se orientar os políticos no sentido de uma ideologia e de uma nova ética. Como diria António Sérgio, antes de ascender ao poder é preciso governar nos espíritos.

⁹ Neste último, os cargos eram muitas vezes baseados no nepotismo e no jogo de influências caciquistas, em vez de serem como se pretendia, um órgão representativo dos municípios, das diversas profissões e de colectividades julgadas de interesse pela Nação.

crónica instabilidade governativa, com os ministérios a serem substituídos periodicamente: quarenta e cinco ministérios e oito presidentes da República em dezasseis anos do regime.

Por conseguinte, a I República tinha gorado (quase) todas as expectativas da pequena e média burguesias urbana (excepto o anticlericalismo, pese embora os avanços e recuos nas medidas tomadas e a liberdade de imprensa, apesar da censura instituída durante o período da Primeira Guerra Mundial), as quais se mostravam prontas a seguir o primeiro caudilho – após o interregno do consulado sidonista – que promettesse paz social e estabilidade financeira capazes de protagonizarem a ascensão ou pelo menos a retoma do poder de compra desses estratos sociais, o que só o Salazarismo (pretensamente) conseguiria.

Uma reacção em termos culturais e doutrinários ao novo regime começou com a ala mais conservadora dos dirigentes monárquicos ultramontanos, Domingos Gusmão Araújo, Rolão Preto e Luís de Almeida Braga que fundaram a revista político-literária *Alma Nacional* (1913) quando estavam exilados em Gand, designando aquele último político o novel movimento por Integralismo Lusitano. Os mesmos políticos, juntamente com A. Cavalheiro fundariam no ano seguinte o periódico *Nação* (1914), em que expõem no artigo «O Que Nós Queremos» o ideário do integralismo, sobre o qual se refere D. Manuel Gonçalves Cerejeira: “(...) como o grupo brilhantíssimo da Nação Portuguesa, a que presidiu António Sardinha com a rica multiplicidade do seu espírito e o generoso ardor da sua alma.”¹⁰ No entanto, a classe política em geral, e a elite lisboeta em particular, só têm conhecimento cabal do que e quais são os propósitos do então recém-constituído partido político intitulado Integralismo Lusitano¹¹ após uma conferência que António Sardinha profere em 1915 na Liga Naval Portuguesa e cuja ideologia é exposta mais pormenorizadamente na obra *Questão Ibérica e o Integralismo Lusitano* (1916) da autoria deste movimento político.¹²

¹⁰ M. Galvão, 1974, p. 24.

¹¹ Refere o ideário político do Integralismo Lusitano a especificidade da «raça ibérica sem o indicar explicitamente, advoga em termos geopolíticos um novo expansionismo tendo por base o estreitar de laços entre Portugal e a Espanha e destes com a Ibero-América. Este conceito, designado por hispanismo/hispanidad, resultante de uma mútua cooperação económico-política e social entre ambos os Estados Ibéricos, insofismavelmente independentes porque resultantes de uma evolução político – histórica diferenciada, se bem que com muitos pontos em comum, nomeadamente na Reconquista Cristã, núcleo e gérmen diferenciador civilizacional da nossa afirmação perante os outros países europeus. A par de uma *identité / personnalité* psicologiquie -como referiam os autores franco alemães, especialmente Jacques Ancel e Arthur Dix, nas primeiras décadas do século XX - bem vinculada, porque expressa na lusitanidade se bem que os seus limites não sejam claros, porque em vez de geográficos, são essencialmente étnicos, prolongando -se em muito pelo território espanhol.

¹² A teorização da estrutura política do Estado integralista assenta, tal como na pirâmide corporativista do salazarismo, numa falsa descentralização baseada na autonomia municipal A Tese que não é propriamente inovadora pois já tinha sido defendida também por Alberto Sampaio: “ As razões profundas da distinção entre os dois países vai Sardinha buscá-las à antropologia em vigor no seu tempo sobretudo à obra «Hispania» (geografia, etnologia, história) do Dr. Adolfo Schulten, professor que foi da Universidade de Erlangen, ou ao português Alberto Sampaio, que na sua clarividente obra «As villas do Norte de Portugal», filia a nascença do municipalismo português, não na origem romana, mas na civilização castrense, partindo da base rural em oposição à da origem do ayuntamiento espanhol, que foi gerado sob o olhar benigno do castelo durante a reconquista.” M.Noronha, 1986, p 23.

Apesar de diferenciados, e por isso mesmo de «espaldas vueltas» ambos os países ibéricos têm um destino comum que A. Sardinha designa por «peninsularismo»¹³ consistindo este numa unidade espiritual entre os povos peninsulares e destes com os do litoral marroquino.¹⁴ Numa perspectiva Mahaneriana, o objectivo é o domínio do Mar, ou seja do Oceano Atlântico e até certo ponto do Mediterrâneo Ocidental, essencial para que os povos peninsulares possam cumprir os designios da *hispanidad* no campo artístico-cultural mas também económico e político, com o fortalecimento do intercâmbio com o continente americano (mais precisamente o ABC latino-americano), bem como a exploração e colonização de vastos territórios africanos. Justifica-se não só «pelos direitos históricos» que Portugal e Espanha julgam deter em África mas talvez mais importante ainda, como forma de evitar que outras potências, quiçá hostis, se apoderem de territórios com importância vital em termos geoeconómicos para o ressurgimento dos países peninsulares.¹⁵

Numa perspectiva muito pessoal, parafraseando Fernando Pessoa a propósito da publicação da revista *Orpheu* e do movimento futurista-modernista, podemos nós considerar que é o Integralismo que faz entrar Portugal no século XX da Geografia aplicada ao entendimento da ibericidad.¹⁶ Isto é, conduz ao equacionar do papel da Península Ibérica no contexto internacional da Hispanidad e ao relacionamento dos dois países entre si numa definição da portugalidade que denomina de «insularidade lusitana» e do espanholismo designado por «continentalidade castelhana».¹⁷ Esta reaproximação com a vizinha Espanha, ditada por laços de amizade e de semelhanças histórico-geográficas, tinha como contraponto a inimizade face à Inglaterra de cujas tendências demo-liberais

¹³ Segundo os integralistas lusitanos, a diferenciação de Portugal relativamente ao seu vizinho ibérico tal como também a preconizam Oliveira Martins, Gonzalo de Reparaz e Garcia del Real (engenheiro e geógrafo militar) assenta em pressupostos que têm a ver com a individualização histórico-política resultante em parte das características socioculturais assentes no lirismo, na uniformidade linguística e antropológica do dolicocefalismo do povo português. Este último imprimiu um cunho específico à paisagem portuguesa, vincando a existência de uma fronteira natural entre ambos os países ibéricos, onde nós pretendemos ver uma nítida influência de geógrafos alemães como T. Fischer, e sobretudo do francês E. Reclus, por sua vez parafraseados por Garcia del Real e citados pelo político alentejano: "una fuerte frontera que sólo desaparece entre el Alentejo y la Extremadura española por Badajoz y cuyo carácter explica la desmembración del suelo de la Península." A. Sardinha, 1915-a p.36. Mas aqui entra A. Sardinha em contradição consigo próprio, como fez notar Franco Nogueira, ao aceitar que existem fronteiras naturais entre ambos os países ibéricos e simultaneamente subscrever a tese de um iberista espanhol sobre a inexistência de quaisquer delimitações naturais entre os dois países: "Em vários passos, Sardinha aceita que Portugal tem geografia própria e autónoma. Mas Sardinha também aceita o prefácio do conde de Murtera, e este escreve: «...elevando-se por cima de artificiais fronteiras geográficas, (Sardinha) busca na unidade espiritual das gentes hispânicas...»." M. Galvão, 1974, p. 112.

¹⁴ Segundo a concepção geopolítica neodeterminista de E. Reclus e posteriormente citada por C. Vallaux de ocupação dos litorais fronteiros ou opostos, servindo de fundamento teórico para a ocupação de parte importante do litoral marroquino pelos *tercios* espanhóis.

¹⁵ Numa forma mais veemente, talvez porque fundamentada cientificamente, António Sardinha cita a opinião do geógrafo catalão E. Huguet del Villar (1918) sobre a importância do estreitamento de laços entre os povos peninsulares no que se refere a uma política marroquina, cujas afinidades são sublinhadas por um passado histórico de conquista que nesse dealbar do século XX confere, e a ambos os povos ibéricos «direitos de ocupação» do litoral magrebino.

¹⁶ Em termos de geopolítica externa, a ibericidade teria reflexos numa maior afirmação dos países da América Latina que poderiam assim reduzir a dependência *versus* influência norte-americana nos seus territórios através da abolição das pautas alfandegárias das suas importações e exportações para a Península Ibérica e respectivas possessões coloniais... Irresistivelmente não poderemos deixar de pensar como Ángel Ganivet apoiaria estas medidas que permitiriam vingar a «geração de 98» face à prepotência norte – americana.

¹⁷ A originalidade de A. Sardinha reside quanto a nós, não no facto de reconhecer a existência de uma fronteira natural entre Portugal e a Espanha, mas antes por mencionar que em certos troços da delimitação comum, especificamente no Alentejo se existem hipotéticas diferenciações naturais, estas últimas são de longe sobrepujadas pela importância dos factores históricos como sejam a originalidade cultural resultante de frustrados contactos com o Ocidente europeu, temática desenvolvido na época por Fonseca Cardoso, Leite de Vasconcelos e Mendes Corrêa, não sendo por acaso que menciona: "os obreiros iluminados da Revista Lusitana e da Portugaláia." A. Sardinha, 1915-b, p. XXVIII.

desconfiavam os ultramontanos, agravadas pela sujeição e dependência económico-política a que estaria submetido o nosso País.

Perguntámos nós, se neste caso as delimitações fronteiriças entre Estados contíguos desapareceriam, uma vez que deixariam de fazer sentido em termos civilizacionais e culturais; se hipoteticamente continuassem a existir, como se poderia proceder à unidade cultural se entre eles se interpõe uma barreira económica e política? Em consonância com esta ideia maurrasiana, refere A. Sardinha, numa época em que ainda decorria a Primeira Guerra Mundial, que a formação de uma Sociedade das Nações que já se previa a partir de 1917, após a promulgação dos «catorze pontos» de W. Wilson, que esse organismo internacional deveria ser: “Não da sociedade das nações baseada no filantropismo torpe das Lojas, mas da sociedade das nações como a Idade-Média a concebera e de que o ideal supremo da Cristandade foi o eixo fecundo e estável. Eis o primeiro dever que aos tradicionalistas de todo o mundo se impõe para o dia seguinte ao da Paz.”¹⁸

Também não podemos olvidar, dentro das correntes de pensamento que reflectem e propõem, novas soluções para o problema português fora do positivismo-laicismo republicano, o Saudosismo de Teixeira de Pascoaes (1877-1952), que no nosso entender também se adequa a uma corrente tradicionalista para quem existiria uma filosofia nacional, ou melhor, um «sentir nacional» (*Volksgeist*) resultante de características étnico-geográficas¹⁹ comuns aos povos peninsulares²⁰ mas que em Portugal se fariam sentir de um modo específico na «raça» que esteve na génese da nacionalidade: “As qualidades próprias (o carácter fazem a raça, como dissemos; e esta por sua vez, dá origem à Pátria (...)) A ideia de Pátria inclui a de Raça, conforme o significado que demos a esta palavra. Todavia, esta pode sobreviver àquela, na qual se contém a ideia de independência política (...) Uma Raça independente, sob o ponto de vista político é uma Pátria (...) E Portugal é uma Raça constituindo uma Pátria, porque, adquirindo uma Língua própria, uma História, uma Arte, uma Literatura, também adquiriu a sua independência política²¹ A qual não será isenta de ilações (geo)políticas, aproveitadas pelos Integralistas Lusitanos.

Aspecto particularmente interessante é, no nosso ponto de vista, aquele que se refere às actividades culturais da I República quer no ensino superior, quer nos movimentos literários e

¹⁸ A. Sardinha, 1927-b, p. 70.

¹⁹ Segundo os defensores dessa corrente do pensamento filosófico-político, esse nacionalismo português adviria do «sangue» isto é, das características antropológicas e étnicas dos nossos antepassados que habitaram a Península, os Arianos e os Semitas, de quem herdámos, respectivamente, o naturalismo e o espiritualismo.

²⁰ Um dos arautos deste saudosismo é Ramón Piñeiro, cuja principal pretensão, em *Significado metafísico da Saudade*, é afirmar a existência de uma filosofia galaico-portuguesa característica, em virtude da identidade do fundo espiritual comum aos povos galego e português. E é a poesia lírica que reflecte com mais fidelidade esse fundo espiritual comum, pois é ela que dá a nota de autenticidade galaico-portuguesa no conjunto cultural europeu. Ora, uma das qualidades dessa lírica é a de expressar poeticamente uma vivência anímica chamada Saudade, cuja análise pode levar à constituição de uma filosofia comum a ambos os povos.

²¹ J. Teixeira de Pascoaes, Lisboa, 2007, pp. 26-27.

artísticos. Uma das primeiras medidas tomadas ainda pelo Governo Provisório foi a criação das novas Universidades em Lisboa e no Porto (1911) que se queriam modernas, novas e dinâmicas, senão nas instalações pelo menos nos programas leccionados e na preparação do corpo docente, destinado à formação de uma nova mentalidade republicana, positivista e laicista. Problema mais complexo era o da completa reformulação da Universidade coimbrã, que exigia o quebrar de rotinas vigentes há muito tempo e combater certos privilégios que a instituição e o seu professorado sempre tiveram. Nesse sentido, extingue-se a Faculdade de Teologia e criaram-se as Faculdades de Letras e de Ciências (1912). Em todas as Universidades, são estabelecidos novos cursos que se apetrecharam com o conveniente material científico-pedagógico, na medida das possibilidades económicas do orçamento do novel regime.

Pormenor que não é de somenos importância, resultante da liberdade de imprensa, é o aparecimento de numerosas publicações por parte das diversas Universidades e redigidas por professores, as mais das vezes em estreita colaboração com os alunos. Paralelamente, surgiram as chamadas «universidades livres» (1912) «universidades populares» (1913), em que diversos homens de cultura e investigadores das mais diversas áreas do saber proferiam conferências gratuitas. Sendo de destacar neste campo o movimento literário e cultural da Renascença Portuguesa (Porto, 1912), através de publicações (revista *A Águia*), da abertura de bibliotecas e da realização de concertos musicais.²² Em Lisboa, o chamado «Grupo da Biblioteca» dinamizava actividades idênticas mas talvez mais fecundas, tendo iniciado a publicação da colecção «Biblioteca da Educação Nacional» que perdurou durante quase vinte anos. Também se multiplicaram os jornais diários de todas as tendências políticas desde *O Século* ao *O Mundo*, passando por *A Batalha* ou pelo *Novidades*, assim como as publicações temáticas relativas às Artes, Letras e Ciências. Destacamos as publicações *Seara Nova* (1921-1931 -1ª série), *Orpheu* (1915); *Portugal Futurista* (1917); *Contemporânea* (1922-1923); *Athena* (1924-25); *Presença* (1927-1940); *Homens Livres* (1923); *Ordem Nova* (1926) e *Nação Portuguesa* (1914-16-1ª série; 1922-1928-2ª série).

Por isso, não será de estranhar que nestas primeiras décadas do século XX tenham surgido prestigiados escritores e literatos como Guerra Junqueiro (1850-1923), Raúl Brandão (1867-1930), Teixeira de Pascoais (1877-1952), Aquilino Ribeiro (1885-1963); poetas como Afonso Lopes Vieira (1878-1947), António Feijó (1870 -1917), Fernando Pessoa (1888-1935), Mário de Sá Carneiro (1890-1916), Almada Negreiros (1893-1970) e António Boto (1897-1959); ensaístas como João Chagas

²² Quanto a nós existe um ponto de contacto entre o Integralismo de A. Sardinha e a Renascença Portuguesa: ambos crêem num ideal superior, mítico, uma espécie de "sebastianismo" *avant la lettre*, como uma religião de esperança. Será a partir do mito que se conseguirá conduzir a grei à acção e assim ao rejuvenescimento intelectual *lato sensu* e por arrastamento político-ideológico e económico-social da Nação que será tanto mais forte quanto mais sólidas forem as crenças nesse messianismo e por conseguinte maior a confiança do povo português em si mesmo.

(1863-1925), Raúl Proença (1884-1941), António Sérgio (1883-1969) ou Jaime Cortesão (1884-1960). No campo das Ciências Exactas, os matemáticos Bento de Jesus Caraça (1901-1948) e Gomes Teixeira (1851-1933); os biólogos Ricardo Jorge (1858-1939) e Abel Salazar (1889-1946), entre outros. Também na pintura se destaca Amadeo de Souza Cardoso (1888-1918); Eduardo Viana (1881-1967), Santa-Rita Pintor (1889-1967) e na música Viana da Mota (1868-1948).

Em suma, pelo dinamismo, pela diversidade senão mesmo pela qualidade, é quanto a nós, particularmente no campo cultural que a I República mostrou a sua originalidade, até mesmo a sua superioridade face à quase apatia do último período da monarquia constitucional e do cinzentismo do regime salazarista.

Da Ditadura Militar à estruturação do Estado Novo

O progressivo esvaziamento ideológico da I República, a par do desaparecimento dos seus líderes carismáticos propiciava o aparecimento de uma nova geração de políticos, com ideias diferentes, geralmente em consonância com a implantação de regimes de tendência autoritária de direita, de inspiração integralista católica como estava a acontecer em grande parte dos países Europeus.²³ Também Portugal não haveria de escapar incólume às influências do militarismo autoritário de direita. A tentativa de golpe de Estado de 1925 constituiu um exemplo característico de um ensaio de tomada do poder pelo Exército e das forças ligadas aos grandes grupos económicos que os apoiavam.

Numa época em que na I República se extremavam posições entre o governo da Esquerda Democrática de José Domingues dos Santos (apoiado pelos Seareiros) a que rapidamente se seguiria o governo de António Maria da Silva, politicamente mais estável mas assente numa hegemonia do PRP que na ausência do seu líder histórico Afonso Costa, apenas assentava em frágeis coligações e no peculiar estilo de governo do líder parlamentar, no que ficou conhecido por «António Maria Silvismo» sem a base de apoio real da Nação como tinha sucedido com o supracitado líder do PRP nos primeiros anos após a implementação do regime republicano (1910-1914). Mais do que a pseudo-ameaça de «bolchevização» em que de facto nem os próprios militares radicais acreditavam, o problema real era para estes, a sua efectiva diminuição do poder de compra a par do fascínio pelas (novas) soluções ditatoriais fascistas da Itália mussoliniana ou mais provavelmente monárquico-conservadoras da

²³ Como exemplos: a ditadura de Primo de Rivera em Espanha (1923-30), ditadura de Pilsudski na Polónia (1926-1939), Dolfuss na Áustria (1931-34), Salazar em Portugal (1934-1968), Franco em Espanha (1939-1975), nacionalista sem ideologia bem definida, como Kemal Atatürk na Turquia (1922-1938), Metaxas na Grécia (1936-1940); Getúlio Vargas (1937-1945), no Brasil ou mais repressivos, implantando um regime de inspiração fascista idêntico ao de Mussolini em Itália (1922-1945); regimes resultantes da pressão alemã como o de Pétain-Laval na França ocupada (1940-1944), mesmo assim diferentes do nazismo de Adolf Hitler (1933-1945).

Espanha de Primo de Rivera. Por isso mesmo, entre a maioria do oficialato de pequenas e médias patentes se «contavam espingardas» com a preciosa ajuda financeira da Confederação Patronal e de parte do grande capital terratenente, onde se destacava a Moagem e possivelmente no sector industrial a C.U.F. que haveria de desembocar no golpe falhado do 18 de Abril de 1925, onde os militares implicados, integralistas e monárquicos, saíam ilibados e promovidos a heróis pelo Tribunal Militar onde pontificava o então Comandante da Região Militar de Évora, general Óscar Carmona.

Fortalecidos pela anuência (quase) tácita dos próprios militares do regime, seria posto em marcha passados uns meses o próximo golpe militar, também ele mal preparado e pior executado, só vitorioso porque contando com a apatia senão mesmo com a aprovação do país católico-conservador da província e da pequena e média burguesia urbana, afinal os estratos sociais de onde provinham as patentes inferiores do exército. Apenas alguns intelectuais agrupados em redor da Seara Nova e o operariado da C.G.T. se opuseram ao golpe de 28 de Maio, pela consciência (?) do que daí adviria, pois mais ninguém mesmo os democratas republicano-liberais ou conservadores que fossem, faziam sequer uma pálida ideia das alterações políticas que se seguiriam com a Ditadura Nacional e sobretudo o advento do Estado Novo.

Será neste contexto político-social de instabilidade crescente, que alguns meses antes do Golpe Militar do 28 de Maio de 1926 veio a lume a obra mais importante de A. Sardinha que é sem qualquer dúvida a *Aliança Peninsular, antecedentes e possibilidades* (1924) publicada apenas um ano antes do falecimento do autor, considerada unanimemente a de maior profundidade político-ideológica. Nela expõe-nos como o título indica, de um modo muito pormenorizado, os condicionalismos histórico-geográficos e políticos do relacionamento entre ambos os países ibéricos²⁴ durante um longo período histórico que se inicia mesmo antes da formação das respectivas nacionalidades até aos meados da década de vinte do século passado: "A primeira edição desta obra veio a público em 1924, com um prefácio em castelhano de D. Gabriel Maura e Gamazo (Conde de la Murtera), tendo-se esgotado rapidamente."²⁵ No nosso ponto de vista, a obra em questão apresenta duas particularidades importantes, a primeira resulta da distinção e a clarificação entre hispanismo²⁶ e iberismo²⁷ e entre este

²⁴ Este expansionismo centra-se na posição geográfica da Península Ibérica, mencionando em abono da sua tese a obra de E. Hernández-Pacheco, *Ensayo de Síntesis Geológica del Norte de la Península Ibérica* (1912) Novamente a mesma pertinência já focada por A. Sardinha em *O valor da Raça* (1915) e na conferência *O Território e a Raça* (1915). Cita também o General Guijano y Arrouquia (1892) sobre o «destino ingénito» da denominada impropriamente como raça hispânica. A. Sardinha, 1973, p. 255. No entanto, gostaríamos de deixar em aberto a questão de saber se o conceito da dualidade peninsular não contém em si mesmo o gérmen da sua contradição pois como é que se pode manter o equilíbrio em termos geopolíticos e geoeconómicos entre dois Estados com um poder tão desigual entre si? Fatalmente como ensina F. Ratzel e K. Haushofer, o Estado mais forte tenderá para o expansionismo e absorverá o Estado mais fraco, atitude facilitada no caso da Península Ibérica pela raridade de fronteiras naturais entre ambos os países a par de uma mentalidade, usos e costumes muito semelhantes.

²⁵ M. Noronha, 1986, p. 17.

²⁶ O conceito geopolítico do Hispanismo considerado é mais abrangente: "(...) a única que exprime e coordena todas as actividades todas as aspirações criadoras, não só das duas patrias peninsulares, como das nacionalidades hispano-americanas, Brasil incluído (...) necessária para que a ideia se concretize, tome corpo e rompa caminho." A. Sardinha, (1924), 1973, p. LXXXIII

último conceito e o de ibericidade;²⁸ o segundo à teorização acerca da legitimidade da existência da fronteira hispano-portuguesa.²⁹

O que realmente é inovador em A. Sardinha, é a relevância do elemento psicológico como factor determinante na existência da Nação portuguesa, fundamentada não só no lirismo literário mas também mais modernamente em toda a mística subjacente ao conceito pessoano do Encoberto, em oposição ao épico quixotismo castelhano. Interessa particularmente o conceito da diferenciação fronteiriça em Estados como sejam os da Península Ibérica onde ela se encontra bem definida, desde há séculos.³⁰

Poderemos pois, concluir que o pensamento de António Sardinha, mais do que um projecto, constitui uma visão integral da portugalidade enquanto expressão de um modo de ser de uma nacionalidade bem expressa na ocupação de um território cujas fronteiras políticas se encontram bem

²⁷ O conceito clássico de iberismo é, segundo os republicanos históricos como sejam Oliveira Marreca, Henrique Dias Nogueira ou mais tardiamente o próprio Teófilo Braga, a união federal dos estados ibéricos, o que conduziria mais cedo ou mais tarde à absorção de Portugal, com a consequente diluição da fronteira política que deixa de fazer sentido, conceito aliás ironizado pelo geógrafo Elloy Bullón y Fernandez (1916) que é citado por A. Sardinha, *Ibidem*, p. 52.

²⁸ António Sardinha está longe de ser um iberista no sentido usual do termo, sendo essencialmente um paladino da ibericidade, entendendo que aquele conceito se refere a: "o conjunto de traços civilizacionais comuns aos povos ibéricos (peninsulares e insulares), teremos de convir que a ibericidade será o todo e a base de civilização em que ambos os estados – nação, Portugal e Espanha, existem, actuam e se perpetuam, nutrido-se dessa raiz histórica comum e relacionando-se apoiados nos infinitos meandros que ela comporta, por mais que os caminhos históricos de superfície e as conveniências particulares de cada uma das suas etapas hajam sido diferentes e tantas vezes mesmo antagónicos." M. Viquera, 1995, p. 46.

²⁹ Argumenta que as fronteiras naturais não são as que definem verdadeiramente o limite entre os Estados, ao contrário das fronteiras humanas, essas sim, bem demarcadas em termos culturais entre Portugal e Espanha: "O problema hispanista é, principalmente um problema de cultura: porque só a cultura nos ensinará a rizeja das duplas raízes que entrelaçam o génio português e o génio castelhano, separando-os simultaneamente." A. Sardinha, 1924, p. XXXIV. Em apoio da sua tese, cita a obra do geógrafo francês Camille Vallaux *Le Sol et L'État - Géographie Sociale* (1911), sobre a noção de fronteira como zona de interpenetração e aculturação em vez de simples linha divisória marcada no mapa. Interessa particularmente o conceito da diferenciação fronteiriça em Estados onde ela se encontra bem definida desde há séculos: "«Toute la question des frontières change d'aspect (...) lorqu'on les considère non comme des lignes que les cartes nous montrent seules, mais comme ces zones que les limites politiques sont en fait (...)» Alors l'idée même de la frontière se dépouille de la sécheresse du formalisme d'État pour devenir une réalité vivante et colorée. La zone –frontière est à la fois un terrain d'interpénétration et de séparation ; c'est la lutte continuelle entre les éléments de fusion et les éléments de disjonction qui l'a rend intéressante(...). Outro tanto sucede com Portugal, sem que careçamos de forçar a geografia a explicar a nossa independência, embora houvesse contribuído para ela apreciavelmente." A. Sardinha 1924, pp XXI-XXII. Também questiona, apoiando-se na obra de L. Febvre, *La Terre et L'Évolution Humaine*, a validade tanto a nível peninsular como internacional, das delimitações fronteiriças baseadas apenas em elementos naturais, bem como a questão da sua perenidade segundo as reivindicações das nacionalidades: " Sans ces conditions, le problème des limites change singulièrement d'aspect et de valeur. Il ne s'agit plus de trouver à tout prix un réseau de lignes, un cadre qui enferme tant bien que mal un morceau de territoire: ce n'est pas le cadre qui est primordial, c'est ce qui est encadré si l'on peut dire, le centre expressif et vivant du tableau(...). Il ne faut jamais raisonner sur des limites considérées comme constantes." L. Febvre, 1922, p. 374, *apud* A. Sardinha, 1924, p. XXI.

³⁰ A consequente delimitação de uma fronteira à qual não dispensa de reconhecer elementos naturais do ponto de vista geomorfológico ou climático, é corroborada pelos elementos humanos, não nos referimos apenas à quase uniformização da dolicocefalia entre a população portuguesa mas sim ao *ethos* geográfico do povo português, que antevendo as considerações de Bosch Gimpera, Orlando Ribeiro e Mendes Corrêa sobre o assunto, filia respectivamente nos povos do litoral magrebino e no contacto frustre com a Bretanha e as Ilhas Britânicas, como faz questão de salientar o geógrafo Elloy Bullón Fernandez citado pelo aludido integralista lusitano: " «No han faltado quienes, para dar una demostración de que Portugal carece de condiciones que expliquen su existencia como nación independiente, han alegado que no existen entre Portugal y España limites naturales; pero, aun suponiendo que eso es exacto, y lo es casi en absoluto, siquiera no falten en algunos espacios de zona fronteriza accidentes físicos que pueden considerarse como algo más que líneas meramente convencionales de separación; E ainda que o senhor Bullón y Fernández nos não reconheça fronteiras naturais acentuadas, não se recusa a acrescentar (...) que « lo que caracteriza territorialmente à las naciones es la manera especial como en determinado región del globo se agrupan y combinan los elementos geológicos, orográficos, hidrográficos, marítimos, climatológicos, etc., la fisionomia particular y cómo el temperamiento que de aquí resulta para aquella zona terrestre, su modo de ser propio y peculiar. Y considerado Portugal desde este punto de vista» prossegue o senhor Bullón y Fernández, - «no hay duda alguna que tiene una fisionomia espeial inconfundible, porque es una zona litoral atlántica situada en el extremo occidental del mundo antiguo... Y eso daba a el pueblo que viviene en esa zona atlántica, cuyas condiciones marítimas están además avaloradas por ríos navegables y puerto tan excelente como Lisboa, una mision semejante à la que tuyo fenicia en la antigüedad, la de ser un pueblo descubridor, comercial y colonizador.»" A. Sardinha, (1924) 1973, pp. 89-91.

demarcadas quase desde os alvares da sua nacionalidade, o que nos leva a concluir que a existência do País é expressa pela Geografia e pela História.³¹

Em Maio de 1926, os oficiais de direita, com destaque para os integralistas Martinho Nobre de Melo, Trindade Coelho, Manuel Múrias, Filomeno da Câmara e o coronel João de Almeida, conseguem a adesão à última da hora do general Gomes da Costa (filiado havia pouco no Partido Radical), para o levantamento militar que se inicia a partir do Regimento de Cavalaria de Braga. Na capital, Gomes da Costa dispõe as suas tropas até o governo verificar que ninguém estava disposto a bater-se pela legalidade Constitucional, levando o Presidente da República a delegar parte dos seus poderes em Gomes da Costa e nos militares que o apoiavam.

Estes estavam longe de constituir um grupo homogéneo propício aos conflitos internos, entre monárquicos, republicano-conservadores, integralistas e fascistas, a luta de bastidores acabou por colocar no poder temporariamente a facção de republicanos moderados, liderada por Mendes Cabeçadas e Cunha Leal (Partido da União Liberal Republicana), onde pontificavam personalidades que mais tarde, haviam de ser, na maioria, líderes políticos ou figuras importantes no Salazarismo (Jorge Botelho Moniz, Albino dos Reis, Duarte Pacheco e Bissaia Barreto) ou pelo contrário, opositores moderados (Mendes Cabeçadas e Teófilo Duarte) que vão conseguindo manter o poder - mais nominal do que real - nas mãos de Bernardino Machado, que se sente coagido à demissão.

Numa segunda fase, os elementos mais conservadores, muitos deles não escondendo a sua simpatia pela monarquia, tendo como figuras de proa Raúl Esteves e Sinel de Cordes, conseguem convencer Bernardino Machado a transmitir todo o poder político do Executivo (Chefe de Estado e do Governo) para o General Gomes da Costa, mas este é intimidado por um grupo de oficiais de extrema-direita e monárquicos (Schiappa de Azevedo, Raúl Esteves, Sinel de Cordes, Mousinho de Albuquerque e Luís Domingues) a entregar-lhes o Poder sendo em breve deportado para os Açores (1931).

O novo presidente general Óscar Fragoso Carmona, claramente direitista, nomeou Sinel de Cordes para o Ministério das Finanças, onde a sua actuação se caracterizou pelo agravamento da situação financeira do País, devido aos vultuosos empréstimos concedidos pelo Estado a grandes empresas, a maioria delas ligadas a investimentos coloniais que depressa faliram, enquanto a crise

³¹ Caber-nos-á perguntar até que ponto esta conceptualização da individualidade de Portugal no conjunto da Península Ibérica terá contribuído no Estado Novo, para a definição do conceito de Pátria, no sentido de um dado território diferenciado dos demais por características histórico-geográficas e políticas únicas e consequentemente dotado de uma fronteira natural ou humana estável e bem evidenciada. Podemos afirmar que se o Salazarismo rejeita liminarmente a diferenciação étnica e rácica como fundamento para a origem de uma Pátria portuguesa, isto é, como pré-configuração de uma nacionalidade, o mesmo já não se aplica à diferenciação geográfica do Ocidente da Península Ibérica e aos eventos históricos que, parafraseando Amorim Girão, constituem factores determinantes da individualidade de Portugal bem como da inviolabilidade das suas fronteiras, como se depreende das palavras do Presidente do Conselho, Oliveira Salazar, proferidas no discurso em 28 de Abril de 1934 e intitulado «O espírito da revolução»: “Portugal não fez ou unificou nos tempos modernos nem tomou a sua forma com o ideal pagão e anti-humano de defecar uma raça ou um império. Constituiu-se com os limites que ainda hoje tem na Ibéria, já nos séculos XII e XIII e com imensos domínios na África, na Ásia na Oceânia e na América nos séculos XV e XVI, defendendo do islamismo a civilização romano-cristã e dilatando esta por novos mundos.” A. Salazar, 1935, p 324..

económica mundial também se repercutia na balança de transacções diminuindo drasticamente as exportações. A panaceia, para a generalidade do governo formado por militares, seria a concessão de um vultuoso empréstimo externo por parte da Sociedade das Nações que permitisse realizar obras de fomento e ao mesmo tempo reduzir a dívida interna e amortizar a dívida externa. Esta solução foi recusada pelo próprio Governo, devido aos condicionalismos de controlo externo das finanças do Estado português, consideradas uma afronta humilhante imposta por aquele organismo internacional.

Terá sido em finais de 1929, que o Governo, ainda presidido por Gomes da Costa, pressionado pelas classes possidentes, resolve chamar para a pasta das Finanças Oliveira Salazar, professor do Curso de Direito na Universidade de Coimbra, onde regia Economia Política e Finanças, de bem conhecidas tendências monárquico-católicas, adepto do catolicismo social de Leão XIII e dos sociólogos franceses, como Charles Maurras cujos valores doutrinários fundamentais haveriam de nortear toda a sua vida política. Não se enganavam as classes dominantes, pois Salazar era de facto o «homem providencial» capaz de unir em proveito próprio todos os sectores da direita: desde os integralistas, aos monárquicos, aos republicanos conservadores, aos fascistas ou aos elementos do C.A.D.C. Estava completa a terceira fase do movimento revolucionário do 28 de Maio de 1926.

Em finais da década de 20 do século passado, a prioridade máxima é para Oliveira Salazar restaurar o equilíbrio financeiro através da contenção das despesas internas, invertendo a situação da balança de transacções correntes, passando de uma situação de *deficit* crónico das contas públicas para um *superavit* da balança comercial e daí utilizar o seu prestígio e poder pessoais para controlar e dominar ditatorialmente os círculos governativos.

No novo contexto socioeconómico, reforçam-se os laços entre as Colónias e a Metrópole, com a concessão de empréstimos estatais para algumas obras de fomento nas diversas colónias. Na verdade é a tradução em termos geoeconómicos do Acto Colonial (1930), que consiste na vinculação, senão na obrigatoriedade das colónias enviarem as suas matérias-primas para a metrópole e aí serem transformadas (destinadas ao mercado interno e à exportação) sendo que esta enviava para os diferentes pontos do ultramar – particularmente para Angola e Moçambique – os artigos industriais e agrícolas que produzia, estando a entrada de produtos estrangeiros nesses territórios protegida por elevadas pautas aduaneiras.

Podemos pois dizer que a este circuito económico, está subjacente um novo conceito não tanto de solidariedade geopolítica do espaço português, como à primeira vista poderia parecer, mas antes de subordinação das possessões coloniais à reorganização económica metropolitana, desde que estes sejam complementares ou pelo menos não colidam com os interesses defendidos pelos ingleses. Este

facto, particularmente verdadeiro no caso de Moçambique, também se verificava nas outras colónias onde eram os reais detentores dos circuitos comerciais entre o interior e o litoral e deste com a Europa ou o Brasil, o qual nas palavras de Hipólito de la Torre e de Sánchez Cervelló: "(...) *constituye el mejor reflejo institucional de la importancia concedida a los territorios ultramarinos, e invierte, en sentido centralizador, el régimen de descentralización y autonomía financiera establecido por la anterior legislación republicana.*"³²

A nível internacional, melhoram as relações Luso-Espanholas, em 1929, Ivens Ferraz tem um encontro com o ditador espanhol Primo de Rivera na fronteira do Minho, ainda no mesmo ano, é o Presidente da República, Óscar Carmona que faz uma visita oficial a Espanha a convite do Rei Alfonso XIII, entrando-se num período de «amizade peninsular» devido à semelhança ideológica entre os dois regimes, embora sejam substancialmente diferentes em relação ao conteúdo e forma como o põem em prática. Facto incontestável é que nestes começos da década de 1930, a política da ditadura começava a trilhar um caminho novo, fundamentado numa ideologia cujas directrizes se baseavam num nacionalismo algo provinciano sem a expressão, a emotividade e a adesão de massas do fascismo italiano.

A modificação do regime político era porém feita lentamente, devido quer à oposição interna da maioria dos republicanos (mesmo tratando-se de elementos conservadores) quer também dos sindicatos (A CGT foi ilegalizada logo em 1927) da maçonaria (ilegalizada em 1935), ou de diversas facções de militares que organizaram a revolta no Porto (3-7 de Fevereiro de 1927), e em Lisboa (7-9 de Fevereiro de 1927), que a falta de coordenação entre si condenou ao fracasso. A amplitude da revolta conduziu à deportação – as mais das vezes sem julgamento – de vários centenas de militares, que continuaram a conspirar levando às revoltas da Madeira, dos Açores, da Guiné e de Angola (1931) ou da revolta operária na Marinha Grande (1934).

A lenta mas firme ascensão de Oliveira Salazar no elenco ministerial torna-se mais notória a partir de 1931-32 com a demissão dos sucessivos Ministérios presididos por Ivens Ferraz e Vicente de Freitas, relutantes em contemporizarem com uma situação de ditadura institucionalizada, preferindo antes uma solução da continuidade do regime republicano parlamentar mas de cariz presidencialista, em que se assistisse a um reforço do poder executivo em detrimento do legislativo. As condições para a instauração *ipso facto* de um novo sistema político só foram criadas quando o Presidente do Ministério passou a ser o General Domingos de Oliveira, que com a conivência do Presidente da República vai contrabalançar o Poder (e os protestos) dos militares e das outras facções político-

³²H.Torre-Gómez; 1998-d, p.167.; A.Vicente, 2003, p.94.; F.Rosas; A.Vicente; S.Payne *et alia*, 2007, p. 25.

ideológicas de direita, sobretudo os nacional-sindicalistas de Rolão Preto e os integralistas de Pequito Rebelo e Alberto de Monsaraz. Terão sido estas manobras nos bastidores da política que permitiram a Salazar, assessorado por Fezas Vital na componente jurídica e Quirino de Jesus no que diz respeito à parte económico-financeira elaborar uma nova Constituição que, por um lado, legalizasse e institucionalizasse o novo regime aos olhos da população e das potências estrangeiras, particularmente da Inglaterra, e simultaneamente servisse de suporte legal para a manutenção e reforço do poder de um Executivo centrado na pessoa do Presidente do Conselho capaz de fazer frente ao poder legislativo da nova Assembleia ou do próprio Presidente da República.

A «pedra angular» do regime designado por Estado Novo é a nova Constituição - plebiscitada em 1934 - em que os próprios votos abstencionistas foram contabilizados como de anuência à nova situação política propunha inovações significativas e vai ser ela a determinar e condicionar a nível interno as características e a consolidação do regime. O Poder Legislativo pertencia a uma Assembleia Nacional que ao contrário da sua congénere na Primeira República, estava quase completamente destituída de poder, em termos reais limitava-se a anuir as leis promulgadas pelo Poder Executivo na pessoa do Chefe do Estado, eleito por votação directa para um mandato de sete anos. Este, detinha amplos poderes pois exonerava e nomeava livremente o Chefe do Governo e os Ministros que eram da sua exclusiva confiança política; podia suspender ou mesmo decretar a dissolução da Assembleia Nacional e solicitar ao Parlamento revisões extraordinárias da Constituição.

No entanto, o seu poder político era mais aparente do que real, o cerne da governação residia na pessoa do Presidente do Conselho: "(...) único responsável governamental perante o Chefe de Estado, é ele que lhe propõe a nomeação e exoneração dos membros do Governo; quem, normalmente, preside ao Conselho de Ministros; quem traça e orienta o programa geral do Governo, cabendo-lhe, sobretudo, referendar todos os actos do Presidente da República, sob pena da inexistência destes."³³

O outro órgão governativo que deveria constituir a «pedra de toque» do regime, que a si mesmo se definia como representante das corporações e dos municípios, seria a Câmara Corporativa, onde estes e outros organismos individuais ou colectivos considerados de interesse estariam incluídos, mas como a sua função era apenas deliberativo-consultiva, desde cedo passou a ter uma função quase decorativa onde se encaixavam personalidades afectas ao regime. A consolidação deste último a partir de 1934/35 é um facto indesmentível, com uma oposição interna incapaz de constituir ameaça real ao Estado Novo, mais pela sua inoperância *versus* perseguição política dos dirigentes (a PVDE

³³ F Rosas; J. Serrão; A. Marques *et alia*, 1992, p.100.

desmantelou o Partido Comunista, o Partido Socialista autodissolveu-se em 1933 e os republicanos demo-liberais exilaram-se voluntariamente ou foram deportados), do que propriamente por falta de bases sociais de apoio.

Podia o salazarismo entregar-se àquilo que António Ferro definiu como a «política de espírito» quando da criação do Secretariado Nacional de Propaganda que tutelava e claro está, controlava as obras e os certames em que participavam os artistas e intelectuais. A estratégia cultural vai assentar em dois aspectos. Por um lado, punir com a demissão ou a aposentação compulsiva todos os funcionários públicos que se rebelassem contra a política ou os cânones oficiais do Estado Novo (logo em 1935 foram demitidos intelectuais como Rodrigues Lapa, Aurélio Quintanilha, Nuno Simões, Abel Salazar, Adelino da Palma Carlos), ostracizados senão presos todos aqueles que nas suas obras literárias não fossem ao encontro da imagem do «Portugal rural pobre mas honrado», das «virtudes da raça e da gesta dos nossos heróis»; da «portugalidade espalhada pelos quatro cantos do Mundo», como sucedeu aos escritores Soeiro Pereira Gomes e Alves Redol, Branquinho da Fonseca, Ferreira de Castro ou Manuel Mendes, apenas sendo (mal) tolerados Fernando Pessoa (falecido em 1935 e na época pouco divulgado), Miguel Torga, José Régio, Gomes Ferreira ou Gaspar Simões, entre outros.

Por outro lado, o regime salazarista vai tentar atrair os intelectuais com a realização de grandes eventos, como a Exposição Industrial Portuguesa (Lisboa, 1932), a I Exposição Colonial Portuguesa (Porto, 1934); Exposição do Ano X da Revolução Nacional (Lisboa, 1936); Exposição Histórica da Ocupação do Século XIX (Lisboa, 1937) e particularmente no campo artístico com as exposições do Secretariado Nacional das Belas Artes e outras em que participaram pintores como Dórdio Gomes, Eduardo Viana, Eduardo Malta, Júlio Resende, Sara Afonso, António Dacosta; escultores como Barata Feio, Leopoldo de Almeida e Francisco Franco; os arquitectos Cottinelli Telmo, Carlos Ramos, Cristino da Silva, Keil do Amaral, Pardal Monteiro e cineastas como Leitão de Barros. O apogeu do regime, mesmo em termos culturais atinge-se em 1940 com a emblemática Exposição do Mundo Português (na Comemoração dos Centenários), onde colaboraram Almada Negreiros, Fred Kradolfer, Tomás de Melo, Bernardo Marques, Carlos Botelho, Emerico Nunes, José Rocha, Estrela Faria, Paul Ferreira e Eduardo Anhory. Entre os eventos internacionais em que alguns destes intelectuais colaboraram destacam-se as exposições internacionais de: Sevilha (1929); Paris (1931 e 1937); Nápoles (1934); Tripoli (1935); Genebra 1935) e Nova Iorque – S. Francisco (1939).

Podemos pois afirmar que a nível artístico e intelectual, o regime nesta sua primeira fase, que em termos cronológicos se estende entre os finais dos anos vinte e início da década de trinta do século passado, prolongando-se até ao *terminus* da Segunda Guerra Mundial, se não conseguiu arregimentar

a totalidade da *intelligentia* portuguesa, foi pelo menos capaz de aliciar um número bastante significativo de intelectuais, particularmente no campo artístico, que conscientemente ou não, serviram os objectivos propagandísticos e os propósitos do nacionalismo português.

Como classificar e definir o regime durante as primeiras décadas da sua vigência? O investigador M. Braga da Cruz, conservador, tendo sido personagem conotada com o regime, define-o como sendo caracterizado por um autoritarismo de direita moderado porque limitado pelas normas constitucionais e pelo próprio catolicismo do Presidente do Conselho: "(...) o salazarismo, apesar de se recusar ideologicamente como regime *de* partido único, não evitou porém traduzir-se num regime com partido único, ou seja, monopartidário embora de um monismo limitado ou mitigado, e por conseguinte meramente autoritário (...) Com um monopartidarismo autoritário e uma ditadura do Governo, o Salazarismo não foi, como regime, um fascismo na acepção plena do termo."³⁴

Enquanto César Oliveira define o Estado Novo como um regime assente no poder pessoal do Presidente do Conselho, baseado no nacionalismo-autoritarismo e no antiparlamentarismo tendo por base uma estrutura corporativista: "(...) um regime que se aproximava do fascismo italiano mas que procurou também distanciar-se dele (...) alternativa contra-revolucionária e autoritária - inserida no quadro europeu e peninsular que a tornou exequível e com credibilidade interna e externa - à democracia representativa e ao liberalismo, ambos em crise profunda depois da I Guerra (...) O Estado Novo afirmar-se-ia, como também outros regimes na Europa de entre-guerras o fizeram, como um regime nacionalista. Não um nacionalismo agressivo e expansionista como foi o caso da Alemanha de Hitler, a Itália de Mussolini ou mesmo a Espanha franquista, a partir de 1939; o Estado Novo foi, isso sim, um nacionalismo autárquico, fechado sobre si mesmo e interessado em manter e defender o seu império colonial."³⁵

Por sua vez, Fernando Rosas refere-o como sendo um regime autoritário muito semelhante ao fascismo italiano, distinguindo-se dele por certos entraves legais expressos na Constituição de 1933 bem como uma maior influência da Igreja Católica em detrimento do partido único (União Nacional) precisamente o inverso do que sucedia no regime de Mussolini, contudo: "(...) não nos parece possível excluir liminarmente o salazarismo (...) de expressões autoritárias de tipo novo que emergem na Europa de entre guerras, antes havendo que o encarar, à luz das especificidades da sociedade portuguesa da época que as filtraram e moldaram, como uma espécie particular de um fenómeno global de «fascismo genérico»."³⁶

³⁴ M. Cruz, 1988, pp.251-256.

³⁵ C.Oliveira, 1991, pp.77-81.

³⁶ F Rosas; J. Serrão; A. Marques *et alia*, 1992, p.139.

Talvez a resposta quanto a nós, esteja mesmo em aceitar a indefinição ou seja, podemos contrapor se o Estado Novo tem fundamentos totalitários ou autoritários, definindo o primeiro como um sistema que exerce um controle absoluto e total sobre os modos de vida, consciências, religião, economia, actividades sociais. Em termos de Geografia Política, o Estado totalitário caracteriza-se por destruir toda a individualização regional ou local dos órgãos de soberania referentes à estrutura do aparelho de Estado. Em questões de Geopolítica, o seu objectivo implica o não reconhecimento de identidades nacionais, de limites fronteiriços internos ao território nacional (sejam eles o continente, os arquipélagos insulares ou as possessões coloniais afro-asiáticas) nem quaisquer diferenciações político-ideológicas, tendendo-se para a uniformização total de culturas, hábitos e práticas sociais. Torna-se um regime “autofágico” porque em casos extremos destrói-se a si próprio por falta de estruturas burocráticas, para não falar em revoltas ou conflitos internos que não permitem a existência do Estado. Muito menos se pode falar em Nação porque toda a amálgama de povos integrados num sistema totalitário se sentem coagidos a reconhecerem como tendo qualquer identidade político-cultural ou social em comum, o que na realidade não existe.

Parece no entanto que o sistema encerra em si duas contradições insanáveis, que *a posteriori* podem tornar impraticável a sua aplicação: se predominar infinitamente o totalitarismo, a sociedade ou os organismos estatais, por muito decadentes que estejam, reagem de forma violenta ao sistema e gera-se o caos, se pelo contrário predominar durante longo tempo um sistema totalitário ou até mesmo autoritário, a estabilização e a «normalidade» originam uma burocracia tão pesada que acaba com quaisquer veleidades de revolução, destruindo o sistema totalitário.

O sistema autoritário assume características diferenciadas, embora repressivo e muitas vezes sob o mandato de um chefe único, as mais das vezes com organismos político-sociais (assembleias ou parlamentos, sindicatos, organismos corporativos, clubes e instituições juvenis, organizações paramilitares) que apesar de monolíticos sempre são uma cadeia intermédia entre o poder do ditador e a população, o que conduz a que esse autoritarismo seja limitado por um lado pela própria ineficiência da cadeia hierárquica ou pela existência de outros organismos, que embora tenham prerrogativas muito limitadas sempre servem para controlar o poder em si mesmo. Para além disso, a existência de associações ou colectividades, geralmente de carácter político-partidário, são encorajadas pelo próprio Poder, o que conduz a um sistema de cumplicidades e solidariedade social entre os seus membros. Permite uma certa «paz social», contando menos com a repressão do que a apatia ou adesão da população às ideologias dominantes, pois se o sistema totalitário é repressivo dentro de certos limites, essa repressão é um risco calculado por ser previsível (partidos políticos proibidos ou actividades

clandestinas desde que saiam fora dos cânones oficiais), mas é limitada, ou melhor latente e velada para quem não se opõe à sua instituição. Parece evidente que podemos incluir o regime português e outros fascismos / autoritarismos de direita nesta última classificação.

Ambos os sistemas não são rígidos, podem evoluir no sentido de um regime liberal e passar a um autoritarismo de direita (como aconteceu na Europa das décadas de vinte e trinta do século passado), ou mais raramente de esquerda (Rússia parlamentar em 1917 para um sistema Marxista-Leninista na década de vinte do século transacto). Menos frequente é a passagem do autoritarismo *versus* totalitarismo ou estatismo.

Nos finais da década de trinta, inícios da década de quarenta do século XX, o regime político português apresenta algumas semelhanças mas também diferenças substanciais em relação aos seus congéneres da Alemanha nazi e da Itália fascista, senão na aplicação prática de certas formas totalitárias, pelo menos no conteúdo e na forma de exteriorização de certa simbologia representativa do poder do Estado. Em relação ao primeiro aspecto apenas podemos apontar uma identidade no «culto» do Chefe e a existência de um partido político único, da repressão e cerceamento da liberdade de expressão sob diversas formas, mas mesmo assim muito mais moderado do que o nazismo e diferindo substancialmente dele.

Enquanto em relação ao fascismo italiano, já se aponta uma maior consonância, como sejam o aparato exterior de alguns eventos históricos, uma paixão nacionalista hostil aos internacionalismos e aos sistemas demo-liberais, o anticapitalismo e antimonopolismo professado (em teoria...) por ambos os regimes, a instituição de um sistema corporativista entendido como resultante da colaboração das diversas classes sociais, mas imposto e tutelado pelo Estado, bem como a subordinação do Chefe de Estado (o Rei ou o Presidente) ao poder do Chefe do Governo, implementação de uma Constituição totalitária, subordinação do individuo à colectividade (Nação ou Estado).³⁷

Esta ideia é aliás expressa com precisão pelo próprio Presidente do Conselho de Ministros, num discurso intitulado «Princípios fundamentais da revolução política» datado de 30 de Julho de 1930, em que se aponta o caminho a seguir como o da implementação de um Estado autoritário mas limitado por determinados parâmetros herdados do republicanismo demo-liberal e da monarquia constitucional. Mais incisivo, face a uma consolidação crescente do poder político após a aprovação da nova lei orgânica fundamental (a Constituição de 1933) o Presidente do Conselho de Ministros refere

³⁷ O único a sobreviver às convulsões do conflito mundial foi o regime português porque praticou exactamente o contrário daquilo que teorizava: o regime português afirmando-se inquestionavelmente como uma república corporativa - expressamente indicado na Constituição de 1933 - teve sempre nos mais altos cargos muitos elementos monárquicos (o próprio Chefe do Governo o era), chegando-se pelo menos durante duas vezes a pôr a hipótese de restauração do trono, antes da morte de D. Manuel II (1932), e logo a seguir ao falecimento do Chefe de Estado, o Marechal Carmona (1951). Por outro lado, embora subordinasse os interesses individuais aos colectivos (a Nação), favoreceu a concentração de monopólios e de outorga de privilégios nas mãos de grandes empresas capitalistas particulares, metropolitanas, insulares ou coloniais.

no discurso «A Nação na política colonial», datado de 1 de Junho de 1933, os princípios estruturantes que devem presidir à sua organização política portuguesa: “Foi a Nação representada pelo seu chefe e pelo escol das ordens do Estado que deu unidade, solidez, poderio, vida a Portugal (...) É isto exacto; e todavia é preciso afastar de nós o impulso tendente à formação do que poderia chamar-se o estado totalitário. O Estado que subordinasse tudo sem excepção à ideia de nação ou de raça por êle representada, na moral, no direito, na política e na economia, apresentar-se ia como ser onnipotente, principio e fim de si mesmo, a que tinham de estar sujeitas todas as manifestações individuais e colectivas (...) A Constituição aprovada pelo plebiscito popular repele, como inconciliável com os seus objectivos, tudo o que directa ou indirectamente provisse dêsse sistema totalitário. Ela começa por estabelecer como limites à própria soberania a moral e o direito. Impõe ao Estado o respeito pelas garantias derivadas da natureza a favor dos indivíduos, das famílias, das corporações e das autarquias locais.”³⁸

Se as semelhanças com o fascismo italiano são indiscutíveis, são também numerosas e acentuadas as diferenças entre os dois regimes: o regime português, preferia a repressão preventiva do que a punição por meios directos, muito mais utilizada por Mussolini. Enquanto este tinha um partido político forte e coeso, o regime português vivia do apoio do exército ao Executivo. O partido único, a União Nacional (fundada em 1930) nunca foi um «partido de massas», apesar de terem ambos os regimes o apoio incondicional da Igreja Católica com quem assinaram Concordatas, o fascismo mussoliniano ostentava a supremacia do poder político face à Igreja, situação que nem sempre se verificava de modo tão claro em Portugal, onde pelo menos teoricamente, ambos os poderes sempre estiveram separados. Quando havia sobreposição de interesses o mais comum era um consenso - apesar de Salazar dar em teoria primazia aos interesses do Estado, raramente isso se verificou - quando não mesmo uma subalternização dos interesses do Estado em relação aos da Igreja. Enquanto Salazar subordinou os sindicatos ao Poder, apesar destes existirem livremente desde que correias de transmissão do ideário corporativista; Mussolini fez quase o inverso, introduziu o partido e a sua ideologia nos sindicatos, reduzindo-os à sua mínima expressão como associações de trabalhadores, modelando-os segundo os interesses do Estado no sentido de ver formado um sindicalismo fascista revolucionário.

Um aspecto que gostaríamos de aprofundar reporta-se à semelhança entre a ideologia e a estrutura organizativa expressa pelo integralismo e a corporativização do Estado Novo. Como bem se deu conta Luís de Almeida Braga, quando refere que a eclosão do Movimento Militar do 28 de Maio de

³⁸ A. Salazar, 1935, pp. 336-337.

1926 tem subjacente a teoria integralista da liberdade assente em organismos antiliberais como seria o republicanismo conservador da Ditadura Nacional: “Se não fosse a doutrinação de Sardinha e dos seus companheiros, dentre os quais só por baixa intenção podem calar-se os nomes de Alberto Monsaraz, de Hipólito Raposo e de Pequito Rebelo, a Revolução de 28 de Maio de 1926 não teria encontrado o ambiente espiritual e moral que lhe permitiu anelar a transformação do Estado.”³⁹

Já se nos afigura mais problemática a semelhança apontada entre o Salazarismo e o Integralismo Lusitano, pela simples razão de que o Estado Novo assenta a sua própria origem e concepção num regime republicano em que a Constituição de 1933 assegura o respeito e as garantias das liberdades individuais. Proclama (pelo menos teoricamente...) a igualdade de direitos e deveres de todos os cidadãos perante a lei sem discriminar ninguém segundo as origens do seu nascimento, o que não obsta a que nos fundamentos da lei geral da orgânica do Estado os indivíduos tenham de estar submetidos aos interesses da Nação, como expressão colectiva do sentir geral a que todos se devem subordinar. Facto este reconhecido explicitamente pelo próprio Ministro das Finanças, Oliveira Salazar, em discurso proferido em 21 de Outubro de 1929 e intitulado «Política de verdade. Política de sacrifício. Política nacional»: “A primeira exigência da política nacional, como o primeiro dever dos governantes, é o reconhecimento, é o sentimento profundo da realidade objectiva da Nação portuguesa em toda a sua extensão territorial da sua Metrópole, das Ilhas e das suas Colónias, em todo o conjunto da sua população – uma realidade histórica e uma realidade social. Nela estão encorporados e por ela vivem os indivíduos, as famílias, os organismos privados e públicos. E na unidade resultante da sua integração e da concordância profunda dos seus interesses, ainda que às vezes aparentemente contrários, não há que separá-los ou opô-los, mas que subordinar a sua actividade ao interesse colectivo. Nada contra a Nação, tudo pela Nação”⁴⁰

No entanto, existe um elo de ligação entre as duas ideologias - o salazarismo e o integralismo lusitano - como sejam a existência das corporações e dos sindicatos nacionais (os grémios) e de um organismo como é a Câmara Corporativa, baseada no conceito integralista de representação profissional de individualidades civis, militares ou religiosas que o Estado considere meritórias o suficiente para obterem assento neste órgão consultivo, como aliás referem alguns dos seus vultos mais destacados: “(...) expôs o professor Fezas Vital: sem dúvida a doutrinação do Integralismo Lusitano facilitou a marcha corporativa do Estado Novo dada a sua influência na formação do pensamento político-social de uma parte do nosso escol.”⁴¹ Personalidades como Marcello Caetano,

³⁹L. Braga, 1943, p. 28.

⁴⁰ A. Salazar, 1935, p. 34.

⁴¹ L. Braga, 1943, p. 34.

Pedro Teotónio Pereira ou Quirino de Jesus que comungam dessa linha de pensamento ultramontano e direitista, continuariam a sua carreira política no Estado Novo: “(...) o Doutor Cabral de Moncada assenta: «é inegável que a corrente ideológica de que estamos falando (a corrente integralista) (...) foi indiscutivelmente ela quem deu um pensamento político orgânico às actuais tentativas de construção política que, entre nós, neste momento se estão ensaiando (...) a síntese magistral do discurso do Sr. Doutor Oliveira Salazar de 30 de Julho quando afirmou: «Em suma: pretende-se construir o Estado social e corporativo em estreita correspondência com a constituição natural da sociedade. As famílias, as freguesias, os municípios, as corporações (...) são os organismos componentes da Nação, e devem ter, como tais, intervenção directa na constituição dos corpos supremos do Estado.»⁴²

Talvez ainda mais significativo, seja quanto a nós, o discurso proferido por Oliveira Salazar no Secretariado de Propaganda Nacional em 13 de Janeiro de 1934 e intitulado «Problemas da organização corporativa» numa época em que o Estado português se preocupava mais com a estrutura do seu edifício teórico corporativo, por exemplo através da Câmara Corporativa, do que propriamente em implementar a organização prática das corporações que demorariam ainda mais vinte anos para se tornarem efectivas através do Ministério das Corporações. Neste discurso denotam-se, no nosso entender, duas influências. A primeira, é do Integralismo Lusitano com a estruturação das corporações ao nível do Estado, e a outra é a justificação hegeliana baseada no primado da razão kantiana para o autoritarismo governamental: “O Estado português deve ser organizado, segundo a Constituição, em república corporativa (...) e no entanto, fugindo da divinização do Estado e da sua fôrça, em nome da razão e da história, nós temos de realizar o Estado forte, em nome dos mais sagrados interesses da Nação (...) temos de dar à engrenagem do Estado a possibilidade de direcção firme, de deliberação firme, de deliberação rápida, de execução perfeita.”⁴³

Neste período de consolidação do Estado Novo, sopram «novos ventos» que se por um lado encorajam os estudos histórico-geográficos da individualização de Portugal face à Espanha, por outro, mostram o notório matiz político-ideológico ou pelo menos o flagrante aproveitamento desses estudos, compreensivelmente, mais no que concerne aos aspectos da Geografia Humana do que aos da Geografia Física, para afirmar a especificidade, o orgulho da Pátria Portuguesa (ou seja a Nação) no contexto ibérico. A decadência peninsular será então colmatada pelo advento de um Estado ditatorial como veio a ser o Salazarismo? Parece-nos, que ao contrário do que afirma Rodrigues Cavalheiro, não é essa a estrutura política que A. Sardinha tem em mente, prefigura antes, tal como no País vizinho, uma monarquia conservadora e unitária preferencialmente conduzida por militares como Primo de

⁴² *Ibidem*, pp. 28-32.

⁴³ A. Salazar, 1935, pp. 283-285.

Rivera, que já no final da vida, o integralista de Monforte compara com Gomes da Costa. No entanto difere substancialmente na forma em relação ao Estado Novo porque seria um regime descentralizador cuja base de apoio, senão a própria essência de ser, é o municipalismo autárquico. Digamos que a concepção ideológica dos integralistas lusitanos se revê mais no pretérito regime Sidonista do que no Estado Novo que se seguirá à I República.

Relativamente à conjuntura política internacional, estes primeiros anos do regime (1930-1936) não foram fáceis, perante a divisão da Europa entre os pólos opostos da Front Populaire em França (1936) e da República Espanhola (1931-1939), face aos regimes ditatoriais do nacional-socialismo na Alemanha (1933-1945), do fascismo em Itália (1922-1945) e do imperialismo nipónico (1930-1945). Os regimes totalitários desencadeiam uma política expansionista, como anexação da Etiópia por parte do exército do Duce (1935), enquanto a Alemanha proclama a união económica e política da Áustria ao III Reich, o *Anschluss* (1938), e ocupa a região dos Sudetas na Checoslováquia (1938), enquanto o Japão ataca e anexa vastas áreas do norte e centro da China (Manchúria), sem medidas enérgicas postas em prática pela Sociedade das Nações, de que estes países eram membros.

Perante a gravidade da situação internacional, mobilizam-se os intelectuais, participando em diversos Congressos ou escrevendo obras sobre a situação política da Europa.⁴⁴ Devido à ineficácia da S.D.N. para resolver os problemas mundiais, a geoestratégia europeia assenta mais uma vez num sistema de alianças político-militares: a U.R.S.S. procurava pôr em prática uma política de estabelecimento de pactos com a França, a Inglaterra e outros países, face a uma Alemanha cada vez mais agressiva. A China e em parte a própria U.R.S.S., preconizavam uma política pacifista, de temporização com certos países mas de firmeza e resistência face a um agressor. Os países democráticos, como a Grã-Bretanha com a sua teoria da «universalidade» procurava congregar todos os países que vencedores da Primeira Guerra Mundial de modo a isolar a Alemanha. A assinatura do Pacto Germano-Soviético (1939) conduziu ao descrédito total da supracitada organização internacional, originando que países como a Bélgica, Holanda, Estónia, Letónia, Lituânia, Suécia, Noruega e a Finlândia tenham firmado o «Pacto de Copenhaga», em que se comprometiam entre si a prestar apoio militar e a estabelecer sanções económicas contra qualquer país atacante dos signatários.

Em questões referentes à geoeconomia mundial, estão activos os diplomatas e técnicos portugueses que se deslocam ao estrangeiro para assistir às diversas conferências sobre as medidas a

⁴⁴ Albert Demangeon, *Le declin de l'Europe* (1920); Hanri Massis, *La defense de l'Occident* (1927); Ortega y Gasset, *La rebelión de las masas* (1930); Guglielmo Ferrero *La vecchia Europa e la nuova. Saggi e discorsi* (1918); Karl Jaspers, *The European Spirit* (1931), Condehouve-Kalergi *Pan-Europa* (1923), *La lutte pour l'Europe* (1931), *Europe Must Unite* (1939), para além de George Orwell, Antonio Gramsci; François Mauriac, André Malraux, entre outros.

tomar para sustentar a crise económica mundial. Na Conferência de Londres (1933) foram discutidos entre numerosos países os problemas da inflação, das taxas alfandegárias, dos problemas da desvalorização monetária, dos câmbios e paridades entre moedas, medidas destinadas a reactivar o comércio mundial que apesar de interessarem a Portugal, não levariam a que este descurasse a revitalização das trocas comerciais com as Colónias, em especial Angola e Moçambique.⁴⁵

A opinião de A. Salazar em entrevista a António Ferro (1934) refuta a ideia de que a Conferência de Londres tenha servido para alguma coisa melhor, porque mais eficiente, seria apoiar a ideia de Mussolini de um «pacto dos quatro» entre os principais países (Inglaterra, França, Itália e Alemanha), para resolver os problemas económicos e políticos da Europa, do que o sistema parlamentar da S.D.N. Mostra-se contrário à política de Hitler, apesar de este ter afastado o perigo do comunismo da Europa, mas não concorda com os seus métodos que reputa de violentos, de resto, interessa-lhe muito mais a manutenção da política de amizade com a Grã-Bretanha, no quadro da Aliança Luso-Inglesa. Mesmo assim, o Chefe do Governo é cuidadoso, para não dizer desconfiado, no que respeita às relações internacionais entre países, seja ou não no quadro da S.D.N., como se pode inferir do seguinte discurso (1935): "(...) sempre que Portugal se imiscuiu nos problemas europeus tirou de tal atitude mais inconvenientes do que vantagens, dada a ligação à Europa ser tida como uma «fatalidade» da natureza: os interesses e o futuro do país projectavam Portugal para o Atlântico."⁴⁶

A Geografia serviria assim, perversamente, para ajudar a estabelecer um paralelismo entre os «feitos heróicos» dos monarcas, protagonistas da formação da Nação e do Estado português e a posterior Expansão, com a nova política salazarista de alteração jurídico-legislativa e administrativa da estrutura governativa no aparelho de Estado que visava (re)construir Portugal no sentido da Ordem e da estabilidade político-financeira. Pretendia-se infundir a necessidade de mentalização do conjunto do povo português, isto é da Nação, para a concretização de «novos ideais» de um «pensar colectivamente», daí a expressão aportuguesada (e mais moderada...) adaptada do fascismo italiano de «nada contra a Nação tudo pela Nação», através de um nacionalismo folclórico e exacerbado que teve o seu momento culminante na Exposição do Mundo Português em 1940.

Esta visão épica do «sentir nacional» serviria de justificativo a intelectuais portugueses como Amorim Girão, Damião Peres, Paiva Boléo, entre outros, para teorizarem sobre a importância geopolítica de Portugal e do Império no contexto internacional. No aspecto geopolítico do relacionamento internacional, continua a sobrepor-se aos demais países o relacionamento diplomático

⁴⁵ Participaram como delegados portugueses na conferência Caeiro da Matta como Ministro dos Negócios Estrangeiros, Tomás Fernandes para os assuntos da economia, Rui Ulrich embaixador em Londres, Augusto de Vasconcelos delegado na S.D.N., Inocêncio Camacho governador do Banco de Portugal e Pequito Rebelo, delegado português no Instituto Internacional da Agricultura.

⁴⁶ F Rosas; J. Serrão; A. Marques *et alia*, 1992, p.48.

com a Grã-Bretanha e todas as implicações resultantes da Aliança Luso-Britânica, não esquecendo outros Estados como o Vaticano, cujo relacionamento melhorou substancialmente desde a instauração do novo regime português. Muito lentamente iniciam-se as negociações para o estabelecimento de uma Concordata entre os dois países (assinada em 1940). Tal como na república demo-liberal, continuam a manter-se excelentes relações diplomáticas com a França, mais que não seja porque a *intelligentia* continuava a considerar desde o século XIX este país como o modelo a seguir em termos culturais, particularmente nos aspectos artístico-literários.

Nestes finais da década de trinta do século passado, destacam-se pela novidade o nítido ascendente diplomático dos regimes totalitários como o existente na Itália, mais em termos políticos devido às afinidades ideológicas com o regime de Mussolini, do que propriamente pela importância económica das transacções comerciais. A este propósito, saliente-se o facto de o governo fascista ter insistentemente solicitado a Portugal a adesão ao Pacto Anti-Komintern (1939), à semelhança do que faria mais tarde com o país vizinho após a intervenção na Guerra Civil Espanhola. A Alemanha, durante a curta vigência da República de Weimar e mesmo após a instauração do regime nacional-socialista, nunca teve uma influência político-diplomática proporcional à importância das transacções comerciais entre os dois países, fosse devido à pressão diplomática inglesa ou ao facto do Salazarismo desconfiar de toda a retórica agressiva do nazismo, a verdade é que apesar deste país constituir durante os finais da década de 1930 o nosso segundo parceiro em termos comerciais, a sua influência política em Portugal nunca se pôde comparar com aquela que era exercida pela embaixada inglesa e pelos particulares deste país, detentores de empresas importantes, senão mesmo estratégicas para a economia portuguesa.

Em termos de política internacional, o fascismo italiano estava mais interessado numa Geopolítica que delimitasse uma área de influência onde a supremacia e o poder de Roma se tornassem incontestáveis, ou seja a «bacia do Mediterrâneo» nem que fosse à custa do expansionismo sob a forma de conflitos armados com países vizinhos (Grécia e Albânia), ou através da ocupação em África de países independentes (Etiópia), ou possessões coloniais administradas por outros países (Somália, Líbia). Ao contrário, o regime de Salazar procurou sempre a paz com o país vizinho (não dizemos a neutralidade devido à intervenção na Guerra Civil de Espanha), em simultâneo com uma política colonial que apenas tentou manter a soberania nacional nas possessões ultramarinas, sem entrar em aventureiros expansionismos.

Torna-se francamente negativa a imagem internacional de Portugal, como consequência da sua política Colonial. Além de diversas potências alimentarem esperanças na partilha das possessões

portuguesas, seja por razões de ordem económica, ou por questões de geopolítica internacional em que a cedência de parte da África Ocidental e Central poderia desviar os intentos imperialistas do nazismo alemão e do fascismo de Mussolini na Europa. O Estado Novo reafirma a indivisibilidade das Colónias portuguesas em 1934, que para além de ligações sociais e políticas com a metrópole, terão também cada vez mais estreitos laços económicos entre si, de modo a fortalecer uma unidade de todos os territórios ultramarinos, que se denominará de Império Português. A propaganda governamental dissemina esta ideia, expressa por Oliveira Salazar e Armindo Monteiro, numa sessão solene na antiga Câmara dos Deputados (1933) que sintomaticamente reuniu os diversos governadores das então designadas colónias africanas: “Portugal não é um país pequeno.”⁴⁷ Esta mesma ideia foi traduzida quase simultaneamente por Henrique Galvão (na época Comissário-Geral para a Exposição Colonial do Porto, 1934) na elaboração de um mapa cuja base cartográfica mostrava precisamente Portugal Continental e as Ilhas Adjacentes (expressão da época) os quais juntamente com as colónias portuguesas são sobrepostas num mapa da Europa, comparando as respectivas áreas com a dos restantes países europeus. O objectivo geopolítico é claro: a unidade do território metropolitano e das possessões coloniais fazem de Portugal uno e indivisível do Minho a Timor um país unitário com uma superfície respeitável, com um enorme potencial geoeconómico, com o qual é preciso contar nos areópagos internacionais.

Em Paris decorre o exílio da «nata» da intelectualidade politizada (Jaime e Armando Cortesão, António Sérgio, Afonso Costa, Bernardino Machado, Raúl Proença) ou após a proclamação da II República no país vizinho (1931) dos «operacionais» militares Agatão Lança, Lago Cerqueira, Passos e Sousa entre outros, mas sem tentarem nenhuma acção directa relevante. Remeteram-se ao apoio logístico como seja o envio de armamento para os grupos oposicionistas ilegais e a instalação de uma potente emissora de rádio que se sobrepunha à própria Emissora Nacional no Norte e Centro e ao longo de toda a raia. Apoiando vagas manobras de protesto ou em certos casos deslocando-se clandestinamente ao Norte do País na tentativa de coordenar qualquer insubordinação militar e/ou civil. Mesmo assim, as conspirações levaram o governo de Madrid - após as eleições que deram a vitória à Confederación de las Derechas Españolas - sob pressão de Lisboa, a decretar que os exilados na Galiza teriam que se manter afastados no mínimo 100 km da fronteira, o que mostra como esta, especialmente na faixa galaico-minhota, não constitui obstáculo algum, sendo facilmente transponível. O relacionamento diplomático com Espanha foi-se progressivamente degradando após a vitória nas eleições de 1936 de uma coligação dos partidos de esquerda, que apontava para a instauração de um

⁴⁷ F. Nogueira, s/d, p.222.

regime republicano socializante, em manifesta contradição com as tendências pró-fascistas do regime português.

Por conseguinte, não será de admirar que o relacionamento com a vizinha Espanha se tornasse cada vez mais tenso à medida que se acentuava a política de esquerda do governo de Azaña (1934). Precisamente nessa data, Salazar profere um discurso relativo à posição do Governo português face aos ao país vizinho: "Pelo Atlântico, pelo Índico se expandiu o povo português, descobriu as terras e os mares, abriu aos outros povos novos caminhos e caminhos de novos mundos (...) Por outro lado, a Espanha seguiu também o seu curso, ora paralelo, ora concorrente (...) não precisara de nós e só contra nós nunca pudera ter razão (...). Deste modo, a independência de Portugal, bem vincada quanto ao resto da Península constitui um factor histórico (...) Amigáveis e cordiais relações com a Espanha? Decerto: mas a nossa plena independência para a realização dos destinos no mundo, tem de ser axioma fundamental da política espanhola. E do facto de ser Portugal uma potência Atlântica resulta o imperativo da Aliança Inglesa."⁴⁸

Na realidade, as relações peninsulares que se mantiveram cordiais senão mesmo amistosas entre os finais da década de vinte e o início da década de trinta do século transacto, dada a semelhança ideológica entre a estrutura governativa em ambos os países - duas ditaduras militares conservadoras e católicas - começam a sofrer algumas alterações nos anos subsequentes devido não tanto ao derrube do regime monárquico em si e conseqüente proclamação da II República com a reposição da normalidade constitucional, mas sim ao facto de a partir de 1934 os partidos de esquerda terem uma influência cada vez mais preponderante no Governo republicano. Mesmo assim, as relações políticas entre os dois países pautavam-se pela normalidade diplomática, pese a vigilância que a PVDE por inerência do Governo Português fazia à embaixada espanhola em Lisboa e toda a sorte de entraves que obstaculizava a actividade comercial fronteiriça entre ambos os países, que só não resultou em retaliações por parte do governo republicano espanhol pelo facto deste se mostrar bastante mais tolerante do que o seu vizinho ibérico e por considerar prioritárias as relações transfronteiriças além Pirenéus, muito mais importantes em termos económicos e político-diplomáticos. Em todo o caso, a Espanha nunca teve uma influência diplomática e muito menos económica, que estivesse em consonância com os imperativos geopolíticos condicionantes de uma extensa fronteira terrestre comum.

Apesar disso, o Presidente do Conselho português referia em finais de 1935 num discurso intitulado «O momento político. Grandes e pequenas questões da política portuguesa» de um modo

⁴⁸ F.Nogueira 1986-b, pp.335-342.

muito sibilino, senão mesmo com alguma hipocrisia, o facto de querer continuar a manter as mais cordiais relações com o governo demo-liberal espanhol: “Somos sobretudo uma potência atlântica, presos pela natureza à Espanha, política e economicamente debruçados sobre o mar e as colónias, antigas descobertas e conquistas (...) os verdadeiros interesses da Pátria portuguesa, está em não nos envolvermos, podendo ser, nas desordens europeias, em manter a amizade peninsular, em desenvolver as possibilidades do nosso poderio atlântico. Para nos podermos dedicar a êste último nós desejamos tão amigáveis e cordiais relações com a Espanha, que desapareçam dêsse lado todas as desconfianças e preocupações. Não só no campo económico se podem desenvolver muito as relações entre Portugal e a Espanha, mas ainda no campo político parece não ter hoje aquela nação nenhum interesse contrário aos interesses portugueses, dado que a nossa plena independência, para a realização dos nossos destinos no Mundo, tem de ser axioma fundamental da política espanhola. Nesta base temos o campo aberto para entendimentos mútuos.”⁴⁹

Por conseguinte, não é de admirar que após os estudos pioneiros sobre a especificidade e evolução histórica da fronteira ibérica da autoria de Mendes Corrêa (1921) e de Magalhães Basto (1923) ainda durante a I República, no decénio seguinte apesar de nos surgirem algumas obras sobre o assunto da autoria de Paiva Boléo (1935, 1939), Amorim Girão (1935). José Santa-Rita (1935) e Mendes Corrêa (1938) estas têm um cariz teórico, versando preferencialmente a problemática histórica relativa à delimitação da fronteira hispano-portuguesa, se exceptuarmos dois pequenos trabalhos teórico-práticos indicadores da metodologia a empregar para a diferenciação etnocultural entre portugueses e espanhóis.⁵⁰ Este facto deve-se fundamentalmente ao receio de focar assunto tão melindroso, numa época em que publicar quaisquer linhas que se referissem à conturbada situação política espanhola entre os finais da Monarquia Constitucional e a II República, inevitavelmente teria de passar pelo crivo da censura oficial, podendo levantar problemas graves mesmo entre académicos alinhados com o regime vigente.

Sobre a validade da Aliança Luso-Britânica, interrogava-se o embaixador britânico em Lisboa se não seria mais indicado suscitar uma revogação daquele documento e substituí-lo por outro de carácter mais inócuo, que não obrigasse a Grã-Bretanha a prestar auxílio militar e económico se Portugal fosse objecto de uma agressão por parte da vizinha Espanha, ou se a Alemanha ocupasse alguma das possessões portuguesas em África. O Foreign Office conclui que a revogação da Aliança Luso-Britânica seria antes de tudo prejudicial aos próprios interesses da Inglaterra, não acreditando que uma invasão

⁴⁹ A. Salazar, 1937, pp. 79-80.

⁵⁰ A. Basto, 1923, 46 p.; O.Ribeiro, 1938-b, 32 p.

de Portugal devida a uma mudança radical do regime político espanhol fosse uma ameaça em vias de concretização.

Nessa mesma época, o próprio Presidente do Conselho recordava no discurso «O momento político. Grandes e pequenas questões da política portuguesa» que a validade desse tratado político-diplomático implicava obrigações nos dois sentidos, isto é, contrariamente aos políticos da I República que se mostravam subservientes em relação aos interesses ingleses, o Estado Novo tentava um reajuste nesse relacionamento, diga-se de passagem mais em teoria do que na prática, porque quem continuava a controlar a estrutura-chave da economia nacional eram as companhias inglesas, pese embora a concorrência alemã em alguns sectores de actividade: “Aos que me perguntam se acredito na Inglaterra e na aliança respondo francamente e sinceramente que sim (...) a comunidade de interesses portugueses e britânicos é de tal modo evidente que de cá e de lá se há-de impor por muito tempo aos homens do govêrno. Quando estivermos bem compenetrados de que a aliança com a Inglaterra não é nem uma tutela nem uma fiança da nossa acção política interna ou externa, não recearemos as atitudes equívocas ou subservientes nem a diminuição da nossa acção internacional, antes havemos de trabalhar por valorizar ao máximo aquele apreciável instrumento político: visto que temos de dar, havemos de saber exigir.”⁵¹

No mês de Maio de 1936, a situação internacional na Europa mostra sinais de instabilidade: o chanceler Hitler une à Alemanha a Prússia Oriental e na outra extremidade geográfica anexa a região desmilitarizada do Sarre, enquanto em Espanha a vitória eleitoral da Frente Popular, leva a que o Presidente da República, Alcalá Zamora encarregue Manuel Azaña de formar governo, o qual destitui o Presidente da República e consegue a sua própria eleição para esse cargo, ao mesmo tempo que Casares Queiroga é nomeado Primeiro-Ministro. Em Portugal, Oliveira Salazar em contactos diplomáticos com o embaixador Sanchez-Albornoz mostra a sua preocupação pelo facto da instauração de um regime republicano de esquerda se mostrar hostil a Portugal.

Nas semanas seguintes, Armindo Monteiro na S.D.N. pratica diligências junto do delegado inglês, Anthony Eden, sublinhando o facto da República Espanhola ter propósitos expansionistas, no sentido da federação ou da anexação Ibérica, supostamente procurando como medida provocatória hostilizar as populações raianas e militarizar a fronteira comum entre os dois países. A estas manobras políticas do governo salazarista em empolar uma imaginária invasão espanhola como forma de destabilizar e entravar qualquer tentativa de reciprocidade ou de aproximação do Governo de Madrid, animado das melhores intenções, pode muito bem servir de corolário uma célebre frase do futuro

⁵¹ *Ibidem*, p. 81.

Presidente da República, Manuel Azaña, que a este respeito escreveu alguns anos antes, não sem ironia: "(...) en septiembre de 1932, no era posible desarmar la frontera con Portugal, porque «nosotros no tenemos armada ninguna frontera»."⁵² O próprio embaixador Sánchez-Albornoz que na sua obra *Mi Testamento histórico-político*, sintetiza numa frase metafórica e lapidar a que não falta um certo teor geopolítico, o relacionamento internacional entre os dois vizinhos ibéricos: "(...) não havendo fronteiras naturais entre Portugal e Espanha erguia-se entre ambos uma fronteira «mais alta que os Pirenéus: séculos de hostilidade, séculos de receio, séculos de incompreensão, séculos de ambições e medos»."⁵³

O confronto verbal entre os partidos políticos de direita, desde os moderados de Gil Robles até aos extremistas da Falange de Primo de Rivera e às Juventudes Populares (JONS) de Onésimo Redondo e Serrano Suñer, degenera em conflitos directos e violentos com as organizações dos partidos políticos de esquerda, desde os republicanos de Azaña, aos socialistas de Indalécio Prieto e Largo Caballero, aos anarquistas de Durruti e aos trotskistas de Andrés Nin, torna-se um claro prelúdio da Guerra Civil.

Esta desencadeia-se quando algumas semanas mais tarde, em 17 de Julho, sob o comando do General Francisco Franco (o verdadeiro chefe da revolta seria o general Sanjurjo, mas este tinha falecido algumas semanas antes num desastre de avião na Quinta da Marinha, próximo de Lisboa), as guarnições da Legião Estrangeira e dos regulares marroquinos comandados por Yague e outros oficiais sublevam-se e ocupam as guarnições militares de Tetuão, Larache, Mugica, Melilla e Ceuta. No dia imediato, no Sul de Espanha o comandante Queipo de Llano ocupa quase toda a Andaluzia ocidental e, no Norte o general Mola ocupa a área que se estende entre Salamanca-Valladolid-Burgos-Saragoça. Estão definidas as áreas geoestratégicas ocupadas por cada um dos contendores: as forças militares nacionalistas ocupam quase desde o início uma área que se estende desde Sevilha a Córdova ao Sul, enquanto a Norte ocupam a Galiza e toda a linha da fronteira portuguesa até Ciudad Rodrigo, inflectindo depois para Leste, contornando os subúrbios da capital até atingir Tremule, onde a linha de ocupação das forças militares recua para norte até Huesca e Pamplona.

Neste contexto, os revolucionários portugueses concebem nos primeiros meses da Guerra Civil uma estratégia audaciosa: o plano Lusitânia (ou plano L) que previa o desembarque de um contingente de revolucionários portugueses no litoral (entre Peniche e Setúbal), em coordenação com as forças governamentais espanholas que penetrariam ao longo da fronteira extremeño-alentejana, onde a raia seca é mais permeável, verdadeira fronteira linear, e desde sempre tradicional caminho de invasão dos

⁵² M.Barcia Lago, 2008, p. 476.

⁵³A.Vicente, 2003, p. 120; F.Rosas; A.Vicente; S.Payne *et alia*, 2007, p. 10.

exércitos estrangeiros que, em coordenação com forças militares e civis portuguesas, avançariam sobre a capital. O objectivo era ocupar posições militares e estratégicas situadas nas proximidades de Lisboa esperando um levantamento militar das forças de oposição internas, ou no pior dos casos, uma crise política que obrigaria à demissão do Governo: “Segundo esta operação, os republicanos deveriam construir um corredor, dividindo a zona nacionalista pelo interior de Castela, favorecendo assim a entrada dos portugueses, a subversão da ditadura salazarista e garantindo uma retaguarda mais favorável ao regime espanhol (...) Para este efeito Jaime de Morais contava com o apoio em armas e munições do governo espanhol, embora toda a acção militar devesse ser realizada por portugueses (...). Por outro lado, na Catalunha, iniciara-se a concentração de vários portugueses, (...) com a finalidade de constituir um Corpo Especial de Intervenção, sob o comando dos agora tenentes-coronéis Oliveira Pio e César de Almeida. O Plano Lusitânia esboroou-se com o desastre da frente do Ebro, no Outono de 1938 e a tomada da Catalunha pelos nacionalistas, nos primeiros meses de 1939, obrigando todos os portugueses empenhados na causa republicana a procurar o exílio francês, através dos Pirenéus.”⁵⁴

Atendendo à conjuntura ibérica, é mais que provável que se o Plano L tivesse sido posto em prática teria redundado num enorme fracasso, isto porque o Governo Português dispunha de meios militares e logísticos mais do que suficientes para fazer abortar a tentativa putschista revolucionária, não sendo descabido nem de desprezar o efectivo apoio popular e das forças militarizadas (LP, Guarda Fiscal, PSP e GNR) que não deixaria de se verificar após a máquina de propaganda oficial agitar perante a opinião pública o fantasma da «invasão espanhola»

Talvez o país que mais emotivamente se tenha envolvido na Guerra Civil de Espanha seja Portugal, não só por questões de ordem político-ideológicas de semelhança de pontos de vista entre o Salazarismo e os militares revoltosos, mas pela compreensão do próprio Presidente do Conselho de que da vitória dos militares sublevados estava dependente a sobrevivência do próprio regime, como sobejamente se verifica no facto da maioria dos discursos proferidos entre 1936 e 1938 estarem directa ou indirectamente relacionados com a guerra no País vizinho. Escassas semanas após o início do conflito, o Presidente do Conselho profere o discurso «A ordem pública em Portugal e os acontecimentos de Espanha» que foi publicada em nota oficiosa nos jornais portugueses em 10 de Setembro de 1936 e onde se manifestam, a medo, os primeiros sinais de hostilidade a nível oficial e não apenas oficioso, contra o legítimo governo republicano, mas sem mostrar abertamente simpatias pelos revoltosos, remetendo-se para uma situação de expectativa: “Temo-nos cansado de dizer à

⁵⁴ *Ibidem*, pp. 169-170.

Europa que a guerra civil espanhola, independentemente da vontade e intenções das partes em conflito, é com absoluta evidência uma luta internacional num campo de batalha nacional, e que forças poderosas se desenvolvam em todos os países para conseguir, por meio de movimentos internos ou de prestações de pessoal e de material, auxílios ao triunfo de uma ideologia que supomos não ser - ou pelo menos até há pouco não era - a do Governo oficial de Madrid.”⁵⁵

Acresce-se ainda o facto das legítimas preocupações manifestas pela extensa área fronteiriça comum implicarem uma série de delicados problemas de ordem Geopolítica como sejam a vigilância dos postos fronteiriços, particularmente no Alentejo, com receio de alguma incursão espanhola, como nos dá conta Oliveira Salazar, no já aludido discurso, onde se refere a este assunto: “A posição territorial do País dá neste momento grande interêsse internacional à ordem ou desordem do nosso povo; e não podemos estranhar que os interessados na nossa anarquia redobrem de esforços a trabalhar tão ingrato terreno.”⁵⁶

Tornava-se por isso crucial a cooperação entre as autoridades civis e militares dos dois países na definição de competências jurídicas e político-administrativas numa área cuja delimitação fronteiriça era assegurada apenas por esparsos marcos de pedra, com o contencioso que poderia ser um autêntico *causus belli* de Olivença e seu termo. Recordemos que durante a Guerra Civil Espanhola, o relativo à vontade com que o exército franquista se movimentava na zona raiana, só poderia ser efectivado com a conivência das autoridades portuguesas, que lhes permitia mesmo recrutar legionários portugueses para auxiliarem no ataque a Olivença ainda na posse das forças republicanas: “Outra notícia censurada, ao *Século*, com data de 16 de Agosto reza assim: «Han salido mil hombres para Olivença a fin de tomar la ciudad. El capitán Garcia y un teniente han venido a Portugal a fin de convocar a legionarios portugueses para alistarse en el Tercio. Sobre el recrutamiento de legionarios portugueses informan que durará tan solo el tiempo de la campaña que debe ser muy corta por que las fuerzas nacionalistas andan muy deprisa.”⁵⁷

Facto é que as ocorrências históricas bem serviram de aviso a que o traçado da fronteira luso-espanhola, sem obstáculos naturais de monta, particularmente na Beira Baixa e Alentejo, sempre propiciou a que aquela fosse um «corredor» de penetração de tropas estrangeiras, não sendo de todo improvável uma agressão que o governo português tanto poderia recear que se desencadeasse do lado do exército republicano de Madrid como dos falangistas revoltosos, que desde o início do conflito desenvolveram inteligentemente a sua ofensiva ao longo da (segura) retaguarda da fronteira

⁵⁵ A.Salazar, 1937, pp. 185-186.

⁵⁶ *Ibidem*, p. 187.

⁵⁷A.Vicente, 2003, p.124; *Idem*, 2007, p. 13.

portuguesa: "Toda a fronteira portuguesa desde Tuy até Ayamonte ficava firmemente nas mãos das tropas da Junta de Defesa Nacional. A isso tem de se acrescentar que o governo lusitano, que muito se tinha alarmado com o triunfo em Espanha da Frente Popular, devido à preocupação por um possível renascimento da política iberista de Azaña, ajudava um novo regime que, doutrinariamente, parecia aparentar-se com o da ditadura de Primo de Rivera, com o qual tinha conseguido uma espécie de irmandade de nacionalismos, de acordo com a doutrina defendida pelo integralismo português."⁵⁸

Torna-se factual, como provam os documentos historiográficos por nós consultados, com destaque para a correspondência oficial de Claudio Sánchez-Albornoz,⁵⁹ que certos locais da fronteira, como sejam Vilar Formoso, Elvas, Barrancos, Castro Marim e Vila Real de Santo António, mercê das suas características naturais específicas e/ou interesse geoestratégico, tenham sido alvo da actuação directa dos militares revoltosos que aí penetravam. Teriam diversos intuitos, como sejam o de prender opositores, simples refugiados civis ou de carregar diverso material de guerra (armas, munições e combustível) essenciais para a progressão das suas colunas militares em direcção ao interior de Espanha.

Embora com meios muito mais limitados e em muito menor número que os Viriatos (membros da LP que se prontificaram a combater nos Tercios espanhóis) os emigrados portugueses cuja actuação era mais doutrinária do que propriamente militar,⁶⁰ mais homens de gabinete do que de acção directa, a sua actuação foi julgada suficiente perniciosa pelo Governo de Lisboa para solicitar ainda em 1936, junto do Governo da República Espanhola: "(...) o internamento dos emigrados a mais 100km da fronteira, o que nesta altura se mostrava completamente ineficaz."⁶¹ O que nos demonstra quanto a fronteira comum era em si mesma tão permeável que apesar da vigilância da PVDE e da Guarda Fiscal, para além de outras forças militarizadas, permitiria frequentes contactos políticos entre os exilados em Espanha e os seus correlegionários políticos activistas na clandestinidade em Portugal.⁶²

⁵⁸ A.Tamanes, 1986, p. 97.

⁵⁹ A este respeito consultar os documentos referentes ao espólio particular de Sánchez-Albornoz, AR.H. 538 -50-3/3 e apêndice I n° 360; Apêndice II (anexo ao n° 360); información n° 19 bis; A.RH. 549-50-14/1; A.M.A.E. RE-35, carpeta 42 e Apêndice 5 /despacho 362 (doc. 15 e 22); A.R.M. 538-50-3/5; A.R.H. 548-50-13 e A. R. H. 552-50-17/1; *apud* A.Vicente, 2003, pp. 160-205; *Idem*, 2007, pp. 58-101.

⁶⁰ Particularmente notória no denominado «Grupo dos Budas» devido à formação intelectual dos seus membros, onde se destacam Jaime Cortesão, Jaime de Morais e Moura Pinto.

⁶¹ L.Farinha, 2007, p. 158.

⁶² Nesta ordem de ideias, os exilados portugueses vão organizar a partir de localidades da raia espanhola do Norte do país programas de rádio com destino a Portugal: a Voz da Espanha Republicana de moderada orientação socialista e pelo menos em teoria, destinada a unir num mesmo objectivo todos os emigrados, que podiam contar ainda com o jornal UNIR e o apoio do Comité dos Amigos de Portugal, constituído por intelectuais antifascistas (presidido por Ortega y Gasset que pretendia não só auxiliar monetariamente os exilados portugueses mas também procurar que estes tivessem uma voz activa nos meios de comunicação social (imprensa e rádio). O objectivo principal seria pressionar o Governo Republicano para um auxílio financeiro e militar mais efectivo aos portugueses exilados em Espanha e simultaneamente propagandear junto da opinião pública portuguesa as directrizes antifascistas do Governo de Madrid e concomitantemente, denunciar os atropelos e o alinhamento político do governo salazarista, consultar F.Rosas; P.Voicente, A.Telo; F. Abreu, *et alia*, 2007, pp.123-132.

A estratégia seguida pelos emigrados seria, uma vez restabelecida a legitimidade do governo republicano democrático em toda a Espanha, criar condições para uma intervenção armada em Portugal que partisse da comum região fronteiriça da Galiza-Minho e ao mesmo tempo conduzisse a partir do interior a actuação de grupos mais selectivos que conseguissem cumprir dois objectivos considerados primordiais. O primeiro, constaria do derrube pela força das armas do governo de Salazar ou através da sua eliminação física (como chegou a ser tentado sem êxito). Enquanto o segundo consistiria na sua destituição através da pressão exercida junto do Presidente da República e que levasse à constituição de um governo republicano conservador que respeitasse as normas democráticas no sentido de uma nítida orientação anglófila.

Numa leitura geopolítica, da Guerra Civil, a vitória dos *nacionales* foi possível porque além dos terríveis erros de estratégia dos militares da II República e da oposição político-ideológica entre as diversas facções, quantas vezes degenerando em conflitos abertos, também em termos geopolíticos a Junta de Burgos contava com a simpatia da Alemanha, da Itália e de Portugal para além da benevolência da Inglaterra ou a abstenção de outros países como a França. Apenas a URSS enviava uma ajuda parcelar segundo as suas conveniências aos comunistas espanhóis e o México que devido às suas fracas capacidades e ao distanciamento, apenas podia prestar uma ajuda muito limitada:

Compreendendo bem que se a Frente Popular continuasse no poder, dificilmente o regime autoritário pró-fascista de Salazar conseguiria sobreviver, mais que não fora pelo auxílio directo que eventualmente seria prestado pelos sucessivos governos republicanos aos democratas portugueses exilados em solo espanhol, que segundo o ditador português tinha como desígnio implantar nos dois países «As Repúblicas Socialistas Ibéricas», como comenta o geógrafo anglo-saxónico Norman Pounds em jeito de balanço e de ironia contundente: “La guerre civile d’Espagne et l’introduction en Europe de tant d’idéologies nouvelles contribuèrent à orienter la politique portugaise dans une direction un peu différente. Craignant de voir triompher les socialistes en Espagne et se matérialiser le projet à peine voilé d’absorption du Portugal dans un nouvel «Etat ibérique», le Portugal abandonna quelque peu sa neutralité et favorisa ouvertement les armées fascistes. Ce n’est que lorsque la défaite allemande parut certaine et que le prestige de Franco commença à diminuer, que le Portugal reprit sa politique traditionnelle et renoua avec ses anciens amis.”⁶³

Torna-se pertinente saber se não seria mais perigoso para a independência nacional um governo espanhol pró-fascista que alimentava tendências imperialistas e anexionistas na Península

⁶³ N.Pounds, 1950, pp. 200-201.

Ibérica: basta sabermos que pouco depois da vitória do exército nacional circulavam em Madrid e nas regiões fronteiriças, mapas da autoria da Falange que representavam Portugal e a Espanha unidos, com os dizeres «*Unidad*» e «El Império Español», em que a águia de Carlos V surge entrelaçada com as armas de Aragão, Castela e Portugal. Evidentemente que todas as pretensões anexionistas causavam os maiores receios em Portugal, não só pela desmesurada desproporção de forças militares (o exército espanhol era proporcionalmente à sua população e mesmo numericamente um dos maiores da Europa), mas porque em caso de conflito a Espanha não deixaria de alinhar com a Alemanha contra Portugal, que fatalmente se veria envolvido numa guerra em que a Inglaterra - segundo declarações datadas de 1938 dos geostrategos da Missão Militar Conjunta - pouco poderia fazer para proteger Portugal de uma invasão estrangeira. Desde logo se verifica que a política semioficial da Falange e até do próprio governo Franquista se mostrava infinitamente mais agressiva e perigosa do que aquela preconizada pelo anterior regime republicano, o qual nunca teve quaisquer veleidades bélicas contra Portugal, antes pelo contrário, fez diversas tentativas de aproximação para estabelecer acordos de cooperação económica (principalmente a nível das indústrias corticeiras, da pesca e dos transporte ferroviários) bem como de reciprocidade turística.

A direita espanhola mais ultramontana, pela pena de Vasquez de Mella e de Álvaro Seminario, defendia a procura por parte de Espanha do seu «espaço vital» expressão algo indistinta em termos geográficos, subentende-se que englobaria o Magreb espanhol e francês(?), Gibraltar e Portugal. Apesar de que em relação ao nosso País fosse algo ambígua: denota-se a influência do Integralismo Lusitano na legitimação de uma Aliança Peninsular (A. Sardinha e R. Maetzu *dixit*) em que ambos os Estados são soberanos do seu território, apenas se procurando uma maior imbricação das duas Nações, eventualmente no quadro de uma vaga e eventual Confederação Ibérica. Também se observa uma influência mais radicalizante de Onésimo Redondo e sobretudo de Alfredo Kindelán Duany e de outros militares, os quais preconizavam como «missão civilizadora» a par de um «designio imperial cristão» inscrito no ideal da *Hispanidad* que procuraria um estreitar dos laços geopolíticos e geoeconómicos com a América Latina que consideravam estar *contra natura* subordinada aos interesses materialistas da esfera anglo-saxónica preconizada pelos Estados Unidos. A par dessa medida, salientavam a transcendência do «destino histórico» que constituiria uma nova (re)unificação da Península Ibérica, incluindo por conseguinte Portugal e Gibraltar, juntamente com a Espanha num mesmo Estado. Pese o facto de teoricamente permitirem que continuassem a existir diferentes Nações, pela impossibilidade de apagar os traços etnográficos e linguísticos dos diferentes povos peninsulares, muito embora a sua

autonomia - como veio realmente a suceder apenas em relação às diferentes nacionalidades no interior da fronteira da Espanha franquista - fosse pouco menos que virtual.

A Inglaterra, conhecida pelo seu respeito pela democracia e pela via legalista - desde que esta não afecte os seus interesses económicos - reconhecendo formalmente os governos resultantes de eleições livres e democráticas como era o caso de Espanha, nada fez para ajudar o governo republicano. A explicação parece-nos ser simples: por um lado tinha receio que um triunfo total de um governo de esquerda nacionalizasse os numerosos interesses que detinha no País (em particular as imensas concessões mineiras da empresa Rio Tinto), sabendo perfeitamente que em caso de triunfo de um regime de extrema-direita, lhe seria permitido não só manter os seus interesses económicos como porventura ampliá-los através de empréstimos financeiros ao novel regime nacionalista: “Le traité de commerce germano-espagnol du 22 décembre 1939 n’empêche pas Franco de signer un traité avec la France, un moins plus tard, et un traité avec l’Angleterre en mars 1940.”⁶⁴

Por outro lado pesavam, até talvez mais, questões de ordem geoestratégica referentes a Gibraltar, «rochedo» encravado entre o Mediterrâneo e o Atlântico, para a manutenção do qual era preciso manter boas relações com o governo espanhol independentemente da sua ideologia política. Podemos especular se a velha Albion não recearia que um governo da esquerda radical exigisse a devolução da base militar-naval à Espanha ou pior ainda, a pusesse à disposição dos Soviéticos.

A própria França, apesar da proximidade geográfica, pouco auxílio prestou por iniciativa própria, seja devido à crise económica ou à instabilidade política, é um facto deveras estranho que um regime político idêntico em muitos aspectos, tenha prestado tão pouco auxílio ao governo legítimo do país vizinho. Mesmo assim, algum material bélico transportado penosamente pelas sinuosas estradas dos Pirenéus, sempre chegou às mãos do governo republicano.

Resta interrogarmo-nos se a Política de Não Intervenção, posta em prática pelas democracias europeias, não terá sido propositadamente gizada com o objectivo de exaurir ambos os contendores e assim independentemente daquele que vencesse a guerra, a França e a Inglaterra poderiam ditar as condições de um vultuoso empréstimo necessário à reconstrução económica espanhola em troca de amplas concessões na exploração mineira e noutras actividades relativas à exploração dos recursos naturais e de infra-estruturas do país, particularmente no sector dos transportes e comunicações. Sectores onde já era notória a penetração franco-inglesa em nítido confronto com a novel, porém minoritária, presença de capitais alemães e em menor escala italianos.

⁶⁴ R. Poidevin, 1983, p. 157.

Por sua vez, a política expansionista do fascismo italiano, com a tentativa de hegemonização na bacia do Mediterrâneo, o *mare nostrum* de Mussolini, que dotou o seu país de uma poderosa esquadra naval que provocava infundados receios à Inglaterra - como se veio a comprovar na Segunda Guerra Mundial - mas que na época levava a todas as tentativas de contemporização por parte das democracias ocidentais com receio de melindrar o ditador italiano.

A mesma política de cedências era posta em prática em relação à Alemanha nacional-socialista, cujo programa de militarização infundia temores nas chancelarias de toda a Europa e permitia a Hitler formular exigências cada vez mais significativas: desde o estabelecimento do acordo naval anglo-alemão de 1936, passando pelas concessões territoriais em Danzig, por enquanto pouco mais do que a nível político-diplomático, mas que lhe iam permitindo lançar olhares ameaçadores e cobiçosos sobre os Sudetas e outras regiões da Europa Central. Esta contemporização política do primeiro-ministro inglês N. Chamberlain, apologista de uma política de apaziguamento tinha por objectivo preservar a paz a todo o preço nem que para isso tivesse de fechar os olhos a certos princípios...

Os Estados Unidos da América, aparentemente alheados por vontade própria do que se passava na Europa, não vão deixar de ajudar o regime franquista, sobretudo em combustíveis destinados à aviação e aos veículos do exército (particularmente activas estiveram as companhias Texaco, Vacuum Oil e Texas Oil que eram ao mesmo tempo fornecedoras de Portugal) porque achavam que a vitória de um governo republicano de esquerda em Espanha - para o governo de Washington deveria ser igual ao comunismo - prejudicaria os seus interesses, sobretudo no sector da maquinaria e material de transporte (General Motors e Ford). No início do conflito, foi de crucial importância o abastecimento de combustíveis para os meios de transporte que permitiram trazer a *Legión*, as tropas de *mehalas* (soldados expedicionários que formavam companhias de batedores e atiradores) e os *tabores de regulares* de Marrocos para o Sudoeste de Espanha.

A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, não deveria deixar de ajudar de um modo eficiente a facção mais esquerdista do governo, mas a verdade é que poderia ter feito mais e sobretudo melhor: o próprio governo socialista entregou ao embaixador soviético e aos numerosos comissários políticos e agentes da N.K.V.D. que estavam em Espanha, a soma astronómica de cerca de 800 milhões de dólares (a Espanha era a nível mundial um dos países com maiores reservas de divisas em ouro) para a compra de material de guerra. O facto é que apesar de inúmeras dificuldades devido à distância e à hostilidade dos países que era preciso atravessar os carregamentos de armamento soviético começaram a chegar talvez com demasiada lentidão e distribuídos com parcimónia às

organizações esquerdistas que não seguiam os ditames de Moscovo, como o P.O.U.M. e os anarquistas da C.N.T. que pouco material soviético receberam. Supomos que a ajuda de Staline não foi mais eficaz no último ano da guerra porque já deveriam estar a decorrer conversações secretas para a preparação do Pacto Germano-Soviético, assinado alguns meses depois de terminada a Guerra Civil espanhola.

A partir de 1938, quando já se desenhava a derrota do Governo de Madrid largas centenas de republicanos combatentes ou mesmo de simples civis que desde o início do conflito se refugiaram na raia portuguesa - particularmente no Alentejo - se não eram escondidos pela população solidária, confrangida com o que via acontecer, eram pura e simplesmente presos pela Guarda Fiscal, GNR ou PVDE, mais raramente o exército ou a LP, entregando-os isoladamente ou em grupo às forças militares dos nacionalistas que os fuzilavam. Sobre este assunto, há um interessante documento confidencial(?) datado de 1937, do capitão Passos de Amorim da PVDE para o Presidente do Conselho, sobre a permanência há vários meses no interior montanhoso do Minho, de 150 a 300 republicanos espanhóis armados, que: "(...) só com companhias de infantaria e cavalaria, apoiadas por artilharia ligeira seria possível desalojar os refugiados de Castro Laboreiro."⁶⁵

Será só após o final da Guerra Civil Espanhola e a implantação de um regime filo-fascista no país vizinho que se iniciará uma nova fase no relacionamento peninsular, com a aproximação entre os dois regimes políticos, tendo como corolário a amizade pessoal que unia os dois ditadores ibéricos. Contudo, este relacionamento nem sempre foi pacífico, porque eivado de questiúnculas entre Portugal e Espanha. Paradoxalmente, será a militarização e agressividade do franquismo que irá permitir uma normalização do relacionamento político-diplomático entre Portugal e Espanha, que tem o seu culminar na assinatura do que ficou conhecido por Tratado de Não Agressão Peninsular (17 de Março 1939) a que foi anexado um Protocolo de Consulta Mútua (26 de Julho de 1940), designado posteriormente por Pacto Ibérico Peninsular (1942). Será por demais evidente que a ideologia dominante em cada um dos países ibéricos, terá profundas repercussões no modo de (re)pensar a geopolítica luso-espanhola a nível peninsular e conseqüentemente levantar interrogações sobre o papel e significado da fronteira hispano-portuguesa, como também a sua projecção para o exterior, no sentido de uma afirmação nacionalista do ideal da *hispanidad* vocacionalmente direccionado para as antigas colónias latino-americanas.

Sobre esse mesmo assunto, tem o salazarismo uma leitura política *sui generis*, como é bem patente no discurso significativamente intitulado «Península Hispânica e América Latina», pronunciado

⁶⁵ A.Tamanes, 1986, p.79.

no dia 1 de Maio de 1941, pelo Presidente do Conselho no almoço oferecido ao Ministro dos Negócios Estrangeiros da Argentina. Dr. Guiñazu, no Palácio das Necessidades. Aí se advoga um conceito de *hispanidad* diferente porque em termos geopolíticos abrange as duas nações peninsulares e como não poderia deixar de ser, o Brasil, mais flexível porque não abrange ideias políticas de eventual subalternização das nações latino-americanas, mas apenas intercâmbios culturais e eventualmente preferenciais trocas económicas.

3- A institucionalização da Geografia em Portugal

Para se compreender a formação e o processo evolutivo da Geografia Portuguesa, é fundamental inseri-la no contexto histórico, não somente porque os primeiros teorizadores desta Ciência provinham essencialmente de áreas de formação ligada às Ciências Sociais e Humanas como os antropólogos, os etnólogos, e os historiadores mas também das Ciências Exactas e Naturais, como é o caso dos agrónomos, dos geólogos, dos médicos e dos biólogos. Mesmo de áreas distintas, não é de desprezar o contributo de exploradores, militares ou diplomatas. Sem dúvida que esta heterogeneidade terá contribuído para que durante bastante tempo a Geografia portuguesa se tenha preocupado mais com o justificar factos históricos com base no contexto espacial, do que propriamente em criar um corpo conceptual que permitisse proceder à sua emancipação dentro do campo das Ciências em geral. Também não será de estranhar que a institucionalização da geografia em Portugal tenha sido bastante posterior - entre trinta a cinquenta anos - relativamente a países como a Alemanha, a Bélgica, ou a França, principais referenciais das correntes de pensamento geográfico europeu.

Numa outra vertente, julgamos essencial o conhecimento da evolução cronológica dos acontecimentos geográficos, especialmente no contexto sociopolítico e cultural de *per se* porque eles afectam directamente a evolução científica, não só pelas transformações que acarretam para a sociedade (novos hábitos e ideias que provocam a mudança de mentalidades), mas também porque a ideologia no Poder favorece ou prejudica a evolução de uma determinada Ciência consoante aprova ou não os seus desígnios.

Será evidente que não nos propomos relatar com toda a minúcia os acontecimentos históricos ocorridos no período cronológico abrangido por este trabalho, para isso bastará a consulta de obras temáticas sobre o assunto, mas antes enunciar aspectos gerais que influem directamente na Geografia, particularmente na Geografia Política e na Geopolítica, que estão sempre intimamente relacionadas com o poder político nacional e o contexto internacional.

3.1-Dos finais da Monarquia Constitucional à I República

A partir de meados do século XIX, as condições político-sociais e económicas em Portugal vão sofrendo alterações significativas no sentido de dotar o território nacional de infra-estruturas modernas, nomeadamente no campo dos transportes rodo-ferroviários, nas comunicações telegráfico-telefónicas e no abastecimento de água *versus* saneamento das principais localidades urbanas. Se não podemos falar em desenvolvimento capitalista integral, como sucedeu na Inglaterra, em França, na Alemanha, na Bélgica ou noutros países da Europa Ocidental, o certo é que no nosso País estavam reunidas as condições sociais e económicas para um esboçar de um *take-off* industrial como sejam a existência de uma burguesia mercantil com capital financeiro para investir, uma certa estabilidade política depois de alguns golpes e contragolpes militares (basta recordar a Abrilada, a Vilafrancada, a Saldanhada, a Martinhada, entre outros), pese embora todos os inconvenientes e vícios de que enfermava o rotativismo parlamentar entre os Partidos Regenerador e Progressista, de Hintze Ribeiro e de Luciano Cordeiro. O certo é que o apoio continuado durante quase meio século de dois monarcas, D. Luís I e D. Carlos I a este sistema se restringiram de uma forma geral às suas prerrogativas no âmbito da Carta Constitucional, permitiu uma certa estabilidade governativa e com isso atrair capitais financeiros particulares e públicos - tanto nacionais como estrangeiros, sobretudo ingleses - para as obras de fomento. Se não podemos falar ainda num *take-off* definitivo da industrialização portuguesa (segundo o modelo de Rostow), podemos pelo menos falar numa pré-industrialização cujos artigos abasteciam as populações urbanas e rurais dos artigos essenciais, na medida em que a concorrência asfíxiante da Inglaterra o permitia.

Por isso, não podemos de todo concordar com Miriam Halpern Pereira, quando afirma em *Livre-câmbio e desenvolvimento económico: Portugal na segunda metade do século XIX*, que o Portugal de Oitocentos se caracterizou por um crescimento agrícola sem industrialização, visto que pelo menos nas áreas litorais em torno dos principais centros urbanos, este último fenómeno foi-se afirmando, lenta mas irreversivelmente. Porém, em vastas áreas do interior do nosso País - com a excepção parcial do núcleo têxtil da Covilhã - persistia uma extrema dependência da economia agrícola rotineira quase de subsistência, como no vasto interior raiano que continuou a ser, década após década, mesmo ao longo de Novecentos, uma área desfavorecida, de fortes assimetrias socioeconómicas derivadas em grande medida do predomínio daquilo que Carminda Cavaco caracterizou como uma

“(…) crescente agriculização funcional num contexto de dificuldades crescentes de produção e comercialização de bens primários, anulando-se assim muitas expectativas e optimismos.”⁶⁶

Também no capítulo das relações internacionais, a magna questão nas últimas décadas do século XIX e primeiros anos do século XX, era sem dúvida a questão de ocupação e posterior fomento dos vastos espaços coloniais, atendendo ao facto de países como a Bélgica, a França, a Alemanha, a Grã-Bretanha e Portugal disputarem entre si a ocupação de vastas áreas no Continente Africano, confinando algumas das colónias desses países respectivamente o Congo, a Guiné, os Camarões, o Sudoeste Africano, a Rodésia e a Bechuanalândia, com as possessões portuguesas. A ocupação e posse dessas áreas só era considerada válida se fosse seguida de uma efectiva colonização europeia, destinada segundo os autores da época, a levar a civilização Ocidental aos povos autóctones africanos no sentido da valorização dos recursos naturais e da alteração dos costumes considerados «bárbaros e atrasados» pelos Europeus.

O conhecimento da Geografia Política das possessões coloniais (delimitações fronteiriças, recursos naturais e características étnico-demográficas) impunha-se como um dever para todos aqueles interessados em promover uma colonização mais racional dos territórios africanos. Desempenharam papel relevante as instituições Governamentais (Ministérios da Marinha, Ultramar e dos Negócios Estrangeiros) e também as particulares (Sociedade de Geografia de Lisboa) enviando exploradores, incentivando a migração para as colónias ou efectuando diligências político-diplomáticas em Paris, Londres, Berlim ou Bruxelas com vista à celebração de tratados, de que constitui exemplo o Tratado Luso-Britânico de 1884, destinado à resolução dos contenciosos entre a Inglaterra e Portugal no que respeita à ocupação efectiva de territórios africanos. Após a Conferência Geográfica de Bruxelas (1876), que legitimou a posse de um vasto território na África Ocidental por parte do rei dos belgas, Leopoldo I, o interesse pela partilha colonial de África – em que os únicos países independentes por razões históricas que não económicas eram a Libéria e a Etiópia - levou a uma certa animosidade entre as principais potências coloniais da época, tanto mais que num continente tão vasto, sem grandes potentados à escala regional, as fronteiras políticas eram (quase...) inexistentes, nem mesmo as fronteiras naturais eram reconhecidas e muito menos bem delimitadas. Este facto, entre outros, levou a um choque de interesses entre os referidos países e Portugal, dando azo a que este último pedisse, em 1884, a realização de uma Conferência Internacional que teve lugar em Berlim (1885), para debater as questões relativas às respectivas áreas de influência no Continente Africano.

⁶⁶ C. Cavaco, 1997, p. 162.

Ao contrário do que se possa pensar, não foram os resultados desta Conferência Internacional muito desfavoráveis a Portugal, se é verdade que lhe retirava quaisquer ambições sobre a margem direita do rio Zaire e territórios confinantes para Norte, permitia manter na sua posse vastas áreas situadas no interior de Angola e de Moçambique, bem como deixando com um estatuto indefinido um extenso território situado entre ambas as colónias, que Portugal se apressou a reclamar ainda no ano seguinte (1886). Esta petição dirigida pelo Governo português aos signatários da aludida conferência, confrontava-se com os planos geopolíticos da Grã-Bretanha que preconizavam o domínio de uma extensa zona de influência desde o Egipto até à Colónia do Cabo. Teve como resultado que Lord Salisbury, Primeiro-Ministro britânico, enviasse uma breve nota ao Governo português (1890) intimidando-o a retirar os seus efectivos militares que procediam à ocupação de territórios situados entre Angola e Moçambique.

Este facto, se provocou o ressentimento para com o Governo Monárquico que cedia passivamente a um País que estava ligado a Portugal por uma velha Aliança, territórios africanos que Portugal reivindicava baseado em direitos históricos de soberania. Uma das consequências que já se desenhava antes do *Ultimatum* era a consciencialização da opinião pública portuguesa e dos respectivos governos, quer fossem os do final da Monarquia Constitucional ou da Primeira República, de que a manutenção das possessões africanas só seria possível através de um *modus vivendi* com a Inglaterra. Este passava pela delimitação das áreas fronteiriças entre as respectivas colónias e, sobretudo, pela implementação de uma efectiva política de desenvolvimento através da construção de infra-estruturas que valorizassem os nossos territórios africanos e atraíssem cada vez um maior número de colonos e ao mesmo tempo integrassem, ainda que superficialmente, os autóctones no quadro das instituições europeias.

Para cumprir estes desígnios, a Geografia Política *versus* Geografia Colonial era uma ciência fundamental porque poderia contribuir decisivamente para a delimitação e conhecimento científico das fronteiras, para o conhecimento geoeconómico das potencialidades de cada colónia e das normas político-diplomáticas a estabelecer no relacionamento com as colónias vizinhas e as respectivas metrópoles no concerto internacional das Nações.

A formação da Sociedade de Geografia de Lisboa

Não será despiciendo afirmar que a Sociedade de Geografia de Lisboa é fundada num momento crucial da intensificação da exploração colonial (1875), muito embora tenha sido idealizada alguns anos antes: “O mesmo princípio norteou a fundação da Sociedade de Geografia de Lisboa

(1875) mas não encontramos mais fonte nenhuma que corroborasse esta data, parece-nos mais acertado o dia 10 de Novembro de 1875 como aquele em que uma Comissão Instaladora fundou a Sociedade, composta pelos seguintes elementos: Luciano Cordeiro; Rodrigo Afonso Pequito; Emiliano Augusto de Bettencourt; João Cândido de Moraes e Cândido de Figueiredo com o propósito de ocupar-se vivamente daquele problema que encerrava para a nossa pátria uma questão vital (o problema africano).⁶⁷ Na petição feita ao rei D. Luís I para a fundação da S.G.L., houve o cuidado de frisar bem a sua componente «patriótica» destinada a auxiliar com estudo científicos o conhecimento e eventual adopção de medidas destinadas ao fomento do País e suas Colónias, com especial destaque para estas últimas.⁶⁸

Este *desideratum* foi cumprido pois durante o período cronológico a que se refere este estudo são em muito maior número os trabalhos e investigações científicas publicados no *Boletim* da mencionada sociedade e que se reportam às então colónias portuguesas do que propriamente a Portugal Continental e Ilhas Adjacentes. É evidente que a Sociedade de Geografia se desligara do «território português» como aliás as suas congéneres estrangeiras, interessou-se sempre muito mais pela expansão ultramarina do que pelo estudo do próprio País. Este facto é corroborado por H. Lautensach que em visita ao nosso país (1931) escreve: “(...) «o Boletim da Sociedade de Geografia raramente traz artigos acerca da metrópole e estes mais raramente ainda importam à Geografia. A maior parte do referido boletim ocupa-se da história e descrição das colónias portuguesas».”⁶⁹

Aprovados os Estatutos da Sociedade de Geografia de Lisboa, reuniu-se a Assembleia Geral em 3 de Abril de 1876, na sala da Sociedade de Ciências Médicas (uma vez que ainda não dispunha de sede própria) num total de setenta e quatro sócios iniciais.⁷⁰ Facto é, que ao longo dos anos, o número de associados aumenta exponencialmente, devido ao prestígio científico e académico e também à distinção social que conferia ser admitido numa instituição tão ciosa da origem dos seus membros, muito embora a partir de meados da década de vinte do século passado o número de sócios tenha sofrido um decréscimo. Estamos em crer que tal facto não se deve à perda de prestígio da S.G.L. mas sim porque os sócios iniciais, bem como aqueles que entraram nos primeiros anos do século XX, tenham entretanto falecido, nem sempre sendo substituídos por novos membros, até porque as

⁶⁷ M. Moreno, 1950 p. 7.

⁶⁸ M. Manuela Cantinho Pereira, Museu Etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa : modernidade, colonização e alteridade, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, Lisboa, 2005. 605 p.

⁶⁹ S. Daveau 1981, pp. 317-318.

⁷⁰ A sua direcção era constituída pelo Visconde de S. Januário (Presidente); João Carlos de Brito Capelo (Vice-Presidente) que foi substituído na sessão seguinte por José Vicente Barbosa du Bocage; António Augusto Pereira de Miranda (Tesoureiro); Luciano Cordeiro (1º Secretário); Rodrigo Afonso Pequito (2º Secretário); João Cândido de Moraes (Vogal) e Octávio Guedes (Vogal). Entre os elementos que compõem o Conselho Central, que achámos desnecessário enumerar, destacámos apenas aqueles, que no nosso entender, mais directamente se prendem com a Geografia: investigadores como Carlos Ribeiro; Gerardo e Augusto Pery; colonialistas como António Enes; João Schiappa de Azevedo ou António Augusto Teixeira de Vasconcelos; estadistas como Marquês de Sousa Holstein; Manuel Pinheiro Chagas, e Teófilo Braga.

condições de admissão de novos sócios continuaram a ser talvez até mais condicionadas, não só pela origem social dos seus membros ou pelo *curriculum* científico apresentado, mas cada vez mais pela importância dada ao alinhamento com o regime político vigente. (Quadro I)

Quadro I - Evolução do número de sócios da Sociedade de Geografia de Lisboa (1875-1949)

Data	Número de Sócios da S.G.L.
1875	74
1876-1895	1149
1896-1906	2380
1907- 1916	1548
1917-1926	3245
1927-1936	2378
1937-1942	2072
1943-1946	2133
1947	2060
1948	2047
1949	2060

Fonte: Mateus Martins Moreno – Sociedade de Geografia de Lisboa 75 Anos de Actividades ao Serviço da Ciência e da Nação 1875-1950, ed. Sociedade de Geografia de Lisboa, Lisboa, 1950, p. 121.

A componente colonial ainda mais se reforça com a integração na Sociedade de Geografia de Lisboa de uma outra instituição do Estado, a Comissão Central Permanente de Geografia, criada quase em simultâneo e de cujos propósitos colonialistas ninguém pode duvidar, uma vez que tinha estado adstrita ao Ministério da Marinha e Ultramar. Os estatutos da novel Sociedade, reformulados em 1882 e 1885, continuam estritamente veiculados ao poder político,⁷¹ não fossem seus patronos D. Luís I e o seu filho D. Carlos, facto que não é de estranhar dado o alcance nacional das tarefas a que se propunha a S.G.L, sobretudo no que concerne a uma parte do levantamento cartográfico das possessões coloniais e consequente delimitação dos territórios portugueses face às colónias vizinhas, bem assim, numa fase posterior, à exploração racional das suas potencialidades económicas. A nível interno, além do intuito de galvanizar a opinião pública para a necessidade da ocupação e fomento das colónias (através de conferências, expedições científicas organizadas aos territórios africanos e de publicações periódicas) estaria patente embora com menos acuidade, a necessidade de fomentar a colonização interna, através do arroteamento das charnecas do Sul do País.

Assim, embora a sua actuação não fosse direccionada exclusivamente para o continente africano, logo nos primeiros anos da sua existência foi criada a Comissão Nacional Portuguesa de

⁷¹ Para o período histórico estudado, os Chefes de Estado foram sempre por disposições legais considerados como Presidentes Honorários da S.G.L.

Exploração e Civilização da África, mais conhecida por Comissão de África. A acção da Sociedade foi determinante, promovendo expedições geográficas e contribuindo para a definição de uma política colonial portuguesa em África. A primeira expedição promovida pela Sociedade foi levada a efeito por Serpa Pinto (1846-1900), Hermenegildo Capelo (1841-1917) e Roberto Ivens (1850-1898) em 1877. O seu principal objectivo era a exploração do rio Cuango, a região das origens dos rios Zambeze e Cunene e das bacias hidrográficas do Cuanza e do Cuango. Depois de iniciada a expedição, os exploradores dividiram-se em dois grupos, enquanto B. Capelo e R. Ivens se mantiveram fiéis ao figurino inicial, Serpa Pinto seguiu as indicações de Luciano Cordeiro e tentou fazer a travessia de Angola a Moçambique. Não o conseguiu como pretendia, mas chegou a Pretória, e posteriormente a Durban. A ligação entre Angola e Moçambique seria realizada com sucesso por B. Capelo e R. Ivens alguns anos depois, em 1884-1885.

As pretensões portuguesas de ocupação do espaço entre Angola e Moçambique, cobijado por outras potências coloniais, levou à actuação da S.G.L. que: “Decidiu então dirigir o seu apelo ao País, numa exposição da nossa situação em África, acompanhada de um mapa em que se apresentava, colorida, a larga facha territorial que nos levaria de Angola a Moçambique, sem pisarmos terras de outra Nação - o conhecido «Mapa Côr de Rosa.”⁷² Obviamente que estes designios chocavam com as pretensões inglesas, que se materializaram no *ultimatum* de 1890 e consequente reivindicação dessa zona para o império inglês.⁷³

A nível interno, a S.G.L. pugnou não só por esclarecer a opinião pública sobre as características geográficas das Colónias, contribuindo para o aumento sucessivo do espólio do museu Colonial, recentemente fundado (1871), mas também pela preparação dos funcionários e quadros administrativos coloniais, com a criação de uma Escola Colonial (1906) que passou à categoria de Escola Superior Colonial (1926) como já advogavam vários políticos e investigadores entre os finais da Monarquia Constitucional e a República Parlamentar, de que achámos justo destacar Silva Telles com vários estudos que versam precisamente estas preocupações.⁷⁴ Refira-se que este investigador e introdutor do Ensino da Geografia no Curso Superior de Letras em Lisboa, teve entre muitos outros cargos, o de Secretário-Geral da Sociedade de Geografia de Lisboa, entre 1901 e 1918.

No entanto, não se pode descurar a atenção dada pela S.G.L. ao território nacional ao pretender “(...) a demonstração científica do lugar de Portugal na história da Civilização e, em especial,

⁷²J. Santa Rita, 1916, p. 9. *apud* M. Moreno, 1950, p. 95.

⁷³ Para além das questões territoriais e de política colonial, merece destaque a preocupação da S.G.L. e dos seus exploradores em fazerem descrições minuciosas das áreas percorridas, com a elaboração de mapas, fotografias e recolha de informação com interesse científico. Desta forma, cumpriam os objectivos delineados pela instituição, contribuindo para o conhecimento dos territórios efectivamente ocupados pelos portugueses. Nos anos seguintes as expedições africanas continuariam a ser promovidas, mas com objectivos mais localizados de conhecimento aprofundado de Angola e Moçambique.

⁷⁴ F. Telles, 1924, 4p.

na história da Geografia (...) o desenvolvimento do ensino da Geografia e do gosto pelos estudos geográficos e pelas explorações e excursões científicas.”⁷⁵ Algumas destas medidas apresentavam características inovadoras e pioneiras no nosso País, destinando-se sobretudo ao estudo da Geografia Física (particularmente da climatologia e da geomorfologia) mas que se enquadram na perspectiva da aludida agremiação em fazer um levantamento sistemático das características naturais e das potencialidades agro-florestais e mineiras do território, nomeadamente através da elaboração das primeiras cartas geológicas e biogeográficas de Portugal Continental. Entre essas actividades é justo destacar a expedição científica à Serra da Estrela em 1881⁷⁶ cuja preparação logística exigiu um considerável esforço financeiro à agremiação, o que não impediu no ano seguinte a organização de uma outra ao Gerês, mas que fosse vetada uma nova expedição científica aos Açores, pois a dotação de verbas era prioritariamente concedida ao estudo das possessões coloniais portuguesas.

Sai fora do âmbito deste trabalho enumerar todos os eventos internacionais a que a S.G.L. enviou delegações, assinalando apenas aqueles que eventualmente têm implicações ou interessam como objecto de estudo para o nosso trabalho, isto é, os que se prendem com o relacionamento transfronteiriço e/ou tenha evidentes conotações geopolíticas internacionais.

Quadro II - Cronologia dos Congressos Internacionais com participação ibérica

Congressos, Exposições e outras reuniões internacionais	Local	Data
Comemoração do navegador Sebastián del Cano	R.S.G.M.	1879
Exposição Hispano-Americana-Portuguesa	Madrid	1892
Congresso Internacional Marítimo	Copenhaga /Dusseldorf	1902
Conferência Interparlamentar da Paz	Viena	1903
Conferência da Paz e Arbitragem	St Louis-EUA	1904
Congresso Universal da Paz	Munique	1907
Congresso Histórico Internacional da Guerra da Independência	Saragoça	1908
Congresso Universal da Paz	Estocolmo	1909
Congresso Universal da Paz	Roma	1911
Congresso Espanhol de Geografia Colonial e Mercantil	Barcelona	1913
Congresso da Associação Espanhola para o Progresso das Ciências	Porto	1920

⁷⁵ M. Moreno, 1950, p. 17.

⁷⁶ Reveste-se de especial importância a excursão à Serra da Estrela realizada em 1881 pelos sócios da S.G.L. visto que foi utilizada que pela primeira vez por um organismo científico português uma câmara fotográfica com chapas de vidro em que se usava como emulsão colóide húmido, processo muito trabalhoso, que exigia amplo equipamento e muitos cuidados no transporte e manipulação.

Comemoração do Centenário da Volta ao Mundo	San Sebastián	1922
Festas Camoneanas	Madrid	1924
Comemoração do 50º Aniversário da Real Sociedade de Geografia de Madrid	Madrid	1926
Exposição Internacional em Barcelona	Barcelona	1929
Exposição Ibero-Americana de Sevilha	Sevilha	1929
Exposição de Cartografia	Madrid	1933
Congresso Internacional das Ciências Antropológicas e Etnográficas	Copenhaga	1938
Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências	Porto	1942
Congresso Luso-espanhol para o Progresso das Ciências	Córdova	1944
Congresso Luso-espanhol para o Progresso das Ciências	San Sebastián	1947
Congresso Luso-espanhol para o Progresso das Ciências	Coimbra	1949
Congresso Internacional de Geografia	Lisboa	1949
Congresso Luso-espanhol de Hidrologia	Madrid	1950

Fonte: Mateus Martins Moreno – Sociedade de Geografia de Lisboa 75 Anos de Actividades ao Serviço da Ciência e da Nação 1875-1950, ed. Sociedade de Geografia de Lisboa, Lisboa, 1950, pp. 66-71.

Como podemos observar no Quadro II, as delegações da S.G.L. ou de outras organizações congéneres como a R.S.G.M. estiveram presentes com muita regularidade no início do século passado em eventos internacionais, entre os quais se destacavam os Congressos Internacionais para a Paz, com evidentes conotações geopolíticas, em que se pretendia estabelecer conversações entre delegados dos diversos países, para através de predisposições geográficas e históricas apresentar propostas para a resolução de contenciosos entre Estados, fossem eles fronteiriços, económicos ou étnicos, com o propósito de evitar uma guerra europeia (que veio a deflagrar em 1914, assumindo posteriormente proporções mundiais). Também se denota uma presença particularmente assídua na década de vinte do século passado nos eventos realizados no país vizinho (com destaque para a exposição Ibero-Americana de Sevilha em 1929) sendo de salientar o hiato nestas participações a partir de meados da década seguinte, numa altura em que as relações políticas entre os dois países de deterioraram significativamente. Esta cooperação científica só seria retomada após a instauração do franquismo em Espanha. Mesmo as participações internacionais de delegados da S.G.L. diminuíram bastante, não sabemos se por falta de meios financeiros para o fazer ou, o que nos parece mais verosímil, pelas restrições impostas pelo Estado Novo à participação de delegados lusos em eventos internacionais, apenas se salientando a presença no Congresso Internacional das Ciências Antropológicas e Etnográficas, realizado em Copenhaga, pouco antes do início de nova conflagração mundial.

A Sociedade de Geografia de Lisboa, no início do século passado, constatou que para poder efectuar eficazmente um estudo criterioso das Ciências Geográficas teria de reorganizar a sua estrutura, criando diversas secções de trabalho que abrangessem os diversos ramos do saber que compõem aquela Ciência. Entre as diversas Secções e Comissões Especiais que foram criadas, assume particular importância para nós a Secção de Geografia Física e Política (1901) sob a responsabilidade de António Teixeira de Vasconcelos e onde décadas mais tarde (1942) encontramos inserido pela primeira vez o nome do então jovem geógrafo Orlando Ribeiro, se bem que este já pertencesse à S.G.L. desde 1929 (sócio nº 11949) embora não estivesse registado em nenhuma das seis Secções ou em quaisquer das numerosas Comissões Especiais então existentes na associação. Também destacaríamos na Secção de Ensino Geográfico o geógrafo Amorim Girão (sócio nº 14113) que foi seu vogal desde a data da sua admissão em 1937.

A associação supracitada volta a ter protagonismo em termos da Geografia Política, quando em plena Primeira Guerra Mundial foi criada na S.G.L. uma Comissão de Defesa da Integridade Nacional (1918) possivelmente com o objectivo de estudar meios de pressão internacionais numa futura Conferência de Paz para a preservação das possessões coloniais. Posteriormente foi redigido um *memorandum* apresentado ao Governo sobre os assuntos que mais conviria serem veiculados pelos delegados portugueses na Conferência dos Aliados, supomos que em questões relativas à restituição de territórios coloniais (por ex. Quionga) ou às futuras compensações monetárias a pagar pela Alemanha a Portugal. Se assim foi, os escassos réditos obtidos levantam-nos as maiores dúvidas sobre a eficácia que não sobre o fundamento das pretensões portuguesas na *Petit Table* onde os delegados Afonso Costa e Augusto Soares foram quase ostensivamente ignorados.

No final da década de trinta (1939) foi constituída uma subsecção denominada Olivença, possivelmente para estudar as implicações jurídicas dos Tratados que estiveram na origem da perda para Portugal daquela localidade em 1801 e não tanto para funcionar como «grupo de pressão» num momento tão delicado das relações hispano-portuguesas, para a restituição do aglomerado populacional e seu termo, ou sequer para proceder à definitiva demarcação fronteiriça.

Podemos concluir que maioria de eventos culturais e científicos em que a S.G.L. participou em cooperação com a Espanha, foram evidenciados durante a Primeira República e o período da Ditadura Militar e não apenas durante o Estado Novo, o que até certo ponto contradiz o mito da propalada colaboração académica, científica e cultural peninsular durante a vigência dos regimes ditatoriais em ambos os países.

A participação dos geógrafos portugueses nos Congressos Internacionais

A participação de geógrafos portugueses nos Congresso Internacionais de Geografia (Quadro III) para o período cronológico a que se refere esta dissertação não é muito significativa, pese embora casos pontuais de colaboração de alguns geógrafos portugueses - entre os quais se destacam F.X. Silva Telles e Ernesto de Vasconcelos - supomos que devido à incipiente organização da Geografia em Portugal mas também devido a dificuldades logísticas e financeiras de deslocação ao estrangeiro.

Quadro III - A presença portuguesa nos Congressos Internacionais de Geografia

Congresso Internacional (Data/Local)	Participação Portuguesa (membros da S.G.L)	Comunicações	Obs.
Congresso das Ciências Geográficas Cosmográficas e Comerciais, Bruxelas, 1871	_____	_____	Elisée Reclus publica <i>La Terre</i> (1869) e Peschel <i>Neue Probleme der vergleichenden Erdkunde</i> (1870)
II Congresso das Ciências Geográficas, Cosmográficas e Comerciais, Paris, 1875	_____	_____	Fundação da Sociedade de Geografia de Lisboa (1875) e da Fundação da Sociedade de Geografia de Madrid (1876) Publicação <i>Physische Erdkunde</i> de Peschel; <i>Géographie Universelle</i> de Elisée Reclus, (1874)
I Congresso Internacional de Geografia Comercial, Paris, 1878	Mendes Leal, Barbosa du Bocage*, Luciano Cordeiro* e Rodrigo Pequito*	_____	_____
II Congresso Internacional de Geografia Comercial, Bruxelas, 1879	Conde de Tomar, Serpa Pinto e Rodrigo Pequito*	O Conde de Tomar convidado a falar na Sessão Solene. Serpa Pinto falou sobre a Colonização Portuguesa	_____
III Congresso de Ciências Geográficas, Veneza, 1881	Barbosa du Bocage* e Luciano Cordeiro*	_____	Fundação da União Geográfica Universal (1881)
IV Congresso de Ciências Geográficas, designado por Congresso Internacional de Geografia, Paris, 1889	J.B. Ferreira de Almeida*; Carvalho Monteiro; Luciano Cordeiro*; Francisco Maria da Cunha*; Palermo de Faria*; Gonçalves Viana*; J. Mendes Guerreiro*; Adolfo Loureiro*; Bernardino Machado*; Joaquim José Machado*; Henrique Midosi*; Frederico Oom*; Manuel Ferreira Ribeiro*; Sárrea Prado*; Silva Amado* e Vasconcelos Abreu		Participou um grande número de membros da SGL que apresentaram ao Congresso os seguintes trabalhos: "Sôbre a projecção zenital equivalente de Lambert", de Marrecas Ferreira; "Primeiros estudos técnicos do Caminho de Ferro de Loanda a Ambaca"; "Anteprojecto de canalização para a irrigação do Vale do Bengo e abastecimento de água a Loanda", de Sárrea Prado; "Método prático para falar a língua de Lunda", de Dias Carvalho Apresentação dos trabalhos

			realizados pela Direcção Geral dos Serviços geodésicos (Carta de Portugal? Na escala 1: 100 000) "As vias de Comunicação nas Colónias Portuguesas", Sárra Pinto; "O Guadramilês e o Riodonorês", Gonçalves Viana
V Congresso Internacional de Geografia, Berna, 1891	Luciano Cordeiro* e Ernesto de Vasconcelos*	_____	_____
VI Congresso Internacional de Geografia, Londres, 1895	Ernesto de Vasconcelos* Jaime Batalha Reis*	"On the definition of geography as a science, and on the conception and description of the earth as an organism" de Jaime Batalha Reis	_____
VII Congresso Internacional de Geografia Berlim, 1899	_____	_____	_____
VIII Congresso Internacional de Geografia EUA (Washington, Filadélfia, Nova Iorque, Chicago e St Louis, 1904	_____	_____	_____
IX Congresso Internacional de Geografia, Genebra, 1908	Carlos Roma du Bocage*; Ernesto de Vasconcelos*; Silva Telles*; Frederico Oom*; Paul Choffat*; Néry Delgado* e J. Outeiro Ribeiro (este último pertencente à Sociedade de Geografia Comercial do Porto)	"L'Enseignement Supérieur de la Géographie" ; "Le Régionalisme Climatologique" , ambos de Silva Telles; "A Carta Geológica de Portugal" (escala de 1 : 500 000) e "A Carta Hipsométrica de Portugal" (escala 1: 500 000) e "Notícia sobre a A Carta Hipsométrica de Portugal", "Ensaio sobre a Tectónica da Serra da Arrábida", de Paul Choffat	_____
X Congresso Internacional de Geografia, Roma, 1913	Ernesto de Vasconcelos*, Silva Telles*, Carlos Roma du Bocage* Afonso Chaves e Visconde de Faria	"As viagens e trabalhos geográficos dos portugueses desde 1889", Ernesto de Vasconcelos "O ensino da Geografia em Portugal", Silva Telles (em substituição de Roma du Bocage	Formação de comissões mistas internacionais para regular as questões toponímicas nas fronteiras montanhosas. Os portugueses enviaram os seguintes trabalhos: «Estudo preliminar da tomada de Ceuta pelos portugueses» de Carlos Roma du Bocage; «As célebres linhas de torres Vedras», de Cristóvão Ayres
XI Congresso Internacional de Geografia, Cairo, 1925	Ramos Costa*, Manuel Monteiro* e J. Soares	"L'astrométéorologie, e La relativité	Fundação da U.G.I., União Geográfica Internacional (1922)

		dans la météorologie“, de Ramos Costa	
XII Congresso Internacional de Geografia, Cambridge, 1928	_____	_____	Pela primeira vez aparece uma Secção D designada por Geografia humana, etnografia, geografia política e económica
XIII Congresso Internacional de Geografia, Paris, 1931	Lima Santos, Mendes Corrêa* e Armando G. Pereira	_____	_____
XIV Congresso Internacional de Geografia, Varsóvia, 1934	Luís Schwalbach*	“La Physionomie Geographique de Lisbonne“, Luís Schwalbach	_____
XV Congresso Internacional de Geografia, Amesterdão, 1938	Luís Schwalbach* e Orlando Ribeiro*	“Les Niveaux des Continents et des Oceans“, Luís Schwalbach; “L’Habitat rural au Portugal“, Orlando Ribeiro	_____

*Apresentaram comunicação

Fontes: José Gonçalo de Santa-Rita «Alguns passos da Ciência Geográfica – Os Congressos Internacionais de Geografia e a colaboração portuguesa», Ensaios e Notas, Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Tómo V, N° 1 e 2, Imprensa Nacional, Lisboa, 1938, pp. 305-332.

Ilídio do Amaral – A Geografia através dos Congressos Internacionais, «Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia», C.E.G., Vol. III, Lisboa, 1968, pp. 84 -101.

Ana Amaral e Ilídio Amaral- Bibliografia Científica de Orlando Ribeiro I.N.IC./C.E.G., Lisboa, 1982 p 11.

João Carlos Garcia-“Jaime Batalha Reis, geógrafo esquecido”, Finisterra, Lisboa, Vol.XX, N° 40, 1985, pp. 300-314.

Pedro Cabral Teles- A Geopolítica na História e no Ensino da Geografia portuguesa (1910-1960), Dissertação de Mestrado em Dinâmicas Espaciais e Ordenamento do Território, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2000, pp. 99, 112 e 189.

Pela análise do quadro, concluímos que exceptuando três congressos (Paris, 1889, Londres, 1895 e Genebra, 1908), a participação portuguesa peca por omissão (nem mesmo o Almirante Ernesto de Vasconcelos, que em 1924 fora eleito para a Comissão Executiva da União).⁷⁷ Apesar do número de delegados participantes ter sido razoável, as comunicações apresentadas e os trabalhos enviados foram sempre em número muito reduzido e talvez com um interesse muito relativo. Contudo, gostaríamos de assinalar a comunicação apresentada por Jaime Batalha Reis no VI Congresso Internacional de Geografia, (Londres, 1895), sobre a definição de Geografia, intitulada *On the definition of geography as a science, and on the conception and description of the earth as an organism*, em que aquela é vista numa perspectiva unitária como uma Ciência da Terra em que o Meio influencia particularmente o Homem, mais do ponto de vista Reclusiano e humboldtiano do que ratzeliano. Se é verdade que considerou a Geografia como uma ciência unitária, chegando, como adepto do darwinismo social, a entrever a importância da raiz civilizacional na organização do território, faltou ao

⁷⁷J.Santa Rita, 1938-a, pp.305-333 e I. Amaral, 1968, pp. 84 -101.

geógrafo português a percepção espacial do Estado enquanto entidade política organizadora *versus* dominadora da vida dos povos.⁷⁸

Também no IX Congresso Internacional de Geografia (1908), Silva Telles apresentara duas comunicações⁷⁹ e outra no X Congresso Internacional de Geografia em Roma (1913) onde abordou a temática do Ensino da Geografia em Portugal. Refira-se que neste Congresso, o último imediatamente anterior à Primeira Guerra Mundial, quando as tensões internacionais faziam prever o conflito generalizado que iria eclodir, houve a preocupação de criar uma comissão para estudar os limites fronteiriços entre os diversos Estados que assim o desejassem, o que significa que este era um problema premente na delimitação das nacionalidades não só na Europa mas também noutras áreas do Globo.

A Geografia Política só surge mencionada expressamente em meados da década de vinte, o XII Congresso Internacional de Geografia, Cambridge, em 1928 apresenta a novidade de na sua Secção D incluir juntamente com a Geografia Humana e a Etnografia, a temática da Geografia Política e Económica; época em que assume cada vez mais relevância nos estudos geográficos, situação que se manterá nas duas décadas seguintes, dada a crescente complexidade do relacionamento entre os Estados a par do avolumar das tensões internacionais que iriam desembocar na Segunda Guerra Mundial.

A Sociedade de Geografia Comercial do Porto

A renovação da mentalidade político-cultural desde meados de Oitocentos foi efectivada por espíritos mais relevantes da corrente cultural que participaram no debate em torno da Questão Coimbrã e posteriormente nas Conferências do Casino sendo que alguns deles integraram uma década mais tarde o grupo dos Vencidos da Vida.

Estão neste último caso Ramalho Ortigão, Antero de Quental e Oliveira Martins: “Revelando uma propensão mais sociologista e antropológica do que o seu amigo poeta, o autor da *Teoria do Socialismo* (1872) e de *Portugal e o Socialismo* (1873) não ficou imune às influências do clima cientista, sobretudo no terreno da Sociologia (Proudhon, Michelet, Spencer, Lilienfeld, Schäffle) e da Antropologia (Darwin, Toppinard), em que perfilhou uma concepção inequivocamente evolucionista do homem e da Natureza. No entanto, esta revelação da ciência não implicou a aceitação da dogmática

⁷⁸ “ «A Terra não pode ser concebida pelo homem senão como um todo, uma individualidad.· essencialment.· una, orgânica, composta de partes, como que órgãos d'um ser, concorrendo com as suas funções harmoniosament.· p. · a existência do todo como tal./ Continuar racionalm. · a deduzir todos os elementos essenciaes do m.· thema geographico./Applcar o processo a outras sciencias (...) Geographia/Descrição da Terra em todos os seres que no seu conjunto a formam sem investigar a natureza d'esses seres».” Apud J. Garcia, 1985, p. 301.

⁷⁹F.Telles, 1908-a, 8 p; F.Telles, 1908-b, 8 p.

comtiana e do determinismo, Oliveira Martins seguiu Cournot na sua teoria do acaso e a sua filosofia da Natureza e da história não deixa de apelar para um princípio motriz de teor metafísico bebido em Schopenhauer (a Vontade) e em Eduardo de Hartman (o Inconsciente) daí que o seu culto das ciências sociais - que procurou concretizar através do projecto da criação da Biblioteca das Ciências Sociais e cujos primeiros volumes, *História da civilização ibérica* e *História de Portugal*, saíram em 1879, a que se seguiram os estudos *O Brasil e as colónias portuguesas* e os *Elementos de Antropologia* em 1880, o *Portugal contemporâneo* e *As raças humanas e a civilização primitiva*, em 1881, não tivesse a pretensão de invalidar a necessidade das explicações metafísicas.”⁸⁰

Em consonância com esta atitude, é fundada em 1880 uma denominada Sociedade de Geografia Comercial do Porto.⁸¹ Entre personalidades gradas da vida académica e cultural da cidade, encontramos os nomes de Oliveira Martins e Gonzalo de Reparaz (pai) como sócios fundadores, evento que teve lugar numa data cheia de simbolismo como seja o dia 10 de Junho de 1880.

Embora não o afirmem expressamente, fomos levados a pensar, que o objectivo primordial da novel agremiação seria pôr em prática projectos de colonização e fomento nas colónias portuguesas e, em simultâneo, proceder a um estudo regional das diversas províncias do Reino também com o objectivo de implementar políticas de desenvolvimento socioeconómico.⁸² Esta afirmação tem a sua razão de ser no relativamente elevado número de sócios - algumas centenas - distribuídos pelas possessões portuguesas em África (onde se destaca Angola) e pelos diversos distritos de Portugal Continental, com natural evidência para o Noroeste do País e a capital, o que indica que tinha outros propósitos diferentes da S.G.L., sendo esta última mais elitista e comprometida com os meandros do Poder.⁸³

No entanto, cedo pusemos de parte essa ideia por duas razões: a primeira prende-se com a natural aversão do seu Secretário-Geral (Oliveira Martins) às políticas de fomento e colonização das Colónias Africanas por brancos, especialmente portugueses; enquanto ao segundo aspecto somos levados a supor que se a Sociedade de Geografia Comercial do Porto tivesse perdurado no tempo para além de escassos oito anos, talvez os seus sócios tivessem constituído um embrião de um futuro municipalismo que Oliveira Martins considerava a essência de toda a actividade governativa no quadro

⁸⁰ F. Catroga, 1993-b, p. 572.

⁸¹ A este respeito, ver Maria Teresa Alves da Costa Cirne Cardoso-*Perspectivas do Colonialismo Nacional, A Sociedade de Geografia Comercial do Porto (1880-1888)*, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2000, 445 p.

⁸² Pouco tempo após o seu início, em 1881, incorporou a já existente Sociedade Portuense de Geografia.

⁸³ A título exemplificativo destacámos entre os 32 sócios bracarense: Pereira Caldas (este sócio conta na sua bibliografia alguns estudos sobre Braga, nomeadamente sobre o aproveitamento e importância das águas minero-medicinais na cidade e seu termo); Manuel Joaquim Gomes, destacado capitalista, introdutor de diversos melhoramentos na cidade, como o primeiro telefone, a distribuição pública de iluminação eléctrica e respectiva central hidroeléctrica no Rio Cávado, os trammays de tracção animal; o elevador do Bom Jesus e uma composição a vapor que fazia o percurso entre aquela estância de turismo religioso e a estação de caminhos de ferro.

de um (con)federalismo ibérico. Também não é de descartar a hipótese de que a S.G.C.P. tivesse objectivos essencialmente culturais, isto é de propagação das novas ideias sobre colonização para aqueles que desejassem fixar-se nas possessões portuguesas, o que aliás está em consonância com as teorias de Oliveira Martins, a par de uma maior difusão cultural no que respeita às Ciências Sociais à luz das novas correntes positivistas.⁸⁴

Se de um ponto de vista estritamente subjectivo não podemos deixar de expressar a nossa admiração pela obra do historiador e geógrafo no que diz respeito ao academismo e à erudição que demonstrou, bem como às numerosas e especializadas fontes em que se apoia para fomentar as suas asserções, não podemos contudo, deixar de concordar com António Sérgio quando este afirmava no prefácio de uma das reedições das obras do historiador pelo «Grupo da Biblioteca» que: “Uma das acusações frequentemente dirigidas a Martins dizia respeito a ele não ter sabido salvaguardar a especificidade do passado, projectando sobre este as preocupações do presente.”⁸⁵

3.2- Da Escola Politécnica à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

A fundação do Ensino Superior em Lisboa, nomeadamente a Faculdade de Letras, teria já estado em mente de D. Pedro V, que a esse propósito terá proferido a seguinte frase: “A Faculdade de Letras aí a deixo esboçada, incompleta é verdade, mas tal que já não são capazes de m'a deixar completar.”⁸⁶ Se a morte não tivesse colhido tão precocemente o Rei, era muito provável que a Universidade de Lisboa tivesse visto a luz do dia meio século antes da sua efectiva criação. Refira-se que durante os (quase) cinquenta anos seguintes, a Geografia não surge como Ciência integrada no *currículum* de nenhum curso, nem as posteriores reformas (1878 e 1901) contemplam este ramo do saber, continuando a mostrar toda a preferência pelo ensino da História e da Filosofia: “A leitura geográfica do espaço (como hoje a entendemos) não podia ser feita pelos geógrafos, nos meados do século passado em Portugal (...). A geografia ensinada era uma cosmografia simplista (geografia matemática) uma série de definições de aspecto da Terra (geografia física) e uma infindável enumeração de países, cidades, produções... (geografia política). Compartimentos estanques que nenhuma lógica ligava (...). Não que não houvesse informação sobre a Geografia - ciência de síntese - que, desde Humboldt e do seu *Cosmos*, se desenvolvera na Alemanha, na Inglaterra, em França. A

⁸⁴ Entre as diversas associações que se dedicavam à propagação e ensino das novas correntes histórico-geográficas, com quem mantinha reciprocidade, que aliás abarcavam a maioria dos países europeus, é especialmente relevante para nós a kreusiana *Institución de Libre Enseñanza de Madrid* e a *Associació d'Escursius Catalana*.

⁸⁵ A. Sérgio, 1923, *apud* C. Maurício, 2005, p. 70.

⁸⁶ L.Schwalbach; J. Santa-Rita J.Magalhães, 1934, p. 259.

informação chega e a ela se tem acesso através de instituições eleitas e bem determinadas: A Academia das Ciências de Lisboa, A Universidade de Coimbra, mais tarde a Sociedade de Geografia.”⁸⁷

A Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa foi promulgada por decreto no início da instauração do regime republicano, ainda em 1911, aproveitando os já existentes Cursos Superiores de Letras, a Academia Politécnica e a Escola de Medicina Tropical (1902) a par de diversas outras instituições oficiais, entre as quais avulta a Academia de Ciências de Lisboa e naturalmente a Sociedade de Geografia de Lisboa. Esta vantagem permitiu que de um modo geral, a capital do País se sobrepusesse ao Porto por ter um mais completo e numeroso conjunto de instituições científicas, futuro embrião da Universidade, onde já leccionavam personalidades ilustres das mais diversas áreas do saber científico, que naturalmente foram ocupar as cátedras da novel Universidade de Lisboa. Este facto era importantíssimo porque permitia retirar à Universidade de Coimbra a exclusividade do Ensino Superior. No que respeita à Faculdade de Letras, era crucial a formação de professores com uma nova mentalidade, visto que grande número deles iria constituir a renovada estrutura administrativa do Estado Republicano. Por sua vez, reconhecendo o atraso do País no domínio das Ciências Exactas e Naturais, a Faculdade de Ciências vai desde cedo dinamizar a pesquisa, nomeadamente na Biologia, na Física e Química, na Farmácia e na Medicina privilegiando a pesquisa teórico-prática em relativamente bem apetrechados laboratórios.

O pioneirismo de Gerardo Péry e Barros Gomes

Poderemos considerar como um dos pioneiros da Geografia em Portugal, o coronel de artilharia e investigador Gerardo Péry que na sua obra, *Geografia e Estatística de Portugal e Colónias* (1875) considerada a mais significativa na época pelo facto de nos apresentar uma metodologia inovadora no campo da explanação dos fenómenos geográficos ⁸⁸. Com efeito, aquela evidencia-se na forma como privilegia a correlação entre fenómenos, baseando-se sempre que possível em dados quantitativos, em vez de elaborar como era usual, uma obra simplesmente descritiva, onde a cartografia estaria praticamente ausente. Assinale-se que nesse particular a sua proposta inovadora de divisão do País é documentada com cartografia alusiva ao tema.

Convirá (re)lembrar as obras do silvicultor Barros Gomes, entre as quais avultam as *Condições florestais de Portugal* (1876) e as *Cartas Elementares de Portugal* (1878) tendo sido colaborador dos

⁸⁷ N. Devy-Vareta; J. Garcia, 1989, p. 140.

⁸⁸ A. Gerardo Péry, 1875, 404 p.

destacados sócios da S.G.L Carlos Ribeiro e Nery Delgado autores da primeira Carta Geológica de Portugal (1876) na escala 1:500 000, mais tarde (1899) actualizada com a colaboração do cientista suíço Paul Choffat, entretanto radicado no nosso País. Paralelamente a este último investigador, Barros Gomes realizou os primeiros mapas sobre a distribuição da vegetação, em função das características do relevo e do clima. Também instituiu a divisão regional de Portugal Continental segundo a uniformidade das bacias hidrográficas, bem como a explicação da distribuição da densidade populacional através da diferenciação dos aspectos naturais, com destaque para a desigual repartição da pluviosidade.⁸⁹ Torna-se pois pertinente referir o pioneirismo deste autor por estabelecer com bases científicas o conceito da individualização de Portugal no quadro ibérico através de uma série de factores naturais e em menor escala humanos, que constituem a unidade na diversidade do território português. Neste último, Barros Gomes destaca os aspectos peculiares das bacias do Tejo e do Sado, e das «Baixas do Sorraia» como provas da originalidade paisagística do território português, não só em termos morfológicos mas também da fauna e da flora e como tal, expressão marcante da sua individualidade no contexto ibérico.

Assunto que será desenvolvido em capítulo posterior, visto o podermos considerar como fazendo parte do domínio da Geografia Política, décadas antes de esta adquirir foros de autonomia face à Geografia.

O conceito de Geografia em Silva Telles

No início do século XX assiste-se à reformulação do Curso Superior de Letras, capital do Reino (1901) sob a égide da Liga da Educação Nacional. Apenas alguns anos mais tarde, durante o governo de João Franco, o Conselho Superior de Instrução estabelece novas regras favoráveis ao recém-criado Ensino Superior, ao conceder bolsas de estudo no estrangeiro e criar as primeiras cátedras (1904), entre as quais a de Geografia. Esta é ocupada pelo médico higienista Francisco Xavier da Silva Telles (1860-1930) para a qual se habilitou apresentando como tese de admissão à cátedra, uma obra inovadora intitulada *Concepção das Unidades Geográficas - Introdução à Anthro-Geografia*.⁹⁰

No campo específico da Geografia, não existindo geógrafos de formação, estes teriam naturalmente de provir de outras áreas, aperfeiçoando os seus conhecimentos geográficos com as leituras que iam fazendo, ou frequentemente como bolseiros noutros países europeus, através do

⁸⁹ O.Ribeiro, 1934-a, pp 5 -13 ; *Idem.* 1978, pp. 226 -229; *Idem.* 1989-e, pp.109 - 113.

⁹⁰ F.Telles, 1904, 140 p.

contacto com colegas estrangeiros nos Congressos Internacionais ou na troca de correspondência entre as diversas Sociedades de Geografia, em especial francesas, inglesas e alemãs que assumem particular relevância nestes primeiros anos do início do século passado. Em todas estas acções Silva Telles participou sempre que possível, retirando elementos que lhe servissem para alargar mais vastos campos de pesquisa, geralmente dentro da Geografia Colonial.

O início das suas actividades na docência foram na Escola de Medicina Tropical, onde leccionava a disciplina de Higiene e Climatologia (1902/1903), tendo continuado a exercer o magistério até 1928, embora mais tarde acumulasse com outras funções, como as de docente do Instituto Comercial onde leccionava Geografia Económica (1911), e da Escola Superior Colonial (1914?-1928). Mas a consagração máxima no ensino resulta da sua nomeação para Vice-Reitor da Faculdade de Letras (1914) e Reitor (1928) da mesma instituição. Sendo relativamente alheio à política, porquanto aceita um lugar de deputado durante breve período de tempo (1905), quando adere ao Partido Progressista de Hintze Ribeiro. A política só o vai tentar novamente vinte anos mais tarde, quando aceita ser Ministro da Instrução (1929-30) no Ministério de Ivens Ferraz, de transição entre a Ditadura Militar e o Salazarismo.

As Comissões de Serviço nas possessões portuguesas de Moçambique, Angola e Guiné permitiram a Silva Telles o contacto com as diferentes comunidades e ambientes climáticos diferenciados, cujo conhecimento minucioso era necessário para uma mais eficaz profilaxia das doenças tropicais; o que o levaram a interessar-se pela Climatologia e Antropologia. Possivelmente o contacto com os outros membros da Sociedade de Geografia de Lisboa (da qual se tornou sócio em 1893), permitiram-lhe uma preparação teórica mais efectiva, que possibilitaram apresentar no Congresso Internacional de Geografia em Genebra (1908), na sua qualidade de membro da Direcção da Sociedade de Geografia de Lisboa (1901) duas comunicações. A primeira sobre o Ensino da Geografia em que defende a autonomia desta ciência relativamente à História, considerando-a dentro de uma óptica determinista ou, talvez mais correctamente naturalista, tendo por objecto de estudo as condições naturais do Meio. A segunda sobre Climatologia, onde a partir de estudos pioneiros no nosso País, considera a actuação dos elementos climáticos dentro de uma escala regional. O objectivo deste trabalho de investigação para Silva Telles, consistia em estabelecer uma relação sobre os efeitos dos diferentes climas no organismo humano, tentando adaptar ao seu ponto de vista as ideias do geógrafo

E. Huntington, para quem de resto executou um trabalho de investigação de recolha de informações sobre as características climáticas de Portugal Continental.⁹¹

No contexto epistemológico da Geografia, fácil será inferir a posição determinista de Silva Telles em relação à corrente geográfica em que se enquadra, como assinala Luís Schwalbach quando se refere ao assunto: “Raro é o trabalho em que o Dr. Silva Teles não delimite as fronteiras do ramo do conhecimento por ele preferido; mas há um opúsculo publicado em 1915 «O conceito científico da geografia» que nos transmite integralmente o pensamento do autor. Diz-nos aí que foi a vastidão do campo geográfico que provocou a especialização e foi a mesma causa que arrastou para o seu domínio porque eram indispensáveis à geografia os documentos das ciências que estudam o solo, a vida e as civilizações (...) No citado trabalho do Dr. Silva Teles apreciam-se três correntes geográficas: a escola britânica muito afeiçãoada ao critério de distribuição, a escola neo-ritteriana que se subordina ao princípio ontogénico, e a escola naturalista que merece a preferência do autor.”⁹²

Significa isto que Silva Telles defendia uma posição tão marcadamente determinista como os seguidores de Ritter, que viam exclusivamente a superfície terrestre como objecto de estudo à qual estariam subordinados e condicionados todos os elementos humanos, em que estes assumiam uma importância secundária? Numa análise mais aprofundada nós respondemos pela negativa, porque para o geógrafo goês a questão conceptual se põe de modo diferente. Embora dê primazia incontestável à acção do Meio sobre o Homem, por outro considera que os diversos elementos naturais - clima, relevo, cobertura vegetal e solo - não condicionam o Homem do mesmo modo, sendo que até em certas realidades os mesmos elementos naturais dão origem a quadros humanos distintos.

O conceito de Geografia para Silva Telles é exposto num artigo intitulado “O Conceito Científico da Geografia” (1915), que é mais tarde citado por Orlando Ribeiro, que escreve sobre o seu antigo Mestre: “Chega-se deste modo ao conceito científico da Geografia: é a interpretação das formas da superfície do globo e dos laços de conexão entre os caracteres geomorfológicos e climáticos com a

⁹¹ Convirá determo-nos um pouco mais na concepção da geopolítica mundial para E. Huntington, particularmente nos casos europeu e norte-americano em que enuncia diversos postulados para justificar a superioridade racial das populações destes continentes na sua «aptidão natural» para o domínio do Mundo. Numa óptica ainda mais determinista do que a de qualquer geógrafo ratzeliano, considera que as características climáticas, ao influenciarem a saúde das pessoas, originam grupos étnicos (raças) com predisposição diferenciada para o trabalho, o qual em si mesmo será um factor de progresso espiritual e sobretudo material, conducente ao desenvolvimento civilizacional dos diferentes povos do Globo. Para fundamentar as suas teorias, caracterizou a distribuição climática a nível mundial convidando em 1913 duas centenas de geógrafos (entre os quais convém assinalar aqueles que mais se notabilizaram na geografia europeia, especialmente significativos para a temática da nosso trabalho: em Inglaterra, T. Holdich (geógrafo militar); em França, Lucien Gallois; em Espanha, Beltrán y Rozpide e em Portugal Silva Telles) a colaborarem na investigação. Interessa-nos particularmente as divisões civilizacionais que o supracitado autor faz no continente europeu, particularmente na Europa Mediterrânea, e que considera ter um grau civilizacional bastante inferior ao da Europa Ocidental e da Europa do Norte. Mais detalhadamente, considera que a Península Ibérica também apresenta diversas variações etno-climáticas que correspondem em termos gerais, às fronteiras políticas e /ou às grandes divisões regionais ibéricas: o valor menor refere-se a Portugal e à área planáltica de Leão e Castela, um valor intermédio para as Vascongadas, Astúrias e Navarra e o mais elevado para a Catalunha. Por conseguinte, podemos inferir que existe uma certa correlação entre o denominado limite civilizacional e as variações climáticas, o que em termos geopolíticos poderá ser classificado, como sendo «fronteiras climáticas» porque procuram, mal ou bem, mas sempre numa óptica determinista, delimitar a importância mundial de cada Estado - e se for o caso, diferenciar as diversas regiões entre si - em função das características climáticas e etno-raciais que por sua vez determinam o grau civilizacional de cada um dessas entidades políticas.

⁹² L. Schwalbach; J. Santa-Rita *et alia*, 1934, p. 251.

localização e distribuição das coberturas vegetal e animal; é a explicação da interdependência entre todos estes fenómenos e a cobertura humana considerada biológica e antro-po-socialmente nos seus movimentos. Alargando mais o conceito, poder-se-ia dizer que a Geografia é a ciência da superfície da terra considerada como uma unidade orgânica.”⁹³ Refere Orlando Ribeiro que Silva Telles: “(...) sentia-se mais atraído pela Geografia inglesa, americana e alemã do que pela francesa. (...) Além da formação de naturalista e de antropólogo e da experiência do mundo tropical, Silva Telles nasceu em Goa e foi médico da armada, o determinismo na linha de Ratzel, de Herbertson, de Ellen Semple, de E. Huntington quadrava à feição da sua clara inteligência.”⁹⁴

O enquadramento geográfico de Silva Telles é para nós importante na medida em que nos permite compreender melhor o seu conceito de Geografia Política, apenas expresso indirectamente ao debater a especificidade antropológica e geográfica da Península Ibérica, no mundo mediterrâneo,⁹⁵ que foi expressa pela primeira vez num pequeno artigo que escreveu para a revista *Serões*: “Na Hespanha, no sul de França e na Itália, embora se encontrem dois typos ethnics, o ibero e o ligure (...) a tradição cultural é latina (...) o que é indubitável é que esta civilização foi recebida, foi adaptada pelos iberos que povoaram as duas penínsulas e a Aquitania, modificando-se consoante o genio de cada povo.”⁹⁶

Numa escala de análise diferenciada, expõe as suas concepções teóricas sobre a individualização geográfica de Portugal em relação a Espanha expostas na obra *Autonomia Geográfica de Portugal* (1908), onde considera, tal como mais de uma década antes T. Fischer (1893) que o território nacional no seu conjunto apresenta características peculiares em relação ao país vizinho, no que diz respeito à morfologia, geomorfologia, clima e à própria vegetação: “Pelos suas feições fisiográficas e climáticas, Portugal difere da Espanha pela sua arquitectura, embora sete décimos do seu território sejam a continuação geológica do país vizinho, pode ser dividido, a nosso ver, em quadros geográficos com transições fáceis de um a outro quadro.”⁹⁷ Em suma, são os elementos naturais aqueles que melhor definem a fronteira, indiscutivelmente natural, entre os dois países. Muito embora reconhecendo que em certas áreas específicas poderia haver uma afinidade, um prolongamento essencialmente morfológico entre ambos os países Ibéricos.⁹⁸

⁹³ O.Ribeiro,1986-b, p. 179.

⁹⁴ *Ibidem*, p. 13.

⁹⁵ Apesar de não se poder comparar por não ter uma leitura científica, gostaríamos de deixar a imagem que um dos autores do mito do Saudosismo e em parte da Portugalidade, Teixeira de Pascoaes, traça em 1912 e reformula em 1920, sobre a relação existente entre e as características étnicas e os seus distintos usos e costumes dos povos peninsulares: “A Ibéria foi primitivamente povoada por diversos Povos de que descendem os actuais castelhanos, vascos, andaluzes, galegos, catalães, portugueses, etc. Aqueles povos pertenciam a dois ramos étnicos distintos, diferenciados por estigmas de natureza física e moral. Um dos ramos é o ariano (...) e o outro, é o semita.” J.Teixeira de Pascoaes,2000, p.70.

⁹⁶ F. Telles, 1902, pp.198-199.

⁹⁷, L.Schwalbach; J.Santa-Rita *et alia*, 1934, p. 253.

⁹⁸ F.Telles, 1929, 95 p.

No entanto, sendo um investigador de formação essencialmente anglo-saxónica e germânica, não aceitou *ipso facto* a classificação climática de Köppen que qualificava de demasiado rígida, nem a da E. Martonne que achava excessivamente regionalista. Por isso elabora uma classificação climática que é um misto do rigor e neodeterminismo anglo-saxónico e germânico com uns laivos do possibilismo da escola francesa pelo facto de não enjeitar a actuação dos elementos climáticos como factor determinante para a diferenciação regional: “(...) atendendo a condições de exposição e altitude mais próprias para definir, dentro de grandes conjuntos, variedades regionais e até locais.”⁹⁹

O geógrafo F. Silva Telles refere nos seus escritos, tal como Oliveira Martins o fizera anteriormente e que de um modo geral todos os republicanos preconizaram, a importância que a colonização por europeus de determinadas áreas de Angola e de Moçambique tinham para o desenvolvimento económico-social daquelas colónias e, simultaneamente, da própria metrópole. Esta teria no engrandecimento territorial resultante das possessões africanas e na prosperidade baseada na exploração e comercialização dos recursos coloniais, a melhor garantia de independência em relação à Espanha. Tese que expõe numa das suas obras, que neste sentido também se pode considerar como apresentando uma componente de Geografia Política, ao condicionar o destino da metrópole à posse das colónias, indicando mesmo quais as áreas de clima mais saudável para a fixação dos europeus.¹⁰⁰ Assunto que poucos anos após a publicação daquele texto será levado à prática pelo colonialismo republicano na pessoa do então Ministro das Colónias, Norton de Matos, ao fomentar a colonização europeia nos planaltos angolanos e alguns decénios mais tarde, noutra contexto político diferente, amplamente glosado pelo Estado Novo.

Se a colonização europeia de África envolve direitos, também lhe estão imputados deveres, conforme preconizava no I Congresso Colonial de Lisboa (1901), de que o próprio Silva Telles foi o principal organizador, apresentando uma comunicação sobre a acção civilizadora dos portugueses, e de outros europeus no contexto africano, dentro de uma óptica de medidas de progresso civilizacional baseadas no respeito mútuo entre as populações de diferentes etnias e raças em África.¹⁰¹ Pouco tempo antes, as suas ideias sobre matéria colonial ficaram convenientemente explanadas numa obra editada por antigos alunos.¹⁰²

⁹⁹ O.Ribeiro, 1989-f, p 154.

⁹⁹ I.Amaral 1983, pp. 69-70.

¹⁰⁰ F.Telles, 1908-c, 55 p., 15 gráficos e 2 mapas.

¹⁰¹ O seu interesse pelas questões relativas à colonização e valorização das colónias portuguesas leva-o a participar activamente no 2º Congresso Colonial de Lisboa (1924), onde apresenta também uma comunicação. No Congresso Colonial Internacional de Roma (1924) participou com uma comunicação sobre climatologia das regiões tropicais e, pouco antes do seu falecimento esteve presente no 3º Congresso Colonial de Lisboa (1930).

¹⁰² E.Coelho; J.Pereira,s/d, Lisboa, 405 p.

A propósito das suas obras, entre as quais não são muito numerosas as que se referem exclusivamente a assuntos de natureza geográfica, destacamos como as mais significativas na teorização do pensamento geográfico do mestre as obras: *Concepção das Unidades Geográficas- Introdução à Anthro-Geographia*, (1904) e “*O conceito científico da Geografia* (1916) entre outros diversos artigos relativos à Geografia Colonial.¹⁰³

Nos aspectos procedentes do primeiro destes títulos, denota-se que o geógrafo luso-goês considera que a Geografia Humana, então designada por Antropogeografia, tem por objectivo o estudo das raças humanas na sua adaptação ao Meio, considerando este último como o somatório das condições naturais, bioclimáticas e morfológicas. Contudo existe uma diferenciação regional, ou melhor zonal, ainda que de limites mal definidos que determina as diferentes características do Meio e consequentemente a repartição das diferentes «raças humanas» (naturais e históricas) no Globo. Apesar de esta obra ter sido elaborada consultando uma bibliografia muito actualizada e relativamente extensa de autores ingleses, alemães, franceses e italianos, apenas cita, em termos de Geografia Política, F. Ratzel e com menos frequência H. Mackinder. As suas ideias apresentam uma certa similitude com a teoria enunciada pelo geógrafo norte-americano E. Huntington, da diferenciação e valorização das raças humanas segundo os paralelos, o que à primeira vista poderíamos ser levados a considerar como uma aceitação de um expansionismo neo-ratzeliano através de uma pretensa missão civilizadora de domínio sobre as raças ditas inferiores - com uma certa condescendência por aquelas com um passado histórico onde floresceram velhas civilizações como a Mesopotâmia - aclimatadas nas inóspitas regiões intertropicais e que só saíam do seu marasmo devido à actuação dos norte-americanos e europeus.

No entanto, a verdade é mais complexa do que isso, pois se F.X. da Silva Telles aceita uma diferenciação racial à superfície da Terra, não é apologista de uma expansão das estruturas administrativo-políticas de um povo sobre outro, pelo contrário, acha que cada raça tem o seu lugar em determinada área do Globo e que da sua harmonia com o Meio envolvente, nascem as verdadeiras unidades geográficas terrestres. Transpondo para o campo da Geografia Política, significa até, uma aceitação quase implícita da afirmação dos nacionalismos, uma vez que cada povo passa a ter por direito natural o seu lugar próprio, em determinado espaço da superfície terrestre. Ademais, quando

¹⁰³ Na vasta bibliografia de F.X da Silva Telles encontramos as seguintes obras: "A partilha de África," Anais do Club Militar Naval N° 20, Lisboa, (1890) pp. 302-307.; " A colonização portuguesa nos climas tropicais", Anais do Club Militar Naval N° 21,Lisboa, (1891) pp. 5 -18;O distrito de Moçâmedes:1ª parte: colonização europeia Anais do Club Militar Naval N° 22,Lisboa, (1892) pp. 282-287;"A concepção das Unidades Geográficas. Introdução à Anthro-geografia, Lisboa, 1904; Elementos de Corografia Portuguesa, Lisboa (1907?)" L'Enseignement Supérieur de la Géographie, 1908; Introdução Geográfica" in Notas sobre Portugal, Lisboa, 1908; "Goa - Estudo de Geomorfologia," Boletim da 2ª classe da Academia das Ciências de Lisboa, Vol. IV, 1910-1911; " O conceito científico da Geografia," Revista da Universidade de Coimbra, 1916 pp.109-136; Ensino Colonial Universitário, Lisboa, Altos Estudos Coloniais, Lisboa, 1924; Rapport sur la Climatologie Intertropicale et les Climats des Colonies Portugaises, Bruxelles, 1924; "Introdução Geográfica" in Guia de Portugal," Lisboa, 1924; Aspectos Geográficos e Climáticos de Portugal, Exposição de Sevilha, Lisboa, 1929; A Nossa Terra, Aptidões económicas, Lisboa, 1929.

qualquer raça sai do seu ambiente próprio, que pode coincidir ou não com condições naturais específicas e se fixa noutra ambiente diferente, dá origem a diferenças regionais (civilizacionais...) entre os povos.

Segundo Silva Telles, a fixação de qualquer «raça» humana não se diferencia só em termos espaciais mas também temporais, isto é, se ela for completa permanece estável no mesmo local, a natalidade e a esperança média de vida aumentam; se pelo contrário for incompleta, a «raça» tem tendência a acusar fenómenos migratórios e degenera pela diminuição da natalidade, apontando o dedo, tal como Oliveira Martins, aos expansionismos coloniais: “Por não terem sido bem interpretados todos estes fenómenos de fixação, do estacionamento e da degenerescência, é que surgiu a doutrina do cosmopolitismo das raças humanas e principalmente a ilusão de que é fácil às raças superiores uma expansão étnica, viável no tempo, em todas as regiões para onde as conduzem os interesses económicos, as ambições políticas e o espírito aventureiro do comércio actual (...) pudemos reconhecer que o tipo português, por exemplo, degenera etnicamente nas regiões que constituem o domínio colonial em África.”¹⁰⁴

Apesar de tudo, o seu aparente determinismo perde importância ao aceitar que se a fixação das raças é condicionada pelas características naturais do Meio, este não é de modo nenhum apenas o único factor determinante. A prová-lo, está a constatação, tal como alguns anos mais tarde também Mendes Corrêa admitiria (1919), que na Europa desse princípio do século XX, as «raças» não ocupam regiões bem definidas nem do ponto de vista natural nem político, talvez por isso sejam antes de mais um factor geopolítico relevante que será preciso levar em conta no complexo xadrez europeu pré-Primeira Guerra Mundial.¹⁰⁵

Nesta fase do seu pensamento geográfico, Silva Telles ainda dá pouca importância a conceitos fundamentais, diríamos até, «traves mestras» da Geografia ratzeliana como sejam a formação e expansão dos Estados ou o conceito de Nação e o seu relacionamento com os povos vizinhos, isto porque acredita que o verdadeiro objectivo da «geografia dos povos» a que chama «biogeografia humana» é estudar a relação das diversas raças com o Meio, saber as causas da sua repartição, do seu progresso e extinção. Para o autor, a Geografia Humana, ou melhor, a Antropogeografia ainda não se emancipou, muito menos adquiriu um cunho regionalista, daí a crítica a Vidal de La Blache por este

¹⁰⁴ F.Telles (introdução de Ramiro Pimenta), 2004, pp. 121-123.

¹⁰⁵ “ A confirmação desta hipótese encontra-se facilmente quando examinamos as cartas da distribuição actual das raças humanas em alguns continentes. Na Europa, as regiões étnicas não coincidem nem com as unidades geomorfológicas nem com os tipos climáticos (...) Do mesmo modo (...) o braquicéfalo moreno e de pequena estatura (Raça ocidental ou celta-lígure, Homo Alpinus de Lapouge), o ibero-mediterrânico, espalham-se em zonas que lhe são peculiares e que de modo algum concordam, quanto aos seus limites e outros caracteres, com a distribuição das unidades marcadas pela geomorfologia e pela climatologia.”F.Telles –(introdução de Ramiro Pimenta), 2004, pp. 134-135.

aceitar a relação de causalidade e sobretudo da explicação dos fenómenos geográficos em função da primazia dada à actividade do Homem sobre o Meio mas nunca submetida a ele.

A outra obra em análise, *O Conceito Científico da Geografia* (1916), refere-se a assuntos de teor completamente diferente. Trata-se de um estudo teórico sobre a evolução do *corpus* científico da Geografia enquanto Ciência. Mais uma vez se nota a concordância com o norte-americano W. M. Davis sobre o facto da Geografia só poder ser considerada uma Ciência quando for definido com precisão o seu objecto e método de estudo relativamente a outras ciências afins, o que passa por uma imbricação dos fenómenos naturais e humanos a par de uma atitude explicativa dos mesmos. Talvez por isso, demonstra grandes reticências pelo conceito de Geografia subjacente nas obras de Elisée Reclus, considerando que se o enciclopedismo a par da minuciosidade de que dá mostras é brilhante, este é ofuscado por uma atitude meramente descritiva dos fenómenos geográficos. Interrogamo-nos se aqui não haverá uma certa má vontade contra o geógrafo francês pelo facto de terem ideologias político-sociais distintas e, por conseguinte, uma maneira de conceber a epistemologia científica também diferenciada: ao republicano conservador adepto de uma sociedade burguesa estruturada em classes, contrapõe-se o geógrafo francês anarquista e libertário.

Após uma breve panorâmica sobre o progresso da Geografia em alguns países europeus, em que critica a geografia inglesa pelo seu tradicionalismo; a alemã pela sua especialização exagerada e a francesa pelo seu apego a correntes historicistas - com excepção de A. Demangeon, C. Vallaux, J. Brunhes, P. Vidal de La Blache e sobretudo E. de Martonne - manifesta nítida preferência pela corrente geográfica neo-ritteriana norte-americana e as suas derivações na Europa, particularmente na Alemanha, Itália e em Espanha.¹⁰⁶ Considera-a como a única capaz de abarcar de uma forma dinâmica os aspectos relativos às transformações naturais da paisagem no seu todo, em que o Homem tem sempre um papel subalternizador.

Parece-nos pois, que o grande contributo de Silva Telles para a geografia portuguesa se pode analisar sob duas vertentes: a primeira que realça o seu trabalho pedagógico enquanto professor entusiasta que sabia despertar a paixão por uma Ciência que estava a dar os primeiros passos no ensino universitário. A segunda de âmbito mais académico, refere-se não só aos seus escritos científicos que prestigiaram a ciência portuguesa nos diversos congressos internacionais como também

¹⁰⁶ Particularmente importante é o facto de Silva Telles ter conhecimento dos trabalhos desenvolvidos no país vizinho que lhe permitiram já nos primeiros anos do século XX, ter uma «leitura» particularmente isenta e lúcida porque fundamentada cientificamente, da questão relativa à autonomia geográfica de Portugal pelo facto de poder comparar os artigos que reciprocamente escreveram sobre o assunto geógrafos e políticos portugueses e espanhóis. Entre as obras mais importantes, destaca-se na bibliografia consultada o título *La Geografía y su enseñanza*, Madrid, 1913, do mais importante e influente geógrafo espanhol da época, R. Béltran y Rózpide, que podemos dizer criou uma «escola geográfica» no sentido literal da palavra, não só porque introduziu o ensino da geografia moderna na Institución de Enseñanza Libre, como também congregou à sua volta numerosos discípulos, entre os quais se salienta M. Terán.

a sua teorização de âmbito epistemológico sobre o objecto e método de estudo da Geografia, numa época em que degladiavam pela “verdade absoluta” a Escola Vidaliana regionalista de teor possibilista e a Escola Ratzeliana de matriz neodeterminista.

Cabe ao geógrafo português uma definição original de Geografia, que se não é feita de um modo explícito, tem o mérito de ser muito peculiar ao considerar, tal como J. Batalha Reis (Londres, 1895) que a Terra age como um ser orgânico, teoria que desenvolve de um modo inovador ao explicitar que diversos elementos naturais e humanos, interagem entre si, com nítida preponderância dos primeiros, mas de uma forma em que a sua simbiose conduz a um equilíbrio no meio envolvente. O que implica que a Geografia só se possa entender no conjunto como uma Ciência explicativa de todos os fenómenos naturais e humanos observados na superfície do Globo numa escala global, zonal ou mesmo regional; parecendo-nos a nós que este conceito de observação de um mesmo fenómeno em diferentes escalas de análise denota uma clara influência martonniana. Isto pressupõe que Silva Telles valorizava de uma forma idêntica como contribuindo para o estudo dos fenómenos observáveis na superfície terrestre tanto a Climatologia, como a Geomorfologia a Biogeografia ou a Antropogeografia, como bem fez notar Orlando Ribeiro ao escrever sobre o seu mestre: “Chega-se deste modo ao conceito científico de geografia: é a interpretação das formas da superfície do globo e dos laços de conexão entre os caracteres geomorfológicos e climáticos com a localização e distribuição das coberturas vegetal e animal; é a explicação da interdependência entre todos estes fenómenos e a cobertura humana considerada biológica e antro-po-socialmente nos seus movimentos. Alargando mais o conceito, poder-se-ia dizer que a geografia é a ciência da superfície da terra considerada como uma unidade orgânica. E como esta revela-se sob três aspectos, físico, biológico e humano, intimamente associados no tempo e no espaço, daí a divisão em geografia do solo ou geomorfologia, geografia da vida e geografia humana.”¹⁰⁷

Apesar de tudo, já no final da vida, insinua-se nos escritos de Silva Telles uma preocupação por encontrar um novo espírito, ou melhor uma metodologia diferenciada que permitisse fazer uma abordagem mais harmoniosa entre a Terra e o Homem. Não diremos que constituísse uma clivagem total com a sua concepção inicial de Geografia, mas incontestavelmente, ao dar cada vez mais primazia à acção do Homem em detrimento dos factores naturais como o Clima na modelação da paisagem, está a ensaiar uma aproximação em direcção à Geografia Regional, como bem fez notar Ramiro Pimenta: “Já tínhamos levantado a suspeita, no momento em que caracterizávamos o seu pensamento geográfico, de que uma crise se insinuava na geografia evolucionista de Silva Teles;

¹⁰⁷ O.Ribeiro, 1989f, pp. 148-149.

cremos que a sua geografia regional é sintoma de que se processava uma substituição profunda no espírito geográfico do autor, e que podemos balizar nas marcas temporais da sua bibliografia científica uma passagem de uma geografia positivista de rigor terminológico e dureza dicotómica; a uma geografia regional onde habita um sopro espiritual.”¹⁰⁸

Numa tentativa de abordagem sobre a inserção da epistemologia de Silva Telles nas correntes do pensamento português da época, nós podemos considerar que ao defender na sua obra: “(...) os princípios (...) da unidade e do finalismo”¹⁰⁹ estamos de certo modo a transpor para a Geografia enquanto Ciência e particularmente na sua relação Homem-Meio os pressupostos filosóficos criacionistas de Leonardo Coimbra e da Renascença portuense.

3.3- Da Faculdade de Teologia à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Na Universidade de Coimbra, em 1901, uma reforma universitária de certa amplitude, divide o *curriculum* da antiga Faculdade de Filosofia Natural em duas secções, a de Ciências Físico-Químicas e outra de Ciências Histórico-Naturais, sendo que nesta última se dava a: “inclusão da antropologia, juntamente com a botânica, a zoologia e a geologia.”¹¹⁰

Precisamente neste ano, o recém-licenciado Ferraz de Carvalho defende uma Tese de Philosophia Natural. Como era de norma na época, abrangendo diversos ramos do conhecimento mas com destaque para as Ciências Exactas. No capítulo referente às Ciências Humanas, intitulado Antropologia, Paleontologia Humana e Archeologia Prehistorica é patente o neodeterminismo ao defender que as características naturais de uma população são em grande parte produto do Meio em que vivem: “A estatura é um caracter de uma raça sobre o qual a acção do meio se exerce dentro de limites restrictos”¹¹¹

No advento da República, uma das medidas referentes ao ensino, tomadas pelo Governo Provisório foi o de extinguir a Faculdade de Cânones e criar a Faculdade de Letras e a Faculdade de Ciências (1911); à semelhança das suas congéneres de Lisboa e Porto. Notando-se porém duas diferenças assinaláveis: enquanto estas duas eram criadas de raiz, muito embora a partir de instituições pré-existentes que se distinguiram não só pelo seu progressismo e republicanismo, mas também por uma actividade notável no domínio do ensino prático e experimental, enquanto a novel faculdade coimbrã herdava uma estrutura pesada e o que é mais importante, porque de

¹⁰⁸ J.Pimenta, “Introdução” F. Telles, 2004, p. XXIX.

¹⁰⁹ O.Ribeiro, 1989-f, p.149.

¹¹⁰ G.Santos, 2005, p. 108.

¹¹¹ A.Carvalho, 1900, p. 17.

consequências mais gravosas, um corpo docente proveniente da antiga instituição pouco ou nada adepto de reformas no ensino, interessado em manter um saber livresco em detrimento de aulas práticas, avesso às inovações, ideologicamente monárquico e antiprogressista.

Será neste meio académico que se forma a secção das Ciências Históricas e Geográficas, inserida na recém-inaugurada Faculdade de Letras. Alguns anos mais tarde, (Decreto de 17 de Novembro de 1926) na senda de um longo processo de tentativas de autonomização da Geografia, é criado especificamente um Curso de Antropogeografia Geral, como a designação sugere, de nítida inspiração ratzeliana - sem contudo suplantando a posterior influência possibilista de Vidal de La Bache, Albert Demangeon e Jean Brunhes - que só estaria parcialmente concluído no início da década seguinte (Decreto de 25 de Fevereiro de 1930) com a fundação da: “Secção de Ciências Geográficas com dois anos, que se professavam na Faculdade de Ciências (8 disciplinas) e outros dois anos na faculdade de Letras (9 disciplinas, duas das quais semestrais)”¹¹²

Ferraz de Carvalho e os contrastes geomorfológicos na Península Ibérica

Sendo o curso de Ciências Geográficas¹¹³ ministrado nos dois primeiros anos do *currículum* na Faculdade de Ciências, onde eram leccionadas as disciplinas referentes à Geografia Física, não será de admirar que tenha sido escolhido para a regência da cadeira de Geografia de Portugal¹¹⁴ o titular Prof. Anselmo Ferraz de Carvalho (1878-1955), à época Director do museu Mineralógico e Geológico, Director do Instituto de Geofísica de Coimbra e do respectivo Observatório que acumulava com a docência na Faculdade de Ciências, da qual chegaria a ser Reitor.

No início desse ano lectivo (1912), receando não possuir os conhecimentos adequados para o efeito, desloca-se a França para em contacto com os grandes mestres da altura, coligir informações sobre os mais recentes progressos registados pela Geografia, como refere o seu antigo discípulo Amorim Girão¹¹⁵ que lhe viria a suceder no cargo, que o confirma ao escrever: “Homem da ciência de

¹¹² A.Almetda; A.Gama; F.Cravidão; L.Cunha; *et alia*, 2003, p. 23.

¹¹³ O Plano de Estudos aqui apresentado, sem data definida (1943-1947?) foi regulamentado no respectivo *currículum* pelo Decreto De 25 de Fevereiro de 1930 determinava a seguinte estrutura do curso de Ciências Geográficas: “1º ano: Matemáticas Gerais (Prof. Manuel Esparteiro); Física Geral (Prof. Almeida Santos); Botânica Geral (Profs Abílio Fernandes e Barros Neves); Zoologia Geral (Profs Ernest Mathes e Xavier da Cunha). No 2º ano: Mineralogia Geral e Geologia Geral (Profs Cutelo Neiva e Montenegro de Andrade); Geografia Física e Física do Globo (Prof. Gaspar de Carvalho); Desenho Topográfico e Cartográfico (Prof. Luis de Albuquerque). No 3º ano: História de Portugal (Profs Manuel Lopes de Almeida e Salvador Dias Arnaut); Geografia Geral e Paleografia (Prof. A. Fernandes Martins); Etnologia (Prof. Jorge Dias); Geografia Humana (Prof. A. Amorim Girão); História dos Descobrimentos (Profs Damião Peres e Salvador Dias Arnaut).No 4º ano: Geografia de Portugal (Profs. A. Amorim Girão e A. Fernandes Martins); Geografia Colonial Portuguesa (Prof. A. Fernandes Martins); Geografia Política e Económica (Prof. A. Fernandes Martins); História dos Descobrimentos e da Colonização Portuguesa (Prof. Salvador Dias Arnaut)” A. Almetda; A.Gama; F.Cravidão; L.Cunha; *et alia*, 2003, p. 351.

¹¹⁴ A partir de 1926 a disciplina de Geografia de Portugal e das Colónias foi desdobrada em duas: Geografia de Portugal e Geografia Colonial Portuguesa, ambas anuais.

¹¹⁵ O qual tinha compilado as aulas do mestre em duas obras: *Geografia Geral*, Livraria Neves Editora, Coimbra, 1914, 202p. e *Geografia Física de Portugal*, Coimbra, 1915, 126 p.

elevada estirpe - disse eu - mas também pedagogo não menos abalizado. Foi ele, com efeito, na Universidade de Coimbra, o grande renovador do ensino da geografia, vazado nos moldes da moderna investigação científica."¹¹⁶

Mas, porque é que sendo a Escola Geográfica Francesa de tendência regionalista já então dominante naquele país, optou o investigador português por um rumo completamente diferente, dando ênfase nas suas aulas e nas obras posteriormente publicadas, à Geografia Física de cariz neodeterminista? A resposta parece-nos consentânea com a própria formação académica de geólogo, muito influenciado por Paul Choffat e à qual não conseguiu eximir-se.¹¹⁷ Nos seus trabalhos de geografia física é patente o pormenor quase obsessivo no tratamento dos assuntos com ênfase nos elementos naturais como agentes modeladores da paisagem, particularmente dos elementos climáticos e da tectogénese, sempre ilustrando os seus exemplos com minuciosa cartografia alusiva a cada tema apresentado.

Particularmente importante é o conceito que o geofísico Ferraz de Carvalho apresenta sobre a formação e individualização da nacionalidade portuguesa, bem assim como os aspectos relativos à delimitação transfronteiriça entre os dois países ibéricos. A sua linha de pensamento está bem expressa na obra *Portugal*¹¹⁸ que tem a particularidade de estar redigida em castelhano e integrada numa obra mais vasta sobre a Península Ibérica,¹¹⁹ que por sua vez é um volume de um total de seis que compõem uma Enciclopédia Universal publicada por uma prestigiada editora catalã,¹²⁰ cujo volume intitulado *España y Portugal*¹²¹ coordenado pelo geógrafo catalão Miguel Santaló, está dividido em duas secções, sendo que aquela que corresponde a Portugal é da inteira responsabilidade do mestre conimbricense «D. Anselmo Ferraz de Carvallo» que como era seu hábito, trata os assuntos de uma forma meticulosa, ordenada por secção temáticas com excelentes gráficos, cartografia pormenorizada e profusamente ilustrado por fotografias. O autor apresenta uma concepção geopolítica de Portugal,

¹¹⁶ A. Girão, 1955, p. 2.

¹¹⁷ "Quem há cerca de 20 anos quisesse ler qualquer coisa de geografia física de Portugal (...) pouco encontraria além dos trabalhos de Paul Choffat, Silva Telles, e Ferraz de Carvalho, que todos eles partem fundamentalmente dos estudos do primeiro" A. Girão, 1950, p. 10.

¹¹⁸ "(...) em 1930 veio a lume, na *Geografía Universal* do Instituto Gallach, de Barcelona, o seu trabalho intitulado "Portugal" F. Rebelo, 2008, p.57.

¹¹⁹ "En 1830, le géologue Ferraz de Carvalho, qui enseigne la géographie à Coimbra collabore à la *Geografía Universal. Descripción moderna del Mundo*, en cours de publication à Barcelone. Le tome III est consacré à la Péninsule ibérique, la présentation de l'Espagne y occupant les 520 premières pages et celle du Portugal une sorte d'appendice de 67 pages, confié à Ferraz de Carvalho: 49 pages couvrant les aspects physiques; 22 la Géographie humaine et économique; 5 le territoire insulaire et les colonies. Malgré ce fort déséquilibre, cette description n'est pas sans qualités; c'est «la première Géographie du Portugal bien faite pour sa méthode et son contenu, mais très court et sans division régionale», commentera Lautensach." S. Daveau, 2004, p. 7

¹²⁰ Apesar de ser uma obra a meio caminho entre o erudito e o generalista, em que a caracterização de Portugal ocupa escassas sete dezenas de folhas, surpreende-nos a quantidade de informação que o geógrafo de Coimbra consegue transmitir nessas páginas. Acrescente-se que a estrutura do volume está organizada segundo as diversas regiões espanholas-com destaque para a Catalunha e Castela, ocupando cada uma um centenar de páginas e sempre da autoria de um geógrafo de nomeada (por ex Beltrán y Rozpide, Eloy Bóllon) que é natural e/ou ensina em algum estabelecimento de Ensino Superior da região em questão. A descrição de cada uma dessas regiões espanholas obedece a critérios idênticos aos utilizados para Portugal, muito embora com um maior realce para os aspectos corográficos (no que respeita aos usos e costumes, à monumentalidade da Arte à habitação, produção agrícola e industrial) em detrimento da análise da Geografia Física de cada uma dessas regiões. Parece-nos pois, que em toda a obra perspassa um objectivo: a ideia de transmitir a imagem da Espanha monárquica, conservadora e orgulhosa do seu passado imperial, em contraste com a sobriedade senão mesmo a segura da descrição de um Portugal republicano e laico.

¹²¹ A. Carvalho, 1930-b, pp. 523-592.

diferenciada da de Silva Telles, apesar de também considerar que existe uma certa individualização climática e geomorfológica entre ambos os países ibéricos, esta apresenta-se de maneira diversa: Portugal não é considerado uma personalidade geográfica, mas antes uma entidade geográfica baseada não só na heterogeneidade de algumas das suas condições naturais mas também por ter uma evolução histórica diferenciada da espanhola.

No que concerne à individualização de Portugal peninsular, a opinião de Ferraz de Carvalho assenta em pressupostos já explicitados por outros autores como Oliveira Martins e Mendes Corrêa, quando refere que Portugal não é uma unidade geograficamente individualizada de Espanha devido a características exclusivamente baseadas em condicionalismos naturais, pois como adverte, não existe uma unidade de relevo: "(...) que conduce a imaginarse un gran sistema, una columna vertebral, según la frase corriente, de la Península Ibérica, coleando desde el cabo da Roca hasta la extremidad oriental de la castellana sierra de Guadarrama."¹²²

No nosso entender, a originalidade de Ferraz de Carvalho assenta no facto de ser o primeiro geógrafo português a tratar pormenorizadamente a questão da unidade geográfica ibérica do ponto de vista geomorfológico, ao considerar que a Meseta Ibérica é comum a ambos os países ao invés da disposição periférica das Orlas e Bacias Sedimentares. Apresenta a inovação metodológica de associar modos de vida distintos de determinadas áreas dos dois países ibéricos a unidades geomorfológicas individualizadas como sejam as bacias do Tejo-Sado e do Ebro, o que talvez não seja por mera coincidência, pois na primeira situa-se a capital portuguesa e na parte terminal da segunda a Catalunha, à época, a região de Espanha de maior desenvolvimento económico, de maior individualização cultural e de mais fortes desejos autonómicos.

Outro aspecto que considera significativo a favor da expressão política de Portugal enquanto País, é a unidade na diversidade regional do território português contemporâneo: "Portugal no es en la Península una unidad geológica, como no es una unidad geomorfológica ni un todo con las mismas características climáticas o, en ellas, variaciones graduales que fuesen acompañadas de mudanzas correlativas en los aspectos de vegetación. Por el contrario, en ningún país europeo de extensión comparable habrá más compleja variedad regional."¹²³

Essa diferenciação entre os dois países ibéricos, resultará de uma evolução histórica distinta que porém se teve alguns aspectos em comum, como sejam o facto de a Reconquista Cristã ter sido concretizada ao longo das bacias fluviais e muitas vezes em paralelo ou até em consonância com os outros reinos ibéricos (sobretudo pelo facto de a Sul não existir uma verdadeira fronteira física que

¹²² *Ibidem*, p. 530.

¹²³ *Ibidem*, p. 560.

demarcasse Portugal de Castela) terminou no momento em que Portugal assumiu em definitivo a expansão marítima (iniciada com a conquista de Ceuta em 1415). A partir desta época, importa mais do que a fronteira terrestre, já de si mal definida em termos naturais, considerar como mais significativa a fronteira marítima.

Segundo este ponto de vista, as concepções daquele autor, reflectem no nosso entender, a aplicação das teorias de J. Brunhes e sobretudo de C. Vallaux referentes à autonomia dos corpos geográficos que são os Estados: a importância da heterogeneidade das diversas regiões portuguesas que criou desde cedo as condições favoráveis à formação da nacionalidade e particularmente, a configuração de um extenso litoral - com mais reentrâncias do que actualmente o que permitia a existência de mais portos de mar - com destaque para a importância geopolítica e geoeconómica que Lisboa foi assumindo quase desde a consolidação do Estado e posterior consciencialização da existência da nacionalidade. Tal como para Alberto Sampaio, esta última resultou das autonomias municipais vinculadas a uma posse individual da terra assente na estrutura minifundiária no Norte e Centro do nosso País e, posteriormente, da expansão magrebina com a ocupação do litoral fronteiro ao Algarve. Estes factores associados a uma maior navegabilidade dos rios muito mais para montante do que nos séculos posteriores, punha o litoral em contacto com o interior do País, que assim assumia uma espécie de «carácter litorâneo» porque se destacava da continentalidade castelhana, não tanto pelas condições climáticas mas antes pela facilidade de comunicações com o litoral, com o qual em termos geoeconómicos assume uma complementaridade evidente. Contudo, destaca o contraste existente entre um litoral aberto ao mar relativamente ao interior raiano, factor determinante na evolução geopolítica portuguesa uma vez que as regiões litorais passaram a ter uma preponderância política cada vez mais afirmativa no contexto nacional: “(...) de ser un país marítimo y aislable (...) se han derivado las formas principales de su evolución histórica”¹²⁴

Em evidente consonância com o assunto anterior, debruça-se ainda nessa mesma obra (1930) sobre as características morfoestruturais da delimitação fronteiriça entre os dois países peninsulares. Neste ponto, as ideias são muito similares às de Oliveira Martins e de Mendes Corrêa,¹²⁵ ao considerar que só em certas áreas muito limitadas é que a rede hidrográfica serve de limite natural e político entre Portugal e Espanha, tanto mais que a raia seca - expressão que emprega com frequência - separa transversalmente o próprio relevo comum a ambos os países. A estabilidade da

¹²⁴ *Ibidem*, p. 560.

¹²⁵ Tal como Mendes Corrêa, considera como um dos elementos fundamentais da manutenção da individualidade portuguesa as características étnicas que fazem de Portugal o País com a população mais dolicocefala da Europa, a par de outros aspectos do domínio da Antropologia Física (como a cor dos olhos, a configuração do nariz, ou a estatura) dos quais apresenta dados numéricos exactos mas sem explicitar as fontes (presumindo nós, atendendo à cartografia e aos valores dos dados apresentados que se refiram aqueles recolhidas por Hoyos Sáinz uns anos antes).

fronteira é considerada uma expressão da identidade nacional, pesem embora os ajustamentos efectuados com a apropriação das terras a Leste do rio Côa e a expansão da fronteira para Sul - para a qual foi decisiva a conquista de Santarém e Lisboa - até à integração do Algarve no território nacional.

Também dá uma certa ênfase a aspectos político-sociais democráticos na manutenção da independência nacional como sejam: “(...) las libertades personales y las regalias municipales.”¹²⁶ Este último aspecto já tinha sido exposto anos antes por António Sardinha, mas ao invés do cunho historiográfico justificativo de um tradicionalismo político dado pelo autor alentejano, apresenta-o agora sob o ponto de vista geográfico-político ao associar às autonomias municipais a garantia da liberdade popular, expressas na divisão concelhia do país, originalidade de divisão do território nacional que se mantêm desde os tempos medievais até aos dias de hoje. Será esta a forma encontrada para legitimar as raízes históricas das estruturas democráticas do poder local no final da República Parlamentar: “Al Municipio vino a equivaler, en el correr de los siglos, como expresión geográfico, el concejo, «expresión puramente peninsular de que no quedan vestígios más allá de los Pirineos». A través de todos los períodos de la Historia y de todas las vicisitudes de los tiempos, el municipio no solo fué en Portugal uno de los mejores y más fuertes sostenes de las libertades populares, sino que constituyó - y constituye todavía hoy, por decirlo así - el más puro padrón de su organización administrativa.”¹²⁷ Terá sido certamente um dos últimos geógrafos a poder dizê-lo de um modo aberto, numa época que marca o fim dos governos da Ditadura Militar e de transição para o Salazarismo.

Supomos que como republicano conservador, não nutriria muita simpatia pelas alterações políticas que se avizinhavam nesse início da década de 1930, a prova está que explicita com algum pormenor a estrutura das instituições governativas do Estado português, com certo destaque para a orgânica de funcionamento do Parlamento, finalizando com um certo pesar, que as alterações políticas da época, além de terem suprimido algumas das liberdades e garantias individuais, preparavam o advento de uma ampla reforma institucional: “Implantado en Portugal, por el movimiento militar de 28 de mayo de 1926, el régimen de dictadura y, consiguientemente, suspendido el funcionamiento del Poder Legislativo, suprimidos algunos derechos y garantías individuales, se anuncia (escribimos en junio de 1930) una amplia reforma constitucional con una Constitución política, cuyas bases y directrices no se conocen aún en estos momentos.”¹²⁸ Em termos de política externa, preconiza, dentro dos cânones oficiais da época de «amizade peninsular» entre dois regimes situados no espectro político da direita como são o final da Monarquia Constitucional de Alfonso XIII e o regime republicano -

¹²⁶ A.Carvalho, 1930, p. 562.

¹²⁷ *Ibidem*, p. 566.

¹²⁸ *Ibidem*, p. 565.

conservador da Ditadura Militar, uma independência política face a Espanha mas um maior estreitamento dos laços de cooperação económica entre os países ibéricos e destes com a América Latina (especialmente com o ABC- Argentina, Brasil e Chile).

A nosso ver, a originalidade de Ferraz de Carvalho consiste não tanto no equacionar uma série de factores justificativos da existência de Portugal enquanto individualidade geográfica, mas no aglutinar desses mesmos factores que até então tinham sido tratados separadamente por investigadores diversos: encontrámos a unidade linguística aglutinadora das diferenças regionais, já enunciada por Leite de Vasconcelos; a homogeneidade étnica muito embora considere algumas diferenças entre o litoral e o interior montanhoso, já preconizadas por Mendes Corrêa; a importância da autonomia municipal já apresentada por Alexandre Herculano, Oliveira Martins e António Sardinha; o moçarabismo como elemento difusor de uma civilização original, anteriormente já referenciada por Teófilo Braga; a Reconquista Cristã e a subsequente expansão marítima já expostas anteriormente por Alexandre Herculano, Mendes Corrêa e Oliveira Martins; a falta de navegabilidade dos rios ibéricos que para montante se encontram cada vez mais encaixados em vales estreitos e profundos, sem contudo constituírem verdadeiras fronteiras naturais, temática também já exposta por Silva Telles, Ezequiel de Campos, Oliveira Martins, Mendes Corrêa e Magalhães Basto.

Acrescenta que apesar das afinidades geográficas, mais do que históricas, entre Portugal e Espanha, existe uma verdadeira fronteira política que à falta de uma fronteira natural bem demarcada, separa e divide os dois países peninsulares, sendo partidário de uma maior aproximação política e económica luso-espanhola.

Interrogamo-nos porque é que os pormenorizados e muito precisos estudos de A. Ferraz de Carvalho sobre a caracterização e individualização de Portugal na Península Ibérica passaram quase despercebidos, apesar do seu prestígio académico¹²⁹, sendo até nas muito raras referências posteriores.¹³⁰ Parece-nos, que a resposta está patente na «imagem» que através da sua produção científica pretende transmitir sobre o nosso País, baseia a caracterização de Portugal, especialmente, na Geografia Física, apresentando os factos de uma maneira concisa, com relevância para a fundamentação dos seus argumentos alicerçados na análise e interpretação de cartas sinópticas, de gráficos termopluiométricos (em certos casos só udométricos), de perfis topográficos e hidrográficos sem enfatizar a componente geopolítica.

¹²⁹ Apesar do seu passado monárquico, era simpatizante da I^a República tendo até sob a tutela do regime democrático-parlamentar alcançado os mais altos cargos na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

¹³⁰ A. Girão, 1955, pp.1-4.

Amorim Girão e a Geografia regional e política

Tendo sido convidado para Assistente de Geografia pelo seu Mestre Ferraz de Carvalho, responsável pelos estudos geográficos na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, a quem veio aliás a suceder no cargo, Amorim Girão (Fataúncos, 1895-Coimbra, 1960) conservou toda a vida uma componente ruralista de interesse pela observação e estudo da paisagem, que teria repercussões na formação e evolução do seu próprio conceito de Geografia.

Ainda estudante, deu mostras de grande interesse pela Geografia, ao publicar os seus dois primeiros trabalhos (1914 e 1915), uma compilação das prelecções do seu professor. No final do curso evidenciando as suas capacidades científicas deu à estampa *Geografia moderna, Evolução, Conceito, Relações com outras ciências. Ensaio de síntese* (1917), que seria a sua Tese de Licenciatura.

A sua concepção inicial de Geografia, sob a influência de Ferraz de Carvalho e de leituras de diversos geógrafos estrangeiros (W. Davis e F. Ratzel), apresenta uma conotação ainda acentuadamente determinista, não já tanto no sentido de Jaime Batalha Reis ou sequer Silva Telles, em que a Terra é considerada como um todo, uma entidade natural e integral condicionada por fenómenos naturais a que se subalternizam os aspectos da Geografia Humana, mas antes numa abordagem epistemológica diferente, como compartimentos geográficos, em que a acção antrópica tem uma importância secundária: "(...) o desenvolvimento dos capítulos sobre a «natureza dos terrenos» e o «relevo do solo» manifesta claramente essa influência."¹³¹ Em obras posteriores¹³² se ainda se manifesta a influência de Ellen Semple e de F. Ratzel ao considerar a Geografia como uma Ciência de grandes afinidades com a Geologia, que tem por objectivo primordial enunciar leis gerais que permitam localizar, estudar e relacionar entre si os diversos fenómenos que se observam nas diferentes regiões do Globo, já se denota um cunho pessoal ao aceitar uma relação causa-efeito entre os fenómenos humanos e naturais numa lógica martonniana em que ambos se encontram em igualdade.

Para Amorim Girão o conceito de Geografia é inicialmente determinista e naturalista, inspirado nas ideias ratzelianas de superioridade do Meio sobre o Homem, sendo profundamente influenciado pelas obras de Ellen Semple e do próprio F. Ratzel. No entanto, a partir de meados da década de 1920, o seu interesse desvia-se para a conceptualização da escola regionalista francesa de que adopta

¹³¹ F.Rebelo, 1989, pp. 3-4.

¹³² A.Girão, 1914, 202 p. *Idem*, 1915, 126 p.

¹³³ *Idem*, 1918, 31p.

os princípios vidalianos, em particular a partir da leitura das obras de Lucien Febvre e da obra de Jean Brunhes, *La Géographie Humaine Essai de classification positive. Principes et exemples* (1910), estudo maior deste último autor que tomou o lugar que anteriormente tiveram as *Influences of Geographic Environment* (1911) de Ellen Semple. Dentro desta corrente de pensamento geográfico preconizada principalmente por P. La Blache e J. Brunhes, surge a Escola de Geografia Regional, contrapondo-se ao determinismo naturalista da Escola Alemã: "A realidade é demasiado complexa e não pode ser expressada apenas por conceitos das ciências físicas. A região passa a ser objecto de estudo da Geografia, e é a essa escala que se vão combinar os fenómenos de carácter físico e humano."¹³³ O que em parte explica a sua aversão (encapotada...) a todas as formas de manifestação da Geografia Política e principalmente da Geopolítica.

A faceta do conceito de Geografia para Amorim Girão é-nos transmitida de um modo diferente, naturalmente mais rigoroso e mais realista, por um antigo aluno do geógrafo beirão, que afirma: "Em 1918, mais correctamente quatro anos antes, segundo diz, já sentia ser uma «impossibilidade harmonizar as diversas maneiras de vê» dos Autores com cujas ideias se ia familiarizando e, em particular, as que registaram sobre a natureza do saber geográfico no questionamento do seu carácter científico ou não: Geografia, descrição; Geografia, explicação; Geografia, descrição explicativa. Mas não deixava de estar aberto e crítico às novas correntes e às novas concepções."¹³⁴

Seguir-se-iam em breve duas obras de grande qualidade. A primeira foi a sua dissertação de doutoramento, intitulada *A Bacia do Vouga. Estudo geográfico* (1922), considerada por H. Lautensach como: "(...) «a primeira vez que um território português foi objecto de estudo geográfico digno desse nome»."¹³⁵ Publicou em seguida *Viseu. Estudo de uma aglomeração urbana* (1925), destinada ao concurso para Assistente na Licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas: "Nomeado professor de Ciências Geográficas, apesar da diversidade de cadeiras que tinha de reger, nunca deixou de se interessar pelas ciências afins, como seja a pureza da linguagem geográfica."¹³⁶

As publicações de Amorim Girão iam-se sucedendo, testemunhando trabalhos de maior fôlego, que pelo seu rigor haveriam de sobrepujar o domínio restrito do meio universitário, tornando-se mesmo conhecidas do grande público. Entre elas, destacaram-se as *Lições de Geografia Humana* (1936); *Geografia de Portugal* (1941) e o *Atlas de Portugal* (1941), estes dois últimos, respectivamente com 3 e 2 edições posteriores.¹³⁷ Nas actividades académicas e científicas sobressai pelo: "(...) pioneirismo, o

¹³³ M.Almeida, 1997, pp. 59-60.

¹³⁴ J.Oliveira, 1994, p. 122.

¹³⁵ C.Medeiros, 1990, p 66.

¹³⁶ J.Morais, 1962, p. 4.

¹³⁷ O Atlas de Portugal apresenta uma nova reimpressão em 1960, no âmbito das Comemorações Henriquinas.

esforço de sistematização, a fidelidade aos princípios metodológicos, a sua preocupação - enquanto as forças lho permitiram - de observar (...)."¹³⁸ Mas também pelos diversos artigos em jornais regionais (*Tribuna de Lafões*) e de âmbito nacional (*Novidades e Voz*), e pela colaboração que mantinha com diversas revistas, sobressaindo as nacionais.

Será no entanto incontestável que o conceito de Geografia para Amorim Girão nunca foi estático e ultrapassado para o período cronológico por nós considerado. Sem entrar numa análise exaustiva das suas obras, basta referir as *Lições de Geografia Humana* (1936), em que a influência do pensamento de F. Ratzel e de E. Semple é ainda manifesta. Também é verdade que o pendor de A. Amorim Girão para o espírito de síntese epistemológica das ciências e a admiração pela metodologia utilizada na Geografia Regional estão bem patentes nos comentários elogiosos à obra geográfica da escola francesa, especialmente ao *Atlas Général* de Vidal de La Blache (1894) em que sublinha a correcta sobreposição cartográfica da divisão político-administrativa com os fenómenos geográficos sejam eles de natureza humana ou física.

Esta sua primeira obra destinada a um público mais vasto, intitulada *Lições de Geografia Humana* (1936), é de conteúdo bastante diverso das anteriores, como o próprio Amorim Girão esclarece no Preâmbulo, sem deixar de ser essencialmente académica, é contudo destinada a todos aqueles que se interessam pela novel Ciência, cujo teor descritivo pode de uma forma abrangente ser dividido em três partes: o primeiro trata da origem e da relação da Geografia com as outras Ciências. O segundo, que é de longe o mais extenso, prende-se com as relações entre o Homem e o Meio, num enquadramento descritivo e explicativo que oscila entre a metodologia utilizada pela Escola regionalista vidaliana e as teorias deterministas de F. Ratzel e E. Semple, predominando estas sobre aquelas. A parte final da obra refere-se ao conceito e objecto de estudo em Geografia, com uma conclusão que pretende sistematizar os conceitos principais apresentados ao longo de todo o livro.

Onde se nota a influência do determinismo antropogeográfico de F. Ratzel (*Anthropogeographie*, 1882 e 1891) e sobretudo de Ellen Semple, é no facto de A. Girão considerar que: "(...) as relações do homem com o meio, como sejam a sua organização social e política, estão sujeitas à lei da evolução. Assim, o mesmo meio geográfico, favorável a um povo em determinado estágio do seu desenvolvimento, pode ser-lhe desfavorável e vice-versa."¹³⁹ Ora, isto é, quanto a nós, a aplicação pura e simples do darwinismo social à Geografia. Prosseguindo nesta ordem de ideias, A. Girão adopta os pressupostos de Ellen Semple sobre a influência do Meio geográfico sobre o Homem, esclarecendo e acentuando ainda mais as concepções deterministas ratzelianas, bem expressas na

¹³⁸ J.Oliveira, 1985, p. 140.

¹³⁹ A.Girão, 1936-c, p. 20.

obra *Influences of Geographic Environment* (1911) partindo do pressuposto de que: "O homem é um produto da superfície terrestre."¹⁴⁰

Um dos aspectos em que mais particularmente se nota a influência do determinismo simpleniano, é quando o geógrafo beirão afirma que as ciências que interagem com a Antropogeografia não conseguem atingir plenamente o seu objectivo, que se pressupõe que seja o estudo do Meio natural, visto que este é muito mais dominador do Homem do que o fenómeno inverso, o que se vai repercutir nos aspectos económicos e sociais, políticos ou militares cujo estudo é objecto respectivamente da Geografia Económica, da Geografia Social e da Geografia Política.

Nesta ordem de ideias, a Geografia Política estuda a formação e evolução dos diversos países, os quais só conseguem um lugar cimeiro se tiverem um elevado potencial geoeconómico que, por sua vez, determina os condicionalismos geopolíticos dos diferentes Estados. O movimento expansionista dos povos de «civilizações» mais avançadas resulta das rivalidades geopolíticas e geoeconómicas entre os Estados e é o causador dos conflitos internacionais entre eles. Outro dos factores que pode determinar a expansão política de uma determinada população, no sentido de ocupação de novos territórios, é quando a posição geográfica específica do país ou da região que ocupam se confronta com diversas contingências naturais ou humanas, como aliás sucede relativamente a Portugal: "É também à situação periférica de Portugal na Península que se deve incontestavelmente a vocação marítima e colonizadora do povo português, tão de sobejo demonstrada através de toda a nossa história."¹⁴¹

Outra corrente epistemológica diferenciada, centra-se na Geografia Regional, com particular destaque para França onde se distinguiram Vidal de La Blache e o seu discípulo Jean Brunhes, entre outros. Os fundamentos teóricos enunciados pelos dois autores franceses, referem-se a uma nova abordagem no relacionamento entre o Homem e o Meio, objecto de estudo da Geografia Humana, preferível à anterior designação de Antropogeografia, devido não só à especialização do novo ramo da Geografia, mas sobretudo ao papel preponderante atribuído à acção do Homem como agente modificador do meio envolvente, por conseguinte favorecendo os estudos monográficos de Geografia Regional.

A partir dos finais da década de 1920 Amorim Girão aceita gradualmente estes conceitos que se enquadram na sua própria concepção de Geografia, que considera como sendo uma disciplina «corológica», isto é, aquela em que a transformação da superfície terrestre por acção do Homem é

¹⁴⁰ *Ibidem*, p. 7.

¹⁴¹ *Ibidem*, p. 181.

primordial.¹⁴² Por conseguinte, os contrastes paisagísticos são resultantes da actuação diferenciadora de cada população, afinal uma concepção geográfica muito próxima do que Vidal de La Blache denomina num sentido mais lato, de “géneros de vida” ou seja, as diversas componentes que constituem os hábitos, usos e costumes de uma determinada civilização que em função das suas aptidões é capaz de alterar, ou melhor, moldar em diferente grau a superfície terrestre, transformando a paisagem. A Geografia Regional vidaliana estuda senão os aspectos políticos de *per se* mas pelo menos os movimentos sociais, mantendo uma estreita relação com outras Ciências Humanas, em particular com a História, isto porque todos os factos históricos têm uma componente espacial geográfica. Em simultâneo, os factos geográficos tornam-se com o decorrer do tempo acontecimentos históricos, objecto de estudo de uma ciência que na época era designada por «Geohistória» considerada um ramo afim da Geopolítica e da Geografia Política, talvez por isso A. Girão refira que: “(...) a história é a geografia em movimento. Nestes termos, bem podemos dizer que o historiador faz em certo modo Geografia para qualquer período histórico que estuda, por forma a que História e Geografia Humana não podem deixar de considerar-se ciências aliadas, embora também independentes.”¹⁴³

O exemplo mais significativo relativamente à temática geral do nosso estudo, onde se denotam as mesmas influências neodeterministas na obra de A. Girão, diz respeito ao caso peculiar da configuração morfológica da Península Ibérica em que os condicionalismos geográficos impostos pela cadeia montanhosa dos Pirenéus, e de um quase istmo muito estreito que limita a acessibilidade à Europa Ocidental, conduziram à existência de características civilizacionais geradoras de *per se* de um certo isolacionismo face à restante Europa. Apesar destes condicionalismos, a Península Ibérica apresenta duas vantagens, segundo refere o autor supracitado.

Uma delas resulta da proximidade geográfica do Norte de África, o que permitiu desde sempre o contacto, umas vezes pacífico outras não, entre as populações de ambas as margens do Mediterrâneo, com o conseqüente estreitamento de laços culturais, económicos e de miscigenação de povos. A outra, e talvez mais importante, resulta da própria posição geográfica peninsular de uma «quase-ilha» com um extenso litoral banhado pelo Mediterrâneo e o Oceano Atlântico, que não deixou outra alternativa de expansão política às populações que habitavam nas áreas costeiras senão a de se

¹⁴² Ao longo da obra, merecem referência o exemplo de uma área geográfica cuja configuração e posição geográfica determinou e quiçá ainda hoje influencia, a situação política aí existente, o que prova que Amorim Girão não abandonou completamente as teorias neo-deterministas: o primeiro exemplo é o de África. Conforme escreveu Ellen Semple, os condicionalismos naturais desfavoráveis tiveram como consequência a formação de um vazio político que algumas potências europeias aproveitaram para a seu bel-prazer ocupar e retalhar o continente africano em áreas de influência segundo os seus apetites e interesses, como a Inglaterra, Portugal, a Espanha, a Bélgica, a França e a Itália. Sendo sugestiva e da mais flagrante actualidade (para a época!) o cruel realismo da frase de Amorim Girão: “Por isso tornou-se o tabuleiro onde jogam os dados as potências europeias, estando em vias de desaparecer da sua carta política, com o conflito italo-etíope, o único Estado independente que nela ainda existia.” *Ibidem*, p. 184.

¹⁴³ *Ibidem*, p. 181.

lançarem na descoberta de novas terras, ocupando no decorrer dos séculos numerosos locais nas mais remotas paragens dos outros continentes, fundando cidades e dando origem a dois Impérios coloniais.

Entre todos os elementos naturais, Amorim Girão considera tal como C. Vallaux, que é o Mar o elemento que mais importância tem nas relações geopolíticas entre os Estados, quer na paz, por servir de via de comunicação e de transporte de mercadorias e passageiros, quer no caso de conflito por proporcionar aos países litorais uma defesa mais eficaz e maiores vantagens na ofensiva sobre o inimigo, ao mesmo tempo que o seu território se torna uma eficaz «fronteira natural» facilmente defensável porque só pode ser atacado em locais determinados onde as esquadras inimigas possam fundear.¹⁴⁴

A importância geopolítica dos Oceanos em geral, que muitas vezes encobre desígnios geoeconómicos, geoestratégicos ou outros, é realçada numa óptica nacionalista pelo próprio Amorim Girão num mapa em que propositadamente distorce a realidade de modo a fazer confluir pelo porto de Lisboa as principais rotas marítimas entre a Europa Atlântica e a Europa Mediterrânea, a África ou a América do Sul, evidenciando de uma forma exagerada a importância do litoral de Portugal Continental no domínio ou, pelo menos, controle das rotas marítimas do Globo¹⁴⁵ A cartografia apresentada, faz lembrar, quanto a nós, quer nos propósitos, quer na próprio grafismo (o negro e o branco em contraste, sobressaindo o fenómeno que se quer representar) aquela que na mesma época saía das pranchetas provenientes de Munique pela mão de K. Haushofer e outros geógrafos, publicada em profusão na *Zeitschrift für Geopolitik*.

A teorização geopolítica do espaço vital, proveniente do megalostatismo de Ratzel e desenvolvido pelos cultores da *Geopolitik* alemã, nas primeiras décadas do século XX, tem para o geógrafo de Coimbra um cunho particularmente agressivo, visto ser conotado com o expansionismo dos Estados totalitários, alterando os limites das fronteiras, numa imposição de relações de dominância militar, política e económica no plano internacional. Contudo, não enjeita que em termos históricos, o expansionismo foi determinante não só para a formação dos Estados, mas particularmente para a consolidação das suas fronteiras, como no caso português em que o território nacional apresenta extensas fronteiras terrestres e marítimas: “Se a evolução histórica se traduz geralmente no elemento

¹⁴⁴ Como exemplo de prováveis áreas de conflito, devido à necessidade de certos Estados tentarem a todo o custo conseguir vias de acesso fluvio-marítimas, é-nos apresentado por A.Girão um caso crucial da política internacional após a 1ª Guerra Mundial que foi a divisão da Prússia Oriental resultante da partilha da Alemanha e destinada a assegurar à Polónia a comunicação com o mar Báltico através do Vístula, que em termos geoestratégicos se designou por «corredor de Dantzig».

¹⁴⁵ A.Girão, 1936, p. 197.

sólido pela passagem das pequenas para as grandes áreas, ou seja, numa luta pelo espaço que é de todos os tempos e de todos os lugares, pode dizer-se que o mesmo acontece no elemento líquido.”¹⁴⁶

A partir de meados da década de 1930 e com nítido pendor nas décadas seguintes, Amorim Girão evolui de uma concepção estritamente determinista, para uma geografia mais possibilista, admitindo por conseguinte uma influência muito mais determinante do Homem sobre o Meio; mas mesmo assim não deixa de colocar algumas reticências à importância exclusiva da Geografia Humana como aquela cuja estrutura permite uma melhor compreensão das transformações operadas na paisagem da superfície terrestre. Para o geógrafo de Coimbra, o objecto de estudo da Geografia Humana implica devido à sua especificidade, uma separação da História, muito embora reconheça que ambas têm afinidades comuns. Particularmente no que diz respeito a este ramo da Geografia, o seu objecto de estudo será a acção do Homem sobre o Meio em que este último perde gradual influência sobrepujado pela actividade humana, considerada individualmente ou no conjunto da sociedade humana.

Em face da conjuntura política, em que a consolidação do Salazarismo era já um facto, fará sentido recordar o seguinte discurso que marcou a abertura oficial do ano escolar na Universidade em 1935. Talvez não por acaso, tenha sido escolhido um geógrafo para fazer a «Oração de Sapiência», por ser quem naturalmente estaria em melhor situação para discorrer sobre: “(...) o problema sempre tão palpitante da nossa autonomia política, em face da geografia humana que «outra coisa não é senão a história no espaço, e em face da história que, por seu lado, outra coisa não é também senão a geografia no tempo»(Reclus).”¹⁴⁷

O objectivo desta oração é avaliar as condições geográfico-históricas que estiveram na origem da autonomia de Portugal, assunto sobre cuja temática já se debruçava havia alguns anos e que continuaria a despertar o seu interesse por mais algum tempo,¹⁴⁸ com evidentes propósitos políticos internos, como seja a exaltação do nacionalismo no quadro institucional do Estado Novo¹⁴⁹ Evidenciam-se no aludido discurso, propósitos Geopolíticos evidentes de afirmação do regime português perante os outros países europeus, particularmente a Espanha, onde a instauração de um regime republicano de esquerda, em que predominava a ideologia socialista, não agradava em nada ao Governo português, que via nesse facto um factor de instabilidade, receoso mesmo de uma invasão ou ajuda aos grupos oposicionistas da I República que se encontravam exilados em Espanha. Terá pois razão Amorim Girão

¹⁴⁶ *Ibidem*, p. 196.

¹⁴⁷ A.Girão, 1935-b, p. 8.

¹⁴⁸ A.Girão, 1926, pp. 539-542; A.Girão, 1928, pp. 304-314. A.Girão, 1935-b, 30 p; A.Girão, 1935-c, pp 420 – 442; A.Girão, 1933-1936 e A.Girão, 1936-c, 226 p.

¹⁴⁹ Pelo menos até ao advento do que o geógrafo supracitado chamaria em 1948 a «Idade Nova» ou seja, o período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial, em que tal tema começa a ser politicamente incorrecto e incongruente do ponto de vista geográfico.

ao afirmar que um dos propósitos do seu discurso é precisamente: “Nesse mundo novo que se avizinha, mas cujo travejamento ainda não é possível imaginar com segurança, qual será o melhor arranjo da carta política da Ibéria?”¹⁵⁰

Se as condições da autonomia de Portugal, quer dizer da sua afirmação enquanto um dos Estados de soberania mais antiga e com fronteiras estáveis desde há vários séculos, constituiu um dos aspectos geopolíticos mais interessantes na génese dos diversos países europeus, conduziu muitos investigadores a inferir que a interpretação dos condicionalismos relativos à formação do Estado Português seriam facilmente equacionáveis, tendo como factor determinante desses acontecimentos a posição geográfica do nosso País. Significa isto que as condições naturais de Portugal, quase o condenavam a ser independente, numa espécie de determinismo (íamos escrever fatalismo...) político. A explicação deste fenómeno para Amorim Girão, é mais complexa do que isso: O Estado e a Nação formaram-se por vontade própria das populações que aqui habitavam, desde as planícies do litoral às montanhas do interior, todos tiveram a consciência de pertencerem a uma unidade colectiva - a Nação - cuja independência era preciso preservar através de lutas constantes para primeiramente alargar e depois manter a fronteira do Estado português.

Apesar do geógrafo de Coimbra considerar ponto assente a diversidade de condições naturais e humanas existentes na Península Ibérica, critica acerbamente todos aqueles, subentendendo-se que se refira não só aos integralistas de António Sardinha mas também a alguns sectores dos republicanos de esquerda, que vêem nesse facto não só a razão para uma união política de facto dos Estados Peninsulares mas mais até, para a instauração de uma Confederação Ibérica, em que as diversas regiões adquiririam um maior desenvolvimento desde que a nível político e socioeconómico coordenassem esforços entre si. A este propósito, o próprio Amorim Girão cita as palavras de Gonçalo de Reparaz talvez por o geógrafo de Coimbra conhecer bastante bem as ideias do geógrafo espanhol (de ascendência portuguesa) com quem aliás trocava correspondência: “A geografia fez da Península um conjunto de regiões diversas que se completam e não podem fundir-se em uma nem separar-se. Estas regiões diversas e inseparáveis produziram nacionalidades históricas com caracteres, línguas, literaturas e tradições diversas. Os nossos antepassados resolveram o problema confederando-se. Aproveitemos a lição e tornemos a confederar-nos.”¹⁵¹

Segundo Amorim Girão, parafraseando a teoria de C. Vallaux, a diversidade de recursos naturais constitui, com efeito, uma condição que muito favoreceu a autonomia política portuguesa, segundo qual podem considerar-se meios favoráveis à eclosão e ao desenvolvimento dos Estados,

¹⁵⁰A.Girão, 1935-b, p. 9.

¹⁵¹*Ibidem*, pp. 11-12.

aquelas regiões em que no menor espaço se encontrarem reunidas as mais diversas formas da vida terrestre e humana.

No aludido discurso, introduz um elemento inovador na Geografia Política portuguesa, ao considerar como J. Boléo, essencial para a manutenção da autonomia nacional, a existência de um centro político-administrativo, que fosse ao mesmo tempo um pólo económico com o respectivo *hinterland*, capaz de enquadrar a população num quadro geográfico individualizado, a qual desde épocas recuadas manifestou vontade e capacidade de autonomia, tornando-se assim o pólo aglutinador do novo Estado. Muitas vezes esse desenvolvimento económico é em si mesmo resultante de condições naturais vantajosas, como a proximidade do mar num litoral recortado: “Conforme escreveu Kirchoff, «o mar assegura a um Estado três dos seus dons mais preciosos e mais indispensáveis: a independência, a unidade e o poder».”¹⁵² O último factor condicionante da existência de um Estado é aquele que se prende com a vontade humana de vencer num Meio adverso, mas que se complementa com o factor religioso ou espiritual, cimento da unidade nacional.

Outra obra do mesmo autor que consideramos muito significativa, tem por título *Geografia de Portugal* (1941), e segundo Amorim Girão, tem propósitos bastante diferentes das anteriores: em vez de se destinar exclusivamente a um público académico, e por isso restrito, o objectivo é abranger um público mais vasto.¹⁵³ Este propósito denota-se na própria composição e estrutura da obra, recheada de documentos cartográficos, desenhos e fotografias, quase sempre com grande profusão de cores - considerada uma inovação na época - a par de uma linguagem mais acessível, mas que nem por isso retira algo ao mérito e rigor científico deste trabalho. Corresponde também a uma nova metodologia na exposição dos factos relacionados com as temáticas de Geografia Humana, em vez de se privilegiar a descrição factos e a resultante memorização de conhecimentos, a obra está estruturada de modo que os leitores possam relacionar os diversos factos entre si, de modo a aperceberem-se que a Geografia Humana resulta afinal da interacção do Homem com o Meio.¹⁵⁴

O início da obra começa com a localização relativa da Europa em relação aos restantes continentes, explicando que a sua posição central e a existência de um litoral recortado foram factores

¹⁵² *Ibidem*, p. 16.

¹⁵³ Esse «alguém» seria o seu ex-colega e amigo, o Presidente do Conselho de Ministros, A. Salazar?. Há que recordar que nos mesmos tempos da Faculdade A. Girão privara também com o futuro Cardeal Patriarca D. António Gonçalves Cerejeira. Questionámo-nos assim se terá sido por mero acaso que a sua obra mais emblemática, *Geografia de Portugal*, foi editada pela Portucalense Editora, já nos anos quarenta do século transacto ligada senão mesmo propriedade da Igreja Católica, embora controlada nominalmente por Damião Peres. No entanto, aventámos outra hipótese, do autor do repto ser José Henriques Barata que numa conferência pública alguns anos antes tinha proferido as seguintes palavras: “Depois, tem de aparecer uma verdadeira Geografia de Portugal, escrita por um geógrafo português, segundo os modernos conceitos da moderna ciência geográfica, cheio de clareza, cheio de imagens, agradável à vista e agradável ao espírito.” J.Barata, 1929, p.35.

¹⁵⁴ O próprio autor, A. Amorim Girão, nos diz no Prefácio que “Foi nosso intuito dar ao público português um livro que tornasse mais acessível ao espírito e mais agradável à vista a exposição dos diferentes capítulos da geografia de Portugal (...) Ao organizar o presente trabalho, tivemos sobretudo em vista o requisito de uma publicação desta natureza: descrever e explicar as paisagens físicas e humanas da terra portuguesa; pôr os problemas no seu estado actual, sem deixar de os tornar acessíveis a todos pela clareza da exposição, pelo uso moderado dos termos técnicos e pela documentação gráfica abundante e sugestiva” A.Girão, 1941-c, p. 6.

naturais condicionantes para o surgimento de uma civilização desenvolvida no Velho Mundo, a quem coube e caberá o papel de aproximação entre os povos e de conquista de uma posição hegemónica no Globo. O facto das grandes civilizações se terem desenvolvido precocemente na Europa está relacionado com factores de ordem natural, como um relevo diversificado, a existência de um clima ameno e a facilidade de contactos com a África e a Ásia. Deste modo, surgiram regiões naturais amplamente diferenciadas umas das outras o que facilitou a formação de diferentes culturas e identidades dos povos autóctones, o que se veio a reflectir em termos geopolíticos na existência de numerosos Estados independentes.

No dizer de Amorim Girão, terá sido mesmo a dualidade peninsular, ou melhor a rivalidade existente entre Portugal e Castela-Leão que deu origem a que ambos os Estados se lançassem na conquista e colonização de vastos espaços para além da Europa. Muito embora o tenham feito em moldes distintos, resultante das características peculiares de cada uma das civilizações, por sua vez reflexo de diferenciada posição geográfica. Se Portugal mais exposto à influência atlântica iniciou primeiro a empresa dos Descobrimentos do que a Espanha, foi porque o núcleo central desta, Castela e Leão com uma continentalidade mais acentuada, foram palco de outras influências expansionistas que se fizeram sentir, como seja a aglutinação de todos os reinos de Espanha num único Estado a par de uma expansão em direcção ao Mediterrâneo que posteriormente se estendeu para Ocidente, em direcção ao continente americano. Neste particular, o geógrafo Amorim Girão cita Hernández-Pacheco ao afirmar que: “(...) «a Península Hispânica é um país asiático, europeu, africano, mediterrâneo e atlântico».”¹⁵⁵ Contudo, completa o raciocínio do geógrafo espanhol, afirmando que estas influências significavam que cada espaço político de Espanha teria consoante a sua posição geográfica uma determinada área de influência económica, a par de desejos de um certo expansionismo: Castela-Leão tinham uma acentuada preferência por uma política de expansionismo em África; Aragão e Navarra iniciaram desde cedo uma política de aproximação com o litoral mediterrâneo, e só mais tarde se lançaram na expansão europeia com a apropriação dos Países Baixos, integrados no Império de Carlos V e na política atlântica preconizada pelos Reis Católicos no intuito de imitarem o seu vizinho Ibérico, cada um com características geográficas que lhes deram uma individualidade muito própria.

Terá sido posição *sui generis* em face do litoral recortado sobre o Atlântico, a que facilitou primeiramente a autonomia do Condado Portucalense e a partir do século XII a independência de Portugal face ao vizinho Reino de Leão.

¹⁵⁵ *Ibidem*, p.13.

Em termos de Geografia Política, o que designamos por Nação só terá surgido para A. Girão quando existiu uma consciencialização colectiva, possivelmente só a partir do século XIV (crise de 1383-1385), sendo por conseguinte posterior à formação do Estado em mais de duzentos anos, sendo essa vontade colectiva que organizou a economia nacional em função da heterogeneidade de recursos. Por essa razão aquele geógrafo afirma que: “(...) aqui teremos talvez a combinação da palavra de Jacques Ancel: Uma Nação é uma combinação harmoniosa de géneros de vida.”¹⁵⁶ Será então o Estado que vai dar uma consciencialização colectiva - que no nosso entender, poderá ser denominada de identidade nacional - a uma determinada população que habita um território, com a implementação de infra-estruturas, a organização política interna, o incentivo ao povoamento de certas áreas e o encorajamento à miscigenação entre populações díspares para que estas tenham mais rapidamente a noção de pertença a um todo, como conclui A. Girão: “É também o Estado que pouco a pouco vai modelando a Nação e não esta que o precedeu e originou (...) segundo a expressão de Febvre.”¹⁵⁷

A consolidação do Estado permitiu que fossem empreendidas pela nobreza, pelo Rei, pela Igreja e pelo povo anónimo diversas obras para um melhor aproveitamento dos recursos naturais e um mais cómodo viver das comunidades que constituíam a Nação portuguesa. A paisagem natural. Neste sentido, até mesmo a faixa raiana vai-se diferenciando da vizinha Espanha graças ao trabalho e esforço do Homem, originando uma peculiar paisagem humanizada mercê da actividade das populações fronteiriças em modelar a paisagem segundo os seus usos e costumes; o que significa que: “Estado ou região política é coisa completamente diversa e por vezes até antagónica, de região natural. Viu bem esta diferença Ricardo Beltrán y Rózpide, quando escreveu: «Não há região política que esteja em concordância com uma região geográfica. Os Estados, como organismos políticos, são obra do homem, produto da história»”¹⁵⁸

Seguindo este raciocínio, Amorim Girão, refere que a individualidade nacional também se pode expressar numa paisagem genuinamente portuguesa no conjunto Peninsular, que sintomaticamente é aquela que se situa mais afastada da fronteira, correspondendo ao litoral ocidental situado sensivelmente entre a Beira Litoral (desde Aveiro) até à Estremadura-Ribatejo (englobando as bacias do Tejo-Sado), exercendo uma força centrípeta em relação a grande parte da área restante do território português. Esta última, que constitui a maioria da área continental portuguesa por abranger vastas áreas do interior, mais não é do que um prolongamento nítido das características morfológicas do interior da Península ibérica, como salienta Amorim Girão citando E. Hernández-Pacheco: “O território

¹⁵⁶ *Ibidem*, p.433.

¹⁵⁷ *Ibidem*, p.444.

¹⁵⁸ *Ibidem*, p.432.

onde nasceu Portugal fica bem integrado no maciço central Ibérico; mas há ao longo da costa portuguesa uma zona predominantemente baixa, mais dependente do mar que da terra (...) e foi esta zona litoral que constituiu a base geográfica de consolidação do Estado português, fazendo gravitar na sua órbita uma boa parte da região planáltica interior.”¹⁵⁹

No que respeita à Península Ibérica como um todo, importa ter em consideração a divisão das suas regiões naturais resultantes de um contraste acentuado entre um interior planáltico e de clima moderadamente continental, e um litoral diversificado, tanto em relação à morfologia como nos acidentes litorais, que fazem com que o litoral seja palco de diversas influências naturais (em particular climáticas e biogeográficas) e humanas, provenientes do Norte de África, da Europa Atlântica e Mediterrânea.¹⁶⁰

Entre as divisões naturais esquematizadas cartograficamente por Amorim Girão na obra em análise, parece-nos interessante fazer uma referência à divisão proposta por Dantín Cereceda, não tanto pelo facto de ser reproduzida sem ao menos o geógrafo beirão indicar os critérios de referência em que o geógrafo espanhol se baseou para tal, mas mais pelo facto de nós conhecermos as principais obras que o geógrafo espanhol publicou nos primeiros decénios do século XX, o que nos leva a deduzir terem sido utilizados dados fitoclimáticos e eventualmente morfológicos e edafológicos para estabelecer a divisão regional ibérica apresentada. Presumimos que o seu conterrâneo e discípulo Hernández-Pacheco¹⁶¹ tenha utilizados critérios idênticos, mas a interpretação difere porque as divisões regionais ibéricas que apresenta não coincidem nos seus limites com as do geógrafo citado anteriormente. A última divisão das regiões peninsulares, bastante complexa por sinal, é da autoria do Prof. G. Caraci, cuja escolha por Amorim Girão é, somos levados a supor, intencional, uma vez que se trata de um dos expoentes máximos da Escola de Geopolítica Italiana, que se baseia, a julgar pela delimitação que faz das regiões peninsulares, em critérios morfológicos e de diferenciação das bacias fluviais entre si.¹⁶²

Integrado no contexto científico nacional, o geógrafo Amorim Girão constatou nos finais da década de trinta, que a maioria dos países europeus, com os quais o futuro Centro de Estudos

¹⁵⁹ *Ibidem*, p.14.

¹⁶⁰ Não foi por acaso que um dos lugares predilectos de trabalho de campo e de estudo teórico de Hermann Lautensach foi além da Península Coreana, a Península Ibérica, onde pode comprovar a sua teoria, especialmente aplicada às regiões peninsulares de todo o mundo, da zonalidade das áreas em estudo segundo características naturais particulares que são únicas.. A respeito da Península Hispânica, o geógrafo alemão, segundo o que é exemplificado por Amorim Girão põe a tónica no contraste “Norte-Sul, ou europeu-africano; Este-Oeste, ou mediterrâneo-atlântico.” *Ibidem*, p.30.

¹⁶¹ *Ibidem*, p.30. (Figuras 10 e 11).

¹⁶² *Ibidem*, p.31. (fig. 12) As divisões elaboradas segundo o relevo, e ainda mais segundo as bacias hidrográficas nada têm em comum com as delimitações fronteiriças, diga-se de passagem que também as duas propostas de divisão Hispano-Portuguesa em pouco ou nada, salvo raras excepções coincidiam com o limite político, donde se deduz e isto é o mais importante, que em termos geopolíticos, a fronteira entre os dois países ibéricos raramente se enquadra em limites naturais, sendo muito mais produto do Homem que ao longo da história entre lutas, convénios e tratados delimitou a actual fronteira.

Geográficos de Coimbra mantinha contactos e donde recebia publicações, eram cada vez mais frequentes e numerosas as obras, não só livros e revistas especializadas como também atlas diversos, relativos ao conhecimento histórico-geográfico de cada um desses países e dos respectivos Impérios Coloniais. Teriam aquelas obviamente objectivos pedagógico-didácticos mas também de propaganda política interna e externa, com o fim de prestigiar os respectivos regimes políticos e, em certos casos, com desígnios menos confessáveis, como justificar a grandeza e supremacia da Nação, que serviria como pretexto para a anexação de países vizinhos. Por conseguinte, estas publicações, elaboradas na maioria das vezes sob a supervisão de entidades ou organismos científicos estatais, tinham em vista finalidades de natureza Geopolítica.

Seguindo este raciocínio, Amorim Girão constatou dos seus múltiplos contactos e conhecimentos da bibliografia geográfica que os anos de docência lhe tinham permitido, que não existia no nosso País nenhum Atlas de Portugal suficientemente pormenorizado que fosse em simultâneo acessível ao público mais culto e aos investigadores, numa época em que o regime do Estado Novo estava prestes a conhecer o seu apogeu, sobrevalorizando os ideais da Pátria, da Terra Portuguesa, da Independência Nacional, da Ruralidade e Religiosidade, dos quais o geógrafo de Coimbra era um fervoroso defensor, simpatizante declarado do novo regime.¹⁶³ Por isso, não é de admirar que Amorim Girão nos dê uma visão de Portugal, destacando os aspectos da Geografia Humana mas sempre dentro do quadro do historicismo heroicista, do regionalismo de imagética rural, do empolamento de uma quase presença messiânica e cristianizadora de Portugal no Mundo, precisamente as «traves mestras» que o Estado Novo pretende evidenciar para consumo interno e externo da originalidade de Portugal no contexto internacional.

Por conseguinte, propõe-se realizar um Atlas de Portugal com os escassos meios técnicos e possivelmente financeiros que a Faculdade de Letras de Coimbra possuía, dando a lume em 1941 o *Atlas de Portugal*. O empreendimento tem o duplo propósito de fornecer uma obra útil aos estudantes e investigadores do Ensino Superior e enaltecer o Estado Novo cujo poder político está personificado na pessoa do Presidente do Conselho, como consta no prefácio da obra: “(...) «o desejo de ser útil aos que estudam ou ensinam geografia em Portugal (...) fornecer ao grande público português um elemento de consulta capaz de dar satisfação a grande número de curiosidades, responder à solicitação de «alguém que ocupa elevada posição na política do País» (...). Finalmente deseja estar em

condição de oferecer aos geógrafos estrangeiros o material de estudo que solicitassem, como fez «não há muito um universitário inglês, visitando a Faculdade de Letras».¹⁶⁴

Parece-nos que a análise de alguns mapas do Atlas revela mais do que a visão científica de Amorim Girão sobre Portugal, apresentando, sem ser necessário ler nas entrelinhas, a mentalidade do «Portugal ideal(izado)» pelo regime salazarista, representado através da figuração cartográfica e acompanhado de um curto texto, quase uma legenda, que nos elucida sobre os diversos índices demográficos, sociais, económicos e políticos referentes a Portugal Continental, Ilhas Adjacentes e possessões Ultramarinas.

Interessa-nos especialmente a análise dos mapas cuja temática seja passível de nos fornecer informações relacionadas com a Geografia Política ou a Geopolítica vista pela Escola de Geografia de Coimbra. Resulta que a interpretação dos mapas seleccionados mostram no fundo como o regime via a realidade portuguesa, e sobretudo a imagem que queria ou pretendia projectar no estrangeiro do nosso País.

Acentuadamente demagógica é a folha XXIII, «Vias de comunicação. Estradas nacionais e caminhos de ferro (1938)» que procura salientar a obra do Estado Novo neste aspecto, como também mostrar o facto de o território de Portugal Continental estar todo ele coberto por uma boa rede de vias de circulação rodo-ferroviárias que interligam não só os centros urbanos do litoral como também põem esta área em comunicação rápida e eficiente com o interior do País e daí com os tradicionais postos fronteiriços. Especulando um pouco, poderá este mapa ter um evidente significado geopolítico, que resulta na mensagem transmitida a uma Espanha que em caso de esta romper a neutralidade peninsular (recordemos que a Espanha aderiu ao pacto Anti-Komintern), o exército português (eventualmente em conjugação com forças militares inglesas...) teria ao seu dispor boas vias de comunicação ferro-rodoviárias para transportar desde os locais de desembarque no litoral efectivos militares em quantidade suficiente para obstaculizar uma eventual invasão a partir da fronteira comum.

No mesmo sentido a folha XXIV, «Circulação ferroviária e movimento dos portos marítimos (1938)» que em parte é complemento da anterior, mas tendo propósitos geoeconómicos mais evidentes, fazendo-nos crer que a circulação ferroviária em todo o território continental é particularmente intensa, com destaque para as áreas litorais de Lisboa e Porto. Também é bem notório o fluxo de passageiros e carga através dos portos marítimos, como que estabelecendo um paralelismo saudosista da importância da actividade comercial nas áreas litorais em séculos precedentes que agora

¹⁶⁴ F.Alegria; S.Daveau; M.Dias;J.Garcia, 1989, p. 15.

se quer fazer retomar, como a importância de Portugal enquanto «plataforma giratória» de movimento de passageiros entre a Europa e a América e como não poderia deixar de ser, a África, onde as possessões coloniais portuguesas assumiam desde o início da década de trinta, crescente lugar de destaque em termos do circuito geoeconómico com a metrópole e em termos geopolíticos, uma importância acrescida como eventual «moeda de troca» entre a Inglaterra e a Alemanha no sentido de apelar os intuítos expansionistas desta última.

Também visando propósitos geoeconómicos nos surge a cartografia referente à folha N.º XXV, intitulada «Comércio externo (1934-38)» em que as interligações comerciais de Portugal Continental com o resto do Mundo estão cartografadas através de fluxos intensos, que nos dão a falsa ideia de que Portugal é um importante pólo centralizador do comércio à escala global, não só com a Europa mas com o resto do Mundo, as mais das vezes com uma balança comercial positiva.

Como vimos, na Universidade de Coimbra pontificava o conservadorismo político - monárquico e católico - de grande parte dos seus lentes, com evidentes reflexos no ensino da Geografia. Pelo contrário, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, a situação é algo distinta; pois na fundação da Universidade e particularmente da Faculdade de Letras, estiveram desde o seu início envolvidas diversas personalidades de forte cariz liberal de filiação republicana.

3.4- Da Academia Politécnica do Porto à Faculdade de Letras da Universidade do Porto

A implantação do Ensino Superior no Porto está directamente relacionada com a importância económica e demográfica da segunda cidade do Reino. O advento definitivo do Liberalismo, na década de trinta do século XIX, feito em nome da modernização e da europeização do País, é anunciador de profundas reformas em todos os sectores da vida pública, entre os quais as do ensino e da instrução pública ocupavam lugar primordial, neste «tempo dos professores»¹⁶⁵ com vista a diminuir a taxa de analfabetismo, bem como formar quadros técnicos qualificados necessários ao desenvolvimento industrial e comercial. Trata-se da formação de uma (nova) classe média de engenheiros, negociantes e professores, que será o esteio do Regime Liberal. Enquadrado neste espírito, a reforma do ensino da autoria do ministro Manuel da Silva Passos (1836), que funda no ano seguinte a Academia Politécnica do Porto, através da reformulação da antiga Academia Real da Marinha e Comércio (1803), pretendia um ensino superior técnico, algo semelhante à escola napoleónica de Ponts et Chaussés, visando em simultâneo: “(...) o ensino das Ciências industriais (...) ao mesmo tempo do ensino especulativo de uma faculdade de Ciências e da feição tecnológica de um Instituto de Ciências Aplicadas. De facto,

¹⁶⁵ L.Torgal, 1993, p. 620.

formava engenheiros de minas, engenheiros construtores e engenheiros de pontes e estradas.”¹⁶⁶ A que se juntou a Escola Médico-Cirúrgica (1825), a Escola de Farmácia e a Academia das Belas-Artes. Todas entraram em funcionamento nesse mesmo período.

No que interessa particularmente ao ensino da Geografia na novel instituição da Academia Politécnica (1837), encontrámos registos da sua existência bastante tardiamente, só após duas reformulações no seu currículo. Referimo-nos às incipientes reformas respectivamente de 1844 e de 1873. Entre estas duas datas esteve em vigor o Curso de Engenheiros Geógrafos, com o objectivo de preparar oficiais para o comando de navios da Marinha. Esta última reforma, cria (decreto de 2 de Junho de 1873) um curso preparatório para a Escola do Exército, neste caso associado ao curso de Engenheiros Civis Geógrafos, cujo programa consistia em “(...) desenho geográfico, redução de plantas de costas, bacias, enseadas, portos, etc.”¹⁶⁷

Outra reforma mais profunda (1885), impulsionada por Wencelau de Lima e Adriano de Paiva ¹⁶⁸ visava facilitar a instituição dos cursos preparatórios para o ingresso na Academia Militar, acompanhada de uma reorganização curricular e da estrutura dos cursos, destinadas a permitir a abertura da Academia ao: “(...) preparo de alunos para os cursos das armas científicas professadas na Escola do Exército.” ¹⁶⁹ Estas alterações conduziram à introdução da Geografia no currículo de estudos, mas o ensino daquela deveria ser efectuado de uma forma meramente descritiva e apenas existia no curso (bienal) de Comércio (1885-1892), em que fazia parte do plano de estudos do 2º ano sob a designação de Economia Comercial e Geografia Comercial com três lições semanais. No entanto, este curso acabaria por ser extinto passados sete anos após a sua implementação, devido à escassez de alunos que o frequentavam, sendo substituído pelo Curso de Tecnologia Industrial.

Nesses primeiros anos do início do século XX, talvez aproveitando a conjuntura económica favorável, a par de uma certa modernização do País, a Academia Politécnica¹⁷⁰ cria novos cursos, quase todos eles, à excepção de um novo curso de Filosofia, relacionados com os diversos ramos da Engenharia, bem assim como da instalação de laboratórios nas áreas de Zoologia, Mineralogia e Engenharia Electrotécnica. Paradoxalmente, vai ser a ditadura de João Franco, cerceadora de algumas

¹⁶⁶ L. Ramos, 1991, p. 242.

¹⁶⁷ A. Basto, 1937, p. 378.

¹⁶⁸ Este último era um cientista de renome, não apenas no campo da Física teórica mas também na sua componente prática, Entre 1879 e 1883 direccionou os seus estudos para a realização de uma «televisão mecânica», à semelhança de idênticos projectos existentes na época em Paris, Lyon, Londres, S. Petersburgo e Moscovo.

¹⁶⁹ A. Basto, 1937, p. 411.

¹⁷⁰ A mudança de instalações da Academia Politécnica, bem assim como a sua fusão com o entretanto criado Instituto Industrial no ano lectivo de 1901-1902, permitiram que aquela visse o seu património consideravelmente ampliado, ficando nesse mesmo ano com a responsabilidade da direcção do Observatório Princesa D. Amélia (Observatório da Serra do Pilar, a partir de 1910), onde desde 1888 se realizava a recolha e medição quantitativa de elementos termopluviométricos, coligidos e publicados por F. Figueiredo, 1894, 76p. Os quais seriam sem dúvida úteis para o ensino da Geografia, desde que esta Ciência abarcasse o estudo da Climatologia, o que não parece ser o caso pois os argumentos para a cedência do observatório à mencionada instituição apenas se referem que “ (...) seria de grande utilidade tanto para o ensino da Física como da Astronomia.” A. Basto, p. 454.

das liberdades individuais, a impulsionar decisivamente o ensino médio e superior de cariz técnico-industrial, talvez crente que um maior desenvolvimento comercial e industrial centrado nos principais centros urbanos, poderia contribuir para a melhoria do nível de vida das classes trabalhadoras e, sobretudo, fortalecer a pequena e média burguesia urbana, retirando uma base de apoio do republicanismo. Por isso, não surpreende que o Estado tenha contribuído com uma verba avultada para o apetrechamento da Academia Politécnica e legislado no sentido de conceder ampla autonomia aos estabelecimentos de ensino superior, desde que dependentes do Ministério do Interior (decreto lei de 19 de Agosto de 1907).

No caso concreto deste estabelecimento de ensino, era-lhe atribuída uma certa autonomia pois permitia-se que os docentes a contratar fossem professores estrangeiros bem assim como se assegurava a publicação dos seus artigos nos Annaes da Academia.¹⁷¹ A par da liberdade de criação de novos cursos e respectivos programas, o apetrechamento, mediante uma mais generosa dotação por parte do Estado, de material científico e bibliográfico e a organização de viagens de estudo a países estrangeiros.

A implantação da República, para além das efectivas e profundas mudanças políticas, alterou completamente o modo como os «portugueses viam Portugal» isto é, teve repercussões acentuadas na mudança de mentalidades - sobretudo da classe média urbana - o que necessariamente se reflectiu em todos os níveis de ensino que sofreram uma reestruturação profunda, muito embora certas alterações tenham ficado mais pelas despachos ministeriais e boas intenções dos governantes do que propriamente pela sua concretização efectiva. Segundo o nosso ponto de vista, o "erro capital" da República, foi de natureza sócio-política, tendo consistido em legislar e tentar aplicar medidas no sentido de constituir uma Nação moderna, laica, racionalista e positivista, para o qual contava com a mudança das mentalidades através da difusão da instrução e da reformulação das instituições de ensino, julgando ter como base de apoio o escol dos intelectuais portugueses, o que nem sempre sucedeu.

Por conseguinte, não será de admirar que entre as primeiras medidas tomadas pelo Governo Provisório esteja a reformulação do Curso Superior de Letras de Lisboa e da Academia Politécnica do Porto,¹⁷² que eram transformadas em Universidades.¹⁷³ Como nos últimos anos da Monarquia

¹⁷¹ Cujo director era o matemático de renome internacional Teixeira Gomes.

¹⁷² Apesar de duas tentativas anteriores, de criação de uma Faculdade de Letras no Porto, em 1888 e 1907 .

¹⁷³ No caso concreto do Porto, encontramos o Decreto-Lei de 22 de Março de 1911, referente à promulgação da nova instituição e de 19 de Abril do mesmo ano, art 2º sobre a instituição das diferentes Universidades no País, e o mesmo decreto que no seu art 5º mencionava a existência das diferentes Faculdades que compõem a Universidade do Porto: uma Faculdade de Ciências (com os cursos de Matemática, Físico-Químicas e Histórico-Naturais); a Faculdade de Medicina e a Escola de Farmácia, sendo que esta passa a Faculdade de Farmácia em 1921; a Escola de Engenharia (adstrita a uma Faculdade do Comércio que nunca foi criada) que passa a Faculdade Técnica em 1915 e a Faculdade de Engenharia em 1926.

Constitucional, privilegiou-se o ensino das Ciências Exactas.¹⁷⁴ O que a nosso ver, se explica por duas razões: a primeira pelo facto de os poderes constituídos não quererem numa fase inicial de consolidação do regime enfrentar a poderosa Universidade de Coimbra, onde os cursos Humanísticos e de Direito constituíam a sua *alma mater*, foco do conservadorismo monárquico, em oposição às “(...) universidades com a feição moderna que têm em França, na Inglaterra, na Alemanha e n’outras nações.”¹⁷⁵ A segunda razão relaciona-se com a própria mentalidade spenceriana dos membros dos sucessivos governos republicanos, que positivistas e racionalistas filosóficos, subalternizaram numa primeira fase, as Ciências Humanas e Sociais.¹⁷⁶ A grande inovação está na ampla autonomia pedagógica, política e financeira concedida às Universidades: “A autonomia do Ensino é reconhecida pelo art.º 13º: Só as Universidades são competentes para governar o respectivo ensino. (...). Por sua vez, as Faculdades organizam livremente o programa geral dos estudos, dentro do seu quadro, e são responsáveis perante a Universidade. A Universidade delibera sobre a organização do quadro de estudos e é responsável perante o governo.”¹⁷⁷

A oportunidade da implementação de uma Faculdade de Letras na Universidade do Porto surge após aquilo que denominaremos de “segunda questão Coimbrã” ou seja, a sindicância levantada a professores¹⁷⁸ daquela Universidade - particularmente da Faculdade de Letras e de Direito - por suspeitas de apoiarem as tentativas de restauração monárquica de 1918-1919, bem como a nomeação pelo Ministro da Instrução, o filósofo criacionista Leonardo Coimbra, de dois professores para a Faculdade de Letras sem consultar o respectivo Senado Universitário. Este era o pretexto que o aludido Ministro procura para levar o Governo a decretar a transferência da dita Faculdade e respectivos professores para o Porto.¹⁷⁹ Porém, quase imediatamente o governo de centro-esquerda de Sá Cardoso revoga a decisão, permitindo a continuação do funcionamento da Faculdade de Letras de Coimbra ao mesmo tempo que confirma a fundação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto que iria funcionar na Quinta Amarela, ao Carvalhido, em instalações arrendadas, pois a compra de um imóvel definitivo na Rua do Breyner só foi acordada em 1930 nas vésperas de encerramento da Faculdade de Letras.¹⁸⁰ A estrutura curricular era organizada em moldes idênticos às Faculdades

¹⁷⁴ Mesmo o curso de Antropologia estava adstrito à Faculdade de Ciências.

¹⁷⁵ C. Santos, 1986, p. 25.

¹⁷⁶ No entanto, em 1915, o Doutor João Lopes Martins da Faculdade de Medicina do Porto, apresentou na Câmara dos Deputados um projecto para a instituição de uma Faculdade de Letras e outra de Direito na Universidade do Porto.

¹⁷⁷ C. Santos, 1986, p. 24.

¹⁷⁸ Entre a meia dúzia de professores objecto de inquérito, destacámos Fezas Vital e António de Oliveira Salazar.

¹⁷⁹ Decreto de 1 de Maio de 1919

¹⁸⁰ Decreto de 10 de Maio de 1919; inserida no Diário do Governo nº 98, 1ª Série e Decreto de 27 de Agosto de 1919 inserida no Diário do Governo nº 171 e Diário do Governo de 19 Setembro 1919

congêneres de Lisboa e Coimbra em que a geografia ocupava um modesto lugar integrada no curso de História.¹⁸¹

Nova remodelação dos *curricula* ocorre em 1921, ano em que a nova designação da Geografia Política e Económica passa a ser da responsabilidade do docente António Luís Gomes, supomos que por impedimento provisório de Mendes Corrêa que estava a finalizar as provas para o seu Doutoramento em Ciências Histórico-Naturais na Faculdade de Ciências.¹⁸² Dois anos volvidos, nota-se a influência cada vez mais significativa de Mendes Corrêa no Curso de Ciências Histórico-Geográficas, visto que pela nova reestruturação acumula a leccionação de Geografia de Portugal; Geografia Geral; Etnografia e Antropogeografia Geral.¹⁸³ Enquanto o seu cunhado, A. Magalhães Basto, surge como assistente provisório a leccionar História dos Descobrimentos e da Colonização Portuguesa; Geografia Política e Económica e, significativamente, associada a esta, a disciplina de Diplomática, sendo posteriormente confirmado durante anos sucessivos no cargo de assistente pelo Prof. Damião Peres. Este por sua vez, tinha nomeado quatro meses antes Mendes Corrêa para a secção de Geografia do Instituto de Estudos Históricos, anexo à Faculdade supracitada, mas aberto à colaboração de outras entidades particulares e públicas que pretendessem realizar investigações nesse domínio. No ano lectivo de 1925, Magalhães Basto é nomeado - cremos que apenas provisoriamente - assistente de História, enquanto a sua vaga será preenchida por Humberto Pinto de Lima que irá leccionar a disciplina de Geografia Política e Económica.¹⁸⁴

Pela análise do currículo de Geografia, denota-se a preponderância quase exclusiva de uma epistemologia ratzeliana, pelo facto de se acentuar a Geografia Física a par da Geografia Política, até mesmo a Geografia Humana (designada como então era hábito de Antropogeografia) se encontra subalternizada à Geografia Física; como bem sublinha nessa mesma época António de Vasconcelos, professor da Faculdade de Teologia de Coimbra e depois da Faculdade de Letras dessa mesma Universidade, ao referir-se ao seu objecto de estudo: "(...) a Geografia que não pode separar-se do grupo das ciências históricas, prende naturalmente estas ciências com a física do globo."¹⁸⁵ No início do

¹⁸¹ Filosofia (a cargo de Leonardo Coimbra); Filologia Românica e Filologia Portuguesa (Hernâni Cidade); Filologia Germânica (Luís Cardim); Curso Prático de Francês (Paul Querette) e Ciências Histórico-Geográficas, em que por razões evidentes nos deteremos mais em pormenor. O ensino da História prevalecia em muito sobre o da Geografia, basta ver o currículo do curso: História de Portugal (Damião Peres); História Antiga (Augusto Nobre); História Universal (Homem Cristo); História da Civilização (Newton de Macedo); Latim medieval e bárbaro (Canuto Soares) e por fim Geografia Geral (Mendes Corrêa) sendo que este último docente foi nomeado logo numa das primeiras sessões delegado ao Conselho do Senado não sem antes ter contestado a decisão do Director, Professor Leonardo Coimbra, em nomear alguns professores, nomeadamente Luís Cardim por decisão própria em vez de ser por concurso público com o aval dos outros docentes. Alguns anos volvidos será o próprio Leonardo Coimbra o autor do Regimento Interno da Faculdade.

¹⁸² Sessão n.º 32 de 6 de Fevereiro de 1922. Será Também Doutor em Ciências Histórico (?) –Geográficas por proposta de Damião Peres na sessão n.º 82 de 2 de Dezembro de 1925 e confirmado o título na acta da sessão n.º 85 de 19 de Abril de 1926

¹⁸³ No ano seguinte, na sessão n.º 60 de 19 de Maio de 1924 a Antropogeografia é fundida com a Geografia Política e Económica.

¹⁸⁴ Confirmado no cargo pelo Prof. Damião Peres na sessão n.º 81, de 16 de Novembro de 1925 e, posteriormente, na sessão n.º 92 de 4 de Setembro de 1926.

¹⁸⁵ L.Pina, 1966, p. 64.

ano lectivo de 1925, é proposta uma nova remodelação dos diferentes cursos que compõem a estrutura curricular da Faculdade de Letras, em Ciências Histórico-Geográficas.¹⁸⁶

Acerca do acervo bibliográfico da Universidade do Porto, sabemos que este era diversificado tanto em termos do número de obras como no conteúdo das mesmas, sendo que no caso particular da Geografia, a par dos clássicos do século XIX (A. Humboldt, A. Ritter e F. Ratzel) surgem obras de autores de finais de Oitocentos e do início de Novecentos, como P. La Blache, E. Semple e E. Huntington, ou seja, era do conhecimento dos estudantes portuenses o que de mais recente se publicava no estrangeiro, particularmente em França, em menor número na Alemanha e em Inglaterra. Sendo uma Geografia de cariz «determinista», não é de admirar que se desse primazia á Geografia Física em detrimento da Geografia Humana. Particularmente sobre esta última o número de obras era bastante reduzido: “(...) com 9 estudos gerais, reparte-se entre 5 obras de Geografia Cultural, 5 de Económica, 5 de Colonial, 4 de Política, 3 de Regional, 2 de Urbana e 1 de População.”¹⁸⁷

No ano lectivo de 1927-1928 aumenta o número de docentes em Ciências Histórico-Geográficas: Magalhães Basto (que acumula com a leccionação de Paleografia e Diplomática da qual passará a regente),¹⁸⁸ continuando Pinto de Lima e agora Torcato de Sousa Soares como professores assistentes.¹⁸⁹

No ano lectivo de 1928-1929, Mendes Corrêa vai assegurar a regência da quase totalidade das disciplinas de Geografia: Geografia de Portugal; Antropogeografia Geral; Etnologia e Geografia Política e Económica. Enquanto no ano seguinte o mesmo professor passa a leccionar apenas Geografia Política e Económica e Geografia Colonial que manterá transitoriamente no ano de 1930, por se encontrar ausente, sendo substituído pelo seu assistente Magalhães Basto. Assinale-se que no ano de 1931, um dos últimos actos dos docentes foi o de encarregar Mendes Corrêa, recém-agraciado com a Legião de Honra, de organizar o pavilhão português na Exposição Colonial de Paris, aliás como já tinha feito dois anos antes com a organização do pavilhão português na Exposição Ibero-Americana de Sevilha.

Entretanto, o Governo da Ditadura Militar, preocupado com o enorme *deficit* das contas públicas, e querendo restringir os gastos do orçamento do Estado, resolve mandar encerrar a

¹⁸⁶ A Geografia passa a ter um peso mais significativo: 1º ano Geografia Geral (anual); Geografia Física (semestral e cursada na Faculdade de Ciências) para um total de cinco cadeiras; 2º ano- Antropogeografia Geral (semestral); Geografia de Portugal e Colónias (anual) e Cartografia e Elementos de Topografia (semestral) a leccionar na Faculdade de Ciências, para um total de seis cadeiras; e no 3º ano -Geografia Política e Económica (anual); 4ºano – Etnologia (semestral). Curiosamente, os alunos deste curso tinham também de frequentar no 1ºano o curso geral de Mineralogia e Geologia, para o qual argumentavam não ter os necessários conhecimentos anteriores, visto no liceu seguirem a Secção de Letras e não a de Ciências.

¹⁸⁷ J.Garcia; R.Pimenta, 2004, p.554.

¹⁸⁸ Sessão nº 108 de 30 de Março de 1928

¹⁸⁹ Confirmados nos seus cargos ao longo de anos sucessivos: Sessão nº 96 de 9 de Dezembro de 1926 ; sessão nº 101 de 23 de Março de 1927; sessão nº 105 de 6 de Outubro de 1927; sessão nº 113 de 26 de Outubro de 1928; sessão nº 120 de 15 de Outubro de 1929 e sessão nº 127 de 15 de Julho de 1930

Faculdade de Letras da Universidade do Porto¹⁹⁰ assim como outras instituições de ensino superior e médio, achando o Dr. Alfredo de Magalhães, à época Ministro da Instrução, que a Faculdade de Letras tinha gastos excessivos e não se justificava a existência no País de três instituições congêneres. Contudo, sabia-se de um modo implícito que a verdadeira razão para tal facto era na outra: a vertente democrática e o ensino dinâmico, bem assim como os contactos com docentes estrangeiros, a par das visitas de estudo a outros países não serem bem vistas com bons olhos por um regime que sob a capa da austeridade ia resvalando cada vez mais para a direita conservadora, militarista e (quase) anti-republicana.¹⁹¹

Seja como for, a Faculdade de Letras continuou de portas abertas durante todo o ano lectivo de 1928, depois do próprio Director, Prof. Damião Peres, se ter avistado com o Ministro de Instrução (Maio de 1928) e já no início do ano lectivo seguinte, (Outubro de 1929), do próprio Reitor da Universidade do Porto ter confirmado que a Faculdade de Letras continuaria a funcionar. Certo é que até ao ano de 1931, continua a haver registos das actas das reuniões dos docentes bem como a formatura de alunos.¹⁹² Acerca destes últimos, regista-se o facto de, ao contrário das Universidades de Lisboa e do Porto, a maioria ser do sexo feminino, sendo grande parte deles oriundos de concelho limítrofes, como Braga, Guimarães ou Famalicão, o que não impede que estivessem matriculados estudantes provenientes de Espanha (Galiza e Leão) ou até do Brasil.

¹⁹⁰ Diário do Governo de 14 de Abril de 1928

¹⁹¹ Paralelamente à Universidade do Porto nasceu no primeiro quartel do século XX (1912) um activo movimento político-cultural, que ficou conhecido por Renascença Portuguesa, que se propunha despertar a consciência cívica, moral e intelectual dos portugueses, levando-os a participar mais activamente e sobretudo de uma forma mais crítica no despertar da mentalidade, em suma a raciocinar e a agir de uma forma mais consonante com as correntes filosóficas spencerianas em vigor na Europa além Pirenéus. Em coerência com os seus princípios, editou a Renascença Portuguesa uma revista filosófico-literária de publicação mensal (1912-1932), que é apodada por António Sérgio de: "A Águia, órgão principalmente de poetas." A.Sérgio, 1914, p. 13. E de um boletim cultural quinzenário (1912-1915), mais voltado para o grande público e de maior cariz de intervenção política. Os elementos do grupo da Renascença Portuguesa pretendiam não só sensibilizar mas apresentar ideias renovadoras para os grandes temas da arte, da poesia, da língua mas também da política, da pedagogia, da filosofia, da literatura e da ciência. Neste aspecto encontramos algumas semelhanças com a Renascença Catalã da «geração de 98», mas agora noutra contexto e lugar. Como explicaria mais pormenorizadamente o pensador António Sérgio, esse ideal passaria pela institucionalização de um sistema de ensino, capaz de formar cidadãos mais conscientes e por isso republicanos mais intervenientes na sociedade. Só que os seus membros tinham ideias próprias bastante diferenciadas do modo como o haviam de fazer, mediante as concepções filosóficas de cada um deles: indiscutivelmente, é Leonardo Coimbra aquele que no nosso entender, tem um pensamento filosófico melhor estruturado e definido, bem como uma intervenção mais significativa dentro do movimento académico-cultural da época. As suas ideias republicanas mais talvez do que as concepções filosóficas, valeram-lhe o ataque cerrado dos integralistas, na publicação *Alma Portuguesa* (1913), como monárquicos ultramontanos que eram avessos aos ideais demo-liberais e republicanos defendidos por aquele filósofo.

¹⁹² A este propósito, registámos que de entre os alunos da antiga Faculdade de Letras do Porto, apenas o Curso de Filologia tinha mais alunos que o de Ciências Histórico-Geográficas, da qual se faz o rol de licenciados (1923-1931). Em 1923: Irene da Purificação Silva e José Martins de Almeida. Em 1924: Belarmino de Carvalho Mesquita; Humberto Pinto de Lima e Torcato de Sousa Soares. Em 1925: Helena Louzada; Maria do Céu Barreiro e Maria Albertina Barbosa. Em 1926: António Maria de Pinho e Maria Palmeira Monteiro. Em 1927: Manuel Agostinho Gonçalves da Silva (natural de Goães-Amares); Maria Fúncia Armenteres (natural de Feroselle-Zamora-Espanha) e Olindo Casal Pelayo. Em 1928 Cândida de Paiva e Pinho; João Alves de Lima Gomes; Viriato Ferreira Gonçalves; Arminda Loureiro Fortes; Herculano Francisco de Oliveira, natural de Belém do Pará; José Maria Ferreira de Araújo (natural de S.Julião dos Passos-concelho de Braga); Anibal de Almeida Gomes; Rosa Branca Oliveira. Em 1929: Agostinho Pires de Oliveira; Alexandre da Gama Lobo Xavier (natural de Braga); José Bernardo Fernandes de Matos; Horácio da Silva Guimarães (natural da freguesia de Landim, concelho de V.N.Famalicão, distrito de Braga); Judith Natália Nascimento Pires e Luís Augusto Guedes de Oliveira. Em 1930: Abílio de Araújo Pegado (natural de S.Vitor-Braga) e António de Barros Ferreira. Em 1931: Aida Beatriz Dias Pereira; Elvira Augusta Antunes; Maria Manuela Guimarães; Adelaide Augusta de Oliveira; Emília de Jesus Guerra Daniel Nunes de Sá (natural de Vila Nova de Famalicão). Sobre este assunto ver Maria Teresa Alves da Costa Cirne Cardoso-*Perspectivas do Colonialismo Nacional, A Sociedade de Geografia Comercial do Porto (1880-1888)*, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2000, 445 p.

Nesse ano é preso o seu prestigiado professor Aarão de Lacerda, e colocados os outros docentes em situação de disponibilidade por suspeitos de republicanismo perante a Ditadura Militar, apenas Torcato Soares, Magalhães Basto e Mendes Corrêa transitaram para outras Faculdades.¹⁹³ A terminar, são bem expressivas as palavras do Prof. Dr. Luís de Pina sobre esta tentativa frustrada do estabelecimento da primitiva Faculdade de Letras do Porto: “Na aposta «demiúrgica» de que resultou a primitiva Faculdade de Letras do Porto, o que interessa ter presente é a sua «entelêquia» e não as suas mazelas. Na verdade o que houve de mais relevante naquela estranha experiência do ensino foi o indefinido encanto da pedagogia discreta de certos professores (...).”¹⁹⁴

Relativamente às obras de cariz geográfico publicadas pelos três professores da Faculdade de Letras do Porto, esta é sumamente desigual: o Prof. Pinto de Lima não tem qualquer obra publicada; o Prof. Magalhães Basto três obras¹⁹⁵ e o Prof. Mendes Corrêa cinco obras.¹⁹⁶ entre um total de sete em que a Geografia se mostra presente, as mais das vezes em conjugação como ciência auxiliar ou para corroborar factos relativos à Antropologia ou à História.¹⁹⁷

¹⁹³ Também não nos parece despiendo o facto de paralelamente à Universidade do Porto, se ter fundado uma Universidade Popular de frequência livre, em que os seus mais destacados membros, entre os quais, Sant’Anna Dionísio, Mendes Corrêa, Jaime Cortesão, Viana da Motta, Leonardo Coimbra, Aarão de Lacerda, Hernâni Cidade, Teixeira de Pascoaes (no Porto) e Fernando Pessoa, Mário de Sá Carneiro, António Sérgio e Raúl Proença (em Lisboa) proferiram à população em geral, em regime de sessões livres, conferências, sessões musicais e colóquios em algumas capitais de distrito como Coimbra ou Vila Real , a par de outras localidades: “ Na Universidade Popular do Porto funcionam cursos de duas sortes. Os da primeira são públicos, num grande salão de 400 pessoas, com ideas gerais sobre literatura, história, sciencia, filosofia, etc.; os da segunda especiais, com inscrição para 20 a 30 alunos, onde se ensina o português, contabilidade e escrituração comercial, história pátria, desenho, russo (...).”A.Sérgio, 1914, p.13.

¹⁹⁴ L.Pina, 1966, p.136.

¹⁹⁵ *O Princípio das Nacionalidades e a sua Aplicação Prática*, Separata da Águia, N° 23-24, 3ªSérie, [Empresa Industrial e Gráfica do Porto, Lda], Porto, 1920, 7 p.; *A fronteira Hispano-Portuguesa (Ensaio de geografia Política)*, «Separata de “O Instituto” Vol 70º», [Imprensa da Universidade de Coimbra], Coimbra, 1923, 46 p.; *Reivindicações da sciência geográfica portuguesa*, Extracto do fasc II do Vol III, Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, [Imprensa Portuguesa], Porto, 1926, 7 p.

¹⁹⁶ *Raça e Nacionalidade*, Editorial Renascença Portuguesa, Porto, 1919, 187 p.; *As bases geográficas e étnicas da nova carta política da Europa*, «Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto», N° 3-4, Tipografia Tritan, Porto, 1921, pp. 179 -248 + mapa.; *Etnologia Ibérica, Considerações sobre as origens do Povo Português-Conferência na Universidade de Madrid em 23 de Maio de 1920*, Edição dos «Annaes Scientificos da Accademia Polytechnica do Porto», Volume XIV, N°2, [Imprensa da Universidade de Coimbra], Coimbra, 1921, pp. 165-185 ; *Os Povos Primitivos da Lusitânia*, Casa Editora de A. Figueirinhas, Porto, 1924, 390 p.; *Vallaux e a Geografia Geral dos Mares*, «Anais da Faculdade de Ciências do Porto», Extracto do Tómo XVIII, [Imprensa Portuguesa], Porto, 1924, 32 p.

¹⁹⁷ A.Corrêa – *Antropologia. Resumo das Lições feitas pelo assistente, servindo de professor da Cadeira, António Augusto Mendes Corrêa*, Ano Lectivo de 1914-1915, Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, [Imprensa Portuguesa], Porto, 1915, 132p.; *Geologia e Antropologia de Portugal*, Exposição Portuguesa de Sevilha, [Imprensa Nacional], Lisboa, 1929, 28 p.

II Parte – Conceitos e Características de Fronteira

4- A Geografia das fronteiras nas primeiras décadas do século XX

A temática do nosso trabalho de investigação centra-se, particularmente, sobre as correntes do pensamento geográfico em relação à individualidade de Portugal na Península Ibérica, particularmente no que concerne à formação e manutenção da fronteira luso-espanhola, por conseguinte, achámos pertinente no esquema conceptual da Geopolítica Ibérica, elaborar um capítulo dedicado à evolução retrospectiva do conceito de fronteira, organizado simultaneamente por ordem cronológica mas numa perspectiva sistémica das diversas escolas geográficas.¹⁹⁸ O propósito é, poderemos mais facilmente nos capítulos subsequentes, saber em que medida é que os geógrafos ibéricos conheciam e aplicavam ao caso da fronteira hispano-portuguesa as teorias desenvolvidas por geógrafos além-Pirenéus, particularmente os da Escola de Geografia Alemã e da Escola de Geografia Francesa, que foram aqueles que mais impacto tiveram na Europa do seu tempo, sem contudo menosprezar os geógrafos italianos ou anglo-saxónicos.

Neste aspecto, inevitavelmente, cabe-nos citar o «mestre dos mestres», referimo-nos a F. Ratzel, geógrafo alemão de formação naturalista que depois de alguns anos de viagens por diferentes países da Europa e do Novo Mundo, se dedicou ao ensino da Geografia na Universidade de Munique (1876) e mais tarde substituiu F. Richthofen na Universidade de Leipzig (1886). Datam desta fase da sua vida as suas obras mais significativas, destacando-se *Anthropo-Geographie* (1882, 2ª ed. reformulada *Anthropogéographie* em 1891); *Die Erde und das Leben* (1887); *Politische Geographie* (1897) e *Das Meer als Quelle der Völkergrösse* (1900).

Terá sido o fundador do que se chamava nesses finais do século XIX a Geografia Social¹⁹⁹ como antecessora da Geografia Política²⁰⁰ que define como uma Ciência indubitavelmente geográfica mas cuja perspectiva diacrónica e sincrónica implica uma relação de complementaridade historicista: “(...)

¹⁹⁸ As fronteiras em termos histórico-geográficos deverão ter surgido na Alta Antiguidade, fruto do encontro de civilizações Pré-Clássicas de características diferenciadas; em que a organização frustre dos primeiros Estados correspondeu uma base territorial. Esta, apesar de mal definida, era delimitada na totalidade ou em parte por elementos naturais como os cursos de água, pântanos, florestas ou desertos que separavam o território conhecido do espaço habitado pelos outros, pelos «metecos» de hábitos e costumes distintos: “La determinación de fronteras fijas pudo hacerse por vez primera cuando se encontraron los dos sistemas antagónicos de cultura y de vida, del nomadismo y de la agricultura.” F. Ratzel, Barcelona, 1888, p. 56.

¹⁹⁹ Muito embora no nosso entender, os seus fundamentos tenham sido teorizados por Elisée Reclus a partir da inter-relação estreita e dinâmica que se estabeleceria entre o Homem e o Meio em que determinada população se adapta e ao mesmo tempo influencia através das suas actividades produtivas o espaço envolvente. A transformação do Meio, verificada sobretudo nas áreas urbano-industriais, vai mudando continuamente consoante os progressos da técnica e das alterações sócio-económicas.

²⁰⁰ Há quem considere que muitos antes do século XIX, já existiria uma «Geografia Política» cujas raízes remontariam à Antiguidade Clássica, a Ptolomeu e sobretudo a Estrabão, com as descrições da organização política dos Estados sujeitos ao domínio Romano. Talvez seja mais correcto fazer relacionar o seu início com as obras de Varenius no século XVII, ou do marechal Vauban no século seguinte. Consideramos este o arquitecto militar, escritor das *Mémoires au Roi Louis XIV* como um precursor da Geografia Política, ao aconselhar ao Rei-Sol a administração eficiente dos seus domínios que passariam a ser integrados no Estado, o que implicaria o conhecimento geográfico relativamente pormenorizado da sua delimitação e a defesa da integridade do território nacional contra o inimigo.

puisqu'elle étudie la répartition politique des espaces à chaque période de l'histoire et s'attache plus particulièrement à l'époque présente."²⁰¹

Segundo a linha de pensamento ratzeliano, a estrutura e constituição do Estado enquanto entidade política, é bem expressa de uma forma lapidar na obra *Politische Geographie*: "Jeder Staat ist ein Stück Baden und Menschheit."²⁰² O que significa que os Estados são dotados de uma fronteira dinâmica, que conduz inevitavelmente ao expansionismo de uns em detrimento da anexação de outros. A teorização de F. Ratzel acerca do expansionismo e vitalidade do Estado, refere que este é organizado em torno de um núcleo central, a partir do qual se expande englobando regiões periféricas, segundo aquilo que o geógrafo alemão definiu como a lei da aglutinação crescente, em que ao Estado confinado a um núcleo original se juntam, voluntariamente ou não, outros Estados periféricos.²⁰³ Este expansionismo acentua-se e origina o megalostatismo, que segundo F. Ratzel corresponde à concepção (geo)política futura, em que a tendência universal conduz à formação de «Super-Estados», originais pela sua extensão e heterogeneidade por englobarem no seu conjunto diversos povos e Nações, línguas e costumes diversos. A formação de um Estado com uma extensão territorial tão vasta, pressupõe a organização de uma complexa estrutura administrativa e política, dos quais os melhores exemplos se situam na Europa Ocidental e Mediterrânea, derivado do facto de existirem Estados de desenvolvimento histórico mais antigo e gradual, onde a coesão interna é bem patente através da estreita ligação entre a sua população e o território que ocupam.²⁰⁴

Este facto terá necessariamente implicações directas no esquema conceptual da fronteira que passa a ser considerada como uma entidade zonal e não tanto uma mera linha político-administrativa que divide os Estados.²⁰⁵ Por conseguinte, a fronteira é então considerada como: "(...) «o órgão periférico do Estado, o suporte do seu crescimento e a sua fortificação [que] participam em todas as transformações do organismo do Estado». Desta forma, situava o discurso sobre as fronteiras num plano que estava além da discussão política: pode diferir-se acerca do regime político, das instituições,

²⁰¹M. Korimann, 1983-a, p. 144.

²⁰²"Todo o Estado é composto por uma porção de solo e de humanidade"(Tradução nossa)

²⁰³"(...) o Estado, de acordo com a teorização ratzeliana, movimenta-se a partir de interesses próprios, entre os quais destaca-se o «apetite territorial». Sua lógica intrínseca é garantir e aumentar o espaço vital. É pautado nessa lógica que ele passa a dirigir o conjunto social, por estabelecer uma meta que se coloca acima dos interesses particulares dos grupos existentes numa sociedade já civilizada (logo complexa). É ele que comanda e organiza os objetivos de «todo o povo», na inevitável luta com as demais nacionalidades." A. Moraes; F. Fernandes, 1990, p. 25.

²⁰⁴ "Naqueles países que alcançaram o apogeu do desenvolvimento político servem este objetivo não só as fronteiras e as disposições para a defesa destas, mas também o tráfico e o desenvolvimento dos recursos do solo, em suma todos os meios que servem para aumentar a potência do Estado, cuja missão última é e continuará sendo sempre a da proteção." *Ibidem*, 1990, p. 76.

²⁰⁵ "O crescimento espacial manifesta-se como um fenómeno que impele para diante a fronteira que deve ser transposta pelos portadores do crescimento. Estes portadores, quanto mais próximo da fronteira vivem, mais partilham interesse por esse processo; e quanto maior a fronteira, mais acentuadamente periférico será o crescimento (...) Outras porções da periferia de um Estado possuem um carácter específico porque são formadas pelos segmentos periféricos, orientados para o exterior, de regiões outrora independentes, que cresceram juntamente com aquele Estado. Em toda a grande área de fronteira, encontramos tais fragmentos de fronteiras antes nacionais, provinciais ou municipais, tanto menos alteradas quanto menos ajustadas aos impulsos para a frente e para trás dos movimentos históricos, e quanto mais praticamente criadas, isto é, mais ajustadas e adaptadas ao terreno." A. Moraes; F. Fernandes, 1990, pp.184-185.

mas o território é o corpo «natural» do Estado e a fronteira-«pele» tem que ajustar-se ao seu crescimento, não por imperativo político, mas por necessidade vital.”²⁰⁶ Por isso mesmo, é dotada de mobilidade e assente em pressupostos que não apenas os limites naturais mas sim os de ordem linguística, cultural, etnográfica e económica: “L’ourlet frontalier est la réalité, la ligne frontalière n’en est que l’abstraction (...) Il est certain que toute tentative de suivre une frontière ethnique ou éthatique jusqu’à son origine historique, nous ramènera nécessairement à la vraie frontière; là où cela est possible le résultat sera toujours identique: une frange plus ou moins large entre peuples et Etats (...) D’autre part, si nous voulons bien comprendre les lignes frontalières de la politique actuelle, nous devons faire appel à l’ensemble des frontières linguistique, raciale, culturelle, religieuse et économique; du même coup la découpe du tracé s’estompe dans la représentation d’une bande complexe. Dans tout tracé de frontière, il y a quelque chose de symbolique, d’apparent.”²⁰⁷

O nascimento da Geografia Política é desde logo alicerçado numa série de pressupostos, talvez até fosse melhor dizer postulados, que são fundamentais para a conceptualização da Escola Geográfica Alemã, dos quais passaremos a enunciar os que na nossa interpretação se consideram os mais significativos:

1 - A actividade Humana é um factor geográfico com a mesma importância dos factores naturais; mas subordinada a estes.

2 - Os grupos humanos (no caso das denominadas civilizações primitivas) e, especialmente, as sociedades humanas só se podem desenvolver dentro dos limites enquadrados por um determinado ambiente natural (*Rahmen*), que prefigura o Estado, nas suas concepções mais simples.

3 - O desenvolvimento de uma sociedade, a sua estrutura e complexidade estão associados ao espaço que ocupa, caracterizado inicialmente por um lugar determinado, (*Stelle*), cuja posição, (*Lager*) mais ou menos privilegiada, favorece ou não a adaptação do Homem ao Meio e a eclosão de sociedades de complexidade diversa.

4 - Para poderem sobreviver os membros de uma sociedade precisam de uma determinada área, cujo espaço é directamente proporcional ao desenvolvimento cultural e técnico-científico desse povo. Contudo, a noção de «espaço natural» (*Raum*), não é bem clarificada por F. Ratzel que nas suas primeiras obras o considerava mais uma entidade metafísica do que propriamente algo delimitado fisicamente.²⁰⁸

²⁰⁶H.Cairo Carou; P.Godinho e X.Pereiro Peérez, 2009, p. 14.

²⁰⁷M. Korimann, 1983-a, p. 147.

²⁰⁸ Deste modo retiramos argumentos à generalidade dos geógrafos (sobretudo franceses como Yves Lacoste e Michel Korinman) que consideram as obras do geógrafo alemão como servindo os designios e ambições imperialistas do Kaiser Guilherme II, isto porque confundem o conceito de espaço natural com o de espaço vital.

5- “O engrandecimento” de um povo, que toma expressão na sua forma colectiva de sociedade, faz-se à custa do comércio no interior do Estado, e a nível internacional com outros Estados, sejam eles continentais ou oceânicos. A par dessa actividade pacífica, também a guerra, principalmente com as potências que se opõem mais directamente à vontade do Estado, neste caso expresso pela Nação alemã, é considerado um meio legítimo para satisfazer os desejos de expansão territorial cujas fronteiras serão dotadas de mobilidade consoante aumentem as necessidades de expansão dessa população.

6- A actuação da sociedade sobre um determinado espaço, traduz-se por uma influência decisiva do Meio sobre o Homem. No entanto, este imprime as suas marcas na superfície terrestre, essencialmente em termos político-económicos: demarcação das fronteiras, crescimento das cidades, abertura de vias de comunicação, que em conjunto são as estruturas mais importantes na formação de um Estado.

7- A formação do Estado representa a etapa superior da organização do Homem enquanto ser social. A sua estrutura político-administrativa só se pode organizar e consolidar após a formação de uma comunidade de interesses colectivos que é a nacionalidade e a sua expressão territorial expressa pela Nação. Quanto maior a sua consonância, mais complexa e forte é a entidade política estatal e mais seguras são as fronteiras.

Refira-se que o principal erro de F. Ratzel foi o de querer ajustar leis racionalistas, segundo a concepção do determinismo de Hegel e o positivismo de A. Comte, à necessidade de expansionismo do Estado, isto é, concebeu um «sentido de espaço» de concepção metafísica que determina que cada Estado deva procurar o espaço conveniente à sua expansão utilizando os recursos que julgue necessário empregar.

Apesar de todas as contradições, as teorias ratzelianas, apresentam o mérito indiscutível de terem pela primeira vez encarado a formação do Estado de um ponto de vista dinâmico, abrindo novas perspectivas para a compreensão e análise da situação política internacional, em que a Geografia Política passa a ter um papel importante, senão mesmo determinante, como Ciência explicativa dos fenómenos políticos internos e externos aos Estados. Por conseguinte, podemos considerar que F. Ratzel foi não só um inovador em Geografia Política mas o verdadeiro pioneiro da Geopolítica, apesar do termo, da autoria do sueco R. Kjéllen só ter surgido em 1904.

A originalidade de F. Ratzel enquanto fundador da Geografia Política, foi a de ter constatado que como o espaço não é isomorfo em termos sociais e políticos, a sua análise só poderá ser feita através de diversas Ciências, quer sejam Naturais, ou Humanas e Sociais, que se associam no sentido

de investigar a actividade organizada do Homem, que se traduz pela formação de uma estrutura política superior - o Estado - cujas componentes são em conjunto mais importantes do que o somatório de cada uma delas isoladamente.

A geógrafa norte-americana Ellen Semple sendo tão determinista como F. Ratzel, o seu mentor.²⁰⁹ Apresenta contudo, quanto a nós, duas diferenças substanciais em relação ao fundador da Geografia Política, que é o facto de fundamentar os seus postulados através de mais exemplificações para além do espaço restritamente europeu, bem como a decisão de analisar todas as questões sob um ponto de vista mais universalizante e talvez menos dogmático do que o geógrafo germânico. Para a geógrafa norte-americana o evoluir dos acontecimentos histórico-políticos e sociais está condicionado pelas características geográficas do Meio. Este, por sua vez, na sua diversidade, limita a actuação do Homem na superfície terrestre: “Man is a product of the earth’s surface.”²¹⁰

A evidente superioridade da Geografia enquanto Ciência Social sobre a sua congénere que é a História, resulta do facto de aquela poder comparar a actuação dos diferentes factores humanos - especialmente no domínio da antropologia - e naturais em períodos históricos distintos, dos quais podemos tirar ilações mais concludentes sobre o estágio civilizacional da Humanidade. Mas resulta quanto a nós, numa desvantagem evidente, que é o facto dos factores geográficos, mormente os naturais como a morfologia, o clima ou até a posição geográfica serem limitativos e simultaneamente condicionantes do evoluir dos acontecimentos históricos: “An illustration is found in the medieval history of Spain. The intercontinental location of the Iberian Peninsula exposed it to the Saracen conquest and to the constant reinforcements to Islam power furnished by the Mohammedanized Berbers of North Africa. For seven centuries this location was the dominant geographic factor in Spain’s history it made the expulsions of the Moors the sole object of all the Iberian states, converted the country into an armed camp, made the gentleman adventurer and Christian knight the national ideal. It placed the center of political control high up on the barren plateau of Castile, far from the centers of population and culture in the river lowlands or along the coast (...)The release of the national energies (...) and the new ingrained spirit of adventure enabled Spain and Portugal to utilize the unparalleled advantage of their geographical position at the junction of the Mediterranean and Atlantic highways and by their great maritime explorations in the fifteenth and sixteenth centuries, to become foremost among European colonial powers.”²¹¹

²⁰⁹ “(...) the great master who was my teacher and friend during his life, and after his death my inspiration.” E. Semple, 1914, p. VIII.

²¹⁰ *Ibidem*, p. 1.

²¹¹ *Ibidem*, p. 28.

Numa aproximação à Geografia Política no conjunto dos dois países há, quanto a nós, uma diferença fundamental que resulta da localização geográfica do núcleo decisório de cada um deles, isto é o centro político-administrativo. Se no caso português a situação litoral de Lisboa, bem como de outros aglomerados populacionais conduziu a vontade nacional a conjugar esforços em direcção ao Atlântico, no que podemos designar por forças geopolíticas de acção centrífuga; em Espanha, à partida dotada de maiores recursos em termos económicos e demográficos, o núcleo do Estado, em si mesmo tardiamente unificado e centrado no eixo Valladolid-Madrid-Toledo corresponde a uma área continental onde actuam forças centrípetas de absorção das outras nacionalidades periféricas e apenas posteriormente geradora de forças centrífugas relativas à expansão marítima. O que não significa que outras nacionalidades ibéricas como os Catalães, os Bascos ou os Galegos não se tenham lançado respectivamente na aventura Mediterrânea e Atlântica mas que foi politicamente subalternizada face aos ditames nacionalistas do poder centralizador castelhano-leonês.

A teorização de Ellen Semple sobre as componentes estruturais do Estado, é talvez onde melhor se denota o seu determinismo ratzeliano, particularmente na problemática relativa à formação e evolução das fronteiras internacionais entre os diversos países do Globo. A sua observação pessoal *in loco* dos numerosos exemplos europeus bem como das fronteiras político-administrativas dos Estados Unidos da América do Norte permitiram-lhe amadurecer as concepções ratzelianas sobre o assunto, sem contudo abandonar as premissas fundamentais do geógrafo alemão F. Ratzel relativas à delimitação zonal das fronteiras em função das características naturais do Meio e a sua posterior expansão *versus* mobilidade determinada pelos subsequentes acontecimentos políticos, onde tal como no darwinismo social, prevalece a vontade do Estado mais forte e agressivo político-militarmente. As suas ideias mais originais sobre as fronteiras *lato sensu*, são expressas pelos postulados seguintes que resultam da nossa reflexão pessoal sobre os princípios teóricos enunciados pela autora norte-americana:

a) As fronteiras entre os Estados são essencialmente zonais e resultam de limites naturais, dos quais o único verdadeiramente intransponível, ou seja separador entre os Estados e os povos é o Oceano, nisto diferenciando-se cabalmente de J. Brunhes e C. Vallaux, mas também de componentes étnicos e político-sociais: quanto mais estes forem coincidentes entre si, maior estabilidade apresenta a demarcação fronteiriça.

b) As fronteiras naturais raramente são, por si mesmas, limites políticos de um Estado. Para que isso suceda, têm de coincidir com a homogeneidade de outros factores de ordem antropogeográfica como sejam a raça, a etnia, a religião e a língua comuns: “When King Alfonso I (751-

764 A.D.) of mountain Asturias began the reconquest of Spain from the Saracens, he adopted the same method of holding the foe at arm's length. He seized Old Castile as far as the River Douro, but the rest of the province south of that stream he converted into a waste boundary by transporting the Christians thence to the north side, and driving the Mohammedans yet farther southward.”²¹² A dificuldade em vencer essa barreira depende do grau de civilização, expressa em termos tecnocientíficos mas também nos aspectos culturais e linguísticos, da população que constitui esse Estado.

c) A fronteira de um Estado só se pode expandir na proporção directa da coesão da população (nacionalidade) em torno da Nação (consciência territorial dos limites do Estado) e essa mobilidade é feita geralmente através do recurso à violência. Relembremos que a obra de Ellen Semple foi redigida em 1911 numa altura em que a instabilidade nos Balcãs permitia precisamente constatar este facto. Refira-se de passagem, que a instabilidade nesta área territorial da Europa foi o pretexto para o desencadear da Primeira Guerra Mundial que originou constantes mutações territoriais, levando os geógrafos a (re)pensarem o conceito e novas formas de estabelecer teoricamente as fronteiras no sentido de um melhor relacionamento dos países entre si.²¹³ A demarcação do traçado de uma fronteira em expansão num Estado dotado de agressividade é geralmente angulosa, penetrando nos antigos limites político-administrativos do Estado mais fraco, nos locais de mais débil resistência em termos naturais ou étnicos. A miscigenação étnica pode conduzir a uma menor consciência e identidade nacionais dos povos periféricos relativamente àqueles que se situam nas áreas centrais do território de um Estado.

d) Uma fronteira é também um organismo vivo. Se o Estado enfraquece, a faixa fronteiriça periférica retrai-se, na medida em que os Estados vizinhos consigam apropriar-se desse território. Esse expansionismo torna-se tanto mais fácil e por conseguinte territorialmente mais extenso, quanto mais difusos forem os sentimentos nacionalistas, que por sua vez estão na proporção directa da homogeneidade étnico-racial e da coesão linguística e até religiosa. Pelo contrário, observa-se a consolidação da fronteira - seja ela linear ou zonal - quando se assiste a uma estabilização do crescimento demográfico e a uma homogeneização étnica. Neste caso, todo o espaço territorial ocupado pela população basta para as suas ambições, não havendo necessidade de alargar o espaço vital à custa dos países vizinhos.

²¹² *Ibidem*, p. 216.

²¹³ “ Le conflit qui éclate en 1914 mobilise plus encore la géographie universitaire, mais ce qu'elle peut offrir n'est guère éclairant: la seule fonction des géographes est-elle de fournir une analyse du rôle du terrain et de ses accidents dans la conduite des campagnes? Non, sans doute, mais c'est bien souvent leur seule contribution. Au fur et à mesure que la guerre avance et que la probabilité de bouleversements majeurs dans la carte politique du continent grandit, le problème des frontières devaient plus actuel et impose une réflexion nouvelle. P.Claval, 1994, pp. 24-25.

e) A concepção mais original de Ellen Semple é quanto a nós, aquela que denominarei de «fronteira étnico-civilizacional». Com efeito, apesar de não a nomear de um modo explícito, descreve-a ao considerar a influência climática e de outros condicionalismos naturais como sejam a morfologia, a existência de cursos de água ou a fertilidade do solo determinantes na estrutura e organização político-social das diversas etnias e raças que podem estar confinadas a espaços diferenciados, separados ou não por fronteiras com um grau de demarcação diferenciado. As fronteiras de limites menos nítidos são geralmente aquelas que se constituem a nível interno de um país (a fronteira, designada por «franja pioneira» no Oeste norte-americano ou entre este país e o Canadá) ou as fronteiras bem demarcadas, quase sempre de cariz político, que são na maioria dos casos aquelas que se estabeleceram entre os diversos países europeus.

Podemos argumentar se esta influência do Meio como condicionante da mentalidade, e consequente desenvolvimento civilizacional, não estará a fazer (in)conscientemente um apelo à importância da diferenciação dos «géneros de vida» entre os povos, assunto tão significativo para os geógrafos possibilistas da escola regional francesa, como se denota da seguinte frase da geógrafa norte-americana: “The contrast between the light-hearted, gracious peasants of warm, sunny Andalusia and the reserved, almost morose inhabitants of cool and cloudy Asturias is the effect not only of climate but of the easy life in a fertile river plain, opposed to the bitter struggle for existence in the rough Cantabrian Mountains. Moreover, a strong infusion of Alpine blood has given this group of Spanish mountaineers the patience and seriousness which characterizes the race in other parts of continental Europe.”²¹⁴

É interessante a sua ideia de que a configuração das penínsulas, dotadas de extensos litorais a maior parte das vezes bastante recortados, permitiram desde tempos recuados um intercâmbio cultural com povos situados em áreas continentais ou insulares vizinhas. Assunto já anteriormente abordado por E. Reclus (*Nouvelle Géographie Universelle-La Terre et les Hommes, L'Europe Méridionale* (1887), e que insistentemente voltaria a ser lembrado pelo antropólogo Mendes Corrêa em *Antropologia* (1915) e *Raça e Nacionalidade*, (1919) dando ênfase à especificidade étnico-anthropométrica na Península Ibérica, resultante dessa miscigenação cultural com povos africanos e celtas, favorecendo desde cedo um contacto com o Oceano que séculos mais tarde foi determinante para a expansão dos povos peninsulares: “Peninsulas which conspicuously lack an intercontinental location must long wait their intermediary phase of development, but do not escape it. The Cornish,

²¹⁴E. Semple, 1914, p. 623.

Breton and iberian peninsulas were all prominent in the trans-Atlantic enterprises of Europe from the end of fifteenth century.”²¹⁵

Os anos vinte e sobretudo os anos trinta do século passado, assistem a um reavivar do interesse pela construção teórica e conceptual da fronteira, particularmente pelos geógrafos alemães Norbert Krebs (1921 e 1922); Arthur Dix (1921), Hermann Lautensach (1924); Otto Maull (1925) e Karl Haushofer (1924, 1938). Num sentido mais clássico os franceses Camille Vallaux e Jean Brunhes (1921 e 1925), e Jacques Ancel (1936 e 1938) os quais quanto a nós, publicaram na época em questão, as melhores, porque mais completas, obras sobre a temática da delimitação entre as entidades políticas, nem sempre coincidentes com o que são os Estados e as Nações, resultante do progressivo avivar das tensões internacionais - cujo ponto mais sensível é sempre a fronteira política - e do antagonismo patente entre regimes políticos.

Explica-se pelo facto do conceito de fronteira *lato sensu* ser particularmente desenvolvido pelos geógrafos numa época de nacionalismo exacerbado, como o que existiu nas primeiras décadas do século passado entre Franceses e Alemães, devido à disputa pela Alsácia-Lorena e pela afirmação dos respectivos países como potências de primeira grandeza face a uma Inglaterra ainda toda-poderosa e aos Estados Unidos, potência que rapidamente emergiu na cena internacional mas com uma concepção de domínio algo diferenciado das anteriores.

Em termos geopolíticos, os nacionalismos pretendem controlar não apenas os recursos do próprio Estado mas, claro está, o estabelecimento de relações diplomáticas preferenciais com os países que lhes tragam não só mais vantagens económicas e dividendos político-económicos, como também o controle de locais estratégicos. Assim, consideramos que o traçado e fixação de uma fronteira é interdependente com o princípio das nacionalidades, assunto em voga, embora pouco respeitado e pretexto para inúmeras alterações fronteiriças, nos países Europeus no decorrer das três primeiras décadas do século passado.

Assumem assim toda a pertinência as palavras do geógrafo Arthur Dix que ao reflectir sobre o objecto de estudo da Geografia Política (1921), refere que a existência do Estado enquanto entidade territorial estática ou mais verosimilmente dinâmica, só se subentende através do estudo das características das suas delimitações com as outras entidades / nacionalidades vizinhas: “La Geografía Política considera a las fronteras que separán las agrupaciones políticas como su principal campo de observación, en el aspecto que podríamos llamar de permanencia de los Estados. En el orden dinámico-político atiende a las variaciones producidas en el territorio que sirve de morada a dichas

²¹⁵ *Ibidem*, p. 406.

agupaciones, y respecto al mundo de perocupaciones internacionales, examina en primer término las líneas directrices en que se manifiestan las aspiraciones de cada estado a modificar su respectivo domicilio.”²¹⁶

Um aspecto que nos interessa particularmente, é a evolução do conceito de fronteira, bem como a sua classificação atendendo a considerações de natureza geográfica e histórica: neste aspecto, a fronteira é considerada como um factor de equilíbrio da actividade de grupos humanos distintos. A sua classificação passa por concepções mais estáticas como é o caso das fronteiras naturais, desde as cordilheiras montanhosas, aos rios, aos pântanos, aos desertos, às florestas e ao mar (neste último caso o limite das águas territoriais) pois como referem A. Dix, e especialmente C. Vallaux e J. Brunhes, todo o vasto Oceano será mais uma área fluida de contacto do que propriamente uma barreira, que consideram ser uma concepção ultrapassada, já que apenas em casos muito específicos é que servem de verdadeiro limite entre os povos. Por conseguinte, as fronteiras marítimas serão difíceis, senão mesmo impossíveis de delimitar, exceptuando a pequena extensão das águas territoriais, resultantes do contraste entre a morfologia litoral e o Oceano: “Sur la carte la frontière de mer est constituée par la ligne des côtes; Ratzel regarde une limite de cette nature comme la frontière naturelle parfaite, puisqu’une fois l’État arrivé aux bords de la mer, il semble à l’abri de tout recul et protégé par l’Océan lui-même”²¹⁷

A concepção de fronteira marítima é para os dois geógrafos franceses diferente da enunciada por F. Ratzel, mais que não seja porque o período cronológico que os separam originou alterações tecnológicas, científicas e políticas no domínio naval que se reflectem no contexto da Geopolítica mundial de domínio dos Oceanos. Consideram que as fronteiras marítimas, devem ser entendidas como áreas de tensão onde se jogam os interesses dos Estados. Elas existem nas faixas que correspondem às grandes rotas marítimas, ou nas proximidades de áreas que constituem pontos de apoio de travessias, como os «corredores» estratégicos (canal da Mancha e do Suez) e os numerosos portos (Gibraltar, Malta, Port-Said, Aden, Colombo e Singapura) que servem as carreiras transoceânicas de passageiros entre a Inglaterra e a Índia, e garantem à Home Fleet a soberania incontestada dos mares.

Muito mais importantes do que as fronteiras marítimas, são para os geógrafos da época, as fronteiras resultantes da interacção dos grupos humanos sobre o espaço, que no entanto raramente coincidem com a fronteira política, o que significa que ou bem se atendem aos interesses das populações, ou se dá importância às divisões (artificiais) entre os Estados. Como prevalece a segunda

²¹⁶ A. Dix (trad L.M. Echeverría), 1929, p. 14.

²¹⁷ J. Brunhes; C. Vallaux, 1921, p. 339.

tendência, não é de admirar que as fronteiras políticas são aquelas que mais frequentemente delimitam os Estados e mais raramente as Nações. Só em casos excepcionais as fronteiras políticas têm limites idênticos às fronteiras linguísticas, económicas e estratégicas, com a criação artificial de pequenos «Estados-tampão» para melhor salvaguardar as fronteiras e os interesses das principais potências.

Nesse sentido, distinguem-se os geógrafos franceses Camille Vallaux e Jean Brunhes, que nas duas primeiras décadas do século XX se debruçaram sobre a problemática da classificação das fronteiras em função do espaço de contacto *versus* separação entre os países: a fronteira pode ser baseada apenas em elementos naturais (*frontière*) mas na maioria dos casos essa área de delimitação política é zonal (*ourlet frontière*) porque caracterizada por uma paisagem complexa. Esta última, fruto mais do contacto do que da separação entre os povos fronteiriços, dando origem a uma elevada densidade da ocupação do espaço, quer em termos de ocupação humana quer das actividades socioeconómicas aí existentes. Estas serão tanto mais intensas quanto o grau de desenvolvimento da sociedade e conseqüentemente, mais acentuada é a complexidade político-administrativa dos Estados situados de ambos os lados da fronteira.

No entanto, a tendência é para que as delimitações fronteiriças tendam a perder importância, sendo reduzidas à sua expressão mais simples que é a demarcação através de uma simples linha divisória, denominando-se de fronteira linear (*ligne frontalier*), que pode ter um traçado geométrico (baseada numa linha geométrica traçada num mapa) ou astronómica (se baseada em paralelos e meridianos).²¹⁸

Uma das obras que maior relevância dá à temática das fronteiras no âmbito da geopolítica é indubitavelmente *La Géographie de L'Histoire - Géographie de la Paix, de la Guerre, sur Terre et sur Mer* (2ª ed., Paris, 1921), que foi redigida por Camille Vallaux em parceria com Jean Brunhes.²¹⁹ O aprofundamento dos assuntos onde os aspectos teóricos são sempre apresentados com uma multiplicidade de exemplos, apenas nos permite aflorar alguns dos aspectos que, resultantes de uma interpretação subjectiva da obra, nos parecem ser os mais relevantes para o corpo conceptual das fronteiras segundo a Geografia Política e especialmente a Geopolítica:

²¹⁸ Pelo facto de não existir tradução portuguesa adequada, considerámos nós o limite fronteiriço como aquele que divide duas entidades estatais, assinalando os respectivos territórios através de demarcações artificiais de ordem político-administrativa, enquanto a fronteira zonal se refere a uma faixa de território, na generalidade mal definida e que é contígua ao limite da fronteira entre países limítrofes, comumente designada por raia ou limite raiano.

²¹⁹ Nunca compreendemos porque esta edição datada de 1921 é considerada posterior a uma outra, da qual não existem referências bibliográficas. Supomos que a ter existido uma edição anterior da obra mencionada, esta datará do mesmo ano – as referências bibliográficas bem como os exemplos apresentados pelos dois autores reportam-se até ao ano de 1919 – mas, ter-se-á esgotado tão rapidamente que a casa editora a reimprimiu de novo. No entanto, aventámos outra hipótese mais verosímil, que é o facto de esta ser realmente uma única edição, como aliás surge nas referências bibliográficas francesas, considerando-se como uma primeira edição um artigo de Jean Brunhes intitulado *Du caractère propre et du caractère complexe des faits de Géographie humaine*, "Leçon d'ouverture faite au Collège de France", *Annales de Géographie*, XXIII; Paris, 1913, pp. 1-40.

1) A noção de fronteira e de Estado estão intimamente ligadas e o seu desenvolvimento associado: desde as fronteiras naturais (simples), definidas por cursos de água ou pelo relevo, com a vantagem de serem facilmente demarcáveis, se reduzidas cartograficamente a uma simples linha, mas sem a protecção natural que exerciam outrora; passando pelas fronteiras delimitadas por espaços vazios (áreas desertas), ou por uma linha de fortificações descontínuas, mas estrategicamente bem posicionadas, características dos Estados medievais, até ao fim do Antigo Regime. A demarcação fronteiriça engloba uma área relativamente extensa onde coexistem frente-a-frente uma paisagem humanizada bastante complexa (dispositivos de defesa, fábricas, habitações), denominando-se como fronteiras activas, onde apesar de frequentemente existir uma situação latente de tensão, a densidade populacional elevada origina um intercâmbio económico acentuado, factor de prosperidade. Estas fronteiras, tornam-se «vivas» quando a tensão existente, muito dependente do valor do solo, do território e da densidade populacional, provocam modificações no seu traçado através de acordos diplomáticos ou mesmo da guerra.

2) A Geopolítica concluiu que a existência de uma fronteira estável, isto é, bem demarcada sem traçados descontínuos, só é possível se, como ensina a Geografia Política, esse Estado for unitário, quer dizer não existam barreiras internas de ordem social e económica.

3) Pode dar-se o caso de uma «fronteira viva», se tornar «morta», pela decadência das trocas económicas, pela estabilidade política prolongada entre dois países, ou pelo facto de se constituir uma Federação de Estados, onde a liberdade de circulação torna inútil, sendo mesmo desprovidas de sentido, a existência de barreiras entre os Estados limítrofes.

4) Posteriormente à Primeira Guerra Mundial a delimitação das fronteiras tem tendência a tornar-se mais complexa, o que se deve ao facto de numerosos pequenos Estados ou enclaves, terem (res)surgido em detrimento dos Estados maiores. Levanta-se a questão de saber como se delimitará a carta política da Europa, isto é, como se resolverá o traçado de algumas das complexas fronteiras saídas das Conferências de Paz dos Aliados.

5) O progresso das comunicações tenderá a alterar a divisão administrativa - aquilo que se designa por fronteiras internas - sobretudo no caso dos grandes Estados. A uma divisão nacional sucederá uma divisão apelidada de regional que identifique as populações com os lugares onde vivem, permitindo assim um melhor aproveitamento dos recursos e das potencialidades locais: os aspectos políticos relacionados com a divisão administrativa cederão lugar às divisões organizadas segundo a

racionalização da economia.²²⁰ Como esta alteração se processa num cenário intra-Estado, será objecto de estudo preferencial da Geografia Política.

6) As fronteiras inter-Estados e o próprio relacionamento entre eles serão alterados, o que certamente será de todo o interesse como objecto de estudo em Geopolítica: dar-se-á a sua aglutinação em Federações. Estas serão constituídas por Estados vizinhos, de economia e recursos complementares entre si. As fronteiras desaparecerão porque desnecessárias, os factores políticos darão a primazia aos aspectos económicos. Por outro lado a existência de Federações, tornará mais simples o entendimento entre as diversas Nações no quadro da S.D.N., pelo facto de os países de uma mesma Federação estarem todos interdependentes. Estando enquadrados numa Federação, as fronteiras internas não existem, com a vantagem de quase impossibilitar um conflito entre Federações pelo facto destes organismos supranacionais viverem numa situação de interdependência político-económica. Em caso de contenciosos entre Federações, aqueles poderão ser mais facilmente resolvidos por um organismo internacional, como seja a S.D.N. desde que congregue todas as partes interessadas.

Na nossa opinião, as teorias defendidas pelos dois geógrafos franceses tem o mérito de chamar a atenção para o facto dos limites das fronteiras raramente serem simples demarcações fixadas segundo a mutabilidade dos elementos naturais, mesmo na delimitação das regiões mais simples. Por isso mesmo, no caso de serem fronteiras de transição, se estas são delimitadas por aspectos naturais, tornam-se mal definidas devido à sua variabilidade, dando a ideia de uma falsa segurança, visto termos a impressão que os elementos naturais são estáticos, o que corresponderia a uma fronteira estável, que na realidade não existe. Os limites nacionais são antes traçados artificiais, tendo em consideração essencialmente factores geoestratégicos, daí serem fronteiras lineares implantadas em áreas humanizadas, onde se torna difícil seguir o seu limite se este não for assinalado pela mão do Homem. As fronteiras são absolutas quando não se pode estabelecer o seu limite por este ser móvel, não fazendo sequer sentido falar em limites fixos. .

Como corolário do que foi afirmado anteriormente, as fronteiras podem ser classificadas segundo as suas características paisagísticas, sendo que aquelas fronteiras que resultam de vicissitudes históricas, onde existe ao mesmo tempo uma diferenciação étnica e linguística, a par de contactos culturais e sociais entre uma população relativamente densa, é segundo Mendes Corrêa (que nesta ordem de ideias segue e adapta à realidade portuguesa a classificação de J. Brunhes e C. Vallaux), uma fronteira «complexa e viva» dando como exemplo o caso da fronteira luso-espanhola. Ao

²²⁰ Foram precisamente estes os argumentos invocados por Amorim Girão para justificar a premência da sua proposta referente à nova Divisão Administrativa de Portugal Continental (1930-1933).

invés, considera este antropólogo que a fronteira franco-espanhola é uma fronteira «fossilizada» porque o relevo acentuado e as diferenças políticas não favorecem o desenvolvimento dos transportes, que são ao mesmo tempo causa e consequência de uma redução acentuada do intercâmbio socioeconómico. Pode dar-se o caso extremo de uma fronteira ser delimitada por obstáculos intransponíveis, colocados propositadamente devido a contingências de determinadas situações alimentadas por certos modelos de regimes políticos instituídos durante a Primeira Guerra Mundial, neste caso as comunicações entre os dois Estados vizinhos são impossíveis e a fronteira classifica-se como «morta».

O geógrafo francês J. Brunhes, refere que a Geografia Política estuda os factores que estruturam o Estado: “Nous demandons, quant à nous, à réserver le nom de Géographie politique à l'étude générale et synthétique des facteurs et conditions géographiques du développement des sociétés politiques, c'est à dire des États.”²²¹ Define a sua estrutura como aquela em que “Tout l'État et même toute installation humaine est l'amalgame d'un peu d'humanité, d'un peu de sol et d'un peu d'eau.”²²² No fundo, nada mais é do que a adaptação francófona das teorias do pensamento neo-ratzeliano, como também se denota na teorização das fronteiras, que juntamente com C. Vallaux idealizaram como uma entidade cuja evolução é idêntica aos organismos vivos: se nas fronteiras «vivas», diminui a tensão existente, estas acabam por se tornar fronteiras «mortas», o que não significa que deixem de existir, mas sim que a sua função enquanto tal é praticamente nula.²²³

Contudo, não se pense que C. Vallaux e J. Brunhes são apologistas do fim das fronteiras entre os países, posição demasiadamente ousada para a época, em que não se concebia a existência de Estados e de Nações sem uma área perfeitamente delimitada cuja configuração espacial daria uma identidade própria ao país: “La fin des frontières serait le fin des États, expressions concrètes des nations vivantes, elle signifierait donc la fin des autonomies nationales au profit d'un pouvoir universel chimérique, et certainement contraire à l'orientation de la géographie politique et de l'histoire, telle que nous pouvons saisir.”²²⁴

Os autores supracitados preconizavam a existência de um organismo internacional que mediasse os conflitos entre os Estados, particularmente após a divisão transfronteiriça europeia estabelecida nos Acordos de Paz do Tratado de Versailles (1919), tarefa difícil devido aos nacionalismos exacerbados que continuaram a perdurar até ao conflito mundial seguinte. Pesem as boas intenções atribuídas à S.D.N., então recém-constituída (1920) como organismo supranacional

²²¹ J. Brunhes, 1925, p. 923.

²²² J. Brunhes, P. Deffontaines, 1947, p. 33.

²²³ Não só estes autores, mas todos sem excepção que escrevem sobre o assunto entre as décadas de vinte e trinta do século passado, dão como exemplo mais significativo de uma fronteira «morta» aquela que se estende pelos Pirenéus, dividindo a França da Espanha.

²²⁴ J. Brunhes; C. Vallaux 1921, p. 351.

onde pudessem ser resolvidos os diferendos entre as nacionalidades coincidentes num mesmo Estado ou ao invés, uma nacionalidade separada por uma barreira delimitando uma fronteira. Serão por isso, particularmente concludentes as palavras do geógrafo norte-americano C. B. Fawcett, *Frontiers. A Study in Political Geography* (1918) ao afirmar que: “First, he noted a growing precision of boundary definition and demarcation. Second, there appeared to be an increasing coincidence between political boundaries and linguistic limits: attempts were being planned to redraw Europe’s boundaries to avoid minority problems. Lastly, (...) believed that there was a distinct tendency to place boundaries within frontiers of separation. (...) In the some cases the location of a boundary within a frontier of separation produced minorities (...).In other cases the selected ethnographic boundary was unrelated to any physical features of the landscape.”²²⁵

Nas questões de Geografia Política tem importância crucial a organização da estrutura interna do Estado, dependente das vias de transporte e comunicações que permitem aplicar políticas de centralização ou pelo contrário, aplicar medidas inovadoras, em que as actuais divisões político-administrativas (internas ou externas) desapareceriam para dar lugar a outras mais racionais e eficientes, baseadas em identidades socioeconómicas, ou seja a regiões resultantes de planeamento interno. Esta política de afirmação da estrutura interna do Estado é coordenada a partir da capital cuja função político-administrativa, cultural e económica fazem dela o cerne da Nação, o que levanta o problema de defesa militar devido às excessivas concentrações de actividades cruciais para a manutenção do Estado em tempo de paz ou de guerra. A teorização de dinâmica do Estado de J. Brunhes e C. Vallaux antecipa em alguns anos as concepções neo-razelianas dos geopolíticos alemães, que se fundamenta na Escola do Evolucionismo Social de Spencer e em que se estabelece um paralelismo entre a Geografia Política e a Biologia, comparando-se a estrutura do Estado com um organismo vivo em que as fronteiras são a sua parede celular: “Nous dirions que dans le corps de l’État la capitale est la tête pensante; les frontières seraient le tissu musculaire où s’emmagasine la force; les voies de communication seraient le tissu nerveux qui transmet de la tête aux muscles la volonté dirigeante.”²²⁶

Por sua vez, no início do século XX, o geógrafo Lucien Febvre (1922) polemiza sobre a estrutura da fronteira, ao considerar, sob um ponto de vista pouco ortodoxo para a época, que as fronteiras mais seguras não são aquelas resultantes da existência de elementos naturais porque mesmo estas não são perenes, porque os seus limites modificam-se consoante a alteração do Meio. Logo, aquelas que existiam entre alguns Estados europeus ainda no início do século passado, caso dos

²²⁵ C.B.Fawcett *apud* J. Precott, 1967, p. 16.

²²⁶ J. Brunhes; C. Vallaux, 1921, p. 339.

pântanos entre a Holanda e a Alemanha, ou das florestas entre este país e a Polónia, necessitavam de serem revistas no sentido de se adoptarem fronteiras lineares, que apesar de simples limites político-administrativos, deveriam ser muito mais seguras porque resultantes de convenções e tratados assinados entre os diversos países limítrofes: "Toute frontière «naturelle» peut être violée (...) Inversement, que les frontières purement artificielles sont sûres, ou du moins respectées!"²²⁷

No que se refere ao expansionismo das áreas fronteiriças, estas são consideradas fronteiras «vivas», se a interdependência entre as populações de ambos os Estados é grande, chegando inclusive a adoptar padrões de vida comuns. Mesmo em períodos de paz são quase sempre consideradas áreas de tensão, porque além de densamente povoadas com uma intensa actividade comercial e de ocupação urbano-industrial do solo, são revestidas de todo um sistema militar de defesa, que as torna ainda mais densas porque o espaço adquiriu um grau de transformação e de ocupação mais acentuado.

O geógrafo Isaiah Bowman publicou *The new World: Problems in Political Geography* (1921) em que pretende dar uma visão geopolítica do Globo no período pós Primeira Guerra Mundial, segundo uma concepção demo-liberal e capitalista dos sistemas políticos mundiais, especialmente os europeus, tanto mais que o supracitado autor pertenceu a: "(...) «L'Enquête», c'est à dire dans la Commission organisée par les États-Unis pour étudier les conditions mundiales et spécialement les conditions européennes dont il s'agissait de tenir compte pour l'établissement de la paix."²²⁸

Trata-se de uma obra²²⁹ cujos capítulos correspondem aos diversos continentes, ilustrando através de excelente cartografia temática as divisões territoriais concretizadas entre os diversos países após o Tratado de Versailes, bem como os problemas fronteiriços que subsistiam no continente europeu. Particularmente na Europa Ocidental, entre a França e a Alemanha e deste último país em relação à Bélgica e à Holanda, bem como a atenção muito particular no que reporta às dependências coloniais dos países supracitados: "The world is not new in the sense that war has creased, that all political and social problems will be promptly settled, that present international boundaries and economic arrangements will forever remain unchanged (...) So long as they exist there will be war, with its revolutionary effects upon political, social, and economic life."²³⁰

²²⁷ L. Febvre, 1922, p.375.

²²⁸ J.Brunhes, 1928, p XII.

²²⁹ Refira-se que a obra conheceu duas reedições (1924 e 1928). O geógrafo J. Brunhes refere na correspondente tradução francesa que aquela foi escrita precisamente para rebater as asserções de A. Dix sobre os direitos do expansionismo alemão contra as pretensões gaulesas, quicã esteja aí justificada a celeridade e o sucesso da sua tradução francesa, que se lhe refere como sendo uma obra de extrema utilidade para a amizade, tolerância e compreensão dos povos, evitando falsas interpretações sobre a distribuição das nacionalidades nesse período pós-Primeira Guerra Mundial, pelo facto de toda a cartografia com as novas fronteiras entre os países europeus aparecer referenciada com a designação da língua utilizada pela nacionalidade anterior à guerra e com a designação actual afim de evitar nacionalismos exarcebados.

²³⁰ I. Bowman, 1921, p. 1.

Neste sentido, (re)introduz o conceito de fronteira pioneira ou móvel, aquela que avança segundo a cronologia da colonização. Empregamos este termo porque na realidade este conceito já tinha sido apresentado pela sua compatriota E. Semple alguns anos antes, mas referindo-se apenas ao seu país natal e numa perspectiva sincrónica. No nosso ponto de vista, I. Bowman fá-lo numa escala mais vasta, a nível mundial e sobretudo numa leitura histórico-geográfica, ou seja diacrónica, porque é resultante e ao mesmo tempo, tem implicações nos factos sociais e temporais, que são respectivamente, aqueles que derivam da actuação sócio-política de uma nacionalidade congregada num país e da conjectura dos acontecimentos no passado e no presente.

Simultaneamente, critica os geógrafos alemães A. Supan e A. Maull sobre o conceito de fronteiras dinâmicas que segundo o geógrafo norte-americano, mais não visam que o renascer do expansionismo alemão: “Even if by some proces of necromancy boundaries were adjusted on all frontiers to national needs and if proper economic advantages and political scope were given to every nation (...) There is virtue in the argument of «organic boundaries» and the philosophy of Lebensraum, but they are open the abuse like the arguments based on history and military necessity of which much use was sought to be made at the Paris conference of 1919.”²³¹

Particularizando, referimo-nos ao facto de dedicar uma dezena de páginas à descrição histórico-geográfica de formação da Espanha²³² cujo título é só por si sugestivo: «The Democratic Drift in Spain» apresentando as convulsões políticas dos últimos cem anos - em que se mostra adepto de um certo *status quo* monárquico desde que liberalizante - como resultantes dos profundos contrastes sociais e económicos e das diferenciações linguísticas, quando não do modo de vida - aproximando-se aqui das concepções francófonas de J. Brunhes e C. Vallaux - entre o centro planáltico mas isolado por cadeias montanhosas e as regiões periféricas espanholas, mais permeáveis à influência externa: “In addition to the political factors, there are geographical conditions that make it difficult to maintain the territorial integrity of Spain. The Spanish peninsula is broken up into a number of natural regions separated by formidable barriers which, in the past, exercised a strong influence upon the local inhabitants, and later, upon their social and judicial systems as well as upon their political forms and solidarity (...). For patriotism in Spain is a local thing that reflects the geographical division of the country; a man says he is a Galician, an Asturian, a Castillian, an Andalusian; he rarely thinks of himself

²³¹ *Idem*, 1942, pp. 652-653.

²³² A única referência bibliográfica de autor espanhol que apresenta é a obra de J. Dantin Cereceda, *Resumen Fisiográfico da Península Ibérica*, Madrid, 1912, 293p.

as a Spaniard. While Castilian is the literary language of Spain, the people of each great region have a distinctive speech.”²³³

O conceito de fronteira é apresentado como uma entidade territorial resultante de diferenciações políticas entre Estados e não como barreiras interiores que obstaculizam o desenvolvimento económico-social. Esta concepção leva-o a não considerar as divisões administrativas espanholas como válidas, o que significa que não reconhece a existência política das diversas nacionalidades existentes nesse país: “The setting up of a number of independent states, with the resulting increase in boundary lines and the creation of boundary disputes, would complicate the social and commercial life of the Spanish peninsula and weaken the Spanish people.”²³⁴

Relativamente ao caso português,²³⁵ que explana em pouco mais de meia dúzia de páginas, faz jus ao termo «portugaliser» que então corria nos meios políticos da Europa, como sinónimo de desorganização senão mesmo de inépcia político-económica, sendo muito crítico senão mesmo céptico sobre a viabilidade económica de Portugal, país essencialmente agrícola mas cujos solos seriam apenas de mediana fertilidade, conceito aliás repetido pela grande maioria dos geógrafos estrangeiros entre os finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX, que é aceite até pelos geógrafos nacionais sem se ouvirem vozes dissonantes: “(...) na obra de Bowman não vejo o propósito de nos vexar, de diminuir o nosso prestígio como nação independente, havendo até algumas apreciações justas com alguns conselhos para atender.”²³⁶

Em contrapartida, mostra uma certa simpatia pelo regime republicano e pelos projectos de anunciada descentralização administrativa do continente e autonomia a conceder às colónias, mas não sobre a probidade e capacidade dos seus dirigentes políticos: “There is no money for the development of the land, and Portugal is chiefly agricultural. Capital cannot be made available for industries (...) only a third of the land of Portugal is cultivated, since much of it on the east, along the common boundary with Spain, is too rugged for extensive cultivation, and elsewhere there are high moorlands too cold for agriculture and, in the south, regions too dry without irrigation. In all, 28 percent is forest and 27 percent pasture.”²³⁷ Na verdade, refere com muito mais interesse o potencial económico das possessões coloniais, particularmente Angola e Moçambique, apontando como estratégias para o seu desenvolvimento o auto-financiamento das colónias através do incremento da colonização branca que

²³³ I. Bowman, 1921, pp 148-151.

²³⁴ *Ibidem*, p 153.

²³⁵ Também só apresenta uma referência bibliográfica de autor português, trata-se da obra de Luis Schwalbach, *Emigração e Colonização*, Lisboa, 1914, 105 p.

²³⁶ J. Barata, 1929, p. 30.

²³⁷ I. Bowman, 1921, p. 157.

permitiria uma maior exploração dos recursos naturais, bem como a industrialização da metrópole fundamentada na colocação dos seus produtos no mercado colonial.

Na última edição em língua inglesa da sua obra, abandona a ideia da competição entre os nacionalismos europeus, possivelmente devido à implantação e agressividade do fascismo em Itália e de outras ditaduras afins em diversos países, para preconizar uma cooperação entre os regimes democráticos (ainda) em vigor nos Estados do Velho Continente.

Posição diferente de todas aquelas analisadas até ao momento é a do jurista Paul Lapradelle, na obra *La frontière, étude de droit international* (1928) que antes de tudo considera as fronteiras como entidades zonais, determinadas e analisadas à luz do Direito Internacional, individualizando na sua componente espacial três áreas distintas: a área central do Estado (núcleo), onde as leis nacionais podem ser integralmente aplicadas pelo facto de aquele deter completo domínio jurídico-administrativo sobre o seu território, que se prolonga até um determinado limite da fronteira (*territoire limitrophe*) onde essas leis podem vigorar porque o Estado tem suficiente poder para aí actuar. Nas áreas fronteiriças periféricas (*frontières*) será prevalecte a legislação do Estado mais forte que aí conseguir impôr a sua jurisdição, enquanto nas áreas de vizinhança (*voisinage*) as leis jurídicas internacionais prevalecem sobre todas as outras.

Outros conceitos mais deterministas, mas que ainda não são tão totalitários como aqueles que serão enunciados pelos geopolíticos alemães, advêm dos geógrafos italianos como L. Machi que expressa as suas teorias nacionalistas da época mussoliniana, na obra *Fondamenti di Geografia Politica bari Geografiche della formazione e dello sviluppo degli Stati e dei problemi politici attuali* (1929), mas em que ainda se denotam algumas influências dos geógrafos possibilistas franceses. Efectivamente, se tal qual como F. Ratzel, considera o Estado como uma entidade orgânica dotada de um território habitado por uma determinada população e em que aquele consegue aí exercer plenamente a sua soberania - conceito jurídico de possível influência de P. Lapradelle - sobre um quantitativo demográfico que é a população, não é menos verdade que considera que o Estado apesar de ser influenciado pelo Meio devido à própria natureza das suas estruturas políticas é por si mesmo um condicionante do próprio Meio em si; não estando isento de ser por sua vez influenciado na sua organização político-administrativa pelas características étnico-sociológicas da sua população.

Na sequência de R. Kjellén, o geógrafo L. Marchi considera a Geopolítica como a doutrina que relaciona as componentes do Estado, sendo que este é diferenciado entre uma entidade política se for governado por uma minoria, ou uma entidade verdadeiramente nacional se for toda a população a tomar decisões. Por sua vez, distingue-se da nacionalidade (por exemplo a portuguesa antes da

independência do País) que é apresentada como um conjunto de indivíduos em que geralmente coexistem as mesmas características étnicas e linguísticas, imbuídos dos mesmos valores e aspirações que por isso mesmo tendem a organizar-se num Estado (no caso português, emblematicamente entre 1147 e 1250, com a conquista do Algarve e 1297 com o Tratado de Alcañices que delimitou a maior parte das fronteiras nacionais). Enquanto a Nação (no caso português é dúbia a sua implementação mas possivelmente a consciencialização de uma identidade nacional como um todo deverá ter surgido gradualmente a partir da crise de 1383-1385) pressupõe um estágio de organização política mais avançada, isto é, só se pode constituir depois dos outros dois anteriores porque implica uma unidade territorial e política da população num Estado nacional..

No entanto, o geógrafo italiano dá muito mais relevância à Geografia Política que é vista como uma ciência mais útil e importante, isto porque se reporta ao estudo das características internas das regiões que formam um Estado e por conseguinte à determinação do seu poderio económico-político face a outros países vizinhos: “É compito della Geografia Politica di ricercare e fissare le condizioni naturali che possono aver esercitato, ed esercitano, una funzione directiva sulla evoluzione dei popoli e degli stati (...) Uno degli scopi della Geografia Politica è la ricerca e la constatazione delle leggi secondo le quali l’ente Stato tende ad adattarsi al’ ambiente geografico, nella sua formazione e nella sua attività.”²³⁸

Contrariamente a outros geógrafos, não destringe a fronteira político-jurídica e administrativa que é linear (*confin*), da fronteira zonal (*frontier*) geralmente de características naturais, pela simples razão que todas elas, mesmo aquelas delimitadas por montanhas, rios, vales e florestas, são consideradas uma entidade defensiva, tal qual como se fossem uma membrana protectora do organismo vivo que é o Estado: “Per analogia biologica, esso più considerarsi come la membrana della cellula stato, e come tale soggetta ai processi evolutivi o involutivi della cellula stessa.”²³⁹ Apesar de mencionar que a quase totalidade dos Estados europeus é delimitada por fronteiras lineares resultantes de acordos político-diplomáticos, considera que a Península Ibérica constitui um dos raros exemplos de fronteiras naturais lineares e não zonais, porque estas últimas só existem como protecção entre Estados onde é latente a agressividade, o que não é o caso, em que a fronteira se constituiu a partir das diferenças morfológicas entre os altos planaltos espanhóis e as planícies portuguesas: “Nella penisola Iberica si mantiene la separazione tra la Spagana e il Portugallo, sul margine dell’altiplano,

²³⁸ L.Marchi, 1929, pp. 10-11.

²³⁹ *Ibidem*, p. 21.

deve quanto discende con un gradino ripido, profondamente inciso da valli poco accessibili, alla planura portoghese, formando pure confine naturale."²⁴⁰

Onde se deixa transparecer uma influência mais acentuada da Geografia Política francesa é na teorização acerca da constituição interna dos Estados, em que se dá primazia à definição de regiões homogéneas como condicionantes da estabilidade daquele organismo político. Ou seja, se um Estado é constituído por regiões naturais homogéneas embora diferenciadas entre si (*Landschaft* na Alemanha, *Pays* em França) é factor de manutenção do *status quo* porque a região fronteira, seja linear ou zonal, só por si mesma tem naturalmente tendência à instabilidade (devido à maior miscigenação em termos étnicos, culturais e linguísticos e, por outro à menor influência do centro político-administrativo que é a capital que geralmente constitui o núcleo do Estado), para que isso não suceda, torna-se necessário que a área de contacto fronteira seja dotada de uma relativa homogeneidade, de tal modo que não existam motivos para reivindicações territoriais do próprio Estado ou de quaisquer um dos países limítrofes.

Outra visão semelhante, mas onde se denota uma maior influência ratzeliana é-nos transmitida pela Escola de Geopolítica Alemã durante a república de Weimar, em que avulta o geógrafo alemão Norbert Krebs autor de *Die Verbreitung des Menschen aus der Erobersläche-Anthropogeographie* (1921), traduzida por Gonzalo de Reparaz, sob a designação de *Geografia Humana* (1931), e *Die politich geographische Struktur der neuen Staaten Europas* (1922). O autor, apresenta-nos um ponto de vista diferenciado acerca do expansionismo ratzeliano do Estado segundo a mobilidade das fronteiras em que surge algo inovador, que é o conceito de não validade e conseqüente mobilidade das fronteiras político-administrativas internas ou externas de um país devido não tanto às alterações políticas internacionais mas sim a mudanças histórico-geográficas resultantes da intensa actuação do Homem sobre o Meio, particularmente as profundas transformações das antigas e diferenciadas paisagens culturais que tendem para uma certa uniformização mercê do cinzentismo da expansão urbano-industrial.²⁴¹

Tal como R. Sieger, o geógrafo alemão aponta uma realidade evidente mas que escapou à maioria dos geógrafos deterministas, que é o facto de não existirem de *per se* fronteiras naturais, mas antes obstáculos ou barreiras naturais, que são aproveitadas pelas populações por *moto proprio* para serem instituídas comodamente como limites nos locais de mais difícil transposição, embora muitas

²⁴⁰ *Ibidem*, p. 21.

²⁴¹ Parece-nos muito plausível o facto do geógrafo português Amorim Girão ter tido conhecimento desta obra, não tanto por se corresponder com o autor da tradução castelhana mas sobretudo porque utiliza na época praticamente os mesmos argumentos, insinuando mais numa transformação corográfica da paisagem rural tradicional do que nas alterações provenientes do desenvolvimento industrial, para invocar a necessidade de uma profunda reorganização interna da divisão administrativa das regiões portuguesas.

vezes imprecisos, entre os diversos Estados ou nacionalidades. Contudo, nas primeiras décadas do século XX, aquelas delimitações já são sobrepujadas pelas fronteiras orgânicas resultantes dos acordos político-diplomáticos entre os Estados: "(...) las que quedaron convenidas entre los países limítrofes, como las más útiles, aunque no estuvieran precisamente fundadas en la Naturaleza."²⁴²

A fronteira é percebida como entidade zonal, ou seja, mais do que uma simples divisória entre territórios diferenciados por razões político-administrativas, é apontada como uma área de confluência e não de separação entre Estados. No entanto, apresenta uma diferença fundamental em relação à maioria dos conceitos enunciados por outros geógrafos franceses e sobretudo alemães. Agora, a própria fronteira é entendida como um espaço de convergência cultural económica e social que determina a evolução política do território enquanto entidade estatal e não o inverso: se o seu traçado for irregular, estão criados os condicionalismos ao expansionismo do Estado, isto é, ao megalostatismo ratzeliano, uma vez que essas áreas ao penetrarem mais ou menos profundamente no território de outros países e diremos nós, pelo facto da população entrar em contacto com outra nacionalidade distinta, ir adquirir hábitos culturais, linguísticos e étnicos de aculturação que mais facilmente conduzem à aceitação do expansionismo em direcção ao território vizinho se o Estado for suficientemente forte para tal. Pelo contrário, dar-se-á a perda dessas áreas situadas longe do centro político se o Estado limítrofe tiver suficiente força para absorver essas áreas fronteiriças.²⁴³

Pelo contrário, serão os locais dotados de maior centralidade, aqueles em que mais se faz sentir o apelo à nacionalidade e por isso constituem os locais de excelência para a fixação das capitais político-administrativas como Lisboa durante a fase final da Reconquista Cristã e, muito posteriormente, Madrid, porque é para aí que convergem os fluxos económico-sociais e políticos que permitem o expansionismo dos povos e respectivas nacionalidades, os quais vão ser determinados também pelo posicionamento da capital política, núcleo da Nação. Se esta estiver situada em áreas litorais, o expansionismo far-se-á paralelamente à linha de costa, ou se referirmos o caso português, segundo os vales das bacias hidrográficas e numa fase posterior, em direcção ao vasto oceano Atlântico, enquanto a capital espanhola fixada em Valladolid e posteriormente em Madrid, simbolizou mais do que determinou a hegemonia de Castela-Leão sobre as outras regiões periféricas espanholas. Contudo, não nos consta que tenha sido um entrave para a expansão marítima do país vizinho, centrada em Cádiz e Sevilha, quando muito provocou uma certa morosidade na percepção das decisões necessárias a regulamentar a empresa da expansão marítima ou à administração política dos novos territórios colonizados.

²⁴² N. Krebs, 1931, p. 80.

²⁴³ Inevitavelmente, fazemos uma aproximação ao caso hispano-português, respectivamente com os exemplos antagónicos de Barrancos e de Olivença.

Ainda dentro da Escola de Geopolítica Alemã o o geógrafo neo-determinista A. Dix na obra *Politische Geographie* (1923) mostra-se um teorizador do expansionismo alemão mas de cariz imperial-monárquico. Numa altura em que a *Geopolitik* dava os primeiros passos, apresenta-nos o conceito de que o traçado e características da própria delimitação fronteiriça podem ser um factor importante para a configuração do território nacional, uma vez que a fronteira como entidade móvel é que determina os limites político-administrativos do Estado. Este por sua vez não é fruto do acaso, resulta dos imperativos da própria geopolítica internacional, quer dizer, a segurança e poder de um Estado é directamente proporcional ao traçado das fronteiras, sobretudo se estas forem naturais como os Oceanos, que rodeiam as potências insulares constituídas pelo Japão, “(...) el peligro amarillo”²⁴⁴ e a Inglaterra, “(...) de que Rusia siegue sendo el gran enemigo.”²⁴⁵ Conceitos onde é já é notória a influência de K. Haushofer. No entanto o carácter defensivo do Mar nunca foi muito significativo, tornando-se mais um factor de aproximação do que de afastamento entre os povos, como refere no seguinte exemplo: “Entre los pueblos establecidos en la Peninsula Iberica y el Norte africano, el Estrecho de Gibraltar jamás ha sido un obstáculo sério. Aún sin remontarse a tiempos demasiado lejanos, pues acaso el Estrecho no existiria todavía cuando los primeros pobladores del suelo español llegaron del África, desde la Antigüedad se ha estimado el Norte de Marruecos como una prolongación de la Península, según demonstra incluso su comun naturaleza y origen. Así lo reconocieron los romanos, que hicieron de la Mauritania Tingitana una provincia española, fomentándose entre dichos territorios relaciones que no se han interrumpido desde entinces un solo momento. Durante ocho siglos fueron los moros los que domiron de las costas opuestas del Estrecho, y tan pronto como fueron expulsados de Granada, fué ocupada por los españoles la plaza de Melilla, mientras los portugueses se habian anticipado casi un siglo en la conquista de Ceuta.”²⁴⁶

Neste sentido, um Estado é tanto mais forte quanto melhor o traçado das suas fronteiras estiver de acordo com os limites étnicos, políticos e económicos da Nação. Significa isto, que a formação de novos Estados e conseqüente traçado das fronteiras europeias no pós-Primeira Guerra Mundial, em detrimento da Alemanha, não pode ser considerado legítimo. O justificativo deste facto resulta, por um lado, de retirarem àquele país recursos económicos e humanos a que teria direito e, que eram necessários ao seu desenvolvimento enquanto grande potência europeia e, por outro, permitirem o nascimento de «Estados tampão», cordão de segurança contra a Alemanha, porque abarcam diversas nacionalidades sem fundamentos étnicos entre si. Por sua vez, conduziram à

²⁴⁴ A.Dix, 1929, p. 168.

²⁴⁵ *Ibidem*, p.172.

²⁴⁶ *Ibidem*, p. 197.

delimitação de novas fronteiras artificiais porque não são assentes em quaisquer fundamentos naturais, étnicos ou económicos, resultando apenas dos acordos politico-diplomáticos inerentes ao Tratado de Paz de Versalhes: “De algunos de los nuevos se puede decir que contradicen por su configuración todas las leyes geopolíticas. La existencia de Estados cuyo desarrollo es anormal, emplazados en el interior del Continente y sin posibilidad de un acceso al mar, como Checoslovaquia (...) o como el Austria alemana (...) son expresiones bien poco afortunadas de la imagen que ofrecen las nuevas naciones de Europa por su parte, Alemania ha sufrido la mutilación de zonas de extraordinario valor económico, habitadas sólo por alemanes o al menos de población predominantemente germánica (...).”²⁴⁷

Na *Geopolitik* alemã, com estreitas relações com a Península Ibérica, avulta no nosso entender, o geógrafo Hermann Lautensach injustamente apodado de nacional-socialista, porque se filiou no *National Sozialistische Deutsche Arbeiterpartei*, em 1935 sendo cooptado pelas S.A. em 1937 mas apenas para não ser excluído das funções de docente universitário. Teve o indiscutível mérito de ser um dos primeiros geógrafos a teorizar sobre uma fórmula que se subentende pacífica para ultrapassar o diferendo com os Aliados sobre aquilo que se consideravam como as «fronteiras de tensão» da Alemanha resultantes dos Acordos de Paz do Tratado de Versailhes (1919). A sua proposta teórica consistia numa expansão não violenta da germanização sem alteração das delimitações fronteiriças estabelecidas a nível internacional através de um reforçar dos acordos culturais com os países limítrofes, permitindo antes de mais a expansão do idioma e da cultura alemãs que designa por *Volkskultur* nas áreas circum-vizinhas da Europa Ocidental e Central povoadas por diversas nacionalidades onde já era expressiva e notória a influência cultural dos falantes de língua alemã, o *Volkstum*, cujo conjunto de indivíduos forma o *Volksboden* e que representam a comunidade de povos do *Deutschtum*, isto é da esfera de influência sociocultural e económica germânicas: “Hermann Lautensach (1924) use of an illdefined band of natural features, called *Warägischer Grenzsaum* but the fact that the cultural limits he added –for exemple the eastern limits of German language in commerce and of German law in Middle Ages did not coincide with the natural one made it not very convincing.”²⁴⁸

Significa isto que pela primeira vez se dá relevância ao conceito algo abstracto de fronteira cultural e social em detrimento do conceito nacionalista de fronteira política que passa a ser subalternizado em termos de influência geopolítica. O que inteligentemente H. Lautensach visionou com mais de vinte e cinco anos de antecedência foi que a influência de uma cultura nas suas diversas

²⁴⁷ *Ibidem*, p. 133.

²⁴⁸ G. Herb, 1997, pp. 51-52.

vertentes não implica uma alteração das fronteiras.²⁴⁹ Numa óptica pacifista torna-se mais simples e duradouro manter as divisões político-administrativas entre Estados e através de organismos ou entidades estatais (posteriormente supranacionais) superintender para que a preponderância cultural alemã se faça sentir nessas nacionalidades, que inevitavelmente será complementada por uma influência a nível económico e social, tornando a Alemanha de novo uma (grande) potência europeia.²⁵⁰

Contudo, mesmo na Escola de Geopolítica Alemã da década de trinta do século passado, existiam correntes diferentes, pois a *Geopolitik* nacional-socialista, teorizada por S. Passarge, O. Maull e K. Hausofer apresenta-se muito mais militante e agressiva do que a *Geopolitik Kultur* de H. Lautensach, visto a primeira ter por objectivo: “(...) devenir la conscience politique de l'État; en bien des lieux, elle reste toujours incomprise, redoutée comme briseuse des tables et des lois traditionnelles et confortables; mais de plus en plus perçue et saisie comme un outil dans le combat pour l'espace de souffle (*Atemweite*) et l'espace vital (*Lebensraum*) de son propre peuple et en même temps comme un très haut but pour l'humanité tout entière.”²⁵¹

Torna-se difícil estabelecer a data de viragem do esquema conceptual da *Geopolitik* alemã, se ainda era imperceptível nos meados da década de vinte do século passado, acentua-se após a ascensão dos nazis ao poder (1933) e torna-se dominante a partir de 1937-1938. Existe aqui toda uma conceptualização histórico-geográfica determinista em torno do mito racial da pureza da raça ariana disseminada pelos povos de origem nórdica que teve como consequência a substituição da *Volkskultur* por uma outra concepção muito mais dinâmica, a do *Volksisch*, ou seja o expansionismo racial ao qual está subjacente a concepção ratzeliana de mobilidade das fronteiras étnicas e do megalostatismo estatal preconizado pelo *Volksdeutsche Mittelstelle*, ou seja pelo domínio alemão de uma vasta área da Europa Central.

Esta teorização é quando a nós, uma adaptação aos pressupostos nazis do *Heartland* continental da concepção geopolítica global mackinderiana, dividida em áreas de colonização diferenciadas consoante a pureza étnico-racial dos seus habitantes: o núcleo central da Alemanha, denominado *Geschliomener Deutscher Volksboden* que seria a área de maior protagonismo socioeconómico e político porque habitada exclusivamente por povos de raça e cultura alemãs; uma difusa e vaga área de transição, denominada de *Übergangsgebiet* que se estenderia para Ocidente e sobretudo para Leste da *gross Deuchtsland*. Por fim uma vasta área, denominada de *Strendeutschtum*

²⁴⁹ Só foi posto em prática com a C.E.C.A. e posteriormente com a C.E.E.

²⁵⁰ Estratégia que foi posta em prática pelas entidades governamentais daquele País durante este último meio século e cujo sucesso a tornou o «motor» da economia europeia e consequentemente com uma influência política muito superior à de qualquer outro país do Velho Continente.

²⁵¹ R. Kleinschmager, 1988, p. 25.

ou territórios periféricos povoados por outras etnias ou raças mas passíveis de uma germanização por esta existir ou estar em vias de concretização em determinados enclaves.

Entre os membros mais destacados da *Zeitschrift für geopolitik*, o geógrafo O. Maull concebeu e realizou ainda durante a República de Weimar, uma notável obra teórica onde são expressos todos os conceitos geopolíticos que posteriormente serviriam de justificativo ao expansionismo germânico.²⁵² Tal como para F. Ratzel, a entidade política de organização superior que é o Estado deve ser entendida de uma forma totalitária: “Construit d’après un concept de la philosophie d’Hegel, l’Etat allemand est considéré comme une fin en soi et non plus comme le moyen d’assurer la liberté et le bonheur des citoyens.”²⁵³ No entanto, devido às distintas características socioculturais e políticas internas, deve-se necessariamente privilegiar o estudo da diferenciação da paisagem regional (*Landschaften*) o que permitirá configurar as divisões político-administrativas a implementar nesse espaço, ou seja delimitar as suas fronteiras internas. Como é uma entidade dotada de uma dinâmica própria, porque o seu território representa a luta da população pela conquista de um espaço, o seu expansionismo implica uma mobilidade das fronteiras em que o Estado mais fraco fica submetido a uma certa dependência económico-política podendo mesmo perder parte do seu território a favor do Estado mais forte.

Segundo este ponto de vista, podemos estabelecer um paralelismo histórico com a posição de Portugal face a Castela-Leão relativamente à influência e posterior integração da Galiza, tanto mais que a fronteira terrestre hispano-portuguesa é considerada para o geógrafo alemão supracitado, tal como para o seu compatriota Hermann Lautensach, como fracamente defensiva: “Por otra parte, se ha resentido siempre de su situación respecto de España, estado mucho mayor, del que sólo a trechos está separado por los abruptos valles de varios rios.”²⁵⁴ Essa mobilidade das fronteiras faz-se sempre pelas linhas de menor resistência, que são necessariamente aquelas onde os obstáculos naturais são menos significativos (bacias fluviais, vales e depressões) e se possível com menor densidade demográfica (ilhas e estepes). Se o expansionismo leva à constituição de super-Estados ou de Impérios, pode acontecer que as áreas periféricas se separem devido a uma diferenciação sociocultural, linguística ou étnica, dando origem a: “(...) estados marginales, como Portugal.”²⁵⁵ Estes últimos caracterizam-se por serem aqueles que estabelecem relações político-económicas preferenciais com outros Estados distantes, sejam eles continentais ou marítimos em vez de o fazerem com os países vizinhos.

²⁵², Otto Maull-Politische Geographie, Gebnidrer Borntraeger Berlin, 1925, XIV+ 742p, posteriormente reeditado e corrigido sob o título Geografia Política, Ediciones Ómega, S.A., Barcelona, 1960, 524 p que foi a edição por nós consultada.

²⁵³ E. Short, 1936, p. 162.

²⁵⁴ O. Maull, (1925), 1960, p. 364.

²⁵⁵ *Ibidem*, p. 50.

Se ao invés, o Estado regredir e vir o seu território ocupado, o desaparecimento nunca é completo porque fica presente na memória, nos usos e costumes da população, pois a nacionalidade, que não a própria Nação, podem sobreviver sem a existência de um Estado independente, que numa óptica nacionalista, foi o que sucedeu em Portugal embora numa gradação variável, durante a união das Coroas Ibéricas.

O conceito de Nação é eminentemente ratzeliano, pois está indissociavelmente relacionado com o Estado, definindo-se como uma porção da humanidade que em conjunto, por razões político-económicas e sociais determina fazer parte daquela entidade política; não obstante o conceito de Nacionalidade afasta-se muito dos postulados ratzelianos e apresenta-se muito mais próxima do possibilismo francês, ao enunciar que aquela resulta de uma manifestação conjunta do mesmo grupo de indivíduos que por terem os mesmos interesses culturais, religiosos, económicos e sociais se encontram inseridos numa mesma comunidade histórico-geográfica.

Sobre o caso dos dois países peninsulares, ou pelo menos das suas áreas periféricas (Portugal, Galiza, Catalinha, Andaluzia e País Basco) enquadram-se no que se considera Estados marítimos que é o caso daqueles países que não só detêm extensas porções de áreas litorais mas que também apresentam um estilo de vida específico e cujas peculiares características socioeconómicas, culturais e históricas foram projectadas na expansão marítima: “(...) tenemos un ejemplo de este hecho en la zona central de Portugal, con su magnífico puerto de Lisboa.”²⁵⁶ Efectivamente, a acentuada proximidade portuguesa do mar, está menos relacionada com a configuração do litoral que é quase rectilíneo o que não propicia a existência de bons portos marítimos, excepto em locais bem determinados, do que com a extensão desse mesmo litoral que determina que a fronteira terrestre e a fronteira marítima quase se igualem.

O estudo aprofundado da delimitação fronteiriça conduziu ao enunciado por parte dos geógrafos alemães, de uma série de postulados qualitativos baseados na sua extensão e configuração, da fronteira, como por exemplo o facto da relação entre o comprimento de uma linha recta traçada entre os dois pontos mais extremos de um Estado e a longitude da porção de fronteira entre esses locais nos indicar o grau de subdivisão dessa mesma fronteira ou, se quisermos, o seu quociente de pressão, como assinalam os geógrafos portugueses Mendes Corrêa, Oliveira Boléo, Santa Rita e Magalhães Basto, contemporâneos do geógrafo alemão supracitado que refere a relação de $\frac{1}{2}$ no caso da delimitação fronteiriça luso-espanhola.

²⁵⁶ *Ibidem*, p. 68.

Tal como J. Brunhes e C. Vallaux, o geógrafo O. Maull desvaloriza a delimitação político-administrativa expressa por uma linha ou divisão fronteiriça entre Estados, considerando como muito mais significativo o espaço territorial que corresponde à fronteira zonal entre Estados diferentes. Porém, ao contrário dos geógrafos franceses, não considera aquela como sendo característica exclusiva das fronteiras de tensão ou fronteiras vivas em que cada Estado tenta mostrar o seu poderio político-militar e económico, podendo muito bem ser uma área de aproximação em vez de separação entre Estados, embora com gradações variáveis. Nesta ordem de ideias, as fronteiras podem classificar-se como sendo fronteiras de confluência que são aquelas em que a zonalidade tende a desaparecer devido à expansão das actividades económicas ou à pressão demográfica, logo consideram-se naturalmente fronteiras vivas mas sem conflitos latentes, como por exemplo a fronteira franco-belga durante as décadas de 1920-1930. As denominadas fronteiras de separação são delimitadas em áreas povoadas que pertenciam a um único Estado que ficou amputado de parte do seu território.²⁵⁷

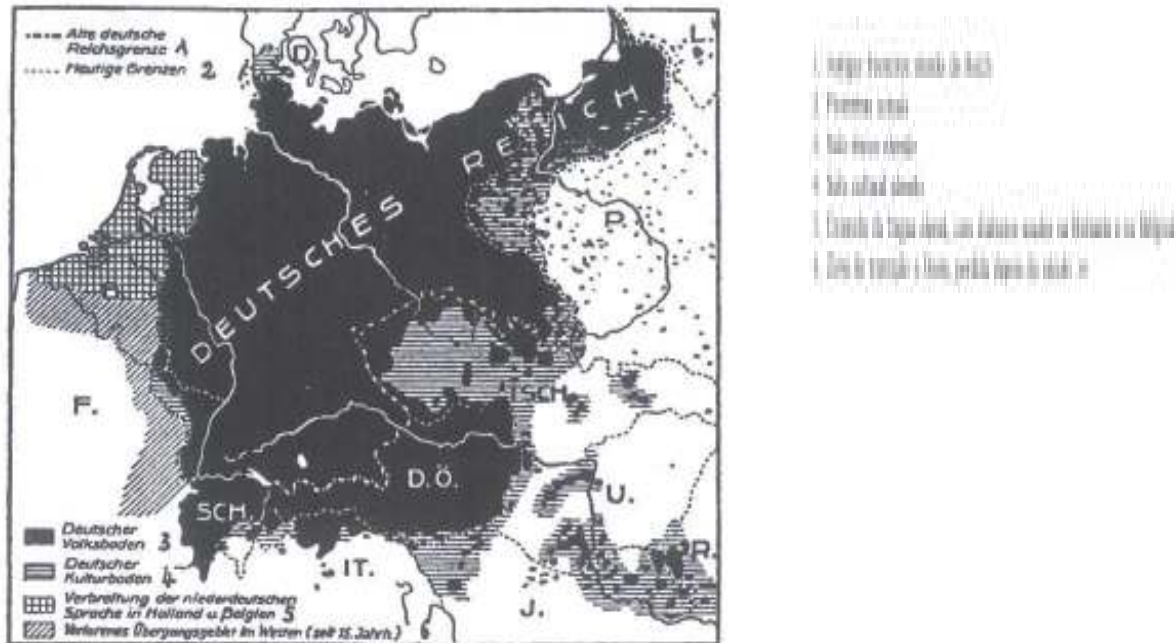
A agressiva teorização da *Geopolitik* nazi é no nosso entender, enblematicamente expressa por K. Haushofer (1927, 1933, 1934 e 1941) especialmente interessado em explicar a posição das potências insulares como a Inglaterra ou o Japão, no contexto internacional mas também a redefinição da Alemanha na conjuntura europeia do período entre as duas guerras mundiais. Estabelece a teoria segundo a qual as áreas de cultura alemã, possivelmente as mesmas determinadas por H. Lautensach, deveriam estar protegidas por uma fronteira militar (*Wehrgrenze*), por conseguinte de características zonais de modo a ficarem protegidas de qualquer agressão vinda do exterior (subentende-se serem tanto de temer os franco-ingleses como os soviéticos). Neste contexto, define as fronteiras zonais numa óptica ratzeliana à qual empresta um cunho militarista, como sendo de vulnerabilidade se associadas à defesa *versus* crescimento se relacionadas com a ofensiva (ataque). Serão determinadas não só por factores intrínsecos como sejam a pressão interna a nível económico-demográfico, mas também naturalmente pelas potencialidades militares do Estado em causa, bem como a agressividade *versus* passividade dos países vizinhos.

Esta fundamentação ou melhor, legitimação do expansionismo e irredentismo germânicos, também denota uma influência acentuada da então nascente *Geopolitik* alemã e das ideias do seu mentor Karl Haushofer, sobre o domínio da *Mitteleuropa* por parte dos povos de língua alemã num *Deutschtum* étnico-social e económico (Figura 1) como se denota na seguinte frase: "En el Este, las principales zonas de antagonismo son las regiones del Vistula y del curso medio del Danubio, campos

²⁵⁷ Fazendo uma aproximação ao caso português, podemos considerar deste teor os troços de fronteira de Tourém, Rubiães, Santiago ou a Contenda de Moura-Aroche-Encinasola, os Povos Promiscuos de Cambedo e Soutelinho da Raia.

de batalla entre el mundo germano y el mundo eslavo (...) Sin embargo, no abandona el pueblo alemán su ideal de constituir una gran Germania entre el Rin, el Visutla y el Danubio. La misma Naturaleza parece atribuir a la nación alemana la misión de reunir y agrupar los países de la Europa central; el cumplimiento de esta misión ha sido su gran obra histórica, de acuerdo con la Geografía y el sentimiento popular (...)."²⁵⁸

A Germanidade na Europa Central



St. 1 Das Deutschtum in Mitteleuropa

A germanidade na Europa Central

(Karl Haushofer, *Weltpolitik von heute*, 1934, in *Hérodote*, n.º 14-15, 1979)

Fonte: Phill

Figura 1

Estas directivas seriam tomadas à letra com a ascensão dos nazis ao Poder e com a teorização por parte da *Geopolitik* e posterior concretização pelo aparelho militar (O.K.W.) de uma política agressiva. Esta teria em vista a obtenção do *Volksraum* necessário à expansão do povo alemão cujo *Lebensraum*, ou seja o espaço vital adequado às suas necessidades geoeconómicas e demográficas, seria parcialmente conseguido através da integração no III Reich de países limítrofes de modo a abranger uma ampla área, demarcada pelas fronteiras naturais (a Ocidente o Sena e o Loire até aos Pirenéus e para Este até ao Volga e aos Montes Urais).

A condenação dos propósitos subjacentes à teorização da *Geopolitik* foi quase unânime entre os geógrafos franceses, mas mesmo estes, entre os quais se destaca Jacques Ancel, não deixaram de

²⁵⁸ A.Dix, 1929, pp. 135-136.

mostrar um certo interesse, puramente académico, pela influência da Geopolítica alemã nos acontecimentos internacionais, particularmente na modificação do traçado das fronteiras como resultado da Primeira Guerra Mundial e dos acordos político-diplomáticos que se lhe seguiram em anos subsequentes. Como se denota na obra *Géographie Politique de la Prusse Orientale. Conférences faits à la Bibliothèque Polonaise de Paris, 10 Mars de 1932* (1933), consequência de uma palestra proferida acerca dos problemas socioeconómicos transfronteiriços resultantes da separação entre a Prússia Oriental e a restante Alemanha devido ao «corredor de Dantzig», bem como o suporte teórico da *Geopolitik* de Haushofer e de outros geógrafos da Escola de Munique à militarização que já se anunciava no horizonte: “(...) la Geopolitik allemande-science neuve que se targe du titre de géographie, mais est surtout politique a edité de superbes atlas, les cartes des ressorts commerciaux et industriels des villes frontières.”²⁵⁹

Noutra obra muito mais desenvolvida, *Géopolitique* (1936), J. Ancel, teoriza sobre o problema ameaçador do expansionismo alemão que começava então a fazer perigar a paz na Europa, por isso não será de estranhar que um número apreciável de páginas seja dedicada a analisar criticamente a concepção teórica da Geopolítica alemã desde F.Ratzel até ao advento da *Geopolitik* de K.Haushofer e de todos os teóricos da Escola de Munique que considera ser essencialmente, uma (re)leitura das teorizações reatzelianas. A crítica que Jacques Ancel faz às concepções ratzelianas passa pelo facto de estas se fundamentarem num determinismo físico exacerbado que serviu de asserção ao nacionalismo político alemão, ao mesmo tempo que confunde o conceito de Estado com o de Nação, sem reparar que esta é a natureza espiritual daquele, sinónimo de organização do trabalho e de protecção da colectividade. Nesta ordem de ideias, a fronteira será produto do poder do Estado, determinado não pelo seu expansionismo político-militar mas antes consequência das características sócio-demográficas da nacionalidade.

Também critica R. Kjéllen pelas concepções Geopolíticas apresentadas nas obras *Grossmächte und die Weltkrise* (1921) e *Der Staat als Lebensform* (1924) em que o Estado é concebido como um organismo vivo dotado de fronteiras evolutivas. Refere que o Estado não pode ter uma componente espacial (*Raumwesen, Raumfaktor*) fundamentada em concepções ideológicas tendentes à agressividade, que se traduzam na identificação do que os dirigentes totalitários de um povo julgam ser o «espaço natural» pre-destinado ao expansionismo alemão (*Volkstumfaktor*).

²⁵⁹ J.Ancel, 1933, pp. 36-37.

A crítica à *Geopolitik* em geral, resulta do facto desta se fundamentar em conceitos teóricos mal assimilados e pouco concretos baseados na Geografia Histórica e na Cartografia temática expressamente elaborada para o efeito e que visa sobretudo objectivos propagandísticos. Como alternativa às conceptualizações teóricas da Geopolítica do nazismo, J. Ancel em *Geographie des Frontières* (1938), contrapõe os conceitos de Vidal de La Blache sobre a noção de fronteira, para quem esta não passa de uma entidade resultante da delimitação espacial imposta pelo próprio Homem na medida em que este se consciencialize de pertencer a uma unidade colectiva que é a Nação. Para o geógrafo francês, no início do século XX, a fronteira é um «estado de espírito», só existe na medida em que o Homem sinta necessidade da sua falta; por isso pode-se falar em «espírito de fronteira». No entanto, segundo J. Ancel, aquela é mais complexa do que julga Vidal de La Blache na sua última obra publicada em vida, *La France de l'Est* (1917). A fronteira é uma «isóbara política» ou seja, reporta-se às considerações de ordem geoestratégica resultante da diplomacia e da actuação do poder político-militar do Estado que equilibra as tensões entre as nacionalidades existentes nas áreas limítrofes de cada país.

Se existir uma sobreposição de interesses, entre estes dois elementos, isto é em que os «géneros de vida» se identificam, a consciência nacional fortalece-se, a Nação existe e pode mesmo prescindir do limite artificial que é a fronteira; o que ao geógrafo de Paris permitiu concluir que: “Il n’y a pas de problèmes des frontières. Il n’est que des problèmes de Nations.”²⁶⁰

O que no nosso entender se pode concluir, em relação à extensa análise que o geógrafo francês faz da classificação e evolução das fronteiras, é que já nas vésperas da Segunda Guerra Mundial, a Geopolítica franco-inglesa ou alemã tem cada vez mais um alvitre preponderante na validade do traçado fronteiriço entre os diversos países, seja naquelas cuja delimitação obedeceu a imperativos de ordem político-diplomáticos, à demarcação segundo barreiras naturais ou até à anexação resultante de conflitos militares. Por conseguinte, as concepções sobre a delimitação das fronteiras nesses finais dos anos trinta do século passado assentam em bases dinâmicas, o que denota na maioria dos geógrafos franceses uma patente influência neo-ratzeliana, e cuja tendência pouco teria a ver com a uniformização dos géneros de vida mas antes com o que se designa por “(...) le résultat d’un équilibre entre les forces vitales de deux peuples.”²⁶¹

No entanto, fica a interrogação de saber se as fronteiras entre Estados têm realmente razão de ser, isto é, se elas existem apenas na exacta medida em que servem os interesses políticos e não o das populações, porque estas quando acham mais conveniente e o podem fazer, ultrapassam as barreiras

²⁶⁰ *Idem*, 1938, p. 196.

²⁶¹ *Idem*, 1936, p. 55.

fronteiriças por razões de ordem económica ou social, deixando essa delimitação artificial de ter qualquer significado: “La frontière n’est jamais un cadre rigide: l’homme s’affarchait de la plus solide, s’accommode de la plus faible, quand il trouve, de part et d’autre, des raisons de s’unir et de travailler. C’est dans la vie interne des États qui se résolvent les problèmes de frontières.”²⁶² O que conduz, nesse conturbado período histórico entre as duas guerras mundiais a que as fronteiras raramente delimitem nacionalidades mas antes entidades políticas como os Estados, o que como se comprovou sobejamente poucos anos depois, foi um factor gerador da maior instabilidade que a Europa conheceu desde sempre.

Outras perspectivas igualmente críticas da *Geopolitik* alemã são-nos transmitidas por elementos da escola Anglo-Saxónica, particularmente por Richard Hartshorne em *Suggestions on the terminology of political boundaries* (1936) para quem a conceptualização de fronteira internacional correlaciona a heterogeneidade da paisagem cultural (*landscape*) às marcas indeléveis resultantes da delimitação da fronteira. Aqui reside quanto a nós, a originalidade do geógrafo inglês, em vez de se restringir aos aspectos eminentemente políticos, dá ênfase às transformações paisagísticas efectuadas como reflexo da interposição de culturas: a delimitação da fronteira pode ter sido efectuada antes da paisagem ter sido transformada (*antecedent boundary*); em simultâneo com a transformação paisagística (*pioneer boundary*) ou depois desse facto ter sucedido (*sobreposte boundary*). No entanto, os seus limites zonais (?) nem sempre são idênticos, e deixam impressões espacio-temporais gradativas na paisagem, que podem ser em simultâneo culturais e naturais (*consequent boundary*). Pode dar-se o caso de não ter limites caracterizados por um único tipo de paisagem (*discordant boundary*) ou até deixar apenas alguns vestígios esbatidos (*select boundary*) resultantes do abandono ou se quisermos, para empregar uma expressão clássica, da «morte» dessa fronteira.

Embora secundariamente, o geógrafo supracitado refere que uma característica inerente à própria concepção da heterogeneidade da paisagem cultural é a delimitação de fronteiras administrativas internas num país (*settlement frontiers*), que resultam da existência de barreiras naturais ou artificiais estabelecidas (por exemplo limites de portagem) e que podem por sua vez, contribuir ainda mais para acentuar as assimetrias paisagísticas e sobretudo as diferenciações socioeconómicas regionais num País.

Também o geógrafo norte-americano Nicholas Spykman em *Geography and Foreign Policy* (1938) refere que a fronteira é delimitada no local onde a pressão exercida por um Estado é neutralizada devido ao equilíbrio de forças entre países limítrofes, numa definição muito idêntica à

²⁶² *Ibidem*, p. 82.

apresentada pelos geógrafos europeus, particularmente J. Ancel, para quem o traçado das fronteiras como entidades maleáveis e moldáveis, resultam de um equilíbrio de forças que os geógrafos alemães e espanhóis e, posteriormente, os franceses denominam de «quociente de pressão» entre os Estados situados em lados opostos da fronteira.

Resta saber se os conceitos explicitados pelos diversos geógrafos da Europa Ocidental, particularmente franco-alemães, encontraram eco nas teorizações elaboradas pelos geógrafos ibéricos relativamente aos fundamentos histórico-geográficos acerca do surgimento expansão e posterior edestabilização da fronteira hispano-portuguesa bem assim como a legitimidade da individualização de Portugal na Península Ibérica. Neste caso, não poderíamos deixar de fazer referência a J. Vicens Vives na obra *España. Geopolítica del Estado y del Imperio* (1940), pois é entre os geógrafos civis, aquele que a nível ibérico mais se identifica com a concepção haushoferiana da mobilidade das fronteiras enquanto elemento delimitador do espaço vital: "(...) las fronteras, mecanismos complejos económicos, aduneros, culturales y estrategicos que concentran los recursos defensivos del estado."

263

Efectivamente, para o geógrafo catalão, as fronteiras são entidades políticas zonais instáveis porque demarcam a influência e o poderio político-militar do Estado, que como entidade expansionista pode abarcar no seu conjunto outros Estados e conseqüentemente diversas nacionalidades. Para além disso, a fronteira tem a missão transcendente de afirmar a vitalidade do Estado enquanto entidade orgânica e de proteger o seu território, tal como a membrana de uma célula, conceito onde é patente a influência da Geopolítica alemã: "El estado ha dicho el mismo Führer de Alemania no és más que una arma del pueblo; su coraza de protección; su espejo. Pero sólo es el pueblo, en su espacio vital, el miembro del plan eterno de la Creación divina."²⁶⁴ Considerámos nós que a única diferença significativa entre as doutrinas da *Geopolitik* e aquelas preconizadas pelo geógrafo catalão referem-se à importância que este último concede à «Geohistória», isto é, ao facto dos eventos históricos terem um papel preponderante na determinação dos factos político-geográficos actuais bem assim como o impacto das condições do Meio no desenrolar dos eventos histórico-políticos do passado e do presente.

Segundo Vicens-Vives, a existência de um desígnio comum que foi a Reconquista Cristã, efectuada em fases nem sempre coordenadas entre si, mas que exerceram uma indubitável pressão do centro e da periferia setentrional peninsular sobre as regiões do Sul, levaram a que as «fronteiras de tensão» fossem dotadas de mobilidade, mas inexoravelmente progredindo para Sul até ao desmoronamento do domínio, que não da civilização islâmica na Península ibérica. (Figuras 2 e 3)

²⁶³ J. Vicens-Vives, 1940, p. 40.

²⁶⁴ *Ibidem*, p. 21.

Cronologia da Reconquista cristã

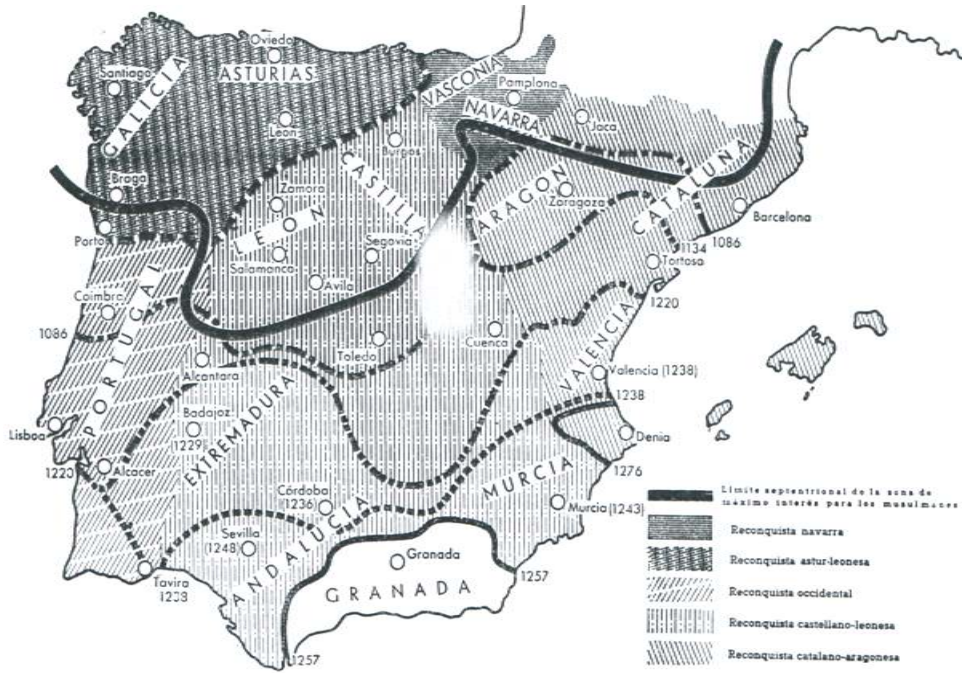


Figura 2

Fonte: Jaime Vicens-Vives- España: *Geopolítica del Estado y del Imperio*, Editorial Yunque, Barcelona, 1940, p

76

A geopolítica da Reconquista Cristã

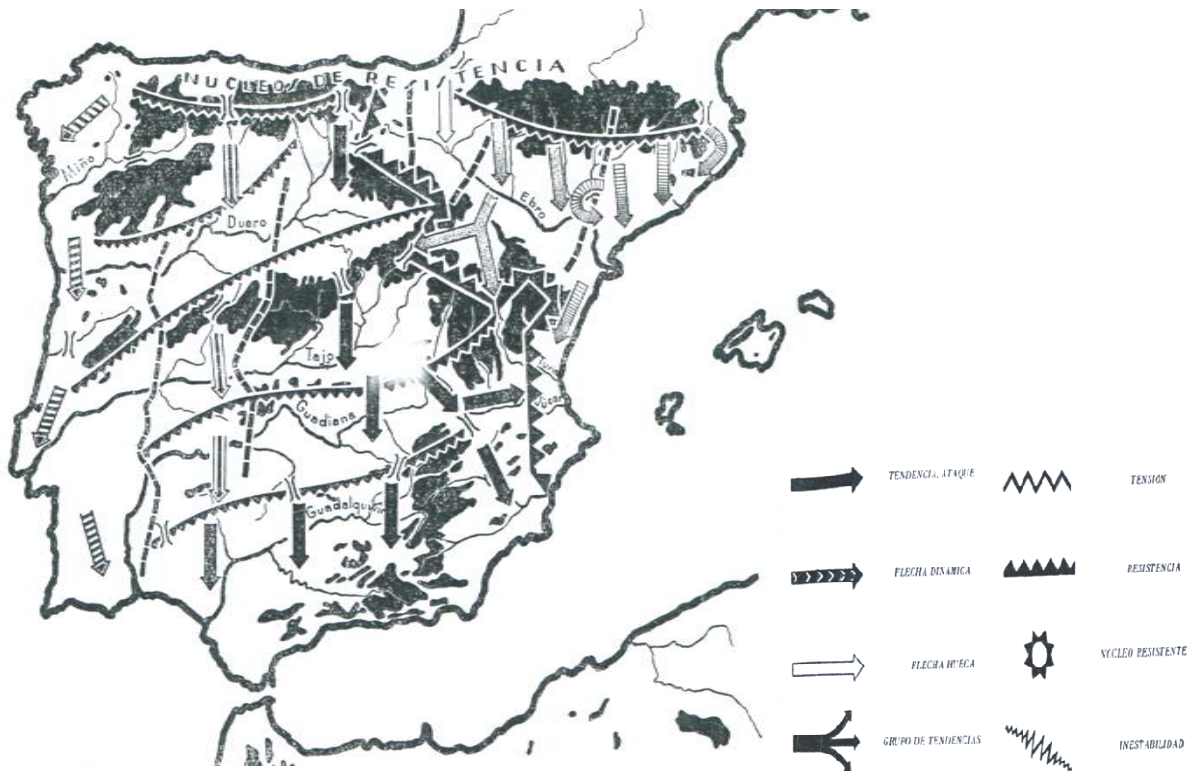
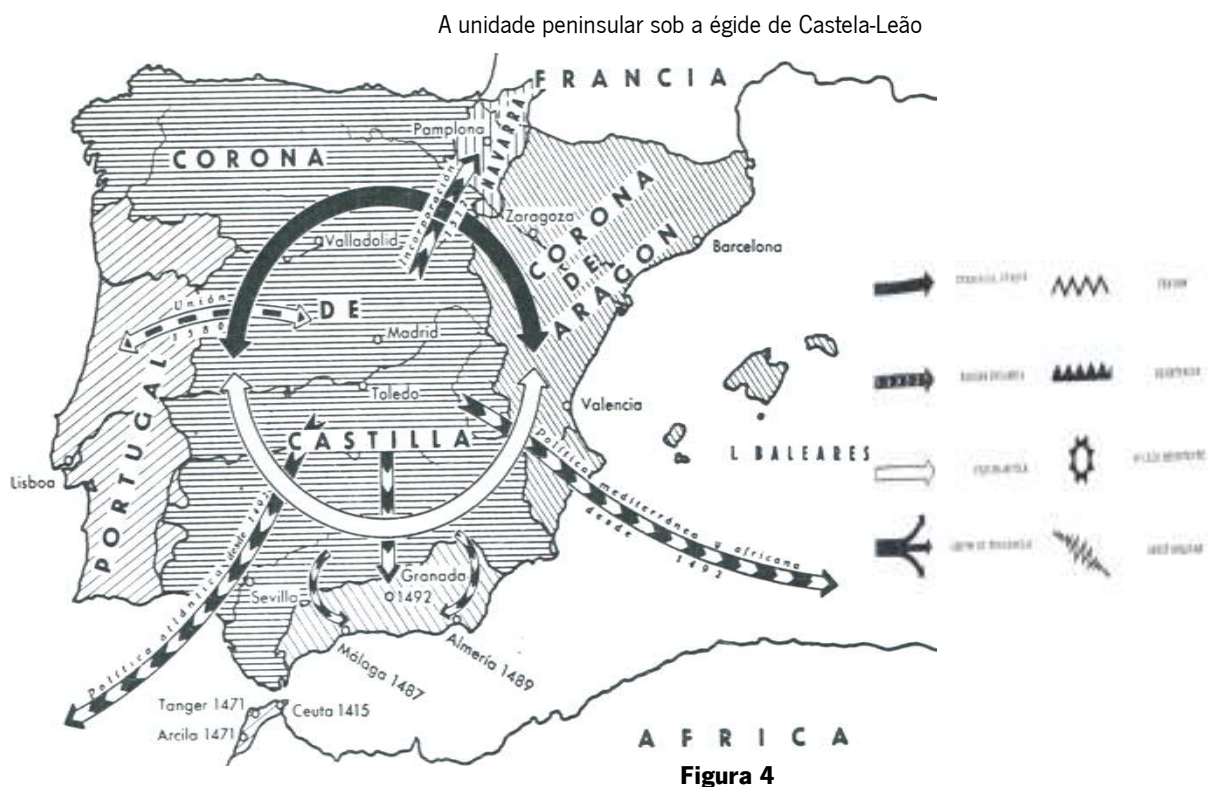


Figura 3

Fonte: Jaime Vicens-Vives- España: *Geopolítica del Estado y del Imperio*, Editorial Yunque, Barcelona, 1940, p. 74. (com adaptações nossas)

Nesse sentido, a Reconquista Cristã serviria de argumento «geohistórico», isto é, os acontecimentos históricos teriam como reflexo no suporte espacial legitimar a restauração da unidade peninsular: “Sólo así «el espíritu hispano pudo llegar a la completa realización de su destino histórico» a finales del siglo XVI, iniciándose la primera etapa de florecimiento de la Hispanidad en todo el mundo. Este sistema, agitado en sus profundidades por la efervescencia precapitalista y las tensiones que produce, se desequilibra con la ruptura de la unidad política peninsular.”²⁶⁵ O que não obstuou ao domínio do centro peninsular sobre as regiões periféricas e na fase final deste processo, à expansão ultramarina da Espanha que conduziu à formação de um extenso e vasto império colonial.²⁶⁶

Se a unidade peninsular não foi completa, teve pelo menos uma concretização quase total ao qual apenas escapou *contra natura* o Reino de Portugal, primeiramente mediante o expansionismo atlântico e a partir do século XVIII com a protecção inglesa a quem interessava obter os réditos económico-financeiros resultantes da exploração das (ainda) vastas possessões coloniais portuguesas (Figura 4).



Fonte: Jaime Vicens-Vives - España: *Geopolítica del Estado y del Imperio*, Editorial Yunque, Barcelona, 1940, p. 100.

²⁶⁵ *Ibidem*, p. 26.

²⁶⁶ No seu conjunto, abrangia a Península Ibérica, o litoral fronteiro marroquino e o Sul da península itálica. Teremos de lhe acrescentar a partir do século XVI, as vastas possessões espalhadas pela América do Sul, na Ásia do Sul e Sudeste Asiático que fizeram da Espanha a principal potência europeia nas primeiras décadas do século XVI sob o reinado dos Habsburgos, desde Carlos V até Filipe III mas cujo Império devido à sua extensão dificilmente poderia estar a salvo dos ataques de outras potências europeias, passado que foi o seu ciclo de apogeu. e que Fernand Braudel, possivelmente influenciado por Lucien Febvre a quem dedica a obra *La Méditerranée à l'Époque de Philippe II* (1949) designava por “«espaço geohistórico» da Mancha Mediterrânea.” Y. Lacoste, 2008, p. 49.

No geral, os geógrafos espanhóis supracitados ao longo desta Dissertação, particularmente J.Vicens-Vives, bem como alguns políticos de extrema-direita, retomam a ideia da unidade peninsular, baseando-se no argumento de que existe um passado histórico-político idêntico, a par de características antropológicas e geográficas que são semelhantes entre os países ibéricos, bem expresso numa extensa fronteira comum ao longo da qual, segundo também assinala L. Echeverría, se fazia grande parte do contrabando e da passagem da emigração clandestina com destino à América Latina, sinal que a fronteira em certos troços era necessariamente aberta e sem obstáculos físicos de monta, que mais une do que separa. Além do mais, no contexto internacional, a União Ibérica - resta saber se nos moldes de uma mais estrita cooperação entre ambos os países como defendia A. Sardinha ou numa anexação pura e simples como defendiam os falangistas de José António Primo de Rivera - só traria vantagens pois permitiria potencializar os recursos geoestratégicos – principalmente portuários do litoral atlântico com destaque para Lisboa e Lagos - mas também geoeconómicos de um vasto Império Colonial com o qual poderia a Península Ibérica enfileirar ao lado das grandes potências europeias como a Itália, a França a Inglaterra e a Alemanha.

Podemos inferir daqui o conceito de «fronteira histórica» que será quanto a nós, aquela cujo limite, seja natural ou político-administrativo, permanece ao longo dos tempos porque as contingências históricas assim o determinaram. Por sua vez, deverão ser estas as fronteiras mais estáveis, pelo facto de permanecerem durante períodos cronológicos mais ou menos prolongados e que conduzem à existência de comportamentos sócio-culturais tradicionalistas no sentido da estabilidade político-administrativa da estrutura do Estado. Neste sentido, a fronteira entre os países ibéricos, como entre outras regiões de Espanha, não encontram razão de ser, visto que no entender dos geógrafos espanhóis das primeiras décadas do século XX, e que nós próprios corroborámos, constituem uma mesma identidade supranacional, embora de realidades político-culturais distintas, que no seu todo se integram na Península Hispânica em que Castela-Leão, devido à sua preponderância linguística, cultural e política, assumiu desde cedo um protagonismo decisivo.

5-Análise geográfica da fronteira luso-espanhola

A concepção imagética da individualização de Portugal no contexto ibérico, pode contar ao longo das dezenas de anos a que se refere o período cronológico deste estudo, com o trabalho de investigadores ligados à ciência geográfica que foram construindo um *corpus* teórico suficientemente sólido para ser aceite quer pelos poderes políticos como pelos meios académicos. Podemos pois

considerar que a Geografia esteve (quase) sempre ao serviço da(s) ideologia(s) do Poder. Esta atitude não demonstra limitações científicas da relativamente restrita comunidade académica das universidades onde se ensinava Geografia, mas antes, a forma encontrada para que esta se afirmasse em face de outras ciências vizinhas como a Antropologia e a História. Resta saber se o discurso inverso também não é verdadeiro, ou seja, se a novel ciência geográfica - nova nos meios universitários portugueses - não terá influenciado também até certo ponto as opções do Poder político em matéria da promulgação das reformas da divisão administrativa do País²⁶⁷ ou mesmo nos convénios assinados com Espanha relativamente à ratificação e segurança dos limites fronteiriços.²⁶⁸

Podemos por conseguinte afirmar que, ainda hoje, esta separação entre os países ibéricos advém mais de aspectos pontuais relativos à diferenciação política entre os dois Estados do que propriamente a desacordos entre ambas as Nações, cuja índole se reporta mais à mentalidade integracionista do que à dualidade peninsular presente nas duas populações: “Los problemas de limites se inscriben en la misma lógica de la tensión entre Política e Nación, al ser explicados como meros problemas políticos insustanciales, incluso incapaces de alterar la pertenencia geográfico-histórica esencial que hermana a ambas naciones. Lo geográfico aparece así bajo dos dimensiones: a) como lo geográfico-político: problemas de frontera y demarcación y, como tales, insustanciales; b) como lo geográfico-histórico: problemas de personalidad nacional (marítimo, Portugal; terrestre, España [Castilla]), sustanciales. Si lo geográfico-histórico es del orden de la nación, lo geográfico-político es del orden del Estado.”²⁶⁹

Outro aspecto que gostaríamos de deixar claro, é que ao conceito de unidade do Estado português e de Nacionalidade surge quase sempre subjacente com óbvios propósitos geopolíticos, o de um Estado pluricontinental, repartido pelos «quatro cantos do Mundo» por «diferentes latitudes do Minho a Timor». Ao contrário do que se possa pensar, não foi uma invenção do Estado Novo mas dos colonialistas do século XIX - muitos deles membros da S.G.L.- com a diferença que o Estado Novo soube capitalizar com mais eficiência a seu favor a centralização administrativa das então colónias, depois transmutadas em províncias ultramarinas, com evidentes propósitos propagandísticos.

O primeiro aspecto de ordem geopolítica, é o de fazer valer a posição geoestratégica de Portugal no concerto das nações europeias entre os finais do século XIX e as primeiras décadas da centúria seguinte, valorizando a importância militar-estratégica dos territórios coloniais, numa época

²⁶⁷ Ver a este respeito os trabalhos de Amorim Girão publicados na revista *Biblos*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra entre 1927 e 1936.

²⁶⁸ Por exemplo os trabalhos de Magalhães Basto, J.Paiva Boléo, J.Gonçalo de Santa Rita; L. Schwalbach, Sérgio da Silva Pinto e do próprio Amorim Girão sobre a estabilidade da fronteira portuguesa. Mais pertinente ainda, a análise deste último geógrafo sobre os condicionalismos do Tratado de Amizade Peninsular (1940) e o posterior Pacto Ibérico (1942).

²⁶⁹, H.Cairo Carou; P.Godinho e X.Pereiro Peérez, 2009, pp. 107-108.

em que a França e sobretudo a Alemanha e a Inglaterra se degladiavam não só pela posse de novos territórios ultramarinos mas também pela delimitação de «esferas de influência» sobre as colónias de terceiros, de que Portugal é um exemplo sintomático, aproveitando e explorando habilmente as debilidades demográficas e político-económicas do nosso país. O que aliás foi repetidas vezes equacionado em alguns escritos de políticos mas também de geógrafos espanhóis.

O segundo aspecto, talvez até mais importante mas menos explícito, é a hiper-valorização da exploração das matérias-primas coloniais, recursos naturais que esses territórios encerravam num interior quase inexplorado e que são extremamente importantes, diríamos mesmo cruciais nesses primeiros decénios do século XX em que a Europa Ocidental e em parte a Europa Mediterrânea estão a atravessar uma fase de franco desenvolvimento industrial em pleno *take off* da segunda revolução industrial. Também não deixa de ser pertinente assinalar que as teorias geopolíticas em voga nos anos que precederam a Segunda Guerra Mundial ajudaram a difundir junto da opinião pública europeia ideias favoráveis ao irredentismo, haja em vista as políticas coloniais hispano-italianas no Norte de África, ao longo do Atlântico e do Mediterrâneo, francesas na África Central e Ocidental e sobretudo Alemãs, na África Ocidental e Oriental. Todas estas potências europeias competiam de um modo mais ou menos explícito com os propósitos coloniais portugueses, que deste modo dependiam ainda e cada vez mais do apoio político inglês para conseguirem um domínio, ainda que superficial, sobre os vastos territórios ultramarinos que (mal) dominavam e de que ainda mais insuficientemente exploravam as potencialidades.

5.1-O determinismo na autonomia geográfica de Portugal em Silva Telles

Neste contexto político–económico surgem as primeiras obras escritas pelo médico da Armada Portuguesa e com larga experiência colonial F. X. Silva Telles, cujo interesse por aqueles temas o levaram a estudos aprofundados de Geografia Física (sobretudo Climatologia) que o conduziram à docência da Geografia na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa onde foi o primeiro titular (1904). Como já referimos, a sua concepção sobre a autonomia política de Portugal *versus* a delimitação da fronteira entre os dois países ibéricos assume fundo interesse por se ter debruçado de uma forma inovadora sobre o tema.

Na sua primeira obra sobre o assunto,²⁷⁰ torna-se patente a influência das Escolas Anglo-Americana e Alemã de Geografia sobre a abordagem do problema, notando-se uma influência neo-ritteriana ao sistematizar e ordenar todos os elementos geográficos passíveis de contribuírem para a

²⁷⁰ F.Telles, 1908-c, pp. 1-55.

formação autonómica de Portugal em «compartimentos geográficos», mas dentro de um campo naturalista da geografia preconizada por W. Davis, em que se denota uma influência prevaiente e quanto a nós muito sobrevalorizada, dos elementos morfoclimáticos e hidrográficos sobre os demais. Tanto assim que, para além de se reportar apenas a autores anglo-alemães (Supan, Angot, Köpen, Davis, Köing, Penck, Fischer, Bartholomew e Herbertson), dá especial relevância à influência dos factores naturais indicados como determinantes na individualização geográfica e política da terra portuguesa.

Contudo, a influência ratzeliana é também muito acentuada ao indicar como causas determinantes para a independência de Portugal a sua posição geográfica (*Lage*), bem assim como as características físicas (*Raum*) de um litoral muito diferenciado e aberto em anfiteatro para o Oceano Atlântico, em oposição à continentalidade peninsular dominada por Castela, a par da individualização geomorfológica, mas não geológica de (quase) todo o território português face ao Maciço Ibérico castelhano: “(...) que se prolonga como se sabe, em toda a zona oriental e septentrional do continente português.”²⁷¹

Tal como outros autores de influência alemã (T. Fischer) ou espanhola (E. Hernández-Pacheco) insiste numa profunda unidade, muito embora com características geomorfológicas distintas, da parte central do Maciço Antigo: “O prolongamento em Portugal do systema Lusitano-Castelhano, no conjunto dos seus diversos ramos, forma uma immensa columna vertebral com caracteres morphologicos distinctos.”²⁷² Esse sistema estende-se desde a Serra de Guadarrama até à Serra da Estrela e é denominado «culminação ibérica», prolongando-se entre os dois países, sem evidentemente, ter em linha de conta quaisquer limites políticos (fronteiriços) definidos.

A importância da morfologia litoral e do clima oceânico, são determinantes tanto para Silva Telles como para E. Reclus, de quem sofre nítida influência. Para ambos, foi essa configuração da linha costeira que esteve na génese do nosso País ao moldarem no nosso entender, o «querer e o sentir das gentes» desde sempre em contacto com o mar: “Portugal no seu conjunto, apresenta, pelos seus caracteres geomorphológicos, o aspecto de um immenso amphitheatro irregular, de SO. para NE., com o sopé meridional demasiadamente vasto em relação à superficie hypsometrica principal. Esta constituição morphologica facilita a interpretação das suas redes hydrographicas, das grandes zonas de transito entre Portugal e a Espanha.”²⁷³

²⁷¹ *Ibidem*, p. 4.

²⁷² *Ibidem*, p. 11.

²⁷³ *Ibidem*, p. 5.

Por sua vez, as características da rede hidrográfica são factores importantes na génese da delimitação da fronteira portuguesa e da individualização do próprio território português: “É justamente nas vizinhanças da fronteira que os desnivelamentos oferecem sensíveis dificuldades á passagem das aguas. A direcção N.-S. do Douro, desde a montante de Miranda até Barca d’Alva; a mesma orientação meridiana do Águeda, affluente do Douro; do Erjes, affluente do Tejo; do Guadiana e do seu affluente Chanca traduzem flexões do solo e explicam, segundo diz Elisée Reclus, « (...) porquoy le Portugal, en se séparant de l’Espagne, a pris cette forme d’un quadrilatère régulier».”²⁷⁴ Considera contudo que aquela não é factor explicativo para a manutenção da independência portuguesa, pois apesar dos vales fluviais de penetração ao longo da fronteira ibérica serem estreitos e profundos, o que em si mesmo apresenta implicações geoestratégicas, pois constituem um sério obstáculo no caso de uma invasão por exércitos provenientes de Espanha, não são determinantes, uma vez que: “(...) as trouées são frequentes”²⁷⁵ originando uma fronteira «aberta» particularmente em certas áreas da Beira, do Alentejo e da Extremadura.

Também não descarta a componente Geopolítica relativa ao posicionamento de Portugal Continental que desde sempre condicionou o nosso país a um maior isolamento, o qual não teve alternativa senão voltar-se para o expansionismo marítimo. Refere a importância geoeconómica do porto de Lisboa e geoestratégica do litoral de Portugal Continental e dos Arquipélagos Atlânticos dos Açores, Madeira e Cabo Verde, dando realce ao domínio dos mares como factor decisivo para a afirmação geopolítica de um Estado face aos seus vizinhos, possivelmente influenciado pelas teorias de Camille Vallaux, e talvez A. Mahn e H. Mackinder, bem como de Moniz Barreto que advogava uma presença mais efectiva da frota mercantil e de guerra nos «corredores» marítimos entre Portugal Continental, os arquipélagos atlânticos (Macaronésia) e as colónias africanas continentais.

Posteriormente, em data imprecisa mas que se deve situar nos meados da década de 1920, a análise das unidades geográficas levou-o a considerar o regionalismo dentro da Península Ibérica e mais particularmente, a problemática da autonomia geográfica de Portugal, segundo as variáveis determinadas por C. Vallaux que considera como particularmente propícias à individualização de Estados as regiões que se aglutinam entre si mas num quadro de diferenciação geoeconómica, ou seja onde a heterogeneidade regional é acentuada. Na conferência «A Nossa Terra - Aptidões económicas» (1929) define claramente o seu pensamento acerca deste problema: “Examinado em conjunto, como um todo geográfico, reconhece-se que diverge consideravelmente das outras unidades regionais do

²⁷⁴ *Ibidem*, p.10.

²⁷⁵ *Ibidem*, p. 12. Esta designação é muito empregue por C. Vallaux e que em Geopolítica se refere às áreas dos colos montanhosos

corpo ibérico. Pelas suas feições fisiográficas e climáticas, Portugal diferente da Espanha pelas sua arquitectura, embora sete décimos do seu território sejam a continuação geológica do paiz visinho, pode ser dividido, a nosso ver, em quadros geográficos com transições fáceis de um a outro quadro.”

276

A influência da Escola Francesa de Geografia, não tanto no que diz respeito ao regionalismo mas mais à intervenção do Homem no Meio é bem patente, muito embora não o faça de um modo explícito referenciando autores, mas antes adaptando os seus conceitos à análise e estudo do exemplo português. Está nesse caso a relevância dada à posição geoestratégica e geoeconómica do porto de Lisboa e da configuração do seu litoral, no enquadramento das rotas marítimas entre a Europa e a América do Sul ou a África Ocidental, considerando tal como C. Vallaux e J. Brunhes a importância do domínio dos mares,²⁷⁷ verdadeiras «estradas de circulação» (também no conceito daqueles autores), bem como a existência e configuração de um litoral extenso, “(...) a fronteira marítima ocidental.”²⁷⁸

Ambos os aspectos, relacionados com a existência de uma extensa linha de costa, tornam-se vitais para a afirmação do nosso país no contexto internacional: “(...) pelas suas excellentes condições topographicas, e particularmente pelas qualidades excepçionaes do porto de Lisboa, Portugal está destinado a ser o principal caes de desembarque e de transito do movimento commercial e de passageiros entre a Europa e a América do Sul, América Central e Africa occidental e meridional (...) A parte do Atlântico que banha Portugal é, sem dúvida, a estrada de passagem mais concorrida para o Mediterrâneo, America do Sul, Africa, etc (...) É esta situação excepcionalíssima, criada pela conformação estructural da terra luso-espanhola, que oferece ao porto de Lisboa as vantagens estrategicas na luta commercial com os portos de Espanha.”²⁷⁹

Neste contexto, mesmo no início da publicação dos seus primeiros trabalhos de geografia, podemos sem receio aproximar Silva Telles de uma escola vidaliana com alguns laivos da influência ratzeliana, que considera as regiões diferenciadas do ponto geográfico e económico, tanto nos aspectos naturais como humanos, aquelas onde o encontro de culturas e a complementaridade de recursos constituem factores privilegiados para a formação de unidades políticas como são os Estados

²⁷⁶ L.Schwalbach; J. Santa-Rita; J.Magalhães, 1934, p. 253, transcrito parcialmente no que respeita ao discurso proferido pelo primeiro geógrafo mencionado, sob a forma de opúsculo, em L. Schwalbach, 1934, pp. 6-7.

²⁷⁷ Para J.Brunhes e C. Vallaux, os oceanos, constituíam a última barreira física que na realidade separava os Estados, mas mesmo assim colocam a hipótese de com os progressos tecnológicos a «fronteira marítima» se esbater cada vez mais, tornando-se os «Mares» meras estradas de circulação, querendo com isto significar que mantêm (ou ganham...) importância geoeconómica em detrimento da progressiva perda do significado geopolítico, opinião parcialmente já defendida por F.X. da Silva Telles vinte anos antes: “O Mediterrâneo é a estrada mais curta que liga o Atlântico ao Extremo-Oriente (oitocentos milhões de consumidores são servidos pela estrada do Mediterrâneo)” F.Telles, 1902, p 201; e posteriormente noutro artigo do mesmo autor: “A segurança do canal do Suez (...) é um cruzamento trágico das estradas mundiais” F.Telles, 1903-a, p. 151.

²⁷⁸ F.Telles, 1908-c, p. 13.

²⁷⁹ *Ibidem*, pp. 2-13.

enquadrados pela Nação, como refere o geógrafo luso-goês ²⁸⁰ ao reportar-se ao exemplo nacional: “Portugal constitui na Península, uma unidade geomorfológica. A sua forma rectangular, a distribuição dos seus degraus continentais, os caracteres das suas redes hidrográficas, os aspectos climáticos ao norte e sul do Tejo, imprimem ao nosso país uma feição especial que o torna diferente do resto da Península. Exceptuando a Galiza, que é um prolongamento geográfico do norte de Portugal e com este tem maior semelhança do que com as outras províncias espanholas, o continente português, embora geologicamente deva ser considerado uma parte da Península Ibérica, é no ponto de vista dos seus caracteres geomorfológicos, bem diverso do reino vizinho. É justamente esta autonomia geográfica que mais influiu na sua formação política, e em grande parte, para a expansão mundial que teve durante os séculos XV e XVI (...) torna-se absolutamente indispensável mostrar quais as relações de dependência entre os factores morfológicos, climáticos, biológicos e antro-po-sociais e, a propósito destes, indicar a distribuição de todas as manifestações da nossa vida colectiva.”²⁸¹

Outra obra do mesmo autor, coincide com a época em que foi nomeado Ministro de Instrução num dos últimos governo da Ditadura Nacional (Ministério Ivens Ferraz), e consiste num trabalho elaborado para a Exposição Ibero-Americana de Sevilha (1929) sobre as características geográficas de Portugal Continental.²⁸²

Fundamentalmente, segue a mesma linha metodológica da obra anterior elaborada vinte anos antes, porém com algumas diferenças significativas: a importância ainda mais acentuada da influência oceânica na formação de Portugal, tanto assim que refere existir mesmo uma dependência, quase um místico apelo do povo português em relação ao vasto Oceano Atlântico, que conferiu à Nação e ao Estado características únicas que denomina de “personalidade geográfica.”²⁸³ Concepção muito idêntica à da Geografia vidaliana, de *personalité géographique* se bem que aplicado numa escala de análise diferente.²⁸⁴

Paralelamente, menciona o facto dessa influência oceânica se sentir com maior ou menor intensidade em todos os recantos do continente português - conferindo uma característica única às diversas cambiantes do clima mediterrâneo - de tal forma que referencia a existência mesmo na raia

²⁸⁰ Também convirá referir a abordagem das ciências afins relacionadas com a Geografia como sejam a Climatologia, a Geomorfologia, a Hidrografia e, particularmente a Demografia nos seus trabalhos sobre Portugal. Também destaca a importância das actividades económicas, no que concerne à potencialização muito exagerada dos recursos mineiros e da ênfase, senão mesmo a apologia da imagem de um Portugal rural, que é aliás a metodologia seguida (quase) exactamente por Amorim Girão mais de trinta após a publicação desta obra no seu *Atlas de Portugal*...Será simples coincidência?

²⁸¹ O.Ribeiro, 1989-f, pp. 145-157.

²⁸² F.Telles, 1929, 95 p.

²⁸³ *Ibidem*, p. 7.

²⁸⁴ Enquanto para o geógrafo português o conceito refere-se ao País no seu conjunto, para os regionalistas franceses reporta-se antes às características individualizantes de uma região ou no máximo de um conjunto de regiões agrupadas segundo as suas similitudes naturais e humanas e não tanto a uma entidade de ordem política superior como o conjunto de todo o território nacional.

transmontana de um certo teor de humidade propício à existência de uma cobertura florestal perfeitamente distinta da do país vizinho. Existindo assim uma fronteira política que *grosso modo* coincide com a existência de uma diferenciação natural entre a Ibéria Húmida e a Ibéria Seca, conceito que T. Fischer, Dantin Cereceda e J. Brunhes já tinham defendido anteriormente: “Os ventos predominantes de oeste, com a sua acção benéfica, chegam até perto da sua fronteira”²⁸⁵ bem como: “(...) a todo o momento, o mar influi mais ou menos, em todas as estações, desde a linha de costa até á linha de fronteira.”²⁸⁶

A individualização de Portugal no contexto Ibérico, surge agora apresentada não tanto em função dos limites da fronteira mas antes da conjugação de «forças naturais», de acção centrípeta ou centrífuga, cuja actuação conjunta em maior ou menor escala imprimem um cunho característico às diversas regiões que na sua diversidade formam a unidade do território português. Esta hipótese teórica é muito semelhante àquela que sensivelmente na mesma altura Hermann Lautensach enunciava como factor individualizante de Portugal no contexto da massa continental ibérica: em vez de «forças naturais» chama-lhe o geógrafo alemão «linhas de força», de cariz mais geopolítico, acrescentando a componente humana, que Silva Telles não considera determinante, muito embora dê nesta obra (1929) mais realce do que na de 1908 às actividades económicas, como a indústria mas, particularmente, a agricultura e a pesca que considera como tradicionais do povo português e por isso mesmo expressão da sua identidade nacional.

A este propósito, defende pela primeira vez uma bem patente individualização geográfica (não geológica...) da Galiza em relação ao Minho português, provocada pelo alinhamento das cadeias montanhosas que originaram promontórios entre as rias, aspecto característico da morfologia litoral que também individualiza as duas áreas fronteiriças do noroeste peninsular: “Na passagem da terra galega para a terra minhota dá-se uma mutação teatral. Para além da fronteira, ao norte do rio Minho, observam-se costas de rias separadas por promontórios e franjadas de recifes (...) ao sul do mesmo rio, a costa é muito diversa, formando um contraste impressionante (...) a linha de contacto da terra com o Oceano é rectilínea, quási meridiana e discordante em relação às formações orogénicas.”²⁸⁷ No entanto, considera que apesar desta divisão natural entre ambas as regiões, não existe uma verdadeira individualização nos usos e costumes das populações situadas nas duas margens do rio Minho: “(...) tudo aproxima essas duas greis da Península.”²⁸⁸

²⁸⁵ F.Telles, 1929, p. 56.

²⁸⁶ *Ibidem*, p. 87.

²⁸⁷ *Ibidem*, p. 50.

²⁸⁸ *Ibidem*, p. 42.

A particularidade que melhor define esta obra de Silva Telles e que no nosso entender, francamente a distingue da anterior, é sem dúvida o destaque dado à «delimitação da fronteira interna do País» ou seja à compartimentação regional do continente português segundo os cambiantes naturais já enunciados: clima, relevo, revestimento florestal e hidrografia.²⁸⁹ Assim constata que Portugal não constitui uma região geográfica integral, que segundo a classificação de C. Vallaux se atribui àquelas regiões em que a sua uniformização permite que haja uma coincidência estreita entre os limites administrativos e as características naturais, conduzindo à sua perfeita individualização como Estados face aos países vizinhos. Ora, como isso não sucede para o conjunto do território português, em que se podem individualizar «compartimentos geográficos» distintos, há que constatar na sua diversidade o denominador comum que contribui para a unidade nacional.

Saliente-se o facto de que na delimitação das regiões portuguesas, Silva Telles considerar, como Oliveira Martins e Leite de Vasconcelos a divisão do Noroeste em duas regiões separadas pelo vale do Ave: “A conformação orográfica deste compartimento permite uma divisão em Minho Alto, que se estende a leste do vale sinuoso que indicamos, e Minho Baixo, a oeste do mesmo vale, e vai até ao Oceano.”²⁹⁰ Outra particularidade reside no facto de mencionar, tal como Amorim Girão e Leite de Vasconcelos, a vasta região da Beira como polimórfica e de transição entre o Norte e o Sul do País, cujo limite é feito sensivelmente pelo Rio Tejo, implicando um extenso prolongamento da Beira para ocidente e para Sul, por aquilo que passa a designar por: “(...) beira alentejana e (...) beira estremenha.”²⁹¹

Em suma, a caracterização das diferentes regiões do continente português é feita com dois propósitos bem definidos: de contribuir não só para a (nova) delimitação regional do País mas também como forma de indicar as diferentes potencialidades de cada uma delas e, assim, justificar a independência económica como corolário da autonomia geográfica e política no quadro peninsular: “Tanto as suas feições morfo-altimétricas como climáticas, associadas às condições topográficas e de latitude, contribuem para uma espécie de parcelamento sub-regional, a que damos a designação de compartimentos e que se subdividem em quadros, que de um para outro mostram transcrições do

²⁸⁹ Destaca-se a premência deste assunto numa época em que se discutia a autonomia dos municípios (Congresso dos Municípios em 1922) e sobretudo se adivinhava já no horizonte a promulgação de uma nova lei orgânica (que veio a ser a Constituição de 1933) que necessariamente iria alterar as divisões administrativas até então vigentes e que datavam da Primeira República (1911). O geógrafo, A. Amorim Girão, desenvolve na mesma época estudos pormenorizados sobre o assunto, sendo que as suas ideias foram parcialmente adoptadas pelo novo regime na reforma do código administrativo (1936), ao contrário de Silva Telles que vai permanecer (quase) ignorado durante dezenas de anos.

²⁹⁰ F. Telles, 1929, p. 25.

²⁹¹ *Ibidem*, p. 34.

manto vegetal. Isto significa que a variedade das aptidões da terra portuguesa é função desse parcelamento sub-regional.”²⁹²

No que concerne à individualização de Portugal, denota-se uma elaboração teórica mais pormenorizada. Para o autor citado, a formação e individualidade histórica de Portugal enquanto Estado *versus* Nação independente está envolta num conceito determinista acentuado porque as considera dependentes do polimorfismo geográfico observado não só nos contrastes da paisagem portuguesa mas também na especificidade da fronteira hispano-portuguesa. Ao contrário de Oliveira Boléo, o geógrafo de Lisboa não quis apenas aplicar a teoria de C. Vallaux e J. Brunhes acerca dos contrastes de regiões polimórficas como aquelas mais propícias à formação de Estados, estamos em crer que a ideia do autor visava mais do que isso: por um lado será, de facto, mostrar como as características naturais, a «aptidão da terra portuguesa» condicionou a evolução político-histórica porque na sua heterogeneidade foi sempre especialmente favorável à eclosão daquela entidade política, o Estado. No entanto, foram estes mesmos condicionalismos que estiveram na origem da formação de um vasto império colonial que dilatou as fronteiras terrestres e sobretudo marítimas para além do rectângulo ibérico, permitindo que Portugal adquirisse uma «personalidade geopolítica» única na Europa.²⁹³

Sabe-se que o geógrafo Silva Telles, teria em mente desenvolver mais este tema da autonomia geográfica de Portugal, a que certamente não iria faltar uma teorização pormenorizada sobre as características da formação e da delimitação fronteiriça luso-espanhola, para a qual chegou a coligir diversos apontamentos: “Pena foi que a morte houvesse impedido a terminação dum trabalho em que o mestre da faculdade de Letras de Lisboa desenvolvia o tema da «Autonomia geográfica de Portugal».”²⁹⁴ Reportando-se a esta última obra do Mestre, o seu discípulo Orlando Ribeiro, refere que era precisamente nessa temática que trabalhava antes de falecer: “O seu conceito de autonomia geográfica de Portugal a que voltaria no fim da vida numa obra que já não pode concluir.”²⁹⁵

5.2 –Anselmo Ferraz de Carvalho: a divisão geomorfológica peninsular

O geólogo A. Ferraz de Carvalho, que após a reformulação dos estudos universitários em Coimbra (1911-1912) transitou da Faculdade de Filosofia para a de Ciências, foi de imediato convidado como professor para a Faculdade de Letras, onde inaugurou os estudos geográficos. Poderemos dizer

²⁹² *Ibidem*, p. 41.

²⁹³ No quadro do contexto dos finais da 1ª República e da Ditadura Nacional considerava-se que a Metrópole e as Colónias fazem parte de uma mesma entidade política, muito embora estas últimas estivessem dotadas de uma certa autonomia.

²⁹⁴ L. Scwalbach, 1934, p. 7.

²⁹⁵ O. Ribeiro, 1989f, p. 145.

que ao longo da sua não muito extensa produção científica, situando-se quase toda ela entre as décadas de 1920-1950, é notória a preponderância pelos temas de Geografia Física, o que não é de admirar dada a formação científica do autor.

A influência determinista em A. Ferraz de Carvalho, está directamente relacionada não só com a sua própria formação científica, em cujo objecto de estudo assumem particular destaque as forças epirogénicas e tectónicas do meio, como também a própria epistemologia subjacente à concepção geográfica dos escritos do seu colega F. X. Silva Telles da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Ao invés deste, não centra as suas atenções quase exclusivamente nas Escolas Anglo-Saxónica, Norte-Americana e Alemã de Geografia, revelando alguma influência do possibilismo da Escola Francesa, não tanto no seu pendor regionalista mas mais na relevância dada à actuação do Homem como elemento determinante na transformação da paisagem terrestre e por isso mesmo, agente importante na transformação do meio natural.²⁹⁶

O conceito de fronteira para Ferraz de Carvalho permanece praticamente imutável durante os vinte anos em que o vai expondo nos artigos e obras que publica, muito embora lhe dê mais relevância entre os finais da década de 1920 e inícios da década seguinte, particularmente na obra, *Geografía Universal - Descripción Moderna del Mundo, España y Portugal, Tomo III* (1930). Desde então esse interesse decresce notavelmente e só em finais da década de 1940 é que volta a focar o assunto em questão, mas apresentando-o de uma forma resumida e secundária relativamente à geomorfologia portuguesa.

Em que consiste esse conceito? Na constatação de que Portugal no quadro ibérico é mais uma entidade do que uma individualidade geográfica, ou seja, se alguns factores naturais como o prolongamento do Maciço Antigo por toda a área central da Península Ibérica tendem a considerar os dois países como um único bloco geográfico, outros há, que tendem a individualizar Portugal em relação ao País vizinho. Entre estes, sobressaem a navegabilidade dos rios ibéricos quase exclusivamente no seu troço português, e a existência de um litoral recortado que abriu desde sempre o País ao contacto com o Oceano Atlântico, permitindo em simultâneo um intercâmbio com povos estrangeiros ao mesmo tempo que se constituía como uma «muralha protectora» da influência continental de Castela-Leão, da qual se isolava progressivamente: “(...) duas características geográficas importantíssimas ele apresenta para a formação de uma nacionalidade; tem extenso e perfeito contacto com o mar, é um território marítimo; é destacável do resto da Península, não tendo

²⁹⁶ Esta posição resulta do particular interesse que lhe suscitavam os escritos do seu discípulo Amorim Girão, que a partir de meados de 1920 e com destaque para as duas décadas subsequentes, vai reforçando a sua preponderância no Curso de Ciências Histórico-Geográficas, mercê da notoriedade da bibliografia publicada e até da sua identificação com o novo regime político então emergente, sobre o qual diga-se de passagem, A. Ferraz de Carvalho se manifestou prudente sem tomar posições políticas notórias.

que dar servidões para o mar a povos também servidos de portos ou que através do território português não têm abertas largas e cómodas passagens. Os nossos grandes rios servem-nos mas não servem o resto da Península.”²⁹⁷

Também constata que de uma forma geral, existe uma correlação entre a pluviosidade e a ocupação humana: a pluviosidade mais acentuada em Portugal continental corresponde também a uma densidade populacional mas elevada do que no País vizinho. Esta confluência dos factores naturais, particularmente da oceanicidade/morfologia litoral que permitem uma maior influência climática oceânica no território português tinham sido já expressos anteriormente por estrangeiros como Elisée Reclus,²⁹⁸ Dantin Cereceda e ²⁹⁹ pelo lado português por Silva Telles em duas obras já mencionadas anteriormente.³⁰⁰ Enquanto a maior navegabilidade dos rios ibéricos na sua secção terminal também foi abordada décadas antes por Oliveira Martins,³⁰¹ bem como Silva Telles nas obras supracitadas e por Mendes Corrêa alguns anos mais tarde.³⁰²

O que verdadeiramente afasta Ferraz de Carvalho dos referidos autores é admitir a importância, não diríamos preponderante, mas pelo menos determinante, da influência dos factores humanos na génese e individualização de Portugal e conseqüentemente na identificação de uma fronteira ibérica comum. Tal como Amorim Girão e Damião Peres, considera que a génese do país resultou antes de mais da actuação colectiva da população, o que pressupõe a existência do conceito de Nação (no sentido de uma pré-nacionalidade) antes da formação do Estado como refere numa célebre conferência: “No período de formação, pelo mar vieram povoadores do norte; bem cedo por ele se estabeleceram relações de toda a ordem entre Portugal e os povos setentrionais. Talhado na Península o território nacional em paralelismo com os povos irmãos na reconquista, o povo português mantém-no com os limites que as lutas impunham, pouco se preocupando com os aspectos geográficos: até o Cave, até o Águeda, apoiando-se no Guadiana ou ultrapassando-o, as fronteiras fixaram-se.”³⁰³

A fronteira, será assim, uma entidade essencialmente política: “No fué por alineaciones montañosas por las que se fijaron las fronteras entre Portugal y España (...) no son trozos de ríos importantes los que separan las dos naciones hermanas. Por el contrario, las principales cordilleras portuguesas son prolongación de cordilleras españolas, y los ríos mayores de Portugal, bajando de

²⁹⁷ A.Carvalho, 1930-a, p. 1.

²⁹⁸ E.Reclus, 1887, 1012 p.

²⁹⁹ J.Dantin Cereceda, 1912, pp. 131-132, 187.

³⁰⁰ F.Telles, 1908-c, pp. 2-13; F.Telles, 1929, 95 p.

³⁰¹ J.Martins, 1923 (1ª edição 1879), 368 p.

³⁰² A.Corrêa, 1919, 181 p, *Idem*, 1938, 74 p.

³⁰³ A.Carvalho, 1930-a p. 1.

España, solo en una parte reducida de su curso sirven de limites.”³⁰⁴ Poderemos questionar se o geógrafo português teria em mente apenas a delimitação de uma fronteira linear, artificial, resultante da acção guerreira? Presumimos que não, porque os aspectos naturais também contribuíram para essa demarcação, apesar da Reconquista Cristã feita ao longo das bacias hidrográficas, ter contribuído para a sua partição pelos dois países peninsulares, como sucedeu com o Guadiana na fronteira do Alentejo e do Algarve respectivamente com a Extremadura e a Andaluzi : “Por el N. y E., los limites del nuevo Estado diferían de los actuales: el Côa era rio fronterzo, siendo conquistadas, en 1296, las tierras comprendidas entre él y el río Agueda. Al S., la frontera variaba por las vicisitudes de la lucha contra los moros; por ella el reino fue aumentando definitivamente con todo el territorio al N. del Tajo, después de las conquistas de Santarem y de Lisboa por D. Alfonso Henriques (1147). En 1267, por el convenio de Badajoz, es reconocida la posesión portuguesa del Algarbe, la cual completó el territorio nacional en el continente europeo.”³⁰⁵

Neste caso, o rio Guadiana constituirá, segundo a classificação de C. Vallaux, uma ténue fronteira natural, que terá sido durante a Reconquista Cristã sem obstar a que nas diversas disputas territoriais pelo menos até ao século XIV, se tenha caracterizado por ser uma pontual fronteira de tensão: “Ce sont les frontières des luttes et des guerres; celles-ci s’y trouvent toujours en puissance, même quand n’éclatent pas.”³⁰⁶ Primeiramente entre Portugal e os vizinhos reinos de taifas da Andaluzia Ocidental e posteriormente entre o nosso País e Castela. Também não cremos que se possa considerar como uma verdadeira fronteira estratégica, excepto no que concerne ao Sudeste algarvio, haja em vista o fraco caudal de estiagem do Rio Guadiana ao longo do seu percurso de fronteira, apenas nos meses mais pluviosos de Outono e Inverno constituiria uma barreira eficaz.

O académico Ferraz de Carvalho transpõe assim para o caso português a classificação das fronteiras de C. Vallaux e J. Brunhes, os geógrafos franceses mais conceituados e mais citados na época sobre assuntos de Geografia Política: “Le développement des Etats concorde avec le développement de leurs frontières (...) Aucune frontière n’est une simple ligne de démarcation (...) En Europe, la frontière finit par se préciser en une ligne qui n’est point arbitraire, et qui est un produit du déterminisme géographique et historique.”³⁰⁷

Podemos pois dizer que a área de delimitação da raia fronteiriça é para Ferraz de Carvalho resultante de factos histórico-políticos, ressaltando alguns trechos em que pode ser considerada

³⁰⁴ *Idem*, 1930-b, p. 522.

³⁰⁵ *Ibidem*, p. 561.

³⁰⁶ J. Brunhes, C. Vallaux, 1921, p. 349.

³⁰⁷ *Ibidem*, p. 337.

essencialmente fluvial, como poucos anos depois clarificará Orlando Ribeiro.³⁰⁸ Sob o aspecto da Geografia Humana, terá sido uma fronteira de tensão que se estabilizou, tornando-se a pouco e pouco uma fronteira morta: “Si le courant se détourne des régions que traverse la frontière de tension, celle-ci se détend, sa densité diminue, et la ligne de démarcation, même défectueuse, s’immobilise pour une longue période au tracé où les derniers mouvements l’ont fixée. Souvent, des frontières de cet ordre continuent à osciller avec une moindre amplitude et selon un rythme ralenti; dans ce cas, elles vivent encore, mais il arrive aussi que toute trace d’activité disparaît: nous n’avons plus alors qu’une frontière morte.”³⁰⁹

Em casos pontuais pode no nosso entender, ser considerada uma «fronteira esboçada» devido à falta de dinamismo económico, como o atesta a quase ausência de povoações fronteiriças, indicadora de uma menor densidade populacional em ambos os lados da «raia seca» como sucede em alguns casos pontuais da extrema de Trás-os-Montes, de Leão, da Beira Interior, do Alentejo e da vizinha Extremadura: “Une étude comparée montre que la densité de frontière est toujours en rapport avec les deux grands faits de base de la géographie politique, la densité du peuplement et la valeur du sol occupé. Plus les populations de la région traversée pour la zone frontière sont nombreuses, plus l’activité et les ressources économiques y sont grandes, et plus la frontière est dense.”³¹⁰

Parece-nos pois, que se poderá aplicar a Silva Telles, Theobald Fischer e embora de uma forma menos determinante, a Ferraz de Carvalho as seguintes palavras da autoria de J. Boléo que concluiu o seguinte: “«A história política tem, pois de acomodar-se às condições do seu ambiente físico, deve obedecer às condições naturais que darão ao seu povo e ao Estado uma direcção e evolução política» (Luigi di Marchi).”³¹¹

5.3- Magalhães Basto: a fronteira como resultante da diferenciação das nacionalidades.

Na década de 1920, foram vários os geógrafos europeus, entre os quais os portugueses não foram excepção, que em face das mudanças geopolíticas verificadas na Europa após a Primeira Guerra Mundial e os Tratados da Conferência de Paz baseados no princípio do respeito pelas nacionalidades (étnicas, linguísticas ou religiosas), tentaram explicar essas alterações à luz das teorias de F. Ratzel, C. Vallaux e J. Brunhes sobre o conseqüente nascimento e evolução de novos países bem como as implicações resultantes do redesenhar das fronteiras internas do velho continente. Os geógrafos

³⁰⁸ O.Ribeiro, 1939-c, 22 p.

³⁰⁹ J.Brunhes; C.Vallaux, 1921, pp. 352-353.

³¹⁰ *Ibidem*, p. 350.

³¹¹ J.Boléo, 1935, p. 109.

nacionais que teceram considerandos sobre o assunto, fizeram-no em obras cujo rigor e pormenor é muito variável, senão mesmo discutível. Mesmo assim podemos destacar da autoria de Artur de Magalhães Basto, *O Princípio das Nacionalidades e a sua Aplicação Prática*, Porto, (1920); *A fronteira Hispano-Portuguesa (Ensaio de geografia Política)*, redigido no Porto mas publicado em Coimbra (1923).³¹²

Analisando mais pormenorizadamente o opúsculo de Magalhães Basto, *O Princípio das Nacionalidades e a sua Aplicação Prática* (um artigo da revista *A Águia* publicado em 1920). Reporta-se o autor à impossibilidade de fazer coincidir todas as nacionalidades com as novas delimitações geográficas das fronteiras entre os diversos Estados após o desmembramento dos Impérios Centrais.³¹³ Assim o autor, não deixa de mencionar o cepticismo dos Acordos de Paz conseguirem respeitar a premissa de que a cada Estado deve corresponder uma única Nacionalidade, isto porque a delimitação entre os diversos países foi feita tendo como base não só as fronteiras naturais, conceito que se poderia ajustar ao megalostatismo ratzeliano (por exemplo com a Europa dividida em Impérios), mas antes baseada nas concepções de J. Brunhes, C. Vallaux e de A. Demangeon, em que cada comunidade de interesses linguísticos, étnicos e religiosos deveria ficar harmoniosamente integrada segundo as suas afinidades nos diversos (novos) Estados europeus surgidos no pós-Primeira Guerra Mundial.

Contudo, o autor levanta uma série de interrogações de ordem geopolítica: por um lado, as fronteiras naturais não se ajustam aos limites administrativos dos países, não só pela inexistência de limites naturais, como a mesma comunidade nacional pode ficar separada por uma fronteira natural que não corresponde a uma fronteira linguística ou étnica.

Por sua vez, Magalhães Basto levanta considerações de ordem geoeconómica: os actuais limites entre os diversos Estados europeus, na sua maioria artificiais, podem separar territórios cujos recursos tornem inviável a existência de alguns países, outrora prósperos e poderosos mas a que agora falta complementaridade económica entre as diversas regiões de que foram amputados (estamos nós

³¹² Publica uma terceira obra, de pequeno fôlego, intitulada *Reivindicações da Ciência Geográfica*, que é um extracto do fasc II, vol III dos Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, publicada em 1926, e reporta-se à originalidade e pioneirismo hispano-português porque feito com bases científicas, das explorações geográficas do Globo, onde se denota um forte pendor de nacionalismo ibérico: "O Prof sr. Echeverria tinha actualizado o trabalho de Krestschmer e prestado uma homenagem à verdade e à justiça se fizesse salientar por qualquer forma, em notas ou em prólogo, a parte que cabe a Portugal e ao seu próprio país, a Espanha, mais do que a quaisquer outros povos, nos progressos da geografia e consequentemente nos progressos da civilização em geral." A.Basto, 1926, p 5.

Apenas se torna digna de menção pelo facto de mostrar que o supracitado autor conhece o que de mais recente se publica em Espanha sobre a História da Geografia e mesmo sobre a Geografia Política, ao fazer menção aos geógrafos Dantín Cereceda e Martín Echeverria e à colecção Labor (Barcelona) onde se publicaram nas primeiras décadas do século XX as obras de geografia política elaboradas por espanhóis ou traduzidas do alemão por estes. Justamente, sobre os trabalhos publicados pelos geógrafos alemães, também o geógrafo português demonstra ter um conhecimento bastante pormenorizado, ao citar e comentar os títulos originais com a respectiva tradução portuguesa.

³¹³ Recordemos que o Princípio das Nacionalidades foi porventura o mais discutido dos «catorze pontos» do Presidente Wilson para a constituição de uma Europa após a I Guerra Mundial enquadrada por uma organização supra-nacional que acabou por ser a Sociedade das Nações.

em crer que o autor se referia, embora não o mencione explicitamente, aos novos países resultantes do espartilhamento do Império Austro-Húngaro). Inversamente, considera que existem alguns Estados europeus demasiadamente extensos, o que se pode ser uma vantagem em termos geoeconómicos, pode tornar-se um risco em termos geopolíticos pelo facto de manter dentro das mesmas fronteiras diversas etnias ou nacionalidades que podem originar futuros conflitos.³¹⁴

Na obra do autor em estudo, o princípio do respeito pelas nacionalidades é que dá coesão a cada Estado, sendo este delimitado por uma fronteira homogénea, onde prespasmam para além dos critérios linguísticos, étnicos e religiosos, factos históricos e políticos de uma identidade comum que se baseia na Nação. A identidade histórica bem como a comunidade de interesses entre a população que constitui uma Nação é que permitirá ao País garantir a sua estabilidade economico-política e consequentemente ocupar um lugar cimeiro entre as nações europeias. Certamente estaria a referir-se, embora de um modo não explícito, à «manifesta superioridade» de exemplos como o «estranho caso português», uma «velha» Nação com fronteiras definidas desde a Baixa Idade Média e com uma identidade comum que permitiu a realização da expansão marítima e a formação de um vasto império colonial.³¹⁵

Isto porque a delimitação fronteiriça entre os Estados resultaria de múltiplos aspectos como a geomorfologia, a raça, a língua, a religião, os usos e costumes que contudo não são suficientes para a individualização das nacionalidades porque aqueles não são demarcados apenas segundo estes princípios (citando como exemplos a Suíça, a Húngria, a Holanda, a Jugoslávia e a Polónia) e mesmo que os houvesse, o expansionismo geoeconómico dos Estados tenderia para o megalostatismo. Surge assim extrapolado não tanto o conceito neo-ratzeliano da importância das fronteiras naturais mas o da dificuldade na delimitação das fronteiras o qual não se limita apenas a aspectos naturais mas também à diversidade dos factores humanos, tal como sublinham Camille Vallaux, Vidal de La Blache e J. Brunhes: “(...) é preciso entrar em conta com a liberdade e a actividade psíquica do homem. E. C. Vallaux em *Le Sol et L’Etat*, salienta a adaptação activa das sociedades humanas como resultado da reacção da vontade do homem sobre o quadro geográfico. Mesmo que uma população não tenha unidade linguística, étnica, religiosa etc, pode constituir uma nacionalidade se possuir uma comunidade de sentimentos (...) um património de glórias (...) e um mesmo programa de objectivos a realizar.”³¹⁶

³¹⁴ Estaria o autor a pensar para o primeiro caso na formação de novos países como a Checoslováquia e no segundo caso na Jugoslávia?

³¹⁵ Em suma, valoriza o passado histórico-certamente a pensar na estabilidade e antiguidade da fronteira hispano-portuguesa-mas também em simultâneo admite o conceito ratzeliano, diríamos mesmo haushoferiano, de expansionismo dos povos em nome de uma «civilização superior» a quem se concede uma vontade capaz de triunfar sobre os obstáculos adversos do Meio.

³¹⁶ A.Basto, 1920, p. 6.

Especificamente sobre a fronteira hispano-portuguesa é o seu trabalho intitulado *A Fronteira Hispano-Portuguesa (Ensaio de Geografia Política)*, Coimbra, 1923, que julgamos, um dos primeiros estudos pormenorizados especificamente feito sobre este assunto,³¹⁷ se exceptuarmos aquele que Leite de Vasconcellos publicou alguns anos antes.³¹⁸ Como A. Basto refere expressamente, trata da análise de inquéritos que o seu cunhado Mendes Corrêa entregou aos professores primários e aos comandantes dos postos da Guarda-Fiscal de diversas regiões fronteiriças e cujas conclusões tencionava apresentar no *Congresso Científico Luso-Espanhol* realizado no Porto em 1921 e do qual fora um dos mentores e principal organizador. Como bem salienta Heriberto Cairo Carou muitas décadas depois: “A partir dos materiais fornecidos por um inquérito a que procedera Mendes Corrêa, Magalhães Basto aponta o grande número de povoações raianas nos concelhos de Chaves e Vinhais, bem como o carácter populoso na fronteira entre Pitões, no concelho de Montalegre e até Vilar Seco (Vinhais)”³¹⁹ Em que a delimitação entre os países peninsulares se pode considerar como sendo caracterizada por: “(...) fronteiras *vivas* (também chamadas de *acumulação*) que são aquelas onde, apesar das incessantes e íntimas relações mútuas dos povos limítrofes, é bem nítida a diferenciação étnica, política e social entre eles.”³²⁰ Este facto torna-se bem relevante no exemplo dos trechos da fronteira galaico-portuguesa que: “(...) tornam a contiguidade mais substancial que a interacção, o que permite falar duma situação histórica de vizinhança (...).”³²¹

Neste sentido, o geógrafo portuense reporta-se amiudadamente aos aspectos geográficos em que se deve fundamentar a determinação e delimitação da fronteira e toda a área raiana luso-espanhola, apresentando interessantes conclusões, que passaremos a explicitar: concorda o autor que o relevo é comum aos dois países ibéricos-com excepção das cadeias montanhosas da Orla Ocidental (Sintra Arrábida, Grândola e Cercal), logo se existe uma fronteira entre os dois países, esta, tal como preconizava F.Ratzel, não é uma simples linha divisória administrativa mas uma «faixa zonal» (*frontier*) que deve ser corroborada não tanto pela existência de limites naturais, que, no caso português são apenas os rios e ribeiros navegáveis: “A fronteira luso-espanhola ajusta-se, na realidade, em grande parte do seu traçado a acidentes naturais, sobretudo cursos de água; a parte que, na nomenclatura vulgar, se diz artificial, seccionando regiões uniformes, sem correspondência com qualquer acidente de terreno ou curso fluvial, é muito menos extensa.”³²² Considera muito mais relevantes a especificidade

³¹⁷ Ver A.A.Mendes Correia - Ibéria, *O Primeiro de Janeiro*, 6 de Abril de 1923, p. 1.

³¹⁸ J.Vasconcellos, 1920, pp. 1276-1292.

³¹⁹ H.Cairo Carou; P.Godinho e X.Pereiro Pérez, 2009, p.18.

³²⁰ A.Basto, 1923, p. 8.

³²¹ H.Cairo Carou; P.Godinho e X.Pereiro Peérez, 2009, p. 18.

³²² A.Basto, 1923, p. 6.

dos aspectos humanos, sobretudo no que concerne aos particularismos antropológicos e etnográficos (índice cefálico, heterogeneidade étnica e alguns usos e costumes).

Utilizando a classificação de C.Vallaux, considera que a fronteira portuguesa é em alguns sectores, particularmente no Minho em algumas áreas de Trás-os-Montes e pontualmente, na «raia aberta» do Alentejo e Algarve, uma «fronteira de acumulação» ou se quisermos, uma «fronteira viva». Isto é, aquela que apesar de ser estática, por estar estabilizada em termos físicos, é caracterizada por uma fixação da população, sobretudo nos vales por onde penetram as vias de comunicação - que no entanto constituem os locais geoestratégicos mais vulneráveis - derivado do intercâmbio cultural e das trocas económicas transfronteiriças cujo valor real não contabilizado ³²³ será muito superior aos registos oficiais: “Contudo, nos últimos anos e devido à diferença cambial, tem-se desenvolvido numa forma espantosa o comércio ilícito nesta região, como de resto em toda a fronteira hispano-portuguesa. As centenas de contrabandistas que pululam nesta zona; passam para Espanha gados, ovos, galinhas, moedas metálicas e muitos géneros; e trazem para Portugal azeite, trigo em grão, farinhas, açúcar, arroz, etc., etc.” ³²⁴

Contudo, Magalhães Basto na mesma obra não refere, ao contrário do que pretende H. Cairo Carou, que a fronteira portuguesa possa ser caracterizada, à luz da classificação de C.Vallaux, como sendo na sua totalidade uma «fronteira viva», apresentando para isso duas condicionantes. A primeira, é a rarefacção da densidade populacional em muitos trechos da fronteira comum, mas mais acentuada em Espanha. A segunda, porventura mais significativa, é que a despeito de algumas particularidades étnicas do povo português, como a homogeneidade doliocéfala, não há na realidade, distinções etnográficas e antropológicas tão marcantes entre os dois povos ibéricos para que se verifique um dos condicionalismos das fronteiras de acumulação: “No entanto, os estudos antropológicos feitos em Espanha e Portugal por Oloris, Aranzádi, Sanchez Fernandez, Ferraz de Macedo, Santana Marques etc., permitem concluir que as populações espanhola e portuguesa são constituídas pelos mesmos elementos antropológicos, embora em proporções diferentes. «Nos mapas relativos à distribuição do índice cefálico» escreve Mendes Corrêa, «a unidade portuguesa avulta. Dir-se-ia que Portugal é marginado pelos branquóides extremenho e cantábrico, que constituem como que uma barreira não

³²³ Torna-se relativamente simples encontrar uma explicação para este fenómeno no contexto do pós-Primeira Guerra Mundial, quando a Espanha, vivia uma situação muito mais próspera em virtude da não intervenção no conflito mundial e com o desenvolvimento do processo de industrialização em algumas regiões como a Catalunha e as Vascongadas. Também se torna pacífica a referência à compra clandestina de farinhas e cereais panificáveis, dado o crónico *déficit* destes produtos no mercado português, dependente da importação oficial de trigo e em parte de milho cujo processo de transformação era controlado pela toda-poderosa Companhia da Moagem em regime de monopólio, sendo este artigo de primeira necessidade subsidiado pelos sucessivos governos da 1ª República, o denominado «pão político», destinado a minorar os descontentamentos populares face ao que era designado como a «crise das subsistências», ou seja a carência e preço elevado dos géneros alimentícios. Talvez pela existência deste movimento clandestino de pessoas e bens, o autor não considere a fronteira entre ambos os países como morta mas antes como aquela onde existe circulação de pessoas e bens mas onde as tensões políticas estão de todo excluídas.: “fronteira viva embora nem sempre típica.” A.Basto, 1923, p. 45.

³²⁴ *Ibidem*, p. 39.

insuperável, a separá-lo do resto da Península. Se nisso está um fundamento da individualidade nacional, na analogia qualitativa da etnogenia dos dois povos esta é a prova científica» do parentesco entre portugueses e espanhóis.”³²⁵

Para além destas diferenças *versus* semelhanças entre os dois povos ibéricos e dos respectivos limites fronteiriços, existe para o A. Magalhães Basto como para Amorim Girão e sobretudo para Mendes Corrêa, uma particularidade que individualiza definitivamente Portugal de Espanha, e que se sobrepõe a todas as outras, que é a existência do que denomina de «sentimento nacional» capaz de congrega a Nação num Estado uno e indivisível: “Essa separação é feita sobretudo por um formidável baluarte vivo, uma palpitante muralha humana, uma fronteira construída com os nossos corpos, o nosso sentir, as nossas ideas e as nossas energias profundas.”³²⁶

5.4- Mendes Corrêa: a fronteira como resultante das diferenciações etno-linguísticas

Relativamente a Mendes Corrêa, na sua primeira obra publicada intitulada *Antropologia, Resumo das Lições feitas pelo assistente, servindo de professor da Cadeira, António Augusto Mendes Corrêa* (1915), verifica-se que toda ela está direccionada para o estudo comparativo da diferenciação antropológica e antropométrica do povo português em diversas regiões do País, com um inerente objectivo politico, que consiste em dar a conhecer as características etno-antropológicas específicas dos portugueses para assim determinar e particularizar as raízes da nossa nacionalidade. A mesma temática volta a surgir de uma forma mais pormenorizada e fundamentada noutra obra *Raça e Nacionalidade* (1919) mas escrita em data anterior, possivelmente entre 1917-1918.³²⁷

Antes de manifestar a sua preferência pelos estudos da Geografia, particularmente da Antropogeografia (isto é, da Geografia Humana condicionada pelas características do Meio envolvente) refere que a Antropossociologia é a Ciência do futuro porque “(...) estabelece as conexões entre o ser físico e o ser pensante e em acção. É o ramo de saber que estuda os traços unitivos entre o homem animal e vegetativo e o homem social”³²⁸ Argumento que vai utilizar para uma crítica moderada à obra de Friedrich Ratzel, *Völkerkunde* (1885), pois não concorda com a afirmação deste geógrafo alemão de que o Meio e o passado sociopolítico são os condicionantes da actividade do Homem na superfície da Terra e por conseguinte importantes para a formação das Raças. Pelo contrário, considera que: “A

³²⁵ *Ibidem*, p. 14, *apud* A. Corrêa, 1919, p. 168.

³²⁶ A. Basto, 1923, p. 45.

³²⁷ “Como todos os grandes impérios da história, o império alemão ha de desaparecer mais cedo ou mais tarde na voragem exterminadora das maiores ambições humanas (...) Estas linhas foram escritas antes da vitória aliada. O Império dos Hohenzollern desapareceu já, mas é erróneo supor-se que a Alemanha se extinguiu com ele, afundando-se para sempre as suas ambições expansivas” A. Corrêa, 1919, p. 13.

³²⁸ *Ibidem*, p. 15.

hereditariedade é o mais forte princípio vital: o meio é um estuário paciente que vae cinzelando lentamente o bloco.”³²⁹ Contudo, não deixa de ter uma posição neo-ratzeliana ao evidenciar que o Meio³³⁰ e a Raça³³¹ são factores importantes para a consciencialização de um Povo enquanto Nação, bem assim como a coesão, ou se quisermos a organização social e política: “A população portuguesa, escreveu o sr. prof. Silva Teles, é vigorosa mas faltam-lhe neste momento instituições sociaes que favoreçam o seu crescimento.”³³² Simplesmente, ao invés de F.Ratzel, dá uma ênfase muito mais considerável ao que chama de usos, costumes, tradições, acontecimentos históricos³³³ (fortuitos ou não...) e sobretudo ao factor psicológico, com um defeito estrutural que impede a constância e por isso a concretização de grandes empreendimentos socioeconómicos e políticos³³⁴ que também designa metafisicamente por “(...) alma, o génio do libio ibero.”³³⁵ No nosso entender, é apenas um eufemismo latino para a designação da «força de vontade» germânica como factor de construção de um Estado e de formação de uma Nação.

Estas reflexões teóricas vão servir para tecer considerandos sobre a origem e formação da Nação *versus* nacionalidade portuguesa, bem assim como sobre as relações fronteiriças entre os países Ibéricos, fazendo remontar a origem de uma frustrada nacionalidade não exclusivamente aos «concheiros de Muge» como ainda aceita em obra anterior ³³⁶ mas sim à individualização das «gentes portuguesas» em núcleos castrejos e que lhe valeu acerbas críticas por parte de José Leite de Vasconcelos que ao referir-se precisamente à obra *Raça e Nacionalidade* escreveu: “O próprio Mendes Corrêa ficando agora de parte o que diz do Mesolítico (Muge), pouco apurou (antropológicamente falando) do exame das ossadas pré-romanas que teve nas mãos, e apesar do conhecimento que possui de toda a nossa arqueologia e respectiva literatura (...) insiste sempre no carácter predominante de crânios dolicoídes na nossa antropologia desde o passado até hoje.”³³⁷

³²⁹ *Ibidem*, p. 19.

³³⁰ Considerando este como o conjunto de factores naturais relacionados com a configuração geológica, a proximidade do litoral, a situação geográfica para além de diversos elementos do clima, citando para isso E. Reclus - *L'Homme et la Terre*, 1905, pp. 55-119 cit. por A. Corrêa, 1919, p. 20.

³³¹ Para justificar a importância da raça na formação da nacionalidade, cita, traduzindo, afirmações de J. Brunhes: “As raças desempenham um papel, por vezes mesmo um grande papel, em geografia humana” in J. Brunhes, *La géographie humaine*, 1925, p. 569 justificando as suas afirmações com exemplos comparativos entre a Alemanha e outras Nações como o México, a Roménia e a Turquia, em que o maior desenvolvimento da primeira se deve às características raciais do seu povo pois tem recursos económicos inferiores ao dos países supracitados, A. Corrêa, 1919, p. 26.

³³² *Ibidem*, p. 164.

³³³ “Diz muito bem o meu ilustre amigo Dr. Leite de Vasconcelos: «o presente é solidário com o passado...Quanto mais intenso fôr o conhecimento da história, tanto mais firme será a consciência da nacionalidade»” *Ibidem*, p. 29.

³³⁴ Cita a este propósito o livro de Ezequiel de Campos, *Pela Espanha*, Edição da Renascença Portuguesa, Porto, 1916, 414 p. Onde encontra uma similitude de ideias ao manifestar uma preocupação pelo acentuar do desenvolvimento económico espanhol-possivelmente aproveitando a conjuntura económica favorável resultante da neutralidade na Primeira Guerra Mundial, delineando estratégias para um desenvolvimento congénere do território continental português, baseado na industrialização de algumas áreas portuárias (com a construção das necessárias infra-estruturas a nível de fornecimento de energia hidroeléctrica e de transporte ferroviário) que permitissem a complementaridade comercial e industrial luso-espanhola.

³³⁵ A. Corrêa, 1919, p. 142.

³³⁶ *Idem*, 1915, p. 125.

³³⁷ J. Vasconcelos, 2007, pp. 12-13.

Apesar de Leite de Vasconcelos ter razão ao criticar a quase obsessão de Mendes Corrêa por tentar explicar a individualização do povo português bem assim como a gênese de uma proto-nacionalidade baseada em aspectos antropológicos, omite que o antropólogo e geógrafo beirão fundamenta as suas opiniões alicerçado em outros pressupostos de teor diverso. Estes últimos são fundamentalmente histórico-políticos, como sejam a resistência dos lusitanos face ao invasor Romano e mais nitidamente, à Idade Média com a afirmação da autonomia dos municípios apoiados pelo poder central em oposição aos «barões feudais», tese também defendida por A. Sardinha e os Integralistas Lusitanos: “Aquele facto é apenas a expressão do que Portugal era já, antes do conde Henrique e de Afonso I, uma nação.³³⁸ Referindo A.Mendes Corrêa em *Os povos primitivos da Lusitânia* (1924), a existência de uma pré-nacionalidade: “Claro está que Portugal como organização política, como nação consciente da sua personalidade, é moderno. Por outro lado a sua homogeneidade étnica não é perfeita, a sua ascendência não é exclusivamente lusitana, embora crivelmente seja sobretudo lusitana.”³³⁹

Como neodeterminista, aceita que a especificidade do Meio natural do actual território português tenha sido condicionado pela existência de «forças naturais», teoria anteriormente exposta em termos da especificidade climática por Theobald Fischer e que dez anos mais tarde seria amplamente desenvolvida por Hermann Lautensach com a existência de «linhas ou «campos de força» que percorreriam o território português.

Se aceita a individualização geográfica e política de Portugal face a Castela-Leão e mais tarde face à Espanha, não é por existir uma raça especificamente portuguesa, mas antes pelos caracteres antropológicos que individualizam o português face aos outros povos europeus (dolicocefalia e homogeneidade física). Precisamente na esteira de Ricardo Severo, Sílvio Romero, Teófilo Braga e, sobretudo Oliveira Martins, do qual a obra em análise parece quase uma compilação do título *História da Civilização Ibérica* (1879) mas sob uma perspectiva de leitura antropológica, citando todos os exemplos que o historiador oitocentista refere: (...) sob o “ponto de vista rigorosamente científico da constatação de semelhanças profundas dos hispanos entre si, e entre hispanos e berberes, Oliveira Martins foi inexoravelmente verdadeiro.”³⁴⁰ Constata que as semelhanças passam dos aspectos somáticos para os psíquicos, ou melhor civilizacionais: “Há um génio ibérico - não o neguemos - há um sentir, um pensar, uma acção que são comuns a todos os espanhóis e portugueses a despeito de séculos de rivalidades históricas e a alma da raça não se abriga apenas para cá do estreito de

³³⁸ A. Corrêa, 1919, p. 78.

³³⁹ *Idem*, 1924, p. 377.

³⁴⁰ *Idem*, 1919, p.114.

Gibraltar. Mais longe se estende a sua força imaterial: ao norte d'África, até aos confins do deserto líbico."³⁴¹

No entanto, esse tão apregoadado «génio ibérico» parece que causa mais preocupações do que vantagens aos dois países ibéricos, pois segundo Mendes Corrêa, que aliás se limita a parafrasear Oliveira Martins, é a causa principal da divisão regional do país vizinho e do atraso do desenvolvimento económico português, quer a nível interno quer nas suas relações comerciais com as possessões portuguesas de África, urgindo uma: "(...) regularização dos processos de governo, na intensificação da produção e numa valorização dos recursos nacionais especialmente das colónias."³⁴²

Em termos de Geografia Política no quadro europeu, tem uma posição muito idêntica à de Oliveira Martins, ao considerar que a aliança com a Inglaterra apenas subalterniza e prejudica o País - responsável pela participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial- sendo preferível uma aliança com a Espanha: "(...) que nos é ditada pela geografia, pela antropologia, pelos interesses coloniais."³⁴³ Em simultâneo, essa aliança seria a mais firme garantia da independência nacional porque: "(...) as indicações dos factos resulta que Portugal e a Espanha, finalizando uma velha política de antagonismos, se deveriam entender amigavelmente para uma acção comum, que permitisse o estabelecimento, no continente europeu, dum forte bloco de nações irmãs, opondo, nos azares do destino, ao imperialismo das grandes potências actuaes um novo imperialismo, em que cooperaríamos com vantagem (...) O maior perigo para Portugal não está em sermos amigos dos espanhoes; está em subordinarmo-nos a nações estranhas, de interesses divergentes dos nossos e de diferente estirpe étnica, que, quando nos não deixem expoliar, nos expoliam elas próprias!"³⁴⁴

Como adepto de uma maior aproximação entre os dois povos peninsulares, profere no ano de 1920 uma conferência na Universidade de Madrid, a que assiste o embaixador português. O que significa que na conjuntura ibérica do momento, a tese do antropólogo supracitado ia ao encontro do discurso oficial de apaziguamento, quando não de melhoria das relações diplomáticas e eventualmente um incremento das trocas económicas, tendo como pretexto afinidades socioculturais e antropológicas entre os países ibéricos. Essa conferência foi posteriormente (1921) publicada na revista da recém instituída Faculdade de Letras do Porto.³⁴⁵

O que ressalta de novo neste estudo é a fundamentação da individualidade de Portugal na Península Ibérica baseada em aspectos morfológicos e climáticos: apesar de dar continuidade à tese

³⁴¹ *Ibidem*, p. 141.

³⁴² *Ibidem*, p. 175.

³⁴³ *Ibidem*, p. 149.

³⁴⁴ *Ibidem*, pp. 150 e 173.

³⁴⁵ *Idem*, 1921-b, pp. 161-185.

de Oliveira Martins sobre o prolongamento das cordilheiras espanholas pelo território português e da existência de uma rede hidrográfica comum, individualiza o clima de Portugal do da restante área central da Península Ibérica, servindo-se para isso da interpretação que E. Martonne fez da revolucionária e então recente (1919) classificação climática do austríaco Köppen. Ainda dentro dos aspectos naturais, refere o traçado do litoral português como mais rectilíneo do que a configuração da linha de costa espanhola, o que aliás segundo o autor: “(...) deixa em cheque a teoria das articulações litorais de Ritter, teoria segundo a qual o grande desenvolvimento marítimo se daria nas costas ricamente articuladas, isto é, nas costas em que abundam os pontos de contacto com o mar, como golfos, rias, penínsulas, fiords, etc. Mais uma demonstração da insuficiência da configuração geográfica na explicação do determinismo histórico.”³⁴⁶ Asserções estas que nunca mais seriam referenciadas por Mendes Corrêa em nenhuma obra, talvez pelo seu excessivo determinismo.

Ainda neste campo da configuração do litoral dos dois países ibéricos, faz menção à teoria de Theobald Fischer, diga-se de passagem já veiculada anteriormente por Elisée Reclus, de que a configuração do litoral português em relação ao traçado da linha de costa espanhola ser comparativamente semelhante aos limites litorais existentes entre a Holanda e a Alemanha.

Para fundamentar em termos históricos a unidade *versus* diversidade de Portugal face à Espanha, refere tal qual como em obras anteriores, a originalidade da civilização castreja e a resistência dos lusitanos face à ocupação romana. Contudo, menciona que além destes aspectos também serem parcialmente comuns a Espanha, as raízes da civilização Ibérica estão no povo com o mesmo nome que a partir do Vale do Ebro irradiou para toda a Península Hispânica ou Ibérica, daí a designação porque era conhecida entre o século III A.C. e mais modernamente retomado no século XIX. A propósito da controvérsia gerada com a origem deste termo, que poderia ter conotações anexionistas, esclarece que o termo Ibéria se referiria efectivamente apenas a um povo das margens do Ebro, que aí teria permanecido sem se expandir por toda a restante península.

No caso do antropólogo portuense, a generalização do nome, está pois, mais relacionada com o desconhecimento que os primeiros geógrafos gregos e romanos tinham do mosaico de povos que habitavam a Península Hispânica ou Ibérica, designando-a com o nome de uma das muitas populações autóctenes com a qual teriam possivelmente mais relações comerciais: “As palavras Ibéria e iberos surgem nos textos com Hecaten de Mileto, parecendo porém, que se referiam primeiro ao território e ao povo das margens do Ebro e só no século III antes de Cristo se começaram a generalizar a toda a Península. Contra o que pretendem Schulten, Bosch Gimpera e outros, não está demonstrado que se

³⁴⁶ *Ibidem*, 1921-b, p. 168.

tratasse de uma invasão do resto da Península pelos iberos das margens do Ebro. É crível que os textos anteriores ao século III restringissem o âmbito daquela designação em virtude dum imperfeito conhecimento da Península e que um melhor conhecimento desta determinasse depois o alargamento mais ou menos arbitrário da referida designação que seria assim mais geográfica que étnica. Seja porém como fôr: para os romanos Ibéria ou Hispânia é toda a Península. Nunca houve um estado uno e independente chamado Ibéria. Porque razão, havemos de suprimir por melindre patriótico essa palavra se ela não significa senão o todo geográfico que é a Península?"³⁴⁷

Logo no ano seguinte dá a lume uma outra obra³⁴⁸ onde foca a problemática da origem e localização dos primitivos iberos, referindo que esta civilização teria raízes euro-africanas originárias na cultura capsense de Almeria, mas que teriam irradiado a partir de dois focos distintos, um deles no Sudeste e outro no Sul peninsular (respectivamente com posterior influência greco-massiliota e fenício-cartaginesa) em que núcleos de indivíduos teriam migrado para o Ocidente da Península Ibérica e determinado, devido ao seu isolamento uma civilização diferenciada. Assim, o mesmo povo originou em locais distintos, culturas diferenciadas, os Iberos misturaram-se com os Celtas, originando os Celtiberos, uns e outros miscigenaram-se com povos pré-celtas e autóctenes como seriam os Lusitanos. Esta individualização civilizacional do Ocidente da Península Ibérica é ainda mais marcante com o surgimento da cultura megalítica: "Expressamente, Bosch declara de origem portuguesa a civilização dos monumentos megalíticos."³⁴⁹

Contudo, Mendes Corrêa considerou que aquela cultura civilizacional se propagou por áreas distintas da Península Ibérica, assumindo matrizes diferentes consoante as particularidades do Meio: "Admitindo a sua extensão pelo norte da Península até aos Pirenéus e aos seus contrafortes; às serras da Catalunha central e à costa do levante de Espanha. Á área da cultura megalítica portuguesa deve juntar-se também uma parte do SO. de Espanha (províncias de Cáceres, Huelva, etc.), onde surgem dólmenes e espólios dolménicos (placas, etc.), como no território português vizinho, essa influência ter-se-ia estendido ainda mais longe. Talvez a Galiza possa considerar-se também abrangida na região cultural portuguesa, bem como Salamanca."³⁵⁰ (Figura 5)

Na verdade, essa difusão foi mesmo muito mais longe, o próprio antropólogo português aponta como sendo uma cultura do «litoral atlântico», que se estendeu a algumas regiões da bacia do Mediterrâneo Ocidental.

³⁴⁷ A.A.Mendes Correia, 1923, p. 1.

³⁴⁸ A. Mendes Corrêa, 1924, 390 p.

³⁴⁹ Denomina estes vestígios do megalitismo com o nome erudito de dólmenes e popular de orcas, arcas antas e palas, terminologia que Orlando Ribeiro deveria utilizar alguns anos mais tarde em Inquérito de Geografia Regional, Ministério da Educação Nacional, Instituto para a Alta Cultura, Coimbra Editora Lda, Coimbra, 1938, p.32.

³⁵⁰ A. Corrêa, 1924, p. 194.

Muito subtilmente, parece querer indicar-nos duas coisas: a originalidade da civilização do ocidente peninsular que pelas suas características peculiares e superioridade se difundiu por outras áreas da Península Ibérica, e em simultâneo, a sua difusão pela Europa Ocidental, o que teria vocacionado este povo do litoral, do que seria séculos mais tarde Portugal e a Galiza, para uma fruste aptidão para desenvolver contactos com outros povos por via marítima. Simplesmente não clarifica como J. Leite de Vasconcelos e, posteriormente, Orlando Ribeiro o fizeram, em que sentido esses contactos seriam mais intensos: seriam os povos autóctones da Península Ibérica que se aventurariam até paragens longínquas em frágeis embarcações ou pelo contrário, eram os povos do Noroeste Europeu a estabelecerem eles próprios os contactos com o ocidente peninsular, com intuitos comerciais e por isso mesmo, deixado impressas as suas marcas nos usos e costumes, ou pelo menos influenciado a cultura megalítica nesta região? Nessa época remota entre o final do Neolítico e a transição para o início da Idade do Bronze já estaria pré-determinada uma «civilização marítima» no ocidente peninsular que séculos mais tarde haveria de voltar costas à área continental (Castela-Leão) e afirmar a sua independência política através da (re)descoberta da sua vocação marítima estabelecendo contactos que tinham sido iniciados milhares de anos antes e mais tarde permitiriam uma natural aptidão para o expansionismo marítimo até outros continentes.³⁵¹

Áreas culturais do eneolítico peninsular e roteiros prováveis das suas extensões e influências



Figura 5

Fonte: A. Mendes Corrêa - *Os Povos Primitivos da Lusitânia*, Casa Editora de A. Figueirinhas, Porto, 1924, p 109.

³⁵¹Valerá a pena, para se abalizar da capacidade da bagagem teórica e da solidez dos conhecimentos de Mendes Corrêa, compará-los com os argumentos utilizados pelo político e investigador Mário de Saa que nos primeiros decénios do século XX se debruçou sobre a controvérsia da designação de Península ibérica versus Península Hispânica, tratando este assunto sem grande profundidade: "Consideramos os lusitanos e os hispanos, ocupando cada qual a sua parte da península Ibérica,- sendo, talvez, os lusitanos os antigos iberos a que vieram sobrepôr os celtas. E digo que seria a Lusitânea a primitiva Ibéria por me lembrar que esta palavra Beira, nome da maior província portuguesa, possa descender do vocábulo Ibéria. Com efeito, ainda nos séculos XII e XIII, em documentos escritos em portuguez, se dava à província da Beira o nome de Béria, vocábulo este que começa então a transitar para Beira passando pela forma inconstante Beiria. Raciocinando: ora se na Ibéria há uma região denominada Béria,-o que será o nome Béria senão um termo evolucionado do nome Ibéria?...Valha-nos nisto a intuição." M. Saa, 1930, p. 14.

Em termos de Geografia Política, Mendes Corrêa utiliza a classificação de C. Vallaux sobre as fronteiras, caracterizando a fronteira hispano-portuguesa - que considera mais em termos antropológicos do que físicos - como uma fronteira dinâmica, perfeitamente individualizada em termos humanos: “Em 1920 (...) afirmei que a fronteira luso-espanhola não era a meu ver uma fronteira morta ou uma fronteira esboçada, mas uma fronteira viva feita pelo sentimento nacional, por factos antropogeográficos de mais peso em questões de geografia política do que factos de geografia física. Um estudo mais detalhado recentemente feito por um dos assistentes da disciplinas que professo, não conduziu ao que julgo, o seu autor³⁵² a conclusões muito diversas sobre a classificação da nossa fronteira terrestre.”³⁵³ Significa que a fronteira portuguesa é marcada pela estabilidade porque não existem conflitos latentes, apesar de não estar ainda toda ela completamente delimitada: esses problemas só em 1927 seriam definitivamente resolvidos.

Contudo, como partidário de uma aproximação luso-espanhola, considera que o intercâmbio socioeconómico entre ambos os países era pouco intenso, devendo estes cooperarem no sentido de desenvolverem conjuntamente projectos de exploração dos recursos naturais, abastecimento de energia hidroeléctrica, transportes, indústria e agricultura. Esta cooperação seria capaz de acelerar o desenvolvimento da Península Ibérica, a qual teria em si mesma um desígnio geopolítico, que era o retomar da influência económica e política ibérica na Europa Ocidental e particularmente na América Latina: “Ainda uma condição natural, a sua situação geográfica, irmana a Espanha e Portugal no comum papel de intermediários entre a Europa da qual são guardas avançadas sobre o Atlântico, e a América Latina, filha da civilização ibérica.”³⁵⁴

Comentaremos ainda outra obra da autoria de Mendes Corrêa, *As Bases Geográficas e Étnicas da Nova Carta Política da Europa*. (1921) Apesar de se basear nas premissas ratzelianas de formação e evolução dos Estados, tem sempre presente as então (recentes) condicionantes geopolíticas na formação da «carta política da Europa» no pós-Primeira Guerra Mundial com um rigor científico pouco comum na época, pelo menos entre os autores portugueses. A tipologia que Mendes Corrêa apresenta sobre a formação, classificação e evolução das delimitações fronteiriças, recorre à então recente classificação de C. Vallaux e de J. Brunhes sobre as fronteiras (1921) à luz das alterações observadas no espaço europeu na década de vinte do século passado. Essa obra passa pela descrição dos diversos países da Europa, corroborando as suas afirmações de modo a torná-las mais rigorosas, pela

³⁵² A. Magalhães Basto, 1923, 46 p.

³⁵³ A.A. Mendes Correia, 1923, p. 1.

³⁵⁴ A. Corrêa, 1921-b, p. 185.

apresentação de dados quantitativos e pela minúcia com que descreve as características morfológicas e sobretudo demográficas e etnológicas das áreas em análise.

Uma das facetas mais interessantes tem como ponto de partida as reflexões, de teor mais filosófico que político, sobre o futuro da Europa (que aliás tinham sido desenvolvidas mais detalhadamente no ano anterior por Magalhães Basto na obra *O Princípio das Nacionalidades e a sua Aplicação Prática*), após a instituição dos novos limites fronteiriços entre os diferentes países europeus, resultantes dos Acordos de Paz de Versailles. Refere que os mesmos raramente tiveram em linha de conta as aspirações nacionais dos diversos povos (baseadas essencialmente na similitude de usos, costumes e principalmente na etnia) mas antes em aspectos meramente linguísticos e geográficos, o que iria conduzir a breve trecho a uma acentuada diminuição da soberania económica da Europa e com ela à perda da liderança política mundial. Este último aspecto tem muitas afinidades com a linha de pensamento de A. Demangeon que no ano anterior tinha publicado uma obra célebre que tratava precisamente sobre a decadência europeia em contraposição à prosperidade norte-americana e japonesa.³⁵⁵

Na obra em análise, procurou justificar as modificações ocorridas nos traçados fronteiriços entre os países Europeus, através de factores relacionados com os fluxos e características das populações, dos acordos diplomáticos ou até a ascensão de novas potências em detrimento de outras. Aparece sempre uma descrição mais ou menos extensa de cada um dos países da Europa, referenciando os problemas que cada país enfrenta no novo contexto da carta política das nações europeias. Insiste particularmente nas características das regiões fronteiriças, classificando-as quanto à sua área de delimitação, traçado topográfico e vitalidade. Baseia-se na classificação metodológica proposta por C. Vallaux: as regiões são denominadas de elementares quando o seu limite se baseia apenas em elementos naturais, o que o autor considera como sendo pouco comuns. O mais provável é aquelas serem mais complexas devido à multiplicidade destes elementos a que correspondem simultaneamente uma sobreposição de duas ou mais regiões elementares. No entanto, teremos de contar com outros elementos, como sejam os de origem étnica e antropológica, dando origem às regiões integrais que são as que formam a maioria dos Estados actuais.

A segunda parte da obra corresponde à descrição geral das características naturais e humanas de cada país, bem como à sua situação geopolítica nesses primeiros anos do século XX, porque como afirma Mendes Corrêa: “O que ao geógrafo mais deve interessar, não é a fronteira, o continente tantas vezes arbitrário em vista das fronteiras verdadeiramente científicas serem zonas e não linhas: mais

³⁵⁵ A. Demangeon, 1920, 314. p.

importante sob o ponto de vista geográfico é o conteúdo, a região, o país.³⁵⁶ Ao contrário do que poderíamos supor, a problemática da delimitação e estabilidade da fronteira luso-espanhola não é objecto de grandes atenções nesta obra - uma vez que trata apenas dos países europeus no seu conjunto - limitando-se a fazer uma curta síntese do que foi afirmado no título *Raça e Racionalidade* (1919) detendo-se apenas mais demoradamente sobre a disposição radial das vias ferroviárias espanholas que no entanto se afastam da fronteira ibérica como se esta não tivesse para o Governo de Alfonso XIII a importância socioeconómica que presumivelmente teria para as populações raianas.

Outra obra em análise, que analisaremos brevemente, intitulada *Os Povos primitivos da Lusitânia* (1924) apesar de ser um estudo das características etnográficas do povo português e espanhol em épocas recuadas, inicia-se por uma introdução geográfica sobre a Península Ibérica que serve essencialmente para fundamentar a individualidade do território português na unidade conjunta peninsular. Sendo assim, começa por caracterizar a morfologia ibérica e particularmente a portuguesa, não seguindo apenas a mesma linha de pensamento de Oliveira Martins, como em estudos anteriores, mas fundamentando mais pormenorizadamente a especificidade de Portugal no contexto ibérico: em termos da disposição do relevo em anfiteatro, da flexura de dobramento ao longo da região fronteiriça - teoria recente na época - e do clima, baseando-se nos últimos trabalhos publicados por geólogos e geógrafos espanhóis.³⁵⁷

Interpretando os estudos destes investigadores, relaciona-os com a classificação tipológica das regiões proposta por C. Vallaux, chegando à conclusão que a Península Ibérica, em que se enquadra Portugal, divide-se em regiões complexas que são aquelas caracterizadas por diversos elementos naturais que no entanto podem englobar sub-regiões mais simples, caracterizadas por um único elemento natural que as individualiza entre si. Esta individualização das regiões naturais peninsulares adoptada por A. Mendes Corrêa tem a originalidade de conceder maior relevância às características morfoestruturais portuguesas, em que se destaca uma faixa litoral ocidental mais extensa do que aquela proposta pelo geógrafo brasileiro J. Dantin Cereceda (1912), cujas investigações serviram de base ao trabalho publicado pelo geógrafo português, e que aparece agora designada por Cadeia Costeira Portuguesa e Depressão Portuguesa. Surgem também alterações na nomenclatura do Sistema Central Divisório que passa a designar-se por Sistema Lusitano-Castelhano, o que dá a falsa ideia que este elemento estruturante da morfologia peninsular não só se inicia no nosso País (sentido Oeste-Este) como se apresenta pelo menos tão importante em Portugal quanto em Espanha. (Figura 6)

³⁵⁶ A.Corrêa, 1921-a, p. 192.

³⁵⁷ J.Dantin Cereceda, 1912, 293 p. e E. Hernández-Pacheco, 1922, 94 p.

significar um espriamento dos Iberos entendidos *stricto sensu*, mas a amplificação arbitrária dum nome geográfico até então restringido à área melhor conhecida. Se são plausíveis velhas relações de parentesco entre os Iberos de leste e as tribus indígenas do ocidente, é de crer que apenas na acepção de «habitantes da Península» se deva considerar a palavra Ibero na expressão de Diodoro Sículo segundo o qual os Lusitanos seriam «os mais fortes dos Iberos».³⁵⁸ No entanto, dá especial realce aos Lusitanos, que ao contrário de A. Herculano, considera como os verdadeiros antepassados dos portugueses no que respeita à sua raiz civilizacional, se bem que estes tenham depois sofrido diversas miscigenações de outros povos, ou não fosse a Península Ibérica um local de migrações de populações entre a Europa e o Mediterrâneo.

Por fim, indica o designio fundamental da obra, que se enquadra perfeitamente no domínio da Geografia Política, é o de definir o conceito de Pátria, que no nosso entender, confunde com o de Nação, que para Mendes Corrêa assenta em fundamentos essencialmente sociológicos e étnicos (convivência entre as pessoas, laços familiares, língua comum, crenças religiosas, usos e costumes semelhantes) que resultariam de um sentimento natural, quase instintivo e inerente ao próprio Homem desde que este viva numa comunidade minimamente civilizada. Pensava Mendes Corrêa que só assim seria possível reavivar o patriotismo dos portugueses numa época de grandes alterações socioeconómicas e políticas como foi a década de vinte do século passado: “Muitos políticos, sob o influxo das tendências internacionalistas, a consideram mesmo como uma fórmula oportunista, de feição transitória, que segundo uma pretendida lei do progresso contínuo, cederá um dia o lugar a uma concepção mais ampla da Humanidade”³⁵⁹

Directamente influenciado pelos conceitos geopolíticos vallauxianos, bem como pelo espírito nacionalista do Estado Novo, de que é um fervoroso apoiante, o antropólogo Mendes Corrêa teoriza sobre a génese e características da fronteira portuguesa em três artigos³⁶⁰ *Raízes de Portugal*, “*Portugal Ex Nihilo !*”...*Terra e Independência – A Raça*, (1938), depois coligidos num único volume.³⁶¹ Este último publicado nas vésperas do *terminus* da Segunda Guerra Mundial, com um postfácio onde o autor tenta suavizar certas declarações mais conservadoras e mesmo rebater acusações de racismo e de adepto das teorias do III Reich!

Apoiase na teoria de C. Vallaux sobre a formação dos Estados, transpondo-o para o exemplo português, refere que a Geografia física, por si, não pode explicar a formação de Portugal, pois este

³⁵⁸ A. Corrêa, 1924, p. 370.

³⁵⁹ *Ibidem*, p. 379.

³⁶⁰ *Idem*, 1938, 74 p.

³⁶¹ *Idem*, 1944, 158 p.

resultou mesmo em tempos remotos, da acção activa da população do território Portucalense, muito antes daquela designação ter sido vulgarizada, enquanto a formação do Estado, numa perspectiva neo-razeliana acontece quando a população sente necessidade de se organizar em termos de vida colectiva, principalmente no que diz respeito à defesa.

Utilizando a classificação tipológica das fronteiras do geógrafo francês supracitado, menciona que é frequente a formação dos Estados onde é norma a diversidade regional, delimitados por fronteiras muito mais complexas, denominadas de fronteiras-zonais, onde prevalecem os factores de ordem política aos de ordem natural: “Compreende-se como, posta a questão nestes termos, surge precisamente ociosa a discussão sobre a coincidência da nossa fronteira com elementos naturais e se revela até como contrária à nossa autonomia política a tese de que, no ponto de vista da geografia física, Portugal é uma «unidade» mais ou menos perfeita. Tais verificações não nos devem, porém, levar à conclusão da inexistência de factores geográficos importantes, mesmo por vezes primaciais, na génese e na história de Portugal.”³⁶²

Por conseguinte, os condicionalismos que Mendes Corrêa admite como favoráveis à génese dos Estados são precisamente aqueles relativos à heterogeneidade e diversidade regionais: “Outra doutrina política que nos interessa, é a da diferenciação, de Vallaux. Para o eminente geógrafo francês, não é a uniformidade regional o condicionalismo mais propício para a eclosão e desenvolvimento dos Estados, mas a diferenciação.”³⁶³ Considerando-se esta como a disponibilidade em termos de recursos económicos que conduziu desde cedo à Reconquista Cristã de Norte para Sul, completando a unidade entre o Atlântico e o Mediterrâneo: “Longe de estabelecer uma oposição irreductível, uma fundamental antinomia (que, por exemplo, Basílio Teles supôs) entre o norte e o sul de Portugal, foi perante a doutrina orientadora de Vallaux, zona de útil contacto, a fonte estimulante de solidariedade política o cimento aglutinador, linha tectónica de fractura que se reflectiu, por verdadeira anquilose - mas anquilose abençoada - na individualidade da Nação.”³⁶⁴

Contudo, se o antropólogo portuense deixa entrever a importância «possibilista» da diferenciação regional na génese dos Estados, depressa realça a teoria ratzeliana da importância da posição (*Lage*) relativamente à independência de Portugal como factor determinante. Neste sentido, o nosso País pertence à classificação dos Estados de «ordem superior», cujas fronteiras - no caso português a ocidental e meridional - não sofreram a força centrífuga resultante da expansão de Espanha. O outro conceito ratzeliano, a importância do espaço vital, necessário para o expansionismo

³⁶²A.Corrêa, 1938, p. 30.

³⁶³*Ibidem*, p. 41.

³⁶⁴*Ibidem*, p. 42.

dos Estados, aplica-se a Portugal, que não podendo expandir-se para além de certos limites no interior da Península Ibérica, foi encontrar esse «espaço vital» nas novas terras descobertas além-Atlântico: “Invocaram-se justamente a oceanicidade, a nossa vocação centrífuga, atlântica, contraposta à continentalidade castelhana, a nossa condição de anfiteatro sobre o Atlântico, numa latitude favorável ao desenvolvimento político. Eu mesmo, parafraseando Reclus que dizia voltar a Península as costas à Europa, escrevi que se podia dizer geomorfológica e politicamente «voltar Portugal as costas à Espanha».”³⁶⁵

Em consonância com o ambiente político da época, nota-se um acentuar de posições nacionalistas³⁶⁶ comparativamente com os estudos publicados nas duas décadas anteriores; refere que a fronteira setentrional entre o Minho e a Galiza, apesar da identidade linguística ser mais forte do que a antropológica, é resultante dos acontecimentos históricos derivados dos conflitos bélicos e dos eventos políticos, originando uma fronteira linear, apesar de ambos os países estarem separados pelo rio Minho, porque aquela resultou da vontade dos barões portugalenses nos alvares da Nacionalidade.³⁶⁷

Merece especial destaque a individualização da fronteira Leste entre Portugal e Castela-Leão, que desde sempre foi a mais «forte de todas as Hespanhas» e pela qual o investigador portuense manifesta fundas preocupações geoestratégicas e geopolíticas, atendendo à situação política resultante da Guerra Civil de Espanha. Ao contrário de séculos anteriores, em que as fracas barreiras naturais serviam de obstáculos de monta à progressão dos exércitos, considera aquelas como de fácil transposição, sendo incapazes de impedir uma invasão terrestre: “(...) com tão extensa fronteira terrestre não é lícito dizer que as estradas geográficas de fácil trânsito para invasores que pretendam atingir rapidamente centros vitais do país, sejam tão numerosas como se podia esperar. Não devemos deixar de reconhecer nesse facto um poderoso factor adjuvante da nossa autonomia. Êle perderá, porém, muito da sua importância no futuro com os meios modernos de invasão e ataque rápido, as colunas motorizadas, a aviação sobretudo. Nem por isso aquelas condições naturais deixaram de desempenhar um papel relevante no passado (...) Grande parte da nossa raia seca atravessa terrenos

³⁶⁵ *Ibidem*, p. 37.

³⁶⁶ “Em finais dos anos 1930, com a consolidação do «Estado Novo», encerrou-se um ciclo de interesses pela Galiza por parte dos intelectuais portugueses que tinha tido expressões logo nas últimas décadas do século XIX. Cristalizaram-se então as expressões vivas e politicamente plurais do nacionalismo que tinham marcado os anos da I República, quando vingaram os interesses pela Galiza, sobretudo acicatados pelas solicitações de reconhecimento vindas de além-Minho. Foi, no entanto, o *Alzamiento* de 1936 que marcou mais definitivamente o fim das curiosidades mantidas em Portugal pela «questão galega», (...)” A. Medeiros, 2006, p. 23.

³⁶⁷ “A fronteira política entre os dous Estados foi unha das causas determinantes da marxinação política, linguística, económica e mesmo xeográfica de Galiza. Nos séculos XIX e XX, a procura dun reencontro con Portugal constituiu un signo distintivo do Galeguismo (...) A história do nacionalismo galego está inzada de manifestacións a favor dun determinado reencontro cultural e político con Portugal.” *Ibidem*, p.233.

em que nenhum acidente natural a define. É um traçado aparentemente caprichoso, faltam ali rios ou linhas de cumiada montanhosa. Impressiona, mesmo a geógrafos autorizados, a continuidade geológica, orográfica, hidrográfica, etc.”³⁶⁸

Refere pois que a fronteira portuguesa, apesar de não ter obstáculos naturais de monta, funciona como uma área de protecção, uma espécie de barreira zonal, quase que nos atreveríamos a falar de uma *no man's land*, em virtude da sua fraca densidade populacional e das inhóspitas condições naturais. Por isso, é uma linha de clivagem política e geográfica entre Estados diferentes, cada um com vínculos de nacionalidade próprios. Essa nacionalidade que no caso português, o antropólogo portuense considera anterior à formação do Estado: “Portugal era já, antes do conde Henrique e de Afonso I, uma nação.”³⁶⁹ A qual resultou essa sim, em parte das condições naturais da «outra» fronteira, que é a configuração peculiar do nosso litoral, a que Leite de Vasconcelos chamou de «fronteira natural»³⁷⁰ que em si mesma gerou a unidade nacional e posteriormente a expansão marítima.

Em conclusão, a génese da fronteira entre Portugal e os outros reinos ibéricos teria resultado de dois factores que se sobrepõem em importância: os factores humanos que residem na vontade colectiva da Nação, bem explicita nas características dolicocefalas da sua população e na existência de determinados factores físicos, como os cursos de água que ao encaixarem os seus vales contribuíram para criar em certos pontos do traçado fronteiriço uma propensão para a delimitação baseada em aspectos naturais. No entanto, não deixemos subalternizar o facto do antropólogo e geógrafo portuense considerar que o factor que se sobrepuja a todos os outros na delimitação da fronteira luso-espanhola portuguesa ser o nacionalismo, não no sentido do termo empregue por Amorim Girão, mas sim em acções político-diplomáticas e militares concertadas, resultantes de uma nacionalidade organizada e cimentada por uma tarefa comum a que a unidade étnica emprestava coesão.

Reside aqui, no nosso entender, a originalidade de Mendes Corrêa, ao considerar, numa aproximação à Escola de Geopolítica Alemã, que a separação política de Portugal e o conseqüente traçado da fronteira é resultante da actuação de «linhas de força geopolíticas» ou «isodinâmicas», no sentido dos meridianos, com uma obliquidade NE –SW em analogia com as isotérmicas. Posição algo parecida com a de Hermann Lautensach (1931 e 1937) que considera essas forças com uma gradação diferenciada consoante a área em que actuam, como se o clima oceânico também fosse

³⁶⁸ *Ibidem*, 1938, pp. 32-37.

³⁶⁹ “Deve notar-se que separação de Portugal de Leão e Castela se fez mais facilmente do que se poderia supôr. As guerras entre portugueses e castelhanos no início da monarquia portuguesa quasi sempre surgiram de dissensões mais sobre a posse de terrenos fronteiriços do que sobre a questão máxima da independência portuguesa” *Idem*, 1919, p. 78.

³⁷⁰ J.Vasconcelos, 1936, p. 239.

predestinado para influenciar os condicionalismos histórico-políticos, que apenas se exerceriam nesta periferia peninsular em oposição às «linhas de força» de disposição radial, estreladas no centro, ou melhor no núcleo peninsular que corresponde a Castela-Leão. Mendes Corrêa salienta a existência dessas «linhas de força» mas no interior do País: foram elas que a despeito da orografia contrastada entre o Norte e o Sul – (fala até num «degrau tectónico» que algures pelo Tejo divide Portugal em duas partes distintas) - permitiram que se cumprissem duas etapas fundamentais: a primeira foi que a Reconquista Cristã e o inerente movimento de densificação demográfica se processasse de Norte para Sul ao longo das bacias fluviais. O segundo, foi a consolidação do sentimento de unidade nacional entre regiões, que apesar de uma língua e de características etnográficas semelhantes apresentavam um polimorfismo paisagístico evidente.

Fundamenta assim a independência de Portugal face ao país vizinho bem como as características geográficas da fronteira comum ao longo de diversas obras publicadas durante mais de vinte anos, em que a sua opinião nunca diverge muito, embora se reconheçam algumas modificações no sentido de uma valorização dos factores humanos em detrimento dos aspectos naturais.³⁷¹ Considera por isso, que a fronteira luso-espanhola, é em grande parte do seu traçado, pertencente ao grupo das “(...) fronteiras vivas da classificação de Vallaux, embora não típica.”³⁷² Apesar de lhe dar um significado diferente do atribuído por Magalhães Basto, no sentido de um maior dinamismo, pois refere que estas fronteiras resultam de uma evolução complexa, quase diríamos «Geohistorica» no sentido de terem sido os acontecimentos históricos que provocaram modificações espaciais no traçado da fronteira, a qual não é uma simples linha resultante da demarcação político-administrativa mas sim uma faixa zonal. Implicitamente, desvaloriza cada vez mais os factores naturais na génese da fronteira, muito embora reconheça que os rios Douro e Tejo originaram vales estreitos, admitindo algo reticentemente, a hipótese de E. Hernández-Pacheco e de H. Lautensach acerca da existência de um dobramento hercínico ao longo da fronteira comum que dificultaria a comunicação entre ambos os países.

No entanto, continuaria a considerar como muito mais relevantes para a separação peninsular as diferenciações etnográficas, antropológicas e linguísticas verificadas dos dois lados da fronteira, mas que não são suficientemente fortes que possam impedir a existência de intercâmbios culturais e económico-sociais entre os dois países.³⁷³

³⁷¹ A.Corrêa, 1919, p. 77; *Idem*, 1921-a, p. 191; *Idem*, 1921-b, pp. 166-167; *Idem*, 1924-a, pp.21, 23-24 e 33; *Idem*, 1938, pp. 137-128; *Ibidem*, 1944, pp. 51-52.

³⁷² A.Corrêa, 1924, p. 23.

³⁷³ “(...) Logo em 1935 se tinha realizado uma «Semana Cultural Galega» na Universidade do Porto, o momento que teria sido importante no reforço das relações pessoais, depois mantidas nas três décadas seguintes. Do lado português foram protagonistas importantes desta interlocução personagens de

5.5- Sérgio da Silva Pinto: uma miscelânea de influências teóricas

O investigador bracarense Sérgio da Silva Pinto³⁷⁴ licenciou-se em Ciências Histórico-Geográficas na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra em 1939, não surpreendendo por isso que nas suas concepções sobre a autonomia geográfica de Portugal, tenha sofrido uma influência directa do seu professor Amorim Girão. Torna-se contudo mais interessante constatar que na única obra que publicou sobre o assunto ainda quando era estudante,³⁷⁵ denote diversas influências de outros geógrafos, especialmente no que concerne ao contributo da Geografia Física na problematização do estudo da autonomia dos dois países peninsulares e na delimitação da fronteira comum.

Começa, por contestar, tal como Amorim Girão de quem aliás cita a opinião sobre o assunto,³⁷⁶ a ideia rigidamente determinista de Theobald Fischer sobre a individualização geográfica de Portugal na Península Ibérica baseada apenas em factores naturais. Neste sentido, rejeita quase liminarmente a individualização geológica luso-espanhola mas aceita que a geomorfologia seja factor de diferenciação entre os países ibéricos, tal como também preconizam E. Reclus e sobretudo Silva Telles. Refere que o contraste morfológico de Portugal face a Espanha assenta na disposição do seu relevo em anfiteatro e na influência marítima do oceano Atlântico que abrange todo o País. Como o geógrafo luso-goês, chega mesmo a empregar a expressão «oceanicidade de Portugal» que reputa de «desiberizante», expressão também empregue por Fran Paxeco (1932), para salientar a contraposição portuguesa face à continentalidade castelhana que faz questão de esclarecer que é idêntica para toda a Espanha, visto que o centralismo em vigor no país vizinho faz com que Castela se sobreponha a todas as outras regiões em termos políticos: “É certo que Espanha não é só Castela. Mas, o vale do Ebro, a região Murcio-Valenciana, e até a Andaluzia, não possuindo o diferencial incomparável do Atlântico, subalternizam-se, fatalmente, entre o imperialismo geográfico da Meseta Castelhana. A continentalidade, é por consequência, a sua verdadeira expressão física.”³⁷⁷

relevo como António Mendes Correia, Fernando Castro Pires de Lima, ou o arqueólogo Mário Cardoso os responsáveis pelas revistas onde surgiram com mais regularidade as colaborações arqueológicas e etnográficas dos intelectuais galeguistas.” A. Medeiros, 2006, p. 232.

³⁷⁴ Sérgio da Silva Pinto (Braga -1915, Porto -1970) teve destacado papel a nível local, foi vereador da Câmara Municipal de Braga (1949-1962) e desenvolveu intensa actividade cultural a nível concelhio, tendo sido fundador da revista *Bracara Augusta*, director do jornal diário *Correio do Minho*, director da Biblioteca Pública de Braga e bibliotecário da Faculdade de Economia da Universidade do Porto. A nível académico, foi director (?) da Escola do Magistério Primário de Braga e docente convidado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1962-1970) quando da sua (re)fundação. No entanto, apesar de numerosos trabalhos sobre a história local de Braga, durante a Alta Idade Média (compilados em 1973), nunca apresentou dissertação de doutoramento na Faculdade onde era docente.

³⁷⁵ S. Pinto, 1936, pp. 580-589; *Idem*, 1938, 14 p. Refira-se que a obra foi escrita em 1935, publicada um ano depois na revista *Biblos* e novamente em separata dois anos mais tarde.

³⁷⁶ “Mas já o Senhor Prof. Doutor Amorim Girão (in *Biblos, Revista da Faculdade de Letras da Universidade*, Vol. V, pág. 304) muito consideradamente, contrariou tal opinião” S. Pinto, 1936, p. 580; *Idem*, 1938, p. 5.

³⁷⁷ S. Pinto, 1936, p. 582. *Idem*, 1938, p. 7.

Na sequência de Silva Telles, e na esteira de C. Vallaux, aceita que Portugal seja considerado uma personalidade geográfica, isto é, um aglomerado de regiões diferenciadas entre si, mas cuja unidade pressupõe a existência de todos os pré-requisitos para formar um organismo político que se individualiza face aos demais: o Estado, suporte espacial da Nação, com a consequente definição dos limites fronteiriços com o País vizinho. Esta consonância com a opinião de Silva Telles é apenas parcial porque ao contrário deste e de outros autores como Ferraz de Carvalho, considera que a diferenciação de Portugal não se encontra na individualização das Orlas Ocidental e Meridional face às outras unidades geomorfológicas da Península Ibérica, mas sim num conjunto de factores naturais e humanos em que estes se sobrepõem aos primeiros.

Os factores reivindicados por Sérgio Pinto mais marcantes para a individualização de Portugal são de ordem histórica, tal como para Alexandre Herculano, Damião Peres, António Sardinha e Alberto Sampaio, salienta a importância da Reconquista Cristã que mais não fez do que reforçar a importância do poder autónomo dos municípios governados pelos «homens-bons» do povo que, por sua vez, eram a base do sustentáculo do poder real. Paraphraseando A. Sardinha, «o republicanismo da monarquia» assente na valorização da economia agrária, «a grei agrária», tão destacada por António Sérgio, mas também pelos integralistas lusitanos como Pequito Rebelo, em contraposição ao feudalismo castelhano, valorizador dos barões terratenentes.

No nosso entender as ilações que se retiram de tal facto, são que as demarcações fronteiriças perduraram para além das desavenças dinásticas ou de outras crises resultantes das tentativas de alargamento do espaço geopolítico de um Reino em detrimento de outro, o que nos faz pensar porque é que já nos séculos XII-XIV no ocidente da Península Ibérica os limites do Estado, ou melhor a «razão de Estado» cujo corolário é a integridade do território nacional português, se sobrepunha aos interesses senhoriais dinásticos, algo que na Europa Ocidental, só começaria a suceder trezentos anos mais tarde.

Também se denotam outras influências no geógrafo bracarense, como seja a de Leite de Vasconcelos e Menendez y Pelayo, ao insistir na particularidade linguística e na literatura luso-galaica que deu origem ao romance lírico, diferente das canções de gesta e do romance épico castelhano. Outro factor que Sérgio da Silva Pinto também considera como significativo, bem ao espírito nacionalista da época, é o conceito da «pureza da Raça», também defendido por Mário de Saa e mais cientificamente apadrinhado por Mendes Corrêa e António Sardinha no sentido das características antropométricas da pronunciada dolicocefalia do povo português.

No entanto, o pequeno estudo que comentamos, contém, quanto a nós, uma mensagem menos explícita, em conformidade com os cânones oficiais do poder político salazarista, que é o de tentar transmitir o «conceito histórico da vocação agrária do povo português», «da existência de paz e harmonia sociais da pequena casa portuguesa» em oposição ao País vizinho que se debate nas agitadas lutas políticas da II República: “Compreende-se agora, completamente, a vocação agrária do povo lusitano (...) Positivamente, Espanha há-de pertencer sempre, através de todos os horizontes políticos, a senhores feudais. Em Portugal as prerrogativas concelhias realizam a melhor fraternidade social.”³⁷⁸ Muito oportunamente, numa altura em que a II República Espanhola se voltava decisivamente para uma política direitista (Leroux 1934-1936), refere que já não se verifica o velho aforismo de completa separação económico-política entre os dois países ibéricos, preconizando uma mais estreita cooperação entre ambos os regimes: “Pois, de vez em quando, a colaboração surge vantajosa á segurança de alguns denominadores comuns de civilização, glória inegável das Nações .”³⁷⁹

Alguns anos mais tarde, retoma e desenvolve a mesma temática noutra obra,³⁸⁰ sendo um dos poucos geógrafos portugueses, juntamente com Amorim Girão (1952) e Evaristo Guedes Vieira (1960) a fazê-lo, embora de uma forma esporádica, no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial. A este propósito, menciona o «destino histórico e civilizacional do luso-tropicalismo» e em vez de utilizar a designação de «raça» passa a referir as «diversas etnias» que compõem Portugal Continental e as colónias Ultramarinas; referindo que não existe uma separação abrupta entre Portugal e a Espanha porque a fronteira não é uma delimitação simples mas antes uma área zonal de gradação dos diversos fenómenos naturais e humanos observados em ambos os países ibéricos.

5.6- A concepção neodeterminista em Luís Schwalbach

O professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Luís Filipe Schwalbach (1888-1956), debruça-se em várias pequenas obras sobre a problemática da autonomia de Portugal no contexto ibérico, sempre focando os assuntos de um modo superficial e sem grande precisão científica.³⁸¹ Mesmo assim valerá a pena, numa época em que os geógrafos pelo seu escasso número e talvez pelas contingências políticas da época pouco escreviam sobre o assunto, para além do que os cânones do discurso oficial o permitiam, relançar uma vista de olhos sobre a opinião do aludido

³⁷⁸ S.Pinto, 1936, pp. 588-589.

³⁷⁹ *Ibidem*, p. 589.

³⁸⁰ *Idem*, 1959, 32 p.

³⁸¹ Ver a este respeito, P.Teles, Porto, 2000, pp. 94-143; 310-313.

geógrafo sobre a questão da autonomia de Portugal na individualização da fronteira face ao país vizinho.

Num trabalho intitulado *O critério geográfico do Professor Silva Teles* (1934)³⁸² que pretende ser uma modesta homenagem de L. Schwalbach ao seu antecessor, refere que apesar de Silva Telles fundamentar a divisão fronteiriça ibérica em critérios de ordem natural, bem como noutros que se reportam aqueles que se relacionam com a Geografia Humana, estes não são suficientes para explicar a individualização entre os dois países peninsulares. Neste caso, interroga-se, como poderíamos delimitar a fronteira entre países como a Alemanha e a Polónia, ou a França e a Bélgica? Admite por conseguinte que para além das fronteiras naturais que delimitam os países, que podem até nem ser muito nítidas, outros factores existem que nos podem levar a considerar a fronteira como uma entidade artificial baseada em critérios de ordem (Geo)política.

Esta concepção é desenvolvida noutro estudo, *Portugal Continental, alguns Problemas Geográficos* (1933), onde se pormenoriza que os factores de ordem humana que permitiram a individualização de Portugal residem em aspectos que se relacionam com a dolicocefalia, a par da homogeneidade da população portuguesa em relação à espanhola, consoante com a opinião de Mendes Corrêa expressa na obra *Raça e Nacionalidade* (1919). Também podem assumir um carácter político, resultante da consciência de uma identidade comum da Nação que supera a heterogeneidade regional, o que aproxima Luís Schwalbach da teoria de Camille Vallaux, acerca dos condicionalismos necessários à formação de Estados, tanto assim que o admite expressamente, citando em abono da sua opinião uma das mais conhecidas obras daquele geógrafo francês.³⁸³

Esta teoria da formação política dos Estados, que seria alguns anos mais tarde retomada por A. Girão, não implica que em termos geopolíticos, Portugal tenha uma fronteira natural, baseada (por exemplo) na rede hidrográfica, perfeitamente definida, nem muito menos que esta, se existir, coincida com os limites políticos entre ambos os países: “Não afirmaremos que a actual raia corresponda exactamente ao limite duma entidade geográfica; proclamaremos, no entanto, que Portugal se individualiza perfeitamente do resto da Península.”³⁸⁴

Em consonância com T. Fischer, Silva Telles, Dantin Cereceda, Ferraz de Carvalho, Miguel Santaló e H. Lautensach, também refere que a Península Ibérica se comporta como um pequeno continente devido à multiplicidade de factores naturais que originam uma grande diferenciação

³⁸² L.Schwalbach, 1934, 8 p.

³⁸³ “La superposition exacte des Régions humaines aux Régions naturelles ne fut jamais, sans doute, une règle générale; il est certain, en tout cas, que c'est aujourd'hui l'exception. Subdiviser les grandes régions, adosser des petites régions aux grandes et faire de la terre entière une sorte de marqueterie et de mosaïque, rien n'est plus contraire à la tendance unificatrice et niveleuse que montre la géographie humaine, sous la pression de la réalité, pour rapport aux faits de la géographie physique”. C. Vallaux, *Les sciences géographiques*, Félix Alcan, Paris, 1925, 407 p. (op. cit. em L. Schwalbach, 1933, p. 23.

³⁸⁴ *Ibidem*, 1933, p.26.

paisagística.³⁸⁵ No entanto o geógrafo L. Schwalbach põe a tónica na dualidade peninsular, diríamos mesmo antagonismo, entre o litoral, particularmente a peculiar configuração do *haff* delta de Aveiro e das rias na Galiza, em contraposição à continentalidade dos planaltos de Castela-Leão. Este aspecto teria sido determinante pelo facto das características do ambiente natural determinarem os desejos independentistas das províncias hispânicas periféricas. Parece-nos, que este estudo pouco mais é do que uma apressada e imprecisa sùmula, em termos das ideias e da própria terminologia científica utilizada, comparativamente ao pormenor e rigor científico das obras publicadas pelo geógrafo Silva Telles ou pelo geólogo Ferraz de Carvalho.

Outro estudo que versa sensivelmente o mesmo assunto, mas com um pendor regionalista mais acentuado dá-nos algumas indicações sobre a delimitação da fronteira luso-espanhola.³⁸⁶ Considera o geógrafo da Universidade de Lisboa que Portugal se distingue nitidamente na Península Ibérica devido essencialmente a aspectos relacionados com a Geografia Física, indo ao encontro da opinião sustentada por Silva Telles e em parte por Ferraz de Carvalho. Neste sentido, são factores primordiais da individualização portuguesa a navegabilidade dos rios ibéricos em território nacional, que por si já servem para diferenciar certos troços da fronteira hispano-portuguesa, bem como a diferenciação entre ambos os países acentuada pela influência preponderante do Oceano Atlântico no clima português: “O falecido geógrafo Brunhes no trabalho sobre a «Irrigação no Norte de África e na Península Ibérica», inclui o nosso país na ibéria húmida. Com efeito, estamos longe da *secura* de muitos retalhos das Castelas e da Mancha (...) quer dizer, o território nacional ficará incluído nas regiões em que geralmente a irrigação é desnecessária.”³⁸⁷ Este último aspecto, da correlação entre as diferenças climáticas e a diversidade paisagística devido às distintas potencialidades agrícolas do solo, também é focada com especial realce por Ezequiel de Campos em *Pela Espanha* (1916) e por Magalhães Basto na obra *A fronteira Hispano-Portuguesa* (1923).

Ainda referente a esta temática, da individualização geográfica de Portugal *versus* delimitação da fronteira ibérica, publicou L. Schwalbach, *Frutos Maravilhosos da Árvore Nacional* (1938),³⁸⁸ onde elabora uma abordagem paisagística e histórica da formação de Portugal, apontando diversas teorias de outros investigadores, especialmente no âmbito da História e da Geografia; considera que o nosso país se caracteriza por uma enorme diversidade paisagística das regiões, atendendo à proporcionalidade da sua superfície: “(...) sem prejuízo da íntima ligação entre elas, o que afigura um

³⁸⁵ O conceito de «paisagem» é aqui empregue em sentido lato, segundo a Geografia Cultural de Richard Harsthorne: a diversidade paisagística em termos físicos implica também uma diferenciação em termos humanos, pois aquela é o reflexo da actividade civilizacional do Homem sobre o Meio.

³⁸⁶ L.Schwalbach, 1937, 25 p.

³⁸⁷ *Ibidem*, p. 11-12.

³⁸⁸ *Idem*, 1938, 91 p.

regionalismo exagerado.”³⁸⁹ A formação de Portugal como país independente terá sido propiciada por uma certa individualidade em termos de elementos naturais (solo, morfologia e clima), a par de elementos humanos (produção, género de vida e características específicas da raça).

Apesar desta posição diferir da apresentada por H. Lautensach, não se coíbe L.Schwalbach de a mencionar, mesmo não concordando inteiramente com os critérios formulados, adiantando que para o geógrafo alemão a diferenciação entre Portugal e Espanha não tem um carácter regional, mas antes se apresenta dentro de um contexto mais vasto, essencialmente fitoclimático, que advém da formulação da sua célebre teoria de diferenciação específica das penínsulas. Menos realce é dado à opinião de Damião Peres sobre a individualização de Portugal, apenas se mencionando que este historiador tinha então apresentado uma obra sobre a formação de Portugal (1938) não indicando sequer quais os conceitos indicados pelo investigador ou os pressupostos em que se baseia para fundamentar a sua teoria.³⁹⁰

Ao longo das obras em análise, o neodeterminismo de L. Schwalbach é bem evidente ao fundamentar a existência de Portugal enquanto Nação independente, em pressupostos referentes a factores de ordem natural os quais tiveram um papel fulcral na demarcação dos limites do território nacional, não tanto pela individualização geomorfológica, como pretendia Silva Telles, mas mais pela morfologia de um litoral recortado, que denomina de “raia oceânica.”³⁹¹ Esta expressão também empregue por Ferraz de Carvalho, significa segundo o nosso ponto de vista, que o litoral, tal como uma «fronteira de contacto», favoreceu o intercâmbio cultural e económico com outros povos e posteriormente, a expansão marítima. Para além destes factores, L. Schwalbach sustenta que a navegabilidade dos rios terá sido importante para manter a identidade *versus* unidade nacional entre o litoral e o interior, teoria que é corroborada por Amorim Girão e sobretudo, por Orlando Ribeiro que a desenvolve mais tarde. No entanto, numa perspectiva nacionalista muito em voga na época, considera que os factores anteriormente apontados não são suficientes para explicar a individualidade nacional, pois esta assenta também em aspectos inerentes à «raça» portuguesa, determinantes para manter a independência e iniciar a expansão marítima.³⁹²

A problemática da individualização *versus* independência de Portugal na Península Ibérica é tratada de um modo mais pormenorizado e rigoroso noutra obra posterior, *As Sociedades Humanas e o Ambiente Geográfico (1945)*³⁹³ em que L. Schwalbach faz referência aos conceitos instituídos por

³⁸⁹ *Ibidem*, 1938 p.11.

³⁹⁰ Trata-se provavelmente do título *Como Nasceu Portugal*, 2ªed, Companhia Editora do Minho, Barcelos, 1938, 86 p.

³⁹¹ L.Schwalbach, 1938, p. 43.

³⁹² Esta teoria foi apresentada, embora de uma forma mais desenvolvida, exactamente no mesmo ano de 1938, em A.Corrêa, 1938, 74 p.

³⁹³ L.Schwalbach, 1945, 61 p.

alguns geógrafos sobre a interligação existente entre o Homem e o Meio, especificando a sua opinião sobre o assunto. O estreito relacionamento entre o Meio natural e o Homem, será determinante para que o geógrafo de Lisboa possa fundamentar os seus pressupostos sobre a formação de Portugal, muitas vezes em contraposição às teorias defendidas por outros investigadores, as quais porém menciona muito ao de leve.

A importância do relacionamento entre o Homem e o Meio é evidenciada pela descrição dos pressupostos ratzelianos sobre a interacção entre os grupos humanos num quadro natural que é determinante para o evoluir da sociedade em si. Esta última tem como principais referências o espaço em que se insere e a posição relativamente a outras sociedades organizadas em Estados de complexidade variável. A teoria da formação e estrutura do Estado segundo as necessidades de organização da sociedade que tende a ocupar um determinado espaço vital, é teoria que L. Schwalbach não apoia inteiramente porque, segundo refere, origina interpretações erróneas "(...) susceptíveis, porém, de severa réplica, como quando disserta sobre política internacional."³⁹⁴

Podemos concluir, que se L. Schwalbach não é um apoiante activo das doutrinas ratzelianas, não deixa de ser a favor: "(...) dum determinismo geográfico condicionado, relativo, e assim o declaramos no opúsculo Portugal Continental: nem ao de leve pretendemos negar a influência dos denominados agentes naturais-orientadores muitas vezes de movimentos das aglomerações humanas (...). Bem nítidos se mostram os efeitos das unidades morfológicas elementares na vida das populações: a montanha, o vale, a planície, entre outras, representam acidentes fisiográficos que hão de agir sôbre os indivíduos."³⁹⁵

Numa segunda parte da mesma obra L. Schwalbach refere, como J. Brunhes, a importância da Geografia na compreensão de acontecimentos históricos ou, como diríamos actualmente, na localização espacial dos fenómenos. Por conseguinte, não é de admirar que dê especial relevância à opinião de Oliveira Martins, quando refere que a formação de Portugal deve-se em grande parte à vontade da população portuguesa no seu conjunto em ocupar determinada área, através da acção de conquista praticada pelos barões, mas onde também intervieram factores deterministas como as características do Meio. Contudo, devido à conjuntura internacional (o final da II Guerra Mundial) deixa de dar uma ênfase tão acentuada à opinião nacionalista da delimitação natural da raia entre ambos os países ibéricos: "Se não julgamos admissível a sustentação da doutrina que reconhece a presente fronteira entre Portugal e Espanha como os limites rigorosos de duas individualidades geográficas,

³⁹⁴ *Ibidem*, p.30.

³⁹⁵ *Ibidem*, p.32.

também nos parece que os factores fisiográficos não se mostraram inteiramente estranhos à circunstância de possuímos uma raia metropolitana que remonta ao século XIII, com leves oscilações (...) se o traçado da actual fronteira terrestre do nosso País difere nitidamente do contôrno da província portugalense, governada pelo conde D. Henrique, de mínima importância foram, no entanto, as modificações experimentadas desde os fins do século XIII, exceptuada a perda de Olivença. Garantidas a parte oriental da bacia do Côa e algumas povoações para além do Guadiana, Portugal, há mais de 640 anos firmou com segurança os seus limites na Península Ibérica.”³⁹⁶

5.7- A fronteira na teorização geopolítica de José de Santa-Rita

Ainda nesse finais da década de trinta do século XX, foi publicado um estudo intitulado *O Problema das Fronteiras* (1938) da autoria de José Gonçalo de Santa-Rita. Ao invés dos anteriores, é apenas puramente teórico e versa sobre a classificação das fronteiras bem como a sua evolução em termos históricos no contexto dos conflitos politico-militares situados cronologicamente entre o início do século XIX e o pós- Primeira Guerra Mundial. ³⁹⁷

A obra em análise, apesar de não se reportar directamente a Portugal, fazendo apenas uma brevíssima referência à importância geoestratégica das cadeias montanhosas no início das Guerras Peninsulares e outra ao Tratado de 1864 relativo à delimitação da fronteira luso-espanhola, torna-se contudo basilar para averiguar acerca da recepção e interpretação em Portugal das obras e dos novos conceitos relacionados com a Geopolítica, entre 1920-1930, bem como sobre o desenvolvimento do *corpus* teórico e da estrutura conceptual sobre a problemática das fronteiras dada a abundante referência à bibliografia franco-alemã que o aludido geógrafo referencia: "Le développement des Etats concorde avec le développement de leurs frontières. L'étude de ces lignes qui divisent nos cartes est une partie essentielle de la géographie politique. Nous devons nous demander ce qu'elles signifient, et, d'abord, en quoi elles consistent exactement. A ce point de vue, le schématisme des cartes pourrait nous tromper. Les frontières sont un fait géographique, puisque la géographie les fait entrer aisément dans ses représentations.”³⁹⁸

Pena é que o autor, no que nós considerámos o melhor e mais actualizado estudo sobre a teorização da fronteira publicado por geógrafos portugueses nas primeiras décadas do século passado,

³⁹⁶ *Ibidem*, p.32; *Idem*, 1938, p.8.

³⁹⁷ J.Santa-Rita, 1938-b, 80 p.

³⁹⁸ J.Brunhes; C.Vallaux, 1921, p. 337.

só muito esporadicamente se refira a exemplos concretos de casos nacionais, apenas se salientando na originalidade de referir os conceitos do antropólogo português J. Leite de Vasconcelos, para quem o traçado das fronteiras modernas está relacionado com a diferenciação de culturas, ou melhor com a demarcação de áreas onde se efectua a transição de culturas, usos e costumes. Refere que Mendes Corrêa tinha razão quando afirma que não basta considerar os elementos naturais como o solo e o clima para delimitar uma fronteira. Esta pode ser baseada em elementos naturais desde que estabeleçam um contraste acentuado entre duas áreas, o que raramente acontece porque as características naturais modificam-se de uma forma gradual, muito embora tenham a vantagem da simplicidade. Assim, no que concerne ao exemplo português, refere somente a importância em termos históricos, do que considera o aproveitamento geoestratégico das montanhas e, sobretudo, dos cursos de água, respectivamente nas defesas constituídas no início do século XIX em torno do Buçaco e das Linhas de Torres Vedras.³⁹⁹

Posteriormente, faz outra breve menção à importância geopolítica dos cursos de água na delimitação da fronteira ibérica (segundo o convénio luso-espanhol de 1864 no reinado de D. Luís I) particularmente onde esse limite é feito através do talvegue dos rios, por estes serem em teoria uma fronteira natural de fácil fixação. Na prática, a mobilidade do leito dos rios tornará algo difícil estabelecer com precisão uma demarcação política exacta do limite entre ambos os países: “Os rios divisórios quando, por influxo da natureza mudam súbita e totalmente a direcção, não alteram o limite das nações, pois este continua determinado pelo antigo leito.”⁴⁰⁰

A importância dada pelo autor aos cursos de água como limites fronteiriços advém não só do seu significado em termos geoestratégicos de *per se* mas também ao facto de ao longo dos tempos os limites naturais estarem tão consolidados que passam a ser um referencial importante que se tornam verdadeiras fronteiras políticas de referência: “As linhas fluviais como as linhas de costa, são bem conhecidas de todos, e podem portanto servir melhor como referência para a conclusão de um acôrdo para a fixação da divisória entre espaços políticos contíguos, umas vezes provisoriamente, outras de forma definitiva, constituindo assim fronteiras que às vezes se mantêm por séculos e adquirem na geografia histórico-política uma importância que o acidente histórico-geográfico em si próprio não teria.”⁴⁰¹

³⁹⁹ “Para não sairmos de exemplos nacionais, basta recordar o Buçaco e ainda melhor Tórres Vedras, onde o rio Tejo protegeu tão eficazmente o exército luso – britânico como o aproveitamento das condições de relêvo” J.Santa Rita 1938-b, p. 37.

⁴⁰⁰ *Ibidem*, p.158.

⁴⁰¹ *Ibidem*, p. 79.

Justamente, surge aqui um conceito novo, que o autor “(...) chama a face histórica, que é muito variável”⁴⁰² Mais não é, no nosso entender, do que a constatação do facto de que as fronteiras de um Estado podem adquirir mobilidade em face dos interesses expansionistas resultante dos acontecimentos históricos, pois como diria F.Ratzel, a fronteira é um limite tão fluido que pode penetrar até ao interior de um Estado vizinho, dependendo do equilíbrio geopolítico entre eles.

O investigador J. Santa-Rita teoriza sobre a delimitação histórica das fronteiras internacionais, seguindo uma classificação clássica, preconizada por outros autores da época, com um rápido bosquejo das principais obras e autores que tratam esta temática: F. Ratzel nas obras *Anthropogéographie* (1882) e *Politische Geographie* (1897); Lord Cruzon em *Frontiers* (1907); Lionel William Lyde, com o título *Some Frontiers of Tomorrow* (1915); T.Holdich na obra *Political Frontiers and Boundary Making* (1916); C. Fawcett-*Frontiers: A Study in Political Geography* (1918); K. Haushofer-*Grenzen* (1927); O.Maull-*Politische Grenzen* (1928); Roletto e Massi-*Lineamenti di Geografia Politica* (1931). No Portugal dos anos trinta só tem paralelismo com outro trabalho apresentado por José Paiva Boléo.⁴⁰³

O geógrafo J. Santa-Rita começa por lamentar que o tema que dá o título à obra tenha tamanha acutilância na época em questão, isto é, relaciona a instável situação geopolítica nesses anos que antecederam a Segunda Guerra Mundial, com a conseqüente instabilidade fronteiriça verificada entre os países europeus. Considera que é uma época de incertezas, ou seja de mudança dos valores, das organizações e entidades políticas como sejam o Estado e a(s) respectiva(s) Nacionalidade(s) daí a premência em analisar e se possível, encontrar um novo conceito de classificação topológica das fronteiras. Paralelamente, o autor discute a importância geoestratégica de cada uma das barreiras físicas que podem servir como delimitação fronteiriça entre os diversos países europeus, estando implicitamente de acordo com os geógrafos J. Brunhes e C. Vallaux quando afirmam que: “En Europe, la frontière finit par se préciser en une ligne qui n’est point arbitraire, et qui est un produit du déterminisme géographique et historique.”⁴⁰⁴

⁴⁰² *Ibidem*, p. 40.

⁴⁰³ Nesse trabalho o investigador tenta abordar esta temática geopolítica da autonomia de Portugal *versus* individualização da sua fronteira no contexto peninsular, associando a acção preponderante do Homem na constituição do Estado e posterior formação da(s) nacionalidade(s). Considera que as sociedades traduzem a sua expressão política na Nação, bem como o Estado com a respectiva base territorial assente numa delimitação político-administrativa da fronteira, como sendo produto do Meio natural e da Raça. J.Boléo, 1935, XV+ 190 p.

Podemos dizer que ambos os estudos se assemelham muito, quer no método quer na tipologia utilizada para classificar as fronteiras, pese embora o maior número de exemplos concretos apontados na obra do geógrafo de Coimbra, em detrimento de um menor número de citações bibliográficas de autores estrangeiros em que o trabalho de J. Santa Rita, no nosso entender, supera largamente o anterior. Registe-se o facto de ambos se reportarem com mais frequência às mesmas fontes bibliográficas que são os grandes clássicos franceses ou alemães -estes últimos traduzidos para o castelhano- geralmente por M. Echeverría ou Gonzalo de Reparaz-ou italianos sobre a Geopolítica e que datam na sua maioria entre os finais do século XIX e os primeiros anos da década trinta do século XX.

⁴⁰⁴ J.Brunhes; C.Vallaux, 1921, p. 346.

Começa por definir teoricamente o espaço territorial de um país, sem mencionar de um modo explícito o caso português, refere tal como Ferraz de Carvalho, Mendes Corrêa e sobretudo H. Lautensach, que a agregação da nacionalidade resulta da actuação de «linhas de força» centrífugas. No caso destas não serem suficientemente coesas, podem conduzir à perda de uma parcela do território nacional. Se os recursos económicos forem reduzidos para a manutenção da independência nacional, a alternativa é a expansão marítima, visando obter noutras paragens as compensações que se perderam no país de origem. Sem mencionar exemplos, torna-se evidente que se refere ao exemplo português de inícios de Quatrocentos em que o expansionismo em direcção ao Atlântico foi a alternativa aos minguados recursos do território e simultaneamente uma forma de afirmação nacional.

Seguidamente, debate a questão dos limites fronteiriços, contrapondo ao conceito de fronteira administrativa de Rolletto e Massi⁴⁰⁵ o de fronteira baseado em aspectos naturais comuns (vegetação, rede hidrográfica ou cadeias montanhosas), ou civilizacionais (modos de vida, língua, usos e costumes). Esta noção delimita a fronteira como um espaço territorial entre dois países, mas em que aquela se pode perfeitamente prolongar para além dos limites actualmente demarcados entre Estados, encorajando uma maior mobilidade na demarcação das fronteiras, admitindo implicitamente que tal facto poderá conduzir a situações de conflitos entre Estados, concepção organicista em que a entidade política dominante alarga a sua fronteira à custa dos outros países limítrofes. Seja como for, para o geógrafo Santa-Rita é um facto que a existência de uma fronteira entre países não serve de desculpa para o expansionismo de um Estado à custa de outro, ou para o desrespeito do princípio das nacionalidades, facto que de *per se* conduz ao megalostatismo ratzeliano: “Na realidade a orientação dos geógrafos contemporâneos é devida apenas à influência da concepção ratzeliana, e esta, se traduz uma verdade geofísica, não é uma verdade geopolítica.”⁴⁰⁶

Significa que para o autor citado, os critérios para a demarcação das fronteiras entre Estados se são ainda muitas vezes baseados em aspectos naturais ou rúnicos, estes apresentam uma validade geográfica relativa, isto porque sofrem com frequência alterações bruscas resultantes das manobras político-diplomáticas, passando a ser limites artificiais, transformando-se em fronteiras lineares. Se pelo contrário, a fronteira não é de todo demarcada com base em aspectos naturais, mas baseia-se antes de mais em aspectos humanos relacionados com a marca peculiar que uma determinada população no conjunto da unidade nacional gradativamente imprime à paisagem, os

⁴⁰⁵ “(...) confine é una manifestazione territoriale dell’le Sate geografico”⁴⁰⁵G.Rolletto; E.Massi, 1931,p. 33 *apud* J.Santa Rita 1938-b, p. 10.

⁴⁰⁶ J.Santa Rita 1938-b, p. 16.

limites entre países vizinhos apresentam maior estabilidade e por conseguinte são uma garantia da manutenção da paz entre eles.⁴⁰⁷

Na realidade, J. Santa Rita assume-se mais como um crítico moderado do que um apoiante das ideias de J. Brunhes e C. Vallaux. Para ele, apesar do inegável valor dos dois geógrafos franceses na contraposição mas não na rejeição cabal da teoria ratzeliana das fronteiras, acha que caíram ambos no erro de considerar na sua bem conhecida classificação dos limites fronteiriços⁴⁰⁸ apenas os aspectos espacio-temporais, ou seja, basearam-se apenas numa classificação historicista e na componente humana da geografia sem levar em linha de conta os aspectos naturais, especialmente as bacias hidrográficas: “As linhas fluviais, como as linhas de costa, são bem conhecidas de todos, e podem portanto servir melhor como referência para a conclusão de um acôrdo para a fixação da divisória entre espaços políticos contínuos, umas vezes provisoriamente, outras de forma definitiva, constituindo assim fronteiras que às vezes se mantêm por séculos e adquirem na geografia histórico-política uma importância que o acidente geográfico não teria.”⁴⁰⁹ O que, no nosso entender, não corresponde à verdade, pois ambos os geógrafos franceses dão relevância à componente natural na fixação dos limites fronteiriços, tanto assim que as asserções de J. Santa-Rita são (quase) transcrição das palavras dos supracitados investigadores sobre o assunto: “Sur la carte, la frontière de mer est constituée par la ligne des cotes (...) regarde une limite de cette nature comme la frontière naturelle parfaite, puisqu’une fois l’Etat arrivé aux bords de la mer, il semble à l’abri de tout recul et protégé lui-même.”⁴¹⁰

Contudo, J. Santa Rita também critica J. Brunhes e C. Vallaux pela pouca importância geoestratégica que estes concedem à delimitação da fronteira baseada em elementos naturais, como sejam os rios ou as montanhas, embora o mesmo não se possa dizer em relação aos Oceanos, mas não é menos verdade que (re)define o conceito de fronteira natural indicado pelos dois geógrafos franceses, considerando que resulta tudo de uma má interpretação que os diversos autores têm feito do termo «fronteira natural». Este em si, não implica a existência de grandes obstáculos físicos como cadeias montanhosas ou extensas redes hidrográficas mas antes tudo aquilo que seja um pequeno

⁴⁰⁷ Por isso, podemos dizer que J.Santa-Rita partilha do ponto de vista de A.Mendes Corrêa que afirma:“Ninguém poderá encontrar a justificação do estabelecimento da unidade nacional sobre a unidade geomorfológica ou climática de uma região,” A.Corrêa, 1921-a, p. 194.

⁴⁰⁸ Já por diversas vezes referida anteriormente: fronteiras vivas ou de tensão, fronteiras de esboçadas ou de acumulação e fronteiras mortas ou fossilizadas.

⁴⁰⁹ J.Santa-Rita,1938-b, p. 59.

⁴¹⁰ *Ibidem*, p. 78.

⁴¹¹ J.Brunhes; C.Vallaux, 1921, p. 339. Embora não o admita explicitamente, aqui está um ponto de contacto de J. Santa Rita com a maioria dos geógrafos portugueses das primeiras décadas do século passado ao enunciar a importância da configuração do litoral como uma demarcação fronteiriça de um país em relação ao Oceano. Para corroborar as suas afirmações, apoia-se numa afirmação de C.B.Fawcett, que por sua vez transcreve quase literalmente C. Vallaux, de quem traduz a seguinte frase: “A fronteira entre a terra e o mar é na realidade uma zona variável. Na natureza há muitas zonas fronteiriças flutuantes, mas não linhas de fronteiras fixas.” J.Santa-Rita, 1938-b, p. 14. No nosso entender, frase tanto mais verdadeira quanto na época os limites das águas territoriais, ou se quisermos, o espaço geopolítico onde se prolonga a soberania de um País, é ainda conceito mal definido em termos jurídico-administrativos e de restrita aplicação em termos práticos, não ultrapassando as cinco milhas náuticas.

obstáculo natural (um talude, uma colina ou um talvegue) ou humano (um fortim, uma casamata) que possa constituir em termos geoestratégicos um obstáculo ao avanço dos exércitos invasores, ou em termos geopolíticos, que permita individualizar o território e assim demarcar mais seguramente a fronteira.

A fronteira é para o autor, um conceito geopolítico que é inseparável do geoestratégico, por conseguinte concede algum relevo ao interesse que este assunto desperta nos militares.⁴¹¹ Em termos geopolíticos, defende como L. Marchi (1929) que a fronteira entendida como área de demarcação pacífica entre dois Estados deve assentar em dois aspectos: limites naturais, a par de aspectos relacionados com a diferenciação paisagística resultante da actividade humana. Somando o que considera a «face histórica», ou seja o limite da fronteira onde consoante a conjuntura internacional o perigo de invasão foi no passado e deverá ser no presente maior para, que caso seja possível, alterar a configuração dos limites fronteiriços de um país e assim garantir-lhe maior segurança e estabilidade territoriais. Seguindo uma concepção vidaliana, refere que a delimitação fronteiriça nem sempre é necessária para a separação entre Estados, as mais das vezes ela une em vez de separar as populações de países vizinhos. Significa que mais importante que uma fronteira que delimite o Estado, é saber se essa delimitação corresponde ao limite territorial da nacionalidade em questão.

Talvez por isso, critica o conceito de fronteira linear, baseado apenas em separações artificiais entre Estados, mas condena ainda mais aquilo que designa por fronteira orgânica, criação de F. Ratzel, referindo que ambas são utilizadas como demarcação artificial dos Estados que iniciaram uma fase de expansionismo. A demarcação idealizada da fronteira, é para Santa-Rita, afinal, uma concepção muito idêntica à assumida por J. Brunhes e C. Vallaux, um espaço quase indeterminado, de largura variável que coreesponde a uma fronteira zonal, definindo essa área como aquela em que se combinam elementos naturais com elementos étnicos e sociais. Paradoxalmente, considera que atendendo ao contexto geopolítico da época, a «zona de fronteira», geralmente artificial (a expressão inglesa original é *boundary*) tornou-se, pela complexidade da artificialização do meio natural e consequente transformação da paisagem - conceito que o geógrafo português deverá ter conhecido das obras de A. Demangeon - tão válida como a fronteira verdadeira (leia-se fronteira zonal, embora o autor não empregue esse termo) que é aquela delimitada em áreas heterogéneas, de transição de características naturais e humanas.

⁴¹¹ "Las fronteras podran ser consideradas como zonas desde el punto de vista geográfico y politico y aunque estos aspectos sean inseparables del militar en el orden táctico y estratégico forzoso es atener-se a su condición de líneas con todas las consecuencias que lleva consigo su propia concepción, artificio de los hombres reñido con las realidades geográficas, pero artificio que obliga a los mayores cuidados y a las más minuciosas previsiones." Luís Villanueva López -Moreno, *Bases para el estudio de la Geografía Militar*, p. 155, *apud* J. Santa-Rita, 1938, pp. 37-38.

Por conseguinte, não será de admirar que o geógrafo de Lisboa considere mais correcta a complexa classificação das fronteiras de G. Roletto e E. Massi (1931) que também critica por considerar que aqueles geógrafos italianos pretenderam englobar dentro do mesmo critério de classificação diversos tipos de fronteiras (políticas, naturais, económicas e socioculturais).

Sintetizando, a tipologia algo inovadora das fronteiras proposta por J. Santa Rita assenta em dois pressupostos: o primeiro é que a fronteira pode ser classificada segundo aspectos exclusivamente naturais (fisiográficos) em que ressalta o seu aspecto externo que é utilizado com vantagem para a demarcação política da fronteira (denominada de fronteira topográfica) e o segundo refere-se aos aspectos internos da fronteira, isto é, aos condicionalismos humanos (económicos, religiosos, culturais e geopolíticos) que a originaram. Sendo que esta definição se aproxima quanto a nós, talvez muito mais do que pretenderia o seu autor, da indicada por J. Brunhes e C. Vallaux, ao salientar a primazia da acção do Homem na definição das fronteiras e pelo facto de sublinhar que estas resultam de factos geopolíticos. Ou seja, ambos admitem que a fronteira é uma entidade política móvel, dinâmica e resultante da interacção, quando não do conflito entre Estados, e menos na dependência de acontecimentos históricos, como erradamente interpretou J. Santa-Rita quando se referiu às concepções dos dois geógrafos franceses, os quais sublinham: “(...) C’est ainsi que nous devons considérer le fit géographique de la frontière: Il se lie étroitement, non aux incidents de l’évolution historique, mais aux conditions de vie permanentes et profondes des Etats délimités.”⁴¹² Tal e qual como preconizava a teoria ratzeliana das fronteiras zonais em constante movimento, que, por sua vez, influenciou os dois geógrafos franceses supracitados: “Aucune frontière n’est une simple ligne de démarcation, pas même la frontière évoluée et précisée d’un grand Etat moderne, tracée à travers des régions de peuplement dense et de grande civilisation, et nous dirons plus, celle-là moins que toutes les autres.”⁴¹³

Outra crítica que quanto a nós, se pode fazer a J. Santa Rita, resulta do facto de este não entender que as fronteiras étnicas (que considera baseadas em aspectos culturais e antropológicos), são de difícil aceitação, tornando-se virtualmente impossíveis de delimitar porque segundo o autor supracitado, se subdividem ainda mais consoante os aspectos físicos da área em que transcorre a sua delimitação. Talvez por isso, a classificação das fronteiras apresentada não seja mais do que um simples exercício de retórica geográfica.

⁴¹² J. Brunhes; C. Vallaux, 1921, p. 339.

⁴¹³ *Ibidem*, p.338.

5.8 A importância da fronteira marítima em Armando Gonçalves Pereira

Armando Gonçalves Pereira, que sucedeu a Silva Telles na regência de Geografia Política e Económica no Instituto Superior de Comércio (1931) publicou em finais da década de 1930, um pequeno opúsculo onde tenta demonstrar, senão mesmo justificar, apoiando-se em diversos geógrafos nacionais e estrangeiros, as premissas autonómicas de Portugal fundamentando o traçado da fronteira portuguesa baseada em aspectos histórico-geográficos.⁴¹⁴

Corroborava a autonomia geográfica de Portugal baseado não em acontecimentos históricos (a vontade própria de um príncipe), mas na posição geográfica face ao litoral Atlântico, criticando explicitamente Amorim Girão⁴¹⁵ sendo que este último já tinha citado o anterior investigador a propósito da influência do Oceano na autonomia de Portugal.⁴¹⁶

Gonçalves Pereira acaba por aceitar as teorias de Gonzalo de Reparaz sobre a autonomia dos Estados muito embora truncando a informação e referindo apenas uma muito pequena parte de duas das obras daquele geógrafo espanhol sobre as causas da independência de Portugal.⁴¹⁷ Consideram ambos, como particularmente significativos, uma série de factores em que se destacam a raça⁴¹⁸ mas também a diferenciação entre regiões que se complementavam entre si; a constituição de uma marinha de guerra capaz de fazer frente aos outros reinos peninsulares e, sobretudo, a própria configuração do litoral português. Este último propiciou o desenvolvimento da actividade mercantil e criou uma classe burguesa com uma mentalidade distinta da do castelhano: “Portugal es hijo de su litoral, por estar este tendido a lo largo de las rutas marítimas.”⁴¹⁹

Neste sentido, apresenta sem tomar partido por nenhuma delas, as teorias ratzelianas e neovidalianas (F. Ratzel, C. Vallaux e J. Brunhes) sobre a concepção e viabilidade autonómica dos Estados capazes de comportarem no seu seio uma Nacionalidade. Referindo que neste contexto, Portugal apresenta todos os condicionalismos para ser um Estado independente, explicando-se assim as mais antigas fronteiras estáveis entre todos os países europeus, quer se aborde a questão do ponto de vista das premissas ratzelianas quer se questione o mesmo assunto segundo os conceitos vidalianos de J. Brunhes e C. Vallaux. No primeiro caso, será a população absoluta elevada; a extensa massa

⁴¹⁴ A. Pereira, 1937, 19 p.

⁴¹⁵ “ Nestas condições, tudo o que podemos afirmar sem receio de contradição é que os primórdios do Estado português nos surgem como um episódio da Reconquista Cristã segundo a opinião de Alexandre Herculano. Antes de terem sido uma aspiração colectiva, foram talvez um sonho de independência individual” A. Girão, 1935-b, p. 20.

⁴¹⁶ “ O papel do mar na formação dos Estados impõe-se de tal maneira aos olhos de todos que ocioso seria insistir sobre ele. Foi aliás, assunto já largamente versado entre nós pelo Sr Dr. Gonçalves Pereira no seu estudo *A Economia do Mar*” *Ibidem*, pp. 15-16.

⁴¹⁷ G. Reparaz, 1929-b, pp. 143-158; *Idem*, 1933, p. 264.

⁴¹⁸ Opinião muito parecida, mas mais fundamentada cientificamente é defendida por A. Corrêa, 1919, 181 p.; *Idem*, 1938, 74 p.; *Idem*, 1943, pp. 245 - 274.

⁴¹⁹ G. Reparaz, 1933, p. 265.

territorial localizada estrategicamente ao longo de três continentes, incluindo as possessões coloniais, a par da necessidade precoce de expansionismo que originou o império colonial mas em simultâneo a contigência de fornecer todos os anos grandes caudais emigratórios devido à pobreza dos recursos do território nacional. No segundo caso, se a questão for analisada do ponto de vista vidaliano, o nosso País apresenta todos os requisitos para manter por direito próprio a sua individualidade, como sejam: fisionomia própria, em termos naturais e humanos que o diferencia do país vizinho; unidade territorial assente no polimorfismo regional e na diferenciação fronteiriça face a Espanha; unidade nacional assente na formação precoce do Estado e na consciencialização da nacionalidade comum.

Contudo, há um aspecto que no nosso entender, denota um pendor mais acentuado para os conceitos geopolíticos de C. Vallaux, ao considerar que a diferenciação e a unidade de Portugal enquanto país ibérico, assenta no Mar; ou seja na expansão marítima que originou um Estado multicontinental em que as fronteiras marítimas são mais significativas do que as fronteiras terrestres. Por isso mesmo, não considera relevantes os factores naturais de ordem geomorfológica, climática ou biogeográfica para a diferenciação entre os países ibéricos. Aliás, refere que Portugal se distingue como um todo e não apenas na individualização da Orla Ocidental em relação a Espanha e neste sentido critica tanto Amorim Girão como Ferraz de Carvalho, porque refere que essa diferenciação obedeceu naturalmente a causas geopolíticas que conduziram à formação de um vasto império colonial que em conjunto com a metrópole forma um único país com características naturais e interesses geoeconómicos e geopolíticos muito diferenciados dos do país vizinho.⁴²⁰

A teoria desenvolvida pelo professor do Instituto Comercial, sobre a delimitação fronteiriça parece-nos quase decalcada dos conceitos de C. Vallaux e J. Brunhes, sobre o mesmo assunto. Se esta for terrestre, a sua função é essencialmente a de impedir uma aproximação natural entre os povos dos diferentes Estados, mormente entre aqueles cujas afinidades naturais derivadas da proximidade geográfica os situam em lados diferentes da demarcação fronteiriça. Pelo contrário, o Mar é, a despeito da rivalidade entre a principal potência marítima, a Inglaterra e a rápida ascensão da potência essencialmente continental que é a Alemanha - na época com pretensões de rivalizar nos mares através de uma poderosa marinha de guerra e mercantil capaz de fazer frente à *Home Fleet* - considerado como um elemento apaziguador, de paz: o Oceano deixou de ser uma barreira para se tornar uma área de contacto e de vitalidade dos povos.

Mesmo em termos geopolíticos, o Atlântico funcionou como elemento dinamizador de um povo, contribuindo por isso como factor para a sua individualização, conduzindo à formação de um

⁴²⁰ Opnião algo semelhante à defendida por F.Paxeco, 1932, 614 p.

Estado e à demarcação precoce das respectivas fronteiras: “(...) mais le Portugal seul est séparé de l’Espagne (...) beaucoup plus qu’aucune autre région de la péninsule, il est intimement uni à la mer: par les grands estuaires, le flot pénètre très avant dans les terres, et le Portugal enfin a vécu d’une vie propre, parce que, ayant les mêmes produits que certaines autres parties de la péninsule, il a dû se détourner de l’Espagne et se tourner vers la mer”⁴²¹

Sobre a situação geopolítica de Portugal no contexto ibérico, considera ao contrário de Gonzalo de Reparaz que Portugal nunca poderá constituir uma federação com as restantes regiões da Península Ibérica porque deixou de ser uma região natural visto ter-se expandido para outros territórios, e constituir com eles uma unidade extra-europeia: “Desde que se separou do resto da Península para formar com as suas ilhas e províncias ultramarinas um todo único Portugal deixou automaticamente de ser uma simples região natural da península, não podendo assim, em absoluto (...) integrar-se numa federação ibérica.”⁴²² Particularmente sobre a existência de uma fronteira terrestre luso-espanhola, minimiza a sua importância como um dos cocondicionalismos para a independência de Portugal, isto por três razões. A primeira, é que prefere destacar muito mais a importância de uma «fronteira marítima», ou seja, de uma linha de costa propícia à expansão oceânica, essa sim, determinante senão garante da independência de Portugal. A segunda prende-se com a densidade do povoamento, que determinou a “(...) fixação de numerosas povoações marítimas”⁴²³ A terceira relaciona-se com a definição de C. Vallaux e de J. Brunhes sobre as fronteiras, valorizando-as mais do ponto de vista de uma área de ocupação humana em que importa mais o «género de vida» do que propriamente a sua importância (geo)política.⁴²⁴

Outra leitura, resulta da interpretação que o autor faz, sem se expandir demasiado, sobre o conceito ratzeliano acerca da fronteira, em que esta é menos uma delimitação natural estável do que uma área de conflitos porque necessária à expansão de um determinado Estado (*Raum*) em função da sua posição (*Lage*) face aos países vizinhos. No caso presente, a posição de Portugal no

⁴²¹ J. Brunhes, 1910, p. 29, J. Brunhes ; P. Delamerre, 1947, p. 11.

⁴²² A. Pereira, 1937, p. 18.

⁴²³ *Ibidem*, p. 16. Tese já defendida décadas antes por Alberto Sampaio que a este respeito que escreveu: ““ Chamaram-se então «povoações» os grupos urbanos, nascidos em geral à sombra dos forais (...) Houve as no interior e na costa; nestas, as que nos preocupam agora, brotaram e progrediram a pesca e navegação de alto mar (...) Estabelecida a segurança do litoral em virtude da tomada de Lisboa, não tardou a revelar-se nas nossas populações costeiras do Norte, uma nova ordem das coisas (...) é o aumento da população costeira, coincidindo com a nascerça ou o desenvolvimento da navegação e pesca. (...) demonstrando um desenvolvimento demográfico anormal na orla marítima, indicam o desenvolvimento tomado pela emigração do interior estabelecida uma defesa, mais ou menos efectiva, a população pôde viver com certa segurança junto das barras, começando a prosperar o trabalho do mar - a pesca e a navegação.” A. Sampaio, s/d, pp. 9-10, 53, 87, 92 e 111.

⁴²⁴ “ Vue sous cet aspect, qui est le vrai, la frontière(...) prend le caractère d’ un phénomène stable et permanent. Que la ligne de démarcation avance et recule, selon les chances de la guerre, la zone frontière considérée dans son ensemble, c’est –à –dire dans les deux Etats à la fois, ne change beaucoup. C’est ainsi que nous devons considérer le fait géographique de la frontière: il se lie étroitement, non aux incidents de l’évolution historique, mais aux conditions de vie permanentes et profondes des Etats délimités (...) Une étude comparée montre que la densité du peuplement et la valeur du sol occupe. Plus les populations de la région traversée par la zone frontière sont nombreuses, plus l’activité et les ressources économiques y sont grandes, et plus la frontière est dense.” J. Brunhes, C. Vallaux, 1921, pp. 339-350.

extremo Ocidental peninsular, terá sido determinante para a sua independência como para a estabilização da fronteira, assunto deveras delicado no contexto em que a obra foi escrita.⁴²⁵

5.9- As fronteiras naturais de Portugal como entidade geográfica segundo J. Oliveira Boléo

J. Oliveira Boléo, licenciado em Ciências Histórico-Geográficas pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, publicou em meados da década de 1930, um volume que inicia com um historial da evolução do pensamento geográfico no século XIX e XX.⁴²⁶

O investigador tenta abordar a temática geopolítica da autonomia de Portugal *versus* individualização da sua fronteira no contexto peninsular associando a acção preponderante do Homem na constituição do Estado e posterior formação da(s) nacionalidade(s). Considera que as sociedades traduzem a sua expressão política na Nação, bem como o Estado com a respectiva base territorial assente numa delimitação político-administrativa da fronteira, como sendo produto do Meio natural e da Raça. Entendendo-se esta como um produto da História e da Geografia porque resultante da fusão de várias etnias ao longo do tempo que se cruzaram entre si num determinado espaço: “O tipo social é quasi, na sua totalidade, a expressão do meio ambiente, é por êle determinado com certas características fundamentais; os ciclos de cultura e logo, seguidamente, os de civilização correspondentes, devem-se a um revigoreamento de sangue em virtude de um cruzamento entre dois tipos étnicos diferentes; cruzamento começado a efectuar cinco a sete séculos antes do ciclo cultural.”⁴²⁷

Numa segunda parte, a obra assume um carácter mais geopolítico, visto que o autor passa a fazer não só uma análise das circunstâncias que estiveram na origem da Nação sendo que aquelas «desempenham o papel que a geografia lhes distribuiu» ou seja, estão dependentes da sua posição geográfica (*Lager* ratzeliano) e dos recursos económicos aí existentes. Enquanto o Estado tem uma função distinta: “(...) deve portanto ser encarado como um organismo vivo, formado por um conjunto de células, harmónicas com o meio.”⁴²⁸ Ou seja, está implícita a ideia de que para a sua sobrevivência, o Estado deve expandir-se à custa dos territórios limítrofes, caso contrário fenece e morre, sendo por isso um adepto confesso do megalostatismo ratzeliano: “Quanto à «extensão», os Estados têm hoje

⁴²⁵ A Guerra Civil de Espanha, ainda sem se descortinar no horizonte os vencidos e os vencedores) que o supracitado geógrafo apenas lhe faz vagas referências.

⁴²⁶ J. Boléo, 1935, 190 p.

⁴²⁷ *Ibidem*, p. 81.

⁴²⁸ *Ibidem*, p. 109.

vantagem em possuírem grande superfície, pois a diversidade climática, agrológica, etc., fornecerá produtos variados e ainda porque em caso de guerra é difícil a sua conquista integral, podendo manter a soberania do Estado em qualquer recanto do seu território.”⁴²⁹ Trata-se de uma transcrição quase integral dos argumentos que Arthur Dix utiliza para defender a expansão territorial: “Los móviles que intervienen en la determinación y alteraciones de los límites territoriales de un Estado pueden corresponder a necesidades materiales y espirituales. Las necesidades materiales se refieren a la adquisición de medios de alimentación (...) Como necesidades ideales, figuran la aspiración a la propaganda de ideas religiosas, a la difusión de la influencia cultural o la incorporación de los elementos afines para la constitución de la nacionalidad (...) desde un simple deseo de robustecer sus fronteras, asegurarse las indispensables fuentes de riqueza para la vida económica del pueblo y consolidar la unidad nacional.”⁴³⁰ Segundo este ponto de vista, o Estado, encarando à luz das teorias neo-ratzelianas, diríamos mesmo haushoferianas, é interpretado como um organismo vivo isto é, em expansão à custa dos países vizinhos.

Neste contexto, assume particular importância a área zonal de contacto que é a fronteira, que deriva da “posição política” dos Estados uns em relação aos outros. Sobre esta última, é nitidamente influenciado por Arthur Dix quando refere o dinamismo político-económico dos Estados como principal causa da variabilidade dos limites fronteiriços: “En el orden dinámico-político atiende a las variaciones producidas en el territorio que sirve de morada a dichas agrupaciones, y respecto al mundo de preocupaciones internacionales, examina en que se manifiestan las aspiraciones de cada Estado a modificar su respectivo domicilio.”⁴³¹

Sobre a delimitação fronteiriça, considera que esta se torna cada vez mais complexa e elástica, com tendência para estender o seu espaço de delimitação, citando-se o exemplo referido por Gonzalo de Reparaz e Arthur Dix sobre o alargamento das fronteiras dos Estados com litorais extensos que tendem a anexar o litoral contíguo ou vizinho. Caso seja de todo impossível esta medida, a solução reside no expansionismo marítimo, citando mesmo o exemplo português, entre outros.

Particularmente sobre a fronteira ibérica, J.Oliveira Boléo tenta conciliar as ideias de Amorim Girão com o determinismo neo-ratzeliano, ao referir, que a fronteira luso-espanhola é produto dos acontecimentos histórico-políticos, determinando que em princípio não existe separação baseada em elementos naturais entre os dois países. Porém, associa-lhe a concepção neo-determinista da existência de uma certa individualidade de Portugal no contexto ibérico baseado na sua entidade

⁴²⁹ *Ibidem*, pp. 123-124.

⁴³⁰ A.Dix, 1929, p. 15.

⁴³¹ *Ibidem*, p. 14.

geográfica, em que a individualização entre ambos os países pressupõe a existência de uma fronteira zonal, a que está implícito o conceito de dinamismo e de plasticidade, baseada em aspectos naturais e humanos como a morfologia e a distinção entre etnias ibéricas.⁴³²

Refere o supracitado autor como determinante a posição geográfica do país para a sua prosperidade económica, bem como o valor e extensão dos solos, não por acaso duas ideias defendidas por Amorim Girão, que cultivava essa imagem de um país essencialmente rural: “A influência antropogeográfica dos solos é enorme. Se a produtividade agrícola é grande o país toma a feição rural - França, Portugal - se é pequena toma a feição urbana - Alemanha, Inglaterra.”⁴³³ Outro factor determinante é a importância desmesurada dada a certos aspectos da Expansão Ultramarina, quase um condicionalismo, ou melhor uma «fatalidade» no sentido determinista da História, vista segundo uma perspectiva colonialista, de «superioridade racial» de uma Pátria de «santos e cavaleiros» que «praticavam feitos heróicos», em que o peso do passado era condicionante da situação política nas décadas de 1930-1940.

Também refere o autor que as fronteiras entre os Estados apesar de não serem estáveis (pelas razões apontadas) são na sua demarcação, essencialmente limites naturais que se transformam em limites políticos, particularmente no que diz respeito às bacias hidrográficas (talvez por influência de leitura das obras de J. Brunhes, C. Vallaux e Amorim Girão) e às fronteiras marítimas. Muito a propósito, dado o contexto político da época, refere-se à instabilidade e desvalorização das fronteiras naturais e das fronteiras históricas, instituídas por acordos diplomáticos ou adquiridas pela conquista, como é o caso daquelas existentes entre Estados de longo passado histórico, que sem o indicar explicitamente, é a situação de Portugal face à Espanha.

Onde se nota ainda mais a influência da geopolítica alemã, que o autor supracitado conheceu pelo menos através de traduções espanholas, é na extrema atenção, senão mesmo sensibilidade que concede a todos os assuntos relativos à mobilidade da fronteira resultante da competição entre povos de civilizações diferentes, sendo que os propósitos expansionistas se fazem sempre à custa da civilização dita inferior a favor de outra considerada superior a nível de organização política, económica e social, quando não étnica.

⁴³² Muito embora nessa época - finais da década de 1930 - haja cada vez mais dificuldade em determinar fronteiras naturais entre os Estados porque estas pressupõem um certo conceito de imobilismo que não se coaduna com a instável situação geopolítica de expansionismo dos países, em que assume particular realce a mobilidade das fronteiras como a determinam os geógrafos alemães: “Ya no se pueden establecer fronteras naturales en los puntos por donde pasaban las antiguas franjas fronterizas. No separan ya a unos pueblos de otros las montañas cuyos bosques han sido talados, ni los ríos regularizados. Las fronteras marítimas responden bien a la mayoría de las exigencias de una buena frontera.” N.Krebs, 1931, p.79.

⁴³³ J.Boléo, 1935, p. 124.

Outros dois artigos⁴³⁴ publicados em 1939 no *Boletim da Sociedade Geografia de Lisboa*,⁴³⁵ em que Paiva Boléo debate, à luz dos conceitos geopolíticos o problema da autonomia geográfica de Portugal, relativamente à delimitação de fronteiras, e da definição e estrutura organizativa do Estado e da Nação. Rebate uma a uma as principais teorizações apontadas até aos finais dos anos trinta do século passado sobre o assunto, desde Theobald Fischer; H.Lautensach, Silva Telles, Ferraz de Carvalho, Damião Peres, Mendes Corrêa e Amorim Girão. Refutando ou apoiando as ideias de cada um destes geógrafos, o autor constrói a sua própria tese de autonomia política de Portugal, referindo-se particularmente à problemática do traçado e delimitação das fronteiras que é o tema que nos interessa particularmente.

Assim, começa por fazer uma breve descrição da situação geográfica e da morfologia de Portugal Continental no conjunto da Península Ibérica⁴³⁶ salientando tal como outros geógrafos o fizeram anteriormente,⁴³⁷ que esta constitui uma individualidade geográfica no conjunto da Europa, quase como uma ilha que se encontra separada do resto do continente, donde lhe advêm características peculiares não só em termos naturais (clima, morfologia e hidrografia) mas, principalmente, humanas, que a individualizam no que respeita aos aspectos étnicos, linguísticos, económico-sociais e, sobretudo, histórico-políticos.

Este último faz-se sentir mesmo no interior da Península Ibérica, apontando o autor para uma diversidade «civilizacional» ou melhor, dos «géneros de vida» das regiões periféricas (Portugal, Catalunha, País Basco e Navarra) face ao centro protagonizado por Castela-Leão. Este facto originou tensões políticas entre as diversas regiões peninsulares conducentes ao separatismo político, as quais o regime recém-instituído em Espanha⁴³⁸ tem em mente combater por todos os meios: “Contra esta individualização regional, baseada na geografia e com certos alicerces na história, se debate o programa da actual revolução nacionalista espanhola, julgando nós impossível amalgamar todo o povo espanhol, de modo a que dêle resulte uma unidade homogénea.”⁴³⁹

Esta aplicação das teorias dos geógrafos franceses ao caso ibérico, também defendida até certo ponto por Gonzalo de Reparaz, permite ao geógrafo de Coimbra tirar duas importantes conclusões: a primeira, é que Portugal por ser formado por uma heterogeneidade de regiões activas, se tornou desde cedo um Estado estável, condição indispensável à consolidação e manutenção da sua

⁴³⁴ J.Boléo, 1939-a. 361-362; *Idem*, Lisboa, 1939-b, pp. 441-457.

⁴³⁵ *Idem*, 1939-a; pp. 352 -362. *Idem*,1939-b, pp. 422-482.

⁴³⁶ A «olho de pássaro», querendo com isto significar que além de ser uma breve exposição sobre o assunto, esta é feita através de uma descrição da paisagem como se esta fosse vista por um hipotético observador em altitude, colocado na vertical do lugar. Esta expressão foi muito empregue na mesma época por Gonzalo de Reparaz em todas as suas obras, onde certamente o autor se terá inspirado, até porque cita o geógrafo espanhol algumas vezes.

⁴³⁷ F.X.Silva Telles, G. Reparaz, Hermann Lautensach e sobretudo T. Fischer.

⁴³⁸ Este artigo foi escrito publicado poucos meses após a vitória nacionalista na Guerra Civil Espanhola (oficialmente terminada a 1 de Abril de 1939).

⁴³⁹ J.Boléo, 1939-a, p. 361.

independência. Pelo contrário, a Espanha, considerada um Estado que na sua área central, apresenta amplas regiões naturais relativamente uniformes preenche para a maioria dos geógrafos vidalianos os condicionalismos que originam Estados inertes e pouco progressivos.

Nesse contexto, considera que Portugal distingue-se de Espanha devido a uma série de factores que o diferenciaram desde a sua génese.⁴⁴⁰ Podemos por conseguinte, referir que Portugal é um espaço geopoliticamente autonomizado, quer do ponto de vista da Escola Francesa de J. Brunhes e C. Vallaux pelo facto de ter uma fisionomia própria assente num polimorfismo regional, que veio reforçar a nacionalidade assente no denominador comum que foi a expansão marítima; quer também sobre o ponto da Escola Alemã, de F.Ratzel e E. Semple menciona que a individualidade de um país passa pela expressão da sua superfície territorial localizada estrategicamente, *versus* a população absoluta aí existente.

Mesmo do ponto de vista mais radical da *geopolitik* de K. Hausofer, em que a dinâmica dos Estados é comparável a seres orgânicos, considera J.Paiva Boléo, que o nosso país, (no conjunto do território nacional com os respectivos arquipélagos da Macaronésia e as possessões coloniais africanas) se pode conceber como um «corpo», enquanto a população aí existente seria «a alma», ambos resultantes de um expansionismo que forjou uma entidade geopolítica perfeitamente identificável e destacável no concerto das Nações: “O corpo é o território, a alma é a sua cobertura humana.”⁴⁴¹ Por conseguinte, não é de admirar que ressalte a configuração específica do território português, não tanto na área fronteiriça - que considera não se individualizar por factores naturais - mas na configuração específica do seu litoral, a par do seu quociente de pressão⁴⁴² que segundo o geógrafo supracitado, é triplamente superior em Portugal face ao vizinho espanhol. O que no nosso entender, pode significar que a fronteira portuguesa, mais densamente povoada do que a espanhola, é por isso mais dinâmica, ou seja uma fronteira de tensão dotada de maior mobilidade.

A segunda parte da obra foi publicada na íntegra no número seguinte do *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*,⁴⁴³ o que atesta bem da importância dada ao tema pela comunidade académica

⁴⁴⁰ Numa miscelânea de teorias que já são apontados por outros autores: nos alvares da história a influência dolmênica que originou uma civilização diferenciada no ocidente ibérico (Alberto Sampaio, Leite de Vasconcelos, Orlando Ribeiro); seguindo-se a influência das colónias fenícias, gregas e cartaginesas (Alberto Sampaio, António Sérgio e Mendes Corrêa), a posterior mistura de etnias a par da resistência ao invasor romano (Mendes Corrêa); a originalidade da Reconquista feita ao longo dos cursos /bacias fluviais (Ferraz de Carvalho, Orlando Ribeiro, e em parte Amorim Girão); a influência política e económica de um extenso litoral (Orlando Ribeiro, António Sérgio, Ferraz de Carvalho e Silva Telles) que gerou a unidade entre o Norte e o Sul, em que o polimorfismo existente entre as diversas regiões conduziu a uma aglutinação entre si em nome de um ideal superior que foi a expansão marítima (Orlando Ribeiro, Amorim Girão, Ferraz de Carvalho), formando uma consciência colectiva que é a nacionalidade portuguesa (Amorim Girão, Damião Peres e Orlando Ribeiro).

⁴⁴¹ *Ibidem*, p. 361.

⁴⁴² O quociente de pressão é a relação existente entre a população e o espaço zonal que ela ocupa, como por exemplo na raia hispano-portuguesa, muito embora julgamos que neste caso se refira à totalidade do território nacional, comparativamente com o do país vizinho.

⁴⁴³ *Idem*, 1939-b, pp. 422-482. O artigo em análise constitui a transcrição das aulas do curso de férias dado na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa durante o mês de Agosto de 1939.

portuguesa e pelos próprios poderes políticos nacionais, derivado não só da instável situação internacional criada pela iminente eclosão da Segunda Guerra Mundial mas também pelos propósitos de anexação peninsular evidenciados pelos sectores mais germanófilos do governo Franquista.

O supracitado geógrafo começa por indicar, tal como Amorim Girão, que a existência de Portugal enquanto Nação independente, resulta também de factores humanos, como seja a vontade popular, mas existem outros da mesma índole, que determinam a autonomia de Portugal face a Espanha e em última análise, o próprio traçado ou mesmo a existência da fronteira em si mesma. Começa por rebater uma por uma as argumentações apresentadas pelos geógrafos portugueses para fundamentar a existência de Portugal enquanto País independente. Primeiro, a teoria de Silva Telles de que Portugal forma especialmente no litoral, uma individualidade climática e, sobretudo, geomorfológica face ao país vizinho, o que considera não ser totalmente correcto porque já nas regiões do interior, nas proximidades da fronteira, segundo afirma, parafraseando H. Lautensach,⁴⁴⁴ existe uma dobra hercínica que nos individualiza face a Espanha. Por outro lado, quase se contradiz ao afirmar que: “Se nós lermos os diferentes tratados entre Portugal e a Espanha, ácerca da delimitação entre os territórios dos dois Estados, verificamos que em cerca de $\frac{7}{10}$ não existem obstáculos que possamos apelidar de fronteiras estratégicas, quanto mais de fronteiras naturais. Em boa parte a raia é indicada por marcos de pedra, mal se dando por eles.”⁴⁴⁵ A fronteira luso-espanhola será assim em termos geoestratégicos uma fronteira facilmente transponível porque em grande parte do seu traçado é apenas político-administrativa: “Observamos por outro lado, a grande extensão da raia aberta, verdadeira fronteira de tensão, na zona da Beira e do Alentejo e ainda a verdadeira continuidade geográfica aquém e além fronteiras.”⁴⁴⁶

Por um lado, perguntámos nós, como pode J. Boléo afirmar que se observa uma continuidade geográfica, se como foi referido anteriormente, existe uma dobra hercínica que quase individualiza os dois países? Por sua vez, como pode uma fronteira de tensão, e é discutível que a hispano-portuguesa, mesmo nessa época o seja, tornar-se completamente aberta quando, como preconizam J. Brunhes e C. Vallaux, uma fronteira de tensão é uma área zonal extremamente complexa devido não só à elevada densidade populacional existente (motivada em tempo de paz pelas trocas económicas e em tempo de instabilidade pela presença dos exércitos) mas também às alterações paisagísticas resultantes da actividade humana (por exemplo casamatas e sistemas de fortificações, fábricas, infra-estruturas de

⁴⁴⁴ H.Lautensach,1931, pp. 362 - 409.

⁴⁴⁵ J.Boléo, 1939-b, p. 446.

⁴⁴⁶ *Ibidem*, p. 443.

transportes e comunicações) erigidas por Estados vizinhos o que de todo não sucede nesta raia fronteiriça ibérica.

Apresenta outros argumentos criticando as teses de Silva Telles e sobretudo de Ferraz de Carvalho por estes fundamentarem a independência de Portugal na teoria da individualização regional de C. Vallaux e J. Brunhes, esquecendo-se que esses contrastes também existem nas regiões portuguesas entre si e o mesmo sucede em relação ao interior do País vizinho. Também apresenta argumentos refutando liminarmente a teoria de A. Gonçalves Pereira sobre o Mar como elemento unificador de Portugal com o Império e por conseguinte garante da independência nacional. No entanto, aceita que a vocação marítima não só determinou a própria fronteira da Reconquista Cristã abrangendo o litoral ocidental, como a alargou para Sul até ao Algarve, em detrimento do expansionismo para Norte que poderia ter associado a Galiza e as Astúrias ao Portugal atlântico, dando-lhe maior preponderância no conjunto das monarquias ibéricas.

Rejeita de igual modo os considerandos dos geógrafos militares espanhóis, especialmente de Arroquia⁴⁴⁷ e dos irmãos Izquierdo Croselles⁴⁴⁸ sobre a importância da diferenciação do relevo na independência de Portugal, bem como a importância da presumível existência de verdadeiras fronteiras naturais quase intransponíveis que seriam uma eficaz salvaguarda da independência nacional. Critica mesmo Amorim Girão, pelo facto deste aceitar a teoria da individualização de Portugal baseada nos contrastes regionais sustentados por C. Vallaux mas generalizando aos aspectos políticos, económicos, sociais e demográficos.⁴⁴⁹ Também não concorda com António Sérgio,⁴⁵⁰ quando este refere que o dinamismo do litoral é devido à fixação de estrangeiros; mesmo Alberto Sampaio⁴⁵¹ que menciona a ambição dos príncipes e barões galego-portugueses e o acaso histórico; Damião Peres porque não explicita os condicionantes da autonomia de Portugal, apenas referindo que são factores político-económicos tendo a organização do Estado precedido a da Nação portuguesa através da necessidade da administração dos territórios conquistados.⁴⁵²

Análise mais detalhada merecem as teses de Mendes Corrêa⁴⁵³ com as quais J. Boléo diz concordar parcialmente, apesar de conterem aspectos contraditórios como seja o facto de afirmar que não existe uma fronteira natural entre ambos os Estados no alvor da nacionalidade, para depois a

⁴⁴⁷ A. Quijano y Arroquia, *El terreno, los hombres y las armas en la guerra*, 1892, p.26. *apud* A.Sardinha,(1924) 1973, p.67.

⁴⁴⁸ *Ibidem*, pp. 68-70. A este propósito, consultar também uma outra obra, proveniente do meio castrense espanhol, muito mais fundamentada cientificamente, onde se expressa um conceito algo diferenciado, de que Portugal apesar de apresentar em casos pontuais fronteiras naturais, estas não são limitativas, indicando –se até os «corredores» de invasão, que grosso modo correspondem às linhas de penetração ao longo das baicas fluviais dos principais rios ibéricos J.Diaz Villegas , 1940, pp. 297-395.

⁴⁴⁹ A.Girão, 1935-b, p. 29.

⁴⁵⁰ A.Sousa, 1929, p 27; A.Sérgio, 1941, pp. 41-45 *Idem*, 1978, pp. 32-33; 35-36.

⁴⁵¹ A.Sampaio, s/d, pp. 45-46.

⁴⁵² D.Peres, 1938-b, p 8; pp. 10-11; *Idem*,, 1938-a, pp. 28-30, *Ibidem*,1955, pp.35-37.

⁴⁵³ A.Corrêa, 1924-a, p. 24.

admitir e até a aceitar como mais significativa do que a fronteira linguística ou étnica: “São-no também, porventura mesmo dum modo mais vital, as condições de penetração no nosso território através da fronteira luso-espanhola (...) Com tão extensa fronteira terrestre, não é lícito dizer que as estradas geográficas de fácil trânsito para invasores que pretendam atingir rapidamente centros vitais do país, sejam tão numerosas como se podia esperar (...) Desistimos de procurar indispensavelmente rios ou cristas montanhosas como fronteiras do nosso território perante a Espanha. Contentamo-nos em ver, nas nossas fronteiras terrestres, simples linhas de clivagem politico-geográficas em zonas de transição, em zonas mixtas ou de caracteres indecisos, cuja densidade política, geralmente fraca, exprime melhor do que qualquer outro facto, o seu verdadeiro significado de zonas de protecção ou isolamento politico (...)”⁴⁵⁴

Também critica António Sardinha sobre as suas ideias acerca da individualização geográfica de Portugal no conjunto da Península Ibérica⁴⁵⁵ que refere estarem (mal) fundamentadas em Elisée Reclus e Silva Telles. No mesmo modo, igualmente discorda do mentor do integralismo lusitano quando este se reporta à opinião manifestada anos antes (1916) pelo geógrafo Elloy Bullon y Fernandez⁴⁵⁶ quando numa conferência no Ateneo Comercial de Madrid se pronunciou absolutamente contrário ao iberismo e muito céptico quanto aos resultados provenientes de uma eventual aproximação entre as duas nacionalidades ibéricas.

J. Paiva Boléo equaciona as origens da nacionalidade portuguesa numa perspectiva que também foi ventilada nessa época de finais da conturbada década de 1930 por outros investigadores no que concerne à originalidade da civilização dolménica, também apontada por Orlando Ribeiro,⁴⁵⁷ Mendes Corrêa,⁴⁵⁸ Leite de Vasconcelos⁴⁵⁹ ou Bosch-Gimpera.⁴⁶⁰

O conceito verdadeiramente inovador que o autor apresenta no nosso entender, não é tanto o de equacionar a autonomia política de Portugal através da combinação de uma diversidade de factores que até à altura apenas haviam sido tratados de forma mais ou menos dispersa, mas sobretudo o de conceber uma nova entidade geopolítica para Portugal no contexto ibérico, afirmando que este constitui

⁴⁵⁴ A.Corrêa, 1938, pp. 31-32 e 37

⁴⁵⁵ A.Sardinha, 1915-a, pp. 33-34.

⁴⁵⁶ Idem,, 1973, p. 52.

⁴⁵⁷ O.Ribeiro, 1939-c, pp. 6-7.

⁴⁵⁸ A.Corrêa, 1938, pp. 52-53 e 61; *Idem*, 1919, p. 33; *Idem*, 1921-b, pp. 170-171, 179 ; *Idem*, 1924-a, p. 369-370; I.Ribera y Rovira, 1911, p.52.

⁴⁵⁹ “(...) na *Toponímia & Arqueologia* mostrou-se que os nosso monumentos funerários dos tempos pré- históricos, que os arqueólogos chama *dolmens*, e o povo antas, orcas mamôas, etc, deixaram até o presente inúmeros vestígios materiais e toponímicos, - o que declara que a nossa terra foi então muito povoada: tais monumentos deviam corresponder a grupos de habitações, pôsto que pouco saibamos d’elas (...) mas é natural, como de muitas investigações arqueológicas se infere, que já nos tempos neolíticos os antigos Lusitanos comessem a residir em castros ou montes fortificados” J.Vasconcelos, 1936, p. 353.

⁴⁶⁰ P.Bosch-Gimpera, 1966, pp. 19-40.

não uma individualidade geográfica mas antes uma entidade geográfica.⁴⁶¹ Pretende com esta designação, referir que o nosso país é dotado de autonomia por vontade própria da sua população e não por existirem fronteiras naturais entre os países ibéricos, tanto mais que as próprias fronteiras políticas não correspondem à identificação do princípio das nacionalidades, significando que Portugal enquanto Nação está amputado da Galiza, das Astúrias e no Alentejo de Olivença.⁴⁶² Existindo mesmo certas áreas de Portugal - que não especifica - que deveriam eventualmente pertencer a Espanha.

Também o facto das diferenças nos aspectos humanos (usos e costumes, língua, densidade populacional, géneros de vida) se irem esbatendo gradualmente do litoral para o interior, conduziu a uma uniformidade dos modos de vida que, sobretudo, na área raiana se mostram idênticos entre as populações de ambos os países.⁴⁶³

O geógrafo Paiva Boléo reputa de interessantes as novas ideias do geógrafo alemão, Hermann Lautensach, na altura pouco conhecido em Portugal, mais pela inovação das suas investigações do que propriamente pela divulgação das mesmas, que segundo o comentador, se reportam à individualidade geográfica Peninsular em moldes diferentes dos habituais, baseando-se em teorias novas, que até então apenas tinham sido afloradas por Theobald Fischer. A este propósito escreve: “É interessante a posição do professor Lautensach àcerca do problema que vimos tratando. Defende o ilustre professor alemão, dentro da teoria dos «corpos geográficos de Penck» que o território português se encontra nitidamente individualizado, graças à influência oceânica e que uma região, sem que possua limites naturais, pode autonomizar-se, desde que se verifiquem nas várias sub-regiões diferenciações, mesmo graduais e lentas.”⁴⁶⁴

5.10-Orlando Ribeiro: as fronteiras dentro do enquadramento regional

O geógrafo português, Orlando da Cunha Ribeiro, terminou a licenciatura em Ciências Histórico-Geográficas na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa no ano lectivo de 1932-33, realizando logo de seguida o doutoramento com uma dissertação sobre a Serra da Arrábida.⁴⁶⁵ A escolha do tema foi significativa, porque segundo nos diz o autor, trata-se de uma área posicionada

⁴⁶¹ Ver a este respeito, a crítica ao conceito de individualidade geográfica: “Duvido que se esteja no bom caminho, definindo o problema pela formula: Portugal não é uma “unidade” físico –geográfica mas é uma “entidade” geografica, porque a meu ver todas as qualidades que pertencem à entidade geográfica de determinada região e que faltam à entidade das regiões vizinhas contribuem para definir a “individualidade” dessa região e para a caracterisar como “corpo geográfico” H.Lautensach, 1931, p. 408.

⁴⁶² A este propósito, torna-se pertinente a expressão do geógrafo português: “Olivença irridenta”,O.Ribeiro, 1975, p. 15.

⁴⁶³ Consideramos que uma das melhores referências em termos científicos sobre a fronteira portuguesa, surge em J.Vasconcelos, 1936, pp. 222-223; 238-239; 253-254.

⁴⁶⁴ J.Boléo, 1939-c, p. 20.

⁴⁶⁵ O.Ribeiro, 1935, 94 p.

junto ao Atlântico mas de feição Mediterrânea. Parece-nos que já germinava no geógrafo de Lisboa a ideia, inovadora para a época, em que mais que a paisagem, seria a própria cultura, entendida como «género de vida» resultante de uma simbiose entre o Atlântico e o Mediterrâneo, a única capaz de dar uma originalidade à paisagem portuguesa. Prefigurava de alguma forma, o que seria concretizado numa escala mais ampla uma década mais tarde na obra *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico* (1945) que iria revolucionar e sobretudo obrigar a (re)pensar toda a produção científica de cariz geográfico elaborada daí em diante em Portugal

Poder-se-á englobar a obra supracitada no ramo da Geografia Política? A resposta é negativa, tanto mais que o autor pouco interesse demonstrou ao longo da sua vida académica pelo tema. Este facto explica-se por duas razões: a primeira é considerar que as temáticas abordadas pela Geografia Política se enquadravam mais no âmbito da Sociologia; a segunda é que mesmo que pretendesse transapôr para a realidade portuguesa os ensinamentos recolhidos em França quando como leitor de Português na Sorbonne (1937-1940) frequentava as aulas de A. Siegfried em que se debatiam temáticas relativas à geografia eleitoral, estas dificilmente seriam aplicáveis em Portugal devido à censura instituída pelo Estado Novo: “Por muito que elas me tenham atraído, quando procurei adquirir em Paris métodos de trabalho a ajustar em Portugal, pareceu-me impossível aplicar estes. O partido único era nomeado e submetido a um simulacro de eleição em que apenas teriam significado as abstenções se estas mesmas não fossem frequentemente falseadas.”⁴⁶⁶

A diversidade de textos produzidos bem como a multiplicidade de temáticas abordadas por Orlando Ribeiro até finais da década de trinta e o início do década de quarenta do século precedente têm quase todos eles uma forte componente regionalista, especificamente integrada no campo da Geografia Rural, da Geografia Física mas também da História da Geografia (portuguesas), da Geografia Histórica, a par de algumas recensões sobre obras de autores portugueses (J. Leite de Vasconcelos, Alfredo Fernandes Martins, A. Taborda de Morais) e alguns estrangeiros (Max Sorre). Concretamente referimo-nos a um Inquérito patrocinado pelo próprio Instituto de Alta Cultura, mas que supomos não ter sido muito do agrado das entidades oficiais devido ao tipo de perguntas aí formuladas, relacionadas com a utilização do solo, a habitação, os usos e costumes), que vão para além daquelas que seriam de esperar de um inquérito dentro do âmbito da Geografia clássica.⁴⁶⁷ Aparecem-nos outras questões muito mais pertinentes de âmbito social e até político: causas da emigração, condições de vida e miscigenação de minorias étnicas como os judeus, os ciganos, em suma, características e intercâmbios nas áreas fronteiriças.

⁴⁶⁶ O. Ribeiro, 1989-b, p.355.

⁴⁶⁷ *Idem*, 1938-b, 32 p.

No que concerne à Geografia Política, esta aparece-nos de uma forma muito mais explícita, mas apenas no seu contexto histórico de formação e evolução de Portugal na Península Ibérica, numa publicação *La formation du Portugal* (1939) resultante de uma conferência proferida por Orlando Ribeiro em Bruxelas,⁴⁶⁸ numa época particularmente conturbada, senão mesmo dramática, como refere o próprio geógrafo que observa com alguma perplexidade e receio o desenrolar dos acontecimentos: “Mais, en ce moment décisif où le remaniement de la carte politique de l’Europe se fait tellement vite qu’on n’arrive presque pas à la suivre il’ est bon de se demander quels sont pour les Nations et les Etats leurs titres d’existences.”⁴⁶⁹

Nessa mesma palestra, aborda a problemática da independência de Portugal no contexto ibérico. Refere que a existência da nacionalidade portuguesa, bem como a formação posterior do Estado português, se ficou a dever a uma série de factores, alguns de ordem natural como seja uma certa individualidade climática, que tem como um dos traços mais marcantes a influência marítima até bem longe do litoral, bem como a alteração do curso dos rios ibéricos pouco depois da fronteira portuguesa. Assunto anteriormente já preconizado por Silva Telles⁴⁷⁰ Alberto Sampaio⁴⁷¹ e com menos veemência por Mendes Corrêa⁴⁷² apenas para o Norte do País e de modo mais ténue, por Oliveira Martins.⁴⁷³

No entanto, sobre este mesmo assunto da formação de Portugal, assumem maior relevância a multiplicidade de aspectos humanos, que resultam a nosso ver, de uma leitura aprofundada e da reflexão por parte de Orlando Ribeiro sobre a teorização desenvolvida por diversos geógrafos, historiadores e antropólogos do século XIX e XX sobre a individualidade da civilização dolménica do território português e da Galiza, preconizada por Alberto Sampaio,⁴⁷⁴ Mendes Corrêa⁴⁷⁵ e sobretudo por Leite de Vasconcelos.⁴⁷⁶ Outros aspectos importantes que o geógrafo de Lisboa considera que estiveram na génese de Portugal terão sido os contactos com estrangeiros que permitiram a diferenciação cultural da faixa costeira ocidental que desde cedo teve um intenso desenvolvimento da actividade comercial, como referiram Alberto Sampaio e António Sérgio. Também terá sido significativa uma certa individualidade étnica, ou melhor, a preservação dos caracteres somáticos dos antigos povos - desde os Lusitanos até aos Suevos e Visigodos - que habitaram o que é hoje o território português, tese algo

⁴⁶⁸ O.Ribeiro, 1939-c, 22 p.

⁴⁶⁹ *Ibidem*, p.4.

⁴⁷⁰ F.Telles,1908-c, pp.10 -12.

⁴⁷¹ A.Sampaio, s/d, pp. 171-173.

⁴⁷² A.Corrêa 1924-a, pp. 21 e 33.

⁴⁷³ J.Martins, 1923, p. 19.

⁴⁷⁴ A.Sampaio, s/d, pp. 201- 204.

⁴⁷⁵ A.Corrêa, 1919, p.33; *Idem*, 1921-b, pp. 170-173; *Idem*, 1924-a, pp. 365-370; *Idem*, 1938, pp. 51-53.

⁴⁷⁶ J.Vasconcelos, 1897, pp..266-288; *Idem*, 1905,pp.XXI-XXXIX; *Idem*, 1936, pp. 353-357.

parecida com aquela que era defendida por Mendes Corrêa se excluirmos a componente étnico-racia exposta por este investigador.

Este processo de formação de Portugal enquanto Estado e da sua consciencialização enquanto Nação identitária de um território, não terá sido fruto de um «acaso histórico» resultante da cooperação entre os reinos ibéricos (Portugal e Castela-Leão) numa luta comum contra os muçulmanos, no que se convencionou denominar de Reconquista Crsitã. Esta última segundo o geógrafo supracitado, não se efectou ao acaso, assentou em termos geoestratégicos numa progressão bem definida paralelamente ao litoral ocidental e ao longo das bacias hidrográficas do Mondego e principalmente do Tejo, porque os vales constituíram desde sempre a linha de penetração mais eficaz enquanto em termos geoeconómicos essas áreas tinham a vantagem de serem as mais produtivas em termos agrícolas bem como as mais povoadas, permitindo um saque maior aquando das presúrias efectuadas sazonalmente pelos portugueses.

Outros factores que segundo Orlando Ribeiro, contribuíram para a individualização de Portugal na Península Ibérica, foram a existência de uma «monarquia agrária» preconizada por A. Sardinha em contraposição à «monarquia marítima» defendida por António Sérgio, ou como referia Teófilo Braga, a existência de uma original civilização moçárabe no Centro e Sul do território português, que imprimiu um cunho próprio à população portuguesa (teoria que nessas primeiras décadas do século XX, tinha poucos adeptos entre os geógrafos e mesmo entre os historiadores).

Acerca da delimitação da fronteira hispano-portuguesa, esta resulta para Orlando Ribeiro, de dois factos: o primeiro e talvez o mais significativo, é que a sua demarcação decorreu de necessidades geoestratégicas e como tal, assentou em acidentes de relevo, sejam eles cristas montanhosas ou cursos de água. O segundo factor a que dá mais relevância, prende-se com a demarcação da fronteira como resultante dos factos históricos decorrentes não tanto dos inevitáveis confrontos entre os poderosos reinos de Castela-Leão com o condado portucalense, cujos limites confinavam, mas da cooperação entre os Reinos supracitados. Por isso, considera que a delimitação da fronteira só pode estender-se apenas até onde se fazia sentir a influência da nacionalidade. Por isso, a fronteira Leste nunca se pode distender muito para além dos actuais limites administrativos, os quais por sua vez, originaram os limites políticos do Estado português. No entanto, considera o geógrafo supracitado que o processo histórico de formação da fronteira foi também condicionado pela geografia; por isso não foi exactamente idêntico a Norte ou a Sul do Tejo.

Relativamente à fronteira setentrional, a opinião do autor assemelha-se muito à de Hermann Lautensach,⁴⁷⁷ em certos aspectos à de Ribera y Rovira⁴⁷⁸ e parcialmente, à de Fran Paxeco⁴⁷⁹ ao referir que o território portugalense abrangia inicialmente uma parte importante da Galiza, que aliás corresponderia também ao limite do dialecto românico do Ocidente, hipótese que Damião Peres também corrobora: “Le domaine du dialecte roman de l’Occident ibérique, intermédiaire entre le latine et le portugais dépassait la frontière du Comté du Portugal et comprenait aussi la Gallice.”⁴⁸⁰ No entanto esses territórios para Norte do rio Minho depressa foram abandonados pelos portugueses devido à oposição de Castela-Leão, talvez pela existência de antigos limites administrativos (os *conventii* romanos) que se convencionou respeitar, ou pela segurança da frágil barreira natural que constituía o Rio Minho.

No que concerne à fronteira meridional, os condicionalismos geográficos colocavam-se de modo diverso, isto porque nessa vasta área do Alentejo e do Algarve a diferenciação morfológica ou baseada noutros acidentes naturais é de uma forma geral, pouco significativa, logo o território fronteiriço só é passível de ser defendido em áreas estrategicamente fortificadas. Este facto, fez com que à medida que a Reconquista Cristã progredia para Sul, se desse paralelamente um movimento migratório da população do Norte densamente povoado para as peneplanícies do Meio-Dia, destinado a povoar locais considerados vitais para a segurança da área raiana: “Toute la frontière au Sud du Tage est, plus qu’une limite naturelle, l’expression d’une volonté d’indépendance et d’un sentiment d’autonomie.”⁴⁸¹

Certo é, que a fronteira portuguesa depois das vicissitudes para a sua fixação a Norte e a Leste, acaba por efectivar mais tardiamente, já no século XIII, a fixação dos seus limites meridionais: “Avec quelques reculs momentanés, les armées portugaises sont parvenues à isoler du reste de l’Espagne mauresque le coin Sud-Ouest du Portugal qui à été achevé de conquérir en l’an 1250, sous le royaume du cinquième monarque portugais. Les limites naturelles ayant été atteintes au Sud et à l’Ouest il restait à régler avec la Castille le tracé de la frontière terrestre. Les modifications qui se sont produites en faveur soit d’un Etat soit de l’autre n’ont pas altéré les grandes lignes de ce tracé qui, a peu de chose près, s’est maintenu jusqu’à présent.”⁴⁸² Esta estabilização da fronteira, permitiu que desde muito cedo os limites administrativo-políticos passassem a coincidir com os limites linguísticos,

⁴⁷⁷ H.Lautensach, 1931, pp. 366, 377, 383; 397-398; *Idem*, 1938-a, pp.57 -71.

⁴⁷⁸ I.Rivera y Rovira, 1911, pp. 22; 31-32.

⁴⁷⁹ F.Paxeco, 1932, pp. 571-582.

⁴⁸⁰ O.Ribeiro, 1939-c, p. 17.

⁴⁸¹ *Idem*, 1939-c, p. 20.

⁴⁸² *Ibidem*, p. 19.

teoria defendida não só por Orlando Ribeiro mas também por Leite de Vasconcelos⁴⁸³ e Hermann Lautensach.⁴⁸⁴

A fronteira Sul, é para Orlando Ribeiro, aquela que marca indubitavelmente a vontade de afirmação da nacionalidade no quadro de uma individualidade geográfica prefigurada no Estado português. Trata-se a nosso ver, no seu processo de formação e consolidação, de uma fronteira política de «tensão», isto porque os seus limites foram durante bastante tempo imprecisos, não só pela falta de elementos naturais que a pudessem mais facilmente fixar, com excepção de certos troços do rio Guadiana, mas principalmente porque em parte resultou da força das armas com os vizinhos reinos árabes e cristãos.

A originalidade de Orlando Ribeiro relativamente ao processo de formação e individualização de Portugal assenta quanto a nós em dois aspectos. O primeiro, resulta da consciencialização de uma identidade nacional que se fez em torno da monarquia portuguesa - na pessoa do Rei - e não de senhores feudais, como sucedeu em Castela-Leão.⁴⁸⁵ O segundo, é a existência de um «género de vida»⁴⁸⁶ de uma «civilização» com um denominador comum para todo o território nacional numa vertente mais complexa e humanista do que a prefigurada no “carácter civilizador” defendido anos antes por Ribera y Rovira,⁴⁸⁷ a despeito das variedades regionais, resultantes das transferências de população do Norte para o Sul que ajudaram a cimentar a consciência nacional e a uniformizar os usos, os costumes e a língua. O resultado foi uma constituição precoce do que poderíamos designar por um «género de vida» peculiar no Ocidente da Península Ibérica, determinante para a formação da nacionalidade e por conseguinte para a autonomização do Estado português no quadro da sua delimitação fronteiriça: “l’Etat est la forme politique prise par une Nationalité qui lui est de beaucoup antérieure.”⁴⁸⁸

Será este último aspecto aquele que particularmente nos interessa verificando nós que Orlando Ribeiro tem uma concepção da raia luso-espanhola distinta da maioria dos autores supracitados, apontando para o efeito não os seus aspectos político-militares (a fronteira de tensão de J. Brunhes e

⁴⁸³ J.Vasconcelos, 1920, p. 1283; *idem*, 1936, pp. 226-227 ; 238-239 ; 247-249.

⁴⁸⁴ H.Lautsach, 1931, p. 398.

⁴⁸⁵ Este conceito da nacionalidade expresso pela progressiva afirmação da identidade dos mesmos «géneros de vida», talvez de forma menos expressiva para o Sul da Península Ibérica, mas que nos parece que se pode aplicar à generalidade das paisagens geográficas humanizadas peninsulares, é sintetizada por Gonzalo de Reparaz na seguinte afirmação: “La identidad del escenario geográfico surge en la toponimia, y produce la identidad de género de vida; la identidad del género de vida produce la semejanza de la vivienda, de la alimentación, de los costumbres, del carácter de la raza y de los destinos históricos”. G.Reparaz, 1929-b, p. 149.

⁴⁸⁶ O conceito de identificação dos «géneros de vida» assemelha-se a outro similar desenvolvido por Carl Sauer (1889-1975) na denominada Geografia Cultural, cujo objecto de estudo consiste na interpretação das características do Meio, resultantes da intervenção do Homem, enquanto produto de uma Civilização. Não por acaso, a obra de vulto de C. Sauer tinha o sugestivo título de *Morphology of Landscape* (1925), em que a paisagem no seu sentido genérico é descrita, analisada e compreendida desde a sua origem até à actualidade: “ (...) Un análisis esencialmente histórico, a través de las diferentes etapas determinantes del actual paisaje - cartografiado con cuidado -, y que justificará a la larga su constante preocupación por la articulación de una cuidada metodología que buscaba sus raíces en la formalización del pasado de cada paisaje”. J.Bosque Maurel; F.Ortega Alba, 1995, p. 92.

⁴⁸⁷ I.Rivera y Rovira, 1914, p. 30.

⁴⁸⁸ O.Ribeiro, 1939-c, p. 14.

C. Vallaux) mas antes salientado desde os tempos medievais a sua dinâmica do ponto de vista socioeconómico, onde sempre existiram redes de comunicação (pontes, estradas) pelas quais se continuaram a efectuar trocas económicas (por exemplo o contrabando muito activo apesar da situação de instabilidade devido à Guerra Civil de Espanha), bem como intercâmbios culturais (nas feiras e romarias de ambos os lados) ou sociais (casamentos e aprendizagem da língua do país vizinho).

Podemos pois, enquadrar a definição *versus* caracterização da fronteira orlandiana na classificação proposta pelo geógrafo alemão R. Sieger (citada por Gonzalo de Reparaz), em que a delimitação entre os dois países ibéricos pode ser considerada em certos troços um exemplo de: “(...) fronteras tomadas a la Naturaleza (...) que coinciden con una línea natural fácil de reconocer, sin que por ello esta haya de ser un estorbo (rio, laguna, borde de un bosque).”⁴⁸⁹ Enquanto noutros troços que serão a maioria, a fronteira luso-espanhola resulta apenas da delimitação proveniente da actividade humana, como sejam os muito comuns marcos indicadores, classificando-se por isso no que se designa por “(...) fronteras orgánicas (...) son sencillamente las que quedaron convenidas entre los países limítrofes, como las más útiles, aunque no estuvieran precisamente fundadas en la Naturaleza.”⁴⁹⁰

A fronteira, para Orlando Ribeiro não é um elemento geopolítico tão significativo como a Nação ou o Estado, é apenas considerada como um simples limite administrativo-político, por isso apesar dos pontos em comum, difere da posição de Hermann Lautensach sobre o assunto.⁴⁹¹ Contudo, não deixa de fazer notar que em casos pontuais porque muito localizados, a sua delimitação possa obedecer a imperativos relacionados com o valor estratégico de alguns elementos naturais como são alguns cursos de água ou cadeias montanhosas,⁴⁹² o que é também assinalado por Hermann Lautensach⁴⁹³ e Mendes Corrêa.⁴⁹⁴

Por conseguinte, em termos geopolíticos, para Orlando Ribeiro, a fronteira com o país vizinho, mais do que um limite natural ou sequer político-administrativo, foi antes de tudo, cultural e civilizacional ditado pela precedência da Nação sobre a formação da entidade política que é o Estado.

⁴⁸⁹ N.Krebs, 1931 p. 81.

⁴⁹⁰ *Ibidem*, p.81.

⁴⁹¹ “ Multiplos fenomenos antropogeograficos têm uma terminação abrupta na fronteira portuguesa, o que se explica pelo facto de eles se terem desenvolvido e formado depois da fronteira se formar. Não foram eles que influenciaram a constituição da fronteira; sucedeu o inverso e a sua formação só se explica pela formação do Estado português” H.Lautensach, 1931, p. 385.

⁴⁹² O exemplo mais significativo apontado por Orlando Ribeiro refere-se às cristas quartzíticas de Marvão e da Serra de S. Mamede, que nitidamente delimitam a fronteira hispano-portuguesa entre o Alto Alentejo e a Extremadura espanhola opinião partilhada pelo autor destas linhas, baseado em muitas observações pessoais ao longo de vários anos.

⁴⁹³ H.Lautensach, 1931, pp 365-36;392-393; *Idem*, 1938-a, p. 61.

⁴⁹⁴ A.Corrêa, 1919, p 77; *Idem*, 1921-a, p. 191; *Idem*, 1921-b, pp. 166-167; *Idem*, 1924-a, pp..21, 23-24 e 33; *Idem*, 1938, pp. 137-128; *Ibidem*, 1944, pp. 51-52.

5.11-A fronteira na perspectiva histórico-geográfica de Vergílio Taborde

*Alto-Trás-os-Montes*⁴⁹⁵ corresponde ao título da Dissertação de doutoramento em Ciências Histórico-Geográficas apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (1932) por Vergílio Taborde (1906-1936). Nela estão patentes segundo nos revela Orlando Ribeiro, os seguintes propósitos: “Este livro pretende ser uma contribuição para o estudo geográfico de Portugal como ela se me afigura mais útil, quer dizer sob a forma de monografia regional. Com efeito, só depois duma série de trabalhos dessa natureza, de pacientes e minuciosos inquéritos que cinjam tanto quanto possível toda a realidade geográfica nos seus múltiplos aspectos dentro dos vários pequenos quadros regionais, só depois disso será possível ensaiar-se um grande e sério trabalho de síntese geográfica do país.”⁴⁹⁶

Neste caso, a obra de cariz essencialmente regionalista, de nítida influência vidaliana, à semelhança da *Le Morvan* (1909) de Jacques Levaillant em quem aliás o geógrafo transmontano se inspira ao pretender individualizar um *pays* constituído pelos planaltos da área centro-oriental de Trás-os-Montes, e o seu prolongamento para Sul, pela Terra Quente e pela «concha vinhateira» do Alto Douro Superior.⁴⁹⁷ A delimitação é feita de uma forma a que chamaremos «corográfica» que engloba o relevo (Alvão, Marão, Bornes e Montesinho), o clima (frio e seco de fácies continental) mas também a delimitação político-administrativa constituída pela fronteira luso-espanhola a Norte e a Leste, de que resulta para o conjunto da área estudada a designação popular de «terra fria» que coincide com o termo mais erudito de Alto-Trás-os-Montes⁴⁹⁸

Verifica-se que não há uma sobreposição perfeita entre a região humana (caracterizada em termos da utilização da língua, dos usos e costumes) e a região natural (caracterizada em termos da climatologia, morfologia e da hidrografia) isto porque em termos da individualidade própria da população, esta não se confina aos planaltos que representam a área em estudo. Ao invés, dentro da mesma área natural, aparecem populações com características diferenciadas, particularmente no que concerne à sub-região do planalto mirandês. Esta última torna-se no nosso entender, uma área raiana particularmente interessante como objecto de estudo porque a fronteira linguística não coincide de modo nenhum com a fronteira político-geográfica: o mirandês, sendo uma língua do grupo asturo-leonês mas com reminiscências galegas, é falado também no lado espanhol.

⁴⁹⁵ V.Taborde, 1932, 224 p.

⁴⁹⁶ *Ibidem*, 1987, p. 8. O prefácio, que pretende ser uma homenagem ao geógrafo transmontano é transcrito na íntegra em O.Ribeiro, 1989-g, pp. 163-171.

⁴⁹⁷ “Aussi ne conviendrait-il pas de «dépasser la mesure et d'accorder aux régions naturelles une importance exagérée qu'elles ne peuvent pas avoir. La notion de région naturelle est simplement l'expression d'un fait mis de plus en plus en évidence par les observations (...) Telles sont les raisons qui légitiment et à bon droit la considération des régions naturelles et la remise en honneur des anciens pays.” J.Brunhes, 1910, p. 614.

⁴⁹⁸ A metodologia utilizada não agradou a Amorim Girão, talvez por este considerar que num estudo de investigação em Geografia regional, a delimitação da área em estudo deveria ser feita segundo as bacias hidrográficas.

Sendo aquele um estudo de uma região, fácil é imputar-lhe a ascendência na escola francesa vidaliana, mas mais do que isso, notam-se influências de Vidal de La Blache e sobretudo de Jean Brunhes⁴⁹⁹ e A. Demangeon, especialmente destes dois últimos geógrafos no que respeita à descrição algo pictórica da paisagem - por alguma razão alguém citou que este era o poeta da Geografia - com predilecção pelas áreas rurais, mas também pela preocupação em fundamentar os factos relacionados com a Geografia Humana (por exemplo os movimentos demográficos, as vias de comunicação ou a rede urbana) com os seus antecedentes históricos.

A influência deste geógrafo francês torna-se ainda mais patente, a nosso ver, quando se denota nesta monografia uma preocupação em considerar que as regiões para serem tidas como unidades, têm que apresentar uma legitimação do ponto de vista histórico: “Quem diz província diz unidade histórica (...) Trás-os-Montes, sem mais, continuará a significar sempre, queiramos ou não, a unidade histórica, a província.”⁵⁰⁰

Simultaneamente, V. Taborda, considera e individualiza a fronteira como uma entidade zonal, em que se são patentes os antecedentes históricos, o que denota uma influência dos conceitos de J. Brunhes sobre o assunto.⁵⁰¹ Efectivamente, trata-se de uma fronteira que em termos históricos foi definida relativamente cedo, ainda entre os séculos XII-XIII mas cuja demarcação definitiva foi tardia (Convénio de 1864) e efectuada à revelia dos interesses sócio-económicos das populações.⁵⁰² Por outro lado, não põe de parte a classificação francesa de J. Brunhes e C. Vallux ao considerar o significado das trocas económicas e dos movimentos populacionais na classificação da fronteira entre o Alto -Trás -os - Montes, e a Galiza.

Neste sentido, o geógrafo transmontano considera que entre estas regiões peninsulares, separadas pelo rio Douro, a fronteira pode considerar-se como sendo «quase morta», não tanto pela barreira física que constitui o curso de água internacional, mas mais até pela exiguidade das trocas económicas e dos movimentos populacionais, devido não só à falta de transportes rodo-ferroviários mas também pela pobreza das populações que pouco teriam para trocar entre elas, apesar de mencionar, tal como A. Magalhães Basto, que se existe algum contrabando entre ambos os países, este limita-se a alguns têxteis e sedas.

⁴⁹⁹ J. Brunhes, 1910, 843 p.

⁵⁰⁰ V. Taborda, 1987, pp. 19-21.

⁵⁰¹ “La situation, la configuration, la structure ou le climat d'une contrée contribuent à expliquer le développement historique d'un peuple comme son organisation sociale (...) Mais aux faits politiques qui on même longtemps passé pour un peu surprenants et anormaux, on peut découvrir de réels fondements naturels. Le professeur Théobald Fischer, dans un très remarquable travail sur la Péninsule Ibérique, explique avec clarté pourquoi le Portugal a pu conserver son autonomie historique et politique. J. Brunhes.” 1910, p.29.

⁵⁰² O Poder central, fosse ele a coroa portuguesa ou a espanhola, sentiu a necessidade de afirmação da sua soberania perante os habitantes locais, essencialmente por razões militares e de prestígio em relação ao país vizinho mas também prosaicamente, para a cobrança de impostos relacionados com a criação de gado menos do que com a actividade agrícola em si mesma a par da necessidade de repressão do contrabando entre ambos os países.

A importância dada ao rio Douro como uma barreira física que outrora separou ou pelo menos limitou fortemente o intercâmbio entre as populações de ambas as margens, significa que o geógrafo transmontano não põe de parte o conceito de fronteira natural, pelo contrário, dá realce à delimitação constituída por aquele rio. Salieta como grande número de geógrafos da época (Dantin Cereceda, Hernández-Pacheco, Mendes Corrêa, Silva Telles ou Ferraz de Carvalho) a delimitação natural constituída pela regularidade e navegabilidade deste rio quando entra em território português, em oposição ao que sucede no percurso espanhol.

Onde se denota uma maior originalidade de V. Taborda é no facto de considerar que a fronteira político-administrativa na região do Nordeste Transmontano não coincidir com a fronteira natural nem com a fronteira linguística; isto porque as características morfológicas do planalto mirandês se prolongam pelo país vizinho e a língua portuguesa, através dos dialectos rio-onorês e guadramilês, ainda se utiliza em certas áreas mais isoladas da província da Galiza e de Leão, como comenta Orlando Ribeiro: “A fronteira, em parte isolada e inacessível, revela no mirandês e dialectos afins a influência de mosteiros leoneses com bens em Bragança e Miranda, casamentos mistos e trocas de produtos com regiões espanholas mais desenvolvidas ou mais ricas, onde «hiam la todos os dias e tornavam» (documento de 1505).”⁵⁰³

Também sucede o fenómeno quase inverso, que é em vez de uma fronteira zonal e por conseguinte gradual entre ambas as regiões peninsulares, existir uma delimitação o mais artificial possível como é o da fronteira linear que resulta das vicissitudes históricas e das convenções político-diplomáticas entre ambos os países. Torna-se este o caso do «saliente», quase um «enclave», de Tourém em território galego e a denominada aldeia comunitária «transfronteiriça» de Rio de Onor/Rihonor de Castilla em que a divisão administrativa entre ambos os países é feita, por uma simples demarcação que divide o aglomerados em duas partes distintas.

Apesar da influência francófona estar bem presente na obra de V. Taborda, torna-se patente a influência da escola Alemã de Geografia, pelo que diz respeito à concepção ratzeliana da fronteira como uma entidade dinâmica resultante das trocas económicas, dos movimentos populacionais, da organização das linhas de transporte e comunicações, em suma, o que torna as fronteiras vivas: “Á antiga concepção linear de fronteira substituiu-se modernamente um conceito mais objectivo; longe de ser uma simples linha de demarcação, a fronteira é uma zona onde se fazem sentir as influências e reacções mútuas das populações que aí entram em contacto. (...) A noção geográfico-política de

⁵⁰³ *Ibidem*, p. 9.

fronteira difere assim do conceito cartográfico de limite, como dizia Ratzel: a orla fronteira (*Grenzraum*) é a realidade; a linha fronteira (*Grenzlinie*) não passa de uma abstracção."⁵⁰⁴

Outro aspecto em que se denota a influência germânica, resulta do realce dado por V. Taborda à pressão demográfica⁵⁰⁵ na região fronteiriça por ele estudada, resultante da comparação da densidade populacional entre as áreas limítrofes de ambos os países,⁵⁰⁶ para daí inferir comportamentos sociais e económicos.⁵⁰⁷

Talvez por se tratar de uma obra que aborda o estudo de uma região portuguesa quase esquecida, utilizando para a época, uma metodologia considerada inovadora que resulta das concepções franco-alemãs sobre a dinâmica das fronteiras, tenha merecido numa edição posterior elogios por parte de Orlando Ribeiro que tece o seguinte comentário: “Embora esboçado a traços largos este estudo da fronteira é modelar e não existe para nenhum outro trecho dela sendo ainda hoje a raia luso-espanhola um dos pontos mais obscuros da geografia peninsular.”⁵⁰⁸

5.12- A divisão administrativa e a fronteira externa para Amorim Girão.

O primeiro geógrafo doutorado em Ciências Histórico-Geográficas pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (1922), Aristides de Amorim Girão é dos geógrafos portugueses que mais cedo criticaram o neodeterminismo ratzeliano por este não definir com precisão os limites e subalternizar a acção do Homem aos condicionalismos do meio natural: “Por isso o conceito de Friedrich Ratzel, já exposto nas suas linhas gerais por F. von Richthofen, reclamando para a Geografia Humana o estudo da acção da terra sobre o homem e fazendo por assim dizer a aplicação da geografia à história, é um conceito etnológico, o qual, além de pressupor o fatalismo das condições naturais, que não passa até certo ponto de uma ficção, tem o grave inconveniente de fazer quasi perder o carácter geográfico do estudo.”⁵⁰⁹

Efectivamente, esta crítica em relação à Escola Anglo-Saxónica e sobretudo à Alemã da Geografia, vem no seguimento da adopção de posições muito mais próximas às da Escola Francesa de

⁵⁰⁴ F.Ratzel, 1903, p 538 *apud* V. Taborda, 1932, p. 17.

⁵⁰⁵ Este conceito, conhecido por pressão demográfica seria utilizado na mesma época por J.Boléo, 1939-a, pp.361-362; A.Dix, 1929, pp. 14-15; G.Reparaz, 1929-b, pp. 152-153; N.Krebs, 1931, pp. 75, 80-81.

⁵⁰⁶ Sobre os dados numéricos comparativos da densidade populacional nos distritos de Bragança e Zamora, ver A.Basto, 1923, pp. 9,10, 13 e 15.

⁵⁰⁷ Esta metodologia de análise dos elementos quantitativos ao longo de uma fronteira (quociente de pressão, densidade populacional, tráfego de mercadorias) esteve em voga nos meados da década de trinta do século passado devido à influência dos geógrafos alemães (F. Ratzel, O.Mull, A. Dix) e franceses (C. Vallaux, J. Brunhes L.Lefvre) para quem a área raiana é vista como uma entidade espacial dotada de maior ou menor dinamismo, o que nos prova que o autor supracitado estava bem a par do que mais de recente se escrevia em termos da geografia franco-alemã nas primeiras décadas do século XX.

⁵⁰⁸ V.Taborda, 1987, p. 9.

⁵⁰⁹ A.Girão, 1918, p. 21.

Geografia, particularmente de J. Brunhes, especialmente no que se refere ao objecto de estudo da Geografia Humana, resultante da actuação do Homem sobre o Meio. Significa isto que as actividades humanas transformam o Meio natural, consoante o estágio civilizacional de cada povo (considerando nesta categoria o conceito de raça e de etnia) e dão consistência e originalidade ao *corpus* teórico da Geografia enquanto ciência social. No entanto, a Geografia Humana ainda aparece subalternizada em relação à Geografia Física, não só porque o Homem é sempre condicionado pelo Meio, mas também porque aquele novo ramo da Geografia, não pode estabelecer leis gerais porque entre os factos resultantes da acção humana, ao contrário dos naturais, não há relações de causalidade mas apenas de conexão.

Por isso mesmo, não é de admirar que nestes primeiros anos do século XX A.Girão ainda seja adepto de um certo determinismo regional, isto é, considere tal como o seu homólogo Dantín Cereceda que a região natural é a base de toda a divisão regional.⁵¹⁰ Estamos ainda longe - em termos epistemológicos e metodológicos - da aceitação integral da Geografia regional de inspiração vidaliana, mas já se denota uma tentativa para uma nova forma de definir o objecto e método de estudo a utilizar em Geografia e em simultâneo conceder uma maior relevância à actuação «corográfica» do Homem como agente interveniente na paisagem.

Esta maneira inovadora de abordar a metodologia e determinar o objecto de estudo em Geografia já está patente na sua dissertação de doutoramento intitulada *A Bacia do Vouga* (1922), muito embora se denote uma concepção (ainda) neo-determinista da Geografia, não só por delimitar a sua área de estudo segundo uma perspectiva natural, sem limites histórico-geográficos definidos, mas também no nosso entender, por dar maior ênfase aos aspectos (geo)morfológicos e geológicos do que à actividade do Homem, dando esta a impressão de estar fortemente condicionada, quase submetida aos ditames das leis da natureza.

Nesta sua obra já se sente uma das preocupações que vai constituir o esteio principal do seu trabalho científico durante os dez anos subsequentes, referimo-nos à questão das divisões político-administrativas então em vigor, dizendo que estas eram muito artificiais, baseadas apenas em limites geométricos que retalharam antigas divisões concelhias, mais realistas porque baseadas em elementos naturais (climáticos, geomorfológicos) e humanos (agrícolas e etnográficos) cuja unidade importava considerar não só por respeitarem os reais interesses das populações, mas também pelo facto da divisão administrativa em vigor na I República ter reduzido a autonomia dos municípios e cerceado a

⁵¹⁰ "La provincia administrativa, fruto de una imposición caprichosa, no tiene valor ninguno geográfico; la región natural es, por el contrario, de la más alta importancia (...) La región natural nos aparece como término final de la mutua reciprocidad de los elementos que intervienen en su composición (relieve, clima, flora, fauna, hombre), tomando al primero por principio director. Sin olvido de que reaccionan entre sí, surge como un resultado del conflicto entre los principios físicos y biológicos que gobiernan el mundo, con todas sus sumas interferencias." J.Dantín Cereceda, 1915, pp. 290-316.

livre manifestação de todas as actividades regionais de base democrática. Por isso, preconiza a necessidade de se proceder a: “(...) uma boa divisão regional do território português (...) constituirá o melhor alicerce para levar a efeito um conveniente reconhecimento económico do país (...).⁵¹¹ Contudo, a nova divisão administrativa teria também outra função em termos geoeconómicos, talvez até mais significativa a curto prazo: a complementaridade regional vinha não só dar um importante contributo teórico-prático à geoeconomia do regime, apostado num desenvolvimento económico quase autárquico de matriz rural mas mais do que isso, justificar a sua própria viabilidade económica em que era indispensável uma coordenação ou melhor, uma complementaridade de recursos entre as regiões do País.

Significa isto, que para o supracitado geógrafo de Coimbra, era desejável uma nova divisão regional que atendessem à especificidade de cada uma das novas divisões administrativas do País mas no sentido em que a sua diversidade paisagística permitisse uma especialização económica numa base de complementaridade entre as diversas regiões.

Por conseguinte, a constituição de uma região deveria obedecer não a princípios de homogeneidade natural, nem sempre fáceis de definir, com a agravante de tornarem as novas divisões regionais inviáveis a nível económico, mas, tal como preconizavam J. Brunhes e C. Vallaux, a outros critérios de ordem geográfica, os quais resultariam de uma interligação de fenómenos naturais e humanos capazes de formarem regiões mais complexas e por isso mesmo de mais difícil delimitação. Contudo, como indicam os geógrafos franceses, teriam a vantagem de serem dinâmicas e complementares entre si, conseqüentemente viáveis do ponto de vista político-administrativo e económico: “(...) les divisions territoriales d’un Etat ne seront plus avant tout des divisions de commandement, de l’ordre administratif et politique (...) seront faites surtout pour la production et pour l’échange (...) Les Etats du type économique continueront sans rupture les Etats du type politique (...) Dans les Etats centralisés se fait sentir à des degrés d’intensité variable, (...) la nécessité d’adapter aux nouvelles conditions de vie les cadres politiques et les divisions territoriales.”⁵¹²

Considera C. Vallaux que a viabilidade de um Estado não depende tanto da sua extensão como da heterogeneidade de recursos existentes em função da diversidade regional, mais significativa em pequenos Estados da Europa com fronteiras antigas e estáveis como Portugal e a Suíça, cuja superfície é pouco extensa.⁵¹³

⁵¹¹ A. Girão, 1922, pp.180-181.

⁵¹² J. Brunhes; C. Vallaux, 1921, pp. 407-411.

⁵¹³ Note-se a semelhança entre esta teoria e aquela que será defendida por A. Amorim Girão alguns anos mais tarde (1938-1940) sobre os pressupostos histórico-geográficos que estiveram na origem e conseqüente viabilidade da Nação portuguesa reflectida na organização político-administrativa que foi o estado municipalista.

Se em todas as obras da década de 1930 sobre a divisão administrativa sobejam as referências de Amorim Girão às «fronteiras internas»⁵¹⁴, isto é aos limites entre as províncias e as regiões⁵¹⁵ em contrapartida são muito escassas as referências à necessidade de rectificação do traçado da fronteira luso-espanhola. Apenas no caso da polémica sobre a formação de uma suposta região da Beira Interior com sede na Guarda, menciona que para isso suceder, seria necessário a anexação de áreas raianas pertencentes a Espanha, fruto de uma divisão fronteiriça mais ou menos linear, que não tivesse em linha de conta os aspectos naturais - apenas o curso do rio Águeda - e muito menos os aspectos etno-linguísticos e históricos: “A outra ideia é que, para Oeste do Águeda fronteiriço, ficam «ainda hoje terras irridentas de Portugal». Também assim o julgamos e supomos até que, em confirmação dêsse facto, podem apontar-se as aldeias da serra da Gata onde se fala português. A linha de fronteira que avançava outrora mais pela Espanha (...) são talvez essas terras que faltam agora à Guarda, para constituir uma província à parte na nova divisão administrativa.”⁵¹⁶

Se ao geógrafo mencionado faltam as referências geopolíticas ao traçado da fronteira ibérica, o mesmo não se pode afirmar no que respeita aos condicionalismos histórico-geográficos que estiveram na origem da demarcação fronteiriça hispano-portuguesa, o que não é de admirar visto ter como base epistemológica a corrente historicista da escola vidaliana clássica: “As referências que fez aparecem dispersas por vários textos e é uma vez mais C. Vallaux a sua fonte.”⁵¹⁷

Esta afirmação reside no facto de que já nessas primeiras décadas do século XX, A. Girão romper com o determinismo geográfico da maioria dos autores que referiam que em termos climáticos e geomorfológicos Portugal representava uma unidade única e distinta na Península Ibérica, separada, ou melhor quase destacada, do país vizinho por uma fronteira natural onde os rios ibéricos se encaixavam. Torna-se notória a similitude das ideias com J. Brunhes e C. Vallaux sobre a formação, evolução e até a representação cartográfica das fronteiras europeias: “(...) Le développement des États concorde avec le développement de leurs frontières (...) Sur les cartes, les frontières sont des lignes coloriées au pointillées, et seulement des lignes. Une étude comparée des États à different époque nos montre combien ses lignes son mobiles (...) proviennent des «conflits d'estimation de la valeur du sol» entre États voisins, dont parle Ratzel (...) la frontière moderne est une étendue organisée (...) des frontières d'Europe, mûries et vieilles par l'histoire (...) Si le courant se detourne des régions qui

⁵¹⁴ A.Girão, 1930-a, 107p; *Idem*, 1930-b, pp.195-214; *Idem*, 1930-c, pp.354-359; *Idem*, 1930-d, 68p.; *Idem*, 1933-a, 221p.; *Idem*, 1933-b, XXI+224p.; *Idem*, 1935-a, pp.301-303; *Idem*, 1935-b, 30p.; *Idem*, 1935-c, pp.420-442; *Idem*, 1937, 64p.; *Idem*, 1938, 38p.

⁵¹⁵ A proposta de uma nova divisão regional de Portugal Comtinenal elaborada por Amorim Girão foi aceite na sua quase totalidade pelos poderes vigentes porque contemplava a divisão provincial indicada na Reforma Administrativa do início da década de 1930 (Portaria de 17 de Outubro de 1930) de nítida inspiração integralista. Tendo o geógrafo de Coimbra limitado-se a pôr em prática a teorização elaborada sobre o mesmo assunto pelos membros da Escola de Geografia Francesa (especialmente P.Vidal de La Blache, A. Demangeon, J.Brunhes e C. Vallaux).

⁵¹⁶ A.Girão, 1937, p. 58.

⁵¹⁷ C.Silva, 1990, p. 52.

traverse la frontière de tension, celles-ci se détent, sa densité diminue, et la ligne de démarcation, même defectueuse, s'immobilise pour une longue période au tracé où les derniers mouvements l'ont fixée (...) nous n'avons plus alors que une frontière morte (...).⁵¹⁸

Em consonância com a opinião dos geógrafos franceses mencionados, A. Girão segue a mesma linha metodológica no que se refere à fronteira luso-espanhola, cujos limites considera resultarem de factos histórico-políticos: “Com efeito, se descermos a um estudo mais consciencioso, examinando cartas dos diversos elementos do clima, notaremos que o traçado das suas linhas de referência (isotérmicas, isobáricas e outras) se estabelece por gradações insensíveis para Espanha, que assim nos aparece como um todo independente, nada autorizando a tomar a linha de fronteira como correspondendo a uma linha de separação climatérica (...) Não, Portugal não fica separado do resto da Península por fronteiras naturais! Digamos aos nossos vizinhos que o território português não é distinto da Espanha (...) mostrando que o vínculo nacional é tão forte que não tivemos necessidade de encontrar um território à parte para vivermos uma vida independente.”⁵¹⁹

Embora não rejeite que a delimitação da fronteira ibérica foi até certo ponto fruto do acaso, dependendo das conquistas *versus* sorte das armas por parte dos «barões portugalenses» essa conquista não foi feita por mero acidente mas sempre planeada, apoiando-se pontualmente nas condições morfológicas e hidrográficas do território, ou seja, teve um suporte natural porque foi seguindo pontos de apoio ao longo das sucessivas bacias fluviais: “(...) pela vantagem que ao avanço nesta direcção ofereciam os vales dos rios, tornados uma espécie de trincheiras líquidas que os conquistadores encontravam já abertas pela Natureza.”⁵²⁰ Por conseguinte, as linhas mais fáceis de penetração em território hostil são aquelas que explicam: “(...) como a nacionalidade portuguesa se formou assim desde o litoral «d'échelon en échelon» segundo a expressão do geógrafo Khol, à medida que alargava as suas fronteiras para norte e oriente.”⁵²¹

O clima de exaltação épica que se viveu a partir dos finais da década de 1930 e que teve o seu culminar na década seguinte, com as Comemorações dos Centenários (1940) levou Amorim Girão a publicar uma obra, intitulada *Geografia de Portugal* (1941) que não só traduzisse uma concepção histórico-geográfica nacionalista da «terra portuguesa» como respondesse ao repto lançado alguns anos antes por um seu antigo aluno: “Depois, tem de aparecer uma verdadeira Geografia de Portugal,

⁵¹⁸ J. Brunhes; C. Vallaux, 1921, pp.337-353.

⁵¹⁹ A. Girão, 1915, pp. 10-12.

⁵²⁰ *Idem*, 1935, p. 20.

⁵²¹ *Ibidem*, p. 35.

escrita por um geógrafo português, segundo os modernos conceitos da moderna ciência geográfica, cheio de clareza, cheio de imagens, agradável à vista e agradável ao espírito.”⁵²²

A metodologia utilizada obedece a uma combinação equilibrada entre o texto e as imagens, numa linguagem clara e acessível.

A obra em questão pode ser considerada, em termos de concepção e rigor científicos postos na elaboração da cartografia temática (grande parte dela da autoria dos seus alunos, particularmente de Alfredo Fernandes Martins) um misto de estudo científico e de divulgação-propaganda sobre o País, numa altura particularmente significativa que marca a nível interno o apogeu do Salazarismo e a generalização de um conflito que a partir dessa época, se pode com propriedade classificar de Mundial: “As graves dificuldades da hora presente fizeram passar os problemas de geografia política ao primeiro plano das discussões internacionais.”⁵²³

Numa obra cuja epistemologia é, no nosso entender e pela primeira vez, francamente possibilista⁵²⁴ ao dar mais realce à acção do Homem e das suas actividades sobre o Meio, integrada em «quadros regionais» que abraçam pormenorizadamente cada uma das recém-institucionalizadas regiões político-administrativas do País, nos seus diversos «géneros de vida». Contudo, ainda se notam alguns laivos do determinismo ratzeliano, ao confiar na supremacia do Meio natural como o mais indicado para a delimitação de fronteiras estáveis que seriam o melhor indicador para travar o expansionismo de alguns dos países que originaram a situação de guerra que se generalizava a todos os continentes: “As divisões traçadas pelo homem no mapa da Europa e do mundo entraram em crise: fronteiras nacionais cuja legitimidade se contesta; anexação pela violência de territórios estranhos; construções políticas que surgem à custa doutras que desaparecem: e perante a incerteza das obras humanas mais se voltam as atenções angustiadas para a obra da Natureza, na esperança de que os laços existentes entre o meio físico e a organização dos diferentes Estados possam constituir penhor da sua maior estabilidade no concêrto internacional.”⁵²⁵

A individualização de Portugal na Península Ibérica (Figura 7) destaca-se logo no tratamento da imagem em que o fundo branco resultante do «recorte» de Portugal nos sugere logo a ideia de uma superfície muito maior do que aquela que na realidade apresenta. Não sabemos se foi intencional, mas uma das técnicas cartográficas utilizadas pelos mentores da Geopolítica (particularmente da *Geopolitik*

⁵²² J.Barata, 1929, p. 35.

⁵²³ A.Girão, 1941-c, p. 5.

⁵²⁴ A outra obra de vulto publicada pelo autor é de cariz muito mais determinista, dando realce acentuado aos condicionalismos naturais, particularmente os climáticos e morfológicos na distribuição e evolução das etnias humanas bem como do seu grau civilizacional: A.Girão, *Lições de Geografia Humana*, «Biblos», Vol. IX (fascºs I-VIII) pp.11-45, vol X ((fascºsXI-XII) pp. 329-366; Vol. XII (fascºsI-III) pp. 49-105, Coimbra, 1933-1936; posteriormente publicadas num único volume, *Idem*, 1936-c, 226 p.

⁵²⁵ *Idem*, 1941-c, p. 5.

alemã)⁵²⁶ era a de utilizar o contraste entre o preto e o branco, de modo que a leitura do mapa fizesse sobressair um determinado fenómeno com intenções propagandísticas.⁵²⁷

Configuração dos países ibéricos (círculos proporcionais à superfície)

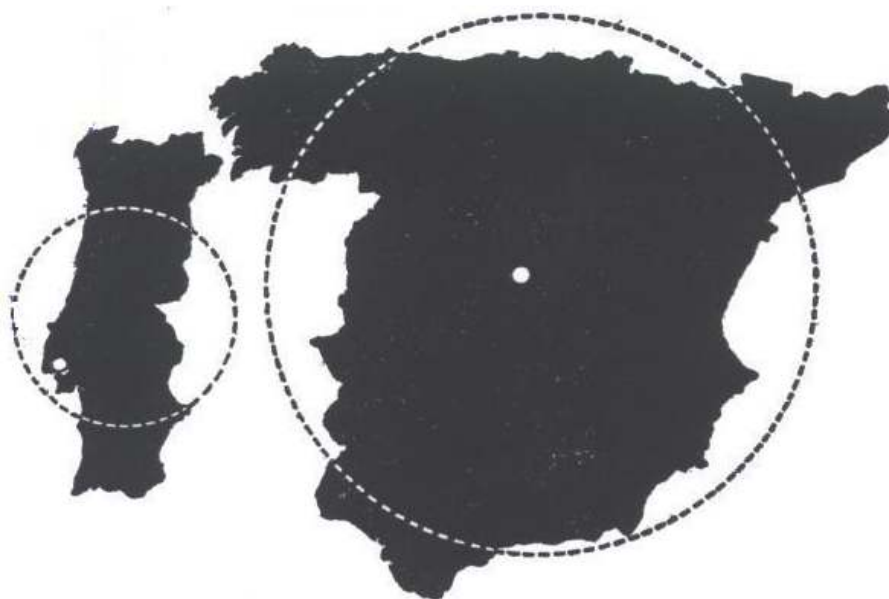


Figura 7

Fonte: Aristides de Amorim Girão – *Geografia de Portugal*, Ed. Ilustrada, Portucalense Editora, SARL, Porto, 1941, p. 34.

Em acordo com a a ideologia propagandeada pelo regime salazarista, o geógrafo Amorim Girão numa óptica ruralista de cariz mussoliniano, vai estabelecer como uma das premissas para a manutenção da independência nacional a existência de uma fronteira geoeconómica baseada na autosuficiência agrícola em trigo - símbolo da abundância na cultura mediterrânea - que reforça, ou melhor vem corroborar as fronteiras lineares já existentes. Estas, são de índole histórica e político-administrativa, tanto mais que Portugal não dispõe de qualquer barreira natural marcante que sirva de fronteira física e nos permita marcar indelevelmente a separação face ao país vizinho: “ (...) um território político terá tanto mais condições de perdurar quanto mais corresponder o seu território económico. «O trigo da nossa terra é a melhor fronteira que nos defende», escreveu-se a propósito da Campanha do Trigo.”⁵²⁸

O título *Geografia de Portugal* (1941) aclara o conceito de delimitação da fronteira em função das divisões «geohistóricas» dos reinos peninsulares, efectuadas segundo a progressão da Reconquista Cristã, sobre a qual tem o geógrafo de Coimbra opinião muito semelhante à dos seus congéneres

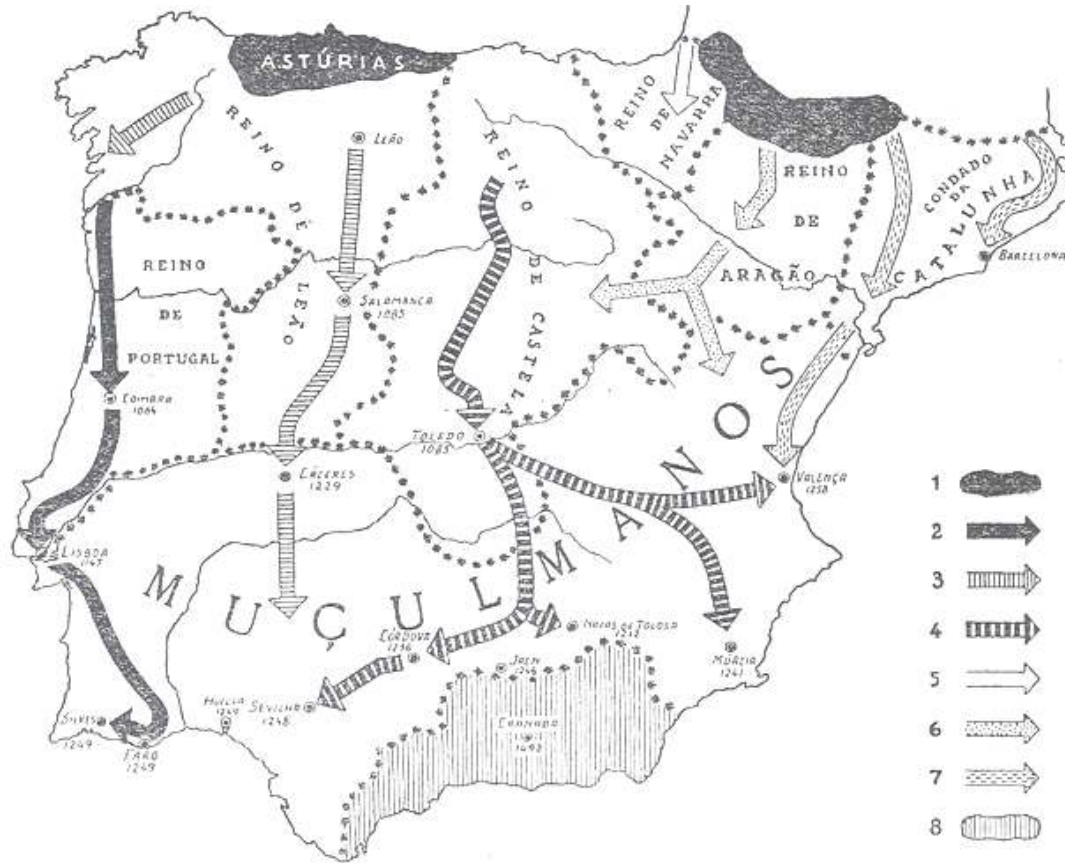
⁵²⁶ A que Amorim Girão faz referência alguns anos depois como a *Geopsique* alemã: “focando de preferência a acção do meio geográfico sobre o homem e deixando-se deslumbrar pelas tentadoras mas enganosas perspectivas da Geopsique alemã, quer dizer, se em vez de encarar a paisagem como poderoso modelador da alma humana” *Idem*, 1952, p. 79.

⁵²⁷ G. Herb, 1997, pp. 51-62.

⁵²⁸ A. Girão, 1940, pp 672-681 *apud* C. Silva, 1990, pp. 59 – 60.

Dantín Cereceda⁵²⁹ e Max Sorre⁵³⁰ para quem a formação de três frentes contínuas e quase paralelas entre si estiveram na origem da diferenciação política dos diversos Estados peninsulares.

Progressão da Reconquista cristã e formação dos proto-Estados peninsulares



FRENTES MILITARES E CONSEQUÊNCIAS POLÍTICAS DA RECONQUISTA CRISTÃ

- | | |
|--|--------------------|
| 1 — Núcleo de resistência e ponto de partida | 5 — Avanço navarro |
| 2 — Avanço português | 6 — » aragonês |
| 3 — » leonês | 7 — » catalão |
| 4 — » castelhano | |
| 8 — Último reduto do domínio muçulmano | |

Figura 8

Fonte: Aristides de Amorim Girão – *Geografia de Portugal*, Ed. Ilustrada, Portucalense Editora, SARL, Porto, 1941, p. 437.

Esta expansão para Sul e paralelamente ao litoral ao longo das bacias fluviais, determinou a precoce definição da fronteira portuguesa, que é apresentada num mapa de pequena escala (Figura 8) onde mais uma vez os efeitos propagandísticos são evidentes: Portugal ou antes, os limites do território nacional, aparecem a preto carregado enquanto o restante território ibérico surge em cor branca, significando que a formação de Portugal foi mais relevante e até certo ponto se fez independentemente

⁵²⁹ A base cartográfica apresentada por Amorim Girão em geografia de Portugal intitulado *Frentes Militares e Consequências Políticas da Reconquista cristã* é uma cópia quase exacta do mapa VII intitulado *Reconquista Cristã*, apresentado pelo geógrafo espanhol mencionado: J.Dantín Cereceda, 1942-b, p. 100.

⁵³⁰ M.Sorre, 1934, pp.93-94; *Idem*, 1935, p. 6.

dos restantes reinos peninsulares. Assinale-se o manifesto exagerado dos limites (provisórios) do território português ao longo da bacia do Tejo (1168) e ao longo do Rio Guadiana (1250). Apesar da definição de fronteiras em Alcañices (1297) Amorim Girão tem o cuidado de deixar assinalada com uma trama diferente na bacia do Guadiana a área que delimita as fronteiras portuguesas, julgámos tratar-se da problemática divisão relativa às Contendas de Moura e Arronches das quais só no século XX (1927) se vieram a fixar os limites fronteiriços definitivos.

A formação do Estado português terá antecedido a formação da nacionalidade, se bem que antes da formação da estrutura organizativa do Estado já houvesse uma consciência de uma individualidade local - expressa nos municípios - não era ainda a formação da Nação, pois para que esta existisse era necessário que toda a população tivesse uma identidade própria projectada num determinado território, isto é uma percepção «espacial» do que era Portugal, delimitado por fronteiras politico-administrativas ou naturais face a Castela-Leão. O que só veio a suceder, segundo Amorim Girão em finais do século XIV, tendo sob este ponto de vista, uma opinião muito parecida com a defendida por Gonzalo de Reparaz que afirma: “No es la nación la que constituye el Estado, es el Estado el que constituye a la nación.”⁵³¹

Esta opinião está em consonância com a teoria neo-ratzeliana defendida por J. Brunhes e Camille Vallux de que: “Les États sont des sociétés organisées pour garantir aux individus qui les composent leur sécurité personnelle (...) la notion de l'État est nécessairement territoriale en même temps que juridique. Le droit de l'État et sa domination territoriale se juxtaposent d'une manière très étroite pour donner naissance à une forme spéciale de l'occupation du sol (...) s'appelle la souveraineté, elle se traduit dans la pratique pour un nombre plus au moins grand de réglementations imposées à la fois au territoire ; aux hommes qui l'habitent (...) Un État se compose donc d'une fraction d'humanité et d'un morceau de territoire (...). Au point de vue humaine, comme au point de vue territorial, un État peut se superposer exactement à l'habitat d'un peuple, d'une race ou d'une nation.”⁵³²

Se como pretende A. Girão, o Estado português surgiu em parte para contrabalançar em poderio e em recursos as tendências hegemónicas de Castela-Leão, a fronteira setentrional portuguesa (Figura 9) dever-se-ia ter estendido mais para Norte, incorporando a Galiza, o que só não se concretizou porque a sorte das armas nos foi adversa. Também se tentou um expansionismo para Leste, mas as hostes de Castela-Leão, impediram a apropriação de mais territórios, muito embora em finais do século XIII se fizesse a delimitação oficial das «terras centieiras» de Riba Côa (Figura 10)

⁵³¹ G.Reparaz, 1929-b, p. 213.

⁵³² J.Brunhes, C.Vallaux,1921, pp. 269-270.

devido a essa área situada muito para Leste dos centros decisórios do Poder, já ter sido de antemão ocupada pelos portugueses.

Significa isto que para A.Girão, o Estado português, no seu processo de formação e de consolidação, apesar do núcleo polarizador da capital e da presença comum do Oceano, teve necessidade para completar a sua área territorial, de ir acrescentando outras áreas mais diferenciadas, não tanto por razões geoeconómicas - o País já seria caracterizado por um polimorfismo geográfico - mas por questões geoestratégicas, importantes para a sua sobrevivência como entidade autónoma e pela segurança que permitia em termos de distanciamento físico entre o litoral ocidental (especialmente a capital) e as fronteiras limitrofes, de onde poderia surgir um eventual ataque dos vizinhos ibéricos. Por isso, na medida do possível, até onde a força das armas e os tratados diplomáticos o consentiam, foi-se conquistando:“(…) um retalho da Galiza, outro de Leão, outro da Estremadura espanhola, e outro, finalmente da Andaluzia.”⁵³³

Troço da fronteira do Norte

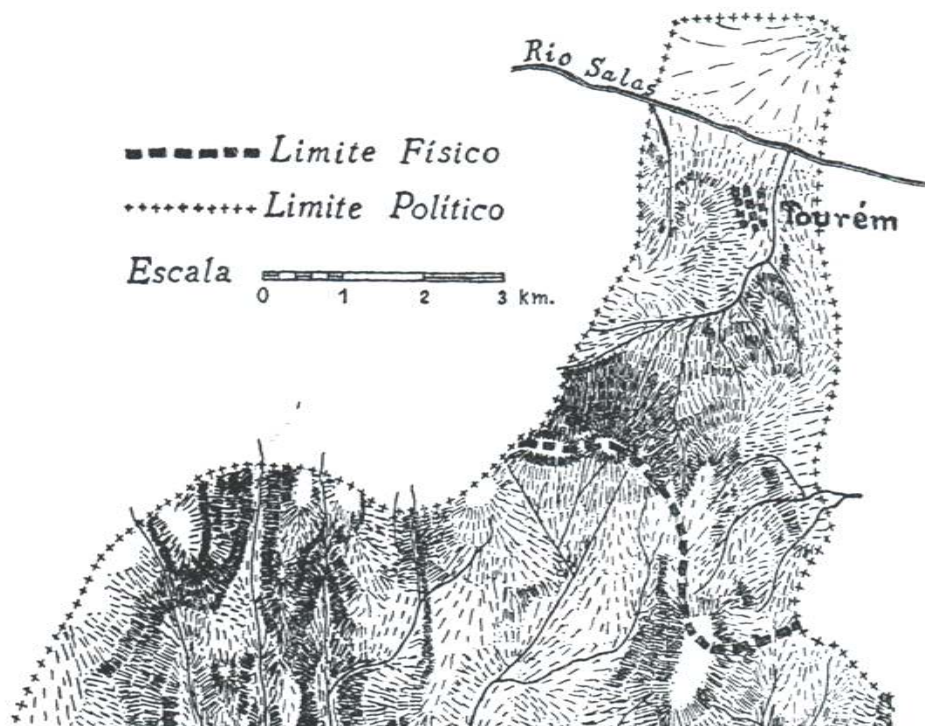


Figura 9

Fonte: Aristides de Amorim Girão – *Geografia de Portugal*, Ed. Ilustrada, Portucalense Editora, SARL, Porto, 1941, p. 37.

Troço da fronteira Este

⁵³³ A.Girão, 1935-b, p. 21.



Figura 10

Fonte: Aristides de Amorim Girão – *Geografia de Portugal*, Ed. Ilustrada, Portucalense Editora, SARL, Porto, 1941, p. 35.

Ainda no que respeita à individualização de Portugal no seio da Península Ibérica, Amorim Girão refuta liminarmente E. Reclus por este considerar que a independência de Portugal foi facilitada pela delimitação gradual do País segundo uma fronteira rectilínea, que os acidentes naturais propiciavam. Pelo contrário, afirma o geógrafo português, a fronteira luso-portuguesa resultou de um esforço de (re)conquista para Sul e para Este, facto lento e irregular, em que ora se ganhavam ora se perdiam territórios, segundo os acasos das batalhas ou as conveniências dos tratados, o que fez com que o traçado fronteiro se apresentasse irregular e mesmo descontínuo. Sendo assim, seria lícito pensar que a fronteira portuguesa nunca poderia ter o traçado rectilíneo que apresenta actualmente.

Para que este facto sucedesse, tiveram de intervir diversos factores histórico-políticos para que a fronteira não fosse sinuosa como na maioria dos países europeus para o que terá contribuído a preocupação em que a «raia seca» seguisse um traçado mais ou menos paralelo à fronteira marítima, a par de uma natural sobreposição entre aquela e pequenos acidentes morfológicos e/ou bacias

hidrográficas. Apesar de Amorim Gião saber que este facto nem sempre constituiu norma porque muitas vezes a própria fronteira política cortou perpendicularmente estas delimitações que mais logicamente poderiam ser consideradas como a «fronteira natural» (Figura 11), por serem demarcadas por elementos físicos, enquanto a fronteira política é apenas assinalável pelos marcos fronteiriços. Em abono desta teoria, talvez até para lhe dar maior credibilidade por a considerar crucial para a individualização de Portugal face a Espanha, cita não tanto a sua própria opinião mas a do seu mestre e antecessor nas prelecções geográficas: “A solução de continuidade dêste modo verificada nos vales fluviais, na distribuição da população e nas vias de comunicação e transporte, devia fazer dessa zona uma espécie de Terra de Ninguém, e portanto zona ideal para o estabelecimento de um limite político, tornando o nosso País facilmente separável da Espanha, no dizer do Sr. Dr. Ferraz de Carvalho. Por isso a fronteira entre Portugal e a Espanha pode considerar-se nestes troços uma autêntica *fronteira morta*, na expressão de Vallaux, tendo decalcado em muitos pontos antigas delimitações políticas, administrativas e eclesiásticas.”⁵³⁴

Troço da fronteira Luso-Espanhola na bacia do Lima

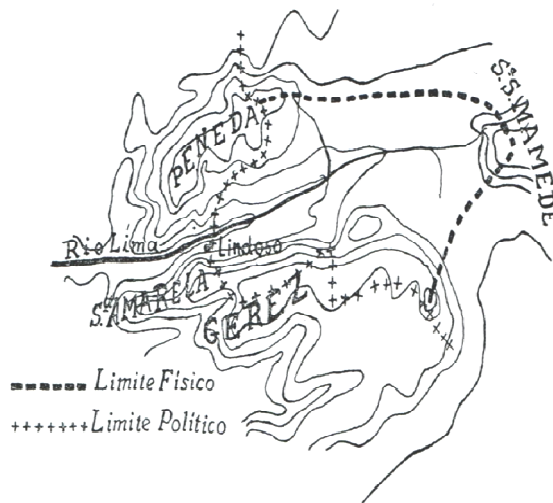


Figura 11

Fonte: Aristides de Amorim Girão – *Geografia de Portugal*, Ed. Ilustrada, Portucalense Editora, SARL, Porto, 1941, p 38.

Segundo o que foi afirmado, concluímos que a fronteira política terrestre raramente coincide com a fronteira natural, tanto mais que será de toda a lógica aceitar que a morfologia e as bacias hidrográficas portuguesas são o prolongamento natural das espanholas. Esta opinião primieramente

⁵³⁴ A.Girão, 1941-c, pp. 430-431.

expressa com clareza em Portugal por Amorim Girão, vem precisamente corroborar a teoria da delimitação da fronteira hispano-portuguesa feita anos antes por Dantín Cereceda (1912) e Hernández-Pacheco (1922, 1928 e 1934). Segundo o geógrafo português supracitado, o principal elemento de separação, as mais das vezes de união física que não política com o país vizinho, resulta do prolongamento das principais bacias fluviais espanholas de direcção Este-Oeste para território português, o que perfaz não só uma certa unidade das características geográficas naturais da própria bacia em si (altitude, morfologia), mas também uma certa simbiose em termos humanos: regra geral as bacias fluviais são locais de fácil penetração - por transporte fluvial ou rodo-ferroviário - o que implica um maior intercâmbio económico, esbatendo as diferenças étnicas e de usos e costumes entre os dois povos. Significa isto, que apesar das condições naturais da «raia seca» serem idênticas, é incontestável para Amorim Girão a existência de uma fronteira política entre os dois países Ibéricos. Esta surgiu devido não só à força política do conjunto da Nação portuguesa, assente na especificidade das áreas litorais mas posteriormente consolidada pela expansão ultramarina que fizeram com que no seu conjunto, Portugal definitivamente se autonomizasse da Espanha em termos políticos, culturais e socioeconómicos.

As implicações em termos da caracterização e da delimitação da fronteira luso-espanhola são evidentes: não só esta tem um traçado bastante rectilíneo e quase paralelo ao litoral (apesar de em algumas áreas o traçado ser irregular devido às características morfológicas como no Norte do Minho) mas o que é mais importante, a sua delimitação é quase totalmente artificial, mesmo que por eventualidade existam cursos de água. Por essa razão, nós entendemos que é antes de mais uma fronteira linear que só pode ser zonal em casos pontuais, naqueles em que as áreas mais povoadas originam uma gradação da paisagem resultante da actuação do Homem sobre o Meio, separando regiões em tudo idênticas: "(...) as fronteiras terrestres separam com frequência regiões portuguesas do seu natural prolongamento no País vizinho, ou incluem em Portugal fragmentos de regiões espanholas, quando mesmo não separam ou separaram províncias homónimas pertencentes aos dois Estados peninsulares."⁵³⁵

Contudo, A. Girão não deixa de dar realce a alguns aspectos naturais como indicadores da separação entre os dois países ibéricos, pelo menos no que diz respeito a pequenos troços da extensa fronteira comum, em que a sua delimitação pode ser considerada como parcialmente assente nos cursos de água, singularidade que uma década antes já tinha chamado a atenção de Hermann

⁵³⁵ *Ibidem*, p. 35.

Lautensach: “Em parte nenhuma se evidencia tão fortemente a predilecção dos povos latinos pelos limites formados por cursos de água que K. Haushofer focou tão flagrantemente.”⁵³⁶

O próprio autor da *Geografia de Portugal* reconhece a importância destes elementos ao apresentar o perfil longitudinal dos três grandes rios ibéricos (Figura 12), referindo que pelo menos o Douro em certas áreas do seu percurso delimita uma verdadeira fronteira natural: “A linha fronteira fica bem marcada, no perfil longitudinal do Douro, pelas acentuadas quedas de nível do segmento do rio compreendido entre Zamora e Barca de Alva. Já não sucede o mesmo, todavia, com os dois outros cursos de água comuns a Portugal e Espanha.”⁵³⁷

Perfis transversais dos rios luso-espanhóis

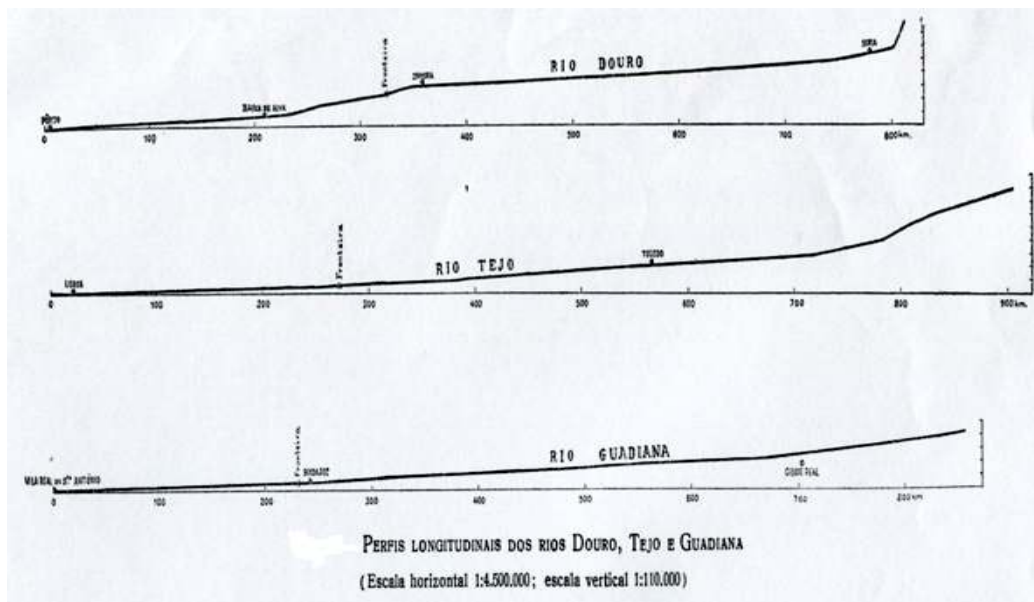


Figura 12

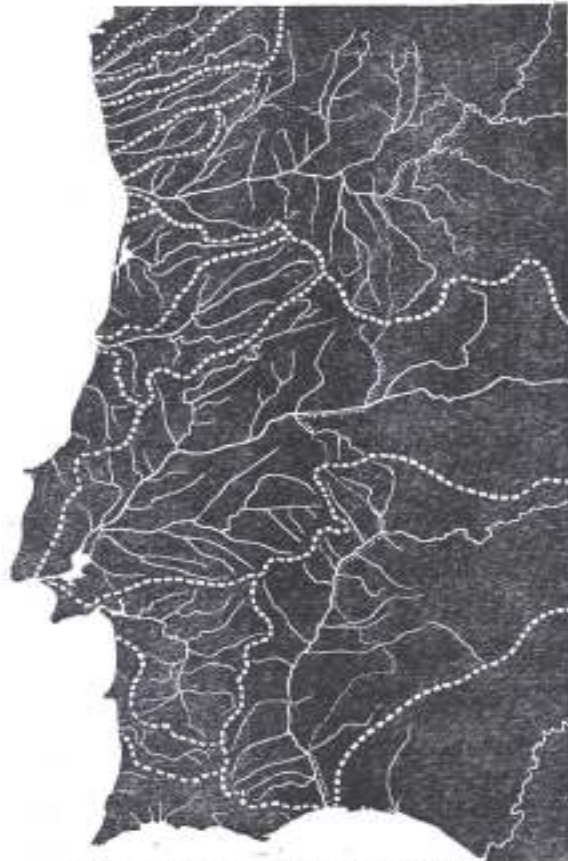
Fonte: Aristides de Amorim Girão – *Geografia de Portugal*, Ed. Ilustrada, Portucalense Editora, SARL, Porto, 1941, p. 41.

No entanto, Amorim Girão considera, ao invés de E. Semple, que as bacias hidrográficas dos rios ibéricos são mais áreas de separação do que união dos povos peninsulares, isto porque se o caudal dos três rios é indiscutivelmente mais regular no troço português, constatando que a fronteira administrativa não divide as bacias hidrográficas de uma forma equitativa (Figura 13). Antes pelo contrário, podemos nós afirmar, ao verificarmos que os denominados rios ibéricos como o Douro, o Tejo, e o Guadiana são cursos de água predominantemente de Espanha pois as suas bacias hidrográficas situam-se em dois terços neste último país.

⁵³⁶ H.Lautensach, 1931, p. 365.

⁵³⁷ A.Girão 1941-c, p. 41.

Bacias hidrográficas do território português

**Figura 13**

A linha tracejada indica a divisão das bacias hidrográficas, a linha pontuada, as fronteiras de Portugal

Fonte: Aristides de Amorim Girão – *Geografia de Portugal*, Ed. Ilustrada, Portucalense Editora, SARL, Porto, 1941, p. 137.

Também existe outra razão, para Amorim Girão considerar que as bacias hidrográficas dividem as populações de ambos os países ibéricos; no nosso entender essa é de ordem geopolítica, porque resulta do facto das linhas de penetração (ou se quisermos de invasão) de Portugal através de Espanha puderem ter como fluxos privilegiados os vales fluviais, pese embora o facto de em alguns troços, como no caso do Douro fronteiro, estes serem estreitos e acidentados (Figura 14) embora em menor grau do que aquele atribuído pelos estrategas militares⁵³⁸ e geopolíticos espanhóis.⁵³⁹ Este facto obrigou

⁵³⁸ J. Diaz Villegas, 1940, pp. 297-395.

⁵³⁹ "(...) para nosotros, quando no hablamos concretamente de España y de Portugal, solo existe una Hispanidad y unos hechos hispanos como sólo hubo y hay un destino común para todos los pueblos que habitan en el solar de la Peninsula Hispana." J. Vicens-Vives, 1940, p.27 *apud* A. Reguera Rodriguez, 1991, p. 28. A propósito deste último termo, «solar ibérico», o seu significado tem evidentes conotações Geopolíticas, pois em sentido Figurado refere-se à unidade ibérica-podendo ou não estar dividida em dois países distintos-mas sujeita às mesmas influências de ordem natural, que penetram pelas diversas «portas e janelas» que mais não são do que as áreas onde se notam com mais intensidade as influências marítimas e continentais. Enquanto em termos humanos, se reporta aos locais que constituíram rotas de passagem e de interpenetração de culturas, por conseguinte em que mais se fez notar a influência dos povos que aqui se fixaram. Em suma, o conceito de «solar ibérico», pressupõe um mesmo passado histórico e um mesmo destino comum para os povos peninsulares.

desde cedo à construção de uma série de fortificações que em tempo de crise política ou de guerra defendessem a fronteira política, ao mesmo tempo que serviam de refúgio às populações que assim viam interrompidas momentaneamente os contactos com o outro lado da raia.

As linhas de penetração no território português

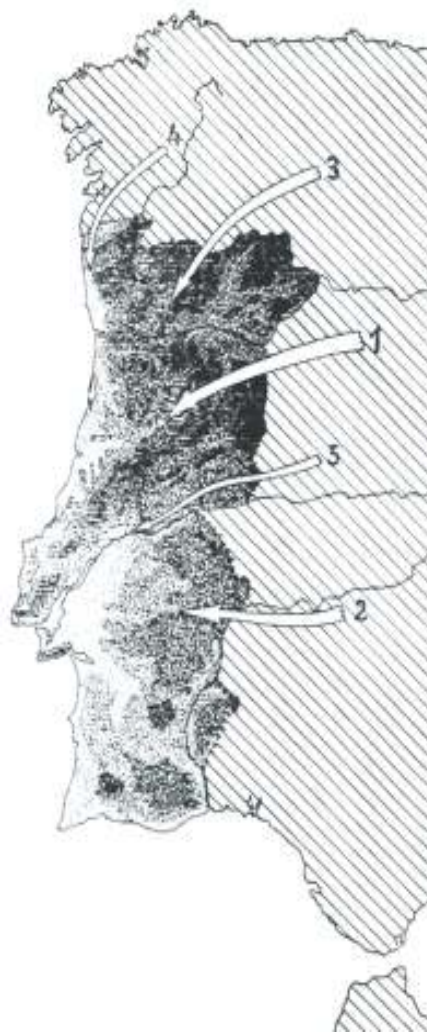


Figura 14

- 1-Vale do Mondego (por Ciudad Rodrigo em direcção a Almeida e Guarda em direcção a Coimbra)
- 2-Alto Alentejo (de Badajoz por Elvas em direcção a Lisboa)
- 3-Vale do Tâmega (de Verín por Chaves e V. Pouca de Aguiar em direcção ao Porto)
- 4-Litoral do Norte (de Tui por Valença e Caminha em direcção ao Porto)
- 5-Beira Baixa (de Alcântara por Salvaterra do Extremo, Abrantes e Santarém em direcção a Lisboa)

Fonte: Aristides de Amorim Girão – *Geografia de Portugal*, Ed. Ilustrada,Portucalense Editora, SARL, Porto, 1941, p. 431.

Acrescente-se que esta divisão algo artificial entre ambos os Estados vizinhos é demarcada por marcos de pedra (Figuras 15, 16 e 17) outrora denominados malhões⁵⁴⁰ muitas vezes ostentando as quinas nacionais e com uma gravação de uma letra E maiúscula no lado voltado para Espanha e um P maiúsculo na face voltada para Portugal.⁵⁴¹ Surge até em alguns locais da «raia seca» o curioso costume de verificar se os marcos de delimitação não foram mudados de sítio, com ritos e tradições que se repetem desde os finais da Idade Média, o que nos indica que excepto em casos pontuais, o traçado fronteiriço manteve-se mais ou menos constante.⁵⁴²

Marcos fronteiriços no Alentejo

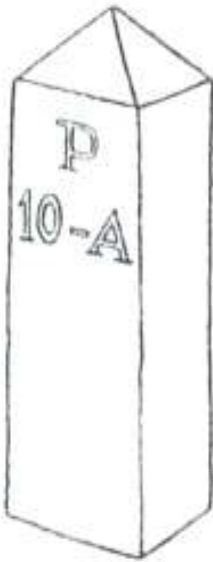


Figura 15



MARCO ANTERIO DA FRONTEIRA DE MURÇA

Figura 16

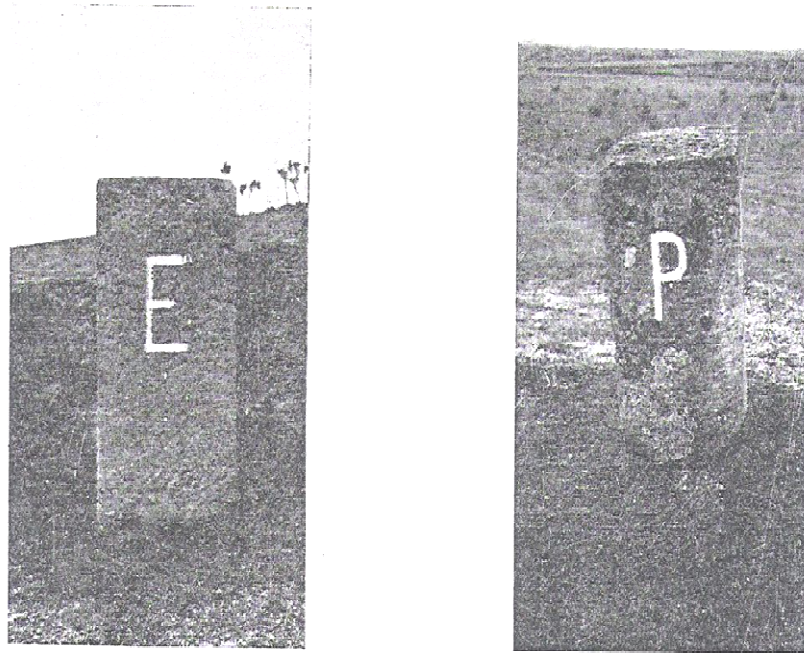
Fonte: J. Leite de Vasconcelos, *Etnografia Portuguesa, Tentame de Sistematização, Livro I-A Terra de Portugal, Vol II*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1936, pp. 242-243.

⁵⁴⁰ Existem referências à colocação destes marcos de pedra desde o século XIII com a definição das fronteiras nacionais, como refere J. Leite de Vasconcelos: "Afonso III intitulou-se rei do Algarve e Portugal recebeu por limites ao Sudeste a corrente do Guadiana, desde a confluência do Caia com este rio até ao mar; Arronches e Alegrete, além do Caia, sôbre que houvera litígios, ficaram de Portugal, e puseram-se marcos, isto é, malhões, ao Nascente dessas terras." J. Vasconcellos, Coimbra, 1920, pp. 1284-1285.

⁵⁴¹ " (...) a linha dos malhões ou marcos tinha o nome de malhoeira. Os marcos eram feitos de pedras miúdas (alvenaria), e também os havia inteiriços: o que tudo ao presente ainda acontece (...) Este marco, acima do solo, não chega a levantar-se 1 metro de altura." *Idem*, 1936, pp. 242-243.

⁵⁴² O que nos porva que essa delimitação raras vezes foi assente em acidentes naturais (morfológicos ou hidrográficos) mas sim em limites artificiais, características das fronteiras lineares como é na maior parte da sua extensão a fronteira hispano-portuguesa, em que existe o curioso costume de: "A fim de se evitarem desmandos na demarcação estabelecida na fronteira, julgou-se conveniente que de tempos a tempos autoridades das duas nações examinassem as colocações dos marcos (...) A respeito do concelho de Bragança é que sei que em Agosto de cada ano se reúnem na fronteira autoridades portuguesas e hespanholas, com o indicado intuito, e que d'isso se lavra uma acta em duplicado; se é rio que forma a divisão, averiguam se durante o ano saiu ou não do seu leito, e isso se menciona na acta. Tenho notícia de que a mesma ou semelhante cerimónia se realiza na fronteira da Beira-Baixa e na de Elvas-Badajoz." *Ibidem*, pp. 241- 242.

Marcos fronteiros entre Portugal e Espanha



(Fot. Frederico Canaveira)

MARCOS FRONTEIROS ENTRE PORTUGAL E ESPANHA

Marcos monolíticos situados entre Vilar Formoso e Fuentes de Onor, de cerca de 1 metro de altura, com seu número de ordem e grandes iniciais na face voltada a cada um dos países. Tem-se às vezes, ao examiná-los, a impressão que nos oferecem, na maneira como se separam, duas propriedades resultantes da divisão do mesmo prédio rústico. Os Estados revelam efectivamente, na sua organização territorial, tendências muito semelhantes às dos domínios particulares, e delimitam-se quasi sempre como êles.

Figura 17

Fonte: A. Amorim Girão –*Geografia de Portugal*, Ed. Ilustrada, Portucalense Editora, SARL, Porto, 1941, estampa LXVIII.

Pelo que foi exposto, constatamos que a diferenciação fronteira para Amorim Girão assenta primordialmente em elementos humanos, como seja a densidade populacional relativamente elevada das regiões fronteiriças em contraposição a outras regiões do interior e até do litoral menos povoadas. Esta permissa irá servir alguns anos mais tarde de base para o geógrafo de Coimbra criticar Orlando Ribeiro e Norberto Cardigos⁵⁴³ numa obra publicada posteriormente à Segunda Guerra Mundial e elaborada com o fim explícito de rebater a opinião daqueles dois geógrafos por estes salientarem o

⁵⁴³ O.Ribeiro; N.Cardigos, 1946, 43 p.

facto da importância demográfica de alguns aglomerados do interior raiano ser já nessa época muito relativa:"Também não deu conta [Orlando Ribeiro] por outro lado, da grande densidade dessas mesmas aglomerações nas zonas fronteiriças de mais fácil acesso (Beira Interior e Alentejo Interior), aglomerações humanas que outrora constituíram a armadura terrestre de Portugal e ainda hoje beneficiam das relações dos dois países peninsulares e até do comércio clandestino entre elas (...) Há sem dúvida troços fronteiriços que repelem as grandes aglomerações - contrafortes montanhosos ao N., e fossos profundos dos rios a E.-, mas há outros que manifestamente se atraem."⁵⁴⁴

No entanto, segundo o nosso ponto de vista, Amorim Girão esqueceu-se ou confundiu dois termos: a densidade populacional e a população absoluta, se é certo que no interior raiano podem existir aglomerados de razoável dimensão, até mais populosos do que muitos do litoral (por exemplo a aldeia de Amareleja, as vilas de Campo Maior, Vila Real de Santo António ou a cidade de Elvas entre outros) isso não implica que a densidade populacional do concelho e sobretudo do distrito onde se insere esse aglomerado seja muito significativa. Temos de ter em consideração que os concelhos do interior fronteiriço têm no seu geral uma área muito extensa a par da relativa importância populacional de um número muito reduzido de aglomerados - concomitantemente são aqueles que polarizam a vida económico-social - sendo toda a restante área envolvente quase um deserto em termos demográficos, quando não mesmo nos seus aspectos naturais.

Em suma, a opinião dos geógrafos, particularmente de Amorim Girão sobre a importância dos factos históricos na delimitação da fronteira luso-espanhola e bem assim na individualidade portuguesa, não é o único ponto de vista válido sobre o assunto, como veremos, existem outras teorias, tão ou mais válidas que as anteriores, formuladas por geógrafos, antropólogos ou geólogos.

⁵⁴⁴ A.Girão; F.Velho, 1948, pp. 37-38.

III Parte – A Individualidade Nacional

6- A individualidade de Portugal no contexto da Península Ibérica

Os geógrafos portugueses que nas primeiras décadas do século XX se debruçaram sobre a problemática da formação histórico-geográfica da autonomia política de Portugal e implicitamente sobre a delimitação da fronteira luso-espanhola, foram em número assaz reduzido. Maior expressividade têm neste domínio os historiadores e sobretudo os militares, embora estes últimos tratem o assunto em questão com menos profundidade e talvez menor clareza científica, a par de terem orientações diferentes consoante as influências que receberam dos geógrafos estrangeiros e naturalmente com o próprio pendor da sua formação científica.

6.1- A caracterização dos aspectos naturais

A concepção da autonomia geográfica de Portugal e da delimitação da fronteira portuguesa é explicada por Silva Telles na obra *Introdução Geográfica, A Terra Portuguesa* e destinada à Exposição Nacional do Rio de Janeiro em 1908,⁵⁴⁵ quanto a nós aquela onde melhor aprofunda esta temática focando diversos aspectos da Geografia física e humana apoiados por uma cartografia muito pormenorizada (a cores, que constitui inovação técnica para a época) e diversos gráficos: “Assim o Dr Silva Telles, na sua *Introdução Geographica* ao 1º volume, formulando uma synthese que se me afigura abranger todas as opiniões anteriores sobre a matéria.”⁵⁴⁶ Este facto, que se enquadrava na concepção de uma diversidade *versus* individualidade de Portugal Continental em termos climáticos, como seja a influência oceânica que abrangeria o território continental por inteiro, facilitada pela disposição no território nacional de um relevo disposto em anfiteatro. Ao longo das diversas Eras geológicas, o contacto com o Oceano Atlântico teria, segundo o mesmo autor, determinado a evolução geomorfológica e do próprio traçado da rede hidrográfica - no sentido davisiano - com a descida do nível basal após encaixe e mudança de direcção dos rios na fronteira luso-espanhola, que: “(...) traduzem flexões do solo e explicam, segundo diz Elisée Reclus, «porquoi le Portugal, en se séparant de l'Espagne, a pris cette forme d'un quadrilatère régulier».”⁵⁴⁷ Serão por conseguinte os elementos

⁵⁴⁵ Nesta Exposição Nacional, o único País estrangeiro a ser convidado foi Portugal, cujo governo planeava a visita do próprio rei, D. Carlos à cidade do Rio de Janeiro em finais de 1908. Daí a elaboração tão cuidadosa quanto pormenorizada por parte de diversos autores consagrados, geralmente os melhores especialistas portugueses sobre cada assunto, de um extenso volume englobando diversos aspectos geográficos, históricos, demográficos, etnográficos e tecnológicos entre outros, sobre o nosso País.

⁵⁴⁶ A.Júdice; A.Arroyo,1908, p. VIII.

⁵⁴⁷ F.Telles, 1908-c, p. 10.

naturais, com destaque para o clima, a pautarem uma certa uniforme em todo o território nacional, pesem embora as variantes regionais: “Segundo a classificação de Köppen, mais de ⁸ / ¹⁰ de Portugal estão contidos na *Zona Hyetal*, que se distingue pelos seguintes caracteres: estação pluviosa no Inverno, estação seca no estio. A nesga norte do nosso país, segundo Köppen, está incluída na zona hyetal caracterizada por chuvas máximas no outono e no Inverno.”⁵⁴⁸ Este factor natural, a saber a forte influência oceânica teria determinado em grande parte a evolução histórico-política do País no sentido da formação da nacionalidade e da posterior expansão marítima: “ É justamente esta autonomia geographica que mais influiu na sua formação política, e, em grande parte, para a expansão mundial que teve durante os séculos XV e XVI.”⁵⁴⁹

No entanto, não se julgue que para o geógrafo mencionado, Portugal não teria qualquer afinidade em termos naturais com o resto da Península ibérica. Pelo contrário, o relevo português seria, salvo excepções localizadas (por exemplo as «Baixas do Sado e do Sorraia», estas últimas já individualizadas por Barros Gomes e posteriormente por Amorim Girão), uma perfeita continuação do relevo espanhol, destacando-se o complexo sistema galaico-lusitano, comum ao Noroeste de Portugal: “O prolongamento em Portugal do systema Lusitano Castelhana, no conjunto dos seus diversos ramos, forma uma immensa columna vertebral com caracteres morphologicos distintos.”⁵⁵⁰ Formado pelo conjunto das Serras da Gata, Gredos, Guadarrama até à Estrela e Lousã. Esta designação do conjunto dos relevos montanhosos do centro da Península Ibérica ou Hispânica sugere uma ligação física entre os dois países ibéricos que se sobrepõe à actividade humana, significativamente no que constitui a área da Lusitanidade que se supõe comum aos dois países. Também se salientam os Montes de Toledo que se prolongam pelo então designado Maciço de S. Mamede (Serra de S. Mamede), Serras de Ossa e de Monfurado; e o Sistema Mariânico que se prolonga pelo barrocal algarvio.

Numa obra posterior, intitulada *Portugal, Aspectos Geográficos e Climáticos* (1929), também destinada a um evento internacional (exposição Ibero-Americana, Sevilha, 1929-1930), o mesmo autor faz uma caracterização do ponto de vista da Geografia física de Portugal focando sempre o clima, a morfologia e a hidrografia, considerando que são condicionalismos essenciais para caracterizar a «terra portuguesa» mas com uma importante diferença: a metodologia empregue é no sentido de um trabalho essencialmente descritivo das diversas regiões de Portugal, nas quais admite heterogeneidade do ponto de vista físico, não só a nível da morfologia mas mesmo do ponto de vista do clima.

⁵⁴⁸ *Ibidem*, p. 27.

⁵⁴⁹ *Ibidem*, p. 3.

⁵⁵⁰ *Ibidem*, p. 11.

Parece-nos pois que têm toda a razão Orlando Ribeiro⁵⁵¹ e José Ramiro Pimenta⁵⁵² quando afirmam que as obras de Silva Telles tenderiam a partir de meados de 1920, para um pendore regionalista, como aliás se denota da *Introdução* que escreveu para o Vol. I da obra *Guia de Portugal*. Esta divisão regional a que o geógrafo goês chama «compartimentos geográficos» é individualizada com uma base científica, naquilo que denomina de teoria naturalista-evolucionista, considerando qualquer área em estudo - neste caso de Portugal Continental - como uma unidade geográfica dividida em subunidades regionais onde interactivam um conjunto de diversos factores, principalmente morfoclimáticos, que conduzem a adaptações naturais ou humanas, por isso salienta: “Do extremo norte ao extremo sul de Portugal e da fronteira até o Atlântico as linhas fisionómicas morfo-altimétricas não são idênticas, os caracteres topográficos variam também e o clima, que é a seu turno uma expressão geográfica, não é igual. Cada compartimento traduz por isso no seu quadro fitológico uma simbiose perfeita entre o solo, o meio físico e os aspectos geográficos: ”No seu conjunto esta heterogeneidade das diversas regiões contribuem para que Portugal não constitua no seu todo uma única unidade geográfica perfeitamente individualizada de Espanha mas sim uma entidade geográfica, isto é um território que se autonomizou do país vizinho mais em termos politico-administrativos do que em termos das suas características de relevo, clima, solo, agricultura, espécies vegetais ou população.”⁵⁵³

Pormenor curioso na divisão regional, é a distinção que o autor faz entre Minho Alto e Minho Baixo,⁵⁵⁴ não no sentido dos paralelos, como seria usual mas sim dos meridianos, isto é, uma divisão feita entre o litoral, com uma altimetria menor (Minho Baixo) e o interior mais montanhoso (Minho Alto). Sublinhe-se que estas mesmas ideias são expressas de forma idêntica por Leite de Vasconcelos em obra posterior.⁵⁵⁵ Refere Silva Telles que esta região de Portugal se individualiza claramente da Galiza não em termos geológicos mas antes morfológicos, na diferente orientação do relevo nas duas regiões e sobretudo a fácies de contacto do litoral com o mar: litoral rectilíneo com praias no Minho em contraste com as rias galegas de muitas reentrâncias e de sucessivas transgressões e regressões marinhas. Recohece que esta diferenciação natural não se sobrepõe à identidade de usos, língua e

⁵⁵¹ O.Ribeiro, 1989-f, p. 154.

⁵⁵² F.Telles, 2004, pp. XVIII-XXIX.

⁵⁵³ *Idem*, 1929, p. 14.

⁵⁵⁴ “O Minho alto e o Minho baixo são dois quadros que não se assemelham. Os altos cerros da Peneda, da Arga e da Cabreira, com o vértice desnudado e plano, sem arremetidas de arestas agudas, massa rija de granito e grés com a forma de abóbodas facetadas, dominando vales e planícies, e retalhos de de vegetação nos flancos por onde sobem, gradualmente menos densas, as aglomerações urbanas, destacam-se da paisagem alegre e policrómica do Minho Baixo. Nesta zona da terra portuguesa a ondulação montanhosa é mole, os relevos espalham-se separados por vales velhos, pelos quais descem os rios em sinuosidades. Do mar às altitudes de zona interior o relevo conduz os ventos oceânicos e provoca uma leve bruma permanente que humedece os campos. Em cada recanto do solo granítico, uma fonte. A cobertura vegetal é por isso variada: prados, plantas e campos de cultivo” F.Telles, 1924 (1991), p. 22.

⁵⁵⁵ J.Vasconcelos, 1941, p. 52.

costumes que em: “(...) tudo aproxima essas duas greis da Península.”⁵⁵⁶ Sendo este o primeiro e único caso em que sobrepõe os factores humanos aos factores naturais, não para individualizar mas para aproximar duas regiões transfronteiriças.

O estudo das bacias hidrográficas não denota alteração sensível em relação ao que tinha sido exposto na obra publicada vinte anos antes, se exceptuarmos dois aspectos que resultam da especificidade dos rios ibéricos no seu troço português para salientar as potencialidades do seu aproveitamento hidroeléctrico e como via de comunicação e aproximação com as vizinhas regiões espanholas.

Tal como na obra publicada em 1908, o clima português é tratado pormenorizadamente, com a apresentação de diversas médias mensais, mas enquadrado num todo mais vasto que resulta da actuação dos centros barométricos e da circulação das massas de ar - particularmente as oceânicas - na Península Ibérica, considerada sempre como um continente em miniatura, com a heterogeneidade nos fenómenos físicos e humanos que isso implica. Para concluir que todo o território português tem uma influência marítima, quer nas temperaturas observadas ao longo do ano e respectivas amplitudes térmicas atenuadas ou no elevado grau de humidade relativa, muito embora com cambiantes diferentes consoante a disposição do relevo e o afastamento em relação ao litoral. Mesmo assim, considera que ao clima português: “(...) se deve aplicar a designação genérica de clima marítimo embora com algumas particularidades regionais.”⁵⁵⁷ Para admitir que apesar de tudo: “O norte é mais atlântico; o sul mais mediterrânico (...) Mas os climas de Portugal dividem-se também em oceânicos e continentais.”⁵⁵⁸ Integrando-se no que denomina de “(...) climas húmidos, semi-húmidos e semi secos.”⁵⁵⁹ Ou seja, considera que Portugal se integra no que se designa por «Ibéria Húmida» por oposição à «Ibéria Árida ou Seca» (expressão também utilizada na época por J. Brunhes e J. Dantin Cereceda) de quem não sabemos se conhecia alguma das obras, dada a sua predilecção pelos autores anglo-saxónicos. Exemplificando, o autor menciona que no Nordeste Transmontano (Moncorvo) ou no interior da margem esquerda do Guadiana (Moura) ainda se nota uma certa influência atlântica, o que já não se verifica se atravessarmos a fronteira e entrarmos em terras de Leão-Castela-a-Nova e da Extremadura, como se (mais uma) muralha invisível de ordem natural servisse para diferenciar as regiões fronteiriças dos dois países ibéricos.

⁵⁵⁶ F. Telles, 1929, p. 42.

⁵⁵⁷ *Ibidem*, p. 87.

⁵⁵⁸ *Idem*, 1924 (1991), pp. 23-24.

⁵⁵⁹ *Ibidem*, p. 24.

Noutra obra publicada sensivelmente na mesma época, mas da autoria de Ferraz de Carvalho, utiliza-se uma metodologia idêntica, isto é, descreve-se pormenorizadamente os aspectos da Geografia física de Portugal Continental mas com algumas diferenças importantes.⁵⁶⁰ O autor embrenha-se em diversas teorias sobre a formação geomorfológica das diversas áreas portuguesas, para concluir tal como F.Silva Telles, que apenas a Orla Ocidental Mezo-Cenozóica (que F.Silva Telles denomina de Orla Mesozóica e Bacias do Tejo e do Sado, as únicas que considera genuinamente portuguesas) se individualizam face às restantes unidades geomorfológicas ibéricas. Já alguns anos antes, nas suas prelecções (a que assistia Amorim Girão como aluno), tinha precisado a individualização dessa área embora em termos mais latos: “É a área que se estende ao longo da costa portuguesa, e que pode considerar-se limitada por uma linha que de Espinho se dirige ao Cabo de Sines (...) Esta área fica interrompida pelas bacias de sedimentação do Tejo e Sado que correspondem a uma antiga zona abatida.”⁵⁶¹

As duas grandes áreas do Maciço Antigo - na época ainda denominadas apenas por Meseta - são individualizadas devido à sua diferente altimetria: a área Norte (Submeseta Setentrional) terá sofrido um levantamento ao longo de falhas no sentido Este-Oeste em que se encaixaram os rios, geralmente em vales estreitos, mas sendo mais montanhosa, apresenta um relevo cuja altitude aumenta de Oeste para Este: “(...) se nos aparece dividida en una zona occidental. Que se eleva lentamente desde la zona de las llanuras y colinas del litoral hasta zonas de culminación orientales y situadas a un cuarto o un tercio de la anchura del país; y en una vasta área interior, parcialmente susceptible de división en dos secciones, central y oriental.”⁵⁶²

Pelo contrário, refere que a área Sul sofreu um abaixamento acentuado: “Mientras en la Submeseta meridional portuguesa (...) las formas del relieve están suavizadas; esparcidas, dominando las llanuras y las amplias ondulaciones de superficie de una vastísima penillanura, en la Submeseta septentrional, por el contrario, la formas están, lo general, vigorosamente esculpidas.”⁵⁶³

Esta individualização de diferentes unidades geomorfológicas na Península Ibérica, leva-nos a nós a concluir que a partir da década de 1920, senão mesmo antes, começa a ser questionada, primeiramente pelos geógrafos espanhóis J. Dantin-Cereceda (1912) e posteriormente pelos portugueses a existência do que até então os investigadores denominam de «coluna vertebral ibérica» ou «ponto culminante ibérico»: “Esta orientación del relieve (...) nos lleva a considerar los dos, sino

⁵⁶⁰ A.Carvalho, 1930-b, pp. 523-592.

⁵⁶¹ A.Girão, 1914, p. 48.

⁵⁶² A.Carvalho, 1930-b, pp. 555-556.

⁵⁶³ *Ibidem*, pp. 532-533.

como absolutamente independentes, al menos sin la subordinación que conduce a imaginarse un gran sistema, una columna vertebral según la frase corrente de la Península Ibérica, coleando desde el cabo da Roca hasta la extremidad oriental de la castellana sierra de Guadarrama.”⁵⁶⁴ Existe isso sim, para Ferraz de Carvalho, um conjunto de montanhas, denominado de Sistema Central Divisório ou Sistema Lusitano-Castelhano que se prolonga entre os dois países desde a Lousã até à Serra de Guadarrama. Também critica quem considera a existência do denominado Sistema Mariânico ou Bético, considerando que resulta apenas do enrugamento (parcial) e fractura da extremidade meridional do Maciço Antigo (Submeseta Meridional). Tal como Silva Telles, destaca a existência na peneplanície alentejana, junto à fronteira com Espanha, de um extenso Maciço de origem diferencial que é a Serra de Portalegre ou de S. Mamede que talvez seja a única distinção acentuada de relevo entre ambos os lados da fronteira.

A climatologia ibérica, assunto em que Ferraz de Carvalho é especialista até pela sua própria formação científica, é apresentada de uma forma muito completa e digamos mesmo inovadora: compara entre si os dados termopluviométricos (referentes aos anos de 1908 a 1910) de toda a rede de estações meteorológicas portuguesas (cerca de uma dúzia mas cobrindo já as principais áreas climáticas do País) e, sobretudo, relaciona-os com o movimento dos centros barométricos que afectam a Península Ibérica (indicando como mais significativa a acção do que denomina de anticiclone da Madeira). Neste sentido, conclui que se existem algumas especificidades climáticas de Portugal Continental, elas diluem-se no conjunto do movimento dos centros barométricos que afectam toda a Península Ibérica, antecipando, a nosso ver, em uma dúzia de anos as concepções do dinamismo da atmosfera apresentadas pela Escola de Climatologia Norueguesa.

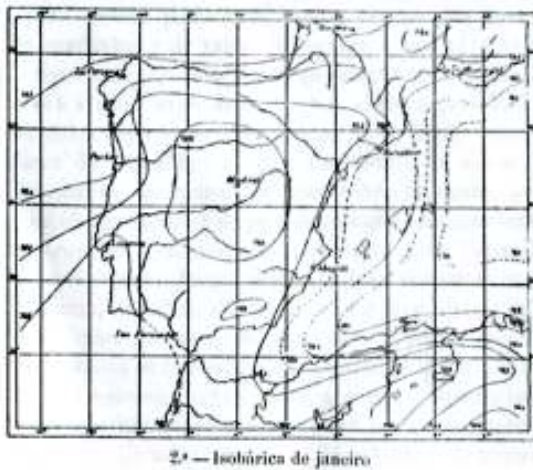
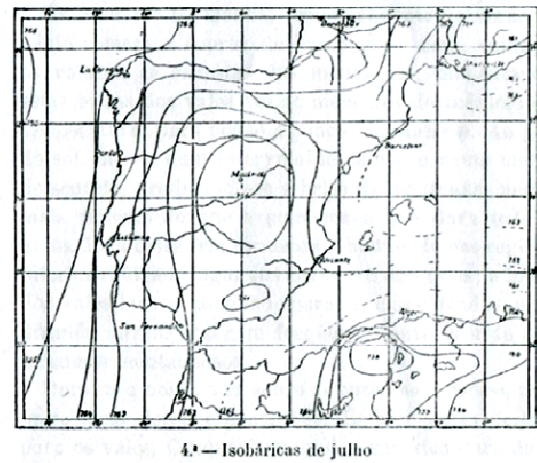
A este propósito, A. Ferraz de Carvalho apresenta numa obra exclusivamente da sua autoria⁵⁶⁵ uma série de cartas sinópticas e de mapas de isobáricas do meteorologista Teisserenc de Bort (Figuras 18 e 19) muito idênticas aquelas de A. Supan apresentadas por geógrafos espanhóis sensivelmente na mesma época.⁵⁶⁶ O que denota senão um regular intercâmbio académico entre os geógrafos dos dois países ibéricos, pelos menos a utilização das mesmas obras científicas, sejam elas inglesas, alemãs ou francesas como fonte de actualização dos conhecimentos geográficos.

⁵⁶⁴ *Ibidem*, p. 530.

⁵⁶⁵ A.Carvalho, 1915, 389 p.

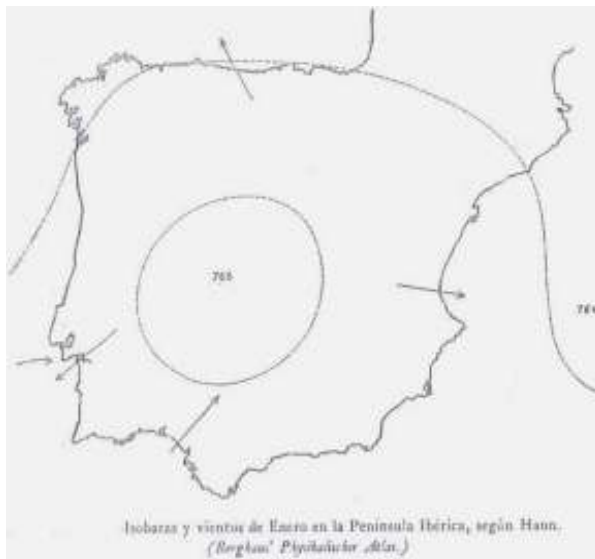
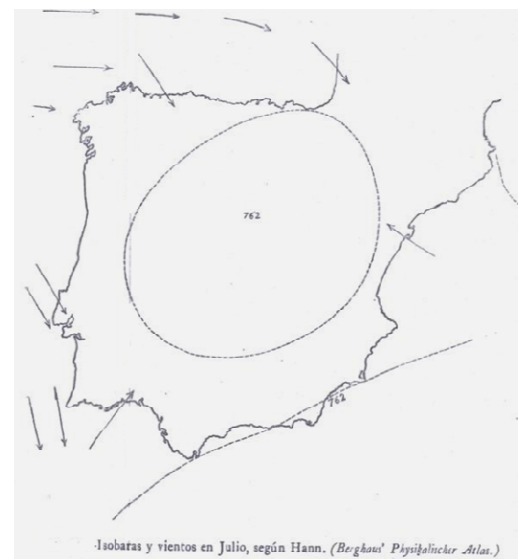
⁵⁶⁶ J.Dantin Cereceda, 1912, pp. 194-196.

Linhas Isobáricas na Península Ibérica (Janeiro e Julho)

**Figura 18****Figura 19**

Fonte: Anselmo Ferraz de Carvalho—*Geografia Geral Elementar, VIª classe dos cursos dos liceus*, Ed Livraria Cruz & Cia, Braga, pp. 152-153.

Isóbaras na Península Ibérica (Janeiro e Julho)

**Figura 20****Figura 21**

Fonte: Juan Dantin Cereceda - *Resumen Fisiográfico de la Peninsula Ibérica*, Trabajos del Museo de Ciencias Naturales N°9, Junta para Ampliación de Estudios y Investigaciones Científicas, Instituto Nacional de Ciencias Físico-Naturales, Ed. Imprenta Fontanet, Madrid, 1912, pp. 195-196.

O objectivo de Ferraz de Carvalho nas suas obras difere sensivelmente do de Silva Telles: não se trata de individualizar Portugal na Península Ibérica ou sequer de justificar uma separação entre ambos os países no quadro das diferenças geomorfológicas ou climáticas, reforçadas pela existência de uma nítida fronteira natural entre ambas as nacionalidades. O que se pretende é salientar, tal como indicam C. Vallaux e, especialmente, J. Brunhes, sobre a teoria da eclosão dos Estados, que apesar de

Portugal, em termos naturais não diferir quase nada relativamente a Espanha, apresentou desde cedo todos os condicionalismos favoráveis à génese de um Estado, tendo por conseguinte toda a legitimidade para existir enquanto país independente. As premissas para que tal ocorra resultam do facto de ser formado por uma heterogeneidade de regiões que estando interligadas entre si se tornam no seu conjunto auto-suficientes, por conseguinte com viabilidade económica; a formação e estabilização precoce de uma fronteira terrestre; a existência de estruturas administrativas como o Estado e, posteriormente, a consciencialização de uma nacionalidade comum que além de outros factores, asseguraram a coesão nacional e permitiram posteriormente a expansão marítima.

Conceitos ligeiramente diferenciados são apresentados na obra *Geografia Física de Portugal* (1915), apesar do autor, o então aluno do 2º ano de Ciências Históricas e Geográficas Amorim Girão, referir que se trata de uma compilação das aulas do único professor de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra: “Constituíram para este trabalho guia inseparável as prelecções do Exmo Sr. Dr. Anselmo Ferraz de Carvalho na cadeira de Geografia de Portugal e Colónias.”⁵⁶⁷ Torna-se evidente que perpassam pela obra ideias senão mesmo trechos escritos que são indubitavelmente de Ferraz de Carvalho (repetidos aliás em obras posteriores), noutros nota-se a autoria do seu discípulo.⁵⁶⁸

Ao contrário de Silva Telles, que aliás critica citando a sua obra de 1908, Amorim Girão é o primeiro a equacionar uma série de fenómenos - mais do âmbito da Geografia Física do que da Geografia Humana - que explicam a impossibilidade de separar geograficamente que não politicamente, os dois países ibéricos. Neste sentido, apontam uma série de factores:

1- A morfologia do relevo espanhol prolonga-se na sua maior parte pelo nosso País, com destaque para as cordilheiras montanhosas, como o denominado Maciço Galaico-Duriense, argumento para a unidade morfológica do Minho com a Galiza, excepto no que diz respeito à diferenciação litoral, visto as rias terem resultado da acção erosiva seguida de diversas regressões marinhas. Enquanto o Sistema Central Divisório ou Lusitano-Castelhano (extenso conjunto montanhoso constituído pela Serra da Gata, Guadarrama, Estrela, Gardunha e Lousã) é referenciado pela primeira vez por um geógrafo português como constituindo duas unidades morfológicas diferenciadas, uma vez que as cadeias montanhosas portuguesas têm um alinhamento diferente das espanholas. Contudo, as cadeias montanhosas meridionais são no seu conjunto transfronteiriças: os Montes de Toledo e o seu prolongamento que é a Serra de S. Mamede, da Marofa; o Sistema Mariânico que se prolonga pelo

⁵⁶⁷ A. Girão, 1915, p. 2.

⁵⁶⁸ Por isso, torna-se particularmente interessante, o conceito de Geografia que nesta fase se aproxima muito do de Silva Telles, ao dar primado à importância da interligação da Geologia com a Geografia na síntese de conhecimentos que tem por objecto de estudo a explicação dos fenómenos que se observam na superfície da Terra. Numa concepção davisiana dos mesmos, refere que as alterações geográficas da paisagem terrestre são produto da acção modeladora conjunta dos rios, dos elementos do clima e de outros agentes de meteorização: “ (...) na solidariedade harmoniosa que Ritter e Humboldt assinalam na face da Terra e tão fecundos resultados trouxe para o campo da geografia.” *Ibidem*, p. 7.

interior do Algarve (Serras do Caldeirão, Monchique e Espinhaço de Cão). No entanto, em termos gerais, o nosso país apresenta algumas especificidades relativamente a Espanha: “Pelo que ficou dito à cerca das feições hipsométricas do nosso país, se conclue, como o Sr. dr. Silva Teles, que Portugal no conjunto apresenta pelos seus caracteres geomorfológicos o aspecto dum imenso anfiteatro irregular de SO para NE., com o sopé meridional demasiadamente vasto para comparar com a superfície hipsométrica principal.”⁵⁶⁹

2- As unidades geomorfológicas são comuns aos dois países ibéricos, com destaque para o Maciço Antigo: “Meseta é o nome que os espanhóis dão a uma região planáltica extensa com mais de 300 m de altitude média. Foi Macpherson quem primeiro deu esta designação ao planalto central da Espanha.”⁵⁷⁰ As únicas excepções são a Orla Ocidental, e as bacias do Tejo e Sado, a primeira pela orientação do seu relevo (em que se destaca a Serra da Arrábida) e pela sua disposição periférica, a segunda pela sua formação fluvio-marinha muito mais recente que a das outras unidades geomorfológicas dão origem a uma paisagem característica que ainda mais a individualiza das restantes áreas peninsulares.

3- Apesar de Portugal ter um clima marcadamente oceânico em oposição à fácies continental de Espanha, argumento já utilizado por Elisée Reclus e, em parte, por Theobald Fischer, para justificar a independência de Portugal baseado em causas naturais, refere o geógrafo português que em termos climáticos, sobretudo no que concerne à pluviosidade, existem em Portugal, além de um contraste Norte-Sul nessa distribuição, regiões que são mais secas que muitas de Espanha e inversamente, algumas áreas do país vizinho são mais chuvosas do que outras situadas em Portugal

4- Faz notar que no Verão as isotérmicas se dispõem de um modo paralelo à faixa costeira ocidental, enquanto no Inverno (Janeiro) as isotérmicas são oblíquas em direcção à mesma linha de costa, segundo uma direcção NE-SO, o que significa que a temperatura varia segundo os meridianos devido mais à acção de factores de clima, como a continentalidade e a disposição do relevo do que propriamente à latitude.

No entanto, na nossa opinião, este fenómeno não permite individualizar completamente, do ponto de vista climático, Portugal do conjunto da Península Ibérica porque as mesmas isotérmicas prolongam-se em círculos concêntricos pela restante área peninsular.

Posteriormente, em meados da década de 1920, o geógrafo A. Girão desenvolve a sua teoria de diferenciação geomorfológica na Península Ibérica. Por um lado, contradiz a maioria das teorias até então em vigor sobre o assunto, ao considerar que não se pode falar no Sistema Central Lusitano-

⁵⁶⁹ *Ibidem*, p. 15.

⁵⁷⁰ *Ibidem*, p. 31.

Castelhano como constituindo uma «coluna vertebral» peninsular, visto que as cadeias montanhosas que manifestamente a compõem não apresentam continuidade entre si: “Trata-se, na verdade, de um conjunto de relevos dispostos em *coulisses* mais ou menos escalonadas em latitudes diversas mas com uma orientação determinada e sempre a mesma (NE.-SO), e não de uma aresta montanhosa única, embora de traçado muito sinuoso (...) que dividisse as duas sub-mesetas ibéricas.”⁵⁷¹

Por outro, discorda em absoluto da existência do que a maioria dos geógrafos estrangeiros (espanhóis e alemães) designam por «culminação ibérica», que considera não se referir ao local de maior altitude da Península Ibérica mas sim ao bloco da (então) designada Submeseta Setentrional ou se quisermos, a área Norte e Este que corresponde ao Maciço Antigo. Esta última, para A. Girão, deverá ter sido sujeita não a um forte levantamento orogénico mas antes a um desgaste provocado pela erosão dos principais rios peninsulares que se foram encaixando cada vez mais. Se admite a existência de uma diferenciação morfológica na fronteira portuguesa oriental devido a este fenómeno, o mesmo já não se passa na fronteira setentrional onde as cadeias montanhosas (designadas então por maciço Galaico-Duriense) não limitam a fronteira mas interpenetram ao longo dela ambos os países ibéricos: “(...) as intrusões graníticas e os sedimentos mais antigos se mostram na Península Ibérica especialmente numa larga faixa que se estende desde a Galiza até à falha do Guadalquivir, em ampla curvatura voltada para o mar (...) Portugal e a Galiza ficam situados, na sua maior parte, para o lado do mar desse levantamento principal, o que está longe de corresponder à realidade, como pode verificar-se pelo facto do referido eixo de culminação cortar transversalmente a fronteira portuguesa de Este, com a qual desenha uma espécie de X.”⁵⁷²

Considera que os rios transfronteiriços raramente servem de limite natural entre os dois países ibéricos, não só porque predomina a «raia seca» (apenas em casos pontuais é que os cursos de água coincidem com os limites administrativo-políticos) mas também porque o encaixe dos rios ibéricos (com destaque para o Douro) se torna muito mais significativo em território português mas em locais que não coincidem com o o limite traçado como sendo a fronteira hispano-portuguesa. Esta alteração da rede hidrográfica, seja na fase de maturidade (rios Douro e Tejo) ou de envelhecimento (rio Guadiana) deve-se à inclinação do Maciço Antigo para Ocidente e ao aumento gradual da pluviosidade do interior para o litoral, traduzindo-se, respectivamente por vales encaixados que progressivamente se vão alargando à medida que nos aproximámos do litoral.

Este facto ao limitar a navegabilidade dos rios ibéricos em certas partes do seu traçado - sempre em território português - acarreta implicações de ordem geopolítica resultantes de os seus

⁵⁷¹ A.Girão, 1926, p. 541.

⁵⁷² *Idem*, 1941, pp. 40-43.

vales, como aliás os próprios cursos de água, não constituírem em si mesmos vias de invasão por exércitos provenientes do país vizinho, apesar de existirem locais de penetração em território nacional que correspondem aos interflúvios entre as bacias fluviais.

O exemplo mais característico será o do Douro, pelo facto do rio percorrer uma área particularmente acidentada, encaixando-se como rio conseqüente que é, nas falhas tectónicas do Maciço Antigo, onde toma uma direcção NE-SO: "(...) o rio inflectindo-se para a esquerda, segue a fronteira portuguesa com uma direcção que concorda com a dos seus afluentes da margem direita em Portugal e com a dos rios do Minho, é a direcção que segundo vimos, lhe estava marcada pela tectónica originária dessa região do Maciço Galaico-Duriense. O rio passa a cavar o seu curso de água sobre rochas graníticas e arcaicas, sofrendo em Barca d'Alva uma inflexão brusca para a direita, de forma a atravessar Portugal até à sua foz com uma direcção que é proximamente a dos paralelos."⁵⁷³ O rio Tejo, pelo contrário apresenta um perfil muito mais regular, mas mesmo assim ao entrar em Portugal, nas denominadas Portas do Ródão, apresenta uma diferença de nível apreciável, após o que regulariza o seu perfil pois passa dos xistos e dos granitos para as aluviões. O rio Guadiana - cuja bacia é separada da do Tejo pelos Montes de Toledo - é o único dos três rios que ao entrar em Portugal, na penepianície alentejana se encaixa nos xistos e calcários ao mesmo tempo que muda para uma direcção sensivelmente N-S mas apresentando nítidos sinais de envelhecimento, incapaz de aprofundar muito o seu leito e até de depositar a sua carga sólida.

A este propósito, acentue-se o facto de que a disposição ao longo do litoral ocidental da parte terminal das bacias fluviais, particularmente do Tejo e do Sado, favoreceram a Reconquista Cristã e com ela a formação do Estado português, que para Amorim Girão tal como para Oliveira Martins, foi feita de Norte para Sul ao longo das bacias hidrográficas dos principais rios, especialmente o Mondego e o Tejo, que constituíram assim traços de união e não de separação das populações. Ao contrário do que sucedeu com o rio Minho, verdadeira fronteira politico-militar porque separou duas regiões com grandes afinidades - o Minho e a Galiza - que se constituiu em verdadeira fronteira política, no sentido de ter servido desde o século XIII como limite de referência setentrional entre Portugal e Castela-Leão.

Particularmente interessante é a diferenciação geomorfológica que A. Girão faz entre o litoral minhoto e galego, considerando tal como Silva Telles, que esse facto resultou de na secção portuguesa da linha de costa se terem sucedido períodos de estabilidade ou até de um certo levantamento tecto-oro-genico com novo e progressivo encaixe e conseqüente acção erosiva dos rios, enquanto mais a Norte, na Galiza, se teriam dado sucessivos períodos de abaixamento seguidos de transgressões

⁵⁷³ *Idem*, 1915, pp. 68-69.

marinhas, originando uma costa alta, escarpada e sinuosa em que o mar penetra profundamente até ao interior. Realça a originalidade do *haff delta* de Aveiro, considerando-o tal como os geógrafos espanhóis (especialmente Dantín Cereceda), uma formação ímpar no litoral peninsular.⁵⁷⁴

Relativamente à influência climática como factor de autonomização de Portugal, a posição não é muito diferente da de Silva Telles: realça a influência oceânica, mas admite que a actuação diferenciada dos diversos factores de clima a par da circulação dos centros barométricos origine alterações regionais que menciona serem no sentido da obliquidade dos meridianos, significando que as diferenças regionais mais acentuadas - em termos de pluviosidade e de amplitude térmica - se observam entre os extremos Sudoeste e Nordeste de Portugal Continental.

Principais tipos de tempo na Península Ibérica

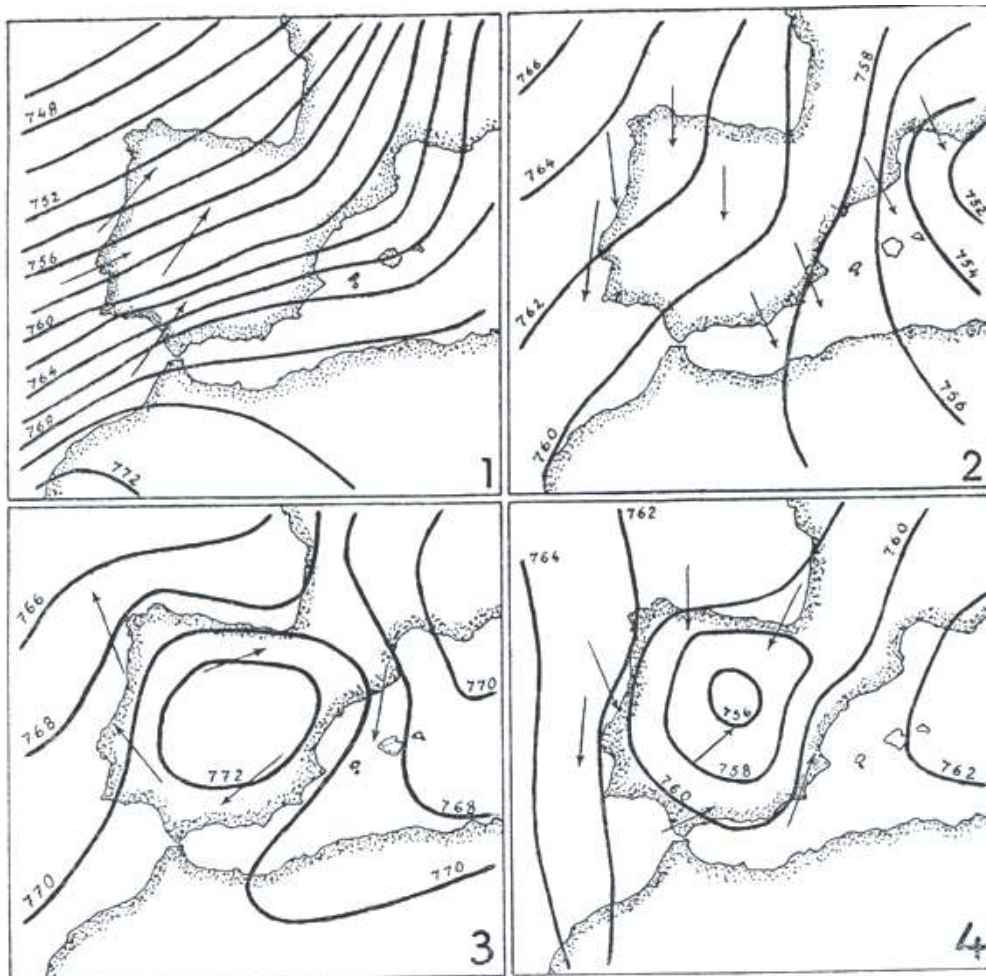


Figura 22

Fonte: Aristides de Amorim Girão – *Geografia de Portugal*, Ed. Ilustrada, Portucalense Editora, SARL, Porto, 1941, p. 174.

⁵⁷⁴ Registe-se a este propósito, o súbito interesse dos geógrafos ibéricos pelo estudo de tão singular forma do litoral português, como o provam os seguintes estudos: L. Schwalbach, 1918, 70 p; J. Dantín Cereceda, 1912, pp.132- 133; *Idem*, 1918, s/n

Como se denota nas imagens (Figura 22), Amorim Girão faz uma síntese dos mapas das isobáricas divulgados anos antes por Dantin Cereceda (1912) e Ferraz de Carvalho (1915) mas simplificando-os, o que até seria curial tratando-se de uma obra a meio caminho entre a divulgação erudita e a investigação académica, mas ao mesmo tempo, apresentando-os numa classificação que está mais de acordo com a Geografia francesa. O mesmo é dizer, no que concerne à meteorologia, utilizando a designação martonniana de «tipos ou estados de tempo» que apesar de serem referenciados para o conjunto peninsular, são interpretados pelo autor apenas no que diz respeito ao nosso País.

Neste contexto, tal como Silva Telles, enquadra Portugal na zona mediterrânea mas com um clima essencialmente temperado marítimo, segundo a classificação do meteorologista alemão A. Supan, embora admita que esta é muito generalista, apresentando por isso a classificação mais rigorosa do meteorologista austríaco W. Köppen, que agrupa o nosso país na zona dos climas temperados quentes, enquanto a zona fria apenas se adequa à Serra da Estrela e a subtropical a uma pequena parcela do Algarve.

Esta é a ideia que se retira de uma primeira leitura dos dois ou três artigos publicados por Amorim Girão até aos limites cronológicos a que se refere este trabalho. No entanto, consideramos que apesar de tudo, o geógrafo beirão sempre dá algum relace ao contributo dos factores naturais na formação e delimitação das fronteiras do Estado português, como sejam a diversidade climática: “(...) já E. Semple pôs em evidência o facto de a compreensão das diferenças climáticas numa pequena área estimular e acentuar o processo do seu desenvolvimento histórico.”⁵⁷⁵

Relativamente ao clima de toda a extensa área fronteira, divide-a em quatro subtipos: o Noroeste com um clima atlântico (oro-atlântico nas cadeias montanhosas que constituem a barreira de condensação), subatlântico, ou seja com uma certa fácies continental em Trás-os-Montes e na Beira Interior (e mais a Sul também na Serra de S. Mamede), enquanto a raia alentejana e uma área significativa da Beira Baixa apresentam um clima designado por iber-mediterrâneo, ou seja de influência continental e mediterrânea e que se aproxima do existente nos planaltos centrais castelhanos, porém sem amplitudes térmicas tão acentuadas e com uma pluviosidade que não atinge valores tão baixos.

Por conseguinte, mesmo a raia oriental individualiza-se em termos climáticos das áreas contíguas do país vizinho pela existência de uma muito moderada influência oceânica que não existe de todo no interior de Espanha: “Ao longo da fronteira oriental, Portugal toca no planalto central da

⁵⁷⁵ A.Girão, 1941-c, p. 293.

Península Ibérica (...) o clima torna-se continental e excessivo (...) se tôda a província de Trás-os-Montes e uma parte da província da Beira pertencem a esta região central da Península, é fácil compreender que nela se não podem encontrar os caracteres típicos da parte espanhola. Aqui ainda, a parte portuguesa constitui a extremidade, a zona fronteira ocidental dos grandes planaltos, e participa de muitos traços da faixa litoral Oeste.”⁵⁷⁶ Mesmo o Algarve, considerada a mais uniforme das regiões portuguesas em termos climáticos não apresenta um clima mediterrâneo tão acentuado como por exemplo a vizinha região da Andaluzia, particularmente as áreas de Cádiz-Almeria-Málaga, devido à influência atlântica que ainda se observa no extremo Sul de Portugal, ao contrário da faixa meridional espanhola onde a influência mediterrânea substitui completamente a anterior.⁵⁷⁷

Seguindo esta concepção idiossincrática, a autonomia de Portugal bem como as respectivas fronteiras politico-administrativas, são em termos ratzelianos, uma porção de território na sua relação com o espaço envolvente, o que só se pode explicar convenientemente através da Geografia Humana e da História, pois como diria L. Febvre, a primeira destas Ciências dá expressão espacial aos acontecimentos históricos, enquanto a segunda explica a sucessão dos fenómenos geográficos ao longo dos tempo. Além disso, considera tal como Ricardo Béltran y Rozpide que o principal objecto de estudo da Geografia Política, o “Estado é “(...) obra do homem, produto da história.”⁵⁷⁸

Também a posição geográfica do nosso País, entre o Mediterrâneo e o Atlântico, que permitiu desde cedo um contacto com outros povos, sejam eles norte-africanos (Iberos e Berberes) ou da Europa atlântica (Celtas), a própria extensão e configuração da linha de costa - como referia H. Mackinder as nações insulares ou com extensa fachada marítima tendem para o expansionismo ocupando o litoral oposto - propiciando a existência de portos abrigados onde desde cedo se desenvolveu a actividade piscatória, foram fundamentos para que a expansão marítima se iniciasse simultaneamente em duas vertentes distintas; uma delas para Ocidente em direcção aos arquipélagos atlânticos e outra ao longo do litoral norte-africano com o objectivo de atingir o Golfo da Guiné.

Como vimos, A. Girão traça todos estes considerandos para, tal como o seu mestre Ferraz de Carvalho, aceitar até de um modo mais explícito, a teoria de C. Vallaux e J. Brunhes relativa à formação das entidades políticas que são os Estados pela aglutinação de regiões heterogéneas ligadas pelo cimento da nacionalidade.

⁵⁷⁶ *Ibidem*, p.197.

⁵⁷⁷ Servindo de pretexto para comentar a afirmação de que “ No asserto feito pelos francêses de que L’Afrique commence aux Pyrénées» há com efeito muito de verdade, pois a península Hispânica apresenta como nota E. Reclus muitos pontos de semelhança com o continente africano, tanto pelas formas pesadas da sua arquitectura, como pela escassez de ilhas marginais e pequeno número relativo de planícies largamente abertas sobre o mar.” A.Girão, 1915, pp. 109-110. Significando, que em termos geológicos, geomorfológicos e climáticos, enfim em tudo os que diz respeito à Geografia física, a Península Ibérica (muito significativamente designada por Península Hispânica) é una e indivisível, sugerindo que em termos civilizacionais até está mais relacionada com o continente africano do que com a Europa da qual quase se destaca.

⁵⁷⁸ *Idem*, 1941-c, p. 432.

6.2- Aspectos etnográficos e antropológicos

As características antropológicas e etnográficas foram pelo menos entre os finais do século XIX até aos primeiros decénios do século XX, um dos principais factores que com razão ou sem ela, chamou a atenção dos investigadores numa óptica neodarwiniana da especificidade da raça ou da etnia, na sua constante adaptação e transformação do Meio. Entendido este no sentido ratzeliano de um território em que se forma uma entidade política, a Nação, elemento condicionante da autonomia geográfica de Portugal e conseqüentemente da demarcação das fronteiras portuguesas: “Na tentativa compreendida pelo primitivo estado português para se firmar, como firmou, e se expandir, como se expandiu, para as terras dos Árabes, e para as do Lião & Castela, ajudou-o eficazmente a Natureza e a Etnologia, porque uma havia talhado no Ocidente uma praia extensa e bem caracterizada, e a outra posto aí um povo antigo, e já desde remotos tempos cioso de independência, e dotado de aspirações grandiosas.”⁵⁷⁹

Como podemos verificar, não foi só no Estado Novo nem sequer na I República que se tentaram retirar ilações geopolíticas das investigações geográficas e antropológicas executadas em território nacional. Décadas antes, já no final da Monarquia Constitucional, se mencionava que uma prova da pré-destinação da individualização do actual território nacional, com fronteiras bem nítidas estaria assente na especificidade das características antropológicas do povo português face aos restantes povos da Península Ibérica: “(...) esta população ibero-insular salienta-se, no seu recanto da península, à beira do Atlântico, como a mais dolichocephala e homogénea da Europa nos seus caracteres somáticos.”⁵⁸⁰

O primeiro artigo que vamos mencionar é da autoria de Silva Telles, para quem as características civilizacionais dependem do Meio (morfologia e clima) e da Raça (esta última entendida como uma miscelânea de etnias), assunto que será desenvolvido por E. Huntington alguns anos mais tarde (1915) e para o qual o geógrafo português coligirá os dados referentes às estações climáticas portuguesas. Considera o investigador luso-goês que toda a bacia do Mediterrâneo (*lato sensu* englobando o Norte de África, o Sul da Europa e a Ásia Menor) teve desde os alvares da Pré-História condições privilegiadas para o surgimento das grandes civilizações, seja em virtude do clima ameno, de um litoral recortado que permitia os contactos entre os povos ou até de um solo fértil, ocasionando desde sempre uma miscelânea de povos a par de uma densificação da população nas áreas do litoral: “E só assim se compreende como, na inspecção feita pela prehistoria, esses povos se juntam, trocam

⁵⁷⁹ J.Vasconcellos, 1920, pp. 1291-1292 e citada novamente com ligeiras alterações, *Idem*, 1936, pp. 238-239.

⁵⁸⁰ F.Cardoso, 1908, p. 72.

as suas indústrias e prepararam as civilizações grega e romana, donde surgiu a moderna civilização europeia.”⁵⁸¹ Esse contacto entre povos diferentes, como sejam os iberos e os lígures que se misturaram com os celtas provenientes do Norte da Europa, originou uma civilização específica (dolménica) que se expandiu para outros locais da Europa. Posteriormente, essa civilização original dotou a humanidade do que podemos denominar de «génio latino» que para além das civilizações clássicas grega e latina originaram séculos mais tarde o expansionismo e a colonização em direcção a outros continentes.

Nesse início do século XX, Silva Telles antecipa de alguns anos a teorização geopolítica defendida por C. Vallaux, ao referir-se ao domínio da bacia do Mediterrâneo como o *mare nostrum*, verdadeira «estrada marítima» que permite o fluxo de mercadorias e de passageiros entre o Ocidente, pelo canal do Suez até ao Oriente, factor primordial para o domínio político de todas estas Nações que bordejam o Mediterrâneo, porque, tal como C. Vallaux, considera que quem dominar no Mar dominará em Terra: “A nação que mais alto levantar n’este mar a sua bandeira será também a mesma que ha-de assistir, como melhor lhe convier; à passagem das correntes do commercio (...) e não se repita no futuro o que tem sido uma verdade registada pela historia, de que sempre dominou no Mediterraneo a nação de maior poder marítimo e a que mais forte se mostrou pela sua riqueza e commercio.”⁵⁸²

No volume realizado para a Exposição Nacional do Rio de Janeiro, os caracteres etno-antropológicos são apresentados na sequência da *Introdução Geográfica* de Silva Telles por um dos mais conhecidos e conceituados pioneiros da introdução da Antropologia em Portugal nos finais de oitocentos. Trata-se de Fonseca Cardoso que sem atingir a profundidade do tratamento do tema que alguns anos mais tarde Mendes Corrêa lhe daria, chega no essencial, quase às mesmas conclusões: a existência de uma civilização megalítica original do ocidente peninsular, região bastante povoada desde a «noite dos tempos». No entanto, diferentemente dos antropólogos posteriores, minimiza em parte a influência do megalitismo, realçando a civilização dos concheiros de Muge como constituindo a base étnico-antropológica do povo português, com um parentesco com a antiga civilização euroafricana de Agar, antepassada da cultura de Almeria e mesmo dos Iberos, algo que Mendes Corrêa, apenas meia dúzia de anos mais tarde (1915) põe em grande dúvida, acabando por rejeitar essa teoria.

Tal como Silva Telles, acentua a influência nas características antropológicas da população portuguesa dos povos do Norte da Europa, designados por «Celtas louros» que directamente contribuíram para que as populações limianas e brácaras do Minho tivessem o índice cefálico mais elevado, distinguindo-se dos lucenses da Galiza com um índice notoriamente mais baixo, acusando

⁵⁸¹ F.Telles 1902, p. 197.

⁵⁸² *Ibidem*, pp. 201-202.

inícios de mesasticefalia. Enquanto no Sul do País, os valores de dolicocefalia mais baixa parecem indicar uma maior influência dos povos islâmicos (Figura 23).

Distribuição por distritos do índice céfálico médio da população de Portugal Continental

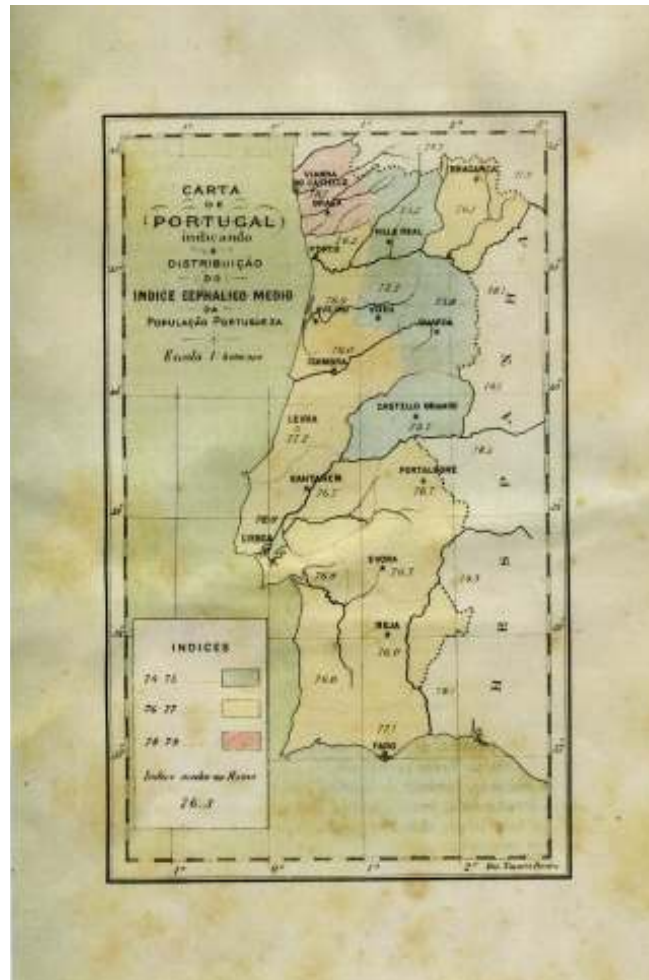


Figura 23

Fonte: A.Fonseca Cardoso- *Notas sobre Portugal, Antropologia Portuguesa* - Vol I, Exposição Nacional do Rio de Janeiro em 1908, Secção Portuguesa, Imprensa Nacional, Lisboa, 1908, p. 61.

Nas áreas do litoral, teria sido notória a influência semito-fenícia mas também de outros povos, desde os romanos aos normandos devido aos frequentes contactos comerciais, e por conseguinte a uma perda da identidade das características antropológicas primitivas do povo português. Mesmo assim, o antropólogo F.Cardoso considera que existe uma individualização da população portuguesa pela sua elevada dolicocefalia face aos vizinhos espanhóis: "Em torno dos seus limites fronteiriços vêem-se os índices mesaticephalos espanhoes a fazer destacar o núcleo da dolicocephalia portuguesa."⁵⁸³

⁵⁸³ A.Cardoso, 1908, p. 67.

Enquanto na mesma altura, Silva Telles, mais prudente, até pela sua própria formação científica, apenas menciona a especificidade das características antropossociais do povo português: “E, a propósito d’estes, indicar a distribuição de todas as manifestações da nossa vida colectiva.”⁵⁸⁴

A especificidade das características antropológicas e rácicas, mais do que etnográficas do povo português vão ser apresentadas por Mendes Corrêa em numerosos estudos, que cronologicamente se estendem entre 1915-1940, com o objectivo declarado de, sob o ponto de vista geopolítico, individualizar Portugal no contexto europeu e em simultâneo assumir as semelhanças que individualizam e unem os portugueses enquanto Nação que pretende manter estreitos laços antropológicos e etnográficos com o país vizinho: “Como a geografia física, como a arqueologia - a antropologia ao mesmo tempo que fornece dados naturais para a explicação da individualidade política de Portugal, justifica, com a verificação de estreitas afinidades entre os dois países, uma aproximação intelectual hispano-portuguesa.”⁵⁸⁵ Aquela traduz-se mais pela uniformidade dolicocefala da população do que pelas diferenças relativamente moderadas nos índices cefálicos das diversas populações peninsulares entre si, que têm ascendentes comuns.⁵⁸⁶ Mesmo assim, Mendes Corrêa insiste que podemos distinguir com um índice cefálico mais baixo, pronúncio de uma maior dolicocefalia, as regiões da Beira Interior e de Trás-os-Montes, por oposição ao interior da Galiza, e aos planaltos castelhanos onde esse valor é indicador de uma maior braquicefalia.

A esta mesma conclusão chegou Amorim Girão que de um modo muito mais superficial do que Mendes Corrêa analisa as características étnicas do povo português, baseados ambos nos mesmos dados quantitativos no que respeita a Espanha mas não a Portugal⁵⁸⁷ e conseqüentemente em documentos cartográficos semelhantes: “(...) chegamos fácilmete à conclusão de que os Portugueses, de média estatura, dolicocefalos e morenos, devem relacionar-se especialmente com o mediterrâneo; não esqueçamos todavia o elemento nórdico (...) ainda hoje bem evidenciado nas regiões setentrionais de Portugal, sobretudo na zona litoral do Minho, onde foi posto em relevo pelo nosso antropólogo Fonseca Cardoso.”⁵⁸⁸

⁵⁸⁴ F.Telles 1908-c, p. 55.

⁵⁸⁵ A.Corrêa, 1915, p. 184.

⁵⁸⁶ “ A dolicocefalia mais acentuada de Trás-os-Montes de da Beira pugna pela antiguidade e pureza relativa de raça.Porque se não há-de admitir que antes mesmo do desenvolvimento da cultura de Almería no sudeste e leste espanhol e da cultura megalítica no ocidente português, já a Península se encontrava povoada, em muitas regiões distantes, por gentes de estirpe eurafricana (...) Era bem natural que povos da mesma estirpe estivessem repartidos por duas áreas distintas de cultura.Raça e cultura não coincidem necessariamente” *Idem*, 1933, p. 253.

⁵⁸⁷ “Sôbre 6072 observações Olariz verificou que na maior parte das provincias espanholas prevalecem estaturas inferiores à média(...) estudando o índice cefálico espanhol sôbre 8368 individuos (...)” A.Corrêa,1919, pp. 98-99. Repetidas mais de duas décadas após em A.Girão, 1941-c, pp. 234-235. Relativamente aos dados quantitativos sobre Portugal, Mendes Corrêa utiliza os valores provenientes das observações de Fonseca Cardoso (1906-1908) e Amorim Girão os de Eusébio Tamagnini (1935 e 1938).

⁵⁸⁸ A.Girão,1941-c, p. 237.

Segundo Mendes Corrêa, essa semelhança do índice cefálico e leptorrínico é particularmente notável entre portugueses e valencianos, em que pretendia ver a prova de remoto parentesco resultante da expansão de um povo de raízes africanas, mesmo antes de terem surgido as culturas capsense de Almeria e megalítica, respectivamente no Sudeste e no Noroeste peninsulares: em Portugal presente com pequenas variantes em todo os distritos do país, mas destacando-se pela sua maior braquicefalia o Minho e a Galiza pela influência do contacto com outros povos provenientes do Norte da Europa, enquanto no Sul, nomeadamente no Alentejo predominariam as influências semitas e árabes.

A justificação da individualidade geográfica de uma população através da sua caracterização étnica, ramo de estudo da Antropologia Física foi a partir da Segunda Guerra Mundial compreensivelmente abandonada: “O problema da unidade racial é terreno ainda menos seguro do que o da unidade geográfica. O conceito de raça acha-se actualmente assaz desacreditado. Todas as raças são mais ou menos misturadas ou mestiças (...) Esta mistura de tipos já na época neolítica se denunciava, concentrando-se reunidos, na mesma camada de despojos, crâneos dolicefalos e braquicefalos (...) o Povo português, dentro do seu núcleo originário, a área da antiga Lusitânia, ser-nos-á lícito de acordo com as mais reputadas autoridades, julgá-lo uma unidade antropológica das mais homogêneas e caracterizadas, na história.”⁵⁸⁹

Outro aspecto considerado relevante pelos geógrafos e antropólogos nas primeiras décadas do século XX na caracterização e individualidade da população peninsular é a estatura média dos indivíduos nas diversas regiões de Portugal e de Espanha, sendo que referiam que aquela é tanto mais acentuada quanto nos deslocámos das áreas centrais dos planaltos castelhanos em direcção às periferias levantinas, catalãs, bascas, asturo-leonesas e galegas, o que: “(...) poderá levar-nos a imaginar as suas possíveis relações com a altitude.”⁵⁹⁰ Como erradamente concluiu Amorim Girão sem ao menos reflectir sobre a diferenciação da morfologia peninsular em que a altitude aumenta dos planaltos centrais em direcção ao rebordo montanhoso da periferia peninsular.

Por sua vez, o antropólogo Mendes Corrêa considerou que existe uma diferenciação nítida na estatura das populações fronteiriças entre os dois países peninsulares (exceptuando a Beira Alta, com índices idênticos aos de Castela-Leão) com valores superiores em Portugal, o que se por um lado sugere uma maior miscigenação por parte de populações provenientes da Europa Atlântica, por outro indca-nos uma maior homogeneidade em termos demográficos: “É em média, de 1^m, 645, isto é, inferior à media nas raças humanas (...) O Alentejo e a Beira Alta excedem claramente a media geral

⁵⁸⁹ S.Pinto, 1959, p.17.

⁵⁹⁰ A.Girão, 1941-c, p. 236.

do paiz, o que se atribue talvez a uma influencia semita para o Alemtejo (...) e à influencia dum tipo cro-magnonoide alto e desarmónico, para a Beira Alta.”⁵⁹¹

Segundo o nosso ponto de vista, as ilações geopolíticas dos factos expostos anteriormente são evidentes: em termos antropológicos tenta-se demonstrar que existe uma diferenciação entre portugueses e espanhóis, o que corrobora a individualidade geográfica *versus* a delimitação da fronteira linear entre os dois países peninsulares, bem como um maior vínculo da nacionalidade devido à homogeneidade da população portuguesa. Esta por sua vez, apresentaria uma pseudo-superioridade rácica ou étnica pelo facto de ter uma estatura mais elevada. A este propósito escreve Mendes Corrêa: “Admitindo, embora, que a autonomia e a pureza étnica da população actual do país (...) concordamos em que o enraizamento do povo português neste território não ascende aos tempos geológicos e que numerosas infiltrações de sangue extranho nêle se operaram através dos tempos. Mas os mestiçamentos (...), também influem na psicologia dum povo, no comportamento histórico duma nação. São factores orgânicos, biológicos, a ponderar quando se queira estudar a origem, a formação e a evolução dum Estado. Não pode cientificamente excluir-se a investigação dêsses factores num estudo integral da génese e da história da nação portuguesa.”⁵⁹²

Distribuição do índice cefálico segundo Olariz e Tamagnini

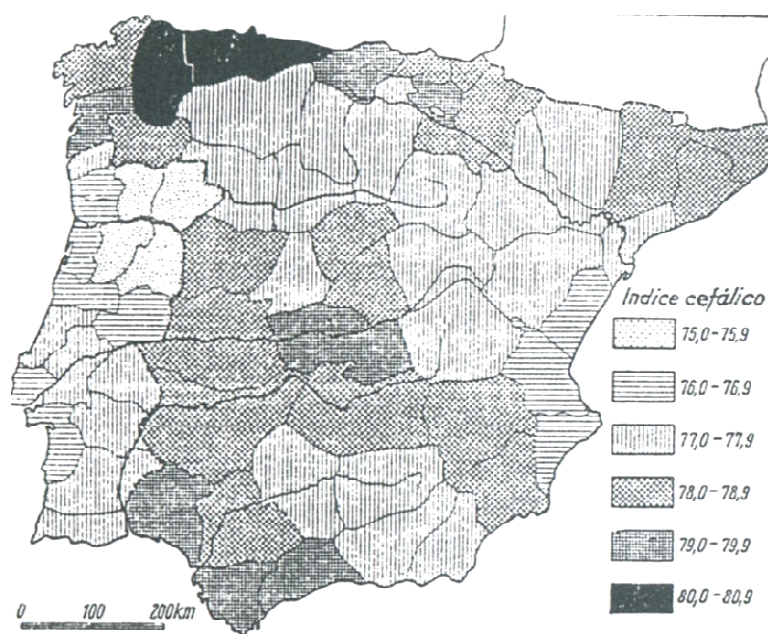


Figura 24

Fontes: A. Mendes Corrêa – *Raízes de Portugal*, “*Ex Nihilo !*...” (*Terra e Independência – A Raça*), Ed. Ocidente, Lisboa, 1938, p 63; Aristides de Amorim Girão – *Geografia de Portugal*, Ed. Ilustrada, Portucalense Editora, SARL, Porto, 1941, p. 235.

⁵⁹¹ A.Corrêa, 1915, p. 130.

⁵⁹² *Idem*, 1938, p. 68.

Para o antropólogo citado, a originalidade da civilização do ocidente peninsular desde os tempos pré-históricos reconhece-se desde os pescadores lacustres dos concheiros de Muge: “O tipo dolicocefalo e baixo de Muge, que tem sido apresentado como uma raça distinta ou apenas como uma sub-raça, possui afinidades íntimas com o português moderno.”⁵⁹³ Que o autor diz incluir na raça ibero-insular mediterrânea de Deniker: “(...) que mais em Portugal do que em Espanha se encontra relativamente puro.”⁵⁹⁴

Por si mesmas, estas asserções são bem a expressão de que Mendes Corrêa pretendia demonstrar uma certa originalidade somática da população peninsular, da qual o antropólogo Leite de Vasconcelos salienta que as origens recuariam no tempo até à civilização megalítica⁵⁹⁵ ressaltando o facto de considerar os correspondentes monumentos funerários como indícios de uma relativa densidade populacional desde a mais remota Antiguidade Pré-Clássica e que se terá prolongado ao longo dos tempos: “A julgar do que resta, e do que pôde inferir-se das notícias antigas e do estudo do omnástico, conclue-se que Portugal possuía numerosísimos dolmens nos tempos pre-historicos o que pela sua parte concorre para mostrar quanto tem sido sempre povoada esta nesga ocidental da Europa. Com a abundancia dos dolmens concorda a abundancia dos castros (povoações); raro será o concelho montanhoso de Portugal, se algum ha, em que não existão ou não existissem castros.”⁵⁹⁶

O mesmo antropólogo considera mais significativa pela sua projecção, a relativa abundância de vestígios arqueológicos devido ao facto destes quase coincidirem na sua distribuição pelo território português com os limites fronteiriços orientais traçados centenas de anos depois, como se houvesse uma pré-destinação para a independência nacional e para a fixação mais em termos humanos do que naturais, da delimitação frustrada entre os dois Estados Ibéricos. Tendo ainda a vantagem de demonstrar uma pretensa originalidade, senão mesmo superioridade, da civilização megalítica ibérica que teria surgido no ocidente peninsular e a partir daí se estendeu pelo noroeste europeu, como aliás já tinha sido equacionado por Silva Telles alguns anos antes: “(...) é por tradição pre-historica o centro de expansão de uma raça que tem hegemonia ethnica nas duas peninsulas e em todo o sul de França (...) Sucessivas investigações archeologicas e de prehistoria confirmam a mais authentica das affirmações feitas pelas sciencias anthropologicas: que a bacia ocidental do Mediterrâneo, desde os primeiros tempos do homem, - a julgar pelos factos registados, - foi habitat original, exclusivo, de um typo ethnico, ao qual se filiam os povos que cercam actualmente essa zona hydrographica.”⁵⁹⁷

⁵⁹³ *Idem*, 1915, p. 125.

⁵⁹⁴ *Idem*, 1921-b, p. 183.

⁵⁹⁵ J.Vasconcelos, 1897, 440 p.

⁵⁹⁶ *Ibidem*, p. 266.

⁵⁹⁷ F.Telles, 1902, pp.198-199.

Subentendendo-se, pelo menos para Mendes Corrêa, que o futuro território onde surgiria a Nação portuguesa seria o núcleo de onde derivariam todas as outras culturas europeias e por conseguinte, considerada superior a todas elas. Sobre este mesmo assunto, e numa alusão à obra *Raízes de Portugal* (1938) L. Schwalbach conclui: “Registaremos que a arqueologia vai também enxergando nos confins do sudoeste europeu alguns sinais, ainda um tanto imprecisos, duma certa individualidade ou, pelo menos, duma repetição mais pronunciada de vários aspectos do que noutras paragens.”⁵⁹⁸

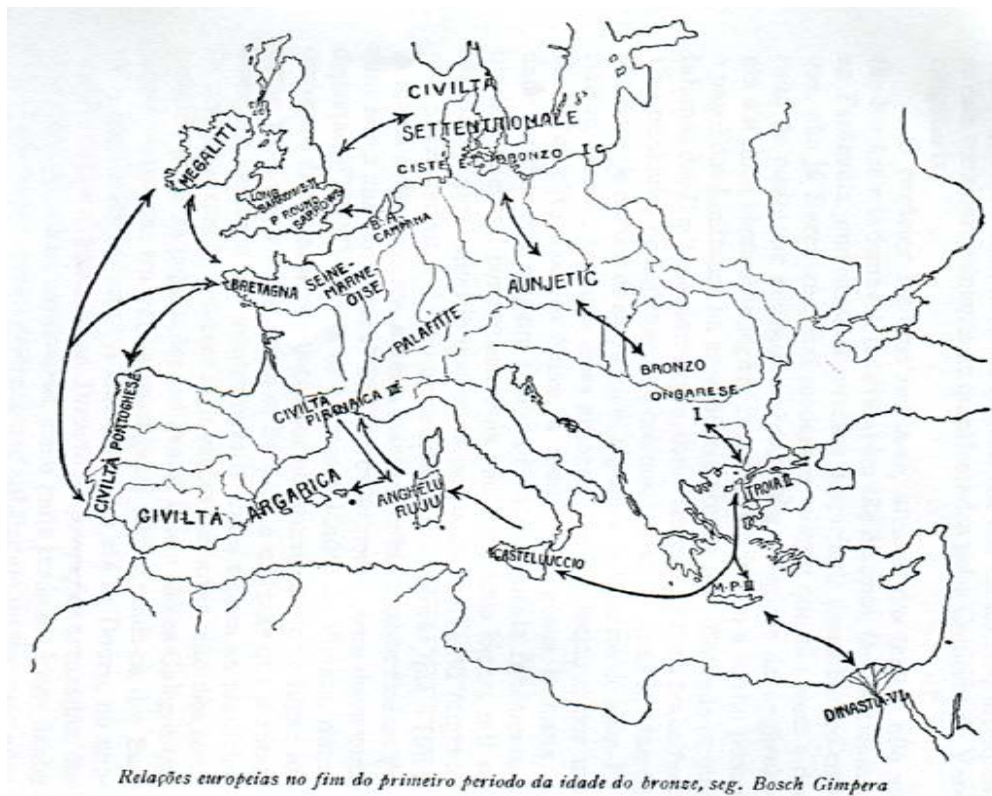
Uma linha de pensamento diferente é seguida por P. Bosch-Gimpera, cujos trabalhos vão servir de referencial para Mendes Corrêa e posteriormente para Orlando Ribeiro. Para aquele antropólogo catalão, a interpenetração de culturas não é unívoca mas sim resultante de uma verdadeira rede comercial e cultural existente desde tempos remotos entre as periferias peninsulares e as áreas mais afastadas dos planaltos centrais de Castela-Leão: se para o antropólogo espanhol, diferentemente de Mendes Corrêa, é verdade que a cultura megalítica portuguesa adquiriu a sua máxima expressão no Alentejo, Beira Interior e Trás-os-Montes e se expandiu por etapas pela Galiza, também é certo que estendeu a sua influência geográfica até à região de Castela-Leão (Salamanca) e a Andaluzia (região de Huelva e Almeria, (esta última com uma cultura individualizada, denominada de Al-Agar de nítida influência norte-africana) e possivelmente pela Extremadura. As regiões *lato sensu* onde séculos mais tarde se faria notar uma certa influência da cultura e da língua portuguesas, o que poderíamos chamar de «fronteira linguística ou cultural» do ocidente ibérico, em que o antropólogo catalão pretendia ver mais do que simples coincidências. (Figura 25)

Também é certo que toda essa vasta região peninsular recebeu diversas influências mediterrâneas desde os vasos campaniformes⁵⁹⁹ e dos artefactos mais evoluídos, que por sua vez chegariam a estas regiões meridionais de Espanha pela Sicília, e a esta, de Creta e das regiões circundantes do mar Egeu, onde a civilização minóica, muito mais requintada e avançada, florescia.

⁵⁹⁸ L.Schwalbach, 1938, p. 13.

⁵⁹⁹ Muito embora Bosch-Gimpera levante a hipótese dos vasos campaniformes terem tido origem em território português ou derivarem de populações oriundas de Portugal que se deslocaram para Leste, por Huelva até Almeria e aí se tenham fixado: “Creeríamos que el elemento más activo es entonces portugués y probablemente se desplazaron gentes desde Portugal que se infiltraron hasta los límites de la cultura de Almeria. Entonces penetran las formas portuguesas en la cultura de Los Millares-idolos-placas, falanges decoradas, báculos, puntas de flecha de base cóncava-y acaso también con ellas el vaso campaniforme, cosas antes inexistentes en Almería” P.Bosch-Gimpera, 1966, p. 26.

O intercâmbio civilizacional na cultura megalítica

**Figura 25**

Fonte: A. Mendes Corrêa –Raízes de Portugal, “Ex Nihilo !”...(Terra e Independência – A Raça), Ed. Ocidente, Lisboa, 1938, p. 54.

Outra rota de interpenetração de culturas, também por via marítima seria feita com o Noroeste Europeu, com a Grã-Bretanha, a Irlanda e a Bretanha de onde se propagaria até à Holanda e daí pelo Reno até à Alemanha e Centro da Europa. A segunda rota de intercâmbio artístico e cultural seria por via terrestre entre o Sul peninsular (Catalunha e Valência) pelo Pirenéus até ao Sul de França e daí pela restante Europa Ocidental, mas sempre numa área geográfica mais circunscrita do que aquela que resulta das ligações marítimas.

Em suma, podemos afirmar que o antropólogo P. Bosch-Gimpera põe a tónica não tanto na originalidade da cultura megalítica ter surgido ainda no Neolítico na Península Ibérica, particularmente na área que coincidiria com o limite fronteiriço do território português, mas mais no facto de ao longo de milhares de anos, até ao final da Idade do Bronze, aquela ter irradiado por outras regiões da Europa. Só assim poderíamos falar de uma verdadeira civilização megalítica, que se teria difundido mais por via marítima do que pelo interior do continente europeu.

Poderemos pois nós afirmar, que nessa época remota a Península Ibérica estaria longe de ser uma região periférica da Europa, muito antes pelo contrário, seria não só um local de encontro de

culturas mas também um foco de difusão cultural que teve particular aceitação por uma diversidade de povos porque a sua originalidade viria da combinação da componente material com a espiritual que se difundiu com ligeiras modificações por toda a Europa Ocidental e grande parte da Europa Meridional e Central. Por outro lado, a Península Ibérica, particularmente no Sul, teria iniciado com a civilização neolítica e a cultura campaniforme, a sua vocação milenar de interligação entre o Mediterrâneo e o Atlântico que lhe conferiu desde então uma feição civilizacional própria e específica no continente europeu.

Outra interpretação algo diferente é-nos dada por Orlando Ribeiro, que em 1939, numa vertente vincadamente mais cultural e sociológica, aponta a relevância do megalitismo como prova de uma organização e estratificação sociais relativamente complexas a par de uma manifestação cultural sofisticada. Estas denotar-se-iam não só pela sua originalidade mas pela prova de contactos por via marítima com outros povos, afinal o que irá no futuro constituir a identidade do Ocidente peninsular: "On peut se demander quelle relation cette civilisation des dolmens peut avoir avec la nationalité portugaise. Tout d'abord la coincidence de territoire, bien que toute l'Histoire nous montre la succession de civilisations très diverses dans le même endroit. Mais il y a un fait beaucoup plus important sur lequel j'attire votre attention: c'est la première fois que se manifeste un élément de différentiation culturelle de l'Ouest ibérique (...) A la période de splendeur et de création de l'époque des dolmens va succéder un très grand isolement."⁶⁰⁰

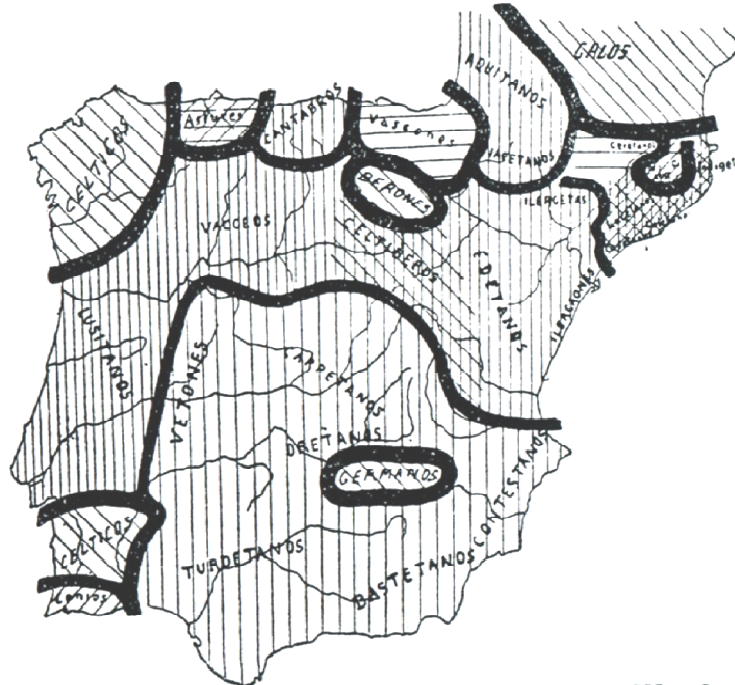
Contudo, esse isolamento, a efectivar-se, deverá ter durado escassos séculos pois no final da Idade do Bronze, já na transição para a Idade do Ferro, os Celtas provenientes do Noroeste europeu, migraram e miscigenaram-se com os Iberos, adquirindo características diferenciadas mais do ponto de vista etnológico do que propriamente antropológico, à medida que se fundiam com outros povos autóctones peninsulares. Apesar da miscelânea das populações aí existentes, já se individualizaria perfeitamente no Ocidente Peninsular a uniformidade dos Lusitanos que ocupariam o que é hoje o centro e parte do norte de Portugal, mas cuja delimitação apenas prefigurava vagamente a do futuro território nacional, pois a sua expansão estender-se-ia muito mais para Este e Nordeste, no que séculos mais tarde seriam os reinos de Castela e Leão. (Figura 26)

Essa quase similitude entre a área de fixação dos Lusitanos e os limites de uma parte substancial do território português, foi glosada até ao exagero, pelos líderes políticos do Salazarismo no sentido de encontrarem uma justificação proto-histórica para a diferenciação da nacionalidade atlântica

⁶⁰⁰ O.Ribeiro, 1939-c, p. 7.

do noroeste peninsular que teve como corolário a originalidade da civilização portuguesa em contraposição à fácies continental da *hispanidad* castelhana-leonesa.

A distribuição dos povos peninsulares entre o final da Idade do Bronze Atlântico e a Idade do Ferro



Etnologia da Península, segundo as fontes dos séculos III a. C. e posteriores (Bosch)

Figura 26

Fonte: A. Mendes Corrêa – *Raízes de Portugal, "Ex Nihilo!"... (Terra e Independência – A Raça)*, Ed. Ocidente, Lisboa, 1938, p. 55.

Duas décadas depois, também Sérgio Pinto acentua a originalidade e supremacia da civilização dolmênica do ocidente peninsular bem assim como a sua expansão pela Europa Ocidental: “Na pré-história (...) já éramos uma comunidade distinta e famosa. Estendíamo-nos pelo último Ocidente. Éramos a raça Oestrímnica. Tínhamos então a supremacia europeia: éramos o país da arquitectura megalítica, do vaso campaniforme, das lúnulas e dos braceletes de ouro. Povo forte que irradia até às Ilhas Britânicas, Bretanha e Irlanda, sulcos abertos para a realidade céltica.”⁶⁰¹

A originalidade das populações existentes na Península Ibérica, demonstraria que apesar de um certo isolamento geográfico, este na realidade nunca constituiu um obstáculo de monta face às migrações dos povos europeus (Lígures e Celtas) ou norte-africanos (Iberos) que se fundiram

⁶⁰¹ S.Pinto, 1959, pp. 18-19.

posteriormente com os Lusitanos: “Estes formam o tronco étnico a que biologicamente ascendemos.”⁶⁰²

A este propósito, Mendes Corrêa tem uma opinião diversa da apontada por Schulten, Bosch Gimpera⁶⁰³ e Leite de Vasconcelos; enquanto estes afirmam que os Lusitanos⁶⁰⁴ descendem de uma tribo do nordeste peninsular, os Lusões: “Entre as diversas hypotheses, a que me parece mais aceitável é a que busca a etymologia de Lusitani em Lusones, nome de uma tribo céltica.”⁶⁰⁵ Aquele refere que tal facto não é provável, embora reconheça a existência de algum parentesco entre ambos, talvez de remota ascendência nos Iberos⁶⁰⁶ porque os Lusitanos seriam muito posteriores àquela tribo e muito mais dispersos por áreas diferenciadas geograficamente: “E, se as fronteiras da Lusitânia não coincidem rigorosamente com as de Portugal, êste está compreendido no território daquela.”⁶⁰⁷

Mais explícito, Leite de Vasconcelos explica que “Por causa das proezas guerreiras dos Callaicos, estes fizeram que a maior parte dos Lusitanos se chamassem também como elles: por isso toda a terra que ficava a Norte do Doiro, e que primeiro se denominou dos Lusitanos passou a denominar-se dos Callaicos (...) o nosso país, com excepção dos territórios situados na margem esquerda do Guadiana, os quaes pertencião à Bética, ficava comprehendido na Luisitania: de facto, no decurso dos tempos, chamou-se assim a todo o Occidente da Hispânia, desde a foz do Guadiana até parte da orla do Mar Cantábrico.”⁶⁰⁸

Certo é que nestes primeiros decénios do século XX, a identificação entre Lusitanos e Portugueses fazia parte do discurso oficial, baseada ou não em verdades e postulados científicos, era facto assente que os lusitanos constituíam em termos antropológicos, somáticos e na própria ocupação espacial do território, os ancestrais do povo português, como também salienta Amorim Girão: “Também nos parece arrojado pretender que haja uma identidade perfeita entre Lusitanos e Portugueses, embora ninguém possa contestar a estes uma filiação directa naquele conjunto de povos aguerridos que à ocupação romana opunham a mais encarniçada resistência.”⁶⁰⁹

⁶⁰² *Ibidem*, p.18.

⁶⁰³ Este último modificaria alguns anos mais tarde a sua opinião, de uma forma mais consentânea com a do investigador português supracitado, como o denotam as diferentes interpretações sobre o problema referidas por A.Corrêa 1924-a, pp. 108 -135; *Idem*, 1933, p. 252.; *Idem*, 1934, p.3.

⁶⁰⁴ Segundo Mendes Corrêa o termo Lusitanos como sinónimo de Portugueses só se veio a empregar na Renascença, e difundiu-se depois de uma oração recitada perante o Papa Sisto IV. Parece-nos contudo mais verosímil a hipótese levantada por Leite de Vasconcelos de que a a justaposição de identidade entre ambos os termos se estabeleceu a partir das obras *De Antiquitatibus Lusitaniae* (1593) de André de Resende e *Geographia da antiga da Lusitania*(1597) de Fr. Bernardo de Brito.

⁶⁰⁵ J.Vasconcelos, 1905, pp. XXVIII-XXIX.

⁶⁰⁶ “Os Lusitanos *lato sensu* são povos indígenas pré-celtas que receberam a influência cultural e talvez antropológica dos Celtas, devendo, porém, ter qualquer parentesco com os Iberos de leste, justificado mesmo pela existência duma tribo de Celtiberos com o nome de Lusones nas proximidades do Ebro.” A.Corrêa, 1933, p. 249.

⁶⁰⁷ *Idem*, 1924-a, p. 374.

⁶⁰⁸ J.Vasconcelos, 1905, pp. XXII-XXIII.

⁶⁰⁹ A.Girão, 1935-b, p. 17.

Portanto, não será de estranhar que os regimes da I República e principalmente do Estado Novo tenham construído toda uma imagética mais ou menos mítica em torno da pureza étnica e dos feitos heróicos face à ocupação romana: “Se portanto, a Lusitânia se não ajusta perfeitamente às fronteiras do Portugal de hoje e não há uma sinonímia rigorosa entre lusitano e português, é inegável que os lusitanos constituem entre os indígenas históricos do território o núcleo mais importante da futura população portuguesa.”⁶¹⁰ Esta não se individualiza em termos racionais: “A raça é a tradução plástica dum passado mesológico.”⁶¹¹ As condições naturais (clima relevo, pedologia) e humanas não são suficientemente vincadas entre ambos os lados da fronteira, para que se faça sentir essa diferenciação, muito embora considerem algumas diferenças em termos étnicos e somáticos em relação à população do país vizinho: “Abstraindo do problema vasco, diremos que apenas a heterogeneidade e a mestiçagem branquóide são mais profundas na Espanha do que entre nós.”⁶¹²

Por conseguinte, a génese bem assim como a delimitação do território nacional⁶¹³ terão de ser encontrados noutros factores distintivos mais significativos: “O que existe é uma relativa semelhança de composição étnica de berberes e hispano-portugueses.”⁶¹⁴ Encontrámo-los em parte numa certa especificidade geográfica do Ocidente peninsular: “Não pode dizer-se por isso que haja uma raça portuguesa (...) há um povo português, para a formação do qual concorreram várias raças aborígenes ou imigrantes. Os Portugueses, com serem o resultado de profunda mestiçagem, nem por isso deixam de constituir hoje uma das populações mais homogêneas da Europa.”⁶¹⁵

Fundamentalmente, terá sido a evolução histórico-política que originou um povo com uma psicologia diferenciada assente em séculos de vida independente: “Temos nós portugueses em salvaguarda da nossa independência, uma etnia distinta, uma história, uma língua, direitos, o próprio interesse comum das duas nações.”⁶¹⁶

Essa identidade entre as duas nações peninsulares deveria ter repercussões em termos geopolíticos com a formação de um «Bloco Ibérico», que com quase duas décadas de antecipação foi prevista por Mendes Corrêa como uma alternativa paralela à Aliança Luso-Britânica cuja importância advirá também da sua acrescida projecção geo-económica nos mercados latino-americanos e africanos coloniais: “A antropologia das populações actuais dá, pois, uma explicação de analogias de

⁶¹⁰ A.Corrêa, 1919, pp. 74-75.

⁶¹¹ A.Corrêa, 1924-a, p. 374.

⁶¹² *Idem*, 1919, p. 168.

⁶¹³ *Ibidem*, p. 118.

⁶¹⁴ “Deve notar-se que separação de Portugal de Leão e Castela se fez mais facilmente do que se poderia supôr. A guerra entre portugueses e castelhanos no início da monarquia portuguesa quasi sempre surgiram de dissensões mais sobre a posse de terrenos fronteiriços do que sobre a questão máxima da independência portuguesa” *Ibidem*, p. 77.

⁶¹⁵ *Ibidem*, p. 126.

⁶¹⁶ A.Girão, 1941-c, p. 235.

⁶¹⁷ A.Corrêa, 1919, p. 150.

comportamento psicológico e histórico na vida dos dois povos. Os laços de sangue teriam, pelo menos, um factor predisponente de certas convergências.”⁶¹⁷

Relativamente às características etnográficas, estas são muito mais dispersas e sempre tratadas de um modo descritivo e algo superficial que em certos casos ronda o picaresco. A única excepção parece-nos mesmo ser a de Vergílio Taborde que não aprofunda o tema pelo facto de estar a referir-se a uma área relativamente circunscrita - o Alto Trás-os-Montes - mas sempre vai adiantando que certos e bizarros costumes advêm do isolamento acentuado do planalto mirandês. Mesmo assim, considera que existe uma interpenetração entre as populações de ambos os lados da fronteira, especialmente na região de Chaves-Verín devido à maior facilidade de comunicações, com a presença de espanhóis nas feiras e mercados portugueses e um movimento migratório sazonal dos portugueses que se deslocam para os trabalhos agrícolas nos planaltos castelhano-leoneses. Esta constatação é corroborada também por Amorim Girão que refere a sua existência ao longo de toda a vasta área fronteiriça: “Importa acrescentar ainda a estas influências raciais uma outra que pode verificar-se ao longo da nossa fronteira Este, particularmente nas zonas onde é maior o intercâmbio entre as populações dos dois países vizinhos, pois temos de reconhecer que a influência espanhola é por vezes bem sensível no tipo fisionómico, na fala, nas danças e nos cantares das nossas populações raianas como de maneira muito especial sucede nas Terras de Miranda, na Beira Baixa e no Alto Alentejo.”⁶¹⁸

Todos os autores que escreveram sobre esta temática na década de 1920, são unânimes em mencionar que parte do intercâmbio económico, nomeadamente o incremento do contrabando e a compra de propriedades nas áreas raianas por parte dos espanhóis é devido à valorização da peseta face ao escudo na conjuntura político-económica do pós-Primeira Guerra Mundial. Nesse contexto, Mendes Corrêa corroborado por Magalhães Basto através da análise de um inquérito socioeconómico e etno-demográfico efectuado junto das populações raianas, chegaram à conclusão que apesar da relativa homogeneidade do índice cefálico existem algumas diferenças somáticas relativamente acentuadas entre as populações de ambos os lados da fronteira, como tentam comprovar através do seguinte exemplo: “(...) na fronteira do Minho, do lado de Espanha, as crianças têm em geral cabelos loiros, e os traços fisionómicos das mulheres por via de regra, são mais regulares que os dos homens. São muito semelhantes os tipos físicos das duas populações. O mesmo se pode dizer de toda a zona da fronteira-norte de Portugal.”⁶¹⁹

⁶¹⁷ *Idem*, 1933, p. 254.

⁶¹⁸ A.Girão, 1941-c, p. 238.

⁶¹⁹ A.Basto, 1923, p. 14.

Relativamente às minorias étnicas, todos os autores anteriormente considerados, como sejam Leite de Vasconcelos, Mendes Corrêa e ainda que superficialmente Amorim Girão, referem a importância da miscigenação em termos históricos, mencionando as consequências em termos político-culturais do moçarabismo: “Antes ainda dos Germanos aparecem-nos os Judeus; e o fim da dominação daqueles termina com a vinda dos Árabes. Este último acontecimento promoveu a formação de uma sociedade nova no nosso povo, separada dêle: a dos Moçarabes.”⁶²⁰

Se não mostram animosidade face aos cruzamentos étnicos resultantes do facto do Ocidente Peninsular desde sempre ter sido uma finisterra de passagem, o mesmo não se pode dizer sobre as minorias étnicas existentes nestes primeiros decénios do século XX, como os cripto-judeus e sobretudo os ciganos, que são tratados com aversão quando não com um certo desprezo. Neste sentido, refere Mendes Corrêa que os ciganos são pouco engenhosos, ladrões e não gostam de trabalhar, quanto aos judeus: “(...) define-os, acima de tudo, a especial psicologia.”⁶²¹ Enquanto Amorim Girão refere que os cripto-judeus ainda existentes estão votadas ao ostracismo, como seja o caso das comunidades localizadas em Belmonte, Celorico da Beira ou Penamacor, ou de outras minorias, que designa por «elemento mourisco» no concelho de Estremoz ou de Serpa. Sobre a influência dos cripto-judeus no Nordeste transmontano, Vergílio Taborda acentua a sua importância no desenvolvimento da actividade comercial entre os séculos XVI e XIX, influenciando indirectamente o contrabando (sedas e tecidos) que ainda nos anos trinta do século passado se fazia entre o Nordeste Transmontano e as vizinhas Galiza e Leão.

Ambos os autores beirões, Mendes Corrêa e Amorim Girão, mencionam a importância da imigração galega para Portugal, embora sem a terem em grande consideração, o mesmo já não se pode dizer das minorias de estrangeiros (ingleses, alemães e franceses) radicados nas principais cidades - por conseguinte longe da fronteira terrestre - que se dedicavam a actividades cimeiras na indústria ou no comércio e cuja importância económico-financieira os tornava credores de estatuto social. Apenas o geógrafo da Universidade de Coimbra se refere aos judeus face ao contexto internacional, da imigração: “(...) por causas religiosas e políticas, como se tem verificado ultimamente.”⁶²²

Nas regiões fronteiriças, assinala Amorim Girão casos pontuais de populações que ainda se distinguem pelas suas características étnicas derivadas do seu isolamento, mas desde que este terminou não tanto pela implementação dos contactos com o litoral mas antes pela permeabilidade do

⁶²⁰ J.Vasconcelos, 2007, pp. 16-17.

⁶²¹ A.Corrêa, 1938, p. 68.

⁶²² A.Girão, 1941-c, p. 292.

território raiano, faixa em que se nota: “(...) maior o intercâmbio entre as populações dos dois países vizinhos, pois temos de reconhecer que a influência espanhola é por vezes bem sensível no tipo fisionómico, na fala, nas danças e nos cantares das nossas populações raianas, como de uma maneira muito especial sucede nas Terras de Miranda, na Beira Baixa e no Alto Alentejo.”⁶²³

Nessas primeiras décadas do século XX, considerava-se como um poderoso elemento identificativo nacional face aos vizinhos peninsulares a utilização da língua portuguesa que se pretendia fazer coincidir na sua quase generalidade com os limites fronteiriços, sendo mais uma consequência do que uma causa da individualidade histórico-política. Neste sentido, afirmava-se que a língua portuguesa só se terá individualizado totalmente das restantes línguas peninsulares, em especial da «lenga galega» progressivamente após a divisão política entre Portugal e Castela-Leão, como referia Mendes Corrêa: “Da sobreposição quási perfeita da carta linguística com a carta política ainda pode dizer-se que resulta da acção já multiseccular da nossa independência nacional sôbre a nossa evolução glossológica.”⁶²⁴

Opinião idêntica é expressa pelo etno-antropólogo J. Leite de Vasconcelos, que acrescenta um elemento novo, ao preconizar que essa individualidade da língua portuguesa se foi afirmando em simultâneo com a autonomia política *versus* afirmação da nacionalidade e consequente delimitação das fronteiras, de que terá resultado uma crescente rivalidade que nos alvares da nacionalidade opunha portugueses e galegos. Além deste factor primordial para a individualização de Portugal, existiriam outros condicionalismos que também são mencionados por diversos autores, como sejam as características étnicas, a expansão para Sul e a unidade face ao perigo islâmico a par da influência dos contactos marítimos com estrangeiros: “Tal consciência de solidariedade, desenvolvida de local em nacional, à proporção que o território se alargava e definia, e expressa por um idioma que a princípio era comum às terras das duas margens do rio Minho, o galaico-portugalense, e após adquiriu independência brilhantíssima, o português, tinha a apoiá-la bom número de elementos (...) e muitos d'elles ascendiam a eras antiquíssimas”⁶²⁵

Esses elementos, segundo o geógrafo L. Echeverría seriam de ordem geopolítica, a língua portuguesa autonomizou-se face ao galego e à crescente influência do castelhano: “Del gallego se ha derivado el portugués, que ha adquirido luego más importancia por ser el idioma oficial de una nación.”⁶²⁶ O próprio castelhano acabou por subalternizar todas as outras línguas faladas em Espanha menos o catalão (devido à sua pujança cultural e possivelmente ao desenvolvimento económico da

⁶²³ *Ibidem*, p. 238.

⁶²⁴ A.Corrêa, 1938, p. 65.

⁶²⁵ J.Vasconcelos, 1933, p. 9.

⁶²⁶ L.Echeverría, 1928, p. 129.

Catalunha), porque teve uma importância política significativa como um dos factores que mais contribuíram para a unidade da Nação.

As diferenças entre o traçado da fronteira e a prática da língua portuguesa só apresentariam excepções em casos pontuais da Galiza e na utilização de um dialecto resultante da mistura do português com o castelhano e o asturo-leonês na região Salamantina da serra da Gata, em que Mendes Corrêa, em consonância com Bosch-Gimpera quiseram ver mais do que simples coincidência, considerando que tal facto seria resultante da expansão da civilização megalítica portuguesa: “Talvez a Galiza possa considerar-se também abrangida na região cultural portuguesa, bem como Salamanca.”⁶²⁷ Enquanto Leite de Vasconcelos menciona a importância transfronteiriça do português falado muito para Este da actual divisão político-administrativa, na região de Xalma (Cáceres), porquanto: (...) “muito modificado pelos falares da Estremadura hespanhola.”⁶²⁸

Também se exceptuam os casos pontuais da utilização de dialectos resultantes da situação de isolamento geográfico de certas áreas do território nacional. Ao invés, poderiam ser derivados do prolongamento do território nacional em cunha pelo país vizinho, de que resultou uma influência recíproca que se exprimiu noutros falares transfronteiriços: “Apesar de possuímos na nossa língua um poderoso elemento de unidade nacional, nem por isso deixaremos de reconhecer a existência de dialectos especiais, que a diversidade das condições geográficas mais que tudo pode explicar.”⁶²⁹

Assim enquanto para Amorim Girão, dialectos como o riodonorês, o quadramilês e o mirandês (fala churra) são dialectos de nítida influência leonesa, para Vergílio Taborda, bem como para um dos geógrafos espanhóis mais nacionalistas, L. M. Echeverría, o mirandês é essencialmente um dialecto proveniente do leonês, enquanto para J. Leite de Vasconcelos seria antes um co-dialecto português, um idioma secundário entre o português e o asturiano-leonês. Opinião diversa apresenta Ménéndez-Pidal para quem o mirandês seria um dialecto autóctone apenas de nítida influência leonesa.

Seja como for, ambas as teorias ressaltam o isolamento de regiões fronteiriças motivadas pelo relevo acentuado face ao restante território nacional, que ditou uma determinante influência por parte das populações galaico-leonesas devido à maior facilidade de comunicações que naturalmente propiciaram que a actividade comercial sempre se desenvolvesse mais com aquelas províncias de Espanha do que com o restante território continental.

Também há que ter em consideração os factores históricos, resultantes da colonização dessas áreas de fronteira por parte de populações oriundas da Galiza e de Leão, devido à escassez de gente

⁶²⁷ A.Corrêa, 1924-a, p. 194.

⁶²⁸ J.Vasconcelos, 1936, p. 248.

⁶²⁹ A.Girão, 1941-c, p. 242.

portuguesa, bem como a influência dos mosteiros vizinhos possuidores de bens em toda a região transfronteiriça, como acentua Leite de Vasconcelos: “Pelo meu lado acrescento que em 1211 doou D. Sancho I de Portugal ao mosteiro de Moreirola, em Çamora, o reguengo de Ifanes, com Constantim, em terra de Miranda.”⁶³⁰ Acrescentando posteriormente que: “(...) além de que possuíam nos sécs XIII-XV muitas propriedades e direitos em Terras de Bragança e Miranda.”⁶³¹ Afora outros casos pontuais como constam das Inquirições de D. Afonso III de 1258 e documentos diversos desse mesmo século que registam: “Moimenta (hoje do concelho de Vinhais) pertencia aos freires de Uclès, que não obedeciam ao rei de Portugal (...) a sé de Toy ou Tuy e o mosteiro de Lovio pagavam foros ao rei de Portugal; e que próximo do tempo presente, ainda em 1881-1882, as duas paróquias de S.Pedro de Tourém (Montalegre) e de Santa Maria de Lama d’Arcos (Chaves) estavam incluídas na diocese de Ourense, passando então para a de Braga.”⁶³²

Também o mesmo investigador beirão diferencia o dialecto barranquenho do português, mas diferentemente dos exemplos anteriores, considera-o apenas resultante da peculiar situação geográfica do concelho de Barrancos, em que a influência do castelhano e da variante local, o extremenho, sobre a língua portuguesa, teria dado origem a um linguajar próprio, como refere Leite de Vasconcelos: “(...) o barranquenho, ou falar de Barrancos, muito eivado de hespanhol.”⁶³³

6.3- As relações centro-periferia

A Geopolítica, como ciência relacionada com os aspectos sociais, políticos e históricos num contexto espacial, faz uso de uma cartografia temática para representar os diversos fenómenos em análise; tendo uma metodologia específica que assenta fundamentalmente na análise de variáveis sociopolíticas e na formulação de teorias que pretendem ter uma aplicação essencialmente prática. No seu campo de análise englobam-se fenómenos como a delimitação fronteiriça, a formação e estrutura interna do Estado e da Nação, através das suas componentes ideológicas, políticas, étnicas, sociais, religiosas e culturais.

Poderemos então afirmar que a influência dos aspectos culturais é determinante no objecto de estudo da Geopolítica: o conceito de Estado-Nação, soberania e fronteira, não estão dependentes apenas dos conceitos teóricos que fomos adquirindo, mas da prática resultante da sua implementação.

⁶³⁰ J.Vasconcelos, 1920, p. 1291.

⁶³¹ *Idem*, 1936, p. 237.

⁶³² *Ibidem*, p. 237.

⁶³³ *Ibidem*, p. 248.

O exemplo mais evidente ressalta do traçado das fronteiras que não obedecem apenas às contingências histórico-geográficas ou às características naturais mas também à própria concepção socioeconómica político-ideológica e cultural que os governantes (o Estado) e a sociedade em geral (a Nação) têm das relações internacionais entre países vizinhos. Por conseguinte, será esta uma classificação normativa daqueles conceitos porque dependente da conceptualização teórica que a sociedade e os poderes político-administrativos dela fazem num determinado momento (contexto histórico) e lugar (território onde o Estado exerce a sua soberania).

Numa área tão vasta e sujeita a tantos contrastes naturais e humanos como é a Península Ibérica, que a maioria dos geógrafos denomina pela sua diversidade de «continente em miniatura» diversas relações centro-periferia podem ser estabelecidas consoante o conceito subjacente a cada uma delas. Pela nossa parte, cingimo-nos às relações socioeconómicas e políticas que são aquelas que determinam as relações de Poder e por conseguinte, a apropriação do espaço em termos geopolíticos, originando Estados e Nações; nacionalismos e centralismos, resultantes da actuação de forças centrípetas ou centrífugas que por sua vez condicionam a delimitação das fronteiras internas e externas entre entidades políticas distintas.

No período que se reporta às primeiras décadas do século XX e coincidindo com o reavivar das nacionalidades em Espanha, um dos aspectos mais significativos do programa a que se propôs a «geração de 98» era individualizar os aspectos etnográficos como expressão genuína da «alma popular», e por conseguinte ser um motivo do orgulho nacionalista, como diria L. Echeverría: “El conocimiento de todo esto es necesario para penetrar en el alma del pueblo español, y a su consideración uno de los factores más importantes para determinar con exactitud la verdadera región geográfica.”⁶³⁴

Em termos históricos, é a civilização dolménica, que se estende entre o Neolítico e a Idade do Bronze, aquela em que o espaço do que viria a ser o território português sobressai no conjunto da Península Ibérica, assim como outras áreas como o Levante, a Catalunha, a Andaluzia e a Galiza, que geograficamente periféricas, são na realidade o local central de intercâmbio peninsular com outros povos norte-africanos ou da Europa Ocidental, enquanto os planaltos centrais muito mais isolados, são de facto as áreas periféricas em termos civilizacionais.

Se o domínio romano integra o Centro-Sul da Península Ibérica numa economia mediterrânea e na civilização latina, menos claro é que essa permanência tenha existido em termos económicos e linguísticos durante o domínio Suevo e Visigótico. Paradoxalmente, foram os árabes (*lato sensu*) a

⁶³⁴ L.Echeverría,1928, p. 124.

(re)integrar o Al-Andaluz no contexto político e económico do Mediterrâneo, verdadeira essência e designio ibéricos. A Reconquista Cristã, se em termos geoestratégicos e em parte geoeconómicos, internacionalizou o Norte e o Centro da Península Ibérica, diferenciou irreparavelmente a nível etno-cultural e linguístico o Sul do Norte, pese embora o elemento integrador e aglutinador que constituiu a presença de moçárabes e dos mudejares. Essa dicotomia ainda mais se acentuou resultante da diferenciação entre o litoral, mais cosmopolita e com uma economia mais próspera onde se produziam ou era porta de saída dos produtos agro-silvícolas que ao estrangeiro pudessem interessar e que na realidade financiaram a Reconquista Cristã, sendo por isso o verdadeiro núcleo peninsular, em detrimento dos planaltos do interior, mais pobres e isolados.

Curiosamente, os portugueses e os próprios espanhóis, dos finais do século XIX e inícios do século XX, insistem em considerar essas áreas como planaltos áridos e despovoados, como a confirmar a teoria ratzeliana de surgimento dos Estados em áreas relativamente desfavorecidas e talvez por isso mesmo, mais tradicionalistas e conservadoras originando o Estado de Castela-Leão, autoritário e centralizador em termos económicos mas periférico em termos políticos. O verdadeiro drama da Península Ibérica foi, quanto a nós, o facto do núcleo central nunca ter coincido com as áreas mais dinâmicas a nível económico-social, este papel coube sempre às periferias geográficas que mercê dos contactos com povos estrangeiros a par de estarem dotadas de maiores recursos naturais, sempre se mostraram mais progressivas do que as áreas planálticas do interior. Este facto, impedindo a formação de um verdadeiro Estado forte que unificasse toda a Península Ibérica num ideal comum - excepto nos anos do reinado de Filipe II e Filipe III de Espanha - conduziram a uma permanente instabilidade política de um Estado que nunca se conseguiu afirmar como Nação, muito menos agrupar em torno de si as diferentes nacionalidades ibéricas.

Apenas o caso português é singular, porque a independência política que implica a manutenção da soberania do Estado e respectiva estabilidade *versus* inviolabilidade das fronteiras, só se tornou possível porque desde sempre foi, como diria Mendes Corrêa, um «axioma nacional» (1938) ou seja, foi uma causa comum, sentida por toda a população, afirmando assim o sentido de nacionalidade traduzido na formação da Nação enquanto entidade geopolítica.

O conceito de Nação é resultante da homogeneidade étnica, cultural e histórica de uma população existente num determinado território sobre o qual exerce a sua soberania. Esse facto é que concede identidade a uma população, a qual através de determinados valores expressa-o sob uma forma político-ideológica que se denomina de nacionalismo. As características dos nacionalismos dependem do regime político em vigor e do contexto cultural e histórico-ideológico em que aparecem. A

identidade político-cultural de um Estado-Nação está dependente em muito da coesão da sua soberania sobre um dado território, e como é resultante da actuação de forças centrípetas, não é imutável, porque no decorrer de períodos histórico-geográficos, mensuráveis em termos de tempo-espaço, são diversas as transformações existentes devido a progressos tecnológico-científicos e a factos históricos importantes que fazem mudar os valores e as atitudes de uma Nação e quantas vezes os regimes políticos do Estado.

Por isso mesmo, a fundamentação do discurso nacionalista português inicia-se muito antes da instauração de um regime ditatorial, data ainda da Monarquia Constitucional com a fundação da Sociedade 1º de Dezembro como contraponto ao iberismo e vai-se prolongar pela 1ª República, atingindo o seu clímax no Estado Novo, ao qual sobrevive no imaginário popular mesmo para além da vigência do regime salazarista, apoiando-se na diferenciação artificial e artificiosa entre ambos os Estados ibéricos e numa pretensa antinomia entre ambas as Nações: “A função da fronteira como elemento simbólico serviu para moldar um nacionalismo identitário que no caso português, foi impregnado por uma radical significação anti-espanhola, em que a linha de partição imaginária se transformou em separação real.”⁶³⁵

Este relacionamento entre o Centro e a Periferia, segundo Richard Hartshorne (1936), baseia-se na existência dentro de um mesmo Estado de forças contrárias: as ideologias nacionalistas são forças centrípetas que levam à consolidação do Estado e à coesão da Nação, enquanto se exercem forças centrífugas que conduzem à diferenciação religiosa, cultural, étnica e social na área geográfica em que o Estado exerce a sua autoridade. Estas últimas forças de pressão podem conduzir a uma individualização acentuada de determinadas áreas territoriais dentro de um País que podem ser forçadas a declarar a sua independência, como sucedeu com a autonomização de Portugal em face dos poderosos reinos vizinhos de Castela-Leão: terá sido preciso mais do que a vontade da força das armas dos «barões audazes», como queriam Oliveira Martins, Damião Peres e Amorim Girão para assistir ao nascimento do Estado português, que teve como principal factor de autonomização face a Castela-Leão a formação de uma precoce nacionalidade, como afirmam Mendes Corrêa, J.Boléo e Luís Schwalbach entre outros.

Num contexto histórico, a importância das ordens religiosas, entendidas como classes sociais, e não como agentes individuais - só possíveis nos terratenentes ou nos dignatários religiosos - são quanto a nós, entidades colectivas, as mais das vezes agrupadas nos municípios que lutam pelo Poder

⁶³⁵ H.Cairo Carou; P.Godinho e X.Pereiro Peérez, 2009, p.15.

a nível local ou regional, raramente nacional (este último só terá expressividade após Aljurrabota quando passa a existir a consciência colectiva de identificação da nacionalidade com um determinado território delimitado por fronteiras). Aquelas agem em desafio ou segundo a conviência com a estrutura do Estado, personificada desde a Dinastia Afonsina e sobretudo Joanina na autoridade real, interessada em cercear os potentados semi-feudais da autoridade da nobreza ou das ordens religiosas que se reforçavam com a expansão do espaço territorial durante a Reconquista Cristã e respectiva consolidação *versus* demarcação das fronteiras com os estado(s) vizinho(s) de Castela-Leão.

A crescente preponderância castelhano-leonesa no contexto peninsular, teve como corolário a consequente marginalização dos Estados periféricos até desaparecerem, como sucedeu primeiramente com a Galiza, seguindo-se Aragão e Navarra e até certo ponto a Catalunha, que contudo conseguiu sempre manter uma certa individualidade cultural quando não política devido à sua proximidade de França e às relações culturais e económicas que detinha com aquele país.

O facto que pode ser considerado uma verdadeira *Koinonia* política, é resultante da própria progressão da Reconquista Cristã mais acentuadamente a partir do início do século XIII, ter conduzido à inflexão do seu teatro de operações para Leste e para Sul. Este aspecto, se por um lado teve o condão de afastar a ameaça muçulmana dos então centros nevrálgicos do núcleo peninsular - no sentido de áreas decisórias em termos político económicos - em simultâneo conduziu também a uma progressiva marginalização geoestratégica com a consequente perda de protagonismo político e económico do Reino Asturo-Leonés que acabou por ser incorporado por Fernando III no Reino de Castela-Leão, então em progressiva expansão e ansioso por poder demonstrar, como aliás veio a suceder, o seu protagonismo na Península ibérica.

A única saída para a manutenção de Portugal enquanto Estado independente, era passar de uma «monarquia agrária» (segundo a definição de Lúcio de Azevedo) a uma «monarquia marítima» (como referia António Sérgio) que lhe permitiria afirmar-se pela sua importância geoconómica como um novo centro de Poder capaz de contrabalançar o seu vizinho ibérico. Nesse contexto, a hipótese mais viável era ir ao encontro do largo Oceano - iniciada ainda antes da expansão de Quatrocentos e Quinhentos - que constituiu uma poderosa força centrífuga de projecção *versus* autonomia nacional, mas também a constituição, ainda que por breve período de tempo, de uma hegemonia económica portuguesa na Península Ibérica. Efectivamente, Portugal pode passar a ser considerado durante um curto período de tempo (nas últimas décadas de Quatrocentos) um novo núcleo central em competição directa com a recém-constituída Espanha.

Ambos os países, ou mais correctamente, Portugal, Castela-Leão, Aragão, a Galiza e de um modo diferenciado a Catalunha, pese embora os seus antagonismos internos, vão frequentemente gizar estratégias comuns coroadas de êxito de fustigação e conquista de terras aos muçulmanos permitiram que no início de Quatrocentos a derrota do Islão na Península Ibérica fosse uma realidade irreversível. Posteriormente, foram os povos ibéricos a levarem a guerra até ao Islão, através da política de ocupação militar de praças fortes do litoral marroquino, transpondo a fronteira militar ibérica para limites mais meridionais do que a sua fronteira natural, episódio de que S. Huntington traça uma breve mas interessante análise, de teor mackinderiano: “No entanto, no século XV a maré começou a mudar. Os cristãos foram, gradualmente, reconquistando a Península Ibérica, tendo completado essa tarefa em 1492, com a conquista de Granada. Ao mesmo tempo as inovações europeias no domínio da navegação oceânica permitiram aos Portugueses, e depois a outros, contornar o *heartland* muçulmano e penetrar no Oceano Índico e mais além.”⁶³⁶

A esta diferenciação peninsular em termos espaciais, económicos e políticos, pode aplicar-se a teorização geopolítica de Wallenstein que estrutura o espaço em termos das relações existentes entre o centro, a semi-periferia e a periferia, paradigma que é desenvolvido por Peter Taylor ao teorizar sobre as consequências sociais e políticas que daí advém para a bacia do Mediterrâneo.⁶³⁷ Ao contrário da Geopolítica clássica em que as relações entre Estados são estabelecidas a nível internacional sem considerar outras características que não os factores políticos, os geógrafos Peter Taylor (1980) e H. Short (1982) preconizam que a análise política das relações centro-periferia devem ser estabelecidas a nível (intra)nacional. Significa que se inicialmente o privilégio é concedido à relação ideológico-política entre o Estado e a Nação, esta constitui o núcleo decisório e ao mesmo tempo é mediadora de conflitos entre os órgãos de Poder locais e internacionais. O nível de análise local baseia-se essencialmente no factor da experiência dos órgãos municipais e autárquicos, enquanto os fenómenos a nível internacional só podem ser apreendidos e analisados através da realidade concreta, sem conceder muito crédito aos modelos teóricos que a Geopolítica até agora produziu, de que os supracitados autores anglo-saxónicos se mostram aliás muito críticos.

Refira-se que para Peter Taylor, esta concepção da Geopolítica baseada em aspectos político-económicos não é de modo algum estática. Pelo contrário, reconhece que o protagonismo dos países depende da conjuntura internacional, podendo ascender de uma relação de dependência a uma de dominação ou vice-versa. Denota que países hoje em dia de primeiro plano no contexto mundial,

⁶³⁶ S.Huntington, 2001, p. 245.

⁶³⁷ “Les idées de Braudel et de Wallenstein trouvent rapidement un écho chez les géographes. Leur succès est vif dans le monde anglo-saxon. Peter J. Taylor les mets par exemple en oeuvre dans l'ouvrage qu'il consacre à la géographie politique (Taylor 1985). Le travail ne part pas de l'analyse de l'État, de ses attributs et de son rôle. Il s'oeuvre par une présentation globale de l'économie-monde actuelle.” P.Claval, 1994, p.162.

poderão ter tido outrora há dezenas ou centenas de anos atrás, um papel apagado como aconteceu com os EUA ou o Japão, que por motivos diversos iniciaram uma ascensão rápida. A situação inversa ocorreu em países como Portugal, a Coreia, o Camboja ou a Áustria que de uma situação de domínio entraram num declínio que pode ou não ser reversível.

A posição geográfica de Portugal bem assim como a sua relativa falta de recursos humanos e económicos conduziram-no à progressiva marginalização a partir de Quinhentos, face ao surgimento de outros centros decisórios europeus como a Espanha e posteriormente a França, a Holanda e a Inglaterra. A comprová-lo, a teoria apresentada por G. Modelski (1987) ao considerar que as potências têm ciclos de domínio político-económico de um determinado espaço geográfico, durante aproximadamente cem anos, após o que entram em decadência. Em termos práticos, enuncia os países dominantes nas últimas centúrias: Portugal no século XV, a Espanha no século XVI, a Holanda no século XVII, a Inglaterra no século XVIII-XIX e os EUA no século XX. Aperfeiçoando esta concepção, I. Wallenstein (1990) refere que os ciclos de dominação são em termos cronológicos mais curtos, aproximadamente de trinta anos, após o que eclodiria um conflito e o domínio político-económico passaria para outra potência, muito embora os ciclos de dominação se pudessem repetir.

Contudo, existiriam uma série de pré-requisitos necessários ao controlo do Poder, que podemos considerar como condicionalismos conducentes à hegemonia: domínio da tecnologia mais avançada para a época, em que o país teria de ser detentor de meios de produção correspondentes que lhe permitissem o desenvolvimento de uma actividade comercial assaz intensa, cuja solidez assentaria no domínio do sistema bancário mundial. Essa actividade mercantil só seria possível se o país em causa dominasse as rotas marítimas o que implicava um poderio militar sem rival e uma actividade diplomática que permitisse a subordinação dos outros países.

No caso português, esses condicionalismos não se verificaram para o domínio do mercado mundial (*lato sensu*), pois seria necessário possuir um ascendente político-económico sobre os outros Estados que adviria não só da posição geográfica mas essencialmente da capacidade de competitividade a nível internacional. Esses requisitos não se obtêm facilmente, é um processo lento, em que os diversos países passam por estádios de evolução que se iniciam com a ascensão, seguindo-se a hegemonia, a sua maturidade e por fim, um declínio a favor de outros. Evidentemente que quando um país detém a hegemonia passa a ser o núcleo do poder político-económico, este no entanto não dura indefinidamente e pode passar por condicionalismos diversos até ser exercido por outras soberanias mais periféricas.

Para o nosso País, os recursos económicos obtidos com os «fumos da Índia» e posteriormente com o Brasil ou com a ilusão do Império Colonial Africano, mais não fizeram do que colocar Portugal numa dependência política e económica face a outros países europeus que não a Espanha, com destaque para a Inglaterra que ao longo do século XIX e das primeiras décadas do século XX, num período histórico que se prolonga desde a Monarquia Constitucional passando pela Primeira República e até pelo menos durante os primeiros anos do Estado Novo, vai adquirindo uma posição hegemónica na estrutura económica nacional e colonial. Por isso V. Lénine afirma acertadamente que Portugal é uma colónia inglesa com veleidades de país independente, mas só na medida em que isso sirva os próprios interesses ingleses no contexto pan-europeu, permitindo-se até manter uma ingerência discreta mas determinante nos assuntos políticos nacionais, independentemente do regime político vigente.

Como se evidencia, não é por acaso que no período histórico referenciado tanto os militares (Moniz Barreto, Botelho Moniz e Santos Costa), como os políticos ou os intelectuais (Oliveira Martins, Antero de Quental, António Sardinha, Pequito Rebelo, Ezequiel de Campos, Mendes Corrêa, entre outros) preconizam uma aliança político-militar e económica com a Espanha, única forma de aliviar a pressão inglesa, o que só sucedeu conjunturalmente no contexto político do início da Segunda Guerra Mundial (1939/42).

Os últimos anos da década de 1930 marcam o apogeu dos estudos sobre a individualidade de Portugal e a delimitação da fronteira ibérica, por parte de geógrafos como Oliveira Boléo, Amorim Girão, Mendes Corrêa e até numa perspectiva diferenciada, Orlando Ribeiro que dando sequência às suas inquietações sobre o assunto, publica no final da década um pequeno trabalho em que versa a temática em questão: “No «Preâmbulo» de A Formação...faz o autor remontar o seu interesse a 1930 (...). Mas será só quase uma década depois, e sendo já leitor na Sorbonne (...) tomará posição pública sobre o tema, ao proferir, em Bruxelas, uma conferência intitulada «La Formation du Portugal».Corria o ano de 1939 e na Europa, face aos acontecimentos político–militares que começavam a suceder-se, os geógrafos tomavam também els posições.”⁶³⁸

A partir da Segunda Guerra Mundial, todas as temáticas subjacentes à Geopolítica e mesmo à Geografia Política passam a ser, durante duas largas dezenas de anos, um anátema para a maioria dos geógrafos europeus, dos quais a comunidade científica portuguesa não é excepção. Consequentemente, todos os assuntos que versam a individualização histórica de Portugal, a formação

⁶³⁸ J.Garcia, 2001, p. 268.

versus delimitação da sua fronteira, passam a ser analisados numa perspectiva exclusivamente histórica.

Contudo, um dos geógrafos portugueses, que metódica e silenciosamente resistia à corrente dominante e perspectivava numa vertente geográfica a que não faltava uma leitura histórica, a individualidade portuguesa face ao vizinho ibérico, era Orlando Ribeiro que numa obra a todos os títulos marcante, *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico* (1945) vai expor as suas ideias sobre a a formação de Portugal, e o que é talvez mais significativo, interpretar esse facto transpondo-o para a existência do nosso País enquanto entidade política na Europa do final do mencionado conflito mundial.

6.4- Uma nova conceptualização da Geografia

A partir da Segunda Guerra Mundial, todas as temáticas subjacentes à Geopolítica e mesmo à Geografia Política passam a ser, durante duas largas dezenas de anos, um anátema para a maioria dos geógrafos europeus, dos quais a comunidade científica portuguesa não é excepção. Consequentemente, todos os assuntos que versam a individualização histórica de Portugal, a formação *versus* delimitação da sua fronteira, passam a ser analisados numa perspectiva exclusivamente histórica por historiadores... ou por militares.

Um dos geógrafos portugueses, que metódica e silenciosamente resistia à corrente dominante e perspectivava numa vertente geográfica a que não faltava uma leitura histórica, a individualidade portuguesa face ao vizinho ibérico era Orlando Ribeiro, que numa obra a todos os títulos marcante, *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico* (1945) vai expor as suas ideias sobre a formação de Portugal, e o que é talvez mais significativo, interpretar esse facto transpondo-o para a existência do nosso País enquanto entidade política na Europa do final do mencionado conflito mundial.

Nessa obra estão bem patentes algumas influências de H. Lautensach, na individualização da fronteira luso-espanhola baseada em aspectos naturais, aos quais O. Ribeiro acrescenta algo novo que é a originalidade da sua cultura e tradições da população raiana: “Assim, dentro do quadro bem definido de uma fronteira precoce, no interior de uma área diversa pela natureza mas unida pelo nexó de antiga tradição cultural (...) Graças à raia que não raro se apoia em acidentes naturais e, correndo em larga extensão ao longo dos rios e ribeiros, se aproveita dos seus entalhes profundos para

demarcar, na identidade das regiões, uma divisória dos povos: raia tão bem definida que o limite do falar português, com poucas excepções, coincide com ela.”⁶³⁹

A conceptualização *versus* teorização da Geografia Ibérica aprofunda-se com os trabalhos desenvolvidos por Orlando Ribeiro e Manuel Terán sobre a Península Ibérica, na obra *Geografía de España y Portugal* (1955) combinando de um modo harmonioso elementos da Geografia regionalista francesa, que essencialmente atlântica pela sua posição e possibilista na sua concepção, evolui para uma originalidade que conjuga o possibilismo regionalista sem descurar a componente natural num ambiente que também é francamente mediterrâneo, ganhando uma nova dimensão que resulta de uma mais profunda compreensão da ligação existente entre a Terra e o Homem. Esta última é no caso português, especialmente vincada na existência de uma nacionalidade que se fixou num território delimitado por uma fronteira quase rectilínea que não sofre grandes alterações desde há longos séculos: “A fronteira portuguesa, fixada nas suas linhas gerais quando terminou a Reconquista, é o mais antigo limite político da Europa, perdurando há sete séculos com essa função. Regular no traçado, grosseiramente paralela à linha de costa, desdenha com esta um rectângulo alongado no sentido do meridiano, que constitui uma das figuras de Estado mais harmoniosa e mais simples».”⁶⁴⁰

Poderemos interrogarmo-nos se a Geografia Política estaria de todo excluída do novo esquema conceptual da Geografia, mas a resposta só pode ser negativa, se entendermos aquela *lato sensu* como a institucionalização dos mecanismos e das actividades governativas capazes de organizar uma determinada cultura civilizacional. O conceito de Nação para Orlando Ribeiro resulta de um conjunto de factores culturais e sociais que identificam e unem um grupo de indivíduos entre si num determinado contexto espacial que é o território que habitam, o que segundo a óptica de C. Vallux e J. Brunhes se efectua ao longo de uma determinada cronologia, ou seja, é todo um processo complexo e dependente dos acontecimentos históricos: “Algunos caracteres del territorio aparecen, desde muy temprano, indisolublemente ligados a la evolución humana. El ambiente ayuda a modelar ciertas formas de civilización; es más o menos receptivo en relación con otras. La herencia cultural de los pueblos que pasaron o permanecieron, no se ha conservado en todas partes de la misma manera.”⁶⁴¹

Porém, afasta-se decididamente da concepção ratzeliana ao considerar que o território, e a sua estrutura governativa que é o Estado, no qual se forja a entidade nacional, já não é apenas um simples dom da Natureza mas sim a porção de espaço a que o Homem imprime a sua marca em função das suas próprias tradições etnoculturais cimentadas e particularizadas ao longo do tempo, em suma

⁶³⁹ O.Ribeiro, 1986-c, p.138.

⁶⁴⁰ J.Garcia, 2001, p. 268.

⁶⁴¹ O.Ribeiro, 1955, p. 67

aquilo que O. Ribeiro denomina de Civilização. Neste sentido, a peculiar localização geográfica do nosso País imprimiu um cunho característico à paisagem a qual por sua vez interagiu com a multitude de populações fixadas no rectângulo ocidental ibérico: “Dispuesto de través en la zona mediterránea, extremidad de una faja de tierras resacas que olean las primeras brumas atlánticas, finisterre aislado de un continente donde florecen viejas civilizaciones a la par que punto de partida de los descubridores de las grandes rutas marítimas, en él se establecieron contactos naturales y relaciones humanas que modelaron la originalidad del territorio y los destinos del pueblo”⁶⁴²

Segundo O. Ribeiro, o território português apresenta-se como uma das mais antigas e coesas Nações da Europa precisamente pela existência precoce desses condicionalismos naturais, uma vez que se destaca a individualidade do litoral atlântico ocidental (Beira Litoral e Estremadura) face ao país vizinho. Também entram em linha de conta factores políticos, como seja a fixação das fronteiras durante e após a Reconquista Cristã, seguida da consciencialização de uma identidade comum baseada na língua e nas características culturais - que se foram expandindo lentamente de Norte para Sul - no fundo em sentido mais abrangente, nos «modos de vida» que deram origem a uma cultura própria, que se assume os seus particularismos no conjunto peninsular, não rejeita uma inegável influência galaico-castelhano-leonesa que originou também profundas semelhanças e laços com os outros povos ibéricos.

Respigámos aquelas conceitos que na geografia orlandiana nos pareceram mais consentâneos com a problemática da individualização do território português e a delimitação da respectiva fronteira face ao vizinho ibérico:

a) Não se pode falar em unidade nem em completa individualidade de Portugal no contexto peninsular, ou seja em termos naturais (clima, morfologia e hidrografia) as diversas regiões portuguesas são a continuação transfronteiriça de Espanha: o Alentejo é o prolongamento da Extremadura; assim como o Algarve é o prolongamento da Andaluzia e o Minho da Galiza. Particularmente neste último caso, Orlando Ribeiro é um geógrafo pioneiro - muito embora Alberto Sampaio já o tivesse pressentido - ao referir que essa semelhança entre as regiões não é só de ordem morfológica ou etnolinguística mas também do género de vida rural. Contudo, para O. Ribeiro, também se denota uma individualidade das unidades paisagísticas portuguesas em regiões de transição como o Ribatejo, a Beira Litoral ou a Estremadura.

⁶⁴² *Ibidem*, p. 9.

b) A importância da Cordilheira Central Ibérica para a diferenciação regional da paisagem portuguesa é marcante porque divide não só o Maciço Antigo em duas unidades morfológicas: “(...) las montañas de la Cordillera Central prolongan las sierras que separan a los dos Castillas”⁶⁴³ Como dá origem, tanto em Espanha como em Portugal, particularmente neste último, ao acentuar do contraste Norte-Sul, entendendo-se como limite divisório a Beira Baixa na área da vertente meridional da Serra da Estrela e o curso do Rio Tejo, de que resultam paisagens diferenciadas resultantes não só de condicionalismos naturais mas também de géneros de vida distintos. A tendência para a divisão político-administrativa segundo os principais cursos de água, era como já afirmava H. Lautensach (1931, 1937) uma propensão dos povos ibéricos, daí, assume toda a pertinência o facto de O.Ribeiro se interrogar se o estabelecimento de alguns trechos fronteiriços (por exemplo no Douro ou no Côa mais do que no Guadiana) não se tornaram limites políticos só depois de se constatar que separam paisagens distintas.

c) A originalidade da civilização dolménica do Noroeste Peninsular não resulta só de contactos precoces derivados de esporádicas trocas comerciais, a sua importância é mais transcendente do que isso, pois significa nesta região peninsular a existência de uma civilização agro-pastoril dotada de uma cultura própria e produtora de excedentes com quem interessava manter contactos mais ou menos prolongados. Mais ainda, Orlando Ribeiro relacionou a originalidade da civilização dolménica na sua repartição espacial com a distribuição das comunidades agro-pastoris no Noroeste Peninsular.⁶⁴⁴

d) O Reino Suevo-Visigótico, não foi exclusivamente agrário, pelo contrário também foi uma civilização urbana porque decalcado nas instituições romanas, por isso teria de forçosamente manter os mesmos núcleos de povoamento, até porque os limites paroquiais existentes na Alta Idade Média coincidiam com os limites das unidades agrárias (*villae*) romanas. Registe-se que os limites fronteiriços suevo-visigóticos concordavam com a delimitação original da Galiza juntamente com o Condado Portucalense, isto é, estendia-se dos Montes Cantábricos quase até ao Tejo, muito embora a fronteira meridional fosse mais fluída.

e) As fronteiras do Condado Portucalense foram paulatinamente progredindo para Sul: se no século X o limite eram as terras do Lima e do Douro, já no século seguinte o limite meridional era a bacia do Vouga e no século XII iam até ao Tejo. A expansão para Este permitiu abarcar sem problemas as terras

⁶⁴³ *Ibidem*, p. 243.

⁶⁴⁴ O.Ribeiro, 1939-c, 22 p.

do Tâmega e mais tardiamente do Côa. O expansionismo para Norte saldou-se num fracasso porque a tentativa de alargar os domínios pelas duas margens do Minho até Astorga esbarrou com a oposição da Galiza e de Leão, originando uma separação política definitiva entre Portugal e a Galiza que com o tempo se tornou também cultural e etnolinguística. Apesar disso, a Reconquista Cristã foi relativamente fácil e rápida. Terá sido esta actuação o principal aglutinador da unidade portuguesa, - em que a língua foi um elemento essencial de união - prefigurado numa proto-nacionalidade que se formou antes da entidade política que é o Estado, o qual deverá ter surgido em simultâneo com a Nação, entendendo-se esta por um conjunto de indivíduos unidos por interesses, hábitos e culturas afins.

f) A Reconquista Cristã não se deveu aos acasos da História, como referiam Amorim Girão e Damião Peres, foi antes um processo concertado e planeado, que implicou a fixação de povoadores e conseqüente aumento da densidade populacional em áreas do litoral Ocidental ao longo das bacias fluviais do Vouga-Mondego e seguidamente do Tejo, com linhas de penetração pelo interior, nas proximidades de cursos de água importantes seguindo sempre que possível as margens dos rios Tejo e Guadiana.

g) O povoamento da extensa região fronteiriça do interior foi feita à custa das Ordens Militares mas também dos núcleos de população civil - quase sempre homiziados - que iam surgindo, talvez mais compulsivamente do que por iniciativa própria, apesar das regalias municipais, as tarefas de povoar e sobretudo defender uma fronteira ainda relativamente instável, era tarefa árdua e perigosa: "(...) la frontera devastada por las guerras incesantes, era lugar tan inseguro que había grandes extensiones desiertas."⁶⁴⁵ Logo a importância das cartas de foral, que ao contrário do que se afirma, nem sempre pretenderam conceder privilégios para a fundação de uma nova povoação mas antes agrupar povoamentos dispersos ou organizar povoações pré-existentes, especialmente nas áreas raianas.

h) A fronteira estabelecida e estável só pontualmente é fixada em limites naturais, apesar de atravessar um número considerável de cursos de água e de acidentes de relevo, estes unem mais do que separam. A justeza desta asserção de O. Ribeiro reside no facto de a maioria dos geógrafos da época ter considerado que a delimitação da fronteira linear nas terras de Riba-Côa se tornou mais importante do que a delimitação natural que divide as bacias hidrográficas dos dois cursos de água fronteiriços.⁶⁴⁶ Por conseguinte, podemos antes falar numa barreira que passa para além dos limites das

⁶⁴⁵ M.Terán; O.Ribeiro, 1955, p. 91.

⁶⁴⁶ C.Marques, 1935, p. 392.

fronteiras lineares estabelecidas pelos tratados diplomáticos; referimo-nos às fronteiras linguísticas entre portugueses e castelhanos, transformando-se em fronteiras culturais impostas que tiveram na sua origem verdadeiras fronteiras políticas as quais conduziram a uma separação irrevogável entre ambos os Estados apesar da aproximação entre as duas Nações peninsulares.

Apesar de referir os condicionalismos histórico-geográficos que estiveram na génese da fronteira luso-espanhola, são muito esparsas as referências de Orlando Ribeiro à definição daquele conceito (1960) que segundo o autor resulta essencialmente da conjugação de factores históricos e naturais: “Distinguem-se geralmente *fronteiras convencionais* e *fronteiras naturais*. Estão no primeiro caso alguns troços da raia seca hispano-portuguesa, onde apenas de longe em longe os marcos de pedra (...) nos advertem que, através do plaino monótono, passa uma divisória de nações. Tudo aqui parece, de facto, artifício, convenção, arbítrio da história, com que a geografia nada tem a ver. Outras fronteiras, porém, apoiam-se na natureza (...) Entre Portugal e a Espanha, a *raia-molhada* ocupa grande parte da extensão total (...) Posto que hoje seja muito reduzido o valor estratégico de fronteiras deste tipo, elas podem ainda dificultar as relações humanas.”⁶⁴⁷

7-A Península Ibérica vista pelos geógrafos estrangeiros

No período cronológico considerado, raros são os geógrafos estrangeiros que realizaram trabalho de campo verdadeiramente pormenorizado sobre a Península Ibérica, mesmo assim achámos algo pessimista a opinião de José H. Barata (discípulo de Amorim Girão) quando refere que os geógrafos estrangeiros, particularmente os franceses, mal conhecem o nosso País e quando se referem a este, é apenas em escassa meia dúzia de páginas, mal esboçadas e que muito raramente resultam da observação ou sequer do conhecimento directo dos factos que analisam: “Seria um nunca acabar, se pretendêssemos anotar as geografias, escritas por franceses, na parte em que se referem à geografia física, política e económica de Portugal (...) Será possível proceder à revisão dos juízos erróneos que da nossa terra e da nossa gente fazem os geógrafos estrangeiros?”⁶⁴⁸ Geralmente fazem-no numa perspectiva «geohistórica», isto é, a obrigatoriedade de referirem os Descobrimientos Portugueses como um dos grandes eventos da humanidade é sombreada porque relativizada face ao expansionismo espanhol e de outras nacionalidades europeias.

Na verdade, o supracitado geógrafo, não deixa de ter alguma razão porque é um facto que os raros geógrafos estrangeiros que visitavam os dois países peninsulares apenas o faziam por escasso

⁶⁴⁷ O.Ribeiro, 1987-b pp.70-71.

⁶⁴⁸ J.Barata, 1929, pp.29-33.Ver a recensão da obra, A. Amorim Girão, 1935-a, pp. 301-304.

período de tempo, quando muito umas escassas semanas como Elisée Reclus (1887) ou alguns meses como Theobald Fischer (1892), mais frequentemente por contingências histórico-políticas, como Pierre Deffontaines (1935 e 1939), Max Sorre (1935 e 1940) e Pierre Birot (1937-1938;1944-1945). A exceção encontra-se no alemão Hermann Lautensach que permaneceu durante temporadas mais longas (1926-27; 1931; 1937, 1943, 1949, 1950 e 1961) aproveitando para realizar um estudo metódico (região a região) e sistémico (o primeiro a interpretar correctamente no seu conjunto a trilogia clima/relevo-solo/vegetação - acção antrópica) da Península Ibérica, e de Portugal, em particular.

Por conseguinte, não será de admirar que as obras dos geógrafos supracitados sobre os dois países peninsulares pequem por algumas imperfeições, não só decorrentes de confusões resultantes da transcrição da toponímia - o português e o castelhano eram línguas que não dominavam - mas também de erros de localização e de informação truncada que receberam em segunda mão, sem se preocuparem ou puderem averiguar da sua verosimilhança. Pese embora a justa diferença na qualidade do trabalho realizado por Pierre Birot e sobretudo Hermann Lautensach que beneficiaram de um colega e cicerone a todos os títulos excepcional: Orlando Ribeiro, com o qual percorreram, a pé ou a cavalo, grande parte do Norte e Centro de Portugal e que mais tarde virá a prestar sentida e comovida homenagem aos seus colegas e amigos com quem jorneou vinte anos antes.

A morfologia na génese das fronteiras peninsulares

A Península Ibérica apresenta um relevo dominado por uma área interior planáltica, cuja monotonia apenas é quebrada pela extensa Cordilheira Central, estando irremediavelmente separada do litoral por cadeias montanhosas, o que acentua a sua continentalidade. Mais do que isso, a especificidade da sua morfologia contribuiu desde sempre para isolar essa área de clima rigoroso caracterizada pela prática de uma agricultura pobre que contrastava em absoluto com o desenvolvimento do comércio e da pesca e mesmo de práticas agrícolas mais minuciosas num litoral mais rico, sumamente diversificado: aqui e ali alternam as costas baixas e arenosas para alguns quilómetros, mais adiante deparamo-nos com arribas altas e rochosas; desde o Mediterrâneo de águas azuladas e cálidas até ao Atlântico de ondulação mais forte, onde as águas esverdeadas são sempre mais frias.

Esta oposição entre o litoral e interior, o Mediterrâneo e o Atlântico, forjou culturas distintas, que mais do que os limites fronteiriços - passados ou recentes - são os principais responsáveis pelos modos de vida e temperamentos, que não pouco contribuíram para as divisões regionais ou até a

afirmação de nacionalidades perfeitamente delineadas por barreiras, ou melhor por verdadeiras fronteiras, dentro da própria Ibéria.

No fundo, será precisamente esta característica peculiar que ao permitir individualizar diversas áreas (regiões climáticas, agrícolas ou de distribuição e densidade de povoamento) dá esse cunho geográfico tão marcante à Península Ibérica, que resulta da unidade comum afirmada precisamente da heterogeneidade da paisagem natural e humana: a unidade é algo que se sobrepõe às diferenciações regionais existentes nos dois países.

A designação de Espanha abarcaria, no nosso entender, toda a Península Ibérica cujo prolongamento natural pelo estreito de Gibraltar se estenderia até à região litoral do Magreb que se vai gradualmente diluindo na aridez da Berberia e mais ainda do Saara. No extremo oposto, são os Pireneus que separam a Península Ibérica da húmida e fria Europa Ocidental, daí se conclui que o Saara e a Europa são «mundos à parte», permitindo inferir que a Península Ibérica nem pertence a um mundo nem a outro, quando muito faz de «ponte de ligação» entre ambas, daí a sua originalidade física e humana. A configuração da Península, muito montanhosa não permitiu que durante séculos os contactos entre o centro e o litoral fossem duradouros, como salienta Gonzalo de Reparaz (1929) numa das suas obras: "Las zonas centrales entre dichas orlas litorales comprendidas, se repiten, no se completan, ni se relacionan entre sí de ninguna manera. Son comarcas de vida débil, dispersa e inestable, aptas para el nomadismo y, por tanto, inaptas para centro de grandes Estados. De su preponderancia en la función política, debida a causas fortuitas que no es oportuno exponer ahora, resultó la imposibilidad de constituir, aquende y allende el Estrecho, dos grandes nacionalidades que acaso hubiesen formado, finalmente, una sola (...) y dejando a Iberia, la falta de éstos, o sea de poderosos imperios africanos afines y aliados, indefensa contra las invasiones septentrionales, o europeas."⁶⁴⁹

Mesmo assim, no nosso entender, podemos distinguir «três Espanhas» (Mediterrânea, Continental e Atlântica) no que se refere às características morfoclimáticas, hidrográficas, e enfim, resultante de tudo isto, uma identidade própria, uma individualização que reflecte uma evolução histórica diferenciada, a par de aspectos humanos próprios, traduzidos em outros tantos «modos de vida» distintos.

Para a generalidade dos geógrafos espanhóis, a diferenciação portuguesa era neste aspecto, pouco evidente, particularmente no Noroeste peninsular, em que desde o Minho até ao Douro não se considerava existirem diferenças significativas em relação à Galiza se exceptuarmos a diferenciação da

⁶⁴⁹ G.Reparaz.1929-b, p. 144.

morfologia litoral: "El Miño es gallego (o Galicia es miñota) como Tras-os-montes es orenseano (o al revés)." ⁶⁵⁰

Tratava-se de justificar através da Geografia a união das diversas áreas que compõem a Península Ibérica numa única entidade política, embora respeitando as diferenças específicas entre cada uma delas. No entanto, este aspecto aparentemente lógico e simples do ponto de vista geopolítico esbarrava com grandes dificuldades na sua concretização que se reportam ao facto de nesses primeiros decénios do século XX, as regiões litorais estarem muito mais relacionadas com o exterior, mesmo além Atlântico do que com as outras áreas peninsulares situadas no interior dos dois países ibéricos, muito menos com o litoral norte-africano.

Efectivamente, a ideia de que a Península Ibérica no seu conjunto, mas particularmente no caso de Espanha, teria muito mais afinidades com o Norte de África do que com a restante Europa, era aceite pela generalidade dos geógrafos e dos políticos que no âmbito da *hispanidad*, consideravam que aquele País tal qual como o Magreb apresentavam idênticas características geológicas, edafo-climáticas e antropológicas para além de em termos geopolíticos carecerem ambos de uma unidade política real, que só o centralismo castelhano poderia reunificar num único Estado que se prolongaria entre as duas margens do Mediterrâneo.

As primeiras obras sobre a geografia física ibérica

Os trabalhos pioneiros de Alexandre Humboldt sobre a hipsometria peninsular, ⁶⁵¹ tiveram sequência nos estudos desenvolvidos pelo botânico Moritz Willkomm ⁶⁵² professor de B. Barros Gomes na Academia Florestal de Tharandt, na Alemanha, o qual pela primeira vez definiu e delimitou cientificamente as regiões naturais para o conjunto da Península Ibérica possivelmente ainda em 1852 (Figura 27). Fê-lo com base na triologia relevo-clima-solo, cuja correlação era considerada inovadora nesses meados de oitocentos e mesmo no início da centúria seguinte, incluindo para os próprios geógrafos espanhóis: "Faltan todavía por hacer en fitogeografía peninsular, al menos tal como hoy se entiende, y en lo que se refiere á Espanha (...) no puede decirse lo mismo respecto à Portugal." ⁶⁵³

⁶⁵⁰ *Ibidem*, p. 152.

⁶⁵¹ "Probablemente el antecedente más claro aparece en las mediciones altitudinales de Alejandro Humboldt, en 1799: él constató ya con claridad que, desde el puerto de Almansa, las altitudes se mantenían regularmente hasta Madrid; luego, volvió a verificar la continuación de la altiplanicie al norte de la Cordillera central, llamada entonces carpetovetónica. Trabajos dispersos de cartógrafos y naturalistas, especialmente geólogos (algunos extranjeros, como Verneuil y Collomb) vuelven a completar esta visión desde mediados del siglo pasado. Aunque con cierta vaguedad, Macpherson se refiere a esta altiplanicie en varios trabajos del octavo decenio, el primero publicado en 1873. El geógrafo francés Elisée Reclus (*Géographie de l'Espagne*, 1876) y el geólogo alemán Edward Suess (*Das Antlitz der Erde*, 1885) recogeran, de un modo u outro, estas ideas. "J. Vilá Valentí, 1990, p. 96.

⁶⁵² M Willkomm, 1852; *Idem*, 1894 pp. 279-320; *Idem*, 1896, VI+ 315 p.

⁶⁵³ J.Dantin Cereceda, 1912, p. 219.

Apoiando-se nos raros dados quantitativos existentes na época, M. Willkomm foi capaz de elaborar cartografia peninsular e particularmente de Espanha, para um conjunto de fenómenos naturais relacionados com a distribuição das manchas florestais, que de uma forma geral se prolongariam na região transfronteiriça hispano-portuguesa, sendo por conseguinte mais um argumento a favor da unidade natural entre ambos os países ibéricos.

No entanto, o que nos interessa especialmente, é a proposta do geógrafo e botânico alemão de divisão regional peninsular em que se denota uma percepção inovadora da compartimentação estrutural do relevo ibérico, que não se limita a uma simples descrição das formas de relevo existentes. Torna-se assim o primeiro a individualizar o «centro de gravidade ibérico», a meseta castelhana que denomina de *Taffeland*, para a distinguir das áreas planálticas, *Hocheifen*, ou das *Bergterrassen* que se referem aos terraços existentes nas vertentes das cadeias montanhosas.

Divisão regional da península ibérica de W. Moritz



Figura 27

Fonte: Vicente Casals Costa- "Ciencia Política y Territorio. La Construcción del paradigma Regional en la Península Ibérica, Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales", nº 79, 1 de enero de 2001, Universidad de Barcelona, Barcelona, 2001, p. 12.

Sendo de salientar que na divisão regional proposta pelo botânico alemão, a área ocidental coincide quase com os limites fronteiriços do território português, se exceptuarmos a inclusão da Galiza no território nacional e o facto do Algarve estar englobado na região meridional espanhola, certamente

devido às suas características climáticas e sobretudo biogeográficas, tendência que vai prevalecer em quase todos os estudos posteriores sobre as divisões regionais ibéricas.

Outra divisão regional, da autoria de Agustin Pascual (1859 e 1861) cujo mérito advém das variáveis que reputava significativas para a divisão regional peninsular, como sejam a morfologia do relevo, espécies botânicas dominantes, temperatura média anual e período da ceifa e da vindima, leva-o a considerar a Península Ibérica dividida em cinco grandes zonas, das quais apenas duas são transfronteiriças. A primeira, designada por Zona Ocidental abrangeria praticamente todo o território português (com excepção do Algarve) e o seu prolongamento pela Galiza até ao Cabo Finisterra, enquanto a Zona Meridional abarcaria todo o Sul peninsular, ou seja o Algarve, a Andaluzia e o Levante. Assinala-se que toda a área central peninsular é ocupada pelo planalto muito desgastado de Castela-a-Velha e de Castela-a-Nova. O que poderá significar que já nessa época os geógrafos espanhóis e portugueses tinham conhecimento da diferenciação geomorfológica do interior peninsular, mas numa unidade morfoestrutural ainda mal definida porquanto de limites ainda imprecisos, situada no núcleo político da *hispanidad*, ou seja nas áreas de *Taffeland* de Castela/Leão, origem e génese das nacionalidades ibéricas.

O conhecimento mais pormenorizado da geomorfologia ibérica deve-se ao geólogo e geógrafo J. Macpherson (1880, 1886), talvez o primeiro a estudar cientificamente a morfologia do então denominado Sistema Central Divisório, que denominou de «coluna vertebral peninsular» por considerar ser esta a base estrutural do relevo ibérico, não só pela sua extensão e amplitude mas também porque resultante de uma dinâmica de levantamento e fractura no Maciço Antigo, imprimindo-lhe uma configuração própria que se estendeu pelas cadeias montanhosas vizinhas. A importância atribuída a esta extensa sucessão de relevos montanhosos não provém apenas do seu significado em termos geomorfológicos para a caracterização do relevo ibérico, mais do que isso, foi desde sempre considerada em termos geopolíticos como um bastião da Reconquista Cristã peninsular: “El sistema Central fué por mucho tiempo una frontera natural.”⁶⁵⁴ Por isso mesmo objecto de estudo preferencial nos seus aspectos naturais e humanos por ser considerado um dos locais histórico-geográficos de surgimento da *hispanidad*.

O geógrafo e botânico Theobald Fischer⁶⁵⁵ foi dos primeiros a considerar correctamente a divisão das grandes unidades geomorfológicas da Península Ibérica e simultaneamente, a individualizar os elementos naturais constituintes de Espanha e de Portugal. Assim, separa as unidades

⁶⁵⁴ L.Echeverría, 1928, p. 134.

⁶⁵⁵ T.Fischer, 1894, 8 p.

geomorfológicas da Galiza das do Noroeste Português, mas considerando existir uma continuidade estreita entre os Montes Cantábricos e o Sistema Pirenaico.

7.1 – O pioneirismo dos geógrafos estrangeiros nos finais do século XIX

Elisée Reclus: o federalismo ibérico na diversidade natural

A obra de Elisée Reclus insere-se até certo ponto numa geografia ritteriana descritiva, mais com a preocupação de descrever do que interpretar os fenómenos geográficos que observa, muito embora teça as suas considerações pessoais e explique uma ou outra particularidade observada e que lhe chamou a atenção, seja pelas peculiaridades dos fenómenos naturais seja pelo pitoresco dos usos e costumes das populações com que esteve em contacto.⁶⁵⁶ Poderemos até dizer que o volume referente à Europa Mediterrânea⁶⁵⁷ é acima de tudo uma corografia dos países dessa região mais do que propriamente uma geografia interpretativa dos aspectos paisagísticos observados. Apesar do seu indiscutível interesse no que concerne aos pormenores dos aspectos naturais e humanos focados, passando pela minuciosidade das ilustrações litografadas - só encontram paralelo nas obras de F. Ratzel e posteriormente de Vidal de La Blache - até uma interpretação progressista, diríamos mesmo optimista, dos acontecimentos político-sociais de que as penínsulas mediterrâneas eram particularmente férteis, resultantes da luta constante e insana do Homem-Meio mas que ao contrário do ratzelianismo, mostra uma esperança no futuro e concórdia da Humanidade de *per se* e não na evolução das instituições políticas como elemento transformador da sociedade.⁶⁵⁸

Nos dois extensos capítulos reservados à Península Ibérica, sobressai logo no início a tradução geográfica, da frase literária atribuída a A. Dumas (filho) e que se tornou comum entre a elite franco-inglesa dos finais do século XIX de que «África começa nos Pirenéus», qual fronteira natural e humana que apontava esta península como um território de costumes exóticos, como aliás se denota nas gravuras apresentadas por Elisée Reclus que mostram nítida preferência pelo tipicismo dos costumes das áreas rurais. Refere com especial pormenor que não é isenta de alguma perplexidade senão

⁶⁵⁶ “En el desarrollo de la geografía comparada, Reclus busca descifrar las características diferenciales en la evolución de los pueblos y su relación con el medio ambiente, a la vez que descubrir el trasfondo común de esa interacción con la naturaleza.” M. Vicente Mosquete, 2003, p. 255.

⁶⁵⁷ E.Reclus, 1887, 1006 p.

⁶⁵⁸ “(...) el objetivo del estudio de la geografía siempre lleva al hombre (...) Por eso, analiza las interrelaciones entre los elementos físicos y su repercusión en los grupos humanos: acción del clima (...) la latitud (...) y la altitud (...) Habla de las condiciones de habitabilidad del medio (“el medio natural o primario”) como un elemento explicativo de la densidad poblacional (“el medio social”), y, todo ello viene “modificado constantemente por el desarrollo de la historia.” M. Vicente Mosquete, 2003, p. 253.

mesmo censura, a existência de sistemas governativos desorganizados em que imperavam as guerras civis ou na melhor das hipóteses, sucessivos golpes de Estado...Estaria assim tão longe da verdade?

Em países nos quais as sociedades estavam ainda organizadas quase à maneira feudal, com diferenças abissais entre os modos de vida, em que a par de uma restrita classe de grandes proprietários opulentos existia uma outra constituída na sua imensa maioria por pequenos agricultores paupérrimos. Esta situação era provocada pelos condicionalismos sociopolíticos e económicos, raras eram as «ilhas» de prosperidade rural e mais ainda os núcleos urbano-industriais modernos (com a excepção de Madrid, Barcelona, Bilbao, Santander, Porto e Lisboa), em grande parte pela falta de capitais e de espírito de iniciativa bem como da pobreza do Meio envolvente: “La decadencia de unas zonas obedece (...) a cambios de actividade geográfica.”⁶⁵⁹ O que fazia com que os dois países peninsulares estivessem pelos menos nisso, irmanados na desconsideração com que eram vistos pela Europa Ocidental, aquela que era o modelo em termos culturais e civilizacionais.

Logo no início dos capítulos referentes à Península Ibérica, começa por afirmar que os contrastes existentes entre Portugal e Espanha em termos de relevo, clima, solo, lingua utilizada, não obsta a que ambos pertençam a uma mesma entidade geográfica que por enquanto é apenas natural, mas deverá num futuro próximo tornar-se política, para isso utiliza a lapidar frase traduzida de Luís de Camões, referente ao indissociável elo de ligação entre ambas as nacionalidades ibéricas: “Dú haut des Pyrénées, se découvre la noble Espagne. C’est la tête de l’Europe (...) il faut ajouter la nation même de Camões, car la peninsule d’Ibérie, Espagne et Portugal, doit être considerée comme un ensemble géographique.”⁶⁶⁰ Esta designação de Península Ibérica não é de todo concordante para o autor francês que prefere a designação de Península Hespérica, mais em consonância com a designação grega de terra do Ocidente.⁶⁶¹

A concepção que o geógrafo francês apresenta da unidade e da evolução civilizacional dos Estados ibéricos, leva-o a considerar de uma forma «geohistórica» a evolução conjunta da fronteira luso-portuguesa ao longo das diversas fases da Reconquista Cristã, sem as comuns divisões entre os diversos Estados, representadas na maioria das obras dos autores espanhóis e portugueses. (Figura 28).

⁶⁵⁹ M.Vicente Mosquete, 1991, p. 99.

⁶⁶⁰ E.Reclus, 1887, p. 87.

⁶⁶¹ Este conceito será novamente retomado e melhor fundamentada por A.A.Mendes Corrêa (1923) e sobretudo por E. Hernández-Pacheco (1928 e 1934) com um significado geopolítico mais abrangente: “Entiendo por Hesperia o territorios hespéricos, el conjunto de países euroafricanos que se adentran más en el Atlántico hacia el hespero, hacia donde el sol se pone, hacia las lejanas atlánticas del continente americano. Tal conjunto de países del viejo mundo, avanzando hacia el nuevo, está formado por dos porciones: una europea, la península Hispánica, desde el Pirineo, otra africana, Marruecos hasta el Atlas; porciones unidas por el Estrecho de Gibraltar, pues el Estrecho no separa, sino une, como prueba el conjunto de los hechos de la historia.”, J. Rodríguez Esteban, 1996, p. 92.

serviu para unificar as populações numa única causa, originou *contra natura* - no sentido literal do termo - a separação política peninsular em dois Estados que não em duas Nações distintas.

Se a unidade morfológica de ambos os países é uma realidade, no quadro político internacional de finais do século XIX as diferentes opções geopolíticas dos Estados peninsulares são distintas: o geógrafo francês considera que Portugal é essencialmente agrícola e cujas actividades são particularmente vocacionadas para o comércio colonial onde dispõe de importantes e extensos espaços para colonizar repartidos por África, privilegiando as relações internacionais com o Brasil e a Inglaterra.⁶⁶² Pelo contrário, a Espanha domina um muito menos vasto território colonial disperso por algumas possessões da América Latina, da Ásia e, especialmente, do Norte de África.

As relações económico-culturais e políticas com os países europeus pertencentes ao mesmo espaço mediterrâneo como a Itália e a França, são necessárias ao desenvolvimento industrial e comercial da Espanha, que não obstante uma morfologia litoral desfavorável pela ausência de enseadas que sirvam de bons portos de mar, tem recursos minerais mais do que suficientes para se industrializar rapidamente - com a ajuda tecnológico-científica de estrangeiros, principalmente os franceses e italianos já instalados na Catalunha, por razões de afinidade histórico-cultural e etnolinguística e evidente integração no mesmo espaço geoeconómico: “La province de Barcelone possède à elle seule les deux tiers des machines à vapeur de toute la peninsule (...) est restée le grand atelier où l’Espagne et les colonies se fournissent de tous les produits de l’industrie moderne (...) c’est pour Barcelone qu’ont pénétré dans la péninsule la plupart des inventions modernes.”⁶⁶³

Por isso podemos afirmar que a fronteira natural, apesar da relativa facilidade da transposição de alguns vales alcandorados dos Pirenéus por onde se começava a estruturar a via férrea franco-espanhola, era essencialmente uma fronteira de aproximação, ou melhor de integração do Sudeste de Espanha no espaço geoeconómico francês, transformando-se gradualmente de uma fronteira natural para se tornar numa fronteira artificial que não se pode considerar morta devido ao incremento das trocas comerciais entre ambos os países: “(...) c’est là que les fictions politiques ont fait passer cette ligne idéale qui, suivant les ordres de Paris et de Madrid, sépare tantôt de bons amis et aliés, tantôt des ennemis mortels.”⁶⁶⁴

No entanto, apesar de esta ser a única região de Espanha que E. Reclus considera europeizada, juntamente se bem que em menor escala, com o litoral das Astúrias, das Vascongadas e

⁶⁶² Esta concepção de desenvolvimento vai prolongar-se durante as próximas décadas, pelo menos até aos finais de 1930 por quase todos os geógrafos e economistas e políticos portugueses tendo sem dúvida influenciado o modelo de desenvolvimento baseado numa concepção agrarista e de condicionamento industrial das duas primeiras décadas do Estado Novo.

⁶⁶³ E.Reclus, 1887, p.873.

⁶⁶⁴ *Ibidem*, pp. 884-885.

da Galiza, que se prolongará pelo litoral português entre o Minho e a Estremadura, afirma que no seu conjunto toda a imensa área planáltica do centro peninsular é terra bravia e inóspita, de clima extremamente seco e de habitantes de descendência africana, particularmente os: “Extremeños on les appelle, los Índios de la nacion.”⁶⁶⁵ A este propósito, é dos primeiros autores a relacionar a miscigenação ibérica com a sua peculiar posição atlântico-mediterrânea: a importância preponderante dos Iberos no Sul peninsular provenientes do Norte de África e dos Celtas no Noroeste, admitindo pela primeira vez que tivessem chegado à Península Ibérica não apenas por via terrestre através da fronteira natural que constituía os Pirenéus mas também por Ocidente por via marítima durante uma época glaciária e/ou de regressão marinha que eventualmente teria ligado a Irlanda com o Noroeste peninsular.⁶⁶⁶

Onde se pode estabelecer um certo paralelismo entre E. Reclus e F. Ratzel é no significado determinista que ambos conferem às condições naturais como condicionantes da organização política das sociedades e dos povos e, por conseguinte, numa quase pré-determinação dos eventos históricos, cujo melhor exemplo é, quanto a nós, a importância relevante que o geógrafo francês concede à homogeneidade e extensão do relevo do Maciço Antigo como determinante para o expansionismo dos castelhanos relativamente às outras populações peninsulares, incluindo mesmo os portugueses, se bem que este domínio tenha sido efectivado durante um breve período temporal, que segundo a expressão pitoresca de E. Reclus: “(...) moins de un siècle et se sépara de l’Espagne comme une pièce neuve se détache d’un habit cousu de morceaux d’étoffes diverses.”⁶⁶⁷

Segundo Élisée Reclus, a existência de dois Estados independentes não se deve tanto aos acontecimentos históricos provenientes da Reconquista Cristã nem do expansionismo colonial de Portugal mas sim a determinados condicionalismos naturais que determinaram a subsequente separação política: referimo-nos às alterações no nível basal dos três rios peninsulares como são o Tejo, o Douro e o Guadiana, provocadas pelos dobramentos hercínicos do maciço antigo: “Sur la frontière du Portugal les monts peu élevés, mais aux alleures fort tourmentières, qui font partie du système marinanique ou de la sierra Morena, forment un véritable labyrinthe, raviné par les torrents.”⁶⁶⁸ Assunto que será retomado por quase todos os geógrafos estrangeiros, quando se referirem

⁶⁶⁵ *Ibidem*, p. 733

⁶⁶⁶ “Des colons n’auraient pu venir par le littoral océanique, si ce n’est à l’époque où l’Irlande était plus rapprochée de l’Hispanie et se rattachait peut-être à quelque Atlantide.”⁶⁶⁶ Pormenorizando essa afirmação: “ (...) une terre de jonction aurait existé, avant la dernière période galiciare, entre les Açores, l’Irlande et la Galice: le continent aurait disparu, mais les piliers d’angle en subsisteraient encore.” *Ibidem*, p. 928. Alguns autores posteriores, como A. Sardinha, baseados nestes pressupostos, consideraram-na erradamente como a mítica Atlântida. Seja como for, tal como o geólogo e colonialista Francisco Coello, refere que o Maciço Antigo bem como evidentemente todo o litoral se teriam prolongado em épocas remotas muito para Ocidente, o que os estudos de geomorfologia de J. Dantin Cereceda e E. Hernández-Pacheco vieram definitivamente corroborar uma vintena de anos mais tarde.

⁶⁶⁷ E.Reclus, 1887, p. 707.

⁶⁶⁸ *Ibidem*, p. 752.

posteriormente à problemática da delimitação da fronteira luso-espanhola, em que assume particular importância a capital portuguesa como núcleo gerador de forças centrípetas e centrífugas que originaram respectivamente a atracção de regiões do interior para a órbita portuguesa ajudando-as a escapar à continentalidade e conseqüente centralidade de Castela, como também determinaram o expansionismo Atlântico de Portugal auxiliando-o a afirmar-se geoeconomicamente no conjunto das nacionalidades ibéricas. Contudo, essa actuação das linhas de força geopolíticas de atracção das regiões do interior não pode ser mais efectiva em direcção às terras pobres dos planaltos castelhanos, devido à existência de uma fronteira que sendo quase exclusivamente política não o é em termos étnicos ou em relação às trocas económicas e por isso, a despeito das características naturais que parecem separar os dois Estados ibéricos, torna-se sumamente artificial: “Toutes ces régions qui, laissées à elles-mêmes, eussent gravité vers Lisbonne, sont coupées par une frontière politique de leurs communications naturelles avec l’Atlantique, vers lequel descent les fleuves.”⁶⁶⁹

Refere a existência de fortificações na área raiana do Alentejo-Extremadura, características de uma fronteira viva pelo facto de terem sido até ao início do século XIX «porta» tradicional de invasões,. Saliencia-se a perda das funções militares que foram cedendo lugar às relativamente pouco importantes funções comerciais de pequenas cidades e burgos provincianos que quando muito servem de nó ferroviário de uma rede que se começava a estruturar segundo uma direcção radio-concêntrica a partir de Madrid. Paralelamente, estabeleceram-se ligações ferroviárias transfronteiriças que se estenderam até às cidades portuárias de Lisboa e Porto, o que significa que os aspectos naturais ou humanos que em casos pontuais isolavam os dois países ibéricos um do outro, deixaram de ser uma opção geoestratégica: “Badajoz est à quelques kilomètres à peine de un mince ruisseau qui, avec une marche déserte, sépare l’Espagne du Portugal. En face de la forteresse lusitanienne d’Elvas, elle garde la frontière espagnole, et sa cathédrale, qui doit servir de refuge en cas de siège, est en même temps une citadelle à l’épreuve de la bombe; mais le rôle militaire de Badajoz est amoindri depuis qu’elle sert d’intermédiaire principal de commerce entre les deux nations, et qu’un chemin de fer en a fait un entrepôt d’échanges entre Lisbonne et Madrid.”⁶⁷⁰

Por conseguinte, será por esta mesma fronteira, que o desenvolvimento da rede ferroviária, a despeito da sua posição radial, vai mantendo nós de ligação com a rede portuguesa que se estrutura paralelamente ao litoral muito embora tenha como uma das prioridades fundamentais o desenvolvimento de vias de penetração em direcção à fronteira do país vizinho: “Zamora se trouve sur la grande ligne qui mettra la ville de Porto en communication avec L’Europe continentale; elle ne se

⁶⁶⁹ *Ibidem*, p. 733.

⁶⁷⁰ *Ibidem*, p. 742.

rattache à la frontière portugaise que par des chemins de mulets (...) La fameuse Salamanque, maintenant une voie ferrée l'unit directement à la bouche du Mondego"⁶⁷¹ Ao invés, a disposição da rede ferroviária espanhola privilegia as ligações internas em detrimento das transfronteiriças: "(...) puisqu'il rayonne de Madrid vers seize cités du littoral péninsulaire, Barcelone, Tarragone, Valence, Alicante, Carthagène, Málaga, Cádiz, Huelva, Lisbonne, Porto, Vigo, La Corogne, Gijon, Santander, Bilbao, Saint-Sébastien; mais il ne traverse le mur des Pyrénées qu'a ses deux extrémités, à Fontarabie et à Cerbere; bientôt il franchira la chaîne proprement dite sous le Somport et le col de Salou."⁶⁷²

Mesmo assim, apesar das reduzidas trocas comerciais hispano-portuguesas, estas existem derivadas da necessidade que o nosso País sempre teve de recorrer à importação de farinha e de cereais para minimizar a crónica falta de trigo e de milho resultante da insuficiente produção nacional: "Alcalá de Guadaira, ou de los Panaderos, qui peut être considérée comme une vaste usine, car c'est là qu'on fabrique une grande partie du pain qui mangent les Sevillans: on en expédie jusqu'a Madrid et à Barcelone et même Portugal, tant la pâte en est exquise."⁶⁷³

Posição à parte merece a fronteira, essa sim de tensão, existente entre Gibraltar e a Espanha, visto o traçado fronteiriço não ser reconhecido pela Coroa espanhola, apesar da legalidade do Tratado de Utrech assinado por ambas as partes em 1713. O que leva E. Reclus a comentar azedamente, dada a natural rivalidade anglo-francesa, que os ingleses se apossaram indevidamente de um local geoestratégico e geoeconómico de importância vital para o domínio das comunicações Atlântico-Mediterrâneas entre a Europa e o Norte de África e daí com o Médio Oriente. O que segundo as ideias políticas do geógrafo francês constitui uma flagrante violação dos direitos dos povos (das nacionalidades) a disporem deles mesmos, por isso comenta com alguma ironia: "Les Espagnols ressentent comme une insulte ce vol de leur territoire et leur cause devrait avoir la sympathie de tous, s'ils ne détenaient eux-mêmes, de l'autre coté du passage, la ville et le territoire de Ceuta. On leur à pris l'un des piliers d'Hercule avec autant de droit qu'ils en avaient eu à séparer de l'autre."⁶⁷⁴

Sobre as possessões espanholas existentes na América Latina, na Ásia e na África Ocidental e do Norte, porquanto sejam apenas restos de um desmesurado império que rivalizava com o Britânico (assinaladas numa projecção cartográfica muito curiosa em que se compara a superfície da Península Ibérica com a de um círculo proporcional à área das possessões coloniais espanholas para nos fazer crer numa espécie de projecção geopolítica *avant la lettre*, da ainda significativa superfície e

⁶⁷¹ *Ibidem*, p. 738.

⁶⁷² *Ibidem*, p. 947.

⁶⁷³ *Ibidem*, p. 798.

⁶⁷⁴ *Ibidem*, p. 773.

consequente importância das possessões coloniais pertencentes à coroa espanhola) não deixam de ter o seu significado em termos geoeconómicos e geoestratégicos.

Premonitoriamente, o geógrafo francês antecipa em alguns anos o desfecho inevitável que traumatizou a «geração de 98», avisando que caso não se opte por uma efectiva descentralização administrativa das colónias, a Espanha arriscar-se-ia a perder as Filipinas, Cuba e Porto Rico; apesar da decadência espanhola, esta seria a única Nação, que a par da Inglaterra e da Rússia poderia aspirar a um maior domínio continental e marítimo através da expansão da sua população e do seu idioma, possivelmente nas colónias portuguesas. Parece causar alguns receios e uma certa nostalgia ao geógrafo francês a perda de protagonismo espanhol face ao poderio inglês e eventualmente norte-americano. Neste aspecto antecipa a concepção geopolítica desenvolvida por H. Mackinder (1906 e 1915) sobre a existência de um poderio continental prefigurado pela Rússia, país Setentrional, que encontraria o seu contraponto num país Meridional que seria a Espanha, certamente com as suas possessões coloniais.

No que concerne a Portugal enquanto entidade geopolítica,⁶⁷⁵ é extremamente curioso o facto de E. Reclus antecipa em dezenas de anos conclusões que serão posteriormente debatidas nas primeiras décadas do século seguinte por geógrafos, historiadores e antropólogos portugueses e espanhóis; referimo-nos aos factores que estiveram na génese e autonomia de: “(...) l'un des plus petits États souverains de l'Europe.”⁶⁷⁶ Em que é o primeiro geógrafo a equacionar e o que é mais, a interligar cientificamente aspectos naturais, históricos e políticos na formação de Portugal, como refere na célebre frase depois repetida até à exaustão por muitos dos que se ocuparam das questões da autonomia de Portugal no contexto ibérico: “De même que dans un précipité chimique un cristal prend une existence propre et se limite par des arêtes précises, de même le Portugal s'est détaché du reste du reste de la Peninsule en se donnant des frontières presque rectilignes.”⁶⁷⁷ Apontando as condicionantes para este facto histórico-geográfico:

a) Existência de um clima oceânico que coincide com o limite fronteiriço oriental, muito embora considere que existe um evidente contraste entre o Norte e o Sul, muito mais seco: “(...) à Setúbal,

⁶⁷⁵ “Ce n'est en effet que de façon indirecte que Reclus connaissait alors le Portugal et son ouvrage ne présentait en ce sens pas de progrès sur celui de Malte-Brun. Mais il a bénéficié d'informations nouvelles, en particulier de cartes récentes, assez exactes, dont il a extrait d'expressives croquis à l'échelle régionale ou locale, bien intégrés dans un texte qu'ils éclairent et enrichissent efficacement (...). Il cherche constamment à expliquer les phénomènes qu'il présente. Sans doute s'agissait-il alors d'une prétention bien dangereuse, en l'absence de recherches scientifiques sérieuses sur la plus part des sujets, et les interprétations de Reclus pêchent-elles souvent par imprudence.” S.Daveau, 2004, p. 7.

⁶⁷⁶ E.Reclus, 1887. p. 967.

⁶⁷⁷ *Ibidem*, p. 968.

d'après M. Barros Gomes, l'évaporation (...) serait, à surface égale, huit fois plus considérable que celle mesurée aux salines d'Aveiro"⁶⁷⁸

b) A fronteira oriental coincide com a alteração no perfil de equilíbrio e consequente encaixe e mudança de direcção dos três principais rios transfronteiriços.

c) O basculamento do maciço antigo para Ocidente, cujos limites coincidem com o território português.

d) A existência de um litoral uniforme e quase rectilíneo, muito distinto da morfologia litoral espanhola, mas em que destaca o haff delta de Aveiro, poucos anos depois estudado em pormenor por L. Schwalbach (1918), Amorim Girão (1922) e J. Dantin Cereceda (1912, 1920 e 1932).

e) O facto da Reconquista Cristã se ter efectuado ao longo dos vales fluviais em progressão de Norte para Sul aglutinou a população e consequentemente, determinou a sua consciencialização como pertencente a uma entidade própria.

f) A existência de núcleos político-administrativos que servissem de elementos polarizadores da Nação, como seja Lisboa e eventualmente outras cidades do litoral ocidental.

g) A extrema dolicocefalia dos habitantes do actual território nacional, já existente desde tempos muito recuados.

h) A eventual possibilidade de individualização em termos antropomórficos da população portuguesa desde épocas muito recuadas.⁶⁷⁹

i) A originalidade da civilização portuguesa que remontará a épocas muito recuadas, pelo menos até ao Neolítico em que se aventa a hipótese de o litoral português ter tido contactos com a Bretanha e a Irlanda.

j) A existência de uma língua própria - com natural influência francesa - que a distingue do espanhol e que coincide com os limites fronteiriços orientais e embora menos nitidamente, com os limites setentrionais. Ao contrário de todos os autores subsequentes, considera o galego e o português línguas que apesar de terem tido uma mesma origem evoluíram até se tornarem distintas, sendo quase incompreensíveis entre si.

k) A própria configuração da fronteira terrestre que aliás se assemelha muito à linha de costa, praticamente rectilínea e quase sem reentrâncias, mostra que é uma fronteira consolidada e estável,⁶⁸⁰

⁶⁷⁸ *Ibidem*, pp. 981-982.

⁶⁷⁹ Recordemos que o I Congresso Internacional de Antropologia de Lisboa realizado alguns anos antes, em 1880, esteve envolto numa certa polémica e sensacionalismo pelo facto de Carlos Ribeiro ter apresentado fragmentos ósseos mandibulares e cranianos como representantes do que chamou o «Homem Terciário Português».

⁶⁸⁰ Esta característica da disposição do traçado fronteiriço como factor determinante na segurança de um Estado, prefigura uma das leis fundamentais da Geopolítica enunciadas apenas nos finais da década de vinte do século subsequente pelo geógrafo alemão Arthur Dix: " (...) la disposición de sus fronteras es de considerable importancia para determinar el rango de poderio de un Estado. Su seguridad exterior es tanto mayor, cuanto más grande sea la participación de límites naturales en el trazado total de las fronteras de su territorio (...) Es, además, de gran importancia la proporción entre el desarrollo

o que contribui pra diminuir os conflitos com o Estado vizinho, como esclareceria alguns anos depois um seu compatriota: "Le Portugal jouit d'une frontière naturelle très redoutable, quoique contraire aux lois de la géographie physique. Elle ne consiste pas, en effet, en une seule et même ligne de montagnes; mais les contre-forts des chaines espagnoles y forment comme une longue et épaisse muraille, qui ouvre à peine quelques brèches pour livrer passage à des affluents brisés et torrentueux."⁶⁸¹

l) Apesar de considerar que o relevo português é na generalidade um prolongamento da restante morfologia ibérica, mesmo assim este individualiza-se pela sua menor altitude e pela disposição da: "(...) superbe serra da Estrella (...) les monts de l'Étoile ont une individualité distincte et ne se rattachent au reste du système que par un seuil momteux bizarrement raviné."⁶⁸²

m) A prova material da existência de uma fronteira, mal vigiada e que na maioria dos locais é de fácil transposição, fez florescer o contrabando em detrimento do comércio legal sinal de que os povos peninsulares estavam de facto de costas voltadas: "Bragança (...) suivant les oscillations des tarifs, elle expédie ouvertement ou par contrabande les étoffes et autres marchandises de ses entrepôts (...) et par chemin de fer (...) ne lui expédie guère que du poisson et les porcs de l'Alemtejo."⁶⁸³

n) A individualização de uma população autóctone, possivelmente de origem Celtibera que seriam os Lusões, tribo quase mítica cuja vaga localização corresponderia à região centro de Portugal, muito embora de limites mal definidos entre o Mondego e o Tejo⁶⁸⁴

Apesar de todas estas diferenças geoeconómicas entre os dois países ibéricos, considera E. Reclus que os condicionismos geopolíticos se não-de sobrepôr aos aspectos histórico-políticos e que a união dos dois países far-se-á num futuro não muito longínquo. Fazendo jus à sua ideologia política, refere que esta será sob a forma de uma federação.⁶⁸⁵ O único regime político em que tal facto é exequível, como também preconizavam Pi y Margall, Salvador de Madriaga; Henrique Dias Nogueira, Teófilo Braga ou Latino Coelho, sob a forma de uma república, o que no entanto não é referido abertamente na obra do geógrafo francês.

de las fronteras y la superficie total del territorio circunscrito. Una frontera cuya longitud aumenta por la existencia de numerosos entrantes y salientes ofrece mayores dificultades de orden político y estratégico que otra en cierto modo rectilínea." A. Dix, 1929, pp.95-100.

⁶⁸¹ M. Charles Quiévreux, 1906, p. 48.

⁶⁸² E. Reclus, 1887, p. 979.

⁶⁸³ *Ibidem*, pp. 997-1012.

⁶⁸⁴ Apesar de ter sido rapidamente posta de parte esta filiação dos ascendentes dos antigos lusitanos, é verdade que mesmo depois do geógrafo francês, A. Schulten e mais tardiamente ainda, nas primeiras décadas do século XX, Mendes Corrêa volta a considerar esta opinião, muito embora achando-a pouco verosímil.

⁶⁸⁵ Talvez mais significativo ainda, seja o facto da efémera Iª República Espanhola ter adoptado o sistema federalista como forma de governar um País em que os evidentes contrastes climático-morfológicos e etnográficos originaram o surgimento de regiões naturais que se dividiram em numerosas regiões provinciais, muito embora os limites entre umas e outras não sejam coincidentes: "La constitution fédérale que s'était donnée temporairement la république espagnole était donc justifiée par la forme géographique du pays et l'histoire des habitants (...) Les populations cherchent leur équilibre naturel, dont une condition essentielle est le respect des limites tracées entre les provinces par les différences du sol et du climat, ainsi que par les diversités de mœurs qui en sont la conséquence. Il est donc nécessaire d'étudier à part chacune de ces régions naturelles, sans oublier que les divisions politiques ne suivent exactement ni les lignes de faite entre les bassins, ni les frontières entre les dialectes." E. Reclus, 1887, p. 707.

Theobald Fischer: as unidades morfoestruturais da Península Ibérica

O geógrafo alemão Theobald Fischer (1846-1910), Professor de Geografia na Universidade de Magdeburgo, politicamente um monárquico nacionalista, publicou os seus primeiros artigos sobre a importância do expansionismo territorial da Alemanha em finais do século XIX, isto é acerca da necessidade da mobilidade das suas fronteiras à custa dos países limítrofes, possivelmente influenciado pelos artigos de S. Passarge e sobretudo de F. Ratzel sobre o assunto: “When the *Geographischer Anzeiger* was launched in 1900, Theobald Fischer initiated the journal with a short article on «The German Reich in its actual boundaries: an ephemeral mayfly», welcoming the new journal as «serving the national idea».”⁶⁸⁶

Como geógrafo colonialista, realizou diversos estudos sobre a paisagem geográfica do Norte de África, entre os finais do século XIX e os primeiros anos do século XX, particularmente do litoral atlântico de Marrocos onde esperava que a Alemanha Imperial do I Reich fundasse uma vasta colónia, um novo *Lebensraum* destinado a canalizar os excedentes demográficos germânicos e sobretudo a investir capitais financeiros desse País na exploração dos recursos mineiros e agrícolas nessa região do Magreb. Enquanto em termos geoestratégicos, pugnava pela fundação de uma base militar alemã na cidade portuária de Mogador, destinada a impedir ou pelo menos a limitar a influência expansionista anglo-francesa na região.

Nessa sequência, visitou a Península ibérica, considerada um “(...) mundo a parte”⁶⁸⁷ devido ao seu isolamento da restante Europa, não só por estar separada pelos Pirenéus mas também, por ser constituída quase na totalidade por altos planaltos rodeados por cadeias montanhosas e estreitas planícies nas áreas periféricas.⁶⁸⁸

Este facto induziu aquele geógrafo alemão a realizar um rápido trabalho de campo (1893) em que seguiu a mesma linha metodológica de M. Willkomm ao considerar como uma unidade distinta e, quiçá a mais importante no conjunto da área central da Península Ibérica, o Maciço Antigo, designado por *Taffeland* (Meseta ou mais correctamente por áreas aplanadas) não só do ponto de vista geomorfológico como paisagístico, a terra de Castela e Leão dos altos planaltos áridos e estéreis.

Numa perspectiva determinista terão sido estes os condicionantes principais que forjaram o carácter dos povos que propagaram o ideal da hispanidad: “The high central region, which is almost

⁶⁸⁶G. Sandner; D.Hooson, 1994, p. 77.

⁶⁸⁷ O. Maull, 1960, p. 378.

⁶⁸⁸ As características peculiares da sua morfologia, são tais que: “ (...) la franja litoral se aísla y se fragmenta materialmente por la disposición del relieve, por la forma y orientación de los valles, y vuleve la espalda a las mesetas del centro (...) si se aplica a las pequeñas unidades costeras del este español y por eso tantas regiones marítimas de Iberia tuvieron destinos autónomos en múltiples momentos de la historia.” M.Barcia Lago, 2008, p. 95.

encircled by mountain valls, exercises in summer an influence through its beat upon the climate conditions of the whole peninsula, and gives the latter in short a tone which reminds of the Asia. (...) on the tableland, on the other hand, there is but little erosion, owing the small rainfall and the very slight variations of level; this region is a series of monotonous plains, over wich one might, as in La Mancha, travel for hundreds of miles without varying one's height above the sealevel more than 150 feet (...) The inhabitants of the central districts carry on the agriculture and cattle-rearing exclusively, limited, however, almost entirely to the cultivation of wheat and shepp-breeding."⁶⁸⁹

As divisões morfoestruturais da Península Ibérica (Theobald Fischer 1893)

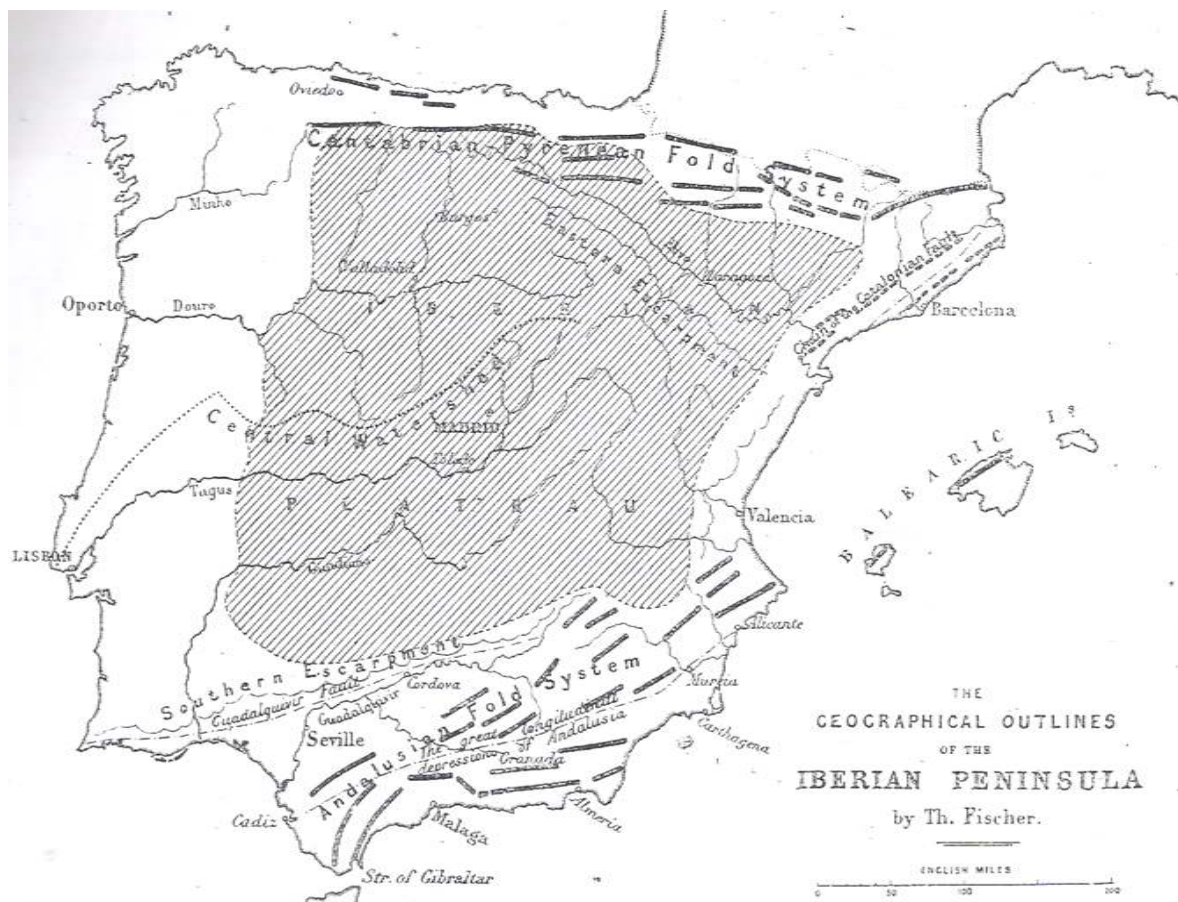


Figura 29

Fonte: Theobald Fischer - *The Geography and Social Conditions of the Iberian Peninsula*, *The Geographical Journal*, N° 4, Vol I, Londres, 1893, p. 249.

⁶⁸⁹ Th. Fischer, 1893, pp. 248-250.

A originalidade de T.Fischer não reside quanto a nós, apenas no facto de ter definido, delimitado e cartografado⁶⁹⁰ as grandes áreas de relevo morfoestruturais da Península Ibérica (Figura 29), entre as quais o Sistema Central Divisório (*Iberisches Scheidegebirge*) que posteriormente H. Lautensach esclareceria tratar-se de: “Um sistema de montanhas que atravessa a Península de ENE para WSW, que Macpherson comparou à sua espinha dorsal e que Th. Fischer chamou *Hauptscheidegebirge* (Cordilheira Divisória Principal ou Cordilheira Central). Trata-se de um sistema de *horsts* escalonados uns em relação aos outros, que começa a Leste com a Sierra de Guadarrama prolongando-se para Ocidente até que abrange território português na Serra das Mesas, e se estende em *horsts* sucessivos pelas Serras da Estrela, do Açor e da Lousã, assim como por uma cadeia paralela, ao Sul, que culmina na Serra da Gardunha. Este último escalão é exclusivamente português”

⁶⁹¹

Os estudos minuciosos de T. Fischer permitiram-lhe antecipar em mais de três décadas alguns dos pontos de vista do seu compatriota H. Lautensach.⁶⁹² Especialmente significativo pelo facto de ter considerado que a individualização política de Portugal enquanto Estado soberano está inserido na quase totalidade no que denomina de «bloco ibérico», ainda mal delimitado mas já se suspeitando ser mais extenso do que a Meseta propriamente dita: “(...) aún más la elevación de la meseta no es simétrica.”⁶⁹³ Esse facto dever-se-ia fundamentalmente a um conjunto de factores naturais de base geográfica que conduziram à individualização da fronteira que mais do que assente em tratados diplomáticos e acontecimentos históricos, dependeria de características morfoestruturais como a diferenciação dos perfis dos rios Tejo, Douro e Guadiana quando servem de limite entre os dois países.

Para além deste factor, existe um outro, também de ordem natural e que terá condicionado a evolução política da generalidade da Península Ibérica e, particularmente, de Portugal, que foi a extrema dissonância do que designaremos por «ambiente geográfico» isto é, o conjunto de factores naturais e humanos que se reflectem nos aspectos económicos e políticos existentes entre o centro e o interior (núcleo) peninsulares: “The great contrasts in the nature of the country are expressed also in the political geography, because at no time, except as a member of the Roman Empire, has the peninsula been politically united. Portugal, as the most independent and individualised of the outer territories, has managed to preserve its independence to this day.”⁶⁹⁴

⁶⁹⁰ “(...) El mapa de Theobald Fischer (1894), con amplio «Bloque ibérico» que se refiere a la unidad morfológica y estructural meseteña.” J.Vilà Valentí, 1990, p.98.

⁶⁹¹ R.Ribeiro;H.Lautensach, 1987, pp. 11-12.

⁶⁹² Ver a estes respeito a obra em que citou e traduziu parcialmente a comunicação de Theobald Fischer, H.Lautensach, 1931, pp. 362 - 409.

⁶⁹³ M.Bracia Lago, 2008, p. 95.

⁶⁹⁴ Theobald Fischer, 1893, p. 25.

Mais explicite, o geógrafo J. Brunhes dá-nos uma outra visão dos considerandos de T. Fischer sobre a autonomia de Portugal no conjunto da Península Ibérica, se bem que se reporte aos aspectos naturais relativamente à delimitação da fronteira comum, como geógrafo regionalista vidaliano que se preza de ser, não deixa compreensivelmente de salientar o significado da especificidade do «género de vida» dependente da proximidade do litoral: “Le professeur Théobald Fischer, dans un très remarquable travail sur la Péninsule Ibérique, explique avec clarté pourquoi le Portugal a pu conserver son autonomie historique et politique: le Portugal n’est pas autre chose qu’une de ces zones périphériques comme la plaine de Valence ou l’Andalousie qui bordent de toutes parts le plateau central espagnol, mais le Portugal seul est séparé de l’Espagne par les gorges d’érosion et de leurs affluents, frontière naturelle plus efficace que bien des chaînes de montagnes; en second lieu, beaucoup plus qu’aucune autre région de la péninsule, il est intimement uni à la mer: par les grands estuaires, le flot pénètre très avant dans les terres; et le Portugal enfin a vécu d’une vie propre, parce que, ayant les mêmes produits que certaines autres parties de la péninsule, il a dû se détourner de l’Espagne et se tourner vers la mer. Le professeur Fischer compare avec bonheur la situation géographique du Portugal indépendant vis-à-vis de l’Espagne à celle de la Hollande indépendante vis-à-vis de l’Allemagne.”⁶⁹⁵

7.2 - Dantin Cereceda e Hernández–Pacheco: as divisões naturais a diferentes escalas de análise.

Integrado na escola de Geografia de Madrid, é justo evocar a figura de Juan Dantín Cereceda (1881-1943) cujo percurso científico-epistemológico se pode resumir em três fases distintas.

No início da sua carreira científica, interessou-se essencialmente pelas Ciências Naturais, ou melhor pelas «ciências da terra», a Geologia, a Física e Química, como complemento dos seus estudos iniciais em Agronomia, tanto assim que tomou posse (1913) do cargo de docente da disciplina de Agricultura no *Instituto de Bachillerato* de Guadalajara. Como resultado do seu interesse, publicou uma obra sobre a questão agrária, precisamente de uma das áreas mais pobres e secas de Espanha: *Agricultura. Dry-farming Ibérica. Cultivo de las tierras de secano*, (1916). Os condicionalismos do Meio na distribuição dos sistemas agrários, levaram-no a ver quanto era pertinente fazer uma delimitação da Península Ibérica em geral e da própria Espanha em particular, assente na caracterização das suas regiões naturais. Neste sentido, publicou duas obras, *Resumen Fisiográfico de la Península Ibérica*

⁶⁹⁵ J. Brunhes, 1910, p. 29.

(1912) e *Concepto de la región natural en Geografía* (1913) das quais a primeira se tornou por largos anos uma referência obrigatória sobre a Geografia física peninsular.⁶⁹⁶

Podemos delimitar esta fase sensivelmente entre 1912 e 1913, ou o que nos parece mais correcto, prolongá-la até 1920, quando mais fecundo se torna o seu interesse pela Geografia Política a nível internacional, embora estejamos em crer que essa atenção fosse mais aparente do que real, visto ter comentado não sem alguma amargura: "*Alone, without the acceptance of human geography as dominant, political geography would not be anything more than a reflection of historically and constantly changing political circumstances.*"⁶⁹⁷

O mais provável é que esse interesse pontual pelos estudos de Geografia Política se iniciasse com a colaboração num prestigiado e inovador jornal madrileno: "*El periódico El Sol. en cuya fundación colaboraron José Ortega y Gasset y Nicolás Urgoi, empezó a publicarse, en Madrid, el día 1 de diciembre de 1917.*"⁶⁹⁸ Estes escritos, que se prolongaram por quase dois anos, serviram antes de mais para ganhar algum renome e proventos financeiros com a colaboração na secção cultural Historia y Geografía, onde publica todos as quintas-feiras artigos sobre diversas temáticas, desde a Geologia, a Agricultura, aspectos políticos que denomina de «Nacionalidades», a questão Colonial (em Marrocos), Astronomia e Divisão Territorial: "*En total, entre enero de 1918 y enero de 1920, se publicaron ciento diecinueve colaboraciones de Dantín Cereceda.*"⁶⁹⁹ Esta multifacetada intervenção de Dantín, resultou numa série de escritos, que no entanto nem sempre eram da sua própria autoria, alguns deles eram compilações que traduzia acrescidas de comentários seus sobre os assuntos apresentados (Quadro IV). Na impossibilidade de apresentarmos todos os títulos dos artigos em que colaborou, seleccionamos aqueles que nos pareceram estar relacionadas com a Geografia Política ou a Geopolítica, embora apenas pelos assuntos em epígrafe seja impossível destrinçar uns de outros:

⁶⁹⁶ *Ibidem*, pp. 272-393; *Idem*, 1913 pp. 507-514.

⁶⁹⁷ M. Ruiz-Gomez, 1986, p. 38.

⁶⁹⁸ N. Ortega Cantero, 1997, p. 311.

⁶⁹⁹ *Ibidem*, p. 313.

Quadro IV
Título dos artigos publicados sobre Geografia Política e Geopolítica (periódico El Sol, por Dantín Cereceda, 1918-1920)
La Geografía y las nacionalidades (II, 75, Quinta-feira, 14 Fevereiro de 1918).
R.M.: Las fronteras lingüísticas en Europa (II, 82, jueves, 21 Fevereiro 1918. (La Nature, , nº 2.3.12, 19 Janeiro de 1918, pp. 40-46).
Schwalbach, Lucci, L.F. de L.: Estudios geográficos.Alteraciones litorales.La ría de Aveiro (II, 89, jueves, 28 Fevereiro de 1918). (Lisboa, 1918, 70 p.)
Vallux, C.y Brunhes, J. : Los elementos geográficos de la guerra (14 Março de 1918)
Cvijic, J.:La distribución geográfica de los pueblos balcánicos (15 Agosto 1918)
Las nacionalidades de Austria-Hungría (31 de Outubro de 1918)
La futura Alemania (28 novembro 1918)
Los Eslavos de Hungría meridional (19 de Dezembro de 1918)
La Gran Serbia (26 de Dezembro de 1918)
Gallois, L. : Alsacia-Lorena y Europa (26 de Dezembro de 1918)
Polonia (30 de Janeiro de 1919)
La propiedad de la costa dálmata (6 de Fevereiro de 1919)
La Gran Rumanía (27 de Fevereiro de 1919)
La cuestión de Fiume (3 de Julho de 1919)
Los geógrafos y la Conferencia de la Paz (10 de Juljho de 1919)
Etnografía de los yugoeslavos (17 de Julho de 1919)
Europa Central. Magiares y rumanos (31 de Julho de 1919)
Zimmermann, M. : Censo de las Ciudades y población europea de Marruecos (21 de Março de 1918)
Blázquez, A.: Estudios marroquíes (25 de Abril de 1918)
Valle, A. del y Fernández Iruegas, P.: La zona de influencia española en Marruecos.Descripción geográfica de la zona de Melilla (5 de Setembro de 1918)
Las rutas aéreas de Australia (III, 575, quinta-feira, 3 julho de 1919)
Los Eslavos de Hungría meridional (II, 382, Quinta-feira, 19 de Dezembro de 1918)
Cvijic, J. : La distribución geográfica de los pueblos balcánicos (II, 256, Quinta-feira, 15 de Agosto de 1918) (The Geographical Review, vol. V, Maio de 1918, pp. 345-361)
Roubbasud, E. : El saneamiento del Canal de Panamá (I I , 103, Quinta-feira, 14 Março de 1918) (Annales de Géographie, ano XXVII, nº 145, Janeiro de 1918)
S.A.S. Alberto, Príncipe de Mónaco : Trayectoria de las minas flotoantes en el Atántico Norte y en el Océano Glacial durante y después de la guerra (III, 492, Quinta-feira, 10 Abril de 1919) (Comptes Rendus de l'Academie des Sciences, tomo 167, pp. 1049-1056)

Fonte:, Nicolás Ortega Cantero- "La colaboración de Dantín Cereceda en el diario El Sol (1918-1920)", Eria, Revista Cuatrimestral de Geografía nº 44, Departamento de Geografía de la Universidad de Oviedo, Oviedo,1997, pp. 315-319.

Como se depreende da leitura dos títulos apresentados, nem todos dizem respeito à temática tratada, fazemos referência a um artigo sobre morfologia litoral apenas porque o comentário se refere a uma das primeiras obras de um geógrafo português, Luís Schwalbach, docente de Geografia na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Numa segunda fase, que podemos balizar como tendo o seu início nos primeiros anos da década de 1920, em que Dantín Cereceda aprofunda os seus estudos sobre Agricultura, As suas obras sobre o que hoje designamos por Agronomia, mostram-nos o apreço que tinha por esta Ciência que

continuava a ensinar, no *Instituto San Isidro* em Madrid (1922-1939). A multiplicidade de problemas científicos relacionados com a docência leva-o a dar-se conta da interligação entre o meio natural (a trilogia solo-clima-relevo) e a Agricultura, levando-o a interessar-se pelo estudo da Geografia Física, talvez devido ao objecto de estudo comum que é o meio natural no domínio da Geomorfologia, da Hidrografia, da Biogeografia bem como da Edafologia, que considerava serem os principais agentes modificadores da paisagem, numa concepção moderadamente determinista da Geografia e das Ciências em geral: "*This is not to say that Dantín, having a made a distinction between determinism and possibilism.*"⁷⁰⁰ O seu interesse pela epistemologia das Ciências em geral, é fruto das concepções positivistas da época, em que todas as ciências exactas têm de apresentar resultados numéricos, o que só pode ser obtido com a quantificação e tratamento da informação através da estatística: "*Dantín believed that the limited development of geography in Spain resulted from its restriction to hidstorical geography, political geography and statistics.*"⁷⁰¹

Nesta época, os resultados exactos obtidos em todos os ramos das Ciências, tinham suma importância, mesmo as Ciências Humanas necessitavam de apresentar cálculos rigorosos, porque o positivismo então em vigor, não podia aceitar uma mera descrição, mas sim uma metodologia tão rigorosa quanto possível que permitisse formular leis gerais que pudessem ser aplicadas a todos os casos concretos, o que o leva a reflectir sobre a epistemologia e sobretudo sobre o objecto de estudo da Geografia: "*geographical studies must focus on two aspects: the description and interpretation of contrasts.*"⁷⁰² Publicando duas obras sobre o assunto.⁷⁰³ O seu determinismo é tão arreigado que numa posição em tudo idêntica à de F. Ratzel, não hesita em referir a influência do Meio como factor determinante no destino histórico das populações, neste caso Castela em oposição a Portugal e eventualmente também à Catalunha: "La estepa há dado los duros conquistadores; el mar, los colonizadores que civilizan"⁷⁰⁴

Referindo-se exclusivamente às características antropodinâmicas, Dantín Cereceda reafirma lapidarmente o seu determinismo ao enunciar que: "Existe desde luego una estrecha correspondencia entre el relieve y la distribución del índice: los de lugares llanos presentan cabeza más redonda e índice más uniforme que los de las montañas circundantes"⁷⁰⁵

⁷⁰⁰ M.Ruiz-Gomez, 1986, p. 37.

⁷⁰¹ *Ibidem*, p. 36.

⁷⁰² *Ibidem*, p. 37.

⁷⁰³ J.Dantín Cereceda, 1915, pp. 289-317; *Idem*, s/d, pp. 106-113.

⁷⁰⁴ *Idem*, 1915, p. 313.

⁷⁰⁵ *Idem*, 1912, p. 264.

Embora com menos realce, também se interessou pela Geografia Humana, no que diz respeito ao objecto de estudo relacionado com as características da população rural.⁷⁰⁶ Datam desta época (1920-1940) os seus mais fecundos trabalhos sobre a relação entre a agricultura e o meio envolvente, no que podemos talvez já designar por Geografia Agrária, a par dos primeiros trabalhos de investigação profunda sobre aspectos da Geografia Humana no meio rural: " (...) *the work of later years is dominated by the analysis of aridity, clearly a very important problem in Spain. Significantly, his few works on human geography were devoted almost exclusively to the distribution of the population in arid and semiarid zones.*"⁷⁰⁷ O prestígio da sua formação científica, levaram-no a participar em numerosos eventos nacionais e sobretudo internacionais, visto ser Delegado Oficial da U.G.I. (Congresso Internacional do Cairo, 1925) e Delegado ao Congresso sobre Habitat Rural (Cambridge, 1928). Nesta fase, dá primazia aos elementos naturais como os mais importantes para o estudo do Meio, especialmente úteis para a delimitação das regiões naturais e o zonamento da agricultura: "*In fact the most important work of Dantín was concerned with physical geography, though his contributions on methodological concepts of geography and especially on the natural region should also be mentioned.*"⁷⁰⁸ Como o comprova a obra que apresenta⁷⁰⁹ sobre a divisão regional da Península ibérica: *Ensayo acerca de las regiones naturales de España* (1922). Este último volta a ser publicada com ligeiras reformulações⁷¹⁰ sob o título *Régions naturelles de España* (1942), à qual se deveria seguir um outro volume sobre o mesmo assunto mas que não veio a lume devido ao falecimento do autor no ano seguinte.

Sabemos que não lhe eram desconhecidos os trabalhos de Geografia da «Escola Alemã», mormente os que se referiam à Geografia Física e regionalista da autoria de Penck, Hettner e Richtofen, que como veremos devem ter influenciado decisivamente as suas concepções sobre a Geografia em geral e particularmente sobre as regiões naturais: "*The natural region is the product of the mutual reciprocity of the elements that make it up, and it should not be forgotten that these elements react on one another and change: it is a conflict between physical principles and biological ones that govern the world, with all their additions and interferences. He said the natural region as a closed landscape, defined by its morphological character.*"⁷¹¹

⁷⁰⁶ *Idem*, 1931.; *Idem*, 1932, pp. 24-45; *Idem*, 1928, pp. 3-23; *Idem*, 1940-b, pp. 99-464; *Idem*, 1941 pp. 491-525; *Idem*, 1943, pp. 267-371.

⁷⁰⁷ M.Ruiz-Gomez, 1986, p. 36.

⁷⁰⁸ *Ibidem*, p. 37

⁷⁰⁹ J.Dantín-Cereceda, 1922, 386 p.

⁷¹⁰ *Idem*, 1942-b, 397 p Provavelmente esta segunda edição foi publicada devido a instâncias de geógrafos franceses visto que na primeira década do século vinte tinha estudado na Sobornne com Vidal de La Blache e sobretudo E.Martonne, com quem manteve contactos devido às suas excursões aos Alpes Franceses e Suíços.

⁷¹¹ M.Ruiz-Gomez, 1986, p. 38.

Para J. Dantín Cereceda a Geografia não é uma simples descrição dos factos como acontecia no início do século XX, antes pelo contrário, o seu objecto de estudo passa a consistir na explicação dos factos naturais e humanos existentes numa paisagem mas numa relação de causalidade em que os aspectos humanos são o produto do Meio em que se insere o Homem. Segundo essa perspectiva determinista mencionava que: “Ya señala Lapparent que el tipo, los caracteres, los costumbres, están influenciadas en un grado considerable por la naturaleza y disposición general del suelo.”⁷¹² Significa esta afirmação que, a Geografia Física é subordinante em relação à Geografia Humana, bem patente quando refere que o relevo acentuado da Península Ibérica bem assim como a disposição da rede hidrográfica e as condições climáticas, conduzem a que: “(...) en natural consecuencia, los productos del suelo, y al intervenir tan directamente en la misma distribución de los pueblos, formación de su carácter moral y explicación de su historia política.”⁷¹³ Sempre tendo em linha de conta que foram os factos históricos do passado que pré-determinaram os fenómenos actuais, numa linha de pensamento «geohistórica» muito próxima dos geógrafos catalães Pau Vila expressa nas obras *Geografía de España y Portugal (estudiada a base de las grandes regiones naturales)* de 1933 e Jaume Vicens-Vives, *Geopolítica del Estado e del Império*, de 1940.

Como aqueles geógrafos, preocupava-se em ilustrar determinadas instituições culturais tradicionais como a Mesta, em função da disposição do relevo no Centro-Sul da Espanha, os condicionalismos económico-sociais e factores históricos como as instituições políticas subjacentes, por exemplo o relacionamento entre o Consejo de la Mesta e a dinastia Filipina espanhola.

Anos mais tarde, já no início da década de 1940, J. Dantín Cereceda desenvolve esse conceito referindo que as condições naturais são ainda mais condicionantes da actividade humana, especialmente no que concerne aos aspectos socioeconómicos. Sintomaticamente, em consonância com a ideologia dos fascismos ibéricos, mais até com o salazarismo do que com o franquismo, faz a apologia das populações dos meios rurais como sendo aquelas que devido a uma mais estreita relação Homem-Meio melhor preservam as autênticas tradições etno-culturais da Espanha Ibérica. Deste modo, podemos nós afirmar que para o geógrafo espanhol citado, a região natural é a expressão mais autêntica da realidade cultural vivida, dado que nesta se verifica uma interdependência mútua entre todos os seus elementos, sejam eles naturais ou humanos, sendo que ao interagir entre si têm

⁷¹² J.Dantín-Cereceda, 1912, p. 261.

⁷¹³ *Ibidem*, p. 47.

tendência a seguir os preceitos da natureza, e de uma relação de tensão tendem para um sistema de equilíbrio.⁷¹⁴

A metodologia empregue deve ser sempre de síntese e causal, isto é, utiliza as ciências afins da Geografia (com destaque para a Geologia e a Agronomia) para individualizar e explicar a diversidade local e regional dos fenómenos geográficos e assim definir regiões geográficas a partir da identidade de características naturais e acessoriamente de alguns aspectos relacionados com a população. Por isso mesmo, vai passar da teoria à prática identificando diversas regiões naturais na Península Ibérica em que o clima, a distribuição da flora, da fauna, do relevo e, em menor escala, da hidrografia bem como o carácter distintivo das actividades e características cefálicas da população, permitem definir uma região natural, que nós somos tentados a equiparar ao *pays* francês muito embora com uma dimensão diferente. Por sua vez, estas divisões regionais enquadram-se em áreas geográficas cada vez maiores até atingirem o limite das comarcas espanholas.

O conceito de Geografia Política do geógrafo madrileno, tem alguns pontos de contacto com a teorização apresentada sobre o assunto por J. Brunhes e C.Vallaux, não só ao admitir a imbricação entre a Geografia e a História mas também ao considerar que entre as duas Ciências existe apenas uma diferenciação cronológica ou temporal, isto é, ambas estudam os mesmos factos. No entanto, a História fá-lo em termos de um passado referente a fenómenos que já aconteceram, enquanto a Geografia nas suas diversas vertentes, debruça-se sobre a contextualização dos factos históricos actuais: “La Geografía humana es, de otra parte, anterior y superior à la que aqui todavía se viene estudiando com el apelativo de política, el momento actual de la historia.”⁷¹⁵ Para exemplificar esta afirmação, recorreremos ao facto de ambos os geógrafos franceses supracitados considerarem que as instituições políticas - ao nível do Estado e da Nação - reflectirem a sua perenidade e complexidade segundo as características condicionantes do Meio, especialmente significativas para Dantin Cereceda e J. Brunhes quando se referem às condições edafo-climáticas - ou não sejam ambos os investigadores antes de mais especialistas em climatologia de ambientes semi áridos - sendo que a organização politico-social resultante surge primeiramente em locais em que a escassez de água obriga ao agrupamento senão à solidariedade entre as populações.⁷¹⁶

⁷¹⁴ “La región natural es, según Dantin la más acabada expresión unitaria de ese mundo de relaciones que interesa especialmente a la Geografía: constitui el «término final de la mutua reciprocidad de los elementos que intervienen en su composición (relieve, clima, flora, fauna, hombre).” A. Blazquez Diaz; J. Rodríguez Esteban; A. Ruiz-Gómez *et alia*, 1992, pp. 28.

⁷¹⁵ J.Dantin-Cereceda, 1915, p. 290.

⁷¹⁶ Neste sentido, terão sido as características adversas das terras pobres de Castela e Leão a permitir que aí se manifestasse primeiramente um espírito de entre-ajuda comunitária, tendo como consequência a formação de um Estado bem estruturado e organizado a nível militar e político, capaz de absorver as outras entidades políticas de maior dinamismo económico mas politicamente menos fortes situadas nas áreas periféricas peninsulares, em que as características do Meio natural não obrigaram à formação de proto-Estados tão coesos e activos a nível local ou regional que se pudessem afirmar no quadro ibérico.

No entanto, entre Juan Dantin Cereceda e Jean Brunhes existe uma diferenciação significativa que a nosso ver reside nos seguintes aspectos. Para o geógrafo francês a Geografia Humana tem como objecto de estudo a relação entre a actividade Humana nas vertentes económico-culturais, sociais e políticas com o Meio, mas em que claramente este último é superado pelo primeiro. Por isso, dá muito mais ênfase à Geografia Histórica que considera na sua escala de análise local, regional e nacional, como a única que pode estabelecer correlações entre regiões distintas, que por sua vez no seu conjunto serão objecto de análise privilegiada por parte da Geografia Social que mais generalista, permite chegar a conclusões independentemente das variações locais. Para J. Dantin Cereceda essa função será desempenhada sobretudo pela Geografia Física, particularmente pelos estudos de âmbito geomorfológico, e acessoriamente pela Geografia Humana em que a Geografia Política tem uma ênfase muito menor.

Talvez por este facto, considere o geógrafo espanhol que mesmo os fenómenos naturais estudados pela Geografia Física têm um passado histórico que se reflecte no presente, cuja importância é relevante para a Geografia Humana em que a originalidade de um passado histórico deixa patente a sua marca na originalidade de uma civilização que os vidalianos denominam de «género de vida». No entanto como veremos mais adiante, o geógrafo brasileiro pouco se interessou pela Geografia Humana e menos ainda pela Geografia Política na sua vertente teórica e prática,⁷¹⁷ destacando-se muito mais pelo interesse em determinar um método científico que lhe permitisse definir e delimitar regiões geográficas naturais, que considerava serem o objectivo primordial da Geografia.

Em vez de usar uma metodologia idêntica à da escola vidaliana, afasta-se dela por mencionar tal como Silva Telles, também ele influenciado pelo «neodeterminismo natural» dos geógrafos alemães e em parte norte-americanos, que apesar da Geografia ser uma ciência dos lugares, não são os fenómenos humanos que definem uma região, mas sim a similitude dos aspectos naturais, com destaque para as unidades morfológicas e climáticas, cuja importância geográfica enfatiza: "(...) reside en explicar la distribución de los seres, de la misma población humana y los cultivos, y en este respecto la Península no había de ser una excepción."⁷¹⁸ Uma região natural, como clarifica numa obra posterior⁷¹⁹ é independente da artificiosa divisão administrativa, seja ela a província ou a comarca⁷²⁰ isto

⁷¹⁷ Apesar de ter participado no congresso de geógrafos hispano-alemão em Wurzburg nos inícios de 1942.

⁷¹⁸ J.Dantin Cereceda, 1912, p. 187.

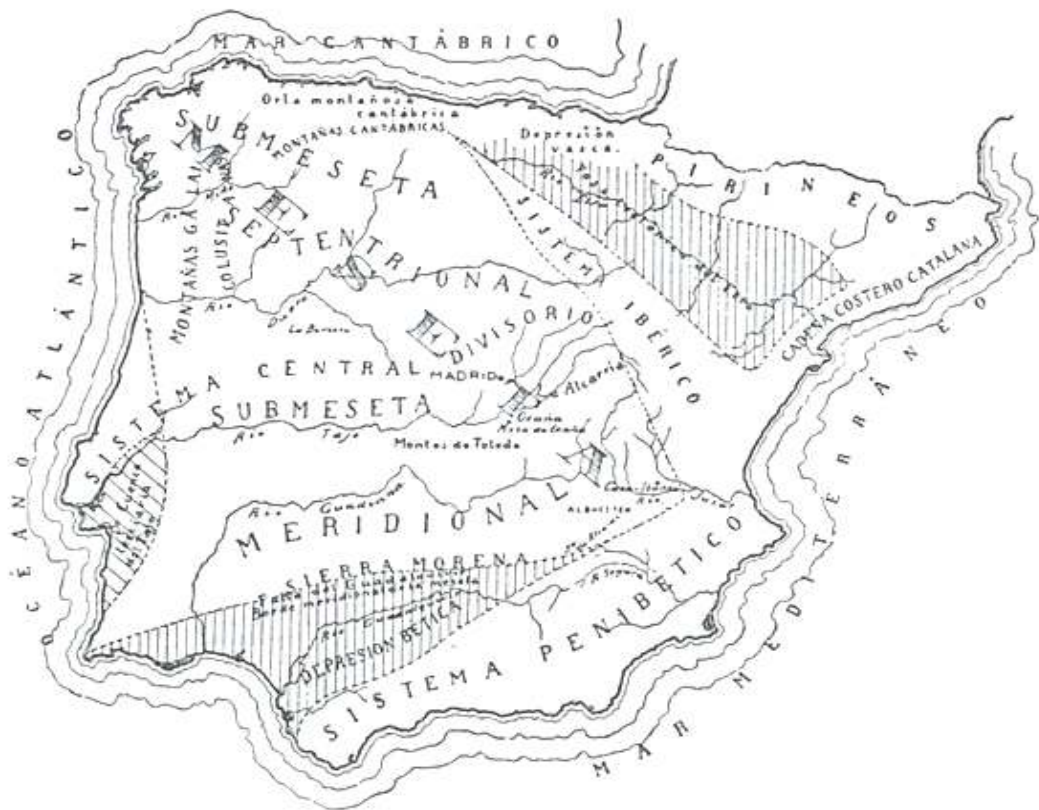
⁷¹⁹ *Idem*, 1942-b, 397 p.

⁷²⁰ Por conseguinte numa posição muito mais radical que a de A. Amorim Girão para quem a divisão administrativa, mesmo aquela puramente teórica e livre de todas as contingências políticas, teria que respeitar os elementos paisagísticos naturais mas também é certo, levar em linha de conta as transformações resultantes da actividade humana que na sua contigência se sobrepõe ao Meio. Por conseguinte, sendo capaz de imprimir um cunho mais diversificado e mais directamente relacionado com o grau cultural e civilizacional da população que habita um determinado espaço, assunto que

porque os elementos que a constituem são essencialmente naturais: o relevo (na sua dupla expressão geográfica e geológica, pois são os aspectos tectónicos e a natureza litológica que determinam as características da paisagem, a vegetação com os seus reflexos directos na pedologia e consequentemente nos sistemas agrários, na fauna e no Homem, este sempre na dependência directa da actuação sobre o Meio que o subalterniza.

Inicialmente, divide a Península Ibérica em grandes unidades regionais de cariz natural. (Figura 30)

Elementos geográfico-geológicos da Península Ibérica



Elementos geográficos constitutivos de la Península ibérica.

Trab. del Mus. de C. Nat. de Madrid.—Núm. 9.—1912.

Figura 30

Fonte: Juan Dantin Cereceda- *Resumen Fisiográfico de la Península Ibérica*, Trabajos del Museo de Ciencias Naturales N°9, Junta para Ampliación de Estudios y Investigaciones Científicas, Instituto Nacional de Ciencias Físico-Naturales, Ed. Imprenta Fontanet, Madrid, 1912, Mapa I, p. 100.

A grande inovação de J. Dantin Cereceda reside quanto a nós, não só no facto de ter delimitado cientificamente as grandes unidades regionais peninsulares com base em quatro variáveis referentes às características geomorfológicas, hidrográficas e antropogeográficas⁷²¹ (Figura 32) mas também pelo mérito de ser, no nosso entender, a que melhor se adequa aos propósitos de mostrar a interdependência entre as regiões naturais hispano-portuguesas,⁷²² nas quais se individualiza na Orla Ocidental a região Atlântico-Portuguesa.⁷²³ Notando-se também a extensa unidade do noroeste peninsular que o geógrafo espanhol⁷²⁴ denomina, apenas por região Galaica⁷²⁵ dada a sua quase uniformidade em termos naturais e humanos: “El macizo galaico (Galicia y el N. de Portugal hasta el Mondego) es una región concreta y distinta. La erosión, actuando durante tan largo tiempo, ayudada de su clima húmedo y templado, por excelencia, abundando los valles, puliendo y rebajando sus cumbres primitivas, ha dado redondez y suavidad á las líneas de su paisaje, determinando con la vegetación que lo cubre, el hermoso país actual (...) en el macizo gallego y N. de Portugal hasta el Mondego, el tipo gallego, con su habla propia también.”⁷²⁶

⁷²¹ J.Dantín Cereceda, 1912, pp. 45-49;146-149; M.Ruiz-Gomez, 1986, pp. 36-38; N.Ortega Cantero, 1997, pp. 313-321.

⁷²² "La región natural nos aparece como término final de la mutua reciprocidad de los elementos que intervienen en su composición (relieve, clima, flora, fauna, hombre), tomando al primero por principio director.Sin olvido de que reaccionan entre sí, surge como un resultado del conflicto entre los principios físicos y biológicos que gobiernan el mundo, con todas sus sumas interferencias," J.Dantin Cereceda, 1915, p. 316.

⁷²³ Entre as dezassete regiões, quatro são transfronteiriças: I- Região Galaica: abarange a Galiza, uma pequena área de Leão, Minho e Trás –os–Montes; IV- Região Lusitana: Beira Interior e respectivos prolongamentos pela região Salmantina e Zamorana; VI-Região Oretana–Extremadura e Alentejo; VII- Região Mariânica-Extremadura, limite setentrional da Andaluzia, Baixo Alentejo e Algarve, correspondem como se denota, até pela designação, a regiões delimitadas mais por aspectos naturais do que propriamente humanos.Foram definidas pela primeira vez por este autor espanhol em 1914 e difundidas entre 1918 e 1919 no periódico madrileño *El Sol* onde era colunista na rubrica «História y Geografía» sendo que estes artigos foram compilados e traduzidos pelo tenente –coronel português Mário (ou Marinha) de Campos que os publicou na *Revista Militar Portuguesa*, Lisboa, 1918. Sintomático que o tenha feito num dos períodos finais da Primeira Guerra Mundial e em que as relações ibéricas se mostravam mais tensas devido às falsidades publicadas sobre as pretensões anexionistas de Alfonso XIII.

⁷²⁴ Como diria outro geógrafo espanhol, Gonzalo de Reparaz, existe uma similitude tão grande entre as duas regiões, que a sua designação depende do ponto de vista da nacionalidade do investigador: “El Miño es gallego (o Galicia es miñota) como Tras-os-Montes es orensano (o al revés).”G. Reparaz, 1929-b; p 152. Ou segundo Ribera y Rovira, de um modo mais incisivo e pormenorizado, formam ambas uma nacionalidade, por conseguinte não deverá haver a necessidade de limites fronteiriços: “Quien recorra Galicia y conozca la región portuguesa llamada miñota, creará encontrarse en un país de idéntico territorio y entre la misma gente.Potugal y Galicia forman una sola nacionalidad bien característica (...)”I.Ribera Y Rovira, 1911, p. 32.

⁷²⁵ J.Dantín Cereceda, 1912, p 269; *Idem*, 1925, p. 24-27.

⁷²⁶ *Idem*, 1912, p. 262-269.

Regiões naturais da Península Ibérica



MAPA DE LA DISTRIBUCION Y EXTENSION DE LAS GRANDES REGIONES NATURALES DE LA PENINSULA IBERICA

I. Región galaica.	VII. Región marítima.	XIII. Región aragonesa.
II. — asturleonés.	VIII. — castellana.	XIV. — levantina.
III. — vasco-cántabra.	IX. — manchega.	XV. — ibérica.
IV. — lusitana.	X. — ibérica.	XVI. — penibérica.
V. — carpetana.	XI. — pirenaica.	XVII. — atlántico-portu- guesa.
VI. — oretana.	XII. — catalana.	

Figura 32

Fonte: Juan Dantín Cereceda-*Regiones Naturales de España*, Tomo I, 2ª Ed., Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Instituto Juan Sebastián Elcano, Madrid, 1942, Mapa VI, p. 111.

Entre as regiões naturais, têm especial interesse para nós aquelas que são transfronteiriças, cuja evolução e posterior delimitação é resultante da aplicação das teorias de W. Morris Davis (1899) em que a hidrografia é a expressão das formas de relevo e este por sua vez é modificado pela actuação dos caudais dos rios. Resulta daí a importância dos rios ibéricos como determinantes do modelado da respectiva bacia hidrográfica e a importância que assumiu o levantamento do Maciço Antigo e os leves dobramentos do relevo em determinados troços da fronteira hispano-portuguesa, tendo como resultado o encaixe dos rios: “(...) al romper de la frontera lusitana.”⁷²⁷ A par da consequente alteração no caudal, do seu perfil transversal e obviamente das margens que se tornaram mais altas e escarpadas, conduziram mesmo a uma reorganização da rede hidrográfica e do perfil de equilíbrio do Douro (submeseta Norte) e do Tejo (submeseta Sul) cuja bacia está separada da anterior pelos Montes de

⁷²⁷ J.Dantín Cereceda, 1942, p. 19.

Toledo. Se ambos entram em Portugal em plena fase de maturidade que é bem nítida para o Tejo, não o é tanto para o Douro, que sofre um rejuvenescimento ao atravessar as arribas fronteiriças, passando a ter também uma importante acção de desgaste. Caso diferente é o da bacia do Guadiana (submeseta Sul), cujo curso de água apesar de um certo rejuvenescimento ao atravessar a fronteira no Pulo do Lobo é nitidamente um rio na fase de velhice.

Por conseguinte, para J. Dantin Cereceda, tal como outros geógrafos espanhóis que na mesma época estudaram as condicionantes dos limites administrativos entre Portugal e Espanha, estes são essencialmente determinados pelos rios ibéricos que ao entrarem em Portugal alteram o seu curso e o seu leito: “(...) y en el resto los grandes rios meseteños -Duro, Tajo, Guadiana-se prolongan en Portugal, después de salvar fuertes desniveles, a veces en cataratas-arribes del Duro.”⁷²⁸

Perfil transversal no Maciço Antigo

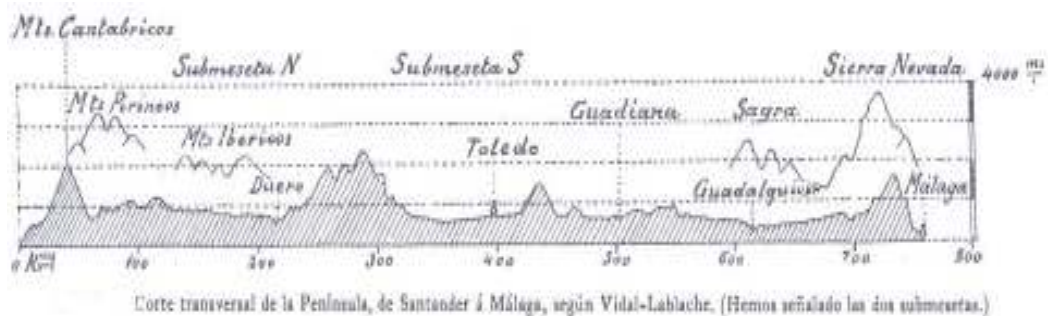


Figura 33

Fonte: Juan Dantín Cereceda-*Resumen Fisiográfico de la Península Ibérica*, Trabajos del Museo de Ciencias Naturales N°9, Junta para Ampliación de Estudios y Investigaciones Científicas, Instituto Nacional de Ciencias Físico-Naturales, Ed. Imprenta Fontanet, Madrid, 1912, p. 21.

Seja como for, para o geógrafo madrileno é o rejuvenescimento dos rios ibéricos que está na origem dos condicionalismos de uma fronteira natural entre os dois países peninsulares. (Figura 33).

A sistematização e delimitação das unidades geomofológicas ibéricas por Dantin Cereceda permitem corroborar a afirmação de E. Reclus quando este refere mais de um quarto de século antes, que a Península Ibérica volta as costas ao interior «mesetário», devido ao facto do Maciço Antigo estar basculado para Ocidente, que é também a direcção em função da qual se organiza a rede hidrográfica dos grandes rios peninsulares. Mais do que isso, trata-se de um conflito civilizacional entre o litoral e o centro da Península ibérica que considera ser o núcleo original da *hispanidad*, como também salienta Martín Echeverría: “El nuevo Estado tuyo como centro a la gran meseta castellana, que impuso su carácter y su lengua a la mayor parte del territorio.”⁷²⁹ Caracterizada por ser a região mais pobre devido

⁷²⁸ *Ibidem*, p. 96.

⁷²⁹ L. Echeverría, 1928, p. 135.

aos condicionalismos edafoclimáticos e morfológicos que impõem um isolamento devido aos Relevos Periféricos que isolam essa região das áreas mais ricas das Orlas ou das Bacias e Depressões que se situam na periferia peninsular.

No entanto, a área central do Maciço Antigo está longe de ser uniforme, é atravessada por uma extensa cordilheira montanhosa que durante muito tempo constituiu o principal argumento da unidade morfológica do relevo peninsular: “Proximamente hacia su mitad y en dirección de E. a W., se halla atravesada la Meseta por la antigua cordillera carpato-vetónica, Sistema lusitano-castelhano de P.Choffat, Sistema Central divisorio que nosotros llamamos, Montañas divisorias principales (*Hauptscheide gebirge*) de los alemanes, columna vertebral de la Península, según la gráfica expresión de Machperson.”⁷³⁰ Mais do que o significado geomorfológico de uma «coluna vertebral» constituída pela extensa cordilheira montanhosa que une as Serras da Gata, Gredos, Guadarrama, Estrela e Gardunha que formam um extenso conjunto com mais de 1000 km de longitude, é a existência de numerosas «vértebras», cadeias montanhosas perpendiculares e que derivam a partir do ramo principal, como sejam os conjuntos montanhosos que para Noroeste formam o que na época se designava por sistema Galaico-Duriense. Podemos pois assinalar que a interpretação dos factos naturais destinam-se a corroborar aspectos políticos: a continuidade perfeita existente entre a geomorfologia do Noroeste Peninsular, como se denota do prolongamento das linhas de falha entre a Galiza e o Minho, reforçando a ideia de que a fronteira seja ela qual for, é apenas e só um limite artificial, mesmo que seja em parte do seu traçado delimitada por cursos de água.⁷³¹

O prolongamento do Sistema Central Divisório Ibérico também se estende para Sudoeste constituindo as Serras da Lousã, Açor e S. Mamede; por outro lado a Cordilheira Central divide o maciço em duas unidades basculadas em sentido inverso: enquanto a parte setentrional do Maciço Antigo (integrando Leão, Castelha-a-Velha, a Galiza e já em Portugal Trás-os-Montes, Minho, Beira Alta e Beira Baixa) é mais montanhosa e tem um basculamento de Este para Oeste. A área mais meridional (Castela-a-Nova, Mancha, Extremadura, e Alentejo) tem um basculamento em sentido inverso, de Oeste para Este, tendo um relevo menos acentuado: “Parece la Península un bloque continental, que estuviere solicitado por dos fuerzas antagónicas que, en sentido opuesto tratasen de inclinar sus accidentes geográficos unas veces hacia el N., siguiendo la tendencia de inclinación á que obedecen

⁷³⁰ J.Dantin Cereceda, 1912, p. 28.

⁷³¹ Neste particular o mapa geomorfológico apresentado por Dantin Cereceda, como o próprio reconhece baseado nos trabalhos subjacentes à *Carta Hypsometrica* (1907 e 1917) de Paul Choffat tem particular interesse para nós pelo que concerne à linha de falha Régua-Vilarinho da Raia-Chaves-Verin e que corta perpendicularmente a fronteira hispano-portuguesa, dando razão a H. Lautensach quando este afirma na década de trinta do século passado, que existe um dobramento resultante de um sistema de falhas e fracturas que em certos troços da linha divisória comum separam os dois países ibéricos. Por isso a leitura deste documento cartográfico torna-o mais significativo do que se fora um simples mapa físico: “La región galaica que comprende para nosotros toda Galicia y el Norte de Portugal hasta el Duero en su mayor parte macizo de terrenos arcaicos y graníticos, sometido a la erosión desde muy largo tiempo, aparece como una de las regiones más naturales de la península.” *Idem*, 1942, p. 89.

los estratos del continente europeo, otras veces hacia el Sur, en sentido inverso, existiendo entre ambas un plano neutral en el que es nula la solicitud en uno ú otro sentido.”⁷³²

Contudo, o significado é mais profundo e ultrapassa a mera imagem relativamente abstracta de cariz geomorfológico e tem evidente conotação política: tal qual como num ser vivo, em que a coluna vertebral é o suporte da sua organização estrutural, também os dois países ibéricos, «organismo vivo» organizado em torno de um território como preconizava F.Ratzel, se encontram insofismavelmente ligados entre si em torno do «coração» da Ibéria que é a região mesetária do centro da península onde se iniciou a génese da identidade castelhana.

A este propósito, o núcleo central da Península ibérica, ou seja o Maciço Antigo, foi objecto de forças tectónicas antagónicas, mas podemos interrogarmo-nos se tais linhas de força também não se poderão exercer em termos geopolíticos, como afirmavam os geógrafos ítalo-alemães, especialmente L. Marchi e H. Lautensach, para quem a Península Ibérica é vista como um pequeno continente que desde a formação histórica dos seu Estados, é objecto da actuação de forças internas contraditórias: linhas de força centrípetas, ou seja continentais que tendem a hegemonizar Castela-Leão-Navarra face aos outros Estados peninsulares e forças centrífugas, que pelo contrário, projectam os Estados periféricos, como Portugal e a Catalunha, aqueles em que acção denominadora de Castela menos se faz sentir, respectivamente em direcção ao Atlântico e ao Mediterrâneo.

Parece-nos quanto a nós, existir aqui uma contradição de raiz relativa à organização dos Estados ibéricos, à excepção de Portugal, a Reconquista Cristã foi feita através da actuação de forças centrípetas conducentes à hegemonia castelhana, o que contraria a diversidade das características naturais peninsulares, pese embora a unidade do Maciço Antigo castelhano, as quais favoreceram a diversidade regional e por conseguinte o despertar dos nacionalismos catalão, navarro e sobretudo basco que conduziram desde sempre o Estado espanhol a uma situação política instável e à existência de uma (proto)Nação que nunca sentiu uma verdadeira unidade nacional como a do vizinho país ibérico.

Para além desta leitura «regionalista e democrático-liberal» dos nacionalismos ibéricos, salienta-se outra perspectiva que é adoptada pela maioria dos geógrafos nas décadas de 1920/1940 que é a de admitir como quase inevitável a divisão regional de Espanha, já que é bem notória a diversidade das características naturais e até humanas do País. Contudo, isso não implica reconhecer *avant la lettre* a existência política dos nacionalismos com as respectivas autonomias regionais. Quando muito essa diversidade é apenas uma desconcentração administrativa, reconhecida apenas nos

⁷³² J.Dantin Cerecda, 1912, p. 102.

aspectos etno-linguísticos e pouco mais, pois Castela tem em termos de Geografia Política, um papel determinante desde a Reconquista Crsitã e que afirmou progressivamente sem perder actualidade e relevância, que é o de dirigir e coordenar as diversas regiões que compõem a unidade política espanhola.

Por outro lado, estas linhas de força geopolíticas são transpostas para o contexto internacional da década de vinte, trinta e quarenta do século passado, actuantes no sentido não só dos paralelos, como referia E.Huntington, mas sobretudo na direcção dos meridianos: só assim se compreende a actuação da política espanhola durante décadas - desde os finais do século XIX até à década de quarenta do século XX - na tentativa de dominar o litoral marroquino entrando em competição com os interesses franceses e sobretudo italianos que aspiravam a tornar o Mediterrâneo um novo *mare nostrum* mussoliniano.

A este propósito, os trabalhos de J. Dantín Cereceda (Figura 32) e mais tarde de E. Hernández-Pacheco bem como de outros geógrafos, entre os quais avultam Gonzalo de Reparaz (pai), E. Huguet Vilar, L. Martín Echeverría e Pau Vila, serviram para justificar a actuação colonial de Espanha no Norte de África, constatando a semelhança entre as cadeias montanhosas do Sistema Penibético (como a Serra Morena) do litoral Levantino-Andaluz e as cadeias montanhosas do Rif situadas no litoral marroquino cuja morfogenia surge citada noutra publicação posterior: “Es probable que la cordillera Penibética, como dice don J. Dantín Cereceda, sea una «cadena plegada por efecto de un empuje meridional que ha actuado hacia el Norte o Noroeste, comprimiendo esa parte de la corteza terrestre contra el macizo rígido de la Meseta, en cuyos bordos meridionales han montado algunos de sus pliegues.”⁷³³

Naturalmente que ambas as áreas costeiras apresentam muitas semelhanças em termos climáticos, de utilização do solo e das características étnicas das populações - como se dizia na época, das raças - derivado de um passado geológico comum: “Esta orientación general SW. de todo el Sistema y de cada una de sus Sierras en particular, y la incurvación del conjunto montañoso en el Estrecho de Gibraltar, para continuarse en el Norte de África, en las cadenas del Rif, describiendo una enorme elipse, cuya concavidad mira al Mediterráneo.”⁷³⁴ Corroborada de uma forma ainda mais incisiva: “(...) el N. de Marruecos no es sino un pedazo de Andalucía, y de sus analogías de clima, de condiciones y aun puramente morfológicas.”⁷³⁵

⁷³³ J.Palau Vera; P.Vila, 1933, pp. 119-120.

⁷³⁴ J.Dantín Cereceda, 1912, p. 102.

⁷³⁵ *Ibidem*, p. 228.

A continuidade do sistema Penibético nas cadeias montanhosas do Rif



Figura 34

Fonte: Juan Dantin Cereceda - *Resumen Fisiográfico de la Península Ibérica*, Trabajos del Museo de Ciencias Naturales N°9, Junta para Ampliación de Estudios y Investigaciones Científicas, Instituto Nacional de Ciencias Físico-Naturales, Ed. Imprenta Fontanet, Madrid, 1912, p. 120.

Inevitavelmente, a esta constatação física das semelhanças entre o litoral levantino-andaluz e norte-africano surge o conceito de semelhança racial entre as populações hispano-magrebina, porque segundo a concepção ratzeliana, um Estado é mais que uma mera superfície territorial mesmo que individualizada das restantes em termos físicos: "(...) porque, al fin y al cabo este, es un organismo social fundado sobre el suelo."⁷³⁶

Para estes geógrafos da década de vinte e trinta do século passado, a concepção geopolítica do espaço espanhol assentava em algo mais: referimo-nos às ideias haushoferianas de um Estado concebido como um organismo social vivo cujas componentes são o território e a população, cuja formação e evolução são susceptíveis de explicação científica, as causas da sua prosperidade e decadência assentam nos condicionalismos naturais do Meio e nas circunstâncias históricas.

A Espanha, perdidas que foram as ilusões coloniais, deu-se conta da dupla desvantagem de estar quase encerrada em si mesma pela dificuldade de transposição da fronteira Pirenaica e da excentricidade face ao resto da Europa. Por isso, passou a ser, particularmente para a «geração de 98», pretexto para uma missão histórica, diríamos quase messiânica, a formação de um império colonial norte-africano com o domínio de um vasto espaço marítimo atlântico-mediterrâneo.

⁷³⁶L. Echeverría, 1928, p. 131.

Consequentemente, data dos finais do século XIX a tentativa por parte de diversos organismos estatais e/ou particulares de Espanha, de uma aproximação com Portugal no sentido de uma geopolítica comum que teria a vantagem de ser mais actuante: o poderio militar, mais naval do que terrestre dos dois países ibéricos, assente no domínio de um litoral atlântico mais extenso dotado de bons portos de mar, cuja importância geoestratégica seria acrescida vantajosamente pela ligação da Corunha com o Atlântico Ocidental, isto é, com uma área de domínio anglo-francês, enquanto Lisboa faria de testa de ponte entre o Atlântico e o Mediterrâneo. A tudo isto, se adicionaria o fortalecimento geoeconómico derivado da posse do vasto império colonial português, melhor administrado porque explorado com mais meios em termos tecnológicos e humanos, o que permitiria à Península Ibérica pelo menos teoricamente, sobrepujar a Itália no domínio do Mediterrâneo e ombrear a par com a França e talvez fazer frente à Inglaterra nos mares. Esta linha de actuação estava em perfeita consonância com as teorias geopolíticas em voga, sobretudo de A. Mahn e H. Mackinder, de quem dominar os mares dominará (também) em terra.

O domínio dos mares, e conseqüente da fronteira marítima, depende das características das instalações portuárias directamente influenciadas pela configuração do litoral, exercendo uma estranha atracção nos geógrafos peninsulares o *haff delta* de Aveiro estudado pela primeira vez de forma científica por Dantin Cereceda⁷³⁷ (Figura 35) seguido de L Schwalbach⁷³⁸ e, quatro anos mais tarde, por Amorim Girão.⁷³⁹ Como não tem importância geoestratégica nem geoeconómica, supomos que se trata de um interesse meramente científico por uma forma de modelado que J. Dantin considera que: "(...) no tiene semejan en todo el litoral ibérico."⁷⁴⁰ Mais do que isso, aproxima-se de outras formas idênticas existentes no litoral do Báltico e estudadas pelos geógrafos alemães, sendo que aquele era um local único que oferecia aos geógrafos ibéricos oportunidade de poderem efectuar determinadas pesquisas de morfogenia litoral, equiparando-se aos alemães de quem aliás copiam termos técnicos como *nehrung* (cordão ou barra litorais) e *haff* (laguna incompletamente formada).

⁷³⁷ J.Dantin-Cereceda, 1912, pp. 132-134.

⁷³⁸ L.Lucci, 1918, 70 p. O mesmo J. Dantin Cereceda, fez uma breve recensão a este trabalho intitulada *Estudios geográficos. Alteraciones litorales, la ria de Aveiro* no periódico *El Sol*, Madrid, 28/ 2/ 1918. A este respeito ver J.Garcia, P.Teles, 1986, pp. 11-12.

⁷³⁹ A.Girão, 1922, XIII+ 190 p. Saliente-se que nesta obra a Figura que ilustra o haff-delta de Aveiro na pag 58 é a mesma que está representada na obra de J.Dantin Cereceda, 1912, p. 133., Aparece referenciada na bibliografia do trabalho académico do geógrafo português.

⁷⁴⁰ J.Dantin Cereceda, 1912, p. 132.

O haff –delta de Aveiro



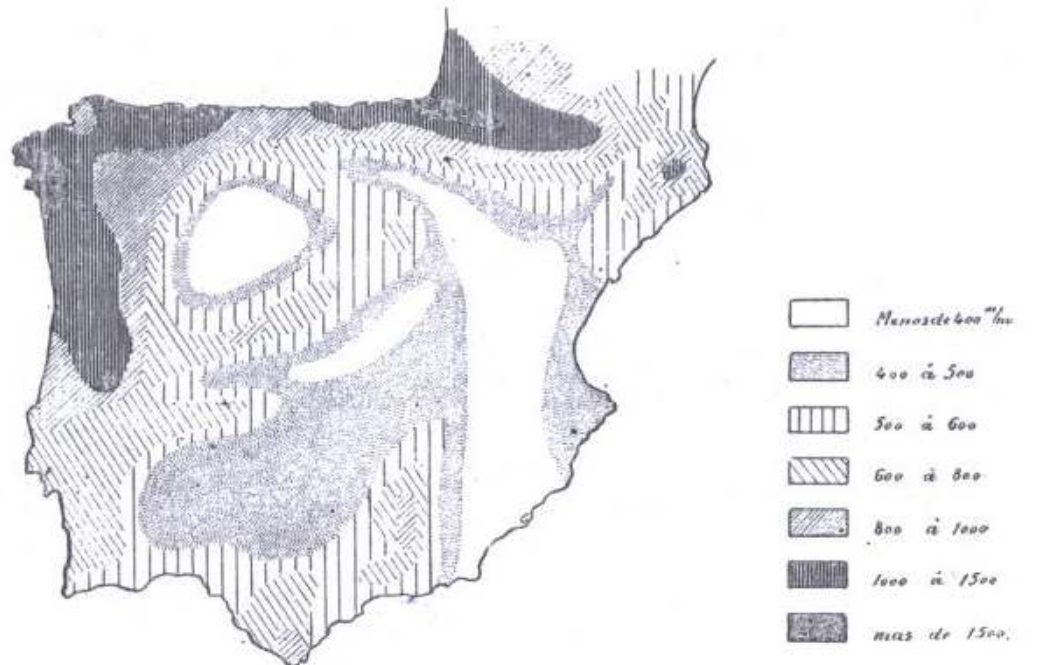
Figura 35

Fonte: Juan Dantin Cereceda - *Resumen Fisiográfico de la Península Ibérica*, Trabajos del Museo de Ciencias Naturales N°9, Junta para Ampliación de Estudios y Investigaciones Científicas, Instituto Nacional de Ciencias Físico-Naturales, Ed. Imprenta Fontanet, Madrid, 1912, p. 133.

No que se refere às características climáticas é interessante verificar que Dantin Cereceda elabora um estudo regional pormenorizado da Península Ibérica, utilizando como Ferraz de Carvalho e Silva Teles, os mapas isobáricos do meteorologista alemão Hann, de Argot e de isonefas de Teisserenc de Bort. Isto permitiu-lhe subdividir a Península Ibérica em três grandes regiões (Figura 36), onde se individualiza como mais pluviosa a do Noroeste peninsular, seguindo-se todo o restante litoral Ocidental com um prolongamento pelo litoral meridional ibérico, enquanto o interior peninsular corresponde a extensa área de escassa pluviosidade. O mais interessante é ter assinalado que a área de maior pluviosidade da Península Ibérica, aquela que J. Brunhes designou como a «Ibéria Húmida» estender-se-ia quase exactamente até à fronteira setentrional hispano-portuguesa, se exceptuarmos uma penetração para Leste ao longo da Cordilheira Central, reforçando ainda mais a unidade natural transfronteiriça do Sistema Central Divisório Peninsular, e que coincidiria com as subunidades

linguísticas asturo-leonesas em que se nota a influência da língua portuguesa (como por exemplo o *hable*), na qual Amorim Girão quis ver com manifesto exagero a presença da língua portuguesa nas Serras da Gata e de Gredos.

Mapa da distribuição da pluviosidade na Península Ibérica



Distribución de las lluvias, en el respecto de su cantidad, en la Península Ibérica, según Angot.

Figura 36

Fonte: Juan Dantin Cereceda - *Resumen Fisiográfico de la Península Ibérica*, Trabajos del Museo de Ciencias Naturales N°9, Junta para Ampliación de Estudios y Investigaciones Científicas, Instituto Nacional de Ciencias Físico-Naturales, Ed. Imprenta Fontanet, Madrid, 1912, p. 212.

Também devemos excluir desta área mais pluviosa as Terras de Miranda (quase exactamente aquelas que Vergílio Taborda delimitou como fazendo parte de uma região geográfica natural pelas suas características físicas e humanas) e que agora surgem individualizadas à escala ibérica. Notando-se ainda uma individualização do Nordeste Alentejano e do Algarve que pela escassez da pluviosidade se enquadram nas regiões mais áridas da área central do Maciço Antigo, aquelas que J. Brunhes nomearia por «Ibéria Seca», que servirá para uma correlação com a distribuição das espécies vegetais. Referindo J. Dantin Cereceda, na linha de Lázaro Ibiza, M. Willkomm e Jules Daveau, que a vegetação de características marcadamente atlânticas corresponde aproximadamente aos limites fronteiriços de Portugal Continental, muito embora se prolongue em determinadas regiões mais para Este, com excepção do Alentejo e da bacia do Tejo onde adquire carácter misto atlântico-mediterrâneo

e do Algarve cuja vegetação se enquadra como a da Andaluzia e do Levante espanhóis numa tipologia marcadamente mediterrânea.

Os então denominados aspectos antropogeográficos merecem uma atenção quase secundária, referindo-se J. Dantin Cereceda (1912) essencialmente aqueles que considera mais dependentes ou mais influenciáveis pelas características naturais. Referimo-nos ao índice cefálico em que utiliza os indicadores calculados por Olariz para elaborar um mapa das regiões cefálicas espanholas. Lamentavelmente, não o faz para Portugal, sabendo nós que já nessa época Fonseca Cardoso o tinha efectuado e apresentado alguns anos antes (1908) e que Eusébio Tamagnini também já deveria ter apresentado os seus trabalhos sobre o assunto. Mesmo assim, o geógrafo madrileno chegou à conclusão que os índices cefálicos mais extremos se observavam entre as regiões espanholas geograficamente mais opostas, não só quanto à sua localização, como também em termos morfoclimáticos, como sejam Oviedo e Alicante, mas com índices superiores aos verificados na maioria das regiões portuguesas. Esta constatação permitiu a Dantin Cereceda, afirmar que os espanhóis são o povo mais dolicocefalo da Europa, exactamente como A. Mendes Corrêa afirmou (1915) em relação aos portugueses, facto demonstrativo de cada um dos investigadores pretender por todas as formas individualizar o seu país no contexto peninsular.

Particularmente importante neste aspecto é o facto de J. Dantin Cereceda ter verificado que a Extremadura e a Andaluzia, assim como mais tarde Mendes Corrêa também referiria reportando-se ao Alentejo e ao Algarve, apresentarem valores intermédios no índice cefálico: "(...) confusión de tipos en Extremadura por mezcla de portugueses, andaluces y braquicéfalos del Tajo, á causa quizá, según nuestro sentir, de su falta de fronteras naturales. Hay tránsitos à las inmediatas en los limites de esta región."⁷⁴¹ Também os limites linguísticos, ou antes, lexicais, serviram tal como para J. Leite de Vasconcelos, para demarcar diversas regiões ibéricas, referindo que a língua galega é a única transfronteiriça porque se estende pelo Portugal Atlântico e não o inverso, como aliás assinalam a maioria dos geógrafos e antropólogos na mesma época: "(...) en el macizo gallego y N. de Portugal hasta el Mondego, el tipo gallego, con su habla propia también."⁷⁴² Tal como na geomorfologia, também em termos humanos que se subordinam aos anteriores, não existe uma individualização entre o Norte de Portugal e a Galiza, constituem ambas uma só região que tem como limite meridional a bacia do Douro.

⁷⁴¹ J. Dantin Cereceda, 1912, p. 266.

⁷⁴² *Ibidem*, p. 269.

Concluindo, para J. Dantin Cereceda, a divisão natural das regiões portuguesas é de uma forma geral o prolongamento das espanholas para Ocidente, apenas se individualizando uma região tipicamente nacional que é aquela que bordeja o litoral atlântico entre o centro e o sul do País. (Figura 37)

Regiões naturais portuguesas, segundo Dantin Cereceda



Figura 37

Fonte: Aristides de Amorim Girão – *Geografia de Portugal*, Ed. Ilustrada, Portucalense Editora, SARL, Porto, 1941, p. 30.

O geógrafo Eduardo Hernández-Pacheco, mestre e continuador de J. Dantin Cereceda, segue praticamente a mesma ordem de ideias deste último, pelo menos durante os dois ou três decénios iniciais da sua carreira que podemos balizar entre o aparecimento da sua primeira obra nos primeiros anos do século passado (1907) até aos meados da década de trinta dessa mesma centúria (1934). No entanto, apresenta duas diferenças significativas: a primeira é a maior profundidade e até modernização dos seus conhecimentos sobre Geologia, a outra, é o facto de não ter publicado nenhum trabalho sobre Geografia Política, apenas mencionando as alterações geológicas e geomorfológicas existentes nas áreas fronteiriças mas sem retirar daí conclusões geopolíticas significativas.⁷⁴³

⁷⁴³ (...) Juan Dantin Cereceda y Eduardo Hernández-Pacheco resultan bastante elocuentes. Coinciden en reconocer la importancia del nexo entre lo natural e lo humano, entre lo geográfico y lo histórico, y en el interés por estudiar su alcance material y espiritual, y la variedad de sus manifestaciones concretas

Torna-se importante conhecer as causas da insistência de Hernández-Pacheco na designação de Península Hespérica, sendo o único autor a fazê-lo numa época em que a controvérsia se faz em torno da designação mais apropriada entre Península Hispânica ou Ibérica.⁷⁴⁴ Apontando para tal a multitude de povos que ao longo dos tempos se foram fixando neste quase continente que constituiu um local de passagem e por conseguinte de aculturação entre diversos povos, entre os quais os Iberos (fixados no Levante e no vale do Ebro), os Celtas (essencialmente na Galiza e Portugal) e os Tartessos (na Andaluzia, especialmente na vale do Guadalquivir) realçando a presença dos Tartessos e dos Cónios no Sul peninsular.

Merece especial destaque a posição geográfica da Península Ibérica face à proximidade do Mediterrâneo e do Atlântico: “Y como la Geografía manda y dirige en la Historia.”⁷⁴⁵ Pois é aquela que vai despoletar os acontecimentos históricos: inicialmente um contacto mais estreito com as populações magrebina e peninsulares, que vai permitir a fulcral ligação cultural dos povos aí existentes com os centros de civilização do Mundo Antigo. No entanto, esta fâcies atlântica da Península Ibérica, em que particularmente se destaca Portugal assim como a Galiza e parte de Leão, as Astúrias e o País Basco, não subalterniza de modo nenhum aquilo que considera ser a essência ibérica: um País, não só em termos de identidade natural mas também como uma unidade política que foi sobrepujada pelos factos históricos, em que um extenso litoral atlântico não influi num todo que constitui a sua unidade na qual ressalta a sua mediterraneidade. Afinal, mais um factor que a distingue da restante Europa tão perto em termos de distância absoluta mas relativamente afastada em termos civilizacionais e culturais.

A percepção das diferenças paisagísticas existentes na Península Ibérica, reflexo de condições naturais distintas, levam a que o geólogo E. Hernández-Pacheco estabeleça nos primeiros anos do século XX uma (ainda) simples e relativamente imprecisa divisão da Península Ibérica baseada em factores de ordem natural: “Las regiones naturales no pueden establecerse en la mayor parte de los casos sino con límites vagos e indecisos, pues, entre otras razones, explica que así sea el que su

(...) Pueden notarse algunas diferencias en la aplicación particular de tal idea (...) Con la renovada atención que la Geografía del momento presta a asuntos como el del paisaje, muy presente en los trabajos de Hernández-Pacheco, o el de la región natural, materia destacada de la obra de Dantín: el estudio de los lazos entre el hombre y el medio, entre la naturaleza y la historia, incorpora así sugerencias actualizadas, de índole paisajística y regional, que permiten precisar y enriquecerlo..” A. Blázquez Díaz; J. Rodríguez Esteban; A. Ruiz-Gómez *et alia*, 1992, p.57.

⁷⁴⁴ O historiador e geógrafo Cebrián também desejou alterar a designação da *Academia de la Historia Iberoamericana* para *Academia de la Historia Hispanoamericana*, com o argumento de que o termo «Ibérica» é impreciso porque a sua actual designação não corresponde em nada à área geográfica assim designada em tempos recuados do Império Romano de Trajano em que ocupava uma extensão desde o mar Báltico até Cádiz e desde França até à Grécia e Roménia; logo seria muito mais correcta a designação de Península Hispânica.

⁷⁴⁵E.Hernández-Pacheco, 1934-b, p. 35.

señalamiento debe hacerse atendiendo al conjunto de los caracteres suministrados por los factores geológicos, orográficos climatológicos y aún biológicos.”⁷⁴⁶

Influenciado pela Geologia, divide a Península Hespérica em três grandes unidades regionais consoante a sua constituição geológica: a Hispânia Silícosa, correspondente a quase todo o território português (com excepção da Estremadura e do Algarve), a Galiza, as Astúrias e Leão, a região de Huelva na Andaluzia e toda a Extremadura. A Hispânia Calcária, constituída por parte da Andaluzia, o Algarve e a região do Levante; enquanto a Hispânia Argilosa engloba as bacias dos grandes rios do Centro e do Sul: Tejo e Sado, Guadalquivir e Ebro. A paisagem geográfica de Espanha apesar da sua grande diversidade, caracteriza-se pela harmonia na combinação e complementaridade entre os seus elementos fundamentais: o solo e a vegetação, o relevo e o clima (especialmente devido ao factor altitude) que contribuem juntamente com a actividade do Homem para uma unidade quase continental face à restante Europa da qual se separa, não só em termos geográficos, mas ainda políticos e económico-sociais pelos Pirenéus que constituem mais do que uma simples barreira montanhosa.

Esta divisão regional da autoria do geólogo Hernández-Pacheco é, para a época em questão (1912), bastante complexa porque resultante da combinação minuciosa de diversas variáveis naturais: “Las regiones naturales no pueden establecerse en la mayor parte de los casos sino con limites vagos e indecisos, pues, entre otras razones explica que así sea el que su señalamiento debe hacerse atendiendo al conjunto de los caracteres suministrados por los factores geológicos, orográficos climatológicos y aún biológicos.”⁷⁴⁷

Numa escala de análise abrangente, refere-se à unidade peninsular sem que isso afecte a especificidade regional: “(...) la complicacion topográfica de nuestro solar hispano: Las zonas occidentales hispánicas son penillanuras de suave orografía, como la verde Galicia, conjuntamente con el pais miñoto y el lusitano-duriense. Aún más típico tiene tal carácter la extensa región natural de la Extremadura española, com él Alentejo português y casi toda la provincia de Huelva.”⁷⁴⁸

Ao contrário de Dantín Cereceda, explica que são as regiões portuguesas que se prolongam por Espanha e não o inverso. (Figura 38) Simultaneamente, chama a atenção para a coincidência quase exacta entre a delimitação da fronteira política com os limites das regiões naturais, especialmente no que concerne ao Algarve, à Galiza em si mesma e ao conjunto da região Galaico-Duriense, se bem que esta se prolongue um pouco mais para Este, por Leão (Zamora e Salamanca) do que os seus limites políticos enquadrados pelo rio Douro e mais a Sul pelo Côa: “Es indudable, por otra parte, que no ya

⁷⁴⁶ *Idem*, 1912, p. 22.

⁷⁴⁷ *Ibidem*, p. 22.

⁷⁴⁸ *Idem*, 1934-a, p. 41.

orográficamente sino geologicamente, la extremidad NW de España forma, con la parte de Portugal situada al N. del Vouga, una extensa región natural caracterizada por el predominio de los terrenos agnontozoicos y graníticos, distinta de las zonas de hundimiento ó sinclinales situadas más al S. entre las sierras portuguesas y españolas."⁷⁴⁹

Regiões naturais portuguesas segundo Hernández-Pacheco



Figura 38

Fonte: Aristides de Amorim Girão – *Geografia de Portugal*, Ed. Ilustrada, Portucalense Editora, SARL, Porto, 1941, p. 30.

O estudo das variações do regime dos três grandes rios ibéricos no seu percurso peninsular era sumamente importante para E. Hernández-Pacheco como aliás tinha sido para outros geógrafos antes dele, como um fenómeno explicativo de diferenciação entre ambos os países peninsulares.⁷⁵⁰ Este facto é devido à demarcação de uma fronteira física entre os países ibéricos⁷⁵¹ resultante das alterações do nível basal da rede hidrográfica transfronteiriça ao entrar em território português,

⁷⁴⁹ *Idem*, 1912, p. 22.

⁷⁵⁰ "(...) la frontera hispano/portuguesa ni es convencional ni se ha formado unicamente por circunstancias pasajeras o tratados diplomáticos, sino que tiene su fundamento o realidad geográfica en la existencia de los macizos peninsulares que determinan el recodo del Duero, los desfiladeros del Tajo y la curva del Guadiana" R.Torres Campos, 1895, p. 362.

⁷⁵¹ "La formación de la frontera entre España y Portugal demuestra ejemplarmente el papel desempeñado por lo geográfico en el acontecer histórico. La interpretación propuesta por Torres Campos en «Nuestros rios» es elocuente: «El recodo del Duero, los desfiladeros del Tajo y la curva del Guadiana son debidos a la existencia de macizos, que constituyen la frontera de Portugal – pues, mal que nos pese, frontera existe entre los dos Estados ibéricos -. No podia ser de outra manera: los grandes hechos, determinantes de la aparición de nuevas nacionalidades, no se producen sin causa; siquiera no sea la frontera de la importancia de esas barreras destinadas a aislar a los pueblos – pero no falta de realidad geográfica (...) entre ambas naciones, «defensas naturales» que obstaculizan la comunicación fluvial y conforman «una fuerte frontera, que sólo desaparece entre el Alentejo y la Extremadura española por Badajoz, y cuyo carácter explica la permanencia de la desmembración del suelo de la Peninsula.» A.Blázquez Diaz; J. Rodríguez Esteban; A. Ruiz-Gómez *et alia*, 1992, p.49.

corroborando assim a existência de uma fronteira natural hispano-portuguesa: “Tal acontece con el Duero en el tramo que forma frontera entre España y Portugal (...). Análogamente, en el Tajo, se señala muy manifiesta la zona de rápidos cerca de Portugal. Por lo que hace al Guadiana, se acusa el desnivel al cambiar, en el Atlântico, volviéndose a señalar muy patentamente el borde de la meseta por la zona de rápidos entre Serpa y Mertola, al Sur de Portugal.”⁷⁵²

Aspecto que numa obra posterior (1934) esmiúça mais pormenorizadamente: “Al salir de la altiplanicie castellana encuentra el Duero el acentuado escalón de la meseta, y se hunde, como su gran afluente el Esla, en las profundas cortaduras de los Arribes fronteirizos (...) El Tajo siempre va en hondos congostos y en estrechos pasos (...) llegando, en régimen de rápidos y de profundas hoces, por la provincia de Cáceres, hasta salir de España y penetrar en Portugal, en la cabecera del extenso estuario (...) sale al mar por estrecho gollete situado entre Lisboa y la península de la Arrábida. El Guadiana (...) entra en Portugal y sólo cerca ya de la desembocadura, corre por angosturas y rápidos en el Pulo do Lobo, entre Serpa y Mértola, y por ancho y largo estuario acaba, pomposo y grande en el Atlântico.”⁷⁵³

Como particularizava E. Hernández-Pacheco, o Tejo é um perfeito rio da Meseta por ter o seu curso meandrizado em planicies estreitas apertadas entre a Serra de Gredos e os Montes de Toledo, mas também devido ao seu potencial aproveitamento hidroelétrico. Precisamente no ano da publicação da obra *Síntesis Fisiográfica y Geológica de España* (1934) elaborava-se o Plan de Desarrollo para o aproveitamento hidroelétrico dos principais rios ibéricos - embora como é compreensível, dada a situação política da época, só se referisse ao troço espanhol - mas que só veio a ser concretizado duas décadas mais tarde já em pleno regime franquista: “Los rios españoles tienen, en general, dos características fundamentales. Es una de las extremas variaciones de sus caudales (...) lo cual justifica la acertada política nacional de recoger las irregulares aportaciones en embalses reguladores para regadíos y producción de energía eléctrica.”⁷⁵⁴

Este facto denota um conhecimento aprofundado das potencialidades económicas que advêm das peculiares características dos perfis transversais não só do rio Tejo mas também do rio Douro: “Sólo por el Oeste las montañas limitantes son poco aparentes, pero se acusa un escalón, o más bien rampa en la zona fronteriza que desciende hacia Portugal; territorio en el que se han realizado, a causa de su disposición topográfica dos acciones erosivas importantes: Una los hondos congostos o profundas barrancadas en zanja, que la acción erosiva remontante del Duero y de sus afluentes, en

⁷⁵² E. Hernández-Pacheco, 1928, p. 8.

⁷⁵³ *Idem*, 1934-b, pp. 23-24.

⁷⁵⁴ *Ibidem*, p. 26.

esta zona, han formado para alcanzar el perfil de equilibrio de su cauce; hondas gargantas de la zona fronteriza internacional, denominadas los Arribes, asiento de altas presas, hoy en construcción, y de importantes embalses engendradores de enormes cantidades de energía eléctrica.”⁷⁵⁵

As gargantas dos rios internacionais ibéricos são como: “(...) una puerta que cierra y abre el paso de Portugal a España.”⁷⁵⁶ Acrescentamos nós, pondo em comunicação através de «diversas janelas muito estreitas» o «vestuto solar hispânico».

A importância de E. Hernández-Pacheco não é tanto a de valorizar a Cordilheira Central, que denomina de Cordilheira Hespérica, como elemento estruturante do relevo Ibérico, o que já tinha sido feito anteriormente por J. Macpherson, S. Calderón e F. Torres Campos, nem sequer da importância atribuída à Serra Morena no conjunto do relevo peninsular ou da especificidade do Maciço Antigo (denominado até então por Meseta Ibérica), aliás já entrevista por Dantín Cereceda, mas antes o de considerar em termos geomorfológicos e mesmo climáticos, a ruptura da unidade *versus* complexidade do Maciço Antigo. Significa que considera pela primeira vez e como o próprio menciona, baseado em observações pessoais, que o Maciço Antigo além de ter sofrido diversas orogénias - que o tornam a ele e não à Cordilheira Central Ibérica o elemento estruturante do relevo peninsular - mais antigo do que aquilo que se pensava e sobretudo, mais complexo, em vez de uma unidade monobloco ou quando muito dividida em duas extensas áreas «mesetárias» surge-nos agora uma superfície fortemente erodida e fracturada que se subdivide numa série de unidades mais pequenas.⁷⁵⁷

Indirectamente, esta nova concepção tem reflexos em termos da Geografia Política peninsular: se por um lado, realça a importância do núcleo fundamental que é o planalto castelhano, génese das nacionalidades ibéricas, por outro admite, ou melhor confirma pela Geografia Física, a falta de unidade política da extensa área abrangida pelo Maciço Antigo, razão para que tenham surgido ao longo da História diversas nacionalidades na Península Ibérica. A complexidade do Maciço Antigo faz com que se distinga nele distintas subdivisões, entre as quais aquelas que se podem considerar transfronteiriças como a Galiza, com o Noroeste português e inicialmente o seu prolongamento para Sul até aos terrenos sedimentares do vale do Vouga já pertencentes a outra unidade geomorfológica e completamente distintos em termos paisagísticos: “Es indudable, por otra parte, que no ya orograficamente, sino geologicamente, la extremidad NW. de España forma, con la parte de Portugal

⁷⁵⁵ *Ibidem*, p. 72.

⁷⁵⁶ *Ibidem*, p. 75.

⁷⁵⁷ “Entre las unidades de relieve destaca la Meseta («La España por excelência, núcleo principal del território y sósten de la nacionalidad», 1928 (...) «la gran Meseta central o castellana, núcleo esencial y primitivo... La más robusta de Europa», 1940, (...). A partir de ella se articula el estudio de las unidades de relieve, concretado en las cordilleras (con «elementos orográficos» meseteños y otros «ajenos»), terminando con la descripción de las costas.” J.Vilá Valentí, 1990, pp. 105-106.

situada al N. del Vouga, una extensa región natural caracterizada por el predominio de los terrenos agmontozoicos y graníticos, distinta de las zonas de hundimiento ó sinclinales situadas más al S. entre las sierras portuguesas y españolas (...). ”⁷⁵⁸

Posteriormente, corrige esta delimitação e passa a englobar no Noroeste peninsular apenas a Galiza e o que designa por “(...) el país miñoto de Portugal.”⁷⁵⁹ O qual abrangeria supostamente o distrito de Viana do Castelo, de limites mal definidos a Sul, já que possivelmente o distrito de Braga, em que se destaca a bacia do Cávado, se integraria juntamente com a do Douro e o vale do Mondego «num verdadeiro *pays* lusitano» que se prolongaria para Este abrangendo parte das regiões de Zamora e de Salamanca: “(...) que son más lusitanas que españolas por su constitución geológica y caracteres fisiográficos.”⁷⁶⁰

Num âmbito mais regionalista, E. Hernández-Pacheco salienta a importância determinante da Cordilheira Central que ultrapassa em muito o de mera divisória do relevo ibérico, visto separar unidades geomorfológicas, climáticas e biogeográficas, diferenciando-as entre si. Este facto vai originar paisagens distintas com estilos de vida próprios e por conseguinte agrupamentos de grandes regiões naturais designadas por *pays* (Figura 39), com uma conotação mais lata que o termo francês e uma divisão metodológica também distinta, que se sobrepõe aos próprios limites fronteiriços entre os dois países ibéricos: “La Zona o País Atlántico comprende toda Galicia, más las comarcas montañosas del Bierzo y de La Sanabria (...) tienen analogías fisiográficas patentes (...) con la actual provincia de Orense y con el portugués de Braganza. Todo Portugal, que es de genuína característica atlántica, está también incluido en dicha zona, más aquellos territorios al Oriente de la República portuguesa, que por su no gran altitud, relieve en penillanura, constitución geológica esencialmente silícea, etc., guardan más analogía con Portugal que con las altiplanicies castellanas o con las regiones béticas andaluzanas. Por esas razones queda incluido en el país atlántico el borde occidental granítico o paleozoico de las provincias de Zamora y Salamanca, estableciéndose la división de la región natural que forma la Cordillera Central o Castellano-Lusitana por la depresión transversal que existe entre la Sierra da Gata y las serranías portuguesas del grupo orográfico de la Estrella. Toda la Extremadura española, con la mayor parte de la provincia de Huelva, la consideramos atlántica, como también a la penillanura escabrosa de la Sierra Morena correspondiente a la parte Norte de las provincias de Sevilla y Córdoba.”⁷⁶¹

⁷⁵⁸ E.Hernández-Pacheco, 1912, p. 22.

⁷⁵⁹ *Idem*, 1934-b, p. 65.

⁷⁶⁰ *Ibidem*, p. 74.

⁷⁶¹ *Idem*, 1934-c, pp. 413-414.

Também outra região transfronteiriça bem identificada é a que se prolonga para oriente, desde o Alentejo até abranger a Extremadura espanhola, o que significa que englobará grande parte da bacia do Guadiana numa única região: "(...) tanto o más portuguesa que castelhana por sus caracterísiticas naturales."⁷⁶²

Por sua vez, como áreas exclusivamente portuguesas, identifica-se a bacia do Tejo e do Sado no Ribatejo, enquanto na Orla Ocidental se individualiza a Extremadura portuguesa: "(...) de las más pobladas y la más rica y frutífera de la república portuguesa, siendo también la de limites más definidos, tanto geográficos como geológicos."⁷⁶³ Nesta última destaca-se a Península de Setúbal e a Serra da Arrábida: "el país que se extiende entre Leiria e Lisboa, y más al Sur la península de la Arrábida, formando este conjunto de territorios interpuestos entre la llanura y el mar una ancha zona litoral com montañas que en general no alcanzan o rebasan poco de los 500 metros de altitud, pero que por su morfología predominantemente tabular, diversidad de constitución geológica y especial naturaleza tectónica y eruptiva, tiene gran interés en la especial estructura de la península Hispánica."⁷⁶⁴

As grandes divisões zonais (*pays*) da península Ibérica

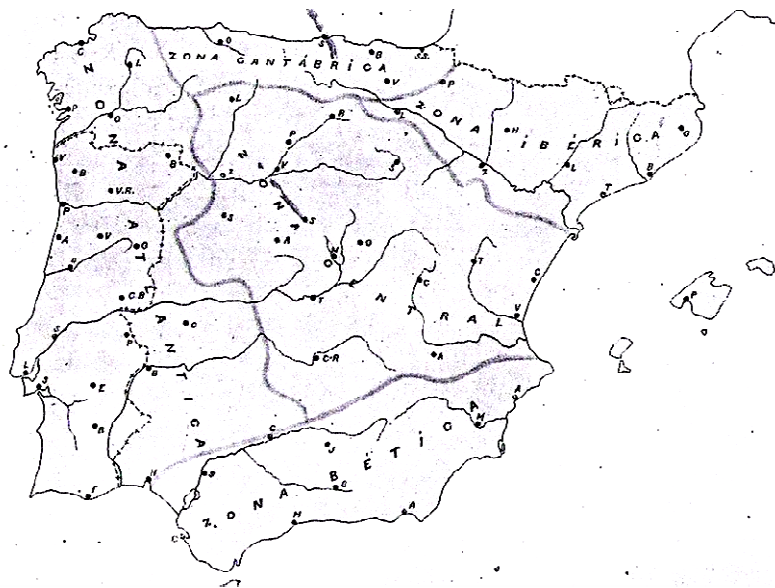


Figura 39

Fonte: Eduardo Hernández-Pacheco - *Síntesis Fisiográfica y Geológica de España*, Fasc. II, Trabajos del Museo Nacional de Ciencias Naturales, Serie Geológica Núm 38, Ed. Junta para Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas, Madrid, 1934, p. 413.

⁷⁶² *Ibidem*, p. 390.

⁷⁶³ *Ibidem*, p. 374.

⁷⁶⁴ *Idem*, 1934-b, p. 179.

Contudo, como discípulo de J. Macpherson, não se coíbe de afirmar que os dobramentos orográficos do Algarve não resultaram da orogenia alpina que afectou a Cordilheira Bética nem que esta se prolongaria por Ocidente até ao Oceano Atlântico. Pelo contrário, aceita a opinião mais antiga dos geógrafos, geólogos espanhóis e portugueses que referenciaram a existência desses dobramentos com um prolongamento para Sudeste através do Estreito de Gibraltar até às cadeias montanhosas do Atlas e do Rif marroquino. O que se nos parece questão de menos relevância não o é, porque fornece um pretexto para reivindicações geopolíticas e respectiva disputa de zonas de influência com franceses e ingleses baseadas na continuidade geomorfológica peninsular pela margem esquerda da bacia do Mediterrâneo.

A delimitação das regiões naturais ibéricas é também uma prioridade para E. Hernández-Pacheco, até porque reconhece que a divisão em províncias existente em Espanha é muito artificial, mais até do que a divisão distrital feita para o país vizinho: “(...) la unidad fisiográfico-geológica, equivalente a la provincia en el orden político-administrativo, es la región natural. Como en el caso del estudio de las grandes zonas o países fisiográficos, se abarca en el de las regiones todo el conjunto hispánico, precindiendo de la línea fronteriza correspondiente a los dos naciones que actualmente ocupan el ámbito peninsular, España y Portugal, y de las divisiones políticas, tanto de las antiguas como de la actual, en provincias españolas o en distritos portugueses, establecidos estos últimos en época reciente, cuando ya los conocimientos pertinentes a la Geografía Física estaban en pleno desarrollo y por lo tanto fundamentadas las divisiones en un criterio más en armonía con las características naturales del país que el que correspondió a las provincias españolas.”⁷⁶⁵

Este conceito vai evoluir ao longo das duas décadas seguintes, até o supracitado geólogo estabelecer nos anos trinta (1934) uma complexa divisão da Península Ibérica (Figura 40).

⁷⁶⁵ *Idem*, 1934-c, p. 417.

Regiões Naturais Ibéricas



Figura 40

Fonte: Eduardo Hernández-Pacheco- *Síntesis Fisiográfica y Geológica de España*, Fasc. II, Trabajos del Museo Nacional de Ciencias Naturales, Serie Geológica Núm 38, Ed. Junta para Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas, Madrid, 1934, pp. 492-493.

Esta delimitação foi teorizada segundo unidades geográficas distintas porque em escalas diferenciadas, desde as zonas fisiográficas denominadas de país (idênticos aos *pays* franceses mas com uma dimensão superior e admitindo uma maior heterogeneidade paisagística) passando pela sua subdivisão em regiões naturais que, por sua vez, são compostas por comarcas naturais, ambas mais homogêneas que as primeiras, mas entrando em linha de conta, para além dos factores naturais, também com factores de ordem humana.⁷⁶⁶ A estrutura desta divisão peninsular, reparte-se por vinte e quatro regiões naturais das quais as seguintes são transfronteiriças: Região 1 - Cordilheira Central e áreas Setentrionais do Maciço Antigo (englobando as áreas de Segóvia, Sória, Salamanca, Guarda e Coimbra até Castelo Branco); Região 8 - Estremenha, englobando as áreas de Badajoz, Huelva, Beja, Évora e Castelo Branco; Região 18 - Galaica - englobando as áreas de Lugo, Ourense, Pontevedra e Viana do Castelo, Região 19 - Lusitano-Duriense- englobando as áreas de Braga, Porto, Vila Real,

⁷⁶⁶ "A semejanza de la región estudiada por Dantín Cereceda, el paisaje que interesa a Hernández-Pacheco es natural, deja ver el efecto unitario de un agregado de fuerzas de la naturaleza (...) puede Hernández-Pacheco delimitar y describir después los variados ámbitos paisajísticos de la Península Ibérica: siguiendo su propio concepto, la consideración de los rasgos del relieve, del clima y de la litología peninsulares le permiten diferenciar y definir los paisajes de «las tres Hispanias»: la silíceo, la calcárea y la arcillosa. Y se refiere además, para concluir, a las «características sintéticas del paisaje hispano». A. Blázquez Díaz; J. Rodríguez Esteban; A. Ruiz-Gómez *et alia*, 1992, pp. 72-73.

Bragança, Aveiro, Viseu, Guarda, Zamora e Salamanca; Região 22-Algarves - Algarve, área litoral do Baixo Alentejo e uma estreita faixa situada na margem direita do Guadiana.

Contudo, esta divisão regional peninsular não se fundamenta só em factores naturais ou sequer em aspectos relacionados com a actividade humana - como a agricultura - que determinam a ocupação do solo em termos de densidade populacional de que resulta a diferenciação em géneros de vida. Existe um outro factor importante que é determinado pela História, que consiste na relevância do factor económico na ocupação e diferenciação espacial dos territórios ocupados; tal como António Sérgio e Alberto Sampaio, afirma a preponderância da actividade produtiva na génese e progressão da Reconquista Cristã, mas ao contrário do primeiro, não dá especial relevância à salicultura mas antes e de acordo com o investigador vimaranense, salienta a valorização económica da agricultura das terras que iam sendo reconquistadas. O que pressupõe não só uma ocupação efectiva das regiões do interior e uma precoce delimitação de fronteiras esboçadas e dotadas de mobilidade entre os reinos peninsulares de Portugal e Castela-Leão derivado da disputa de áreas agrícolas para arrotear, dos povoados a conquistar, das alianças político-diplomáticas mas também uma certa manutenção de antigas divisões naturais pré-existentes, o que não impediu o intercâmbio cultural *versus* uma parcial uniformização cultural que se estendeu de Norte para Sul. Também de acordo com geógrafos espanhóis como Gonzalo de Reparaz, Fran Paxeco e os portugueses Amorim Girão e Orlando Ribeiro, salienta a posição atlântica de Portugal, isto é, o seu distanciamento face aos planaltos do interior ibérico, onde devido à uniformidade morfo-geológica e até paisagística, os limites entre Castela-Leão e Navarra estariam mal definidos face à aparente delimitação por estáveis fronteiras naturais - terrestres e marítimas - do vizinho Estado do Ocidente Ibérico.

Seríamos tentados a afirmar que a entidade política que é a Nação portuguesa para coincidir com os seus limites naturais, ultrapassaria em muito a actual divisória fronteiriça, donde se conclui que esses pretensos aspectos naturais em que se quis fundamentar a delimitação do território português, a existirem, são menos relevantes porque menos individualizantes do que a unidade geográfica, nas suas componentes física e humana com os vizinhos territórios fronteiriços espanhóis.

A divisão política nas Enciclopédias Universais espanholas

A importância das Enciclopédias Universais, a meio caminho entre o erudito e a divulgação, são significativas para escrever a história do pensamento geográfico espanhol, não só para termos uma ideia do conjunto da unidade nacional vista pelos próprios espanhóis, mas também ajuizar da

relevância dada a cada uma das grandes regiões no conjunto do País e da relação destas com as faixas fronteiriças vizinhas.

A inovação da Geografia clássica em Béltran y Rózpide e Vicente Vera

A nossa análise de *El Cielo y la tierra, Novísima Geografía Universal Ilustrada* (1927) da autoria de R. Beltrán y Rozpide e Vicente Vera onde também colaborou Gonzalo de Reparaz, deve-se ao facto de constituir uma obra emblemática para a época, tanto assim que teve sucessivas reedições refundidas sob a designação de *Geografía Universal Ilustrada* em 1951, 1955 e 1967. Podemos referir que a edição que consultámos, de 1951, não apresenta diferenças significativas em relação às edições anteriores, salvo no que diz respeito à organização dos volumes.

O texto apresenta uma descrição da Península Ibérica em que esta deixa de ser vista, no quadro da Geografia física, um tanto enfaticamente, como um continente em miniatura, quase isolado da restante Europa; enquanto em termos da Geografia Humana, dá-se relevo à diferenciação face aos restantes países europeus devido à sua «vocação civilizacional» tendo mais afinidades com o Norte de África, para os espanhóis, e com ligações mais estreitas com a África Ocidental, para os portugueses.

Um aspecto interessante reside no facto de se registar uma sensível diminuição do carácter determinista das condições naturais. Estas deixam de estar submetidas a condicionalismos zonais (como a lei dos paralelos civilizacionais de E.Hutingthon), para se centrarem mais no aspecto da dinâmica da atmosfera e nas características da disposição do relevo que interagem entre si e com a rede hidrográfica nas regiões montanhosas do Ocidente Ibérico. Continua a dar-se ênfase à unidade transfronteiriça do relevo ibérico, principalmente a denominada Cordilheira Carpeto-Vetónica ou Sistema Central mas entendida como uma divisória das bacias dos rios Douro e Tejo, 2os quais: “(...) han sido los puntos de condensación de la nacionalidad portuguesa.”⁷⁶⁷

Relativamente à formação e individualização política de Portugal a que se associa a delimitação da sua fronteira, são ambas vistas como tendo na origem causas naturais, numa posição muito semelhante à de Silva Telles. Será a existência de um clima oceânico, a par de um ambiente biogeográfico próprio que permite uma subdivisão regional peninsular em área atlântica e mediterrânea-atlântica, em contraposição à uniformidade climática continental do interior de Espanha.

Outro aspecto considerado é a navegabilidade dos rios ibéricos somente na área Ocidental do Maciço Antigo e nas Orlas, em oposição à sua quase intransponibilidade na área fronteiriça, onde com

⁷⁶⁷ R. Beltrán y Rozpide; V.Vera, 1951, p. 327.

manifesto exagero se refere a existência de cadeias montanhosas e «estepes» despovoadas, tornando a área zonal da fronteira quase como uma no *man's land* que pré-determinaram a existência de uma fronteira de separação com os restantes Estados Ibéricos e posteriormente permitiu uma individualização face à hegemonia castelhano-leonesa.

Em todo o caso, numa óptica anti-ratzeliana, deixam os factores naturais de serem vistos como condicionantes da actividade humana para passarem a ser apenas agentes modeladores da paisagem, mas mesmo assim determinantes porque, tal como para Mendes Corrêa, E. Reclus e em parte Silva Telles, terá sido a diferenciação natural que conferiu uma individualidade político-geográfica ao Estado português.

No entanto, tal como também assinala Fran Paxeco (1932) a formação de Portugal e a estabilidade da sua fronteira resultaram essencialmente de um conjunto de factores naturais e humanos favoráveis à adaptação de uma sociedade activa ao espaço que ocupa, que foi a causa primordial para a manutenção da independência e a consciencialização da Nação enquanto tal. Este facto só terá sido possível com a projecção atlântica de Portugal, ou seja com a expansão marítima, bem expressa para os autores da obra, na importância geoeconómica do porto de Lisboa considerado o «melhor da península», o que conferiu ao País, simultaneamente, uma personalidade geopolítica diferenciada dos restantes Estados Ibéricos e lhe permitiu resistir à atracção aglutinadora, primeiro de Castela e, mais tarde, de Espanha. Teoria esta que é uma nítida aplicação dos conceitos de C. Vallaux sobre a importância da configuração do litoral na génese de Estados independentes.⁷⁶⁸

A posse de um determinado território onde a circulação flui com relativa facilidade entre o interior e o litoral, o Norte e o Sul terá sido para Beltrán y Rozpide e Vicente Vera, e mesmo Gonzalo de Reparaz, um dos factores mais importantes para que a população portuguesa se consciencializasse de que o espaço que ocupava teria de ser entendido em conjunto, como produto de toda uma sociedade, dando origem à colectividade inserida num determinado território limitado por fronteiras e que denominamos de Nação.

A projecção da imagem peninsular na obra de Miguel Santaló

A segunda obra em análise *Geografía Universal-Descripción Moderna del Mundo, España y Portugal*, Tomo III (1929 e 1930) é da autoria do professor da Escuela de Maestros de Gerona, Miguel

⁷⁶⁸ “Um dos mais nítidos parágrafos do capítulo atinente à diferenciação está, cremo-lo, na descritiva dos germes de que nascem as nações. Vallaux formula esta regra: «Ha tendência permanente a formar estados autónomos nas regiões geográficas melhor diferenciadas; as energias activas dos estados constituídos nessas regiões incentivam - os a estender-se às regiões menos diferenciadas.” F. Pacheco, 1932, p.58.

Santaló i Pavorell. O mérito do autor deve-se não só ao facto de ter sido pioneiro na concretização de uma verdadeira Geografia Regional de nítida influência francesa mas também por ter idealizado a estrutura da obra em análise simultaneamente com fins científicos e pedagógico-didáticos, uma vez que se destinava não só ao público académico da Universidade de Barcelona mas essencialmente aos seus alunos da *Escuela Superior del Magisterio*, também conhecida como *Escuela Normal de Girona* (1918-1932). Já na II República foi nomeado Director de la Escuela de Mestres i Mestresses de la Generalitat de Catalunya (1932-1939) e Profesor de Metodología da Universitat Autònoma de Barcelona (1933-1939). As suas obras acusam uma nítida influência francesa, especialmente de autores como L'Espagnol, E. Martonne, J. Brunhes, A. Camenna D'Almeida, Vidal de La Blache, mas também de autores alemães como F. Ratzel e K. Ritter ou de norte-americanos como William Davis sem olvidar o seu mestre Béltran y Rozpide.⁷⁶⁹

Na obra em análise, o geógrafo catalão elabora uma completa descrição generalista de Espanha, onde sobressai a importância dada aos aspectos naturais como a geomorfologia do relevo espanhol - com os respectivos prolongamentos para Portugal que é apenas referenciado de passagem - seguindo-se a climatologia, a hidrografia e, acessoriamente, os aspectos humanos com um certo destaque para o povoamento e a caracterização dos principais centros urbanos que no seu conjunto, nos pretendem transmitir a imagem da Espanha como um país próspero.

Registe-se o facto de cada uma das regiões administrativas espanholas, ter sido descrita por diferentes geógrafos, naturais e/ou docentes dessa área, indicando-se aqui as que são fronteiriças com Portugal: 1- Galiza por Ramón Otero Pedrayo, que escreveu um pequeno prefácio no primeiro volume do Guia de Portugal (1924), e professor no Instituto de Orense; 2- Leão por E.Hernández-Pacheco, professor de Geología na Universidade de Madrid que elabora esta descrição da província espanhola possivelmente com a colaboração de J. Dantín Cereceda, professor de Agronomia no Instituto de San Isidro (Madrid); 3- Andaluzia e Extremadura por António Jaén Morrente e António Bermejo de la Rica, respectivamente professores nos Institutos de Sevilha e de Baeza.

O geógrafo Miguel Santaló refere que a Geografia tem por objectivo explicar cientificamente as relações recíprocas entre os elementos naturais e biológicos, em que se inclui o Homem. Propõe uma divisão regional para o território espanhol, em que considera que a reordenação das dezasseis divisões

⁷⁶⁹ Aunque es un trabajo presidido por un espíritu empirista, ya que los datos son los máximos protagonistas, es débil el impacto del positivismo lógico o del determinismo. En las interpretaciones que ofrece de los fenómenos trata de explicar sus causas, pero no se ampara en leyes deterministas físicas. Expresa el carácter contingente de los fenómenos, tal como se revela su interés por el estudio del pasado. Por lo tanto, siguiendo la presentación ritteriana, apela al conocimiento histórico, dándonos a conocer los antecedentes inmediatos o lejanos de los hechos (...) A su vez, impregnado del regeneracionismo español del momento, justifica la realización de estudios regionales como el suyo por su carácter pragmático, ya que dan a conocer una información que, en manos de responsables políticos y público en general, ayudará a tomar conciencia del estado de la comarca, diagnosticarla, y orientar la mejora de las condiciones de vida de sus residentes." A.Hernando, 2000, p. 223.

político-administrativas se podem conciliar perfeitamente com as regiões naturais desde que sejam reordenadas em conformidade com unidades delimitadas do ponto de vista natural, bem como as actividades do próprio Homem. A Península Ibérica aparece-nos pois, como uma área composta por uma diversidade de regiões, que segundo a concepção de J. Brunhes e C. Vallaux, preconizada por Miguel Santaló, é sumamente importante pela existência de recursos naturais capazes de sustentar a população que aí vive.

Sobre a fronteira hispano-portuguesa, reconhece-a como estável, sem conflitos, quase como uma «fronteira morta». Refere que esta apesar dos sucessivos acordos assinados entre ambos os países (1864), sem referir os acordos diplomáticos posteriores (1926-1927), é convencional, ou seja, coincide em alguns troços com os cursos de água ou com acidentes naturais, resultantes de dobramentos e fracturas que deram origem a formas de relevo que caracterizam a Península Ibérica, citando Eduardo Hernández-Pacheco. A propósito da área raiana são tecidas diversas considerações, especialmente sobre a divisória Galiza - Minho e Extremadura - Alentejo, embora por razões distintas.

Relativamente à primeira, Santaló considera-a uma unidade territorial que aglutina as comarcas galegas juntamente com a parte ocidental das Astúrias, o Bierzo, prolongando-se pela região de Sanábria e do Noroeste português até ao Douro formando uma unidade cultural e linguística, apenas dividida pela fronteira que separa os dois Estados Ibéricos. Apesar dessa separação ser em grande parte constituída por um curso de água, o rio Minho, é segundo a classificação de J. Brunhes e C. Vallaux, sumamente artificial porque separa uma unidade paisagística e cultural de características idênticas. Por isso, refere que essa divisão política apenas diferenciou mais na forma que em aspectos de fundo o que deveria ser uma só Nação. A área Setentrional de Espanha surge-nos em franco contraste com a aridez existente nas áreas Centro e Sul da Península Ibérica, com todos os condicionalismos pedológicos, biogeográficos e agronómicos que se reflectem na ocupação das áreas mais secas e por isso mais pobres do núcleo central da Península Ibérica.⁷⁷⁰

A teorização sobre a concepção do Estado e da Nação é feita na linha de J. Brunhes e C. Vallaux, afastando-se da concepção ratzeliana, ao insistir que o Estado já não é apenas produto do Meio mas deve a sua existência aos acontecimentos históricos, enquanto a Nação, resultante dos interesses da colectividade, só é soberana e livre enquanto existir sobre um determinado território, isto é, a afirmação da nacionalidade do conjunto dos seus habitantes, só tem sentido se aquela conseguir bastar-se a si mesma numa perfeita coordenação entre as regiões heterogéneas que a compõem.

⁷⁷⁰ Inevitavelmente, ao falar do índice de aridez e das características agro-climáticas, é citado como autoridade no assunto J. Dantín Cereceda que realça a escassez da pluviosidade na região dos planaltos castelhanos, salientando-se o facto das isotérmicas e dos centros barométricos não se cingirem apenas a Espanha mas a toda a Península Ibérica, pois só assim se poderá ter uma visão cabal do conjunto da sua actuação, que não é limitada pela fronteira ibérica mas sim pela latitude

A Geografia de Espanha y Portugal de Palau Vera e Pau Vila

Trata-se de uma Geografia sobre os países peninsulares, publicada após o falecimento de Palau Vera e por isso mesmo da responsabilidade do geógrafo catalão Pau Vila, apresentando-se com um âmbito mais descritivo do que explicativo e estruturada segundo a divisão dos dois países ibéricos em regiões naturais, baseadas nas características climáticas, morfológicas e no uso agro-industrial do solo, segundo a óptica neodeterminista de E. Hernández-Pacheco e J. Dantin Cereceda (Figura 41). Nesta surge bem individualizada a delimitação da fronteira luso-espanhola, visto Portugal aparecer perfeitamente demarcado no que concerne à divisão em regiões naturais, no conjunto peninsular.

No entanto, consideram os autores, tal como Silva Telles e E. Reclus, que existem certas características naturais que diferenciam Portugal, país atlântico, de Espanha: o limite da pluviosidade abundante - com os seus condicionalismos agrícolas e biogeográficos - terminariam precisamente na fronteira entre os dois países, onde os rios ibéricos também se diferenciariam, ao regularizarem o seu caudal tornando-se navegáveis.

Apesar de sublinharem a existência de uma fronteira estável, mencionam a importância que tiveram outrora as cidades-fortaleza da região raiana, as quais ainda desempenhariam considerável papel defensivo, o que denota um conceito de defesa territorial algo antiquado, porque marcado por uma linha estável de vetustas defesas muralhadas, de pouca ou nenhuma utilidade no caso muito improvável de um conflito fronteiriço hispano-português

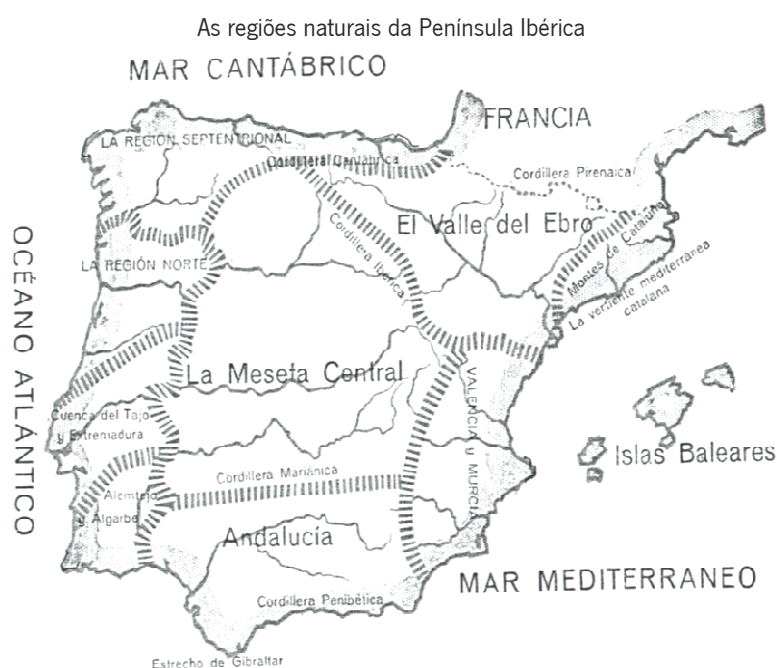


Figura 41

Fonte: Juan Palau Vera; Pau Vila-*Geografía de España y Portugal (estudiada a base de las grandes regiones naturales)*, Libro III, 6ª Ed., I.G. Seix y Barral Hnos, S.A. Editores, Barcelona, 1933, p. 12.

Os autores também referenciam a importância da rede de transportes na diminuição das assimetrias regionais bem como para o desenvolvimento de um maior intercâmbio transfronteiriço hispano-português. Neste sentido, é assinalado que as comunicações rodo-ferroviárias da Galiza com o interior de Espanha primam pela dificuldade de acesso, devido à excentricidade e ao traçado das mesmas bem como ao relevo acentuado que é necessário transpor. Mas o mesmo não se verifica em relação ao nosso País, especialmente devido à linha ferroviária Lisboa-Madrid, cuja implementação de um serviço expresso na década de 1920 parece sugerir um frequente intercâmbio de pessoas e bens: "Las comunicaciones con Portugal no hallan obstáculos serios que vencer (...) Badajoz (...) es una plaza fuerte que guarda la frontera con Portugal. Su importancia actual la debe a ser un depósito de mercancías en las líneas férreas que unen Lisboa a Madrid."⁷⁷¹ Relativamente a este assunto, é de referenciar o escasso número de pontes internacionais entre os dois países, e que à falta destas, especialmente nas arribas do Douro internacional se recorre a um curioso costume que não vimos descrito em mais nenhum texto: "Estas orillas escarpadas, que se llaman arribes en el país y llegan en algunos lugares a tener 200 metros de elevación, se acercan hasta casi tocarse en la frontera portuguesa. Como en el país faltan puentes, los habitantes los substituyen tendiendo de una a otra orilla unas sogas bien tirantes, sobre las que cabalga una horquilla que se desliza fácilmente y puede ser tirada desde uno y otro lado por medio de una cuerda. De la horquilla se suspenden persona u objetos."⁷⁷² O que parece indicar um pequeno tráfego de pessoas e bens, mais ou menos clandestino. O certo é que talvez nunca tenha sido contabilizado por não ser feito através das vias (oficiais...) habituais, possivelmente para escapar aos guardas fronteiriços.

Se ao longo da obra se denota uma concepção geopolítica de uma fronteira hispano-portuguesa cujo traçado aparece bem demarcado e consolidado desde há séculos, resultante de um relacionamento estável com Portugal, levanta-se aqui outra questão que no nosso entender resulta da necessidade de, numa época tão instável como era a da II República espanhola, vincar a soberania portuguesa como servindo de encorajamento à afirmação da autonomia das regiões espanholas, nomeadamente da Catalunha, face ao centralismo castelhano.

⁷⁷¹ J.Palau Vera; P. Vila, 1933, pp. 59-60.

⁷⁷² *Ibidem*, pp. 41-42

7.3 O território de Portugal continental visto pela Escola de Geografia Francesa clássica

Max Sorre: os géneros de vida na origem da autonomia política

O geógrafo francês Maximilien Sorre (1880-1962) seguidor crítico e inovador da escola vidaliana, encara a separação política dos dois Estados peninsulares como relevante para a diferenciação dos «géneros de vida», génese de um sentimento nacional.⁷⁷³ Este último é distinto entre Portugal e Castela, imperando naquele a dualidade entre a agricultura minifundiária de regadio e a pesca (resultante numa precoce vocação marítima dos portugueses) propiciada por um clima marítimo devido à proximidade do Oceano Atlântico: “On doit considérer d’abord que toute la terre portugaise - ou presque toute - s’incline d’un mouvement d’ensemble vers l’Océan. Silva Telles remarque que la mer est à l’horizon de presque tous les sommets. Toute la vie du pays se ressent de ce voisinage (...) Silva Telles, parlant de la pénétration des influences maritimes dans le territoire portugais, s’est servi du mot énergique de «symbiose». Une des manifestations de cette symbiose est l’importance de l’exploitation de la mer parmi les formes de l’activité nationale.”⁷⁷⁴

Em nítido contraste com a área litoral referida anteriormente, surge-nos o centro peninsular de clima semi-árido continental onde impera a vocação guerreira e agro-pastoril, quanto a nós, expressão de um sistema semi-feudal de regiões pobres, que favorece a criação de gado em regime de transumância - capaz de percorrer grandes distâncias para encontrar pastos - em detrimento de uma agricultura produtiva e eventual geradora de camponeses mais abastados ou mesmo de uma pequena burguesia de artesãos e mercadores, que à sombra dos povoados poderiam teoricamente fazer frente ao secular poder feudal. Por isso, o povoamento das áreas do Maciço Antigo tem uma densidade tão baixa e concentrada em pequenos núcleos: os condicionalismos históricos foram propiciados pelas características adversas do Meio, principalmente no que se refere à aridez, ao revestimento florestal e à pobreza dos solos. Esta última correlação não é inocente, pois para o geógrafo supracitado, a densidade populacional expressa nas formas de povoamento e na tipologia da habitação é o corolário da actuação dos condicionalismos biológicos, sociais e económicos entre o Meio e o Homem, que

⁷⁷³ Alguns anos mais tarde, no pós-Segunda Guerra Mundial, irá explicar pormenorizadamente o conceito de nacionalidade ou sentimento nacional, que se afasta da concepção vidaliana para se embrenhar nos meandros da geopolítica alemã: “Elle se manifeste au bout de quelques générations chez un peuple (...) et aussi de la conscience de participer à une même civilisation matérielle et spirituelle. Traits communs du genre de vie, du régime alimentaire, souvent usage d’une langue commune, attitude traditionnelle à l’égard des problèmes philosophiques ou religieux (...) manière de concevoir les rapports des hommes à l’intérieur de la cité, tendances intellectuelles ou esthétiques, héritages des générations, ce que les Allemands appelaient Weltanschauung(...) le sentiment national subsiste bien au-delà des limites du territoire” M.Sorre, 1948, pp. 93-94.

⁷⁷⁴ M.Sorre; J.Sion, 1934, pp. 202- 224.

imprime um cunho próprio na dinâmica social da paisagem que se torna o objecto de estudo da Geografia Humana.

No entanto, ao contrário dos vidalianos, a Geografia é essencialmente holística com uma ênfase particular nos acontecimentos históricos condicionados pelo meio natural, como também assente no dinamismo da actuação dos grupos sociais sobre o Meio, um pouco à semelhança dos geógrafos alemães ou dos geógrafos franceses de formação naturalista como E. Martonne e Jean Brunhes (de quem M. Sorre foi respectivamente discípulo, assistente e colega nas décadas de vinte e trinta do século passado). Terá sido nessa época (1934) que se deslocou a Portugal e Espanha para visualizar e estudar *in loco* os condicionalismos geográficos que determinaram as peculiares características da paisagem ibérica, cujas reflexões seriam transcritas numa obra sobre os dois países peninsulares.⁷⁷⁵ Esta última surge integrada numa Geografia Universal de enquadramento vidaliano, coordenada e dirigida precisamente por L. Gallois, um dos mais proeminentes geógrafos regionalistas: “(...) cuja primeira parte escreveu com Jules Sion, sendo porém, autor da 2^a, *Espagne et Portugal*.”⁷⁷⁶ Sendo comumente aceite que: “(...) sus estudios sobre España, Portugal y Mexico, publicados en la serie Géographie Universelle, no estuvieron a la altura de su excelencia en el estudio de campo local. No obstante, el volumen dedicado al Mediterráneo es muy superior a al dedicado a America del Centro.”⁷⁷⁷ Também Orlando Ribeiro (1937) refere de um modo bastante crítico algumas das falhas de uma obra que considera no seu conjunto, como superficial, com erros científicos e mal estruturada, mesmo para um conteúdo que se pretende a meio termo entre a divulgação junto do grande público e o academismo científico.⁷⁷⁸

Mesmo H. Lautensach embora de um modo mais moderado, tece algumas considerações à obra supracitada: “Em 1934 M. Sorre trata la Peninsula Ibérica en la «Géographie Universelle». En primer lugar hay un pequeño estudio de conjunto de sólo 30 páginas, elegantemente escrito, al que le sigue una descripción de las 6 regiones (Meseta, Aragón y Cataluña, Levante y Baleares, Andalucía, España Atlántica, Portugal) y una visión de conjunto de la economía de España; aunque detallado, contiene algunos errores, mas no graves.”⁷⁷⁹

⁷⁷⁵ *Ibidem*, 234 p.

⁷⁷⁶ J.Oliveira, 1975, p. 408.

⁷⁷⁷ Anna Butimer, 1980-a, pp. 143-144.

⁷⁷⁸ C'est ainsi que Max Sorre accepté de traiter de la Peninsule ibérique, à laquelle sont consacrées 180 pages du tome VII publié en 1934. Après les traits d'ensemble de la Peninsule, sont présentées les diverses regions de l'Espagne puis, finalement le Portugal, en 27 pages. Si l'information bibliographique citée parait correcte à première vue, elle n'a été utilisée que superficiellement et complétée seulement par un très rapide voyage de l'auteur. Le jeune Orlando Ribeiro qui achevait alors d'écrire sa thèse publiá, en 1937, un compte rendu a la fois pertinente et impertinent, ou il montrait les nombreuses erreurs et insuffisances qui rendaient ce texte peut digne de la prestigieuse collection dont il faisait partie. On ne pouvait, disait-il le considérer ni comme une oeuvre originale, ni comme un résumé de bonne vulgarization.”S. Daveau, 2004, p.8.

⁷⁷⁹ H.Lautensach, 1967, p. 14.

Os condicionalismos geopolíticos ibéricos, iniciam-se para o geógrafo francês com a diferenciação étnico-linguística do Ocidente peninsular em que: "(...) la lengua es considerada como un mecanismo para crear una unidad cultural en territorios extensos."⁷⁸⁰ Esta característica originou a peculiaridade dos «géneros de vida» que já se diferenciavam desde o Neolítico com os contactos entre os povos autóctones e as civilizações Celtas do Noroeste europeu. Posteriormente, ganham decisivo impulso após a fragmentação do Império Romano e a consequente instalação dos povos do Norte e Centro da Europa, seguidos dos muçulmanos na Península ibérica, o que está na origem no movimento da Reconquista Cristã.

Este último, iniciado no Norte peninsular, terá progredido em três direcções distintas, mas desde o início teve no extremo Ocidental um eixo de progressão independente do castelhano-leonês, do aragonês e do catalão, originando uma área de diferenciação política que se tornou também cultural após a homogeneização linguística do rectângulo ibérico (Figura 42). Este foi favorecido por condições naturais distintas nas áreas fronteiriças de contacto e na individualização geomorfológica da Serra da Estrela, local da culminação do Maciço Antigo Ibérico que terá servido de «núcleo aglutinador natural» assim como Lisboa foi o «núcleo político» na origem da nacionalidade. Precisamente, terão sido os acontecimentos históricos que estiveram na génese da Nação e resultantes do dinamismo dos grupos sociais constituídos em agrupamentos políticos capazes de demarcar o seu espaço social: "Cada grupo social determina por si mismo un espacio social, cuyas dimensiones tienen un componente subjectivo (psicológico) y otro objetivo (geográfico)."⁷⁸¹

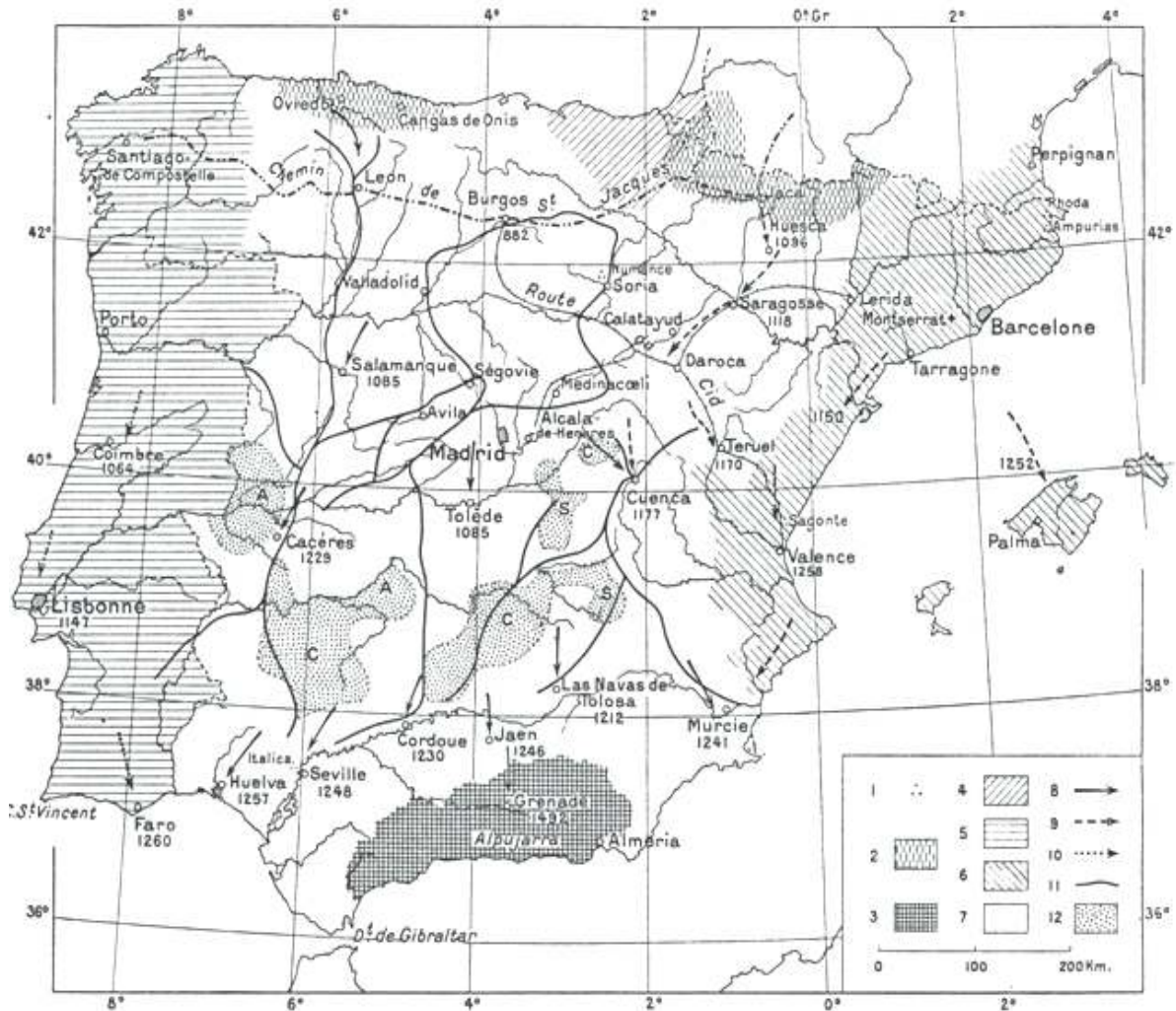
O que necessariamente vem acentuar, senão mesmo provocar a individualização natural da demarcação fronteiriça e concomitantemente a formação de Estados ibéricos distintos: "Le mouvement partit des réduits montagneux du Nord (...) Il se fait pas sur un front continu, mais se décompose en trois poussées parallèles progressant sans souci d'alignement. La poussée centrale, la plus puissante, aboutit à la formation de l'Etat castillan. Celle de l'Etat fut d'abord double, mais lorsqu'elle atteignit Catalayud, (...) elle s'unit alors à la vague catalane et se propagea le long du litoral. (...) Dans l'Ouest, la poussée reconquête fut indépendante. Il y est aussi une zone de friction en Estremadure. Le résultat fut la formation du royaume portugais (...) L'évolution historique a dégagé et accentué ce qu'il y avait d'original dans la nature lusitanienne. Au total, l'histoire souligne et aggrave les contrastes entre l'Espagne des plateaux et l'Espagne périphérique (...) Pendant près de huit siècles, toutes les forces péninsulaires ont été tendues vers la libération, cet immense effort aboutit à la centralisation castillane. C'est là le destin tragique de la peninsula, car les énergies profondes des hommes et les

⁷⁸⁰ Anna Butimer, 1980-a, pp. 148.

⁷⁸¹ *Ibidem*, p. 151.

suggestions du milieu géographique vont à l'encontre de l'unité. L'histoire espagnole est une lutte contre des forces centrifuges sans cesse renaissantes. Le résultat fut la formation du royaume portugais. Il y eut au XVI siècle une chance pour la fusion : mais l'heure de l'unité péninsulaire était passée. "782

Progressão da Reconquista cristã e delimitação das áreas linguísticas peninsulares



— Géographie historique de la péninsule ibérique.

1, Ruines grecques ou romaines. 2, Centres de résistance chrétienne. — 3, Réduit de la résistance arabe. Aires linguistiques : 4, basque ; 5, portugaise et galicienne ; 6, catalane ; 7, castillane. Poussées de la reconquête : 8, castillane ; 9, aragonaise et catalane ; 10, portugaise. — 11, Routes de transhumance. — 12, Pâturages des Ordres : A, Alcantara ; C, Calatrava ; S, Santiago. — Échelle, 1 : 8 335 000.

Figura 42

Fonte: Max Sorre, Jules Sion- *Géographie Universelle, Publiée sous la direction de P. Vidal de la Blache et L. Gallois, Tome VII, Méditerranée, Péninsules Méditerranéennes, Espagne et Portugal*, Ed, Librairie Armand Colin, Paris, 1934, p. 93.

Nessa mesma publicação, M. Sorre esclarece quais os factores naturais que permitiram a individualização do território português - tal como para Theobald Fischer, cujas teorias já não eram integralmente aceites nestes meados dos anos trinta do século precedente - figuram a das alterações verificadas nas bacias dos três rios ibéricos que considera serem das mais significativas: “Enfin, les deux grands fleuves de la Meseta, le Taje et le Douro, doivent traverser, pour arriver à l’Atlantique, des accidents hercyniens perpendiculaires à leur cours. Ils le font à la faveur de gorges encaissées. Le Guadiana même, au sortir du bassin de Badajoz, au lieu de suivre vers le Taje inférieur le chemin facile que lui ménagent les vieux plis, tourne au Sud vers le golfe de Cadix. Th. Fischer a vu, avec raison, dans cet ensemble de circonstances des dispositions favorables à l’évolution isolée du Portugal.”⁷⁸³

Estabelecendo um paralelismo com a delimitação da fronteira portuguesa, menciona que além dos factores humanos também é necessário ter em linha de conta os condicionalismos do Meio envolvente, nomeadamente as características das bacias hidrográficas transfronteiriças: “Depuis longtemps, Théobald Fischer (*Die Iberische Halbinsel*) a fait remarquer que les grands fleuves du plateau s’encaissent au moment d’entrer dans le monde des pils hercyniens qui forment un épais bourrelet à la péninsule vers l’Ouest. La frontière suit leur rive escarpée, en sorte que ces gorges échelonnées du Douro, du Tage et même du Guadiana constituent une véritable frontière naturelle, Brunhes⁷⁸⁴ reprend à son compte cette vue ingénieuse (l’irrigation dans la Péninsule Iberique), dont on ne peut dire que c’est absolument exacte.”⁷⁸⁵ Por isso não se compreende porque é que algumas décadas depois o seu conterrâneo Yves Lacoste afirma que no Norte de Portugal: “(...) existem largos vales (como o do Douro).”⁷⁸⁶

Poderemos nós argumentar que, a existência de uma fronteira natural não é limitante do intercâmbio comercial e cultural dos povos instalados nas suas proximidades: “Mais aussi participation au meilleur de deux civilisations, particularisme régional qui est la condition même du salut dans le malheur et qui subsiste comme une habitude et une sauvegarde dans les temps heureux.”⁷⁸⁷ O que implica a existência de uma elevada densidade populacional nas áreas limítrofes que não é o caso da fronteira luso-espanhola, que mesmo que fosse exclusivamente natural deixaria de ser típica porque em nenhuma parte do seu troço a densidade populacional é elevada, pelo contrário, é até menor do que

⁷⁸³ M.Sorre; J.Sion,1934, p. 79.

⁷⁸⁴ “ O conhecido livro de J. Brunhes sobre os métodos de rega da Península ibérica parece (...) fornecer argumentos válidos para distinguir geograficamente Portugal e a parte vizinha da Espanha. Brunhes, separa, com efeito, a «Iberia seca» da «Ibéria húmida» por uma linha Terragona-León-Huelva. Aparte dessa linha que tem orientação meridiana (León –Huelva) passa perto a fronteira oriental de Portugal e coloca todo o País dentro da «ibéria húmida». E, várias passagens do texto o autor pretende que a agricultura se faz, em Portugal, sem rega artificial, ao contrário do que acontece na Ibéria seca vizinha; não concordamos com esta afirmação. Como dissemos, a quantidade anual de chuva diminui em Portugal para o sul; ao mesmo tempo que aumenta a duração da seca estival (...)” O. Ribeiro; H.Lautensach; S.Daveau. 1987, pp. 20-21.

⁷⁸⁵ M.Sorre, 1935, p. 5.

⁷⁸⁶ Y.Lacoste, 2008, p. 77.

⁷⁸⁷ M.Sorre, 1948, p. 125.

noutras áreas de ambos os países. Esta posição é transposta pelo geógrafo francês supracitado para o contexto internacional, ao afirmar que as fronteiras europeias são, nesse dealbar da década de trinta do século passado, essencialmente zonais e não lineares.

No entanto, Max Sorre tal como H. Lautensach e principalmente Orlando Ribeiro, considera que não existe coincidência perfeita entre a fronteira natural e a fronteira política, ou seja, existem áreas raianas cuja uniformidade não é só geomorfológica mas também cultural e embora menos frequentemente, linguística, mas é atravessada pela fronteira política que se torna assim uma fronteira artificial e por conseguinte deixa de ser elemento justificativo da autonomia de Portugal no quadro ibérico.⁷⁸⁸

Essa delimitação mais política que natural não é contudo um factor de isolamento: “(...) la frontière, quoi qu'on en ait dit avec plus d'ingéniosité que de solidité, n'est pas un facteur d'isolement. Il y a eu là ou la réalité une série d'accidents de l'histoire féodale qui ont eu des conséquences durables.”⁷⁸⁹ Estes últimos são de ordem histórica e não geográfica e de *per se* muito semelhantes aos enunciados por Amorim Girão para a génese de Portugal no contexto peninsular. Referimo-nos à importância dos eventos dinásticos e político-diplomáticos em detrimento de intervenções militares castelhana-leonesas ou de outros povos peninsulares na delimitação precoce de uma fronteira que em si mesma, não apresenta obstáculos sensíveis, mas cuja definição foi essencial para a afirmação e evolução de Portugal enquanto País independente.

Apesar de tudo, refere que a existência de algumas características distintas do ponto de vista natural ou uma evolução histórica diferenciada não são razões suficientes para manter a divisão política dos Estados peninsulares, formados por nacionalidades semelhantes: “Povos irmãos comme dit Mendes Corrêa.”⁷⁹⁰ No seu conjunto apresentam aspectos comuns que se sobrepõem a tudo o resto: “(...) «il y a un génie ibérique, il y a une façon de penser, d'agir qui est commune a tous les Espagnols et Portugais en dépit des siècles de rivalité historique»(Mendes Corrêa).”⁷⁹¹

Apoiando-se em autores como Angel Ganivet e Gonzalo de Reparaz, aconselha uma união económica que conduza gradualmente à união política entre Espanha e Portugal, uma vez que a separação entre ambos não é ditada por condicionalismos geográficos. Pelo contrário, sob o ponto de vista do megalostatismo ratzeliano (expansão de um Estado à custa de outros mais pequenos), mas

⁷⁸⁸ “ Les gorges du Douro et du Tage se poursuivent en territoire portugais bien au-delà de la frontière et celle-ci ne suit pas fidèlement le Guadiana. Elle s'en écarte pour embrasser le bassin de Serpa. En revanche, la carte nous montre sur les longues sections la ligne frontière coupant des régions presque vides, qui, par leur nature, sont des morceaux de Meseta, sans coïncider avec un obstacle naturel. Entre Bragança et le Tage, l'obstacle montagneux et bien à l'Ouest de la frontière politique et pourtant les pays d'Alfandega da Fè, de Pinhel, de Castello Branco sont biens des pays portugais.” *Idem*, 1935, p. 5.

⁷⁸⁹ *Idem*, 1948, p. 96.

⁷⁹⁰ *Idem*, 1935, p. 7.

⁷⁹¹ *Idem*, 1948, p. 96.

também das premissas vidalianas (similitude dos géneros de vida na formação das Nações e conseqüentemente na génese dos Estados), menciona que na Península Ibérica estão reunidas todas as condições geográficas para a união política entre os dois países vizinhos. Neste sentido, reporta-se à semelhança de géneros de vida entre as diversas regiões espanholas e portuguesas situadas nos mesmos paralelos geográficos.⁷⁹²

Nos meados do século XX, Max Sorre publicou o resultado das suas observações e reflexões em diversos volumes: "(...) que haveria de dar à estampa, de 1943 a 1952, a sua obra máxima «essa verdadeira enciclopédia» - no dizer de alguém - que tanto são os quatro volumes dos *Fondaments de la Géographie Humaine*. Apesar do título, essa obra de extraordinário fôlego representa sobretudo uma exaustiva análise dum posição científica por assim dizer nova na Europa."⁷⁹³ Quanto a nós, é antes de mais uma obra de Geografia Política neo-determinista, quase de cariz ratzeliano em que se aprofunda a questão de determinar como entidade preservadora da especificidade dos géneros de vida e conseqüente salvaguarda dos particularismos locais e das suas estruturas político-administrativas próprias, não a centralização em regiões de Estados como defendia L. Febvre mas antes a formação de Estados regionais que: "(...) sont groupés deux à deux ou trois à trois sous un même sceptre, conservant une forte autonomie."⁷⁹⁴

Contudo, se em termos histórico-geográficos essa entidade política falhou na Península Ibérica devido à forte centralização de Castela, a cujas forças centrípetas não puderam resistir os Estados regionais entretanto formados devido, pensámos nós, não tanto ao facto de não existir uma consciencialização de entidade colectiva - a nacionalidade - muito viva na Catalunha e no País Basco, mas antes na falta de apoio por parte das estruturas governamentais do Estado quer a nível central quer a nível local, condicionalismos que só terão sido superados em Portugal, permitindo-lhe assim salvar a sua independência. Presumivelmente, terá sido quanto a nós, esta a interpretação de Max Sorre para a dinâmica dos diferentes grupos sociais que permitiu que: "(...) se organizasse socialmente (*zon politikon*)."⁷⁹⁵ Em entidades políticas: "(...) vinculadas con las características del medio local (...) la nación-estado."⁷⁹⁶ Como forma de manter não só a independência política como também salvar a estabilidade das fronteiras nacionais.

⁷⁹² " Je crois avoir montré que leur séparation n'est pas imposée par la nature des choses, c'est-à-dire par la géographie. On peut aller plus loin et relever la curieuse symétrie qui existe dans la succession des types régionaux et des genres de vie dans les deux États. La région du Minho est apparentée par tous les traits de son peuplement à la Galice. On franchit la frontière sans y prendre garde: mêmes types agricoles, mêmes disposition des vignes, mêmes formes des groupements et des habitations dispersées, même prédominance de la très petite propriété, même langage." *Idem*, 1935, p. 6.

⁷⁹³ J.Oliveira, 1975, p. 408.

⁷⁹⁴ M.Sorre, 1948, p. 96.

⁷⁹⁵ Anna Buttimer 1980, p. 145.

⁷⁹⁶ *Ibidem*, pp. 148-149.

Na realidade, a existência de Estados regionais peninsulares transfronteiriços só se tornará possível com a confederação pacífica dos dois Estados ibéricos, mas se pensarmos em termos de viabilidade, será perfeitamente aplicável à Espanha, desde que exista primeiramente uma efectiva descentralização administrativa como aquela que foi posta em vigor durante a I República (1873-1874) e na II República (1931-1939) e que posteriormente conduzirá à formação de uma entidade política superior que é o Estado regional, cuja delimitação sociocultural e linguística pode ou não coincidir com os limites administrativos pré-existentes. Esta teorização que nós desenvolvemos a partir das ideias de M. Sorre e que possivelmente seria a evolução prefigurada pelo regime republicano espanhol, caiu por terra quando: “L’Etat totalitaire de Franco a détruit cet essai: il n’a pas supprimé le problème.”⁷⁹⁷ Só não se perdeu totalmente porque a ideia da regionalização autonómica acabou por ser posta em prática, se bem que sob alguns aspectos apenas parcialmente, algumas décadas mais tarde após a instauração da democracia naquele país.

Pierre Birot: a diversidade paisagística no âmbito da Geografia física regional

O geógrafo francês Pierre Birot (1908-1984), discípulo e depois assistente de E. Martonne, esteve vocacionado essencialmente para o estudo da geomorfologia «davisiana» isto é a dinâmica do modelado determinado pelas alterações climáticas, em cujos contrastes zonais quis ver uma metodologia específica para a delimitação regional. O seu interesse pela Geografia Física peninsular, deverá ter-se iniciado por volta de 1934-35 quando travou conhecimento com Manuel Terán com quem realizou trabalhos de campo na Cordilheira ou Sistema Central Divisório entre Madrid e Valladolid, onde o geógrafo espanhol fazia frequentes excursões com os discípulos e colegas da Institución de Libre Enseñanza onde leccionava: “(...) lo que le permitió, por ejemplo, aportar ideas a Birot, a quien acompaño en sus recorridos por el Sistema central, que luego aquél incorporaría en el trabajo publicado conjuntamente con Solé.”⁷⁹⁸ Posteriormente orientou os seus estudos para a região da Catalunha e do País Basco - onde deve ter conhecido L. Solé Sabaris - que lhe permitiram elaborar a dissertação de doutoramento intitulada *Recherches sur la morphologie des Pyrénées catalanes franco-espagnoles* (1937) concluída apenas dois anos após os seus trabalhos de investigação em Espanha.

No ano seguinte, em 1938, passa fugazmente pelo nosso País a caminho do Brasil, onde esteve cerca de ano e meio só regressando para se alistar no exército francês no início da Segunda Guerra Mundial. Feito prisioneiro pelos alemães, consegue a sua libertação do *Oflag* onde estava

⁷⁹⁷ M.Sorre, 1948, p. 115.

⁷⁹⁸ F.Quirós -Linares, 1999, p. 177.

internado e refugia-se voluntariamente em Portugal onde permanece alguns anos, desde os finais de 1943 e ao longo de 1944 e 1945: “(...) séjour qu’il utilisera pour parcourir et étudier la plus grande partie du pays, seul ou en compagnie de ses collègues portugais, géologues et géographes.”⁷⁹⁹ Em companhia de Orlando Ribeiro, Mariano Feio e Carlos Teixeira, especialmente do primeiro, de quem se tornou mais do que colaborador, um amigo até ao final da vida.⁸⁰⁰

Apesar de não se ter expressamente interessado por Geografia Política, não o impede de tecer algumas considerações sobre a formação do Estado português numa primeira obra intitulada *Estudo de Geografia Regional* (1944) como prova de admissão à docência na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em que demonstra que a existência de uma fronteira luso-espanhola não se deve tanto a factores de ordem natural mas sim a causas socioculturais: “Ainsi ont pu longuement mûrir à l’abri de frontières, qui sont les plus vieilles d’ Europe, les traits propres à l’âme portugaise et qui l’individualisent si nettement vis-à-vis de ses voisins pénninsulaires (...) Peut-être l’émigration et l’aventure coloniale, entraînant à l’extérieur les tempéraments audacieux et rudes, ont-elles exercé une ségrégation plus poussée au Portugal qu’en Espagne, étant donné la démesure de l’Empire par rapport à la métropole.”⁸⁰¹

O seu interesse estendeu-se não apenas pela geomorfologia portuguesa, em que: “(...) nem sempre as interpretações de P. Birot terão sido as melhores. Estudos recentes têm demonstrado que a realidade é bem mais complexa do que as primeiras observações, feitas de longe, a partir de pontos altos, e com o apoio de mapas de escalas intermédias, aqui e ali, confirmadas ao pormenor, faziam supor.”⁸⁰² Mas também pela biogeografia e simultaneamente pelo estudo das paisagens agrárias. A sua formação francófona aliada a uma precisão senão mesmo rigidez germânicas, bem como o gosto e utilização frequente do cálculo matemático - de que Orlando Ribeiro não sem alguma ponta de ironia confessa nada perceber - permitiram-lhe utilizar com antecipação, senão mesmo aplicar com pioneirismo as Ciências Exactas ao estudo da Geografia, particularmente da Geomorfologia e da Biogeografia, conduzindo-o a observações e conclusões de grande rigor científico.⁸⁰³

⁷⁹⁹ S.Daveau, 1985, p. 201.

⁸⁰⁰ “Muito mais importante para os geógrafos portugueses foi a influência exercida pelo geógrafo francês Pierre Birot, que também trabalhou em Portugal nos finais dos anos 30 e, igualmente, regressou, mas por um período prolongado, nos anos 40. Estiveram na base dessa influência, o facto de ser francês, tornando mais fácil o acesso aos seus escritos, e o facto de quase todos os geógrafos universitários portugueses dessa época terem trabalhado consigo no campo (...). Orlando Ribeiro acompanhou-o no campo, admirou o modo como ele via rapidamente os «traços selectivos do relevo» mas optou pelos seus próprios «métodos mais lentos e empíricos». As suas primeiras observações apareceram no mesmo número do boletim da Associação dos Geógrafos Franceses (1939) tendo cada um assinado a sua própria contribuição.” F. Rebelo, 2008, pp. 36-37.

⁸⁰¹ O.Ribeiro, 1989-k, p. 389.

⁸⁰² F.Rebelo; L.Cunha, 1985, p. 148.

⁸⁰³ “On ne peut observer qu’en fonction d’une hypothèse pré-conçue (...). L’hypothèse exploratrice doit être poussée (...) hardiment à l’intérieur de la forêt inextricable des faits (...) Même si on a seulement comme l’objectif la reconstitution de l’évolution d’une région limitée, c’est finalement la paléogéographie du monde entier que est en cause (...). La vérification des hypothèses (...) ne peut se contenter d’une observation purement passive (...) il faut faire appel aux expériences. Un des plus inestimables services que nous attendons de la mise en forme mathématique (...) et l’effort préalable qu’elle impose à l’esprit, en l’obligeant à prendre en considération tous les facteurs d’un phénomène.”, S.Daveau, 1985, p. 201.

Numa obra intitulada *Le Portugal* (1950)⁸⁰⁴ que publicou já após ter regressado definitivamente a França, e algumas décadas depois traduzida para português⁸⁰⁵ os assuntos da Geografia Física e Humana de Portugal são apresentados algo sinteticamente mas nem por isso deixam de ter interesse, como sejam na descrição e interpretação da paisagem agrária portuguesa. A qual o geógrafo francês confessa ter tido sérias dificuldades em delimitar dada a extrema diversidade da ocupação do solo, vendo-se bem pela extensão e até pormenor com que trata do assunto, ser esta uma das temáticas da sua predilecção, talvez por conjugar em simultâneo fenómenos de geografia física e humana.⁸⁰⁶

Relativamente à formação e autonomia política do nosso País, a sua opinião é bastante semelhante à de Amorim Girão; ou seja, aquela resulta essencialmente da vontade política de chefes militares terratenentes e dos acasos históricos, resultantes das conquistas de terras, facto sancionado posteriormente por tratados diplomáticos. Por sua vez, a delimitação da fronteira Oriental teve origem na consciencialização de uma nacionalidade em que foi factor fundamental a existência de uma lingua comum.

Tal como para Orlando Ribeiro e até certo ponto Mendes Corrêa, refere que a fronteira resulta da expressão da nacionalidade, foi a sua existência que determinou a unidade linguística que pouco a pouco se impôs de Norte para Sul, levando a população a tomar consciência de pertencer a uma Nação, cuja estrutura político-administrativa, o Estado, se organizaria sobre um determinado território. A sua delimitação estaria assegurada não pelos pontos de apoio que constituíam os acidentes naturais como os cursos de água ou as escassas elevações montanhosas, mas antes pelo povoamento, isto é, pela ocupação do espaço territorial por uma população consciente de pertencer a uma mesma nacionalidade, distinta das outras que a rodeavam.

Pierre Deffontanes: a Geografia Regional mediterrânica de cariz martoniano

O final dos anos trinta do século passado e o início da década seguinte viram em virtude da situação política internacional, alguns geógrafos estrangeiros atravessarem fugazmente Portugal em direcção ao continente americano, caso de Jean Gottmann⁸⁰⁷ que nada escreveu sobre o nosso País e

⁸⁰⁴ "Un jeune géographe français, Pierre Birot, travaillait depuis 1938 au Portugal, où il poursuivait des recherches en Géomorphologie. Ayant eu à démontrer, pour obtenir une nomination de Professeur, qu'il possédait une formation géographique suffisamment large, il publiá en 1950, chez Armand Colin, un petit livre intitulé: *Le Portugal. Études de Géographie Régionale* (...) cet ouvrage est, en réalité, un des chefs-d'oeuvre de l'école française de géographie régionale, qui associe un texte riche, exact et évocateur a une illustration cartographique simple mais suggestive." *Idem*, 2004, p.8.

⁸⁰⁵ *P. Birot*, 1975, 229 p.

⁸⁰⁶ "(...) una breve exposición regional, muy acertada, la cual en sus tres cuartas partes está dedicada a la caracterización de las distintas regiones." H.Lautensach, 1967, p. 15.

⁸⁰⁷ Assinale-se que Jean Gottmann foi colega de Orlando Ribeiro em Paris e também discípulo de A. Demangeon. Conseguiu fugir da França ocupada com um passaporte americano, passando por Lisboa em 1941, onde graças aos bons ofícios de Orlando Ribeiro pode contactar o geólogo G.Zbyszewski que o ajudou a embarcar no paquete Colonial com destino aos Estados Unidos onde se manteve até 1945 a trabalhar para os Serviços de Inteligência

sobretudo Pierre Deffontaines (1894-1978) cuja formação em Direito não o impediu, após a leitura das obras de Jean Brunhes, de se interessar pela Geografia como ciência em si mesma. Neste sentido, após uma licenciatura em Geografia e História foi nomeado professor de Geografia na Faculdade de Lille (1925-1939) e Secretário da Sociedade de Geografia de Lille (1932-1937).

Esteve esporadicamente em Lisboa (1935) quando embarcou para o Brasil (onde ajudou a fundar os estudos geográficos universitários no Rio de Janeiro e em S. Paulo) tendo regressado à Europa pouco antes do começo da Segunda Guerra Mundial (1939). Após o armistício, foi encarregue pelo Governo de Vichy de instalar um Instituto de Cultura Francesa em Barcelona, «presente envenenado» pois a capital catalã de índole democrática, fiel apoiante da República até final da Guerra Civil, não deveria ver com simpatia a instalação de um organismo conotado com o autoritarismo e militarismo do marechal Pétain subserviente do nazi-fascismo italo-alemão que foi o principal causador da supressão da liberdade em Espanha. Além do mais, pelos antecedentes democráticos, o Franquismo recusava os créditos necessários para a reconstrução económico-social da Catalunha, mergulhando a região mais rica e desenvolvida da Espanha na miséria e no caos. Proibindo quaisquer manifestações da cultura catalã em favor da castelhanização de uma população cuja prioridade seria nesses anos imediatos após a Guerra Civil suprir as necessidades básicas e apenas secundariamente interessar-se pela cultura francesa, que valha a verdade teria o papel meritório de ser uma das raras «portas de comunicação» com o exterior e paralelamente uma fuga cultural à castelhanização da cultura e tradições da que fora até então a região autónoma catalã.

A nível do ensino da Geografia na Universidade de Barcelona, podemos dizer que aquele era praticamente inexistente, não só pelo exílio de Pau Vila na Argentina mas sobretudo porque o governo franquista e, particularmente, Albareda desconfiavam em extremo dos “geógrafos libertários” que haviam apoiado a II República Espanhola. Mesmo assim, como P. Deffontaines recusasse uma certa subserviência em relação ao governo do marechal Pétain, foi preso pela policia franquista, tendo organizado um Instituto clandestino ligado ao governo francês no exílio em Argel. Mais mal do que bem, conseguiu manter-se na direcção do Instituto Francês de Barcelona até 1964, tendo beneficiado com a relativa liberalização do regime em termos económico-sociais e culturais.⁸⁰⁸ Certo é que só na década de sessenta é que conseguiu leccionar na Universidade de Barcelona.

Americanos e para o Governo Francês no exílio em Argel. Após o final da Segunda Guerra Mundial, mateve-se nos Estados Unidos até 1968, ano em que se fixou em Inglaterra.

⁸⁰⁸ Não existem provas de que pertencesse à organização católica *Opus Dei*, mas ao longo da sua vida deu sempre provas de uma fervorosa religiosidade, senão mesmo de um ultramontanismo católico, o que terá sido um dos motivos que o indispuseram com Pierre George de marcadas simpatias pró-comunistas e *compagnon de route* do PCF mas também adepto da escola regionalista vidaliana de cariz sociológico.

No período cronológico considerado, são raras as referências de Pierre Deffontaines a Portugal, estas apenas se inscrevem pontualmente numa obra⁸⁰⁹ que escreveu em colaboração com outro investigador e onde é patente a influência de E. Martonne, A. Demangeon e de J. Brunhes respectivamente na tipologia utilizada para classificar a diversidade dos climas da Bacia do Mediterrâneo e na importância concedida aos géneros de vida do mundo rural, especialmente as comunidades agro-pastoris dos planaltos e das montanhas de solos pobres que originaram os latifúndios e a Mesta à qual como J. Vicens-Vives, presta particular atenção nas suas componentes socioeconómicas e histórico-políticas: “C’est en Espagne que la transhumance a pris le plus d’ampleur, une sorte d’ampleur monstrueuse et ruineuse.”⁸¹⁰ Este estudo das áreas rurais do interior da Europa do Sul, serve a P. Deffontaines para ilustrar a título exemplificativo não só a expressão mais autêntica da paisagem mediterrânea mas também como forma de vincar a separação epistemológica entre a Geohistória (no sentido de Geografia Política), a Geografia de *per se* e a História enquanto Ciências de âmbito social.

Mais pormenorizadamente, a influência de J. Brunhes nota-se numa (quase) recusa em abordar temáticas relativas à organização das cidades enquanto centros dinamizadores da organização política das sociedades porque o seu objecto de estudo: “(...) c’est déjà la géographie de l’histoire.”⁸¹¹ Isto é, desvaloriza a transformação da paisagem em função dos eventos históricos que ocorreram numa região que foi o palco das mais antigas civilizações euroasiáticas, ao mesmo tempo que salienta a importância dos condicionalismos geográficos no desenrolar dos acontecimentos históricos, o que implicitamente pressupõe a concepção da paisagem como entidade dinâmica, conceito pouco do agrado dos regionalistas clássicos.

Outro aspecto que nos chamou particularmente a atenção resulta não só do facto da utilização tipológica da classificação de E. Martonne dos climas mediterrâneos (clima português, helénico e sirio) mas também, tal como Silva Teles e A. Ferraz de Carvalho, a referência explícita à influência oceânica como factor moderador do clima mediterrâneo português e que torna este último exclusivo senão na bacia do Mediterrâneo, pelo menos da Península Ibérica. Por outras palavras, o clima torna-se um factor político da individualização de Portugal e por conseguinte mais um elemento diferenciador da fronteira natural e simultaneamente política, entre Portugal e Espanha.⁸¹²

⁸⁰⁹ P. Deffontaines; C. Parain, 1936, 225 p.

⁸¹⁰ *Ibidem*, p. 112.

⁸¹¹ *Ibidem*, p. 7.

⁸¹² “(...) dans le type portugais le voisinage de l’océan n’empêche pas la sécheresse très marquée de l’été, mais il adoucit les hivers et accroît l’humidité de l’air. La période des pluies est précoce et leur maximum se trouve en automne avec un second maximum au printemps. Le moins le plus chaud est août et non pas comme ailleurs juillet. Ces influences océaniques, très caractérisées aux Açores, à Madère, au Portugal et dans le Maroc occidental, se font encore sentir dans le Tell algérien et tunisien, en Provence, dans l’Italie occidentale et dans les îles Ioniennes.” *Ibidem*, p. 20.

Ao longo de toda a obra de P. Deffontaines, constatámos não sem uma certa certa apreensão, uma das suas lacunas mais graves que é a ausência quase completa do estudo dos núcleos urbanos, sabendo nós que na paisagem mediterrânea, como diria Orlando Ribeiro, ressalta sobretudo o «ambiente e tradição» verificados nas velhas cidades ribeirinhas, expressão de uma civilização requintada e tolerante que resulta do encontro intercultural entre a África, a Europa e o Médio Oriente. Por isso mesmo, podemos comprovar que esta obra lembra em muito pela sua estrutura, os primeiros estudos de A. Demangeon enquadrados numa geografia regional de âmbito ruralista.⁸¹³

Debruça-se tal como o geógrafo J. Dantin Cereceda, sobre o problema de irrigação das terras semi-áridas dos planaltos castelhanos e de outras regiões do Mundo mediterrâneo, quer seja pela rega de carência em sistema de *dry-farming*, quer pelos problemas de captação e distribuição de água em áreas onde o regime dos rios é igualmente irregular e de caudal geralmente reduzido, não obstante o solo mais fértil, o regime da pequena e média propriedade fundiária levantarem inúmeros condicionalismos jurídico-administrativos ligados ao regadio, como sejam as *huertas* murcianas e valencianas. A este propósito, refere as obras de irrigação propostas pelo Plano de Fomento e Regadio de Badajoz que o Governo da II República, na sequência dos trabalhos preparatórios já iniciados dez anos antes no final do reinado de Alfonso XIII, durante a ditadura de Primo de Rivera, estava a implementar na Extremadura e na Andaluzia e que só se concretizou duas décadas mais tarde, já durante o franquismo: “Aujourd’hui de grandioses projects sont en voie d’exécution. En février 1933 furent commencés les travaux du barrage de Cijara qui permettra d’utiliser integralement les eaux du Guadiana depuis Fortillo de Cijara jusqu’à la frontière portugaise. Le barrage retiendra un milliard de mètres cubes d’eau qui pourront irriguer 200 000 hectares dans les provinces de Tolède, Cacérés, Ciudad Real et Badajoz.”⁸¹⁴ Contribuindo, diremos nós, para a transformação de uma paisagem de sequeiro em regime extensivo que tradicionalmente não se diferenciava entre ambos os lados da fronteira, numa paisagem de uma quase monocultura de regadio na margem esquerda do Médio e Baixo Guadiana, criando à falta de uma verdadeira fronteira natural uma notória fronteira económica, aliás bem patente nas cada vez mais acentuadas assimetrias transfronteiriças verificadas a partir da década de sessenta do século passado entre ambos os países ibéricos.

⁸¹³ Particularmente nesta temática, é dado especial realce à formação dos latifúndios no centro-sul de Espanha como produto de acontecimentos históricos que se prendem com a distribuição de enormes extensões de terras pelas ordens religiosas e por outros terratenentes mas também como uma condicionante do Meio semi-árido onde, tal como também J. Dantin Cereceda preconizava, a propriedade agrícola para ser viável em moldes tradicionais terá de ter uma dimensão tal que a economia de escala permita que sua exploração se torne rentável: “En Espagne les latifundia proviennent avant tout des concessions accordées aux seigneurs après la Reconquête et des accaparements de biens communaux à la suite des lois de désamortization au XIX^e siècle”(…) Au premier d’abord l’influence du sol et du climat paraît expliquer, sinon la formation de la grande propriété, du moins son maintien à travers les siècles. *Ibidem*, pp.178-179.

⁸¹⁴ *Ibidem*, p. 167.

Apesar de referir muito ao de leve a importância das cidades para a prosperidade do Mundo Mediterrâneo, fá-lo, salientando que as antigas e esplendorosas civilizações urbanas nasceram no Mediterrâneo, onde o casario branco do casco velho de séculos origina uma paisagem diferenciada de todas as demais: “Un air de vieille culture, largement répandu, voilà ce qui frappe peut-être le plus dans les pays méditerranées.”⁸¹⁵ Numa linha de análise que será posteriormente desenvolvida por Orlando Ribeiro, ao referir quase pelas mesmas palavras o «ar estranhamente familiar das velhas civilizações urbanas do Mediterrâneo», em flagrante contraste com a paisagem rural ressequida que as rodeia mas ao mesmo tempo tão próximas da ruralidade, porque dependentes do alfoz que abastece a cidade, que por sua vez tem a sua razão de existir enquanto centro prestador de serviços e de concentração das actividades comerciais e artesanais necessárias ao mundo rural.

Uma outra edição bastante refundida da mesma obra mas publicada em castelhano⁸¹⁶ mantém no essencial a mesma estrutura, isto é a caracterização histórico-geográfica das paisagens rurais do Mundo Mediterrâneo, baseado na trilogia orlandiana do «pão, do vinho e do azeite» como a base da economia tradicional agrária do Sul da Europa com todas as implicações subjacentes à transformação da paisagem rural pela acção do Homem⁸¹⁷

7.4 -Hermann Lautensach: as «linhas de força» na formação política dos Estados

No período cronológico por nós considerado, destaca-se Hermann Lautensach (1886-1971) aluno de Hermann Wagner em Göttingen e posteriormente: “(...) the pupil and assistant of Albrecht Penck.”⁸¹⁸ Esta importância do geógrafo alemão no campo da Geografia peninsular advém do facto de ter escolhido a Península Ibérica como local privilegiado para desenvolver uma série de estudos minuciosos que lhe permitiram elaborar a sua teoria da actuação de «forças» - preferimos o termo «linhas de actuação» - centrífugas e centrípetas influenciadas pelas características do Meio mas resultantes e simultaneamente condicionantes no evoluir dos acontecimentos históricos.

O destaque que o aludido investigador germânico concedeu à delimitação das fronteiras, como sustentáculo e elemento individualizante de um País, relaciona-se tanto com o seu percurso académico-científico como com o contexto internacional verificado ao longo das três primeiras décadas

⁸¹⁵ *Ibidem*, p. 208.

⁸¹⁶ *Idem*, 1948, 243 p.

⁸¹⁷ “ El Mediterráneo es justamente la tierra del trigo, el país de la viña, la región del olivo. El trigo proporciona el alimento fundamental, el pan, y después las pastas, la viña de la bebida típica, el vino; y el olivo facilita el aceite, es decir, la materia grasa indispensable para la preparación del os alimentos: trinidad agrícola que daba a nuestro mar un privilegio incomparable: el de ser poseedor de los tres recursos alimenticios más envidiados.” *Ibidem*, p. 5.

⁸¹⁸ P. Tilley, 1980, p. 91.

do século passado: a derrota da Alemanha e a renovação do Estado com a mudança de regime no pós-Primeira Guerra Mundial, e a partição do II Reich ao qual se amputaram diversas áreas com o argumento de que era preciso formar novos Estados que respeitassem o princípio das nacionalidades à luz dos acordos diplomáticos estabelecidos nos Tratados de Paz de Versailles.

Perante o facto consumado do que a maioria da população alemã considerava um autêntico *Diktat* e para o qual um número razoável de geógrafos procurou encontrar explicações à luz das teorias neo-razzelianas, não tanto para as causas da derrota do megalostatismo personificado nos Impérios Centrais, mas mais até para argumentar cientificamente a necessidade da Alemanha por razões historico-culturais e geográficas ter necessidade de recuperar de uma forma pacífica os espaços geográficos que lhe pertenceram e que faziam parte do *Deutschtum*, isto é da comunidade de interesses ou filiação etnolinguística e cultural alemã, conseqüentemente retornar aos limites fronteiriços que tinha antes do conflito mundial deflagrar. Esta reivindicação de espaços agora ocupados por outros Estados e respectivas nacionalidades (Polacos, Franceses, Checo-Eslavos e Italianos) levou os geógrafos germânicos como E. Obst, S. Passarge (este último mais ideologicamente próximo dos nazis), K. Hausofer (a sua formação militarista fará dele o principal mentor do *Volksraum* senão do *Lebensraum*, e a enfileirar decididamente pelo militarismo e expansionismo nacional-socialista), a par de O. Maull, A. Dix, H. Lautensach bem como A. Siegfried (este último apesar de francês tinha uma concepção geopolítica neo-razzeliana) a teorizarem sobre a necessidade da Alemanha recuperar de novo o seu «espaço vital».

Para propagarem as suas ideias e ideologias, fundaram uma revista de divulgação e crítica da geopolítica europeia que aceitava e publicava artigos de investigadores de outros países, especialmente franceses. Apesar de ser na sua essência uma publicação conservadora, não era no ambiente da República de Weimar, uma publicação pró-nazi mas antes inspirada nos ideais de um ressurgimento alemão possivelmente sob um regime monárquico-conservador dominado pelas classes terratenentes (Junkers) ou pelos magnates da indústria do Reno-Rhur: "Lautensach was invited to join Obst and Otto Maull in editing the ill fated *Zeitschrift fur Geopolitik* from its inception in 1924. Though he served as co-editor for only four years his work for the journal influenced his subsequent thinking into important aspects: he became keenly aware of the significance of the relative location and space relationships of geographical features and of the need to be as clear-minded as possible on how the aims of geography differed from those of cognate fields such as geopolitics. (...) He resigned as co-editor although he contributed articles to the journal until 1931 by which time it was no more than the organ of the Nazi

workshop for geopolitics.”⁸¹⁹ Assinale-se que a revista só se torna uma verdadeira correia de transmissão da ideologia nacional-socialista entre 1935 e 1944, respectivamente, data em que K. Haushofer passa a ser o único director nominal e ano da publicação do seu último número no período referente à Segunda Guerra Mundial.

A subida de A. Hitler ao Poder marca um ponto de viragem na concepção e tratamento dos temas de Geopolítica enquanto ciência conceptual, isto é exclusivamnete teórica e tendente a explicar as relações inter-Estados, paasa-se cada vez mais para uma ciência normativa da qual se fazem juízos de valor de cariz político-ideológico no referente aos conteúdos publicados que se centram em temáticas como as relações económicas entre os Estados europeus, o problema das reparações financeiras da Alemanha aos Aliados, ou da expansão da cultura alemã na Europa Central. O radicalismo da *Geopolitik* enquanto pseudociência normativa, está bem patente no facto de tentar aplicar na prática ou seja, a justificar através dos seus escritos e sobretudo da sua cartografia o (re)desenhar do espaço vital alemão, em que as temáticas apresentadas, muito mais radicais, se referem à necessidade de alteração das fronteiras germânicas, ao dever quase messiânico do expansionismo germânico pela *Mitteleuropa* ou ao problema que constitui a ameaça dos outros Estados da Europa Central à segurança da Alemanha: “Le très long article que Kurt Trampler publie en 1934 sur les frontières allemandes, comme bien d’autres articles consacrés aux problèmes frontaliers, traite essentiellement des territoires d’Europe centrale.”⁸²⁰

Será neste contexto que os geógrafos de Berlim clarificam o objecto de estudo da *Geopolitik* como se denota da citação de um artigo publicado na *Zeitschrift für Geopolitik* sobre a definição conjunta de K. Haushofer, H. Lautensach, E. Obst e O. Maull, precisamente os mentores daquela publicação alemã: “«A geopolítica estuda os vínculos territoriais dos acontecimentos políticos; apoia-se na larga base da geografia e da geografia política em particular. A geopolítica pretende dar as directrizes para a acção política e ser um guia na vida política. A geopolítica é então uma arte (*Kunstlehre*), que deve conduzir a política prática até ao lugar inevitável, onde o político deve arriscar o salto para o desconhecido. A geopolítica deve ser a consciência geográfica do Estado».”⁸²¹

Os mentores germânicos da Geopolítica e mais ainda da *Geopolitik* consideravam que a delimitação entre Estados seria caracterizada por uma fronteira dotada de mobilidade resultante da fricção política entre países limítrofes, denominada de fronteira orgânica: “(...) las que quedaron

⁸¹⁹ *Ibidem*, p. 92.

⁸²⁰ R. Kleinschmager, 1988, p. 21.

⁸²¹ E.Vieira, 1960, p. 11.

convenidas entre países limítrofes, como las más útiles, aunque no estuvieran precisamente fundadas en la Naturaleza.”⁸²²

Neste sentido, os trabalhos de R. Sieger e de R. Henning são considerados pioneiros porque na obra *Geopolitik* (1928) classificam as fronteiras segundo a concepção clássica das suas características naturais mas imprimindo-lhes uma inerente mobilidade: as fronteiras são vistas como um obstáculo quando são delimitadas por montanhas, e com menos intensidade quando são demarcadas por aspectos naturais como rios ou lagos. Enquanto as fronteiras orgânicas são aquelas que se ajustam aos limites do Estado, por sua vez concebido como um organismo vivo que necessita de se expandir para sobreviver face a outras entidades vizinhas.

Será porém o general Karl Haushofer, teorizador da *Geopolitik*, quem vai elaborar uma obra intitulada *Grenzen* (1927) em que constrói não só todo um *corpus* teórico relativo à classificação e delimitação das fronteiras, mas talvez mais significativo, justifica a sua mobilidade atendendo às necessidades de protecção e obtenção de recursos por parte do Estado, apontando diversos locais do Globo onde os eventos histórico-políticos estariam a determinar o expansionismo de certos países.

No entanto, para o professor de Munique citado anteriormente, a fronteira é delimitada segundo os acidentes naturais, mas isso não implica que seja estática, antes pelo contrário, a sua mobilidade está relacionada com as necessidades vitais de espaço de cada raça, daí o conceito de “fronteira biológica,” aquela cujo espírito expansionista está na mente de cada povo (*Volk*). A crítica de J. Ancel assenta no facto de K. Haushofer pretender associar concepções naturalistas a outras de ordem psicológica, servindo apenas os desígnios político-militares expressos pelos dirigentes alemães nacional-socialistas. Segundo o mesmo geógrafo francês, a nova Geopolítica alemã, a *Geopolitik*, mais não faz do que desacreditar a Geografia em geral e a Geopolítica em particular: “La nouvelle école, groupée autour de la *Zeitschrift für Geopolitik* et dirigée par Haushofer qui fut le maître de Hitler à Munich, trouve dans l’incertitude du nouveau terme la justification d’une expansion infinie; la presse hitlérienne, en invoquant le prétexte du *Volkohne Raum*, du «peuple sans espace», découvre un moyen d’assarvir à la politique une pseudo-géographie.”⁸²³

Apesar de nessa década de 1930 os conceitos teórico-práticos da *Geopolitik*, estarem no auge, J. Ancel (1936) faz uma análise diferente de outros autores seus contemporâneos, ao considerar que a *Geopolitik* alemã deturpa as concepções de F. Ratzel, substituindo-as pelo *Volkzone Raum*, isto é pelo «espaço vital» que seria inerente às características raciais do povo alemão, segundo os teóricos do

⁸²² N.Krebs, 1931, p. 80.

⁸²² O.Maull, 1960, p. 51.

⁸²³ J.Ancel, 1938, p. 186.

nazismo. Estas concepções, apresentadas em larga medida em artigos da publicação *Zeitschrift für Geopolitik* não seriam fundamentadas em estudos minuciosos de natureza local como as monografias francesas por exemplo, mas sim nas concepções de K. Haushofer sobre a existência de fronteiras naturais baseadas na unidade das bacias fluviais. Neste caso as duas margens do Reno passariam a ser o limite ocidental enquanto a Leste a bacia do Vístula seria o limite natural da Alemanha, que além do mais, protegeria os países ocidentais daquilo que os nazis consideravam a «Eslavização» (leia-se bolchevização) da Europa.

As críticas mais contundentes feitas por J. Ancel no título *Géographie des Frontières* (1938) centram-se no rebate aos conceitos do nazismo sobre o expansionismo das fronteiras fundamentado que a teorização sobre o conceito espacial de fronteira terá ser concebida tendo em linha de conta que esta é um local de equilíbrio e não tanto de antagonismo entre as diversas forças sociais, económicas e políticas presentes. Por isso, não será de estranhar que aquele geógrafo francês sublinhe uma ideia deveras repetida em todas as obras que analisam a Geopolítica alemã nesta época: a *Geopolitik* forneceu a ideologia teórica aos políticos racistas e anti-semitas do nacional-socialismo.

Em termos espaciais, a geografia do nazismo pretendia que a *Geschlossener Deutscher Volksboden*, ou seja o núcleo central (e vital...) da Alemanha, fosse dotado de uma cultura própria que teria semelhanças com outras áreas repartidas pela Europa Central e Setentrional, cujos países deveriam por conseguinte fazer parte do *Reich* alemão.⁸²⁴ As críticas de J. Ancel ressaltam o facto de a Alemanha não ter originado nenhuma *Deutscher Kultur Boden*, que nesse caso se deveria estender desde a *Mitteleuropa* até ao Báltico finlandês para Norte, e ao Mar Negro para Sul. Utilizando os próprios argumentos do nazismo, considera que o *Reich* alemão, no sentido de Estado imperial, não se pode confundir com a Nação alemã. Significa isto que o Estado alemão tem de respeitar a soberania e os limites fronteiriços dos outros países Europeus.

A contribuição específica de H. Lautensach, resulta na distinção clara entre as duas novas Ciências: “(...) considera que «a diferença fundamental consistirá em que a Geopolítica é dinâmica, porque estuda os acontecimentos (*Vorgänge*) e a Geografia Política será estática porque estuda as situações (*Zustände*)”.⁸²⁵ Definindo com clareza o objecto de estudo da Geopolítica como: “(...) àquela

⁸²⁴ Neste sentido, é bem ilustrativa a cartografia apresentada por Frederich Langue no Atlas propagandístico *Kleine Sprachenkart von Mittel-Europa*, (1933), engloba no espaço destinado ao povo alemão (*Volksboden*) todos aqueles que utilizam a língua alemã (*Deutschum*), o que abarcaria num futuro *Reich* a Holanda (área flamenga), pelo Nordeste da França (Alsácia e Lorena), Suíça (área de expressão alemã), Polónia (Silésia e Pomerânia) e na nossa opinião também pelos países Bálticos, pela Rússia Ocidental e do Sul, pela Transilvânia, Ucrânia, Bessarábia e alguns países Escandinavos (Noruega e Dinamarca).

⁸²⁵ E.Viiera, 1960, p. 11.

ciência que examina as relações entre os caracteres geográficos dos países do mundo e os acontecimentos políticos que afectam esses países.”⁸²⁶

No entanto, a originalidade de H. Lautensach e quiçá, a sua contribuição mais significativa, é no nosso entender mais complexa e importante do que isso, pois refere-se à conceptualização da *GrozenKultur*, isto é, da fronteira enquanto entidade de limites mais ou menos estáveis mas algo indefinidos porquanto sem tensões políticas, os quais resultam essencialmente da similitude cultural e linguística e não tanto de aspectos político-diplomáticos e naturais. (Figura 43).

Esta concepção no nosso entender, algo metafísica dos limites fronteiriços, não era de molde a levantar para a República de Weimar quaisquer suspeitas de expansionismo militar, sendo por conseguinte bem acolhida por todos, desde os democratas até aos nazis.⁸²⁷ Até talvez pelo facto do seu conceito ser algo abstracto: “But german geographers realized that they could not make a convincing argument for «natural» borders (....) There was only one rather attempt: Hermann Lautensach’s (1924) use of an illdefinid band of natural features, called Warägischer Grenzsäum. But the fact that the cultural limits he added (...) did not coincide with the natural one made it not very convincing.”⁸²⁸ Este conceito de H. Lautensach vem complementar o do seu mestre A. Penck que desenvolveu alguns anos antes o de *Volkskultur*, materializado no *Volksboden*, isto é, o espaço onde residem populações de lingua e cultura alemãs: “(...) Penck defined the Volksboden as the area where German people settled, where the German language could be heard, and where the results of the German work could be seen.”⁸²⁹

⁸²⁶ H.Lautensach, 1938-a, p.58.

⁸²⁷ Estes últimos detuparam o conceito de fronteira cultural dando-lhe um sentido belicita e sobretudo expansionista, transformandofronteira orgânica, isodinâmica onde os conflitos diminuem na proporção da equidistância das cidades mais importantes em relação à periferia do País e na medida em que as fronteiras deste tenham um traçado o mais rectilíneo possível

⁸²⁸ G.Herb, 1997, pp. 51-52.

⁸²⁹ *Ibidem*, p. 56.

Limites das fronteiras naturais e culturais da Alemanha na Europa de Leste (H.Lautensach 1924)

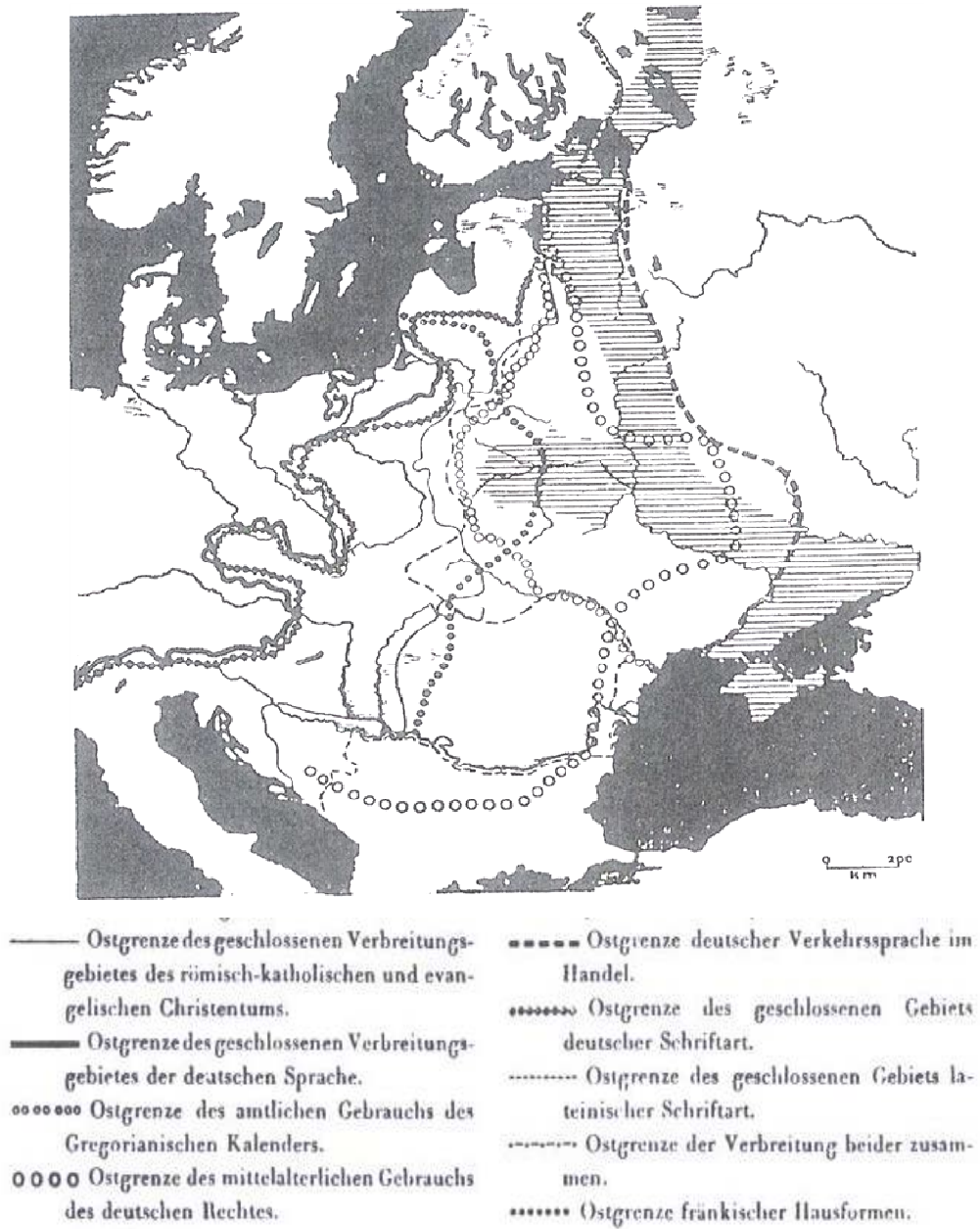


Figura 43

Fonte: Guntram Henrik Herb- *Under the maps of Germany Nationalism and propaganda 1918-1945*, 1ª Ed., Ed. Rontledge, Londres/Nova Iorque, 1997, p. 52.

O geógrafo H. Lautensach vai aplicar a sua teoria de zonamento cultural a áreas específicas como sejam aquelas situadas em algumas penínsulas.

A opção pelo estudo da Península Ibérica advém do facto desta ser considerada como um subcontinente em miniatura e por conseguinte dotada de uma grande diversidade paisagística mas

também por encontrar do «outro lado do mundo» um paralelismo na simetria apresentada pela Península da Coreia, que também estudou na mesma época. Diga-se de passagem em viagens de estudo, ou talvez mais apropriadamente de exploração, não isentas de situações de perigos e privações extremas: “A partir de 1930 puso pie en España y le interesó su estudio geográfico; más que el estímulo derivado de la colaboración en los manuales editados por F. Klute, pesó en la atracción por el conjunto peninsular ibérico el considerarlo comparativamente con la península de Corea, que tan detalladamente había estudiado; pues la ibérica y la coreana tienen cierto parecido de situación, amén de otros, ya que ocupan los extremos SE y SO subtropicales de Eurasia.”⁸³⁰

Fê-lo através de um conhecimento *in loco* de uma grande extensão de Portugal Continental ⁸³¹ e de Espanha: “Varias veces ha visitado nuestra península, en ansia de conocer y estudiar temas que afectan a las dos unidades políticas que la integran. Portugal como España han sido objeto de su atención y cuidadoso estudio.”⁸³²

As viagens de estudo foram amiudadas vezes feitas aos dois países peninsulares em conjunto, mas mesmo assim, apesar de ter iniciado os estudos sobre a Península Ibérica pelo nosso país, fez estadias mais prolongadas e mais frequentes no país vizinho.⁸³³ O que não é de admirar dada a sua extensão, complexidade paisagística *lato sensu*, bem como a projecção e a difusão que já na década de trinta do século passado assumiam o ensino e a investigação científica geográfica nos centros universitários em Espanha comparativamente ao nosso país, onde só Lisboa e Coimbra tinham algumas tradições na área, mas sempre com um número reduzido de alunos: “Lautensach inició su contacto directo con la Península el año 1927; a partir de esta fecha se han sucedido quince estadas, alguna hasta de siete meses de duración. El estudio de la Península lo inicia con lo relativo a Portugal; y este país fue el escenario de las primeras estadias en el mundo traspirenaico.”⁸³⁴ Essa permanência mais ou menos prolongada em ambos os países peninsulares, permitiram-lhe percorrer extensos itinerários a pé, a cavalo ou mais raramente de automóvel: “(...) foi um geógrafo «explorador», não hesitando em empreender viagens desconfortáveis e distantes pelo método da verdadeira geografia de todos os tempos: a pé. Assim percorremos juntos *horst* e *graben* de Trás-os-Montes, de Bragança até ao Douro, e toda a Cordilheira Central portuguesa, da encosta noroeste da Serra da Estrela até às aplanções do Zêzere em Pedrogão e Figueiró dos Vinhos.”⁸³⁵

⁸³⁰ A.Melón, 1965, p. 133.

⁸³¹ A opção de iniciar os estudos geográficos peninsulares por Portugal em detrimento de Espanha, deve-se ao facto das suas relações de parentesco com D. Carolina Michâellis de Vasconcelos que residia então na cidade do Porto.

⁸³² A.Melón, 1959, p. 586.

⁸³³ Contabilizámos em cinco as estadias do geógrafo alemão no nosso País.

⁸³⁴ A.Melón, 1965, p. 133.

⁸³⁵ O. Ribeiro, 1971, p.162.

Esta observação cuidada do meio envolvente através da abordagem comparativa e sistémica de todas as componentes da paisagem foi efectuada com uma meticulosidade germânica: “Sob o aspecto metodológico uma região pode ser estudada debaixo de quatro categorias de sequência das formas geográficas: variação planetária, central-periférica, leste-oeste, hipsográfica (...) A gradação das formas geográficas pode fazer-se, segundo o tipo de variação considerado, em faixas, bandas, anéis e níveis. Dentro destas quatro categorias conceptuais se dividem as «regiões geográficas» (...) J. Vila Valentí aponta o carácter físico deste critério.”⁸³⁶ Nos primeiros anos da década de trinta do século passado, “Lautensach work on a large-scale regional study of Portugal, the first of which was published in 1932.”⁸³⁷

No nosso entender, terá sido o geógrafo estrangeiro que melhor compreendeu os aspectos estruturais da geografia ibérica, ao ponto de podermos não sem alguma ironia, considerar este investigador alemão aquele que mais pormenorizadamente aborda os aspectos naturais e humanos da paisagem do nosso país pelo menos para o período cronológico considerado.⁸³⁸

Este trabalho de investigação rigoroso e sistemático valeram-lhe senão o reconhecimento imediato da comunidade científica alemã e hispano-lusa, pelo menos a aceitação algo retinente das suas teorias; os geógrafos Orlando Ribeiro e o antropólogo Mendes Corrêa foram quanto a nós, os primeiros e durante largo tempo, talvez os únicos, a aperceberem-se do valor que tinham enquanto sistematização e aprofundamento dos estudos geográficos para o conjunto da Península Ibérica: “What he had himself done had brought him few honours till then: the silver medal of the Berlin Geographical Society in 1928, the personal title of Professor for the first volume of his work on Portugal in 1932 and an honorary doctorate of Coimbra University for the second in 1937.”⁸³⁹ Que o próprio homenageado considerava como a: “(...) velha e veneranda Universidade portuguesa.”⁸⁴⁰

Os títulos publicados pelo autor germânico: *Portugal, auf Grund eigener Reisen und der Literatur, I. Die Lanz als Ganz* (1932) e *Die portugiesischen Landschaften* (1937)⁸⁴¹ demonstram uma cuidada interpretação dos fenómenos geográficos observáveis nas excursões de campo e também da

⁸³⁶ O.Ribeiro, 1989-i, p. 271.

⁸³⁷ P.Tilley, 1980, p. 91.

⁸³⁸ Mesmo entre os geógrafos ibéricos apenas se lhe podem comparar pela minúcia posta na observação da paisagem, pormenor dos estudos, reflexão e formulação de hipóteses fundamentadas com base num raciocínio estritamente científico os nomes de J. Dantin Cereceda, Hernández-Pacheco, A.Melón Ruiz de Gorgujuela, A. Ferraz de Carvalho e num âmbito diferenciado, Orlando Ribeiro, A.Mendes Corrêa e Amorim Girão, mais vocacionados para o estudo da Geografia Humana.

⁸³⁹ P.Tilley, 1980, p. 94.

⁸⁴⁰ H.Lautensach, 1931, p. 364.

⁸⁴¹ “Son oeuvre fondamentale, *Portugal auf Grund eigener Reisen und der Literatur*, sera publié en 2 tomes, le premier (1932) étant consacré aux aspects d'ensemble du pays, le second (1937) aux divisions regionales. Basée sur une connaissance direct et approfondit du pays étudié et sur l'utilisation exhaustive de la bibliographie, cette oeuvre solide n'aura, ni au Portugal ni en France, l'influence qu'elle meritait, parce qu'elle ne fut publié en traduction que partiellement et tardivement.” S. Daveau, 2004, p.8.

numerosa bibliografia - que pretendeu sempre exaustiva - sobre os assuntos que abordava.⁸⁴² Além daqueles títulos, publicou também um estudo sobre a Geografia de Espanha e Portugal e outro sobre a Península da Coreia. Ambas as obras versam fundamentalmente sobre a importância dos factores naturais e humanos na originalidade paisagística segundo uma delimitação zonal em áreas peculiares como são as penínsulas em geral.⁸⁴³ Talvez por demasiado complexos e avançados para a época, estes conceitos não foram entendidos pela maioria dos geógrafos portugueses, com a excepção como já se referiu anteriormente, de Mendes Corrêa e Orlando Ribeiro.

Anos mais tarde, na edição de *Die Iberische Halbinsel* (1964) e traduzida três anos depois sob o título de *Geografía de España y Portugal* (1967), clarifica em que consistem estas forças de transformação da paisagem, que segundo o próprio autor foram pensadas e corroboradas atendendo à extrema diversidade da paisagem geográfica da Península Ibérica. Neste sentido, existiriam quatro forças, actuantes em direcções diferentes mas não necessariamente opostas, a saber: planetárias ou latitudinais que actuariam segundo faixas paralelas entre si; periférico-centrais que actuariam de uma forma concêntrica (supomos nós que de um modo centrípeto e centrífugo), outras segundo os pontos cardeais Este-Oeste em bandas segundo o sentido dos meridianos e hipsométricas que seriam apenas gradativas em intensidade.

Numa (re)leitura comparativa dos textos de Lautensach, Suzanne Daveau esclarece em que consistem estas forças que determinam e condicionam a diversidade paisagística ibérica: “Os seus trabalhos, representam uma inovação, não só pela minuciosidade do tratamento de uma informação que se quer o mais completa possível sobre a diversidade geográfica da Península ibérica como também pela sua organização conceptual, em que distinguiu nomeadamente três «forças geográficas» responsáveis pela organização de grande parte dos aspectos da superfície terrestre: “À primeira delas chamou «planetária», e não «zonal» ou «latitudinal», como teríamos mais tendência para dizer, com certeza para insistir no facto de a modificação dos aspectos geográficos ligada à orientação meridiana (...) corresponde essencialmente «ao clima e às características da paisagem cultural e natural que dependem dele», pode também ser observada em fenómenos completamente independentes, como é o caso da conquista pelos árabes e a reconquista pelos cristãos da Península Ibérica. Está já aqui subjacente uma das bases da sua metodologia, que (...) entende interpretar a diversidade e regularidade fisionómicas da superfície terrestre - ou organização das suas formas - independentemente, numa primeira análise, dos factores causais, procurando apurar um método

⁸⁴² Existe tradução portuguesa incluída em O. Ribeiro, H. Lautensach e S. Daveau, 1987, XXIII+334p; *Idem*, 1988, XII+623p.; *Idem*, 1989, XXI+942p.; *Idem*, 1991, XIII+1340p.

⁸⁴³ Existe importante bibliografia sobre o assunto: O Ribeiro, H. Lautensach e S. Daveau, 1987, pp. XI - XXIII *Idem*, 1989, pp. 264 -267., O. Ribeiro, 1989-i, pp. 269 - 294.

propriamente geográfico de interpretação e apresentação, não derivado da metodologia histórica e que seja também específico da geografia regional, entendida como estudo da diversidade terrestre, e não mera aplicação a determinado território dos temas estudados e dos conceitos elaborados pela Geografia geral.”⁸⁴⁴

A região como entidade geográfica é para H. Lautensach uma área onde se individualiza uma paisagem, seja do ponto de vista dos aspectos naturais, aqueles que no nosso parecer dá maior relevância, seja dos fenómenos humanos, conceito muito próximo senão mesmo idêntico aquele defendido pela Geografia Cultural de Alfred Hettner mas a que acrescenta uma inovação, que é o facto das alterações paisagísticas resultarem da actuação de um conjunto de forças de intensidade e a escalas diferenciadas: “The basic locational types for a systematic arrangement of the landscapes of the entire surface of the earth are the following: 1. The planetary location, i.e., the location in regard to the degrees of latitude, 2. The location within the continents or oceans, i.e., either a peripheral or central location, 3. The easterly or westerly location within the continents or oceans, 4. Finally, within the location regarding the relief, which we can call the hypsometric, a term which was used frequently by A. v. Humboldt.”⁸⁴⁵ O estudo e sistematização das diferentes paisagens, permitiria agrupá-las em diferentes regiões geográficas consoante as suas características mais evidentes. Essa sistematização das paisagens regionais seria feita através da interpretação continuada e sistémica dos fenómenos geográficos segundo uma escala de análise gradativa: “Thus I understand variation of geographical forms (*Formenwandel*) to be the definable changing of the geographical substance in space to the extent that it appears as a continuum”⁸⁴⁶

Este repensar da Geografia regional, corta quase radicalmente com as metodologias francófonas do historicismo vidaliano e até mesmo com o possibilismo de A. Demangeon, muito embora se note no nosso entender um certo ponto de contacto com Amorim Girão observando-se que a influência deste último é patente em Hermann Lautensach no que respeita à divisão regional portuguesa.⁸⁴⁷ (Figura 44)

⁸⁴⁴ O.Ribeiro; H.Lautsach; S.Daveau, 1987, pp. 31-32.

⁸⁴⁵ E.Fischer; R.Campbell; E.Miller, 1969, p. 130.

⁸⁴⁶ *Ibidem*, p. 129.

⁸⁴⁷ Esta asserção fazemo-la nós pelo facto do geógrafo alemão considerar como válidos alguns dos limites internos do nosso país já propostos anteriormente pelo geógrafo da Universidade de Coimbra, se bem com alterações inerentes à diferenciação da metodologia empregue para definir e delimitar as regiões nacionais: “En la Periferia Occidental se asientan las regiones portuguesas (...) singularizadas a base del mapa de Amorim Girão. En la de Alto Portugal occidental y Alto Portugal oriental inserta Lautensach las pequeñas regines españolas de Galicia del SO., con Tuy, y Galicia del SE., con Orense.” A.Melón, 1965, p. 140.

A proposta da divisão regional de H. Lautensach (1937)



Figura 44

Fonte: Aristides de Amorim Girão - *Atlas de Portugal*, folha nº 35 divisões regionais, provinciais e administrativas, 2ª Edição, «Publicação Comemorativa Do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique», I.E.G., Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Imprensa de Coimbra Lda., Coimbra, 1958, s/n

Se na realidade a posição de H. Lautensach pode ter alguma semelhança com a metodologia defendida por Amorim Girão no que respeita às divisões regionais internas de Portugal Continental (por exemplo na individualização da Beira Transmontana) é contudo muito diferente na sua essência, pois enfatiza a importância fundamental dos aspectos naturais do Meio na organização da paisagem geográfica, recorrendo a uma metodologia que é mais dedutiva do que indutiva, talvez resultante da sua predileção pelas Ciências Exactas e da sua formação científica em geomorfologia glaciária. Em vez de estudar os fenómenos geográficos isoladamente, separando as componentes físicas e humanas, aventura-se a correlacionar as suas componentes e a propôr novas explicações não só para os contrastes naturais e humanos da paisagem mas também para a sua evolução histórica, baseadas na

estranha actuação de «campos de forças», adaptados da teorização Geopolítica que defendia, a qual tinha poucos cultores no nosso País.

Esta teorização inovadora deveria ser, se fosse entendida pela comunidade científica, uma «pedrada no charco» na quase estagnada Geografia regional portuguesa onde pontificava Amorim Girão, adepto do tradicionalista possibilismo vidaliano numa vertente mais descritiva do que interpretativa e pouco propensa a inter-relacionar os fenómenos entre si: “Esto nos demuestra que la Geografía debe prestar mucho mayor interés, en general, a los países que tenían un nombre antiguo que correspondia a una región que habia tenido un desarrollo histórico propio, que a las divisiones arbitrarias dadas oficialmente a las divisiones políticas.”⁸⁴⁸

Assim não aconteceu e só depois da Segunda Guerra Mundial é que os trabalhos do geógrafo alemão passaram a ter no nosso país o reconhecimento que justamente mereciam: “The problem, as Lautensach had come to see it, was that geographers have to deal regionally with both different kinds of things, subject to quite different kinds of regulations, and with representatives of those differently regulated kinds of things as they coexist and vary from one place to another. His solution was that they should study geographical *Formenwandel* - the regulated variation of features within the continuum that the geographical substance of the earth’s surface forms. Lautensach’s *Formenwandel* approach is implicit in, and was inspired by, his earliest studies of the iberian peninsula.”⁸⁴⁹

O estudo minucioso das componentes da paisagem da Península Ibérica - com particular destaque para os elementos naturais - advêm não só da sua própria formação académica mas também das influências dos seus compatriotas M. Wilkomm e sobretudo T. Fischer ao considerarem a zonalidade dos aspectos naturais fitoclimáticos determinantes na diferenciação paisagística ibérica. Simultaneamente, resulta também do seu percurso científico como um dos principais mentores da *Geopolitik* alemã, em que a influência neodeterminista ratzeliana implica um conhecimento prévio e aprofundado do Meio para melhor nos apercebermos e compreendermos a sua influência condicionante na organização política das sociedades humanas: “Neste sentido também o trabalho de Lautensach se pode considerar um modelo e uma demonstração: porque, em termos de uma Geografia completa e integradora, qualquer critério de divisão espacial tem de ser válido para todos os elementos que constituem as unidades da paisagem; mais ainda tem de possuir valor universal.”⁸⁵⁰

Esse critério de divisão espacial não se ficou apenas pela mera teorização, resultou numa muito pormenorizada divisão regional da Península Ibérica que tem o carácter inovador de considerar

⁸⁴⁸ N.Krebs, 1931, p. 75.

⁸⁴⁹ P.Tilley, 1980, p. 95.

⁸⁵⁰ O.Ribeiro, 1989-i, p. 271.

no seu conjunto os factores naturais e humanos menos do que as tradicionais divisões histórico-geográficas de teor corográfico de que os geógrafos hispano-portugueses pareciam ter alguma dificuldade em se libertarem: "Muy distante del sistema provincial y algo más cercano, aunque muy diferente, del histórico-geográfico es la parcelación regional de Lautensach. Su posición respecto a la geografía regional, a las regiones como entidades de caracterización geográfica, la expresó, primero, teóricamente; después, la puso en práctica con relación a la Península Ibérica."⁸⁵¹

Terá sido esta nova sistematização da Geografia regional escudada no estudo da diversidade paisagística ibérica nas suas componentes física e humana resultantes da conjugação da influência do Atlântico e do Mediterrâneo que levou o jovem geógrafo Orlando Ribeiro a aplicar uma metodologia idêntica ao estudo sistémico da paisagem portuguesa. Como geógrafo influenciado pela escola francesa regionalista vidaliana e particularmente por A. Demangeon, vai divergir da metodologia empregue pelo sábio alemão, que considerava que uma monografia regional deveria centrar-se nas seguintes etapas: "1. Presentation of the causation of the forms and phenomena of the topical material of the whole area accompanied by analytical maps 2. Analysis of the variation of forms 3. Synthesis of the variation of forms 4. Regional treatment of the areas defined by the method of variation of forms 5. Presentation of the regional character of the total area."⁸⁵² O geógrafo português não só vai dar um cunho mais integrador numa visão peculiar e civilizacional da «vida das terras e das gentes», sem a meticulosidade algo fria de Hermann Lautensach mas não descurando o rigor científico, como no realçar dos aspectos históricos e humanos na formação e individualização da paisagem portuguesa, aliás como o próprio muitos anos depois recorda: "Sem este ponto de partida não me seria possível o tratamento sintético que, desde Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico, procurei dar a certos temas da Geografia portuguesa."⁸⁵³

Entre os geógrafos «Ibéricos», destacamos a influência de H. Lautensach na obra de Fran Paxeco, porque vem corroborar com a sua unidade e diversidade de Portugal no conjunto da Península Ibérica, a teoria do geógrafo luso-galego sobre a «insularidade» de Portugal no quadro ibérico no que diz respeito à individualidade da fronteira luso-espanhola.⁸⁵⁴

⁸⁵¹ A.Melón, 1965, p. 137.

⁸⁵² E.Fischer;R Campell; E.Miller, 1969, p. 135.

⁸⁵³ O.Ribeiro, 1971, p. 162.

⁸⁵⁴ Como se depreende da seguinte passagem: "Esta característica fundamental, constituída pela sua qualidade de orla atlântica, distingue nitidamente a região Portugal-Galiza do conjunto das orlas da Península (...) Apresenta-se-nos, igualmente, como uma região de transição das fôrmas nórdicas, temperadas, para as fôrmas meridionais, subtropicais (...) O aspecto naturalógico de Portugal diverge do que se nota no centro de Espanha. Mas a mudança atesta-se morosa. Desembuça-se nas largas faxas intermédias que deslocam a faixa costeira da república portuguesa e a região central da república vizinha.«Por êste motivo, a fronteira política não pôde coincidir com característicos limites físico-geográficos, porque tais limites não existem. Essa fronteira, cuja estabilidade acentuamos, não pôde assim, provir de causas físico-geográficas. Mas semelhante circunstância não invalida, por modo algum, a nossa afirmativa de que, na estabilidade do estado português, influíram origens de ordem físico-geográfica.- Diversos fenómenos antropogeográficos finalizam, abruptos, na raia hispano-portuguêsa F. Paxeco, 1932, pp. 564 -571, em comentário a H. Lautensach, 1931, pp. 365 - 409.

Mesmo, fora da estrita e algo limitativa comunidade científica hispano-lusitana, a recepção das ideias de H. Lautensach não deverá ter sido das mais calorosas, tendo participado no XIV Congresso da U.G.I. em Varsóvia (1934) com uma comunicação sobre a diversidade regional comparativa das paisagens na Península da Coreia e na Península Ibérica (especificamente no caso português).⁸⁵⁵ Apresenta passado quatro anos uma nova comunicação no XV Congresso da U.G.I. realizado em Amsterdão em 1938.⁸⁵⁶ Nesta última pormenoriza a sua teoria da diferenciação regional das paisagens (*Landscape*) baseada na actuação no sentido dos meridianos e dos paralelos de forças diversas, sejam elas naturais de cariz fisionómico (*Wirtschaftslandschaft*) ou de ordem zonal devido à acção do Homem (*Wirtschaftsgebeit*). Ambas originam uma heterogeneidade paisagística das penínsulas situadas nas latitudes médias mas que o próprio autor confessava serem complexas e por isso: "(...) la dificultad de clasificar espacios incorporando a la vez factores físicos y humanos, ya que, al regir principios muy distintos en cada una de las clasificaciones, se llegaba a resultados contradictorios. Esta dinamización del concepto de paisaje tenía como objetivo dar una solución al problema de la relación existente entre su estructura fisionómica y las fuerzas – no directamente aprehensibles – que son causa de la misma."⁸⁵⁷

No domínio da Antropologia, a influência das concepções geográficas de H. Lautensach reflectiram-se particularmente na obra de A. Mendes Corrêa, que na sequência do que já tinha sido abordado anteriormente por Tamagnini de Abreu (1933) procurou nos seus estudos de antropometria encontrar a resposta para as áreas de separação *versus* contacto entre os dois Estados Ibéricos, dos quais faz uma leitura de âmbito geográfico.⁸⁵⁸ Este assunto não ficará esquecido, mesmo já depois da Segunda Guerra Mundial, quando caíram em desuso por evidente receio fundamentado de conotações raciais e eugénicas, será retomado por L.Hoyos Sáinz e N. Hoyos Sancho que irão apresentar uma comunicação sobre este mesmo assunto no Congresso Internacional de Geografia de Lisboa da U.G.I. em 1949 que se não foi alvo de reparo por parte dos delegados presentes, também não sobressaiu entre as demais, remetendo-se para um discreto silêncio...⁸⁵⁹

Podemos pois, no nosso entender, considerar que a originalidade de H. Lautensach consiste numa síntese de fenómenos geográficos em que aplica o conceito das «linhas de força» não tanto no

⁸⁵⁵ H.Lautensch, 1934, pp. 161-172.

⁸⁵⁶ *Idem*, 1938-b, pp. 12-26.

⁸⁵⁷ A.Luis Gómez, 1983, p. 37.

⁸⁵⁸ "Uma dessas verificações é a que diz respeito à maior dolicocefalia média portuguesa relativamente à mesati-dolicocefalia espanhola (...) não se pode considerar casual a coincidência da área ocidental da Península em que os índices médios são mais baixos, com a área correspondente ao Estado português (...) Por outro lado, a extrema dolicocefalia portuguesa atesta antiguidade e pureza raciais (...) Sem apresentar uma perfeita homogeneidade antropológica, a população portuguesa é das mais homogêneas da Europa (...) Como então dissemos, a homogeneidade portuguesa não avulta apenas perante a Espanha, mas perante o resto da Europa." A.Corrêa, 1938, pp. 62-67.

⁸⁵⁹ L. Hoyos Sáinz; N. Hoyos Sancho, 1952, pp. 333-341.

sentido da distribuição latitudinal das civilizações de E. Huntington (1915, 1919 e 1924) nem sequer restritiva à individualidade geográfica Peninsular, como refere na época J. Oliveira Boléo (1935 e 1939) apesar deste último geógrafo reconhecer que a conceptualização teórica exposta pelo geógrafo alemão assenta em pressupostos novos, que até então apenas tinham sido aflorados por Theobald Fischer quarenta anos antes.⁸⁶⁰

Na realidade, a teoria é muito mais complexa do que deixa entender o geógrafo português citado porque implica um conceito inovador de cariz Geopolítico de dupla vertente meridiana em que se denota a actuação no sentido Este-Oeste da influência das forças centrífugas do Oceano Atlântico no que respeita aos seus factores naturais, o clima, e a diferenciação morfológica ibérica, em que se destaca como factor individualizante no Ocidente Peninsular a existência do Eixo de Culminação Ibérica e em termos humanos, o expansionismo em direcção ao Oceano - a importância sergiana do litoral em termos económico-sociais - em contraposição às forças centrípetas de integração continental dos planaltos castelhano-leoneses e aragoneses.

A par destas forças, existirão outras, complementares às anteriores, mas de sentido Norte-Sul e que por conseguinte se exercem no sentido dos paralelos, não segundo uma gradação civilizacional como pretendia E. Huntington, mas correspondendo antes a uma miscigenação cultural que originou diferentes civilizações na Península Ibérica (termo que ao contrário de E. Hernández-Pacheco, prefere à designação de Península Hespérica, o qual considera adequado apenas para ser empregue na terminologia geomorfológica, como a designação de Maciço Hespérico).

Assemelha-se aquela a um pequeno continente não só pela sua diversidade paisagística mas também pela sua posição geográfica favorável, a despeito de certas características naturais condicionantes como um relevo acentuado e um litoral quase rectilíneo tendo por isso constituído desde sempre um espaço privilegiado de encontro de culturas. Neste caso, desde a cultura megalítica que ao contrário de Orlando Ribeiro e Leite de Vasconcelos, não considera ter sido muito relevante, recusando o facto de ter existido uma migração marítima ou terrestre entre a Bretanha - Irlanda e o Noroeste Peninsular, passando pela cultura genuinamente mediterrânea almeriense e capsense, de onde terão surgido os Iberos (cujos descendentes serão os Bascos atendendo às características da sua

⁸⁶⁰ "É interessante a posição do professor Lautensach à cerca do problema que vimos tratando. Defende o ilustre professor alemão, dentro da teoria dos «corpos geográficos de Penck» que o território português se encontra nitidamente individualizado, graças à influência oceânica e que uma região, sem que possua limites naturais, pode autonomizar-se, desde que se verifiquem nas várias sub-regiões diferenciações, mesmo graduais e lentas." J. Boléo, 1939-c, p. 20.

linguagem) até à cultura atlântico-continental dos suevo-visigóticos em que quis ver a pré-figuração de uma nacionalidade galaico-portuguesa.⁸⁶¹

Também mereceram especial atenção as influências árabe-berbere e franco-burgúndia que se foram até certo ponto antagónicas ao longo da época histórica de formação dos Estados ibéricos e na constituição mais morosa das respectivas Nações, acabaram por se interpenetrar mutuamente, opinião consonante com Orlando Ribeiro sobre o mesmo assunto.⁸⁶²

Ao contrário dos historiadores e geógrafos ibéricos, H. Lautensach, despido de preconceitos nacionalistas, sempre considerou aquele acontecimento histórico relativamente moroso: “Sin embargo, la Reconquista sólo en algunos momentos consistió en un avance territorial sistemático hacia el Sur de los sucesivos estados cristianos. A tales avances seguían, con mucha más frecuencia, rechazos por parte de los árabes.”⁸⁶³ O que sem dúvida terá contribuído para fundir e moldar num só cadinho uma civilização original, individualista e contrastante em termos etnoculturais e até linguísticos que teve implicações profundas na actual divisão político-administrativa da península Hispânica: “(...) «se os aspectos da paisagem que resultam da actuação das forças (...) ligam Portugal à região central ibérica, os traços resultantes da posição atlântica e periférica separam-no dela». De maneira que Portugal constitui com o Sudoeste da Galiza «uma divisão físico-geográfica da Península», sendo no entanto pouco nítidos os limites orientais desta (...) a própria permanência de Portugal como Estado historicamente estável (...) determinou progressivamente muitos aspectos da sua individualidade: a nítida diferenciação da língua, a organização da rede de comunicações à volta dos dois portos de Lisboa e Porto, e ainda, a fraqueza da circulação através da raia e do povoamento da região fronteiriça.”⁸⁶⁴

Ao qual acrescenta muito posteriormente - embora já o deixe entender nas conferências realizadas na década de 1930 - que a manutenção da nacionalidade portuguesa só se pode entender com o auxílio prestado em momentos de maior perigosidade por outros países europeus: “La existencia independiente del estado portugués se funda en el hecho de que en los momentos de mayor amenaza se podía pedir ayuda por mar a los países amigos importantes, Inglaterra y Francia.”⁸⁶⁵

⁸⁶¹ “(...) los visigodos quedaron absorbidos, tanto racial como culturalmente, en la amplia masa de la población indígena, formándose una conciencia nacional unitaria.” H. Lautensach, 1967, p. 185.

⁸⁶² “A influência dos bárbaros é incomparavelmente menor que a dos árabes e berberes islamizados; rapidamente conquistaram a Península e apenas na Ibéria sempre húmida se não puderam conservar; daí partiu a Reconquista, recuperando em oito séculos o que se tinha perdido em sete anos. Ela progrediu, em conjunto, segundo frentes leste-oeste, mas o domínio muçulmano foi sempre mais duradouro na fachada levantina do que na atlântica (o reino de Granada caiu dois séculos e meio depois do Algarve).” O. Ribeiro, 1989-i, p. 282.

⁸⁶³ H. Lautensach, 1967, p. 186.

⁸⁶⁴ O. Ribeiro; H. Lautensach, 1987, p. 35.

⁸⁶⁵ H. Lautensach, 1967, p. 18.

Podemos entender esta teorização de H. Lautensach como muito próxima, senão mesmo como sendo a aplicação da teoria geopolítica de C. Vallaux ao contexto ibérico, particularmente à formação do Estado português a partir da justaposição de regiões heterogêneas em que a capital desempenhou o núcleo aglutinador: “Afonso Henriquez, Portugals erster König, entriß die Stadt den Mauren im Jahr 1147 endgültig, und sein Urenkel, Afonso III., machte im 13. Jahrhundert nach Beendigung der Reconquista Lissabon zur Hauptstadt des Königreiches. Diese wuchs bald darauf ansehnlich nach Westen wie nach Osten.”⁸⁶⁶

Paralelamente, deu-se a expansão das fronteiras de Portugal e de Castela-Leão, Navarra-Aragão e a Galiza segundo o eixo Norte-Sul, seguindo-se a aglutinação destes últimos proto-Estados em torno da Espanha a partir de um núcleo central dotado de força e vontade expansionista que alargou as fronteiras internas no sentido anteriormente apontado mas também na direcção Este-Oeste, capaz de absorver outros proto-Estados periféricos porquanto mais ricos mas menos dinâmicos política e militarmente. Ou seja, existem diferenças economico-sociais acentuadas em que se contrapõem as áreas rurais do interior peninsular, onde predomina uma economia tradicional e conseqüentemente propícia ao desenvolvimento de regimes políticos conservadores e centralistas, em relação às áreas periféricas, mais dinâmicas.⁸⁶⁷

Esta concepção geopolítica é nitidamente neo-ratzeliana ao conceber os Estados como entidades autónomas dotadas de dinamismo economico-político semelhantes aos organismos vivos e como eles dotadas de vitalidade e de diversas fases evolutivas como bem salienta N.Krebs (1931) ao referir-se à formação e evolução dos Estados enquanto entidades supra-regionais.⁸⁶⁸

A propósito da importância dos factores geopolíticos na individualidade de Portugal enquanto entidade geográfica, menciona H. Lautensach numa célebre conferência⁸⁶⁹ realizada em finais de 1931 na Sociedade de Geografia de Lisboa, que o nosso País se pode considerar uma entidade diferenciada no conjunto da Península Ibérica, não tanto por factores naturais que o individualizem em termos fitoclimáticos ou geomorfológicos (mesmo aqui temos de considerar a importância respectivamente, do clima oceânico e do ponto de culminação do eixo ibérico), mas antes por um conjunto de aspectos

⁸⁶⁶ *Idem*, 1941, p. 30.

⁸⁶⁷ “(...) comprobamos que la Península ha permanecido, la mayor parte deste largo período, aún en el grado del régimen urbano antiguo y del capitalismo de rentas, y hasta nuestro siglo no ha alcanzado paulatinamente el grado del capitalismo productivo de la sociedad industrial y del régimen urbano reciente. Cataluña y el País Vasco, así como las áreas centrales portuguesas en torno a Lisboa y Oporto, han avanzado por este camino más que las demás regiones de la Península. *Idem*, 1967, p. 204.

⁸⁶⁸ “Todos los elementos antropogeográficos que se pueden representar superficialmente muestran en su área de distribución salientes que crecen y puntos de retroceso, regiones nucleares y territorios marginales. Los primeros pueden compararse con los brotes y rudimentos de un organismo vivo, y los segundos corresponden por su vitalidad a órganos esenciales y a las extremidades que sirven de complemento y apoyo a las funciones vitales. También pueden ser objeto de comparación biológica cuando vemos reunirse diversos valles o Estados pequeños en una unidad mayor, cuyo centro a menudo se halla en el punto de contacto de las diversas regiones.” N.Krebs, 1931, p. 81.

⁸⁶⁹ H.Lautensach, 1931, pp. 362-409.

paisagísticos em que os cambiantes físicos moldaram a actividade humana tornando-a distinta do país vizinho. Este facto concede a Portugal uma «personalité géographique», que permite considerar o seu todo - juntamente com a Galiza - apesar da heterogeneidade das suas regiões, uma entidade político-administrativa distinta de Espanha, precisamente no enquadramento da concepção germânica da actuação e equilíbrio de forças geopolíticas: “Cuanto mayores son las distancias, más considerables son las fuerzas que absorben los caminos terrestres, mientras que los pueblos que dominan el mar pueden instalarse en países lejanos y desarrollar en ellos fuerzas inagotables. Su zona de expansión y su civilización se extenderán rectilineamente por las costas, mientras, en cambio, los pueblos del interior, hasta que triunfen de los obstáculos naturales o de sus adversarios, tienden a tener una esfera de expansión circular.”⁸⁷⁰

Talvez por isso, Amorim Girão critica Hermann Lautensach por este considerar que Portugal constitui, pelo menos em termos climáticos, uma região natural em que a fronteira terrestre coincide com o limite da influência oceânica na Península Ibérica. No entanto, no nosso entender, o geógrafo alemão terá sido mal interpretado, porque o que ele realmente quis dizer é que se Portugal e a Galiza podem constituir uma região natural do ponto de vista climático, de modo nenhum esta é coincidente com os limites da fronteira político-administrativa: “Verifica-se que a região Portugal-Galiza é uma província atlântica de carácter especial na Península Ibérica (...) A imagem físico-geográfica de Portugal está nitidamente definida. Ela é a de uma região litoral, na orla ocidental da Ibérica, fortemente influenciada pelo oceano constituindo ao mesmo tempo uma região de transição das formas nórdicas, temperadas para as formas meridionais, subtropicais. Nesta região de transição a Galiza por um lado e o Algarve pelo outro, são as alas de características extremas. O aspecto físico-geográfico de Portugal diferencia-se nitidamente do da região central espanhola. Por este motivo a fronteira política não pode coincidir com limites físico-geográficos característicos, porque tais limites não existem. A fronteira política (...) não pode, por este motivo, ter causas físico-geográficas”⁸⁷¹

Na realidade, para o sábio germânico, os aspectos que realmente distinguem os dois países ibéricos resultam mais da separação linguística e da individualidade socioeconómica e etnográfica de cada um deles, resultante de uma distinta evolução histórica do que propriamente de uma extrema diferenciação em termos naturais, que é gradativa, como se demonstra especialmente bem no Alentejo pelo facto de não existir nessa extensa região fronteiriça aspectos particulares em termos naturais que a individualize da Extremadura. Esta diferenciação natural tem de se procurar noutros locais, situados em extremos opostos e por razões distintas: o primeiro será nos dois núcleos peninsulares, porque é

⁸⁷⁰ N.Krebs, 1931, p. 83.

⁸⁷¹ H.Lautensach, 1931, pp. 377, 382-383.

onde têm a sua gênese e interactuam com mais intensidade opostos «campos de força» geopolíticos, ou empregando a própria terminologia do geógrafo, as diversas componentes de intensidade e sentidos diferentes: *Formenwandel* que originaram duas áreas completamente distintas, a saber a orla litoral ocidental de relevo pouco acentuado - onde avultam Lisboa e o Porto - de fácies morfológica e fito-climática oceânica em contraposição ao núcleo continental dos altos planaltos castelhano-leoneses e polarizado em torno do eixo Valladolid-Madrid, simbolo da *hispanidad* assim como Portugal é o da oceanicidade.

Por conseguinte, não será de surpreender que tenha sido nestas regiões nucleares centrais - com uma certa analogia das áreas do *heartland* de Mackinder - onde o uso mais intenso do solo e consequente aumento da densidade populacional tenham conduzido a um estreitamento dos laços entre a população e o território que ocupa, propiciando o surgimento das respectivas nacionalidades e da sua estrutura política que é o Estado por vontade expressa da população que se constitui na Nação se for organizada dentro das suas fronteiras. O que nos leva a pressupôr que para H. Lautensach a nacionalidade e mesmo a formação da própria Nação, não dependem da raça ou etnia mas sim da consciência de pertencerem a uma entidade comum. O que significa que a Nação, neste caso a portuguesa e mais tardiamente a espanhola, puderam formar-se a partir de uma multiculturalidade que eventualmente, poderá com o passar dos séculos ter originado uma mesma identidade étnica devido à miscigenação resultante da Reconquista: "The geo-organic concept has typical elements of traditional geopolitical thought. The notion of «centers of strength» (*Kraftberzgen*) is reminiscent of «pivots», «heartlands», or «core areas» (...) despite this emphasis on the influence of the environment, the geo-organic concept of national territory also contained hints of a decisive influence of culture."⁸⁷²

Por conseguinte, à noção de fronteira é necessário ajustar o conceito do que na época era designado por «Geohistória», isto é a Geografia Política enquanto Ciência para a qual os factos e acontecimentos políticos passados, se reflectem na organização espacial actual. Neste caso da delimitação da fronteira e nas práticas sociopolíticas a ela inerentes, segundo os conceitos clássicos de Geografia Política, para quem a delimitação espacial da(s) fronteira(s) enquanto entidade zonal (a *Grenzraum* ratzeliana) divide-se entre as áreas periféricas onde existe interpenetração étnico-cultural e linguística e a área nuclear da própria zona fronteira onde a nacionalidade afirma de forma inequívoca a sua presença e é parte integrante da própria construção bem como projecção do Estado, putativo instrumento do Poder capaz de controlar a população dessas áreas e até de adoptar as estratégias militares consonantes à sua segurança.

⁸⁷² G.Herb, 1997, p. 55.

Por sua vez a Geopolítica terá como objectivo primordial a afirmação do poderio do Estado e a demonstração da vitalidade da nacionalidade bem como a coesão da Nação nos aerópagos internacionais.

Relativamente ao conceito da delimitação fronteiriça ibérica, o geógrafo alemão vai até certo ponto transpôr para o caso peninsular a sua teoria da *Grozen Kultur*, sem contudo descurar a importância dos elementos naturais no traçado da fronteira luso-espanhola, que a sua formação como geomorfólogo não permitia olvidar. Por conseguinte, fácil se torna compreender a ênfase dada por H. Lautensach ao facto do limite fronteiriço oriental português coincidir com o limite linguístico que determinou mas não foi determinado pela fronteira política que só acidentalmente se torna natural devido à especificidade da hidrografia transfronteiriça ao atravessar o Maciço Antigo: “(...) múltiplos fenómenos antropogeográficos têm uma terminação abrupta na fronteira portuguesa, o que se explica pelo facto de eles se terem desenvolvido e formado depois de a fronteira se formar. Não foram eles que influenciaram a constituição da fronteira; sucedeu o inverso e a sua formação só se explica pela estabilidade do Estado português.”⁸⁷³

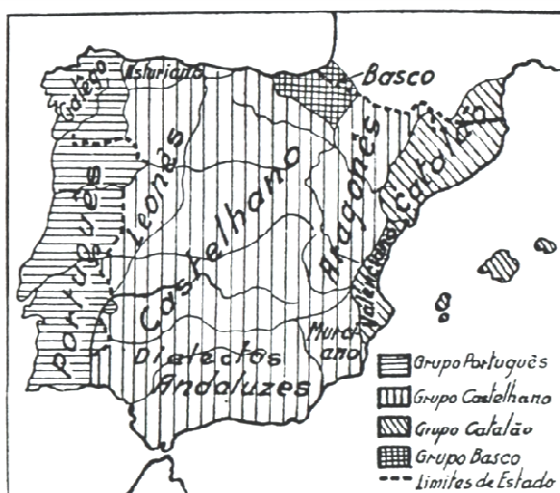
Progressivamente o conceito de fronteira geográfico-cultural e linguística vai ganhando cada vez mais relevância na determinação da fronteira oriental hispano-portuguesa em detrimento dos aspectos naturais, mas simultaneamente deixa de ser considerada uma simples linha divisória político-administrativa para se tornar uma fronteira zonal, entidade relativamente dinâmica e dotada de uma certa mobilidade no seu traçado: “Las lenguas gallega y portuguesa están emparentadas estrechamente entre si desde los tiempos anteriores al comienzo de la Reconquista. La frontera oriental del portugués coincide en su mayor parte exactamente con la frontera política. El desarrollo cultural portugués se operó desde la fundación del estado en constante rivalidad, incluso resistencia, con España, siguiendo de este modo sus propios caminos. Por consiguiente, la frontera política portuguesa en el Este es no sólo una frontera lingüística, sino también una muy clara frontera geográfico-cultural, en tanto que en el aspecto físico es poco definida.”⁸⁷⁴

Afinal numa posição bastante parecida à de Mendes Corrêa que em apoio destas asserções até publica numa das suas obras a cartografia do geógrafo alemão a assinalar a estreita coincidência entre os limites linguísticos e a fronteira oriental portuguesa. Apenas esta, e não a fronteira setentrional, pela simples razão que para o geógrafo supracitado a língua galega não se individualiza face ao português, sendo antes considerada um dialecto, ou melhor uma variante da lingua de Camões. (Figura 45)

⁸⁷³ H.Lautensach, 1931, p. 383.

⁸⁷⁴ *Idem*, 1967, p. 194.

A divisão linguística da Península Ibérica



Carta lingüística da Península, elaborada por Lautensach
sôbre elementos de vários autores

Figura 45

Fontes: A. Mendes Corrêa – *Raízes de Portugal, “Ex Nihilo !”... (Terra e Independência – A Raça)*, Ed. Ocidente, Lisboa, 1938, p 63; Aristides de Amorim Girão – *Geografia de Portugal*, Ed. Ilustrada, Portucalense Editora, SARL, Porto, 1941, p. 71.

A segunda particularidade apontada pelo geógrafo germânico acerca do traçado fronteiriço peninsular, só se verifica em casos pontuais e resulta de uma certa separação dos elementos naturais em determinados troços da fronteira luso-espanhola: o dobramento do Maciço Antigo ao longo da fronteira comum foi uma das causas que terá conduzido ao encaixe dos rios - mesmo aqueles que apresentam menor caudal - e que originou uma fronteira natural em alguns troços de delimitação entre os dois países ibéricos. No entanto, H. Lautensach considera que a existência de uma fronteira desse teor, que aliás não defende muito convictamente e à qual vai dando cada vez menos importância ao longo das suas publicações, não é relevante, até considerar que é quase secundária face à importância de uma fronteira etnolinguística na individualização dos dois Estados peninsulares: “El desarrollo cultural portugués se operó desde la fundación del estado en constante rivalidad, incluso resistencia, con España, siguiendo de este modo sus propios caminos. Por consiguiente, la frontera política portuguesa en el Este es no sólo una frontera lingüística, sino también una muy clara frontera geográfico-cultural, en tanto que en el aspecto físico es poco definida.”⁸⁷⁵

Significa que não existe nenhuma fronteira climática, ao invés, o clima vai-se modificando gradualmente à medida que nos afastamos do Oceano, as próprias características naturais, como sejam a morfologia, a litologia e a hidrografia, as quais não registam alterações ao atravessarmos a fronteira. Pelo contrário, existem mais semelhanças entre algumas regiões espanholas e portuguesas

⁸⁷⁵ *Ibidem*, p. 184.

(por exemplo entre a Andaluzia e o Algarve, ou entre Trás-os-Montes e a Galiza) do que entre muitas das regiões do próprio País. A individualização geográfica de Portugal não deverá procurar-se nos aspectos naturais, mas sim fundamentar-se em aspectos de ordem política, pois toda a sua história está marcada pela ajuda estrangeira destinada a assegurar a independência do País face aos árabes ou aos espanhóis.

Em 1937, quando visita Portugal pela última vez antes da Segunda Guerra Mundial, e lhe foi atribuído o título de doutor *honoris causa* pela Universidade de Coimbra, o geógrafo alemão volta a proferir outra conferência, desta feita na Câmara Municipal do Porto⁸⁷⁶ em que a componente Geopolítica do «espaço vital» Atlântico-Mediterrâneo peninsular é salientada em detrimento da teorização no âmbito da Geografia Política relativa à formação e evolução histórico-geográfica dos dois Estados ibéricos.⁸⁷⁷

Nota-se com efeito, que as teses apresentadas têm uma grande similitude de pensamento com os geógrafos italo-alemães sobre a importância do domínio dos vastos espaços marítimos e terrestres que bordejam o Oceano Atlântico e o Mar Mediterrâneo por outras potências que não a Espanha Republicana: “Na situação política de hoje a porta do Rossilhão fornece a única comunicação terrestre entre a França e a Espanha vermelha.”⁸⁷⁸ Muito tendenciosamente, numa altura em que ainda não se desenhava explicitamente a vitória franquista na Guerra Civil: “Hoje a sua influência cultural e política não ultrapassa as Baleares, mas é possível que progrida numa proporção considerável, se Franco conseguir obter a soberania sobre a orla mediterrânea da Península. Chegou já a realizar-se alguma cooperação entre a Itália e a Espanha nos tempos da ditadura de Primo de Rivera.”⁸⁷⁹ Atacando verbalmente, ainda que de um modo indirecto, a União Soviética e a própria Inglaterra: “(...) estou absolutamente convencido de que Portugal e a Alemanha têm muitos interesses em comuns na defesa da cultura europeia contra as forças da desordem e da destruição.”⁸⁸⁰

Estas afirmações do geógrafo alemão supracitado não foram fruto do acaso, pelo contrário foram judiciosamente escolhidas uma vez que na conjuntura internacional dos últimos anos da década de trinta do século passado, assumiam especial importância geopolítica as «duas portas de entrada»

⁸⁷⁶ Significativamente numa altura em que o presidente da edilidade era o Dr. A. Mendes Corrêa muito próximo da ideologia nazi - aliás haveria de ser acusado já nos finais da Segunda Guerra Mundial pelos investigadores brasileiros de ser um simpatizante dessa ideologia política.

⁸⁷⁷ Refere que a Geografia Política que considera como um simples ramo da Geografia é aquela que: “(...) estuda as relações entre as regiões naturais e os espaços políticos; mostra a idoneidade ou não idoneidade de aqueles para formarem espaços políticos com vitalidade e pergunta se os estados coincidem com regiões dessa ordem e até que ponto as fronteiras dos estados são de facto fronteiras de regiões (...)” H. Lautensach, 1931, p. 362. Posteriormente define a Geopolítica que também não autonomiza em relação à geografia: “ (...) aquela ciência que examina as relações entre os caracteres geográficos dos países do mundo e os acontecimentos políticos que afectam estes países. Estão incluídos nestes caracteres de países diferentes as especialidades das raças.” *Idem*, 1938, p. 58.

⁸⁷⁸ *Ibidem*, p. 67.

⁸⁷⁹ *Ibidem*, p. 62.

⁸⁸⁰ *Ibidem*, p. 57.

em Espanha, o Rossilhão francês, fronteira quase natural devido ao facto de ser dificilmente transponível, mas mesmo assim constituindo um elo vital de sobrevivência para a Espanha Republicana, enquanto o Estreito de Gibraltar, na posse da Inglaterra deveria ser devolvido à Espanha porque: “(...) representa também a porta de entrada da África na Península.”⁸⁸¹

Essa penetração do Norte de África no litoral meridional peninsular teria as suas raízes ancestrais em termos históricos (como se denota da influência ibérica e capsense que foi mais notória na Andaluzia e no Levante) mas encontra um certo paralelismo com eventos históricos que H. Lautensach se compraz em realçar, decorrentes da situação político-militar nesses finais da década de 1930 porque foi precisamente no Norte de África que eclodiu a revolta nacionalista e, sobretudo, foi a partir daí que veio o auxílio mais significativo para sustentar o Levante e a Andaluzia que se encontravam já na posse dos franquistas: “Na situação política de hoje o Marrocos espanhol representa uma fonte importante de recrutamento para os nacionalistas, e a porta de Gibraltar recobrou o seu valor terrestre de outrora.”⁸⁸² Ou seja, gerou-se uma força geoestratégica que ao contrário dos movimentos da Reconquista Cristã e posterior unificação da Espanha (e das Hespanhas... ou seja dos dois reinos peninsulares) se faz agora da periferia em direcção ao centro: “Franco foi forçado a fazer o trajecto longo e rico em sacrifícios de Irún a Gijón para romper a resistência dos Bascos e dos Asturienses, e resta-lhe ainda inteiramente a conquista da periferia mediterrânea.”⁸⁸³

Esta concepção de H. Lautensach de um novo bloco geopolítico italo-iberico e alemão não é fruto da contingência histórica mas antes a expressão geopolítica de um tema grato aos geoestrategas italo-alemães que nas vésperas da Segunda Guerra Mundial, preconizavam uma aliança entre os dois países mediterrâneos: a Espanha nacionalista que arrastaria Portugal na sua órbita e a Itália, ambos sob o signo de uma Nova ordem Pan-Europeia comandada pela batuta alemã.

Esta teorização geopolítica é retomada alguns anos mais tarde no início da Segunda Guerra Mundial, quando a única potência que entravava os desígnios imperiais fascistas era a Inglaterra que através do domínio do eixo Gibraltar-Suez, pretendia manter aberta uma via de vital importância geoeconómica às suas possessões imperiais (sobretudo ao Egipto e à Índia). O que obviamente os alemães não poderiam consentir se quisessem vencer a guerra económica que lhes permitiria fazer ajoelhar a Inglaterra antes da entrada dos EUA no conflito ou das campanhas militares a Leste que a agressividade nazi preparava.⁸⁸⁴

⁸⁸¹ *Ibidem*, p.67.

⁸⁸² *Ibidem*, p. 68.

⁸⁸³ *Ibidem*, p. 70.

⁸⁸⁴ “Anche per la Spagna negli ultimi tempi il Mediterraneo è nuovamente diventato l'unico possibile spazio vitale (...) Ha un senso profondamente storico il fatto che la Spagna sia stata respinta nella sua sfera naturale ddi interessi proprio nello nello stesso momento in cui il Mediterraneo riprendeva la

Os geopolíticos alemães, embora não insistam demasiado no carácter latino do Mediterrâneo e apenas o reforcem enquanto instrumento útil para o domínio deste vasto espaço numa estratégia concertada contra os regimes demo-liberais anglo-francês, baseiam-se enquanto tal e muito compreensivelmente, nos postulados científicos de H. Lautensach da existência de linhas e campos de força geopolíticas entre o centro *versus* periferia, respectivamente com um movimento centrífugo e centrípeto de expansão geopolítica da Espanha nacionalista.⁸⁸⁵

No entanto, a fundamentação desse expansionismo baseia-se em algo quanto a nós mais consistente, que é a legitimação «geohistórica» enunciada pelos geógrafos espanhóis, particularmente J. Vicens-Vives (1940), em quem os ítalo-alemães possivelmente se basearam para justificar esse renascer político-geográfico baseado nos eventos históricos do passado.⁸⁸⁶

Numa escala de análise diferente, que extravasa o domínio peninsular, os geógrafos alemães como os italianos referem-se a uma nova concepção de revitalização de um futuro «Eixo latino» englobando os países supracitados, possivelmente englobando a França de Vichy, que em conjunto possam competir senão mesmo substituir a Inglaterra como potência marítima dominante no Mediterrâneo - considerada uma «strata di vita» para Mussolini - e no Atlântico Ocidental, como acentua L. Magugliani, que faz uma aproximação, embora simplista, à teorização de H. Lautensach da existência de forças geopolíticas que impulsionam o expansionismo mais político-económico do que territorial do nosso País: “Portugal está entre duas gravitações: a própria que o leva para duas gravitações geopolíticas. Ignorar este axioma fundamental é alterar completamente o senso geopolítico

posizione centrale nella politica europea. La rivoluzione spagnola, fin dai suoi premi inizi, si è studiata di tutelare l'idea imperiale. (...) Oggi il grido di rivendicazione di Gibilterra e di altre mete dei desideri spagnoli risuona già alto nelle strade di Madrid. La guerra del 1936 non è stata soltanto dedicata ad una rivoluzione interna, ma ha anche significato il risveglio della Spagna nella politica internazionale. I concetti territoriali, a cui oggi si allude come a speranze spagnole, si torvano tutti nella sfera immediata dello spazio vitale ibérico (...) l'atlantico ed il castigliano, può aver cumpimento il destino mediterraneo della Spagna (...) La Spagna cerca oggi spiritualmente e politicamente di inserirsi nei nuovi centri dinamici europei. (...) Essa concepisce il Mediterraneo come una sfera latina in cui entrambe le nazioni latine - Italia e Spagna - debbono accordarsi come elementi complementari. La Spagna, in possesso di una posizione strategica unica nel suo genere, può recare un apporto decisivo nell'opera di consolidamento dello spazio mediterraneo (...) La stabilità del nuovo ordinamento esige che il paese, che il paese, che è stato posto dal destino nel punto d'incrocio di grandi linee dinamiche geo-politiche.” H. Barth, 1942, pp. 164-169.

⁸⁸⁵ “Al centro castigliano, che per tanto tempo ebbe una posizione determinante nella vita della penisola iberica, è data anche una legge fondamentale continentale. Accanto a questa però operano su quel centro dal l'ovest e dall' est due correnti oceaniche mitigatrici e risolventi: la corrente mediterranea e quella atlantica. Sono certamente necessarie possenti forze costruttrici per bilanciare i tre elementi - il continentale, l'atlantico ed il mediterraneo - che operano l'uno contro l'altro in permanenti alternative, e per fonderli l'unità. (...) Però essa non è sufficiente a spiegare quello strano fenomeno storico che si effettuò sotto di lui. La Castiglia ha sempre corrisposto alla travolgente missione di essere il «cuore e il baluardo della Spagna» (...) Ortega ha affermato che per i castigliani ogni trionfo è noioso, perché ad aesso segue l'orgia. Egli ha paragonato l'altipiano, che è circondato della lussuriosa fertilità delle provincie più ricche della costa (...) La Castiglia si è messa sulle difese coste spagnole con un continuo raddoppiato dispendio di energie ed accentuando in modo quanto mai vigoroso la sua brusca severità. I piaceri ed i valori terreni, che avevano un qualche pregio per i porti commerciali dell'Andalusia e della Catalogna, furono disprezzati nel centro spagnolo. La periferia dovette piegarsi alla legge del centro, perché in definitiva essa non può esistere senza il centro ancor meno di quanto questo possa esistere senza la periferia.” *Ibidem*, pp. 150-155.

⁸⁸⁶ “L'esperienza della «Reconquista» mostra oggi come un tempo che la missione storica del popolo iberico è nella sua presa di posizione fra l'ovest e l'est. La sua concezione sull'ordinamento di uno Stato cristiano già 400 anni fa era più rigida e formulata in modo più gerarchico di quella del Vaticano. Sotto Filippo da questa concezione antitetica sono derivati molti contrasti. Oggi, dal punto di vista del significato storico della giovane rivoluzione, ne consegue un mutamento essenziale (...) L'attuale Stato, dopo la sua vittoria, si considera ad ogni modo baluardo del nuovo ordinamento europeo contro la minaccia di civiltà straniere confinanti, dal cui assalto i popoli della penisola iberica hanno persistentemente difeso il loro paese, che è come un ponte fra due civiltà. Una tale missione, però, può avere il suo adempimento soltanto nella cornice dello spazio vitale, in cui è situata la Spagna. Perciò l'evoluzione spagnola degli ultimi anni non significa altro che il ritorno a quella politica mediterranea, che si è arenata all'epoca delle scoperte atlantiche. La Spagna tenta di ritornare agli inizi storici dell'epoca della sua unità nazionale *Ibidem*, pp. 158-159.

da nação lusitana. Uma gravitação leva-o para o Mediterrâneo, a outra para o Oceano Atlântico. Esta sobretudo é acrescida e potenciada pela enorme massa dos tráficos e das correntes geopolíticas mediterrâneo-europeias e daquela que se poderia chamar a gravitação atlântica de Espanha.”⁸⁸⁷

Nesta mesma época, em pleno conflito mundial, o geógrafo H. Lautensach desloca-se novamente a Portugal, após “(...) quatro anos de cruel provação para o nosso continente.”⁸⁸⁸ O aludido geógrafo germânico em companhia de Orlando Ribeiro, percorre novamente as áreas rurais do Norte e Centro do nosso País. Talvez por isso mesmo, o pequeno artigo que escreveu verse essencialmente a individualização dos conjuntos naturais da paisagem portuguesa (*Landschaft*) em termos «geohistóricos», isto é, sublinhando a importância dos condicionalismos naturais no desenrolar dos eventos históricos.⁸⁸⁹ Neste aspecto, destaca as origens da civilização portuguesa na cultura megalítica do Neolítico, passando pela cultura castreja do Noroeste e pela Romanização cuja influência cultural considera ter-se prolongado no tempo até ao final da Reconquista Cristã. Denota uma influência preponderante, respectivamente dos escritos de Leite de Vasconcelos, A. Sampaio e principalmente a influência pessoal de Orlando Ribeiro com quem também já tinha viajado por duas vezes em anos anteriores. Nesse contexto da Segunda Guerra Mundial, não deixa de enaltecer as transformações verificadas em Portugal a nível socioeconómico nos últimos anos, mas talvez fosse um subterfúgio pois o que realmente quereria referir é o facto do nosso País ter conseguido conservar o estatuto de neutralidade no conflito mundial: “(...) sob o Governo de um genial homem de estado que preside aos vossos destinos.”⁸⁹⁰

Anos mais tarde, já na década de 1960, H. Lautensach publica *Die Iberische Halbinsel* (1964) que pretende ser uma obra onde sintetiza as suas reflexões resultantes de mais de um quarto de século de directo e indirecto sobre a Península Ibérica.⁸⁹¹

Essa mesma obra, traduzida e publicada alguns anos mais tarde (1967) com o título de *Geografía de España y Portugal*, corresponde a uma época que em termos políticos, se caracteriza pelo declínio dos regimes autoritários ibéricos, que paradoxalmente coincide com uma época de crescimento económico acelerado, senão mesmo de uma prosperidade relativa considera que as transformações económico-sociais operadas pelas directivas político-administrativas do franquismo e do salazarismo nos espaços rurais e urbano-industriais foram tão acentuadas que originaram uma

⁸⁸⁷ L. Magugliani, 1943, p. 365.

⁸⁸⁸ H.Lautensach, 1943, p. 26.

⁸⁸⁹ *Ibidem*, 26 p.

⁸⁹⁰ *Ibidem*, p. 25.

⁸⁹¹ “Cuando el alemán Hermann Lautensach publicó su obra (1964) hacia casi cuatro decénios que recorria España y, muy especialmente Portugal. Se trata de un extenso libro (700 págs.), resultado de minuciosas y sistemáticas investigaciones en numerosos aspectos tanto físicos como humanos. Con nos también perfectamente las fuentes bibliográficas, cartográficas y estadísticas; maneja y cita más de 1500 libros y artículos.” J. Vilá Valentí, 1990, p.145.

modificação progressiva e profunda da paisagem peninsular nas última décadas: “España y Portugal se encuentran desde 1939 y 1928, respectivamente, esto es, desde el final de la guerra civil española y desde la toma del mando por Salazar, en una nueva fase, en la que ambos gobiernos autoritarios tratan de vencer el espíritu económico que hemos descrito, en cuanto representa una traba para el desarrollo; la economía dirigida por el estado ha logrado ya éxitos muy dignos de consideración en la organización de un nuevo paisaje cultural.”⁸⁹²

Terá H. Lautensach deixado discípulos interessados em continuar a aplicar a sua teoria da diferenciação paisagística ao estudo da Península Ibérica? A única referência válida que conhecemos sobre o assunto é a do geomorfólogo L. Solé Sabaris o qual utilizou uma metodologia em que cada um dos aspectos zonais considerados em escalas de análise diferentes (Este-Oeste, interior-litoral ou se quisermos, periferia-centro) permitiram a delimitação de regiões naturais distintas na Península ibérica, na qual nós destacámos particularmente aquela que: “(...) *sigue la frontera política oriental de Portugal, que separa el paisaje de cultivo portugués del castellano, y la frontera oriental de la lengua gallega próxima a la portuguesa.*”⁸⁹³

Esta delimitação das áreas do interior raiano será, tal como para H. Lautensach, baseada em aspectos naturais mas também em aspectos humanos como a diferenciação paisagística resultante da actividade gradativa do Homem sobre o Meio envolvente: “*La frontera siegue el borde de la Meseta en el Oeste, Norte y Sudeste y por el Este encierra la Cordillera Ibérica y la cuenca del Ebro, en el Sudoeste los Montes de Toledo, la cuenca del Guadiana y Sierra Morena.*”⁸⁹⁴

⁸⁹² *Idem*, 1967, p. 207.

⁸⁹³ L.Solé Sabaris, 1967, p. 24.

⁸⁹⁴ *Ibidem*, p. 24.

8-Reflexões Conclusivas

No final deste trabalho de investigação, mais do que uma simples conclusão por si mesma, impõe-se primeiramente uma reflexão sobre a importância que a fronteira enquanto objecto de estudo para a Geografia Política/Geopolítica tem tido ao longo das últimas décadas. Em seguida, abordaremos o significado e a projecção de Portugal no contexto geopolítico resultante do último conflito mundial até aos dias de hoje, em que o nosso País deixou de estar prioritariamente ligado ao espaço peninsular para fazer parte integrante, juntamente com a Espanha, de um espaço europeu onde as fronteiras políticas são cada vez mais destituídas de significado, ao invés das fronteiras economico-sociais, cada vez mais relevantes.

8.1-Geografia Política e fronteira

A fronteira enquanto espaço físico é um dos vectores essenciais da Geopolítica por constituir ao longo da primeira metade do século XX um *leitmotiv* nas relações internacionais, que não poucas vezes foram pautadas por conflitos entre países com a consequente mobilidade fronteiriça tendo como supremo objectivo o de concretizar em larga escala a hegemonia política e comercial. Afinal, tudo se reduz a uma competição sem tréguas entre os Estados do Globo, especialmente notória se estes forem grandes potências ou se situarem geograficamente nas proximidades uns dos outros.

Podemo-nos pois interrogar se a afirmação de A. Dix, discípulo de F.Ratzel, ao recordar o mestre como o fundador da moderna Geografia Política, não terá ainda razão plena de actualidade, ao afirmar que o objecto de estudo desta ciência humana é: “(...) una porción de Humanidad y un trozo de territorio organizado.”⁸⁹⁵

No período posterior à Segunda Guerra Mundial, o *corpus* conceptual da Geopolítica sofre alterações significativas, com a sua transmutação em Geografia Política. Naturalmente que os conceitos neo-ratzelianos acerca da zonalidade da fronteira como entidade expansionista são relegados para segundo plano a favor da implementação de limites fronteiriços lineares resultantes da cooperação entre os povos, como neste sentido se pronunciaram respectivamente os geógrafos M. Le Lannou em *La Géographie Humaine* (1949) e A.Moodlie *Geografia e Política* (1947, trad. 1965) com algumas diferenças pouco acentuadas entre eles. Será precisamente a partir daquele conflito que as alterações geopolíticas e geoestratégicas originam um novo conceito de fronteira que deixa de ser considerada uma demarcação defensiva e indelével entre os países para passar a ser um limite

⁸⁹⁵ A.Dix, 1929, p. 13.

meramente convencional só assegurada pelos tratados politico-diplomáticos assinados à luz do Direito Internacional: “Depois da Segunda Guerra Mundial a ideia de fronteira como linha defensiva de separação deixa de ser sustentável, atendendo ao que Bunge (1988) denomina como colapso topológico do espaço.”⁸⁹⁶

O geógrafo francês M. Le Lannou, aliás num certo paralelismo com Orlando Ribeiro, refere que a Geografia Política está subordinada à Geografia Regional pela simples razão que considera o Estado como uma entidade aglutinadora de regiões geográficas delimitadas no seu conjunto por uma fronteira política: “La partie la plus importante de la géographie régionale, c'est l'étude des États, qui tendent à être les régions humaines les plus vivantes, à l'intérieur de frontières dont les traits marquent maintenant des séparations décisives.”⁸⁹⁷ Enquanto o geógrafo anglo-saxónico A. Moodie indica que a Geografia Política tem por objecto de estudo a diferenciação interna dos Estados que são delimitados por verdadeiras fronteiras regionais. Em ambos os casos, valorizam ambos estas fronteiras artificiais dotadas de permeabilidade existentes no interior de um Estado, resultantes quer de acordos políticos quer da diferenciação paisagística e cultural regional. Supomos nós que este facto está directamente relacionado com a conjectura do momento pós-Segunda Guerra Mundial em que se apontava como modelo a seguir de liberdade e tolerância os Estados federais (com o exemplo paradigmático da R.F.A.) em detrimento dos limites fronteiriços entre os países que apesar de necessários, eram vistos como resquícios de um nacionalismo individualista e não fruto de uma desejável cooperação europeia.⁸⁹⁸

Neste sentido, as fronteiras entre Estados passam a ter um novo significante que é o de locais onde a influência centralizadora da homegeneidade do Estado quase não se faz sentir, favorecendo formas de permeabilidade entre as áreas delimitadas, permitindo uma maior aculturação entre as populações e um incentivo ao intercâmbio económico, o que por si só contribui substancialmente para a existência de fluxos entre as áreas fronteiriças, tornando-as tão peculiares em si mesmas.

Nessa mesma época, o geógrafo Max Sorre, em *Les Fondement de la Géographie Humaine, Tome II* (1948) apresenta uma concepção diferente de fronteira: se bem que continue a considerar que esta é objecto de estudo da Geografia Humana por ser produto da actuação do Homem, e por conseguinte contingente e mutável; refere que a sua expressão espacial resulta da actuação colectiva de um conjunto de Estados limítrofes que são a expressão política das respectivas nacionalidades.

⁸⁹⁶H.Cairo Carou; P.Godinho; X. Pereiro Pérez, 2009, p. 17.

⁸⁹⁷ M. Le Lannou, 1949, p. 218.

⁸⁹⁸ “O problema da delimitação territorial poderia, sem dúvida, ser mais fácil com a conveniente criação dos Estados Unidos da Europa, desde que reduziria a condição dos limites do nível internacional para interno; mas, ao que parece, pouca esperança há nessa mudança, mesmo nas partes não-eslávicas do continente. Entrementes, um *modus operandi* quaisquer faz-se necessário. As linhas geométricas e as características físicas não constituem limites apropriados ali, porquanto não correspondem às exigências dos vários Estados.” A.Moodie, 1965, p.111.

Seguindo uma concepção neo-razeliana, refere que a fronteira é dotada de uma zonalidade comum a pelo menos dois países limítrofes. O que significa que tal como para C. Vallaux, J. Brunhes e J. Ancel a delimitação da fronteira seja uma área onde existe um coeficiente de pressão entre os Estados, logo uma área de tensão entre aquelas entidades políticas. No entanto, diferentemente de F. Ratzel, não considera que as fronteiras determinem o expansionismo do Estado, referindo o caso *sui generis* da fronteira hispano-portuguesa que é mais um traço de união entre ambas as nacionalidades, sem contudo apurar as suas causas, que considera como Oliveira Martins e Amorim Girão, fruto de um acaso histórico de reminiscências improváveis.⁸⁹⁹

Outra obra desse mesmo autor, *L'Homme sur la Terre* (1961) de teor mais vidaliano, refere que a fronteira é também zonal mas a sua formação obedece primeiramente a características resultantes do «genre de vie» que engloba alguns parâmetros dificilmente mensuráveis como sejam o bem estar e a liberdade. Deste modo, a fronteira zonal perde o seu carácter agressivo para se tornar uma entidade mais esbatida, quase metafísica, mas à qual não falta dinamismo e actividade a nível socioeconómico por ser um espaço de dualidade de culturas e de identidades.

Posição algo diferenciada é preconizada pelo almirante Pierre Célérier, em *Géopolitique et Géoeconomie* (1955 e 1961) que confere especial atenção à importância geoestratégica do posicionamento das fronteiras comuns resultantes do alinhamento ideológico dos países em blocos e alianças político-militares, facto especialmente significativo numa época de auge da Guerra Fria bipolarizada em dois blocos antagónicos (sino-soviético e norte-americano). Contudo, não descarta a fronteira na concepção clássica do termo, natural ou político-administrativa, como um espaço territorial privilegiado de encontro *versus* oposição de culturas e de trocas económicas. Adiciona-lhe sim, outro factor de concepção razeliana que é a importância do «orgulho nacional» na sua concepção e delimitação, bem como numa perspectiva já entrevista por J. Ancel vinte anos antes, a permeabilidade da fronteira, isto é os fluxos socioeconómicos transfronteiriços que são tanto mais intensos quanto maior for o grau civilizacional das nacionalidades dos países limítrofes entre si, mas, sublinhe-se, numa perspectiva que tem algo de «geohistórico» por se reportar à expressão espacial de acontecimentos ocorridos em épocas antecedentes.⁹⁰⁰

O geógrafo catalão Jaume Vicens-Vives, é dos poucos geógrafos espanhóis a reportar-se neste período pós-Segunda-Guerra Mundial à problemática da Geopolítica no que concerne especificamente à

⁸⁹⁹ Ainda mais improváveis quanto o geógrafo francês considera que a causa da existência da fronteira ibérica seja remanescente do feudalismo, quando nós sabemos que pelo menos nos Estados medievais da periferia da Península Ibérica não existiu o regime feudal devido à actuação e fortalecimento do municipalismo em conjugação com o poder real: "La frontière quoi qu'on en ait dit avec plus d'ingéniosité que de solidité, n'est pas un facteur d'isolement. Il y a eu là en réalité une série d'accidents de l'histoire féodale qui ont eu des conséquences durables." M. Sorre, 1948, p. 96.

⁹⁰⁰ (...) "comme l'avait montré l'Europe des siècles derniers." P.Célérier, 1955, p. 26.

formação e delimitação das fronteiras na obra *Tratado General de Geopolítica* (1956). Ao contrário de obras anteriores do mesmo autor, a fronteira é agora apresentada de um modo muito semelhante ao esquema conceptual da geografia vidaliana, será a actuação do Homem ao longo dos tempos que determinará a existência daqueles limites político-administrativos. Em vez de locais de tensão que delimitam espaços vitais geradores de conflitos que conduzem à guerra, são antes espaços vitalizadores da cooperação entre os povos.⁹⁰¹

O investigador Manuel Téran, «geógrafo ibérico» no sentido literal do termo, dado o seu pertinente interesse pelo conjunto da geografia hispano-lusitana, como o comprovam as obras publicadas sobre o assunto, apesar de incidir a sua pesquisa preferencialmente sobre Geografia Regional e Urbana, mostrou momentaneamente algum interesse pela Geopolítica ao publicar um pequeno manual intitulado *Introducción a la Geopolítica y las Grandes Potencias Mundiales* (1942) com funções pedagógico-didácticas sobre este assunto.⁹⁰² O que não impediu que fosse objecto de nova edição (1951) onde se procede a uma descrição relativamente sumária dos continentes e dos respectivos países - com destaque evidente para a Península ibérica - em que a fronteira é definida de um modo neo-razeliano ao ser referenciada como um elemento de tensão resultante do conflito entre Estados.⁹⁰³ No entanto, denota-se uma influência da geografia possibilista francesa - de que o geógrafo supracitado era cultor - ao mencionar a pertinência dos elementos económicos, ou seja das actividades humanas na definição dos limites entre os países.⁹⁰⁴

Melhor fundamentada teóricamente e quanto a nós mais válida, é a teoria proposta por J. Gottmann em *La Politique des États et leur Géographie* (1952) sobre a fronteira como elemento delimitador de uma área específica que é caracterizada pelo predomínio de um certo «género de vida» no seu espaço interior, ao mesmo tempo que tem a função simbólica de vincar o espaço territorial em que um Estado exerce a sua soberania.

Na transição para as concepções actuais da fronteira, P. Guichonnet e C. Raffestin na obra *Geographie des Frontières* (1974) referem que a fronteira seria uma construção iconográfica pretexto para nacionalismos como uma concepção já ultrapassada, pelo menos na maioria dos Estados europeus, em que no âmbito de uma Europa das Comunidades se fala mais numa fronteira unificadora do que em limites de separação fronteiriça entre países. Mesmo assim, a fronteira apesar de estar a

⁹⁰¹ “ Y éste debe ser el papel de la frontera geohistórica en su concreta y limitada versión político-geográfica: a saber, el de constituir puentes de humanidad para naciones de una misma cultura, no zonas de fricción que arruinan los pilares del gran edificio de nuestra civilización con la dinamita de sus monstruosas pasiones.” J.Vicens-Vives, 1956, p. 179.

⁹⁰² A rusticidade da capa e do próprio papel empregue não nos fazem esquecer as tremendas dificuldades sócio-económicas da população espanhola nesses anos do início do franquismo.

⁹⁰³ M.Téran, 1951, 203 p.+ 1 gravura

⁹⁰⁴ “ (...) la frontera geográficamente, es aquella zona en la cual el Estado acumula sus elementos de fuerza para hacer frente a la presión militar o económica de los otros Estados, a la vez que zona de relación con estos. *Ibidem*, p. 15.

perder significado político, continua a ser intrinsecamente importante porque em termos geográficos dá origem a uma diversidade paisagística entre ambos os lados da fronteira, mais por efeito da acção do Homem do que da diferenciação dos elementos naturais, para o qual contribuem uma série de factores de ordem económica, demográfica, social, cultural e político-estratégicos, “C’est que Jacques Ancel a voulu exprimer en écrivant que la frontière a recouvert mille réalités.”⁹⁰⁵ No entanto estes dois geógrafos foram inovadores ao introduzir o factor tempo-social, ou seja aquele que cronologicamente é necessário à implementação de diversas infra-estruturas de ambos os lados da fronteira; a qual por sua vez vai perdendo a sua função tradicional para passar a ter um papel meramente fiscalizador, de controle e de legalização dos fluxos socioeconómicos entre países distintos. O que nos permite afirmar que o tempo social é o responsável pela diferenciação espacial, em termos das componentes humana e natural da paisagem existente entre áreas próximas mas separadas por uma fronteira.⁹⁰⁶

A distinção entre fronteira linear e fronteira zonal é tal como para H. Lautensach, resultante de forças geopolíticas, respectivamente de ordem centrípeta que tendem a formar o limite político-administrativo do Estado, enquanto a fronteira zonal, muitas vezes também designada numa tradução literal por «franja fronteiriça» caso dos autores anglófonos, especialmente norte-americanos, é originada por forças centrífugas, resultantes da influência socioeconómica, cultural e até política para além dos limites administrativos legais de um Estado. Irresistivelmente ocorre-nos um paralelismo com a fronteira política de Castela entre os séculos XII a XIV e a sua fronteira zonal, cuja influência em muito ultrapassava os simples limites administrativos porquanto mal definidos, abrangendo os vizinhos Leão, Aragão, Navarra e até certo ponto influenciando ainda Portugal, e a Andaluzia.

Muito idêntica é a definição das fronteiras apresentada por Ricardo Mendez e Fernando Molinero em *Geografía y Estado, Introducción à la Geografía Política* (1988) as quais se formam em função dos interesses político-económicos dominantes. Apenas tem de inovador o facto de se debruçarem sobre a complexidade da franja ou zona fronteiriça devido à multiculturalidade linguística e socioeconómica observável nesses espaços mal definidos, interrogando-se aqueles autores se a existência da fronteira enquanto elemento separador ou de delimitação entre países ainda é actuante nos Países em Desenvolvimento e válida por constituir um obstáculo político nos países do Primeiro Mundo, particularmente na Europa Comunitária.

⁹⁰⁵ P. Guichonnet; C. Raffestin, 1974, p.7.

⁹⁰⁶ Sobre este assunto relativo à definição e classificação metodológica das fronteiras não se coíbe de criticar Camille Vallaux e Jacques Ancel: “ Les idées de Vallaux dans ce domaine, on le sait, n’ont pas rencontré d’écho dans le monde scientifique. A cela, nous voyons une raison fondamentale, à savoir que cette typologie de nature géohistorique n’est utile ni à la l’analyse de la ligne frontière ni à celle de la zone frontière.(...).Ancel, un quart de siècle après Vallaux, a tenté, lui aussi, de dégager une classification des frontières en combinant les critères d’évolution et de mouvement à des critères physiques et humains.(...).Nous voulons dire par là que la thypologie d’Ancel, qui n’est d’ailleurs pas très systématique, est plus utile pour une analyse diachronique que pour une analyse synchronique. Attentive aux avatars de la frontière, elle renvoie à l’évolution des sociétés confrontées avec des problèmes de frontière” *Ibidem*, pp. 56- 57.

Paradoxalmente, a globalização iniciada entre a década de oitenta e noventa do século passado terá determinado a «morte» das fronteiras no sentido clássico de delimitação territorial entre Estados, ou que é o mesmo, terá a unipolarização do Globo contribuído para o fim dos nacionalismos, sempre tão vivos nos chamados Países em Desenvolvimento? Estes pressupostos pareciam vir a concretizar-se, com a «norte-americanização» do Globo a nível económico-militar, em que a Geopolítica tinha uma função perversa que era a de ser utilizada como instrumento de reprodução territorial, isto é, delimitar horizontalmente e diríamos quase uniformemente, uma compartimentação do espaço de uma forma contínua e homogénea que seria comum a todas as identidades socioculturais do Globo.

Neste mesmo sentido se pronuncia Joan Sánchez na obra *Geografía Política* (1992). Não se norteia tanto pela concepção já clássica de fronteira enquanto limite político-administrativo que protege um espaço interno com tendência para a homogeneidade em oposição aos limites territoriais externos propensos para uma diversidade heterogénea pelo facto de pertencerem a outros Estados, será antes pela concepção metafísica do espaço - algo semelhante ao que os geógrafos alemães de 1920-1940 designavam por *Geopsique* - e que neste caso concreto se enquadra na determinação da imagem mental e cultural da fronteira. Isto é, a fronteira política vai perdendo relevância, à medida que os países se vão agrupando em novas entidades políticas federativas (como no caso da União Europeia, face à percepção da imagem que uma nacionalidade tem em relação a outra de cariz distinto). O local onde se dá esse fenómeno, mais de clivagem senão de ruptura do que propriamente de cooperação, determina a verdadeira fronteira entre os povos.

Segundo o nosso ponto de vista, as funções que ainda exercem as fronteiras, leva-nos a considerar a sua tipologia dentro de uma perspectiva sistémica, onde já foram importantes os critérios políticos, mas actualmente são muito mais significativos os de índole socioeconómica: intercâmbio de bens e serviços, mas também demográficos devido à existência de um fluxo intenso de capitais financeiros, mão-de-obra e actividades produtivas. O que nos permite classificá-las numa escala gradativa, desde as fronteiras de relacionamento completo (existe um intercâmbio total, sem entraves de bens e serviços), até aquelas fronteiras onde o intercâmbio é misto, variando entre os capitais, os serviços ou as informações, diríamos nós, numa relação biunívoca: "It puts emphasis both on social spatialization and spatial socialization."⁹⁰⁷ Terminando nas fronteiras fechadas em que os numerosos entraves fazem com que o intercâmbio seja praticamente inexistente. Este fluxo de uma enorme diversidade de bens e serviços, raramente tem um volume igualitário entre ambos os lados da

⁹⁰⁷ A. Paasi, 1996, p. 27.

fronteira. Quando isso suceder, diremos que elas são equilibradas ou simétricas, caso contrário são desequilibradas ou assimétricas.

O geógrafo Michel Foucher publicou uma obra intitulada *Fronts et Frontières, Un Tour du monde géopolitique* (1991) em que se refere ao conceito de fronteira num sentido clássico mas que tem de inovador o facto de correlacionar as estruturas geopolíticas Estado-Nação com o conceito imagético de Pátria, em que a fronteira se apresenta como a guardiã de um espaço interior dotado de uma «isonomia» própria, quer dizer, de uma homogeneidade específica que confere a esse território uma identidade única. A existência de uma soberania político-administrativa confere uma identidade nacional coesa e homogénea que a nacionalidade reconhece como especificamente sua.

Por sua vez, segundo aquele geógrafo, a fronteira apresenta outra função, que é a de constituir um espaço de transição que separa o território nacional, algo que é homogéneo e conhecido para os seus habitantes, dos outros países vizinhos. Porém ela em si mesma não depende tanto das configurações específicas mas sim das interligações que os habitantes das áreas raianas estabelecem entre si. Parafrazeando J. Ancel mais de meio século antes: “il n’y a pas de «problèmes des frontières» au sens où les traces seraient des acteurs de l’histoire. Ce qui compte est de comprendre les usages que les hommes en font et les rapports, les interactions qu’ils nouent autour d’elles. Ce qui suppose ne soit à outils adéquats.”⁹⁰⁸ Refere-se M. Foucher, concretamente à tipologia das fronteiras ibéricas: “Dont l’assise territoriale dans ses configurations presentes est la plus ancienne: frontières portugaises (qui datent du XIII^e siècle), franco-espagnoles (du XIII^e au XVII^e siècle).”⁹⁰⁹ No nosso entender, não será a antiguidade da delimitação fronteiriça entre os países peninsulares que irá obstar ao maior ou menor desenvolvimento da ibericidade *versus* iberismo, entre Portugal e Espanha; o não cumprimento deste destino histórico, será antes resultante de factores político diplomáticos mais externos do que internos à vontade de ambos os povos peninsulares.

A partir dos finais da Guerra Fria, a Geopolítica assim como a Geografia Política perdem um certo protagonismo, apesar desta última ainda ser uma Ciência sumamente importante para a compreensão do suporte espacial da estrutura do Estado, se considerarmos como L Lopez Trigal e Benito del Pozo na obra *Geografía Política* (1999) que a finalidade daquela enquanto ciência: “(...) recurre al estudio de la interacción entre el comportamiento político del hombre y la organización del espacio, o simplemente al «análisis espacial de los fenómenos políticos» en sus diferentes escalas (...) Al estudio del Estado como unidad político-territorial (fronteras territoriales y sistema internacional).”⁹¹⁰

⁹⁰⁸ M.Foucher, 1991, p 33.

⁹⁰⁹ *Ibidem*, p. 39.

⁹¹⁰ L.López Trigal; P.Benito del Pozo, 1999, pp. 7-8.

À própria definição de Geografia Política está subjacente o conceito de fronteira sobre o qual os mesmos geógrafos nos apresentam uma retrospectiva, destacando a cooperação resultante das relações socioeconómicas transfronteiriças. Particularmente significativas, são no nosso entender, as considerações que tecem sobre as fronteiras ibéricas, particularmente aplicável à fronteira hispano-francesa.⁹¹¹ Em relação à «raia» luso-espanhola, os mesmos geógrafos apresentam-na segundo um ponto de vista muito semelhante ao defendido por H. Lautensach e em parte por O. Ribeiro, não se afastando muito das teses apresentadas também meio século atrás por J. Dantín Cereceda e E. Hernández-Pacheco, uma fronteira resultante de factores histórico-políticos e diplomáticos resultantes da Reconquista Cristã e acentuada pela diferenciação linguística mais do que cultural e em parte demarcada pela existência de diferenciações naturais entre os dois vizinhos ibéricos: “(...) con setecientos años de pasado en que ambas sociedades han estado en buena parte de espaldas, ha surgido del avance de la repoblación de los reinos cristianos medievales hasta que en el siglo XIX se dan los últimos retoques en sus límites, siendo así tanto una frontera histórica como geográfica, al apoyarse su trazado en buena parte en los cursos fluviales, aunque lejos de constituir un límite natural ha pasado a ser una perfecta divisoria de pueblos y culturas que ha terminado por diferenciar aún más los dos Estados ibéricos.”⁹¹²

Definição que não se afasta muito das apresentadas noutras outras mais recentes entre as quais destacámos a de Yves Lacoste (2003 e 2005) para quem a Geografia Política: “(...) é o estudo da espacialidade das diferentes categorias de fenómenos políticos: não apenas o tamanho e a forma dos Estados por causa do traçado das fronteiras, a localização mais ou menos central da sua capital, as suas subdivisões territoriais, os diferentes tipos de fronteiras, mas também a distribuição espacial das opiniões políticas tendo em conta a composição socioprofissional conforme as regiões ou a geografia cultural.”⁹¹³ Ou seja, deixa de ter por objecto de estudo apenas a teorização, mais no domínio da descrição do que da explicação, da estrutura do sistema político de um Estado e da respectiva nacionalidade, para passar a abranger numa concepção mais moderna a componente sociocultural das populações que se enquadram na entidade política que é o Estado.⁹¹⁴ Mesmo neste caso, os seus

⁹¹¹ “ (...) que tuvo a pesar de ello una imprecisión histórica hasta que a partir de 1659 se firmase el primer tratado fronterizo de dos soberanías europeas, que se cerrará con acuerdos de límites entre 1856 y 1886 y borneada desde este último año hasta 1950 con 602 bornas y piedras señalizadoras (...) La frontera pirenaica ha obedecido, pues, a criterios diferentes de tipo histórico (en el tramo occidental), de tipo geográfico, en cuanto a una divisoria generalmente coincidente con las líneas de cumbres (en el tramo central), y de tipo convencional e histórico (en el tramo oriental). Por tanto, los Pirineos no pueden ser considerados como prototipo de frontera natural, al menos en la mayor parte de su delimitación.” *Ibidem*, pp. 134-136.

⁹¹² *Ibidem*, pp. 137-139.

⁹¹³ Y. Lacoste, 2005, p. 192.

⁹¹⁴ Sobre este ponto de vista, que é meramente pessoal, o autor destas linhas considera que em termos metodológicos, numa investigação científica, a Geografia Política há-de ser sempre precedida pela História Política. A ligação entre as duas Ciências é clara quando se reflecte sobre o seu objecto de estudo primordial que é o Estado. Na nossa perspectiva, a História Política refere-se à evolução cronológica dos factos socioeconómicos, nomeadamente aqueles que dizem respeito à complexidade das sociedades humanas, traduzidas num Estado cada vez mais consolidado com uma organização administrativa e legislativa bem estruturada e que em termos políticos é muitas vezes expresso nos nacionalismos.

limites de estudo em termos espaciais já não se restringem exclusivamente ao interior de um País mas devido ao facto de serem consideradas as características fronteiriças, também ao seu relacionamento com os Estados vizinhos, o que quanto a nós será algo forçado pois este domínio de análise já se enquadra no objecto de estudo da Geopolítica.

Por sua vez o mesmo geógrafo francês considera que a Geopolítica, esteve (quase) sempre intimamente ligada, senão mesmo dependente, dos detentores do poder militar, estratégico ou político-económico, porque é aquela Ciência em que se confrontam as características internas que dão expressão ao Estado (a Nação e as fronteiras políticas) o que implica em termos político-geográficos o reforço da sua projecção espacial, e a comparação com factores externos de vizinhança que permitem explicar as inter-relações entre Estados (acordos e associações, contenciosos, conflitos armados), baseadas em extrapolações teóricas que reflectem as diversas concepções políticas, histórico-geográficas, militares e estratégicas vigentes em cada época. O que se depreende da sua definição desta última Ciência como aquela que: “(...) designa tudo o que diz respeito às rivalidades de poderes ou de influência sobre territórios ou sobre as populações que nelas vivem: rivalidades mais ou menos pacíficas ou violentas entre poderes políticos de todo o género, e não apenas entre Estados, mas também no interior dos próprios Estados, entre movimentos políticos ou grupos armados mais ou menos clandestinos. Estas rivalidades exercem-se para o controlo ou domínio de territórios geográficos de grandes ou pequenas dimensões.”⁹¹⁵

Uma corrente epistemológica relativamente recente (2003) tende a unificar as duas Ciências, como refere Philippe M. Defarges: “(...) «a compreensão dos mecanismos fundamentais pelos quais os homens forjam uma consciência do espaço», en una dialéctica compleja que incluye la dimensión temporal, ya que «o homem é um ser no espaço e no tempo»”⁹¹⁶ O que nós não podemos corroborar inteiramente porque a dimensão espacial do contexto da Geografia Política e da Geopolítica é diferente, sendo esta mais vasta e complexa, por isso mesmo é que continuam a ter objectos de estudo diferenciados.

Outra definição da autoria do geógrafo Yves Lacoste (2005) põe em destaque o facto das fronteiras resultarem da intersecção de diferentes conjuntos espaciais que não apenas o Estado mas também outros que supomos nós, estão relacionados com a Nação em si mesma, pois são de ordem linguística, económica e evidentemente política. Com efeito, o traçado de uma fronteira é acima de tudo resultante da interacção entre os poderes políticos estatais (entre dois Estados) e sub-estatais

⁹¹⁵ Y.Lacoste, 2008, p. 7.

⁹¹⁶ P. Defarges, 2003 p. 15. *apud* M. Barcia Lago, 2008, p. 22.

(no interior de um Estado), consequência de uma relação de forças num determinado momento da História entre dois aparelhos político-militares, espacialmente significativas no emergir nas duas últimas décadas dos novos nacionalismos europeus: “Todas as fronteiras mais ou menos antigas são históricas, e quando um Estado reivindica as suas «fronteiras históricas» é porque quer voltar a estender-se até ao traçado de uma antiga fronteira que teve de abandonar.”⁹¹⁷

Torna-se aquele facto parcialmente verdadeiro em vastas extensões do mundo ocidental, desde a União Europeia à América do Norte e possivelmente entre os países do UNASUL (2006) e ainda num futuro que não se antevê muito longínquo do Norte de África, pelo menos no que concerne aos países que fazem parte da U.M.A. apesar das convulsões do momento (2011). O mesmo não se poderá dizer de outras não menos significativas áreas do Globo onde a irrupção de um novo tipo de nacionalismo(s) resultante de uma maior consciencialização dos povos ao seu legítimo direito de fazerem coincidir as nacionalidades com os limites políticos dos Estados o que necessariamente implica a delimitação das fronteiras até como prova da afirmação desse mesmo nacionalismo: “Boundaries are a necessary component of the sovereign of territories. Sovereignty must be bounded: a world of sovereign states is a world divided by boundaries.”⁹¹⁸ Sendo pretexto muitas vezes de forma violenta, para o redesenhar das fronteiras clássicas, sejam elas naturais, político-administrativas ou até astronómico-matemáticas, estas últimas herdadas dos conflitos mundiais, dos interesses das superpotências durante a Guerra Fria ou do colonialismo europeu.

Recentemente (2009), respondendo às novas interrogações de um Mundo multipolarizado em diversos espaços político-económicos mas também religiosos, o geógrafo Heriberto Cairo Carou põe a tónica na fronteira como um espaço de vivências sociais em detrimento do confronto ou da animosidade política. Este facto implica uma verdade evidente que ninguém se lembrou de referir e que consiste na apropriação espacial da «imagem» da área de fronteira segundo a diferenciação de usos e costumes. Ou seja, as populações que habitam a área central e por conseguinte se identificam com os usos e costumes de um país, são distintas das populações fronteiriças que têm na área raiana a sua própria representação e apropriação identificativa de um espaço central, de interacção social e de recurso estratégico. Se no nosso entender, isto é especialmente verdadeiro para as fronteiras consideradas «mortas» como são as da generalidade dos países europeus, existem contudo outras formas de apropriação do espaço fronteiriço que implicam igualmente variadas perspectivas de análise, permitindo identificar uma «fronteira política» e uma «fronteira quotidiana» consoante as tensões

⁹¹⁷ Y.Lacoste, 2005, p. 178.

⁹¹⁸ P. Taylor, 1986, p. 105.

existentes entre países, especialmente significativo entre o Norte Global e o Sul Globalizante, e neste entre Estados que erguem barreiras físicas e político-administrativas face ao país vizinho.⁹¹⁹

Poderemos pois nós afirmar que a unipolarização do Mundo, ou mais realisticamente uma unipolarização primária, acompanhada por uma multipolarização secundária trará a «morte» das fronteiras entre os Estados? Determinantemente achámos que a resposta é negativa, já que apenas dará origem a uma nova concepção imagética daquela entidade.⁹²⁰

A Nova Ordem Mundial desenha-se afinal muito diferente daquela que se esperava no virar do século XX: em vez de um mundo globalizante de inspiração norte-americana em que sobressairiam potências regionais como a Índia, a China, a Rússia ou o Japão, estamos convictos que se desenhará no xadrez mundial uma multipolaridade de nacionalismos mais ou menos extremados e (mal) fundamentados em ideologias político-religiosas que se vão constituindo como alternativa de Poder face aos sistemas políticos clássicos. Por outro lado, a derrocada financeira - após esta crise muitas outras de maior ou menor amplitude se seguirão - são demonstrativas da fragilidade da estrutura financeira *versus* dependência em matérias-primas e combustíveis do Ocidente face às novas potências emergentes citadas anteriormente, contribuindo para expôr a fragilidade dos sistemas demo-liberais ocidentais face a outras alternativas de Poder como sejam as teocracias do Médio-Oriente apoiantes ou não do terrorismo.

Por isso mesmo, só podemos concordar parcialmente com a classificação de Maria Regina Marchueta⁹²¹ quando refere que a nova concepção Geopolítica do Globo ao desvalorizar os nacionalismos, torna imperiosa uma outra classificação das fronteiras, que se podem considerar estruturais se resultantes de divisões culturais e civilizacionais; ou fronteiras conjunturais que são aquelas que derivam da diferenciação espacial resultante das desigualdades económico-sociais e demográficas, do acesso ao conhecimento e à cultura, da info-integração ou exclusão do conhecimento planetário: "(...) que relegam para plano subalterno os espaços de base estatal."⁹²² A irrupção dos nacionalismos, por vezes violenta, senão mesmo virulenta, originada pela divisão *versus* junção de nacionalidades separadas entre si, ressuscitou novamente os velhos fantasmas da delimitação dos

⁹¹⁹ "Las fronteras pueden ser entonces, tanto muros como puentes. En el modelo de estados-nación profundamente territorializados, prima el primero aspecto. Suprimir las fronteras, como pretendían diversos movimientos antisistémicos dentro del proyecto de la Ilustración (bajo lemas como «los obreros no tienen patria», por ejemplo), se basaba en una metanarrativa con un sujeto universal, el proletariado, cuya concreción llevó a un dilema irresoluble: la acción política sólo se realizaba en los contenedores espaciales que son los Estados, los cambios revolucionarios que se alcanzaban en algunos debían ser consolidados a riesgo de que se revirtieran, lo que a la postre, no hizo más que fortalecer la parcelación territorial de la humanidad y, lo que es más paradójico, los muros que señalaban esa parcelación, al menos hasta 1989." H.Cairo Carou; P.Godinho; X. Pereiro Pérez, 2009, p. 49.

⁹²⁰ "(...) que pasó de las nociones de fronteras permanentes y los espacios finitos a las del exterior indefinido y las fronteras abiertas, centrándose en flujos y líneas móviles de conflicto, al modo de las corrientes oceánicas y las fallas sísmicas», y siendo preciso, de este modo, asumir la nueva noción de fronteras y umbrales flexibles en vez de la vieja concepción de compartimentación definida." M. Barcia Lago, 2008, p. 24.

⁹²¹ R.Marchueta, 2002, 214 p.

⁹²² P. Correia, 2002, p. 214.

Estados, objecto de polémica entre as últimas décadas do século XIX e a Segunda Guerra Mundial, o mesmo é dizer da questão das divisões fronteiriças baseadas nas mais ortodoxas concepções ratzelianas e vallauzianas baseadas em aspectos etno-geográficos.

Numa vertente diferente, resultante da sua própria formação que não é especificamente geográfica, Modesto Barcia Largo numa obra recente *Geopolítica de la Iberidad* (2008) chama a atenção para a desterritorialização da fronteira e conseqüente desaparecimento enquanto entidade jurídico-administrativa.

Esse facto implicará, pelo menos nos países europeus, uma maior responsabilização da sociedade civil enquanto elemento interveniente no bem-estar dos cidadãos: “La plena conciencia del alcance de la desaparición, o atenuación, de la frontera es algo que la sociedad civil tiene cabalmente asumido, como el continuo incremento, que el marco europeo favorece y aun exige, además de la perspectiva iberoamericana que a ambos Estados compete atender, de interrelaciones económicas, culturales, universitarias, profesionales, etc (...).”⁹²³ Enquanto o mesmo autor desvaloriza no contexto geopolítico actual, a existência da fronteira comum hispano-portuguesa, seja qual for a sua tipologia, por considerar que ambos os países ibéricos se enquadram numa estrutura político-militar muito mais vasta, a NATO que é uma entidade supranacional, daí o facto de a fronteira no sentido clássico do termo, deixar de ter qualquer fundamentação.

8.2-Portugal peninsular no contexto europeu

O «repensar» da delimitação territorial luso-espanhola permitiu-nos inferir da importância do relacionamento político-diplomático mas também científico-cultural entre os dois países peninsulares no sentido do iberismo e da ibericidade, respectivamente, no quadro de uma dualidade peninsular ou da manutenção da autonomia, senão da independência de Portugal, uma vez que inequivocamente ambos os aspectos se correlacionam entre si.

Efectivamente, após a elaboração deste trabalho podemos efectivar uma conclusão centrada em diversos pontos que importa esclarecer:

1º- Os estudos relativos à delimitação da fronteira luso-espanhola se tiveram um início mais precoce em Espanha, ficou a dever-se não só ao interesse dos militares e dos diplomatas pelo assunto como também pela existência de instituições de ensino superior *versus* investigação geográfica mais

⁹²³ M. Barcia Lago, 2008, p. 486.

dinâmicas do que em Portugal. Na sua maioria, estes estudos foram apresentados entre as décadas de 1910-1930 pelos geógrafos, salvo algumas excepções (Gonzalo Reparaz e Vicens-Vives) mais como um modelo exemplificativo da investigação no domínio da Geografia Física do que propriamente do nacionalismo inerente à Geografia Política ou à Geopolítica. Esta explicação prende-se com o facto dos primeiros geógrafos espanhóis, não obstante a influência da Escola de Geografia Alemã (especialmente em Madrid) e da Escola de Geografia Francesa (particularmente na Catalunha) estarem muito mais interessados na «outra» fronteira, aquela que constituía uma prioridade para os geopolíticos e geoestrategas espanhóis, referimo-nos à fronteira pirenaica, onde, de quando em vez, ocorriam temores de uma invasão francesa. Também era esta a fronteira que indubitavelmente tinha maior importância económica porque a maior parte das trocas comerciais por via terrestre da Espanha passavam pela fronteira pirenaica. Além disso, a fronteira hispano-francesa, ao contrário da luso-espanhola era também uma «fronteira psicológica» ou seja, aquela é a «porta de entrada» da cultura e da mentalidade europeia, por isso uma referência para a *intelligentia* espanhola (particularmente basca e catalã).

2º- Segundo o nosso ponto de vista, o período cronológico em que se denota um real interesse por parte dos geógrafos espanhóis e talvez mais ainda, dos portugueses pela problemática da autonomia política de Portugal *versus* a delimitação da fronteira ibérica comum, é nos finais da década de 1930 (1937-1939) na sequência dos importantes acontecimentos políticos-diplomáticos como são a Guerra Civil de Espanha, o Pacto Ibérico e o início da Segunda Guerra Mundial. Ou seja, o interesse científico demonstrado pelo tema em questão, está dependente da contigência histórica do momento. A prova é que depois da Segunda Guerra Mundial o interesse por este assunto esmorece consideravelmente (com a excepção de um punhado de geógrafos espanhóis, em que se destaca J. Vicens-Vives) deixando de ser assunto que volte a interessar a comunidade dos geógrafos portugueses, mais voltados por uma maioria de razões acrescidas, para o legitimar das «fronteiras ultramarinas» que se reportam à justificação da presença do colonialismo português em África.

3º- A importância da fronteira luso-espanhola para os geopolíticos e geoestrategas espanhóis só apresentou alguma importância no caso teórico de uma invasão pelas «espaldas» feita com o auxílio de forças terrestres e navais inglesas. Talvez por isso, os militares espanhóis que se ocupavam do tema, não obstante o conhecimento *versus* actualização que demonstraram da teorização geopolítica mais recente desenvolvida pelos geógrafos espanhóis, franceses e mesmo alemães, fizeram-no sempre de uma forma secundária e menos pormenorizada face à fronteira hispano-francesa.

4º- Inversamente, os militares portugueses deram muito mais atenção ao assunto do que os seus congéneres espanhóis, mas fizeram-no em muito menor número e denotando uma bagagem científica muito inferior, deturpando ou melhor, adaptando aos seus interesses a teorização (geralmente já antiquada ...) desenvolvida pelos geógrafos portugueses, com menos frequência espanhóis, ou mais raramente ainda franceses e alemães.

5º- Também os pensadores no âmbito da portugalidade, nomeadamente os integralistas como António Sardinha⁹²⁴ referem a importância da especificidade da fronteira portuguesa, em termos histórico-geográficos (neste último caso recorrendo a asserções que interpreta de um modo algo simplista, de geógrafos portugueses e espanhóis do início do século XX) como um dos condicionalismos da independência nacional.

6º- No que respeita à comunidade científica dos geógrafos portugueses nas primeiras décadas do século (alguns deles sem formação académica que não científica nesta área do Saber) no horizonte temporal balizado entre os finais da Monarquia Constitucional até à Ditadura Militar, são todos eles conotados com os movimentos mais conservadores da sociedade portuguesa (sem real intervenção política com excepção de Amorim Girão e Mendes Corrêa), abstendo-se de expressar as suas concepções científicas sobre a problemática da delimitação da fronteira portuguesa numa óptica demasiadamente nacionalista, sendo até relativamente independentes face ao Poder político. No entanto, a partir da institucionalização e estabilidade do Salazarismo em meados da década de 1930 até quase ao final da Segunda Guerra Mundial, os geógrafos portugueses (respectivamente, Amorim Girão, Santa-Rita, Oliveira Boléo, 1935, 1938 e 1939 e Mendes Corrêa, 1938, 1940, 1943 e 1944), numa subserviência ao Poder contituído, acentuam o cunho nacionalista, até algo agressivo de um discurso nacionalista, quase xenófobo, da especificidade geográfica e histórica da delimitação da fronteira portuguesa utilizada sempre como argumento justificativo da autonomia política nacional no quadro ibérico. O único geógrafo que trabalhou com relativa independência face ao poder político do Estado Novo foi Orlando Ribeiro, talvez pelo seu reconhecido prestígio científico internacional e pelo seu desassombro, teimosamente independente face aos poderes constituídos.

⁹²⁴ A crença, envolta numa aura algo mística de uma predestinação da Península Ibérica, não só expressa por um passado histórico que se reputa de glorioso, porque épico nas centúrias de Quatrocentos a Seiscentos, mas pela promessa de num futuro próximo se efectivar um renascimento político-cultural e económico –social que só será possível quando em Portugal mudar o regime político e em Espanha se assistir a uma restauração das prerrogativas reais. Em ambos os casos no sentido de uma monarquia tradicionalista que devolverá o orgulho aos povos peninsulares. Por isso, distinguindo-se do decadentismo de Antero de Quental, afirma que a raiz da civilização ibérica é por natureza espiritual e que por isso se contrapõe ao individualismo e utilitarismo-mercantilista da civilização anglo-americana. Contudo, não achámos que A. Sardinha se possa enquadrar no pessimismo de Ángel Ganivet e que é subjacente à «geração de 98» da necessidade de retornar aos valores da Espanha tradicionalista como a última hipótese que logrará retirar a Península Ibérica da influência anglo-francesa em que se encontra. Aproxima-se mais das concepções político-ideológicas de Fernando Pessoa, em que o Estado dará corpo às manifestas e legítimas pretensões nacionalistas lusitano-espanholas de expansionismo geopolítico de cariz algo místico e não material porque assente em bases culturais, literárias, linguísticas e talvez de ordem diplomática e económica.

7° - Os geógrafos portugueses, salvo casos pontuais, como seja o referido anteriormente, sempre foram secundarizados face à importância cultural e ao merecido prestígio de que se revestia a Escola de Geografia Francesa que oferecia outros aliciantes no campo da investigação geográfica com a qual as nossas instituições de ensino não podiam naturalmente competir.

Numa análise mais pormenorizada, podemos referir algumas ideias que considerámos basilares e que foram sendo explicitadas ao longo do nosso trabalho:

Face aos condicionalismos geográficos e históricos, o nosso País enfrentou, como ainda hoje acontece, dois destinos contraditórios. O facto de estar aberto para relações marítimas e contactos distantes, que desde cedo se estabeleceram entre o nosso litoral e a restante Europa e séculos mais tarde com remotos recantos de todo o Globo fizeram com que a posição geográfica não tivesse apenas implicações em termos históricos, a proximidade do Oceano Atlântico condicionou as características fito-climáticas, no sentido de uma individualidade também física, como o prova a heterogeneidade da paisagem. Contudo, pesou sobre Portugal um destino de isolamento, uma marginalidade quanto aos grandes focos da civilização do Ocidente, quer quando eles se situavam no Mediterrâneo, quer na época em que a Europa Ocidental com eles concorria e os ultrapassava. O que não é uma vantagem relativamente à encruzilhada onde se encontram e permutam produtos, técnicas e ideias. Por conseguinte, em termos Geopolíticos, Portugal parece ter sido sempre um país periférico no contexto Europeu.

Por sua vez, o pensamento geográfico relativo à formação, consolidação e estabilidade da fronteira luso-portuguesa, numa perspectiva «geohistórica» isto é, em que os eventos históricos que conduziram à delimitação da fronteira só podem ser interpretados tendo como suporte a componente espacial que constitui a base territorial de cada um dos actuais países ibéricos, levou-nos a questionar a legitimidade da existência da divisão peninsular entre os países ibéricos.

É facto assente que a fronteira luso-espanhola resultou de um esforço de (Re)conquista Cristã para Sul e para Este, facto lento e irregular em que ora se ganhavam ora se perdiam territórios segundo os acasos das batalhas ou as conveniências dos tratados, o que fez com que o traçado fronteiriço se apresentasse irregular e mesmo descontínuo. Sendo assim, seria lícito pensar que a fronteira portuguesa tivesse, como a maioria dos outros países europeus, um traçado sinuoso nunca podendo ter o traçado rectilíneo que apresenta actualmente. Este último resultou da preocupação que os nossos monarcas, pelo menos entre os séculos XII e XIV, tiveram em que a «raia seca» seguisse um traçado mais ou menos paralelo à fronteira marítima.

Efectivamente, foi o acordo senão mesmo a cooperação entre os reinos cristãos, que permitiu a progressão das forças portuguesas e castelhana-leonesas em direcção ao extremo meridional do Algarve. Podemos por conseguinte afirmar que se a consolidação da fronteira foi sancionada pelos acordos político-diplomáticos, também não é menos verdade que a sua delimitação zonal em termos espaciais se foi afirmando progressivamente à medida que se estabilizavam as fronteiras resultantes da progressão da Reconquista Cristã para locais mais meridionais: “Em muitos casos estas regiões de fronteira entre os dois Estados Ibéricos são regiões históricas condicionadas pela dinâmica de organização de territórios «típica» da periferia de Estado em formação (...).”⁹²⁵

O que sucedeu, foi o facto de as fronteiras acabarem por se ajustar aos escassos limites naturais como sejam acidentes morfológicos e as bacias hidrográficas, que seriam as do Douro, do Tejo e do Guadiana (embora neste último caso os limites fronteiriços tenham variado ligeiramente no decorrer dos séculos apesar da relativamente estreita faixa da margem esquerda do rio Guadiana que pertence a território português). Contudo, este facto nem sempre constitui norma porque muitas vezes a própria fronteira política corta perpendicularmente estas delimitações do que se poderia considerar a «fronteira natural», aquela que é delimitada por elementos físicos, enquanto a fronteira política é apenas assinalável pelos marcos fronteiriços.

Segundo o que foi afirmado, concluímos que a fronteira política terrestre raramente coincide com a fronteira natural (onde esta poderia ser procurada). O principal elemento de separação, as mais das vezes de união física que não política com o país vizinho, resulta do prolongamento das principais bacias fluviais espanholas de direcção Este-Oeste para território português, o que perfaz não só uma certa unidade das características geográficas naturais da própria bacia em si (altitude, morfologia), mas também uma certa simbiose em termos humanos: regra geral as bacias fluviais são locais de fácil penetração - por transporte fluvial ou rodo-ferroviário - o que implica um maior intercâmbio económico, esbatendo as diferenças de usos e costumes entre os dois povos. Significa isto, que apesar das condições naturais da «raia seca» serem idênticas entre os dois países, é incontestável a existência de uma fronteira política e cultural entre os dois países Ibéricos, que surgiu devido à vontade política da Nação portuguesa, à especificidade das áreas litorais e que foi posteriormente consolidada pela expansão ultramarina que fizeram com que no seu conjunto, Portugal definitivamente se autonomizasse da Espanha em termos políticos, culturais e socioeconómicos.

No nosso entender, a situação que quase só se encontra em países da Europa Ocidental e Mediterrânea (com destaque para o exemplo luso-espanhol) de limites antigos e consolidados, em que

⁹²⁵ P. Lema, pp. 187- 188.

a unidade da soberania do Estado se enquadra dentro dos limites fronteiriços estabelecidos, resulta de uma estreita relação entre o traçado das fronteiras e a interacção regional: pode dar-se o caso que as fronteiras entre países se atenuem chegando ao ponto de desaparecer, o que terá implicações nos movimentos migratórios, nos fluxos de bens e serviços e no aumento da área de influência dos centros urbanos. Este fenómeno conduzirá a uma progressiva homogeneidade do espaço peninsular, porque as regiões homogêneas estender-se-ão para além dos antigos limites fronteiriços de cada país. Em termos geopolíticos podemos considerar que toda uma extensa área como seja a Europa Comunitária, possa vir a ser formada por grupos de grandes regiões que aglutinem no seu interior antigos limites administrativos de regiões de um Estado ou anteriores divisões fronteiriças entre países.

Podemos por conseguinte considerar que a delimitação fronteiriça ibérica mesmo quando tem, esporadicamente como limite acidentes naturais, sempre foi artificial porque produto da acção do Homem. A prova mais cabal deste facto resulta de que quase todos os tratados jurídico-diplomáticos assinados entre Portugal e Castela-Leão foram efectuados já depois desses territórios estarem ou terem sido ocupados anteriormente pelo exército português, ou ao invés pelas forças castelhana-leonesas.”⁹²⁶ Assinale-se que sem existirem limites naturais significativos entre ambos os reinos, se formou uma delimitação tão estável que perdurou até aos dias de hoje: “(...) unicamente registró la variación del trasvase de Olivença a España, secuela de la «guerra de las naranjas» en los prolegómenos de la invasión napoleónica.”⁹²⁷

A política de «alianças peninsulares dinásticas», posta em prática desde os alvares da nacionalidade por D. Afonso II, D. Dinis, D. Afonso V com a anuência dos sucessivos monarcas dos Estados vizinhos, e mais tardiamente, com o reino de Espanha, D. João II, D. Manuel I, D. José e D. João VI vêm confirmar, pelo bom senso político, aquilo que a prática de séculos de convivência e aproximação pacífica entre dois povos transfronteiriços tinha já sobejamente demonstrado: que os povos da Península Ibérica estão como sempre estiveram, destinados a entenderem-se não só pelos desígnios do determinismo geográfico, pelos próprios eventos históricos passados e presentes, mas também pela cultura, língua, usos e costumes com afinidades e mesmo origens comuns.

⁹²⁶ Como o comprovam os acordos político-diplomáticos de La Cabrera em (1158); Celanova (1160); Santa Maria del Palo (1160); que definiram as fronteiras portuguesas a Norte. O esquecido Tratado de Coimbra (1212) que delimitava as áreas de influência de Castela, Leão e Portugal estabelecendo as respectivas fronteiras comuns e sobretudo definindo os limites e respectivas estratégias de actuação com os reinos de Taifas que ainda restavam a Sul. A este respeito, recordemos que a delimitação entre os reinos cristãos é bem mais precisa do que aquela que se estabelecia entre estes e os pequenos reinos muçulmanos, muito mais vaga e imprecisa, tanto assim que: “(...) el término de «frontera» se utilizaba sólo para referir-se a los límites con los reinos cristianos, con un sentido diferente a los que estos tenían con los reinos musulmanes, cuyos límites eran referidos como «extremo» o «Extremadura» H.Cairo Carou; P.Godinho; X. Pereiro Pérez, 2009, p. 34.

⁹²⁷ M. Barcia Lago, 2008, p. 322.

No nosso entender, um ponto de vista que ficou sobejamente provado ao longo destas linhas é o de que as fronteiras políticas existentes na Península Hispânica sempre foram fruto dos interesses da oligarquia conivente com a teocracia que em conjunto sempre constituíram uma dualidade de Poder nos dois países ibéricos, impedindo não só a sua reunificação como a própria afirmação das diferentes nacionalidades ibéricas, devido a inconfessados interesses centralizadores de cariz conservador. Os quais foram sempre um obstáculo a uma solução política capaz de reduzir o avolumar de tensões que a este respeito se adivinhavam nas décadas de cinquenta e sessenta do século passado e já então pressentidas por um geógrafo norte-americano.⁹²⁸

Contudo, aqueles limites fronteiriços que resultaram de considerações políticas, estratégicas, económicas ou diplomáticas têm também um inconveniente que reside no facto de poderem ou não ser reconhecidas por todos os Estados que têm fronteiras comuns, uma vez que a sua demarcação geralmente favorece uns em detrimento de outros, sendo por isso factor gerador de tensões que se tornam mais acentuadas quando a sua delimitação é arbitrária ou artificial

Parece-nos pois que a «jangada de pedra saramaguiana» terá outro significado mais específico que não apenas a separação dos dois países peninsulares na sua conjunta originalidade civilizacional assente na multiculturalidade face a uma Europa Ocidental politicamente mais estável e de valores democráticos mais enraizados mas também na especificidade cultural de cada um dos dois povos peninsulares: “(...) esse carácter politicamente dual do espaço peninsular (...) inseparável das homogeneidades e contiguidades (...) baseada na assunção de que a geografia impõe necessariamente um destino comum aos dois países.”⁹²⁹

Por conseguinte, interrogámo-nos se no caso ibérico, a verdadeira fronteira não é nem nunca foi aquela que eventualmente surge delimitada em termos naturais ou sequer político-diplomáticos ou étnicos, mas sim sociológicos, isto é, se numa óptica nacionalista a população que habita em cada um dos países se identifica com o espaço isomorfo da raia em que se posiciona. Se for esse o caso, estaremos em presença de fronteiras ainda «vivas» conflituosas porque as populações raianas ainda se identificam exclusivamente com a comunidade local/regional e mais raramente nacional. Pelo contrário, se a população raiana apresentar uma atitude de cooperação senão mesmo de integração posicionando-se numa atitude de multiculturalidade, é sinónimo de uma estabilidade das áreas fronteiriças e conseqüente desaparecimento da zonalidade fronteiriça: “These correctives reminded us that non-essential identities are nevertheless boundary projects; identities are constructed through

⁹²⁸ “(...) les tendances séparatistes en Espagne sont telles qu’il semble qu’une forme quelconque d’organisation fédérale, dans le genre de celle de Yougoslavie, serait de nature à résoudre le problème.” N. Pounds, 1950, p. 199.

⁹²⁹ H.Cairo Carou; P.Godinho; X. Pereiro Pérez, 2009, p. 16.

identifying who one is not. Identities emerge from historical geographies of conflict and difference, and these geographies themselves work to stabilize identities. In short, some identities are more mobile than others, but all involve exclusion.”⁹³⁰

A fronteira tornou-se tanto mais estável quanto foi diminuindo o seu significado político, mas inversamente aumentou a sua importância social na medida em que a raia foi como ainda é, um espaço conscientemente utilizado como plataforma entre duas comunidades nacionais que: “(...) forjaram as suas respectivas histórias de forma mais paralela que convergente.”⁹³¹ Sem excluir que os acontecimentos político-militares, ou diplomáticos aí ocorridos implicaram desde há muito, um paralelismo traduzido numa cumplicidade senão mesmo uma solidariedade entre as populações de ambos os lados da fronteira estabelecida.

Significa isto, que o próprio conceito de fronteira adquire um carácter subjectivo resultante da visão diferenciada do «eu» e do «outro» enquanto entidades socioculturais promotoras de políticas distintas, o que conduz à construção de identidades espaciais diferenciadas do conceito de raia. No nosso entender, torna-se pertinente considerar se não reside aqui um dos grandes objectivos da Geopolítica actual, que é o de perceber, entender e circunscrever, se tal for possível, as construções imagéticas e por conseguinte abstractas das fronteiras invisíveis porque não demarcadas no terreno, resultantes menos das relações necessárias à manutenção do Poder do que das práticas sociais existentes entre as populações raianas num espaço fronteiriço sempre permeável.

Na realidade, a verdadeira fronteira luso-espanhola reside em ambos os casos nas assimetrias regionais profundas que se verificam a nível socioeconómico como urbanístico-demográfico entre o litoral sobrepovoado e um interior raiano rarefeito e envelhecido. Por tal razão, temos de concordar plenamente com L. Lopez Trigal e Paz del Pozo quando denominam a extensa fronteira comum como “frontera de subdesarrollo.”⁹³² Ainda assim, devido à desigualdade de desenvolvimento e distintas políticas de dinamização, este fenómeno talvez seja mais patente em Portugal do que em Espanha, por muito que o tentemos travestir com pseudo-investimentos resultantes dos fundos comunitários, com novas vias de acesso e alguns hipermercados espalhados pelos raros centros urbanos dessa extensa e tão esquecida área comum a ambos os países ibéricos: “Elas não deixam de ser território periférico e esta situação não é alterada por efeito de integração em grandes espaços.”⁹³³

⁹³⁰ D. Massey; J. Allen; P. Sarre, 1999, p. 154.

⁹³¹ H. Cairo Carou; P. Godinho; X. Pereiro Pérez, 2009, p. 15.

⁹³² L. López Trigal; P. Benito del Pozo, 1999, p. 139.

⁹³³ P. Lema, 1991, p. 188.

Actualmente esta diferenciação entre ambos os países peninsulares é formada não por uma fronteira económica que não existe, ou sequer por uma fronteira política que se vai esbatendo com a integração europeia mas antes por uma fronteira cultural que mais do que separar duas áreas linguísticas que coincidem com ela da maneira quase absoluta, pese a existência de alguns falares raianos (mirandês, barranquenho), assenta sobretudo numa diferenciação de mentalidades, a qual forma hoje uma perfeita divisória entre portugueses e espanhóis.

Podemos pois, interrogarmo-nos se não continuaremos a ter demarcações fronteiriças «invisíveis», que em vez de corresponderem aos limites políticos dos Estados demarquem antes as divisões entre grandes regiões resultantes de identidades sociológicas, religiosas ou étnicas diferenciadas, e receámo-lo, dividindo a Europa em áreas de desenvolvimento diferenciadas entre si. Talvez por isso, a unificação da Europa seja algo tão complexo e de difícil realização, porque tem de atender à heterogeneidade regional e mais do que isso, à enorme diversidade de costumes, línguas, religiões, etnias; numa palavra tudo o que contribui para a diferenciação de quadros culturais no Velho Continente.

A tentativa de resolução do problema das nacionalidades ibéricas, que se pôs em prática desde o pós-franquismo, não passou de um paliativo que apenas concedeu uma autonomia limitada às diversas regiões espanholas, esquecendo-se que o centralismo político continua como até aos nossos dias, a ser uma realidade inerente ao próprio regime monárquico constitucional.

A verdadeira solução geopolítica passará pois, segundo a nossa aspiração, por uma (con)federação peninsular hispano-portuguesa, mas organizada em moldes diferentes daquela que foi sonhada pelos convictos iberistas de antanho. A diversidade de condições naturais e humanas, será assente não numa união política de facto dos Estados Peninsulares, mas na instauração de uma Confederação Ibérica, em que as diversas regiões adquiririam um maior desenvolvimento desde que a nível político e socioeconómico coordenassem esforços entre si. A Geografia fez da Península um conjunto de regiões diversas que se completam e não podem fundir-se em uma nem separar-se. Estas regiões diversas e inseparáveis produziram nacionalidades históricas com caracteres, línguas, literaturas e tradições diversas., as quais deverão no seu conjunto, voltar a afirmar-se como um elo de Cooperação, Paz e Justiça entre os povos do Mundo.

Bibliografia

Obras de Referência:

AMARAL, Ana; AMARAL, Ilídio do - *Bibliografia Científica de Orlando Ribeiro*, C.E.G. Lisboa, 1984, 85 p.

ANDRADE A. - *Dicionário Elementar de Geografia Física e Política*, [Papelaria, Tipografia e Encadernação Severo, Freitas, Mega & C^a], Lisboa, 1936, 303 p.

BIBLIOGRAFIA GEOGRÁFICA DE PORTUGAL 1947-1974 (Segundo Volume), adaptação e complementos de Ilídio do Amaral e Suzanne Daveau, I.N.I.C. / C.E.G., Lisboa, 1982, 427 p.

BRITO, Raquel Soeiro *et alia* - *Bibliografia do Professor Doutor Aristides de Amorim Girão*, 1941-1991, Organizada pela Secção de Ordenamento Territorial e Ecologia no Ano do Cinquentenário da publicação da Geografia de Portugal e do Atlas de Portugal, S.G.L, Lisboa, 1991, 29 p.

GARCIA, João; TELES, Pedro - *Os Estudos Geográficos na Geografia Histórica de Portugal, Notas Bibliográficas (1918-1985)*, Lisboa, Linha de Acção de Geografia Regional e Histórica, Relatório N^o7, C.E.G., Lisboa, 1986, 123 p.

GIRÃO, Aristides de Amorim - *Atlas de Portugal*, «Comemoração dos Centenários», Gráfica Editora, Coimbra, 1941, 2 p. + 25 mapas.

GIRÃO; Aristides de Amorim - *Atlas de Portugal*, 2^a Edição, «Publicação Comemorativa Do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique», I.E.G., Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1958, 40 mapas + texto.

LACOSTE, Yves - *Dicionário de Geografia-Da Geopolítica às Paisagens*, Editorial Teorema Lda, Lisboa, 2005, 411p.

LAUTENSACH, Hermann - *Bibliografia Geográfica de Portugal*, Adaptação e Complementos de Mariano Feio, Instituto para a Alta Cultura, C.E.G., Lisboa, 1948, 256 p.

Estudos:

AGNEW; John - *Making Political Geography: Human Geography in the Making*, Arnold Publishers, London, 2002, 256 p.

ALARCÃO, Jorge - *O Problema do Mediterrâneo*, Biblioteca Cosmos n^o 38/ 39, Edições Cosmos, Lisboa, 1943, 303 p.

ALARCÃO, Rui; OLIVEIRA, José, REBELO, Fernando - *Crónica – Doutoramento Solene de Orlando Ribeiro e de Santiago Kastner*, «Biblos», Vol. LX, «2ª Parte da Miscelânea em honra a Fernandes Martins», I.E.G.,Coimbra, 1984, pp. 549 -594.

ALEGRIA, Maria F.; DAVEAU, Susanne; DIAS, Maria H., GARCIA, João - *As duas Edições do Atlas de Portugal de A. Amorim Girão*, «Biblos», Volume LXV, I.E.G.,Coimbra, 1989, pp.11 -35.

ALMEIDA, António Campar; GAMA, António; CRAVIDÃO, Fernanda Delgado; CUNHA, Lúcio; MARTINS, Paula Fernandes; JACINTO, Rui - «*Fragments de um retrato inacabado.A Geografia de Coimbra as metamorfoses de um País*», Edição do I.E.G., C.E.G., Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2003, 357 p.

ALMEIDA, António Campar; GAMA, António; CRAVIDÃO, Fernanda Delgado; CUNHA, Lúcio; MARTINS, Paula Fernandes; JACINTO, Rui - «*Alfredo Fernandes Martins geógrafo de Coimbra, cidadão do Mundo*», Edição do I.E.G., C.E.G., Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2006, 228 p.

ALMEIDA, Marina - *A Geografia no Estado Novo (1925-1967): Uma Análise de Planificação Curricular*, Porto, Dissertação de Mestrado em Administração e Planificação da Educação, Universidade Portucalense, Porto, 1997, 170 p.

AMARAL, Eloy - *Congresso Municipalista de 1922, Preliminares, Teses, Actas das Sessões, Congressos provinciais, Documentos e apreciações da Imprensa*, Edição «O Rebate», Lisboa, XI+426 p.

AMARAL, Ilídio do - *A Geografia através dos Congressos Internacionais*, «Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia», C.E.G., Vol. III, Lisboa, 1968, pp. 84 -101.

AMARAL, Ilídio do - *Apontamentos para a história do ensino universitário da Geografia em Portugal - Comunicações*, II Colóquio Ibérico de Geografia, Lisboa, 1980, Vol. I, Universidade de Lisboa , C.E.G, Lisboa, 1982, pp.135-138.

AMARAL, Ilídio do - *Geógrafos e Geografia na Faculdade de Letras de Lisboa*, «Separata da Revista da Faculdade de Letras», Universidade de Lisboa, Lisboa, 1983, pp 68 -82.

AMARAL, Ilídio do - *Homenagem a Orlando Ribeiro*, Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro, Iº Vol. C.E.G., Lisboa, 1984, pp. 19 -26.

AMARAL, João - *Sessão comemorativa da morte do poeta António Sardinha*, «Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa»,69ª Série, Nº 1 e 2, Janeiro/Fevereiro Lisboa, 1951, p. 105.

ANACLETO, Maria Regina; ARAÚJO, Ana Cristina; BEBIANO, Rui, *et alia - História de Portugal (Direcção de José MATTOSO), O Liberalismo (1807-1890)*, Vol V, 1ª Edição, Circulo de Leitores, Lisboa, 1993, 712 p.

ANCEL, Jacques - *Géographie Politique de la Prusse Orientale*. Conférences faits à la Bibliothèque Polonaise de Paris, 10 Mars de 1932, Société Française de Librairie Gebethsner et Wolff, Paris, 1933, 262 p.

ANCEL, Jacques - *Geopolitique*, Bibliothèque d'Histoire et de Politique, Ed.Lib. Delagrave, Paris, 1936, 120 p.

ANCEL, Jacques - *Geographie des Frontières*, 5^{ème} Edition, Ed. Librairie. Gallimard, Paris, 1938, 196 p.

ANTUNES, José Freire - *A desgraça da República na ponta das baionetas, As Forças Armadas do 28 de Maio*, Edição da Livraria Bertrand, Lisboa, 1978, 168 p.

ARAÚJO, José David Santos - *Portugal e a Galiza: Encantos e Encontros*, Ed. Laivento, S.L., Santiago de Compostela, 2004, 177 p.

ASCÓN, Rosa; BACHS, Anna; BROGGI, Angela; BUSQUETS, Jaume ; CARBONELL, Victoria; CARBONERO, Antonia; MARTÍ, Maria; PUIG-SUREDA - «Colectivo Nadir»-*Reclus: Una vía Interrompida*, in Comunicações, II Colóquio Ibérico de Geografia, Lisboa, 1980, Vol. II, C.E.G., Lisboa, 1983, pp. 153-159.

ATENCIO, Jorge - *Qué es la geopolítica?* 5^a Edición, Editorial Pleamar, Buenos aires, 1986, 383 p.

AZEVEDO, Ruy de - *Fronteiras entre Portugal e Leão em Riba-Côa, antes do tratado de Alcanices (1297)*, «Biblos», Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Vol X, 1934, Coimbra Editora Lda, Coimbra, 1934, pp. 454-466.

BARATA, José Henriques - *Portugal e os Geógrafos Estrangeiros*, Conferência pronunciada no Liceu de Viseu em 1 de Junho de 1929, [Tipografia «Casa Minerva Editora»], Ílhavo, 1929, 37 p.

BARCIA LAGO, Modesto - *Geopolítica de la Iberidad*, Editorial Dykinson S.L., Madrid, 2008, 523 p.

BARREIROS, José Baptista - *Delimitação da fronteira Luso-Espanhola*, Separata D'«O Distrito de Braga», Vol I, fasc I , Livraria Editora Pax, Braga, 1961-a, 40 p.

BARREIROS, José Baptista - *Delimitação da fronteira Luso-Espanhola*, Separata D'«O Distrito de Braga», Vol I, fasc II, Livraria Editora Pax, Braga, 1961-b, 32 p.

BARREIROS, José Baptista - *Delimitação da fronteira Luso-Espanhola*, Separata D'«O Distrito de Braga», Vol I, fasc III –IV, Livraria Editora Pax, Braga, 1962, pp. 33-72.

BARREIROS, José Baptista - *Delimitação da fronteira Luso-Espanhola*, Separata D'«O Distrito de Braga», Vol II, fasc V –VI, Livraria Editora Pax, Braga, 1963, pp. 73-119.

BARREIROS, José Baptista - *Delimitação da fronteira Luso-Espanhola*, Separata D'«O Distrito de Braga», Vol II, fasc VII –VIII, Livraria Editora Pax, Braga, 1964-a, pp. 105-153.

- BARREIROS, José Baptista - *Delimitação da fronteira Luso-Espanhola*, Separata D'«O Distrito de Braga», Vol II, fasc IX –X, Livraria Editora Pax Lda, Braga, 1964-b, pp. 176-236.
- BARREIROS, José Baptista - *Delimitação da fronteira Luso-Espanhola*, Separata D'«O Distrito de Braga», Vol III, fasc XI –XII, Livraria Editora Pax Lda, Braga, 1965 pp. 185-300.
- BARTH, Heinz- (trad de Paul Schmidt)-«*La Sapgna nel Mediterraneo*», in *La Rivoluzione nel Mediterraneo, La lotta per lo spazio vitale dell'Italia*, Ed Intituto per gli studi di Politica Internazionale, Milani, 1942, 287 p.
- BASTO, Artur de Magalhães - *O Principio das Nacionalidades e a sua Aplicação Prática*, Separata da Águia, N° 23-24, 3ªSérie, [Empresa Industrial e Gráfica do Porto, Lda], Porto, 1920, 7 p.
- BASTO, A .Magalhães - *A fronteira Hispano-Portuguesa (Ensaio de geografia Política)*, «Separata de “O Instituto” Vol 70º», [Imprensa da Universidade de Coimbra], Coimbra, 1923, 46 p.
- BASTO, Artur de Magalhães - *Reivindicações da ciência geográfica portuguesa*, Extracto do fasc II do Vol III, Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, [Imprensa Portuguesa], Porto, 1926, 7 p.
- BASTO, Artur de Magalhães - *Memória Histórica da Academia Politécnica do Pôrto, no Primeiro Centenário da Academia Politécnica e da Escola Médico-Cirúrgica 1837-1937*, [Imprensa da Universidade do Porto], Porto, 1937, 515 p.
- BASTO, A.Magalhães - *Um Breve Apointamento para a História do Ensino Humanístico do Porto*, «Studium Generale, Boletim do Centro de Estudos Humanísticos», Vol I e II, ed. Marãnus, Porto, 1957, pp. 171 -189.
- BEEVOR, A. - *A Guerra Civil De Espanha*, Colecção »Vida e Cultura«, Edição Livros do Brasil, Lisboa, 1989, 397 p.
- BELTRÁN Y ROZPIDE, Ricardo; VERA, Vicente - *Geografía Universal Ilustrada*, Tomo I, Ediciones Ave, Barcelona, 1951,490 p.
- BENOIT, Alain - *O que é a Geopolítica?*, Edições do Templo, Lisboa, 1978, 58 p.
- BIROT, Pierre - *Portugal*, (trad Evaristo Vieira); «Colecção Horizonte n° 31», Ed.Livros Horizonte, Lisboa, 1975, 229 p.
- BLÁNQUEZ-FRAILA, Agustín - *Geografía de España (seguido de un resumen de geografia portuguesa)*, Editorial Ramón Sopena, S.A., Barcelona, 1943, 828 p.
- BLÁZQUEZ DIAZ, Alicia; RODRÍGUEZ ESTEBAN, José A.; MOLLÁ RUIZ-GOMEZ, Manuel *et alia*, - *Naturalismo y Geografía en España. Desde mediados del siglo XIX hasta la guerra civil*, (Direcção de

Josefina Gómez Mendoza e Nicolás Ortega Cantero), «Colección Investigaciones», Fundación Banco Exterior, Madrid, 1992, 413p.

BOLÉO, José de Oliveira - *Determinismo Antropogeográfico (O Meio e a Raça)*, Lisboa, Tipografia Rebelo, Edição do Autor (?), Lisboa, 1935, XV +190 p.

BOLÉO, José de Oliveira - *Causas Determinantes da Autonomia Política de Portugal* – 1ª Parte, «Boletim da SGL», Julho/Agosto, 57ª Série, n.º 7 e 8, Lisboa, 1939-a, pp. 351 -362.

BOLÉO, José de Oliveira - *Causas Determinantes da Autonomia Política de Portugal* – 2ª Parte, «Boletim da SGL», Setembro/Outubro, 57ª Série, n.º 9 e 10, Lisboa, 1939-b, pp. 422-482.

BOLÉO, José de Oliveira - *Causas Determinantes da Autonomia Política de Portugal* «Separata dos Boletins da SGL», Julho/Agosto, 57ª Série, n.º 7 e 8, Setembro/Outubro 57ª Série, n.º 9 e 10, Lisboa, 1939-c, 31 p.

BOSCH-GIMPERA, Pedro - *Culturas megalíticas portuguesas, Culturas españolas*, «Separata da Revista de Guimarães», Vol LXXVI; Ed. Câmara Municipal de Guimarães, Guimarães, 1966, pp. 19-46.

BOSQUE MAUREL, Joaquin - *Aproximación a la Obra científica de Manuel Téran*, Geografía y Geógrafos en la España Contemporánea, «Anales de Geografía de la Universidad Complutense», n.º 6, Ed. Univ. Complutense, Madrid, 1982, pp. 9 -27.

BOSQUE MAUREL, J - *La Geografía Española entre 1900 y 1936. El peso de la Geografía no Universitaria*, Estudios Geograficos, C.S.I.C., Instituto de Economía y Geografía Aplicadas, Madrid, Publicación Trimestral, Abril/ Set.,1990, pp. 273-292.

BOSQUE MAUREL, Joaquín- *Geografía y Geógrafos en La España Contemporánea*,«La Geografía Política y La Geopolítica en España: Passado y Presente»,Biblioteca de Bolsillo nº9,[Servicio de Publicaciones de la Universidad de Granada], 1992, 297 p.

BOSQUE MAUREL, Joaquin, ORTEGA ALBA, Francisco - *Comentario de textos geográficos (Historia y crítica del pensamiento geográfico)*, 1ª Edição, Oikos-Tau, Barcelona, 1995,179 p.

BOWMAN, Isaiah - *The New World Problems in Political Geography*, Ed. Yonkers-on- Hudson, World Book Company, New -York, 1921,VI+ 632 p.

BOWMAN, Isaiah - *Geography vs. Geopolitics*, «The Geographical Review», Vol.Nº 32, Nº 4, New -York, 1942, pp. 647-658.

BRAGA, Luís de Almeida- *Posição de António Sardinha, Cadernos Políticos*, Edições Gama, Lisboa, 1943, 133 p.

BRUNHES, Jean - *La Géographie Humaine, Essai de classification Prospective, Principes et Exemples*, Félix Alcan Éditeur, Paris, 1910, 843 p.

BRUNHES, Jean - *Du caractère propre et du caractère complexe des faits de Géographie humaine*, Leçon d'ouverture faite au Collège de France, Annales de Géographie, XXIII; , Paris, 1913, pp. 1-40.

BRUNHES, Jean - *La Géographie Humaine*, 3ª Edition, Librairie Félix Alcan, Paris, 1925, 975 p.

BRUNHES, Jean - *Le Monde Nouveau (Tableau General de géographie Politique Universelle)*, Ed Payet, Paris, 1928, XV+623 p.

BRUNHES, Jean, DEFFONTAINES, Pierre - *La Géographie Humaine*, Edition Abrégée, Presses Universitaires de France, Paris, 1947, 365 p.

BRUNHES, Jean; VALLAUX, Camille - *La Géographie de L'Histoire (Géographie de la Paix, de la Guerre, sur Terre et sur Mer)*, 2ª Ed., Ed.Librairie Félix Alcan, Paris, 1921, 715 p.

BULLÓN, Elloy - *Las relaciones de España con Portugal, Lecciones del pasado y orientaciones y orientaciones para el provenir*, (1ª Ed. 1916) «Revista Estudios Geográficos», N° 5, C.I.S.I.C., Madrid, 1944, pp. 467-493.

BUTTNER, Anna - *Sociedad y medio en la tradición geográfica francesa*, «La Géographie Humaine en la definición de Jean Brunhes», 1ª Ed., Ed Oikos-Tau, Barcelona, 1980-a, pp. 78-87.

BUTTNER, Anna - *Sociedad y medio en la tradición geográfica francesa*, «Hacia un esquema más global para la geografía humana: Max Sorre (1880-1962)», Ed Oikos-Tau, Barcelona, 1980-b, pp. 143-154.

CABO ALONSO, Ángel - *El geógrafo Orlando Ribeiro a través de sus Opúsculos*, Notas Bibliográficas, «Eria, Revista Cuatrimestral de Geografía», n° 45, Departamento de Geografía, Universidad de Oviedo, Oviedo, 1998, pp. 103 - 107.

CABO ALONSO, A. *et alia* - "Instituciones y Asociaciones Geográficas", *La Geografía en España: Real Sociedad Geográfica, Asociación de Geógrafos Españoles, Presentación Española al XXVIIº Congreso de la Unión Geográfica Internacional*, Washington 1992, Fundación B.B.V., s/d, 295 p.

CAIRO CAROU, Heriberto - *Elementos par Una Geopolítica Crítica: Tradicion y Cambio en Una Disciplina Maldita*, «Eria, Revista de Geografía», n.º 32, Editada por el Departamento de Geografía de la Universidad de Oviedo y el Departamento de Geografía Urbanismo y Ordenación del Territorio de la Universidad de Cantabria, Oviedo, 1993, pp. 195-213.

CAIRO CAROU, Heriberto; GODINHO, Paula Cristina Antunes; PEREIRO PÉREZ, Xerardo - *Portugal e Espanha: entre discursos de centro e práticas da fronteira*, Edições Colibri/Instituto de Estudos de Literatura Tradicional, Lisboa, 2009, 299 p.

CAMPOS, Ezequiel de - *Pela Espanha*, Edição da Renascença Portuguesa, Porto, 1916, 414 p.

CALVO POYATO, José - *El duque de Montpensier, el gran conspirador*, Revista La Aventura de la Historia, Año 1, nº6, Madrid, Abril de 1999, pp. 26-40.

CASALS COSTA, Vicente - *Ciencia Política y Territorio. La Construcción del paradigma Regional en la Península Ibérica*, Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, nº 79, 1 de enero de 2001, Universidad de Barcelona, Barcelona, 2001, 37 p.

CARDOSO, Fonseca A.- *Notas sobre Portugal, Anthropologia Portuguesa* - Vol I ,Exposição Nacional do Rio de Janeiro em 1908, Secção Portuguesa, [Imprensa Nacional], Lisboa, 1908, pp. 58-72.

CARDOSO, Maria Teresa Alves da Costa Cirne - *Perspectivas do Colonialismo Nacional, A Sociedade de Geografia Comercial do Porto(1880-1888)*, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2000, 445 p. (policopiado).

CARVALHO, Alberto Martins - «Iberismo» *Dicionário de História de Portugal*, direcção de Joel SERRÃO *et alia*, 2ª Ed. Vol. III, Ed. Liv. Figueirinhas, Porto, 1986, pp. 237- 239.

CARVALHO, Anselmo Ferraz de - *Tese de Philosophia Natural que sob a presidência do Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Doutor António dos Santos Viegas, se propõe defender na Universidade de Coimbra no dia 30 de Março de 1901 para obter o grau de Doutor, Anselmo Ferraz de Carvalho*, [Imprensa da Universidade], Coimbra, 1900,17 p.

CARVALHO, Anselmo Ferraz de - *Geografia Geral Elementar, VIª classe dos cursos dos liceus*, Ed Livraria Cruz & Cia, Braga, 1915, 389 p.

CARVALHO, Anselmo Ferraz de - "Na Academia das Sciencias, o Dr. Ferraz de Carvalho fez uma comunicação sobre a Geografia da Península" «O Século», Lisboa, 20 de Junho de 1930-a, pp. 1-2.

CARVALHO, Anselmo Ferraz de - *Portugal, España y Portugal, Tomo III, Geografia Universal, Descripción Moderna del Mundo*, Instituto Gallach de Librería y Ediciones, Publicaciones del Instituto Gallach, Nº 30, Barcelona, 1930-b, 592 p.

CARVALHO; Anselmo Ferraz de - *Angola, Pequeno Brasil, «Separata de Brasília»*, Vol. III, Coimbra Editora,, Coimbra, 1943, 12p.

CARVALHO; Anselmo Ferraz de - *Contribuições para o estudo da geografia de Portugal*, Publicação do Museu Mineralógico e Geológico da Universidade de Coimbra, Memórias e notícias Nº 22, [Imprensa da Universidade], Tipografia Atlântida, Coimbra, 1948, VI+87 p.+ VI folhas de mapas

CARVALHO, Anselmo. Ferraz – *Actividades da SGL*, «Boletim da SGL» Março/Abril 68ª Série, nº 3 e 4, Lisboa, 1950, pp. 248 – 251.

CARVALHO; Vasco - *A Questão ibérica (Aspectos político-militares), Conferencia realizada na sala nobre da Liga Naval Portuguesa em 14 de Abril de 1915*, Almeida, Miranda & Sousa, Ltd, Lisboa, 1915, 67p.

- CARVALHO, Vasco de - *Missão Militar a Marrocos, Viisita à zona do Protectorado Espanhol (Extracto dum Relatório)*, «Separata da Revista Militar» (Fascículos de Março e Abril de 1943), [Edição da Tipografia da L.C.G.G.], Lisboa, 1943, 56p.
- CARVALHO, Ruy Galvão - *Portugal –Espanha ou a constituição do Bloco Peninsular*, «Ocidente, Revista Portuguesa», Vol XIX, nº 58, Janeiro a Abril, Lisboa, 1943, pp. 5-11.
- CASTRO, Ferreira de - *Pequenos Mundos e velhas civilizações*, Vol I, 6ª edição, Livraria Editora Guimarães & Cª, Lisboa, s/d, 303 p.
- CATROGA, Fernando - «Nacionalistas e Iberistas», in José MATTOSO *et alia*-História de Portugal, O Liberalismo (1807-1890), Vol V, 1ªEdição, Circulo de Leitores, Lisboa, 1993-a, pp. 563-567.
- CATROGA, Fernando - «Os caminhos polémicos da «geração nova», in José MATTOSO *et alia*-História de Portugal, *O Liberalismo* (1807-1890), Vol V, 1ªEdição, Circulo de Leitores, Lisboa, 1993-b, pp. 569-581.
- CAVACO, Carmina - «Fronteira Portugal-Espanha e individualidade territorial», *Finisterra*, Vol. XXXII, nº 63, C.E.G., Lisboa, 1997, pp. 159-166.
- CAVALHEIRO, António Rodrigues - *António Sardinha, Páginas Portuguesas*, Edições Panorama, S.N.I, Lisboa, 1959, XL+ 388 p.
- CÉLÉRIER, Pierre - *Géopolitique et Géoestratégie*, col.«Que-Sais-Je?», N° 108, (ref N° 693 ?) Le Point des Connaissances Actuelles, Presses Universitaires de France, Paris, 1955, 128 p.
- CLAVAL, Paul - *Géopolitique et Géoestratégie: La Pensée Politique, L'Espace et le Territoire au XX Siècle*, Éditions Nathan, Paris, 1994, 162 p.
- COELHO, E.; PEREIRA, J.- *Geografia económica de Portugal e Colónias, Migração e Colonização-14ª Cadeira, Resumo das lições do Professor Sr. Dr. Silva Teles*, Instituto Superior de Comércio de Lisboa, Vol. I, 1924-1925, Lisboa, 405 p.
- CORRÊA, A.A. Mendes - *Antropologia, Resumo das Lições feitas pelo assistente, servindo de professor da Cadeira, António Augusto Mendes Corrêa*, Ano Lectivo de 1914-1915, Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, [Imprensa Portuguesa], Porto, 1915, 132p.
- CORRÊA, A. Mendes- *Raça e Nacionalidade*, Editorial Renascença Portuguesa, Porto, 1919, 187 p.
- CORRÊA, A. Mendes - *As bases geográficas e étnicas da nova carta política da Europa*, «Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto», N° 3-4, Tipografia Tritan, Porto, 1921-a, pp. 179 -248 + mapa.
- CORRÊA, A. Mendes - *Etnologia Ibérica, Considerações sobre as origens do Povo Português-Conferência na Universidade de Madrid em 23 de Maio de 1920*, Edição dos «Annaes Scientificos da

Accademia Polytechnica do Porto», Volume XIV, N°2, [Imprensa da Universidade de Coimbra], Coimbra, 1921-b, pp. 165-185.

CORRÊA, A. Mendes - *Os Povos Primitivos da Lusitânia*, Casa Editora de A. Figueirinhas, Porto, 1924-a, 390 p.

CORRÊA, A. Mendes - *Vallaux e a Geografia Geral dos Mares*, «Anais da Faculdade de Ciências do Porto», Extracto do Tómo XVIII, [Imprensa Portuguesa], Porto, 1924-b, 32 p.

CORRÊA, A. Mendes - *Geologia e Antropologia de Portugal*, Exposição Portuguesa de Sevilha, [Imprensa Nacional], Lisboa, 1929, 28 p.

CORRÊA, A. Mendes - *Valencianos e Portugueses*, «Separata da homenagem a Martins Sarmiento», Edição da Sociedade Martins Sarmiento, Guimarães, 1933, pp. 242- 254.

CORRÊA, A. Mendes - *Um Nome Antigo do Lima*, «Separata do Arquivo de Viana do Castelo», Vol I, Ed. Câmara Municipal de Viana do Castelo, Viana do Castelo, 1934, 4 p.

CORRÊA, A. Mendes - *Raízes de Portugal*, “Ex Nihilo !”...(Terra e Independência – A Raça), Ed. Ocidente, Lisboa, 1938, 74 p.

CORRÊA, A. Mendes - *Da Raça e do Espírito*, Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, Instituto de Antropologia, [Imprensa Portuguesa], Porto, 1940, 305 p.

CORRÊA, A. Mendes - *O Bloco Peninsular*«Ocidente, Revista Portuguesa», Vol XIX, n° 58, Janeiro a Abril, Lisboa, 1943, pp. 245-274.

CORRÊA, A. Mendes - *Raízes de Portugal*, “Portugal Ex Nihilo !”...(Terra e Independência – A Raça), Ed. Ocidente, 2ª Ed., Lisboa, 1944, 158 p.

CORREIA, Pedro de Pezarat - *Manual de Geopolítica e Geoestratégia*, Vol I, Conceitos, Teorias e Doutrinas, Colecção Andaimos do Mundo n°3; Quarteto Editora, Coimbra, 2002, 341 p.

CORTESÃO, Armando - *La Dictadura Portuguesa y la Compañía de Jesús*, «Leviatán, Revista Mensal de Hechos y Ideas», N° 6, Octubre 1936, Ediciones Leviatán, Madrid, 1936, pp. 44-55.

CORTESÃO, Jaime - *O Problema das Relações entre a Geografia e a Autonomia Política de Portugal*, «Seara Nova» n.º 201, Ano IX, Fevereiro de 1930, Ed. Seara Nova Lisboa, 1930, pp. 133-137.

COSTA, Alfredo Augusto d'Oliveira Machado - *A Terra Portuguêsa, Ensaio de Corografia Científica*,(Dissertação para concurso ao grupo de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), Tipografia da Cooperativa Militar, Lisboa, 1915, XIV+ 134 p.+V

COSTA, Emilio - *Elisée Reclus, Recordando*, «Seara Nova» n° 201, Ano IX, Fevereiro de 1930 Ed. Seara Nova, Lisboa, 1930, pp. 131-132.

CRUZ, Manuel Braga da - *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Editorial Presença, Lisboa, 1988, 294 p.

CRUZ, Manuel Braga da - *Correspondência de Santos Costa, 1936-1982*, Editorial Verbo, Lisboa, 2004, 386 p.

CUNHA, Fanny André Font Xavier - *Da Monarquia para a República, prelúdios de uma nova Ciência em Portugal*, «Novos Museus», Congresso «A vida da República Portuguesa 1890-1990», 1ªVol, coordenação de M. SANTOS, Fundação Calouste Gulbenkian, Cooperativa de Estudos e Documentação Universitária Editora, Lisboa, 1991, pp. 313-337.

DANTIN CERECEDA, Juan - *Resumen Fisiográfico de la Península Ibérica*, Trabajos del Museo de Ciencias Naturales N°9, Junta para Ampliación de Estudios y Investigaciones Científicas, Instituto Nacional de Ciencias Físico-Naturales, Ed. Imprenta Fontanet, Madrid, 1912, 275 p.

DANTÍN CERECEDA, Juan - *Concepto de la región natural en Geografía*, «Bol.Real.Soc. Geo.», vol 13, Madrid , 1913, pp. 507-514.

DANTÍN CERECEDA, Juan - *Evolución y Concepto actual de la Geografía Moderna*, Ed. Junta para Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas, Anales, Tomo XV, Memoria 8ª, [Establecimiento tipográfico de Fontanet], Madrid, 1915, pp. 289-317.

DANTÍN CERECEDA, Juan - “Estudios geográficos. Alteraciones litorales, la ria de Aveiro,” El Sol, Madrid, 28 de Fevereiro de 1918 s/n

DANTÍN CERECEDA, Juan - *Ensayo acerca de las regiones naturales de España*, Vol 1, Museo pedagógico nacional, Madrid, 1922, 386 p.

DANTÍN CERECEDA, Juan-*Distribución Geográfica de la Población en Galicia*, Junta para ampliación de Estudios y Investigaciones científicas, Centro de Estudios Históricos, Impresa de la Llibrería y casa editorial Hernando S.A., Madrid, 1925, 39p.

DANTÍN CERECEDA, Juan - *Geografía Humana,. estado presente de la cuestión del habitat rural, La población de La Mancha española en el centro de su máximo endorreísmo*, U.G.I., Rapport de la Comission de l'Habitat Rural, Cambridge, 1928, pp. 3-23.

DANTÍN CERECEDA, Juan - *Geografía Humana.Estado presente de la cuestión del habitat rural,La población de La Mancha española en el centro de su máximo endorreísmo*, «Bol.Real.Soc.Geo.Madrid», vol 72, 1932, pp. 24-45.

DANTÍN CERECEDA, Juan - *El Congreso Nacional de Ciencias da População de Oporto*, E.G.I., 1940-a, 1, pp. 195-202.

DANTÍN CERECEDA, Juan - *Las Cañadas ganaderas del reino de León*, Bol. Soc. Geogr. Nac., vol.76, nº8 -12, Agosto-Dezembro de 1940-b, pp. 99-464.

DANTÍN CERECEDA, Juan - *Aspectos de la agricultura española*. «Bol.Soc. Geogr. Nac.», vol 77, nº 7, 8 e 9, Madrid, 1941 pp. 491-525.

DANTIN CERECEDA, Juan - «CRONICA GEOGRAFICA», «La Reunion De Geografos Europeos En Würzburg (Alemania)», Estudios Geograficos, Revista editada por el INSTITUTO «JUAN SEBASTIAN ELCANO», nº7, Año III, CSIC, Madrid, 1942-a, pp. 423- 441.

DANTIN CERECEDA, Juan Dantín - *Regiones Naturales de España*, Tomo I, 2ª Ed, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Instituto Juan Sebastián Elcano, Madrid, 1942-b, 397 p.

DANTÍN CERECEDA, Juan - *Aspectos geográficos de las vegas de Granada*, «Est. Geogr.», vol 4 nº 11, Madrid,1943, pp. 267-371.

DAVEAU, Suzanne - *A expedição científica à Serra da Estrela, organizada pela Sociedade de Geografia de Lisboa em Agosto de 1881*, «Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia»,Vol XVI, Nº 32, C.E:G, Lisboa, 1981, pp. 314-318.

DAVEAU, Suzanne - *L'Oeuvre Géographique de Pierre Birot*, «Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia»,Vol XX, Nº 40, C.E:G, Lisboa, 1985, pp. 199-205.

DAVEAU, Suzanne - *Les Géographies du Portugal Écrites en Français (XIX^e et XX^e Siècles)*, «Revue Sud-Ouest Européen, nº 18, 2004», Toulouse, 2004, pp. 5-11.

DEFARGES, Philippe Moreau - *Introdução à Geopolítica*, Gradiva-Publicações Lda, Lisboa, 2003, 192 p.

DEFFONTAINES, Pierre (trad M. Ferrer de Franganillo) - *El Mediterráneo, estudio de Geografía Humana*, Editorial Juventud, S.A., Barcelona, 1948, 243 p.

DEFFONTAINES,Pierre; PARAIN, Charles - *La Méditerranée, Les Hommes et les Travaux*, Col Géographie Humaine, dirigée par P. Défontaines; ed Librairie Gallimard, Paris, 1936, 225 p.

DEMANGEON, A.- *Le Déclin de L'Europe*, Ed. Payot & C^a, Paris, 1920, 314 p.

DEMANGEOT, Jean - *La Méditerranée, Milieu et Tradition - Orlando Ribeiro*, "Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia", Vol. V, n.º 9, C.E.G., Lisboa, 1970, pp. 126 -130.

DÉVY-VARETA, Nicole - *A floresta no espaço e no tempo em Portugal ; a arborização da Serra da Cabreira, 1919-1975* Dissertação de doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1993, II+459 p.

DÉVY-VARETA, Nicole ; GARCIA, João Carlos - *Bernardino Barros Gomes e a silvicultura no desenvolvimento da geografia oitocentista*, "Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, " nº12, 5ª Série, , Dezembro de 1989, Lisboa, 1989, pp. 139-148.

DIAS, Carlos Manuel Mendes-Geopolítica: Teorização clássica e Ensinaamentos, «Colecção Estratégia e Política Externa», Edições Prefácio, Lisboa, 2005, 301p.

DIAZ VILLEGAS, José - *Geografía Militar de España Países y Mares Limitrofes - Contribución al estudio estratégico de la Península*, 3ª Ed., Madrid, Serviço Geografico y Cartográfico, Madrid, 1940, XIX+ 538 p.

DIX, Arthur - *Geografía Política*, (Tradução L. Martin Echevériia), Colección Labor, Sección VII, Geografía N° 196, Biblioteca de Iniciación Cultural, Editorial. Labor S.A., Barcelona, 1929, 198 p.

ECHEVERRÍA, L. Martin- *Geografía de España*, Colección Labor, Sección VIII, geografía, N° 144, Vol I- parte general, geografía física y humana, Editorial Labor, Barcelona, 1928, 228 p. + 5 mapas

ECHEVERRÍA, L. Martin - *Nuestra Patria*, Subsecretaria de Propaganda, Barcelona, 1938, 96 p.

EHLERS, Eckart; DÖRKEN, Ursula - *From the Contents*, World Political Map, International Geographical Union, «Bulletin 50, (1), Bona, 2000, pp. 164-170.

FABRE A.; José; VILLANOVA - *L.-Vicent-Vives (1910-1960)*, GEOGRAPHERS Bibliographical Studies, vol 17, Edited by GEOFFREY, J.Martin and ARMSTRONG, Patrick H., On brealf of the Working Group on the History of Geographical Thought of the International Geography Union and the International Union of the History and Philosophy Science, New York, 1997, pp. 92-105.

FARINHA,, Luis - *O Republicanismo/Revirahismo e a Guerra Civil de Espanha-Fracasso do Revirahismo à unidade Antifascista*, in Portugal e a Guerra Civil de Espanha, Colóquio Internacional (Coordenação de Fernando Rosas), 2ª Edição, Edições Colibri / Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da U.N.L, Lisboa, 2007, pp. 153-176.

FEBVRE, Lucien - *La Terre et L'Évolution Humaine - Introduction Géographique a L'Histoire, IV, Pré-Histoire, Proto-Histoires*, «L'Évolution de L'Humanité», Synthèse Collective dirigée par Henri Berr, «La Renaissance Du Livre», Paris, 1922, 471 p.

FEBVRE, Luciano (tradução de Luis P.Garcia)-*La Tierra y la Evolución Humana*, Introducción Geografica a la História, «La Evolución de la Humanidad», Editorial Cervantes, Barcelona, 1925, XXV+517 p.

FEBVRE, Lucien - *A Terra e a Evolução Humana*, *Introdução Geográfica à História*, 2ª Ed., Edições Cosmos, Lisboa, 1991, 339 p.

FERNANDES, António Horta; DUARTE, António Paulo - *Portugal e o Equilíbrio Peninsular, Passado, Presente e Futuro (um estudo de Geoestratégia)*, Publicações Europa-América, Lisboa, 1998, 183 p.

FERNANDES, Carlos - *O Tratado de Alcanizes e seus antecedentes*, «Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa», 112ª Série, nº 1-12, Janeiro/Dezembro de 1997, Lisboa, 1997, pp. 101-119.

- FERREIRA, David - «O Integralismo Lusitano» *Dicionário de História de Portugal*, direcção de Joel SERRÃO *et alia*, 2ª Ed. Vol. II, Ed. Liv. Figueirinhas, Porto, 1986, pp.332 -336.
- FIGUEIREDO, Fidelino de - *Sociedade Nacional de História*, «Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa», nº 7, 29ª série, Lisboa, 1911, pp. 120-125.
- FIGUEIREDO, Filipe- Eduardo d'Almeida- *Memória Acerca das Chuvas no Minho*, Bibliotheca do Portugal Agrícola, Lisboa, 1894, 76 .p
- FISCHER, Eric; CAMPPELL, Robert; MILLER, Eldon-*A Question of Place: The Development of Geographic Thought*, 2ªEd. Arlington, R.W. Beatty, Ltd, 1969, 446 p.
- FISCHER, Theobald - *The Geography and Social Conditions of the Iberian Peninsula*, The Geographical Journal, Nº 4, Vol I, Londres, 1893, pp. 248-250.
- FISCHER, Theobald -*Versuch einer wissenschaftlichen Orographie der Iberischen Halbinsel*, Ed Dr Pettermans, Mitteilungen, Berlim(?),1894, 8 p.
- FOUCHER, Michel - *Fronts et Frontières, Un Tour du monde géopolitique*, Ed. Lib.Athène Fayard, 1991, 692 p.
- GALVÃO, Manuel de Bettencourt - *António Sardinha e o Iberismo, Acusação Contestada*, Ed. Bibiloteca do Pensamento Político, Lisboa, 1974, XVI+197p.
- GAMA, António - *Geografia e Civilização: A Propósito da Temática Geográfica na Obra de Orlando Ribeiro*, Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro, 1º Vol. CEG., Lisboa,1984, pp.77 – 87.
- GANIVET, Angel - *El Provenir de España*, Ed. Librería General de Victoriano Suárez, Madrid, 1905, 111 p.
- GANIVET, Angel - *Idearium Español*, Tomo Primero, (3ª Ed.?) «Obras completas de Ángel Ganivet», Ed. Librería General de Victoriano Suárez, Madrid, 1923, 184p.
- GARCIA, João Carlos-*O Baixo Guadiana - Formação de uma Fronteira*, III Colóquio Ibérico de Geografia,Barcelona, 27 Septiembre-2 octubre 1983, Acta, Ponencias y Comunicaciones, Sección de Geografia i Història Universitat de Barcelona, Editado por Secció de geografia, Facultat de Geografia i Història, Universitat de Barcelona, Zona Universitaria, Barcelona, 1984, pp. 611- 620.
- GARCIA, João - *Jaime Batalha Reis, geógrafo esquecido*, «Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia», Vol.XX, nº 40, Lisboa, 1985, pp. 300-314.
- GARCIA, João - *O Espaço Medieval da Reconquista no Sudoeste da Península Ibérica*, «Chorographia, Série Histórica», C.E.G., Lisboa, 1986-a, 127 p. +1 mapa
- GARCIA, João - *Sobre a Reedição de A Arrábida , Esboço Geográfico de Orlando Ribeiro*, «Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto», Geografia Iª Série, Vol. II, Porto,1986-b, pp. 210-215.

GARCIA, João - *La frontera Luso-Española y los estudios de Geografía Histórica*, «La articulación territorial de la raya hispano-portuguesa», Actas Simposium, Vilar Formoso, 1996, Fundación rei Afonso Henriques, Zamora, 1997, pp. 25-29.

GARCIA, João- *A Harmoniosa Figura: Interpretações Geográficas sobre a Formação de Portugal*, “Uma Tensão entre o Global e o Local” Ciclo de Colóquios, Promovido pela Delegação Norte da Universidade Aberta (Porto, 15/01/1999-27/03/1999), Universidade Aberta, Lisboa, 2001, pp. 265-271.

GARCIA, João; PIMENTA, Ramnirio - *Os Livros de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1919-1931): Ciência, Ensino e divulgação*, Estudos de Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Imprensa da Universidade do Porto, Porto, 2004, pp. 545-559.

GARCIA RAMON Maria Dolores; NOGUÉ I FONT Joan; ALBET I MAS, Abel - *La Práctica De La Geografía en España (1940-1990)*, «Metodología», 1ª Edición, Barcelona, Ediciones Oikos-Tau, Barcelona, 1992, 250p.

GIRÃO, A. Aristides - *Geografia Geral-Lições feitas na Faculdade de Letras pelo Ex^{mo} Sr. Dr. Anselmo Ferraz de Carvalho*, Livraria Neves Editora, Coimbra, 1914, 202 p.

GIRÃO, Aristides d'Amorim - *Geografia Física de Portugal, Lições Universitárias do Ex^{mo} Sr. Dr. Anselmo Ferraz de Carvalho*, Typographia do Correio da Beira, Viseu, Livraria Neves Editora, Coimbra, 1915, 126 p.

GIRÃO, Aristides de Amorim -*A Geografia Moderna-Evolução, Conceito-Relação com as outras Ciências (Ensaio de síntese)*, [Imprensa da Universidade], Coimbra, 1918, 31p.

GIRÃO, A. Aristides-*A bacia do Vouga. Estudo geográfico*, [Imprensa da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra], Coimbra, 1922, XIII+190 p.

GIRÃO, A. Amorim - *Questões Geográficas II- Sobre o sistema Lusitano-Castelhano* «Biblos», Vol II, fasc. n°3, Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra Editora, Coimbra, 1926, pp. 539-542.

GIRÃO, A. Amorim - *Esbôço duma carta regional de Portugal*,«Biblos», Vol III, fasc. I, Coimbra Editora, Coimbra, 1927, pp. 58-70; pp. 139-153.

GIRÃO, A. Amorim - *Questões Geográficas II. Uma infeliz introdução geográfica à história de Portugal*, «Biblos», Vol. IV, Coimbra Editora, Coimbra,1928, pp. 304-314.

GIRÃO, A. Amorim - *Divisões Regionais do Continente Português*, «Biblos», Vol VI, fasc 1 e 2, Coimbra Editora, Coimbra, 1930-a, 107 p.

GIRÃO, A. Amorim - *Esboço duma Carta Regional de Portugal*, «Biblos», Vol. VI, fasc. 3 e 4, Coimbra, Editora, Coimbra 1930-b, pp. 195 -214.

GIRÃO, A.- Amorim - *Esboço duma Carta Regional de Portugal*, «Biblos», Vol. VI, fasc. 5 e 6, Coimbra, Editora, Coimbra 1930-c, pp. 354 -359.

GIRÃO A. Amorim-*Esbôço duma carta Regional de Portugal*, Coimbra Editora, Coimbra, 1930-d, 68 p.

GIRÃO, A. Amorim - *Esbôço de uma Carta Regional de Portugal*, 2ª Edição, [Imprensa da Universidade de Coimbra], Coimbra, 1933-a, 221 p.

GIRÃO, Aristides de Amorim-*Evolução de uma carta regional de Portugal*, ilustrada com seis mapas refundidos, aumentada e incluindo em apêndice a resposta às críticas feitas pela imprensa, [Imprensa da Universidade de Coimbra], 2ª Ed, Coimbra, 1933-b, XXI+224 p.

GIRÃO, A. Amorim. - *Bibliografia, Dr. José Henriques Barata, Portugal e os geógrafos estrangeiros*, «Biblos», Vol. XI, , Coimbra Editora, Coimbra, 1935-a, pp. 301-303.

GIRÃO, A. Amorim - *Condições Geográficas e Históricas da Autonomia Política de Portugal*, «Oração de Sapiência», proferida na Sala dos Actos Grandes da Universidade de Coimbra no dia 1 de Dezembro de 1935, «Separata da Biblos», Vol. XI, Coimbra Editora Lda, Coimbra, 1935-b, 30 p.

GIRÃO, A. Amorim. - *Condições Geográficas e Históricas da Autonomia de Portugal*, «Oração de Sapiência» proferida na Sala dos Actos Grandes da Universidade de Coimbra no dia 1 de Dezembro de 1935, «Biblos», Vol. XI, Janeiro / Agosto 1 a 8, fascºs IX-XIII, Coimbra Editora, Coimbra, 1935-c, pp. 420 - 442.

GIRÃO, A. Amorim - *Bibliografia - Dr. Orlando Ribeiro, A Arrábida (Esbôço Geográfico)*, «Biblos» Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Vol XII, Coimbra Editora, Coimbra, 1936-a, pp. 308-309.

GIRÃO, A. Amorim - *Bibliografia - Dr. José de Oliveira Boléo, Determinismo Antropogeográfico (O Meio e a Raça)*, «Biblos» Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Vol XII, Coimbra Editora, Coimbra, 1936-b, pp. 309 -311.

GIRÃO, A. Amorim – *Lições de Geografia Humana*, «Biblos», Coimbra Editora, Coimbra, 1936-c, 226 p.

GIRÃO, A. Amorim - *Lições de Geografia Humana*, «Biblos», Vol. IX (fascºs I-VIII) pp.11-45, (fascºs IX-XII) pp 329-366; Vol. XII (fascºs I-III) pp 49-105, Coimbra, 1933-1936.

GIRÃO, A. Amorim - *A Divisão Provincial do Novo Código Administrativo*, Conferência proferida na Sociedade de Geografia de Lisboa em 14 de Junho de 1937, Coimbra Editora Lda, Coimbra, 1937, 64 p.

GIRÃO, A. Amorim - *A Divisão Provincial do Novo Código Administrativo*, Segunda resposta, «Separata da Biblos», Vol XIV, Coimbra Editora Lda, Coimbra, 1938, 38 p.

GIRÃO, A. Amorim - *Recensões Críticas-José Pequito Rebelo, Espamha e Portugal-Unidade e Dualidade Peninsular*, «Biblos», Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Vol XV, 1939, Coimbra Editora, Coimbra, 1939, pp. 571-573.

GIRÃO, Aristides de Amorim - *Impossibilidade de fixar no Sul do país o excesso demográfico do Noroeste português*, Actas do Congresso do Mundo Português, Vol. XVIII, [Imprensa Nacional], Lisboa, 1940, pp. 672-681.

GIRÃO; Aristides de Amorim - *Atlas de Portugal*, «Comemoração dos Centenários», Gráfica Editora, Coimbra, 1941-a, 52 p. e 25 mapas.

GIRÃO, Aristides de Amorim - *Atlas de Portugal*, «Mapa n.º 35, Divisões regionais. Divisões provinciais.Divisões administrativas», 1ª Edição, Publicação comemorativa do duplo centenário subsidiada pelo Fundo Sá Pinto, Instituto de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, [Imprensa da Universidade de Coimbra], Coimbra, 1941-b, 52 p. + 25 mapas

GIRÃO A. Amorim - *Geografia de Portugal*, Ed. Ilustrada, Portucalense Editora, SARL, Porto, 1941-c, 479 p.

GIRÃO, A. Amorim - *Desenvolvimento dos Estudos Geográficos em Portugal (1870/1940)*, «Boletim do Centro de Estudos Geográficos», Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, (Fundação do Instituto de Alta Cultura), N.º 1, Coimbra Editora, Coimbra, 1950, pp. 7-10.

GIRÃO, Aristides de Amorim - *Santo e Sábio*, «Boletim do Centro de Estudos Geográficos», n.º 2/3, Fundação do Instituto de Alta Cultura, Coimbra, 1951, pp. 107-111.

GIRÃO, A. Amorim - *A Paisagem Modeladora do Homem: O Homem, Remodelador da Paisagem (Resposta a um Partidário da União Ibérica)*, «Boletim do Centro de Estudos Geográficos», n.º 4/5, Fundação do Instituto de Alta Cultura) Coimbra, 1952, pp. 74-110.

GIRÃO, A. Amorim - *Professor Dr. Anselmo Ferraz de Carvalho*, «Boletim do Centro de Estudos Geográficos», n.º 10 /11, Fundação do Instituto de Alta Cultura), Coimbra, 1955, pp.1-4.

GIRÃO, Aristides de Amorim - *Atlas de Portugal*, Prefácio da 2ªEdição, «Publicação Comemorativa do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique», Instituto de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Imprensa de Coimbra Lda., Coimbra, 1958, 40 mapas + texto.

GIRÃO, Aristides de Amorim; VELHO, Fernanda de Oliveira Lopes - *Estudos da População Portuguesa, III- Migrações Internas (1890-1940)*, «Separata da Biblos», Vol XXIV, Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra Editora Limitada, Coimbra, 1948, 39 p.

GÓMEZ MENDOZA, Josefina - *Formación de la Escuela Española de Geografía (1940-1952). Instituciones, revistas, congresos y programas*, «Eria, Revista Cuatrimestral de Geografía», N° 42, Año VII, Editada por el Departamento de Geografía de la Universidad de Oviedo, Oviedo, 1997, pp. 107-146.

GODINHO, António Maria - *Geografia Económica Portuguesa (Notas para um curso)*, Vol I (Prelecções feitas aos alunos da 6ª cadeira no ano lectivo de 1950-1951), Edição de João Jorge de Matos, Lisboa, 1950, 349 p.

GOTTMANN, Jean - *La Politique des États et leur Géographie*, 1ª. Ed., «Sciences Politiques», Librairie Armand Colin, Paris, 1952, 228 p.

GOTTMANN, Jean - *Essais sur l'aménagement de l'espace habité*, École Pratique des Hautes Études - Sobornne, Sixième section, Sciences Économiques et Sociales, Mouton & Cª, Paris, 1966, 347 p.

GOTTMANN, Jean - *Géographie Politique* «Géographie Générale», Encyclopédie de La Pléiade, Editions Galimard, Paris, 1966, pp. 1749-1765.

GUICHOMET, P. - *Géographie des Frontières*, 1ª Ed., P.U.F., Paris, 1974, 223 p.

HERB, Guntram Henrik - *Under the maps of Germany Nationalism and propaganda 1918-1945*, 1ª Ed., Ed. Rontledge, Londres/Nova Iorque, 1997, XI+ 250 p.

HERNÁNDEZ-PACHECO, Eduardo - *Ensayo de Sintesis geológica del Norte de la Peninsula Ibérica*, Trabajos del Museo de Ciencias Naturales, N° 7, Instituto Nacional de Ciencias Físico-Naturales, Ed. Junta para Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas, Madrid, 1912, 136 p.

HERNÁNDEZ-PACHECO, Eduardo - *Discurso leído en el acto de su recepción por el Sr. D. Eduardo Hernández-Pacheco y Estevan*, Ed. Real Academia de Ciencias Exactas Físicas y Naturales, Madrid, 1922, 94 p.

HERNÁNDEZ-PACHECO, Eduardo - *Los cinco Ríos principales de España y sus terrazos*, Trabajos del Museo Nacional de Ciencias Naturales, Série Geológica N° 36, Ed. Junta para Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas, Madrid, 1928, 150 p.

HERNÁNDEZ-PACHECO, Eduardo - *El paisaje en general y las características del paisaje hispano, Discurso del Académico, leído en la solenne sesión inaugural del curso de 1934-35 el día 28 de Noviembre de 1934*, Academia de Ciencias Exactas, Físicas y Naturales, Ed. C. Bermejo, Madrid, 1934-a, 62 p.

HERNÁNDEZ-PACHECO, Eduardo - *Síntesis Fisiográfica y Geológica de España*, Fasc. I, Trabajos del Museo Nacional de Ciencias Naturales, Serie Geológica Núm 18, Ed. Junta para Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas, Madrid, 1934-b, 258 p.

HERNÁNDEZ-PACHECO, Eduardo - *Síntesis Fisiográfica y Geológica de España*, Fasc. II, Trabajos del Museo Nacional de Ciencias Naturales, Serie Geológica Núm 38, Ed. Junta para Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas, Madrid, 1934-c, 584 p.

HERNANDO, Agustín - *Geografía y regeneracionismo educativo: Miguel Santaló (1887-1962)*, «Eria, Revista Cuatrimestral de Geografía», N° 53, Departamento de geografía de la Universidad de Oviedo, Oviedo, 2000, pp. 205-230.

HERRERO FABRECAT, Clemente-*La Geografía Militar española (1919-1932)*, Revista Estudios Geográficos, Vol LXVIII, n° 247, Abril/ Junho 2002, Instituto de Economía y Geografía, Ed. C.S.I.C., Madrid, 2002, pp. 237-257.

HERRERO FABRECAT, Clemente - *La Geografía en la colección bibliográfica militar, Noticias y Comentarios*, Revista Estudios Geográficos, Vol LXV, n° 255, Abril/ Junho 2004, Instituto de Economía y Geografía, Ed. C.S.I.C., Madrid, 2004, pp. 343-353.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho - *A História que nos fez e a História que se faz: Da primeira à segunda fase da Faculdade de Letras do Porto*, «Separata da Revista de História do Centro de História da Universidade do Porto», [Imprensa da Universidade do Porto], Vol VI, Porto, 1991, pp. 227-240.

HOMEM, Amadeu Carvalho - *O avanço do republicanismo e a crise da monarquia constitucional*, in, José MATTOSO *et alia*-História de Portugal, O Liberalismo (1807-1890), Vol V, 1ª Edição, Circulo de Leitores, Lisboa, 1993, pp. 131-165.

HOYOS SÁINZ, Luis - *Antropodinámica española, Regiones productoras y consumidoras de hombres*, Comunicação apresentada à 1ª Secção do Congresso Nacional da População, Comemorações Portuguesas de 1940, Extracto das Actas do Congresso de Ciências da População, Vol I, [Imprensa Portuguesa), Porto, 1940, 71 p.

HOYOS SÁINZ, Luis y HOYOS SANCHO, Nieves - *Las Fronteras Antropológicas y Estatales de España y Portugal*, «Union Géographique Internationale, Comptes Rendus du Congrès International de Géographie», Lisbonne 1949, Tome IV, (Travaux Des Sections V, VI et VII (Section VII: ,Methodologie, Enseignement et Bibliographie), IN.L., Lisboa, 1952, pp. 332-358.

HUNTINGTON, Ellsworth (tradução de Luís Perriau) - *Civilización y Clima*, Ed. Revista do Occidente, Madrid, 1942, 348 p.

HUNTINGTON, Samuel P.- *O Choque das Civilizações*, 2ª Edição, Edições Gradiva, Lisboa, 2001, 417 p.

- JÚDICE, António; ARROYO, António (prefácio de António ARROYO) - *Notas sobre Portugal, O Solo, o clima e a paisagem*- Vol.II, Exposição Nacional do Rio de Janeiro em 1908, Secção Portuguesa, [Imprensa Nacional], Lisboa, 1908, XVI+292 p.
- KLEINSCHMAGER, Richard - *Géographie et idéologie entre deux guerres: LA ZEITSCHRIFT FÜR GEPOLITIK 1924-1944*, «Revue L'Espace Géographique», n° 1, Doin Éditeurs, Paris, 1988, pp. 15-28.
- KODRAS, Janet, E. - *Geographies of Power in Political Geography*, «Political Geography», Vol. 18, Number 1, January , Ed. Peter Taylor, Departement of Geography, Longhrough University, Longhrough, United Kingom, 1999, pp. 75-79.
- KORIMANN, Michel - *Friedrich Ratzel et la Politische Géographie (1897)*, «Heródote, Geopolitique Allemands», n°281, 1°Trimestre,Janvier /Mars, C.N.R.S., Paris, 1983-a, pp.128-140.
- KORIMANN, Michel - *Morceaux choisis de la «Politische Geograpbie*, «Heródote, Geopolitique Allemands»,n°281, 1°Trimestre,Janvier/Mars, CNRS, Paris, 1983-b, pp. 141- 148.
- KORIMANN, Michel - *Friederich Ratzel, Karl Haushofer: «Politische Ozeanographie*, «Heródote, Geopolitique de la mer», n.° 32, 1°Trimestre, Janvier/Mars, CNRS, Paris, 1984, pp.144-157.
- KREBS, Norbert (Trad. Gonzalo de Reparaz-hijo) - *Geografía Humana*, Biblioteca de Inovación Cultural, Colección Labor, Section VII, Geografía, N° 295, Editorial Labor, Barcelona, 1931, 227 p. +XVI
- LA BLACHE, Paul Vidal - *Princípios de Geografia Humana*, (Tradução, notas e prefácio por Fernandes Martins, 1° assistente de Geografia na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra), Série C-A Marcha da Humanidade-Geografia Histórica, Vol I, 2ª Ed., Edições Cosmos; Lisboa, 1954, 389 p.+ XXXI
- LACOSTE, Yves - *Élisée Reclus, un géographe de l'histoire*, «Hérodote, Revue de Géopolitique: Stratégies, géographes, idologies», N° 22, 3° Trimestre, Paris, C.N.R.S.,1981, pp. 14-55.
- LACOSTE, Yves - *La Géographie et l'Histoire*, «l'Information Gegraphique» 1984, n° 48, «Documentation Pédagogique» , Ed. Masson, Paris,1984, pp. 71-74.
- LACOSTE, Yves (tradução de Pedro Elói-Duarte) - *A Geopolítica do Mediterrâneo*, Edições 70, Lisboa, 2008, 509 p.
- LADERO QUESADA, Miguel Ángel - *La formación de la frontera de Portugal en los siglos XII y XIII e el Tratado de Alcañices (1297)*, Informe presentado a la Real academia de la Historia en la sesión del día 20 de junio de 1997, «Bolletín de la Real Academia de la História, Tomo CXCIV, N°3, Set/Dez 1997, Madrid, 1997, pp. 425-457.

LAPID, Yosef - *Where should we begin? Political geography and internacional relations*, «Political Geography», Vol. 18, Number 1, January Pergamon, Departement of Geography, Longhrough University, Longhborough, United Kinghom, 1999, pp. 895-900.

LAUTENSACH, Hermman - *A Individualidade Geográfica de Portugal no conjunto da Península Ibérica*, «Boletim da SGL», Série n.º 49, n.º 9-10, Setembro/Outubro, Lisboa, 1931, pp. 362 - 409.

LAUTENSACH, Hermann - *Die Urlandschaft in Portugal und Korea.Ein Vergleich*, «Union Géographique Internationale, Comptes Rendus du Congrès International de Géographie», Vol IV, Warsaw, 1934, pp. 161-172

LAUTENSACH, Hermman - *Geopolítica da Península Ibérica*, “Conferência Realizada nos «Estudos Portugueses» do Pôrto no dia 21 de Dezembro de 1937”, Câmara Municipal do Porto, «Boletim cultural», (Suplemento Trimestral ao Boletim da Câmara Municipal do Porto), Fascículo I, Vol. I, Março de 1938/XII, Porto, 1938-a, pp. 57 -71.

LAUTENSACH, Hermann - *Über die Erfassungund Abgrenzung von Landschaftsräumen*, «Union Géographique Internationale, Comptes Rendus du Congrès International de Géographie», Vol II, Paysage Géographique, Amestrdam, 1938-b, pp. 12-26.

LAUTENSACH, Hermann - *Der Werdegang portuguiesischen Kulturlandschaft*, Ed Alfred Metzener Verlag, Berlim, 1941, 38 p.

LAUTENSACH, Hermman - *A formação dos aspectos culturais na paisagem portuguesa*, Separata do Boletim da S.G.L., 61ª Série, N.ºs -9-12, Imprensa Nacional, Lisboa, 1943, 26 p.

LAUTENSACH, Hermann - *A Coreia, o país e os seus habitantes* - conferência pelo Prof. Hermann Lautensach, da Universidade Técnica de Estugarda, Boletim da S.G.L, Nov.- Dez.. - 68ª Série, N.º 11 e 12, Lisboa, 1950, pp. 755-756.

LAUTENSACH, Hermann - *Geografía de España y Portugal*, (Trad de Die Iberische Habinsel), Colección Eme, Editorial Vicens-Vives, Barcelona, 1967, XIX+ 814 p.

LE LANNOU, Maurice - *La Géographie Humaine*, «Bibliothèque de Philosophie Scientifique, Ed. Flammarion Éditeur, Paris, 1949, pp. 252 p.

LEMA, Paula Bordalo - *A fronteira como factor geográfico.Problemas da área fronteira entre Portugal e Espanha*, III Colóquio Ibérico de Geografia,Barcelona, 27 Septiembre-2 octubre 1983, Acta, Ponencias y Comunicaciones, Sección de Geografía i História Universitat de Barcelona, Editado por Secció de geografia , Facultat de Geografia i História, Universitat de Barcelona, Zona Universitaria, Barcelona, 1984, pp. 593-595.

LEMA, Paula Bordalo - *Tendências da Geografia Política em Portugal e Espanha*, V Colóquio Ibérico de Geografia, León, 21 a 24 de Noviembre de 1981, acta, Ponencias y Comunicaciones, Departamento de Geografía y Historia de las Instituciones Economicas, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de León, León, 1991, pp. 187-188.

LÉVY, Jacques - *L'Espace Légitime-Sur la dimension géographique de la fonction politique*, Presse de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1^a Ed., Paris, 1994, 442 p.

LOPES, A. Cordeiro - «Dois projectos de geopolítica ibérica de matriz tradicionalista- Vázquez de Mella e António Sardinha», Separata da Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, N^o 16/ 17-5^a Série, 1994, [Imprensa da Universidade de Lisboa], Lisboa, 1995, pp. 99-113

LOPES, Francisco - *No centenário de Élisée Reclus* - Lisboa, «Seara Nova», n.º 201, IX, Fevereiro 1930, Lisboa, pp. 132 -133.

LÓPEZ MORENO, Luís Villanueva - *Bases para el Estudio de la Geografía Militar*, Madrid, 1925, VII+176 p.

LÓPEZ TRIGAL, Lorenzo - *La Frontera como factor geográfico*, III Colóquio Ibérico de Geografia, Barcelona, 27 Septiembre-2 octubre 1983, Acta, Ponencias y Comunicaciones, Sección de Geografía i Història Universitat de Barcelona, Editado por Secció de geografia, Facultat de Geografia i Història, Universitat de Barcelona, Zona Universitaria, Barcelona, 1984, pp. 596- 603.

LÓPEZ TRIGAL, Lorenzo, BENITO Del POZO, Paz - *Geografía Política*, Ed. Cátedra, Madrid, 1999, 304 p.

LUCCI, Luís Schwalbach - *Estudos geográficos: alterações litorais à ria de Aveiro*, [Typografia do Anuario Comercial], Lisboa, 1918, 70 p.

LUIS GÓMEZ, Alberto - *La Geografía Humana: de Ciência de los lugares a Ciência Social*, «Geocrítica», Cuadernos Críticos de Geografía Humana N^o 48, Nov.1983, Facultad de Geografía e Historia, Universidad de Barcelona, ediciones de la Universidad de Barcelona, 1983, 51 p.

MACEDO, Jorge Borges de - *Portugal-Europa*, «Terra Portuguesa», Ed. [Imprensa Nacional-Casa da Moeda], Lisboa, 1988, 135 p.

MAEZTU, Ramiro - *Defensa de la Hispanidad*, 4^a Edición, Imprenta Gráfica Universal, Ediciones Fox, Madrid, 1941, 366 p.

MAEZTU, Ramiro de - *Sobre Spengler*, El Sol", Madrid, , 9-IX-1924", in *Las Letras y la Vida en la España de Entreguerras*, Editora Nacional, Madrid, 1958, 313 p.

MAEZTU, Ramiro de - *La Lucha por el Estado*, Diálogo de Navarra", Pamplona, 26-1-1933, in *El Nuevo Tradicionalismo y la Revolución Social*, Editora Nacional, Madrid, 1959, 323 p.

- MAGUGLIANI, L. - *Por uma Geopolítica Portuguesa* «Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa», Série 61^a, N° 5 a 8, Maio a Agosto, Edição S.G.L., Lisboa, 1943, pp. 362- 368.
- MARCHI, Luigi - *Fondamenti do Geografia Politicam bari Geografiche della formazione e dello sviluppo degli Satti e dei problemi politici attuali*, Casa editrice Sotti, A. Milani, Pádua, 1929, VIII+208 p.
- MARCHUETA; Regina - *O conceito de fronteira na época da Mundialização*, Colecção Atena n° 12, Edições Cosmos, / Instituto de Defesa Nacional, Lisboa , 2002, 214 p.
- MARQUES, A. H. Oliveira - *A Primeira República Portuguesa (alguns aspectos estruturais)*, 1^a edição, Colecção Horizonte n° 13, Livros Horizonte Lda, Lisboa, 1971, 204 p.
- MARQUES, A.H. Oliveira - *A primeira Legislatura do Estado Novo (1935-1938)*, «Série Historiografia do Portugal Contemporâneo-Documentos» Vol II, N° 38, Publicações Europa-América, Lisboa, 1973, 312 p.
- MARQUES, A. H. Oliveira - *História da Primeira República Portuguesa (As Estruturas de Base)*, Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1978, 709 p.
- MARQUES, A. H. Oliveira - *A Primeira República Portuguesa (para uma visão estrutural)*, 3^a edição, Colecção Horizonte n° 13, Livros Horizonte Lda, Lisboa, 1980, 167 p.
- MARQUES, Carlos Alberto - *A bacia hidrográfica do Coa*, «Biblos»Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra,Fasc 1 a 8, Janeiro –Agosto, Vol XI, Coimbra Editora, Coimbra, 1935, pp. 389- 393.
- MARQUES, Carlos Alberto - *A bacia hidrográfica do Coa*, «Biblos»Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Vol XII, Coimbra Editora, Coimbra, 1936, pp. 173-211.
- MARTIN ECHEVERRÍA, Leonardo/-*Nuestra Pátria*, Ed Labor, Barcelona, 1938, 96 p.
- MARTINEZ VAL, José Maria - *Sobre El Concepto y La Realidad Científica de la Geopolítica*, «Revista Estudios Geográficos», N °8 e 9, Ano III, Madrid, Instituto Juan Sebastian Elcano, C.S.I.C., Madrid, 1942, pp. 833-864.
- MARTINS, Alfredo Fernandes - *O esforço do homem na bacia do Mondego, Ensaio Geográfico*, Tese de licenciatura em Ciências Geográficas na Universidade de Coimbra, [Tipografia Bizarro], Coimbra, 1940, IV+ 299 p.
- MARTINS, Alfredo Fernandes - *A minha Tese - Resposta a um crítico*, [Edição do autor], Coimbra, 1941, 98 p.
- MARTINS, Alfredo Fernandes - *Alguns reparos à classificação de colónias proposta por Hardy*, «Separata do Boletim do Instituto de Estudos Franceses», Vols, II/ III, 1941-1943, Instituto de Estudos Franceses, Coimbra Editora Lda, Coimbra, 1944-a, pp. 13-22.

- MARTINS, Alfredo Fernandes - *Grandeza, declínio e novas possibilidades da borracha brasileira*, «Separata de Brasília», Vol III, [Imp da Universidade], Coimbra, 1944-b, pp. 341-346.
- MARTINS, A. Fernandes - *Le centre littoral et le massif calcaire d'Estremadura*, Livret-guide de l'excursion B, Congrès International de Géographie, Lisbonne, 1949-a, 98p. + 16 il
- MARTINS, A. Fernandes - *Maciço Calcário Estremenho. Contribuição para um estudo de geografia física*, Coimbra editora, Coimbra, 1949-b, 248 p.
- MARTINS, Alfredo Fernandes - *Discurso no Doutoramento Solene do Doutor Richard Pattee pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, [Imprensa de Coimbra], Coimbra, 1965, 6 p.
- MARTINS, Alfredo Fernandes - *Curriculum Vitae de Alfredo Fernandes Martins*, Professor extraordinário da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Edição do Autor (?), Coimbra, 1970, 17p.
- MARTINS, Alfredo Fernandes - *Em prol dos campos do Mondego* (apresentação e resumo de Fernando Rebelo), «Cadernos de Geografia», N° 3, Instituto de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, [Imprensa de Coimbra Lda], Coimbra, 1984, pp. 3-19.
- MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira - *História da Civilização Ibérica*, (1ª Edição 1879, 228 p.) 7ª Edição, Edição da Parceria António Maria Pereira, Lisboa, 1923, 368 p.
- MARTINS, J.P.Oliveira - *História de Portugal*, Tomo I, 6ªEd., Parceria António Maria Pereira, Lisboa, 1901-a, XII+317 p.
- MARTINS, J.P.Oliveira - *História de Portugal*, Tomo II, 6ªEd., (1ª ed 1879), Parceria António Maria Pereira, Lisboa, 1901-b, 329 p.
- MARTINS, J.P.Oliveira - *As raças humanas e a civilização primitiva*, 2 Vols, Bibliotheca das Sciencias Sociaes, N° 8 e 9, Livraria Bertrand, Porto, 1881, p XXXI +540 p.
- MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira - *Portugal Contemporâneo* Vol II, «Colecção Livros de Bolso Europa –América n° 318», Edições Europa-América, Lisboa, (1ª Ed 1881), 1986, 332p.
- MARTINS, Joaquim.Pedro de Oliveira - *Portugal Contemporâneo*, Vol III, Guimarães & Cª Editora, Lisboa, (1ª Ed 1881), 1953, 334 p.
- MARTINS, J.P.Oliveira - *Dispensos*, Tomo I, Artigos políticos, económicos, filosóficos, históricos e críticos, seleccionados, prefaciados e anotados por António Sérgio e Faria de Vasconcelos, Publicação da Biblioteca Nacional, Ed. Oficinas gráficas da Biblioteca Nacional, Lisboa, 1923-a, LXXXVIII+300 p.
- MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira - *Repórter, 31-I-88*, Dispensos, Tomo I, Artigos políticos, económicos, filosóficos, históricos e críticos, seleccionados, prefaciados e anotados por António Sérgio e Faria de Vasconcelos, Publicação da Biblioteca Nacional, Ed. Oficinas gráficas da Biblioteca Nacional, Lisboa, 1923-b, LXXXVIII+300 p.

MARTINS, J.P.Oliveira - *Dispersos*, Tomo II, Artigos políticos, económicos, filosóficos, históricos e críticos, seleccionados, prefaciados e anotados por António Sérgio e Faria de Vasconcelos, Publicação da Biblioteca Nacional, Ed. Oficinas gráficas da Biblioteca Nacional, Lisboa, 1924, 324 p.

MARTINS, J.P. Oliveira - *Política e História, I, 1868-1878*, Guimarães & C^a Editora, Lisboa, 1957, 331 p.

MARTINS, J.P.Oliveira - *Jornal*, Coleção «Obras Completas de Oliveira Martins», Guimarães Editores, Lisboa, 1960, 245 p.

MARTINS, Rui Cunha - *Das fronteiras Modernas às fronteiras Historiográficas: Liminaridade, Transgressão, Obesidade*, «Separata dos trabalhos de Antropologia e Etnologia», Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol XXXVIII, fasc (3-4), Porto, 1998, pp. 154-167.

MASSEY, Doreen, ALLEN, John; SARRE, Philip - *Human Geography Today*, Polity Press, 1^a ed., Cambridge, 1999, XI+340p.

MATTOSO, José - *Reconstituição dos Espaços do Passado*, «Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia», Vol. XXXII, nº 63, C.E.G., Lisboa, 1997, pp. 67-70.

MAULL, Otto - *Geografia Política*, (tradução de Ismael Antich), Ediciones Ómega, S.A., Barcelona, 1960, 524 p.

MAURÍCIO, Carlos - *A Imaginação de Oliveira Martins, Política, Historiografia e Identidade Nacional no Portugal Contemporâneo (1867-1960)*, [Imprensa Nacional-Casa da Moeda], Lisboa, 2005, 345 p.

MEDEIROS, António - *Dois lados de um rio: Nacionalismo e Etnografias na Galiza e em Portugal*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 1^a edição, Lisboa, 2006, 389p.

MEDEIROS, Carlos Alberto - *A Propósito das Relações entre Geografia Humana e História: Alguns condicionalismos do desenvolvimento da Indústria em Portugal*, II Colóquio Ibérico de Geografia, Lisboa, 1980, Comunicações, Vol. II, C.E.G., Lisboa, 1983, pp.75-86.

MEDEIROS, Carlos Alberto - *Aspectos Geográficos da Formação de Portugal (individualização política e definição de limites)*. Estudos de Geografia Humana e Regional, nº2, C.E.G./I.N.I.C., Universidade Nova de Lisboa, 1985, 42 p.

MEDEIROS, Carlos Alberto - *Uma perspectiva da Geografia Portuguesa através das Dissertações de Doutoramento (1922-1990)*, «Biblos», Vol. LXXVI, Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, «2^a Parte Da Miscelânea em Honra Do Doutor Amorim Girão», Fundação Calouste Gulbenkian, Coimbra, 1990, pp. 65 -78.

MEDINA; José *et alia* - *História Contemporânea de Portugal, Ditadura: O Estado Novo do 28 de Maio ao Movimento dos Capitães*, Tomo I , Lisboa, Ed. Multilar, 1990, Lisboa, 307 p.

MELÓN, A. - Noticias y Comentarios, *Homenaje rendido a Hermann Lautensach*, «Revista Estudios Geográficos», C.I.S.I.C., Revista editada por el Instituto Juan Sebastián Elcano, N° 77, Ano XX, Madrid, Noviembre de 1959, pp. 585-587.

MELÓN, A - Noticias y Comentarios, *La Península Ibérica de Hermann Lautensach*, «Revista Estudios Geográficos», C.I.S.I.C., Revista editada por el Instituto Juan Sebastián Elcano, N° 98, Ano XXVI, Madrid, Febrero de 1965, pp. 131-141.

MEMÓRIA DO 1º CONGRESSO MUNICIPALISTA MINHOTO - *I Feira de Amostras da Província do Minho, Reunido na cidade de Braga nos dias 19 a 21 de Junho de 1928 pelas Corporações Administrativas dos distritos de Braga e Viana do Castelo*, Junta Geral do Distrito, Braga, 1929, 80p., s/a

MENDES CORREIA, A.A. - "Ibéria" O Primeiro de Janeiro, Porto, 6 de Abril de 1923, p. 1

MERÊA, Paulo Manoel- *Algumas palavras sobre Portugal no século IX*, «Separata da Revista da Faculdade de Direito da Uniersidade de Lisboa», [Impensa Universitária], Lisboa, 1931, pp.11-15.

MOLLÁ RUIZ-GOMEZ, Manuel - *Juan Dantín Cereceda (1881-1943)*, Geographers, Biobibliographical Studies, Vol. N.º 10, Edited by T.W. Freemann on behalf of the Working Group on the History of Geographical thought of the International Geographical Union of the History and Philosophy of Science, Mansell Publishing of Science, Limited., London/New-York, 1986, pp. 35-40.

MONIZ BARRETO, Guilherme - *Novos Ensaíos (1888-1899)*, Edições Tempo de Ensaio n° 2, Lisboa, s/d, 32 p.

MOODIE, A. E. - *Geografia e Política* (Tradução de Christhiano Octiciano), Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1965, 197 p.

MORAIS, J.P. Custódio - *Desenvolvimento dos estudos geográficos em Portugal 1930-1950*, «Boletim do Centro de Estudos Geográficos» n° 1, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra Editora Lda, 1950, pp. 10-12.

MORAIS, J. P. Custódio - *Professor Dr. Anselmo Ferraz de Carvalho*, «Boletim do Centro de Estudos Geográficos», n.º 10/ 11, Fundação do Instituto de Alta Cultura, Coimbra, 1955, pp. 4 – 6.

MORAIS, J.P. Custódio - *A. de Amorim Girão e a sua Paixão pela Geografia*, «Boletim do Centro de Estudos Geográficos», Vol. III n°19, Fundação do Instituto de Alta Cultura , Coimbra, 1962, pp. 1 – 6.

MORAES, António Carlos Robert; FERNANDES, Florestan- *Ratzel*, «Colecção Grandes Cientistas Sociais N° 59», Editora Ática, São Paulo, 1990, 199 p.

- MORENO, Mateus Martins - *Sociedade de Geografia de Lisboa 75 Anos de Actividades ao Serviço da Ciência e da Nação 1875-1950*, Edição da S.G.L., Lisboa, 1950, 171 p.
- MUIR, Richard - *Modern Political Geography*, Macmillian Press, Ltd, 1ª Ed., London, 1975, VIII+262 p.
- NOGUEIRA, Franco - *História de Portugal (1933-1974)*, Livraria Civilização Editora, Porto, 1981, 578 p.
- NOGUEIRA, Franco - *Salazar, Os tempos Áureos, (1928-1936)- Estudo Biográfico*, Vol. II, Atlântida Editora, Coimbra, s/d, 380 p.
- NOGUEIRA, Franco - *Salazar, A Mocidade e os Princípios, (1889-1928)- Estudo Biográfico*, Vol. I, 2ª Edição, Livraria Civilização Editora, Porto, 1986-a, 339 p.
- NOGUEIRA, Franco - *Salazar, As Grandes Crises (1936-1945)*, Vol. III, 3ª Edição, Civilização Editora, Porto, 1986-b, 590 p.
- NORONHA, D.Marcus - *António Sardinha e a Aliança Peninsular*, separata de «Armas e Troféus», V Série, Tomo V, 1986, Imprensa Editora Gráfica Portuguesa, Lisboa, 1986, 33 p.
- Ó TUATHAIL, Gearóid, DALBY, Simon - *Rethinking Geopolitics*, Edited by Gearóid Ó Tuathail, 1ª Ed., Fetter Lane, London - New-York, 1998, 333 p.
- OLIVEIRA, César - *Salazar e o seu tempo*, «Colecção Memória, Memórias, 1ª Edição, Edições "O Jornal," Lisboa, 1991, 237 p.
- OLIVEIRA, José. M. Pereira de - *Max Sorre (1880-1962)*, «Trabalhos de Geografia e História», Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Atlântida Editora, S.A.R.L., 1975-a, pp. 405-409.
- OLIVEIRA, José. M. Pereira de - *O Professor Amorim Girão e a Arqueologia*, «Trabalhos de Geografia e História», Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Atlântida Editora, S.A.R.L., 1975-b, pp. 411 – 419.
- OLIVEIRA, José M.. Pereira de - *A interdisciplinaridade da Geografia no pensamento ribeiriano*, Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro, 1º Vol., C.E.G., Lisboa, 1984, pp. 59 – 62.
- OLIVEIRA, José M. Pereira de - "In Memoriam", «Cadernos de Geografia, N° 4», Instituto de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, [Imprensa da Universidade], Coimbra, 1985, pp. 140-145.
- OLIVEIRA, José M. Pereira de - *Amorim Girão, Geógrafo* «Cadernos de Geografia n°13», Instituto de Estudos Geográficos, Coimbra, 1994, pp. 119 -124.
- ORTEGA CANTERO, Nicolás - *La colaboración de Dantín Cereceda en el diario El Sol (1918-1920)* «Eria, Revista Cuatrimestral de Geografía», n°44, Departamento de Geografía de la Universidad de Oviedo, Oviedo, 1997, pp. 311-321.

ORTEGA CANTERO, Nicolás - *El modelo de la Geografía francesa y la modernización de la geografía española (1875-1936)*, «Eria, Revista Cuatrimestral de Geografía», N° 61, Servicio de publicaciones de la Universidad de Oviedo, Oviedo, 2003, pp. 149-158.

ORWELL, George - *Homenagem à Catalunha*, «Colecção dois Mundos», Lisboa Ed. «Livros do Brasil, s/d, 266 p.

PAASI, Aasi - *Territories, Boundaries and Consciousness, the changing geographies of the Finish - Russian Border*, Ed John Wiley & Sons; Baffins Lane, Chichester, West Sussex, England, 1996, XX+357p.

PALAU VERA; Juan; VILA, Pau - *Geografía de España y Portugal (estudiada a base de las grandes regiones naturales)*, Libro III, 6ªEd., I.G. Seix y Barral Hnos, S.A. Editores, Barcelona, 1933, 201p.

PAPY, Louis - *Uma Ciência Nova: A Geografia Humana*, «Biblos», Vol. V Março e Abril, fascículos n°3 e 4, Coimbra, Editora, Coimbra, 1929, pp. 199 - 208.

PARAIN, Charles; DEFFONTAINES, Pierre - *La Méditerranée. Les Hommes et les travaux*, «Col. Géographie Hmanine» dirigée par P. Deffontaines, Ed. Librairie Gallimard, Paris, 1936, 225 p.

PASCOAES, Teixeira de - (pseudónimo de Joaquim Teixeira Vasconcelos)-*Arte de ser Português*, Biblioteca Editores Independentes N°20, Edições Assírio & Alvim, Lisboa, 2000, 141 p.

PAXECO, Fran - *Portugal não é Ibérico*, Ed. Livraria Rodrigues, Lisboa, 1932, 614 p.

PEIRÓ MARTÍN, Ignacio - *Valores Patrióticos y Conocimiento Científico: La construcción histórica de España*, «Colección Nacionalismo e História», Ed. Institución Fernando el Católico, Zaragoza, 1998, pp. 29-51.

PERALTA GARCIA, Beatriz; CABERO DIEGUEZ, Valentín - *La Unión Ibérica. Apuntes Histórico-Geográficos en la Segunda Mitad del Siglo XIX.* «Boletín de la A.G.E., n° 25,-1997, Madrid, 1997, pp. 17-38.

PEREIRA, Armando Gonçalves - *A Autonomia Geográfica de Portugal*, Academia das Ciências de Lisboa, «Separata das Memórias», Classe de Letras, Tomo II, [Imprensa da Academia] , Lisboa, 1937, 19 p.

PEREIRA, M. Manuela Cantinho - *Museu Etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa: modernidade, colonização e alteridade*, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, Lisboa, 2005. 605 p.

PERES, Damião - *Como Nasceu Portugal*, 2ª Edição, Companhia Editora do Minho, Barcelos, 1938-a, 86 p.

PERES, Damião - Portugal "Ex Animo Portucalensium", (Resposta ao Artigo Crítico Portugal "Ex Nihilo!", Companhia Editora do Minho, Barcelos, 1938-b, 11 p.

- PERES, Damião – *Como Nasceu Portugal*, 4ª Ed., Portucalense Editora, S.A.R.L., Porto, 1955, 109 p.
- PÉRY, Gerardo A. - *Geographia e estatística geral de Portugal e Colónias com um atlas*, [Imprensa Nacional], Lisboa, 1875, 404 p.
- PINA, Luís de - *Faculdade de Letras do Porto (Breve História)*, «Cale», Revista da Faculdade de Letras do Porto, Vol I, Edições Marânus, Porto, 1966, pp. 59-172.
- PINTO, Sérgio Augusto da Silva - *Individualidade antropogeográfica de Portugal*, «Biblos», Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Vol XII, Janeiro /Março, fasc N° 1 a 3 , Coimbra Editora Lda, Coimbra, 1936, pp. 580-589.
- PINTO, Sérgio Augusto da Silva - *Individualidade antropogeográfica de Portugal*, «Separata da Biblos», Vol VII, 1938, Coimbra Editora Lda, Coimbra, 1938, 14 p.
- PINTO, Sérgio Augusto da Silva - *Individualismo e Colectivismo na Génese da Nacionalidade Portuguesa*, «Separata da Revista Bracara Augusta», Tomo VIII, nº3-4, Câmara Municipal de Braga(?), Braga, 1959, 32 p.
- POIDEVIN, Raymond - *L'Allemagne et le monde au XX^e siècle*, «Collections Relations internationales contemporaines», Ed. Masson, Paris, 1983, 292 p.
- PORTUGAL. PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS. COMISSÃO DO LIVRO NEGRO SOBRE O REGIME FASCISTA - *Correspondência de Santos Costa para Oliveira Salazar (1934-1950)*, Vol I, 1ª edição, Presidência do Conselho de Ministros/Comissão do livro Negro sobre o Regime Fascista, Lisboa, 1988, 439p
- POUNDS, Norman J. G. - *Géographie historique de l'Europe de l'antiquité a nos jours* (trad George Deniker), Ed. Payot, Paris, 1950, 480 p.
- PRATT, Geraldine - *Geographies of Identity and difference: Marking Boundaries*, in MASSEY, Doneen, ALLIEW, John; SARRE, Philip-*Human Geography Today*, Polity Press, 1ª ed., Cambridge, 1999, pp. 151-165.
- PRESCOTT, J.R.V.- *The Geography of Frontiers and Boundaries*, 2ª Ed., Ed. Hutchinson University Library, Ltd., London, 1967, 190 p.
- QUEIROZ, José Maria Eça- *O Conde D'Abranhos e A Catástrofe*, Edição Livros do Brasil, Lisboa, 2000, 221p.
- QUENTAL, Antero - *Causas da Decadência dos povos peninsulares*, Colecção Oitocentos anos de História-1-F1, 5ª ed, Edições Ulmeiro. Lisboa, (1ª edição em 1871) 1987, 69 p. QUIÉVREUX, M. Charles Joseph - *De la Défense Naturelle du Portugal et pourquoi la fusion des Portugais et des*

Espagnols en une seule Nation est impossible, *Bolletín de la Société de Géographie de Lille*, Tome 45, n° 1, Lille, 1906, pp. 48-54.

QUIRÓS LINARES, Francisco - *Un geógrafo del exilio: Leonardo Martín Echeverría (1894-1958)*, «Eria, Revista Cuatrimestral de Geografía» n° 42, Departamento de Geografía, Universidad de Oviedo, Oviedo, 1997 pp. 67-88.

QUIRÓS LINARES, Francisco - *Dos geógrafos españoles en el «noventa y ocho»: Gonzalo de Reparaz y Enrique d'Almonte*, «Eria, Revista Cuatrimestral de Geografía» n° 46, Departamento de Geografía, Universidad de Oviedo, Oviedo, 1998 pp.183-189.

QUIRÓS LINHARES, Francisco - *La iniciación geográfica de Manuel Terán*, «Eria, Revista Cuatrimestral de Geografía», N° 49, Departamento de Geografía da Universidad de Oviedo, Oviedo, 1999, pp. 177-184.

RAMON, Maria; FONT Joan MAS; Abel - *La Práctica De La Geografía en España (1940-1990)*, 1ª Edición, Barcelona, Eitorial Oikos-Tau, 1992, 250 p.

RAMOS, Luís de Oliveira - *Notas sobre a origem e o estabelecimento da Faculdade de Letras do Porto*, «Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto», 2ª Série, Vol. 1, 1983, C.M.P., Porto, 1983, pp. 245-260.

RAMOS, Luís de Oliveira - *Y –a-t-il une identité universitaire du Portugal du Nord?, L'Identité Régionale, L'idée de région dans l'Europe du Sud-Ouest*, Centre d'Études Nord du Portugal –Aquitaine (CENPA), Actes des Deuxièmes Journées d'Études Nord du Portugal -Aquitaine, Editions du Centre National de la Recherche Scientifique, Paris, 1991, pp. 239- 246.

RAMOS; Rui ; MATTOSO José - *História de Portugal (coordenação de José MATTOSO) A Segunda Fundação (1890-1926)*, Vol. VI, Círculo de Leitores, Lisboa, 1994, 683 p.

RAPOSO, Hipólito - *Dois Nacionalismos: L'Action Française e o Integralismo Lusitano*, Livraria Férrin, Lisboa, 1929, 144p.

RAPOSO, Hipólito - *Aula Régia*, Livraria Civilização Editora, Porto, 1936, XXVII +449p.

RAPOSO, Hipólito - *Pátria Morena*, Livraria Civilização Editora, Porto, 1937, 335p.

RATZEL, Frederico - *Las razas Humanas*, Tomo I, Montaner y Simon Editores, Barcelona, 1888, 672 p.

REBELO, Fernando - «Nota de Abertura», *Cadernos de Geografia*, N° 1, Instituto de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, [Imprensa de Coimbra Lda], Coimbra, 1983, pp. 3-5.

REBELO, Fernando; CUNHA, Lúcio -“Recordando Pierre Birot”, Cadernos de Geografia, N° 4, Instituto de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, [Imprensa da Universidade], Coimbra, 1985, pp. 146-149

REBELO, Fernando - *Reflexões sobre o Ensino Universitário da Geografia Em Portugal - O exemplo da Faculdade de Letras de Coimbra, a propósito do seu 75º Aniversário*, «Cadernos de Geografia nº5», Instituto de Estudos Geográficos, [Imprensa de Coimbra Limitada], Coimbra, 1986, pp. 3 -13.

REBELO, Fernando - *Notas, Notícias e Recensões, Importância da Escola Geográfica de Coimbra para o conhecimento Oro-hidrográfico de Portugal*, «Cadernos de Geografia nº 6», Instituto de Estudos Geográficos, Coimbra, 1987, pp.139-158.

REBELO, Fernando - *A Geografia Física em Amorim Girão*, Separata da «Biblos», Vol. LXV, Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, [Imprensa da Universidade], Coimbra, 1989, pp. 1-9.

REBELO, Fernando - *A Geografia Física de Portugal na Vida e Obra de Quatro Professores Universitários (Amorim Girão, Orlando Ribeiro, Fernandes Martins, Pereira de Oliveira)*, Edições Minerva, Coimbra, 2008, 109 p.

REBELO, José Pequito - *A Terra Portuguesa (esboço de uma doutrina agrária)*, Ed Ottosgráfica, Lisboa, 1929, 70 p.

REBELO, José Pequito - *Espanha e Portugal,-Unidade e Dualidade Peninsular*, Ed. Ottosgráfica, Lisboa, 1939, 87 p.

RECLUS, Elisée - *Nouvelle Geographie Universelle – La Terre et Les Hommes*, 1° Vol., *L’Europe Meridionale*, (Nouvelle Edition Revue et Corrigée), Ed. Librairie Hachette, Paris, 1887, 1006 p.

RECLUS, Elysée - *L’Homme et la Terre*, Tome I, Librairie Universelle, Paris, 1905, IV+574p.

REGUERA RODRÍGUEZ, Antonio - *Fascismo y Geopolítica en España*, “Geo-Crítica, Cuadernos Críticos de Geografía Humana N.º 94”, Julio Publications de la Universitat de Barcelona, Barcelona, 1991, 63 p.

REIS, Beatriz Cinatti Batalha - *Eça de Queiroz e Jaime Batalha Reis: cartas e recordações do seu convívio*, Lello & Irmão Editores, Porto, 1966, 228p.

REPARAZ, Gonzalo - *Política de España en África*, Imprenta Barcelonesa, 1907, 476 p.

REPARAZ, Gonzalo - *La Derrota de la Civilización*, Biblioteca de Cultura Moderna y Contentemporanea, Editorial Monerva S.A., Barcelona,1921, 311 p.

REPARAZ, Gonzalo - *La constitución Natural de España, Geografía y Política*, Editorial Mentora, Barcelona, Nov. 1929-a, 253 p.

REPARAZ, Gonzalo - *Geografía y Política (Veinticinco lecciones de Historia Naturalista)*, 1ª Ed., Editorial Mentora, Barcelona, 1929-b, 277 p.

REPARAZ, Gonzalo - *História de la Civilización I*, Colección Labor, Sécción VI, Ciencias Historicas, nº 328-329, Biblioteca de Iniciación Cultural, Editorial Labor, Barcelona, 1933, 468 p. + XVI

RIBEIRO, Orlando - *Barros Gomes – Geógrafo*, «Separata da Revista da Faculdade de Letras de Lisboa», Tomo II, [Imprensa da Universidade], Lisboa, 1934-a, pp. 5 -13.

RIBEIRO, Orlando - *Problemas de Geografia Humana*, Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, Nº 3 e 4, série 52, Março /Abril de 1934, S.G.L., Lisboa, 1934-b, pp. 83-92.

RIBEIRO, Orlando - *A Arrábida, Esboço Geográfico*, Dissertação de Doutoramento em Ciências Geográficas apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, «Separata da Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa», Tomo III, [Imprensa Nacional], Lisboa, 1935, 94 p.

RIBEIRO, Orlando - *Inquérito de Geografia Regional*, Instituto para a Alta Cultura, Coimbra, [Imprensa da Universidade de Coimbra], Coimbra, 1938-a, 24 p.

RIBEIRO, Orlando - *Inquérito de Geografia Regional*, Ministério da Educação Nacional, Instituto para a Alta Cultura, Coimbra Editora Lda, Coimbra, 1938-b, 32 p.

RIBEIRO, Orlando - *Inquérito do habitat rural*, Instituto para a Alta Cultura, [Imprensa da Universidade de Coimbra], Coimbra, 1938-c, 16 p.

RIBEIRO, Orlando - *L'habitat rural au Portugal*, Comptes Rendus du Congrès International de Géographie, Amsterdam 1938; Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, nº 9-10 (56ª Série), Lisboa, 1938-d, pp. 402-411.

RIBEIRO, Orlando - *Aglomeración e dispersão do povoamento rural em Portugal*, Miscelânea Científica e Literária dedicada ao Doutor J. Leite de Vasconcellos, «Separata da Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa» Lisboa, 1939-a, 20 p.

RIBEIRO, Orlando - *Brandas e Inverneiras em Castro Laboreiro*, Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Vol VI, (nº 1 e 2), [Imprensa da Universidade], Lisboa, 1939-b, pp. 297-302.

RIBEIRO, Orlando - *La formation du Portugal* (Conférence faite le 25 avril à l'Instituto de Cultura Portuguesa à Bruxelles), Ed. do Instituto de Cultura Portuguesa, Bruxelas, 1939-c, 22 p.

RIBEIRO, Orlando - *Inquérito do habitat rural*, Instituto para a Alta Cultura, 2ªed, [Imprensa da Universidade de Coimbra], Coimbra, 1939-d, 16 p.

RIBEIRO, Orlando - *Povoamento rural e regimes agrários no Sudeste da Beira*, Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Vol VI, (nº 1 e 2), [Imprensa da Universidade], Lisboa, 1939-e, pp. 281-295.

- RIBEIRO, Orlando - *Villages et communautés rurales au Portugal*, Biblos, Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Vol XVI (II), [Imprensa da Universidade], Coimbra, 1940-a, pp. 411-425.
- RIBEIRO, Orlando - *Villages et communautés rurales au Portugal*, Bulletin de l'Association de Géographes Français, Paris, 1940-b, pp. 130-131.
- RIBEIRO, Orlando - «Recensões críticas», *Alfredo Fernandes Martins, O Esforço do Homem na Bacia do Mondego, Ensaio Geográfico*, Biblos, Vol. XVII, Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra Editora, Coimbra, 1941, pp. 363-369.
- RIBEIRO, Orlando - *Bibliografia*, «Separata do Tomo X, -2ª Série da Revista da Faculdade de Letras de Lisboa», Coimbra Editora, Lda, Coimbra, 1942-a, 11p.
- RIBEIRO, Orlando - *José Leite de Vasconcellos*, Biblos, Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Vol. XVIII (Tomo I), Coimbra Editora, Coimbra, 1942-b, pp. 259-266.
- RIBEIRO, Orlando - *Cuestionario de geografia regional* «Estudios Geográficos», Vol XIII, N° 47, C.S.I.C., Madrid, 1952, pp. 375-388.
- RIBEIRO, Orlando - *Atitude e Explicação em Geografia Humana*, Edições Galaica, Porto, 1960, 71p.
- RIBEIRO, Orlando - *Geografia e Civilização, Temas Portugueses*, Chorographia, Coleção de estudos de Geografia Humana e Regional, Instituto de Alta Cultura, C.E.G., Lisboa, 1961, 236 p.+XLVIII (estampas)
- RIBEIRO, Orlando - *Hermann Lautensach (1886-1971)*, «Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia», Vol. VI, n.º 12, C.E.G., Lisboa, 1971 pp. 161-163
- RIBEIRO, Orlando - *Destinos do Ultramar*, Coleção Livros Horizonte n° 28, Ed. Livros Horizonte Lda, Lisboa, 1975, 99 p.
- RIBEIRO, Orlando - *Introduções Geográficas à História de Portugal* - Estudo Crítico, «Coleção Estudos Portugueses», [Imprensa Nacional - Casa da Moeda], Lisboa, 1977, 230 p.+ 8 mapas
- RIBEIRO, Orlando - *Cartas Elementares de Portugal, de Bernardino de Barros Gomes (1878)*, «Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia», Volume XIII, N° 26, C.E.G., Lisboa, 1978, pp. 226 -229.
- RIBEIRO, Orlando - *Geografia e reflexão filosófica*, «Separata da Memória da Academia de Ciências de Lisboa», classe de Ciências, Tomo XXI, Lisboa, 1980, pp. 187-202.
- RIBEIRO, Orlando, *Alfredo Fernandes Martins (1916-1982)*, «Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia», Vol. XVII, n.º 34, C.E.G., Lisboa, 1982, pp. 349 -352.
- RIBEIRO, Orlando - *Reflexões Conclusivas*, II Colóquio Ibérico de Geografia, Lisboa, 1980, Comunicações, Vol. II C.E.G, Lisboa, 1983, pp. 249 – 262.

RIBEIRO, Orlando - *Formação de Portugal*, Dicionário de História de Portugal, direcção de Joel SERRÃO *et alia* Vol. III, 2ª Ed., Livraria Figueirinhas, Porto, 1985, pp. 130- 149.

RIBEIRO, Orlando - *Cinquenta anos de vida Científica e Universitária*, Discurso proferido no grande anfiteatro da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, a 16 de Fevereiro de 1981, no jubileu do autor, «Separata da Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa», 5ª Série, 6, [Imprensa da Universidade de Lisboa], Lisboa, 1986-a, pp. 11-20.

RIBEIRO, Orlando - *Iniciação em Geografia Humana*, “Colecção Humanismo e Ciência”, Edições. Sá da Costa, Lisboa, 1986-b, 194 p.

RIBEIRO, Orlando - *Portugal, O Mediterrâneo e o Atlântico, Esboço de Relações Geográficas* (1ª Edição ,1945) “Colecção Nova Universidade”, 4ª Ed., Revista e Ampliada, Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa, 1986-c, 188 p.

RIBEIRO, Orlando - *A Formação de Portugal*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação Lisboa, 1987-a, 134 p.

RIBEIRO, Orlando - *Introdução ao estudo da geografia regional*, Colecção Humanismo e Ciência N° 3, 1ª Edição, Edições João Sá da Costa, Lisboa, 1987-b, 148 p.

RIBEIRO, Orlando - *Escritos da Juventude*, «Opúsculos Geográficos, Síntese e Método», I Vol., Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1989-a, pp. 111-125.

RIBEIRO, Orlando - *Geografia Política, a propósito de um livro sobre as Eleições de 1975*, «Opúsculos Geográficos, Síntese e Método», I Vol., Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1989-b, pp. 353-362.

RIBEIRO, Orlando - «*La Méditerranée, Une Mer des Civilisations*, «Opúsculos Geográficos, Síntese e Método», I Vol. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1989-c, pp. 221-234.

RIBEIRO, Orlando - *Cinquenta anos de vida científica e universitária*, Opúsculos Geográficos, Síntese e Método, I Vol., Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1989-d, pp. 409-421.

RIBEIRO, Orlando – *Cartas Elementares de Portugal (1878) de Bernardino de Barros Gomes*, Opúsculos Geográficos, Pensamento Geográfico, II Vol., Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1989-e, pp.109-113.

RIBEIRO, Orlando - *Silva Telles, Introdutor do ensino da geografia em Portugal*, Opúsculos Geográficos, Pensamento Geográfico, II Vol., Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1989-f, pp. 141-161.

RIBEIRO, Orlando - *Uma Tese Notável, Alto Trás –Os-Montes de Vergílio Taborde*, «Opúsculos Geográficos, Pensamento Geográfico», II Vol., Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1989-g, pp. 163-171.

RIBEIRO, Orlando. - *Hermann Lautensach e a Geografia da Península Ibérica*, Opúsculos Geográficos, Pensamento Geográfico, II Vol., Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1989-h, pp. 264-267

RIBEIRO, Orlando. - *A Geografia da Península Ibérica de Hermann Lautensach*, Opúsculos Geográficos, Pensamento Geográfico, II Vol., Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1989-i, pp. 269- 294.

RIBEIRO; Orlando - *La Personalité Scientifique et Humaine de Pierre Birot (1909-1984)*, Opúsculos Geográficos, Pensamento Geográfico, II Vol, Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1989-j, pp. 367-378.

RIBEIRO, Orlando - *Elogio do professor Pierre Birot*, Opúsculos Geográficos, Pensamento Geográfico, II Vol, Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1989-k, pp. 387-391.

RIBEIRO, Orlando - *Goa em 1956, Relatório ao Governo*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 1999, 137 p.

RIBEIRO, Orlando - *Os Percursos de Orlando Ribeiro e Mariano Feio, até aos começos do C.E.G.*, Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia, VOL. XXXVII, N°73, C.E.G., Lisboa, 2002, pp. 109-117.

RIBEIRO, Orlando - *Memórias de um Geógrafo*, «Colecção Humanismo e Ciência», Edições João Sá da Costa, Lisboa, 2003, 209 p.

RIBEIRO, Orlando; CARDIGOS, Norberto - *Geografia da população em Portugal «Estudos de Orlando Ribeiro e Norberto Cardigos»*, Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Imprensa da Universidade, Lisboa, 1946, 43 p.

RIBEIRO, Orlando; LAUTENSACH, Hermann - *Geografia de Portugal*, Vol.I *A Posição Geográfica e o Território*, (Comentários e actualização de Suzanne Daveau), Edições João Sá da Costa, Lisboa, Dez. 1987, XXIII+ 334 p.

RIBEIRO, Orlando; LAUTENSACH, Hermann - *Geografia de Portugal*, (Comentários e actualização de Suzanne Daveau), Vol.II *O Ritmo Climático e a Paisagem*, Edições João Sá da Costa, Lisboa, Junho. 1988, XII+337-623p.

RIBEIRO, Orlando; LAUTENSACH, - *Geografia de Portugal.*, (Comentários e actualização de Suzanne Daveau) Vol. III, *O Povo Português*, Edições João Sá da Costa, Lisboa, 1989, XXI+627-942 p.

RIBEIRO, Orlando; LAUTENSACH, Hermann - *Geografia de Portugal*, (Comentários e actualização de Suzanne Daveau) ,Vol.IV, *A Vida Económica e Social*, Edições João Sá da Costa, Lisboa, Junho. 1991, XIII+ 947-1340 p.

RIBERA Y ROVIRA, Ignasi - *Portugal y Galicia Nación, Ensayos Iberistas-Identidad Étnica, Histórica, Literária, Filológica y Artística*, Ed. R. Tobella, Barcelona, 1911, 52 p.

RIBERA Y ROVIRA, Ignasi - *O Génio Peninsular, Conferência Política realizada na noite de 13 de Abril de 1907 na sociedade João de Deus de Abrantes*, Edição da Renascença Portuguesa, Porto, 1914, 75 p.

RIOS, Fernando de los - *Hacia el Estado Corporativo?*, «Leviatan», Revista mensual de Hechos e Ideas, N° 2, Junho/ 1934, Edición Leviatán, Madrid, 1934, pp. 9-18.

RIOS AGUDO, Manuel - *A Grande Tentação.Os Planos de Franco para Invadir Portugal*, (Tradução de Jorge Fallorca) 1ª Edição, Edição Casa das Letras,Lisboa, 2009, 370 p.

ROCAMORA, José António - *El Nacionalismo Ibérico (1792-1936)*, Ed. Universidad de Valladolid, Secretariado de Publicaciones, Valladolid, 1994, 205p.

RODRIGUES, Anna Maria Mogg - *António Sardinha.Alguns aspectos do seu pensamento (1887.-1987)*, «Separata(?) da «Revista Portuguesa de Filosofia», Tomo XLIII, N° 3-4, 1987, Edição da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica, Braga, 1987, 12 p.

RODRIGUES, António Maria Bettencourt - *Prováveis Alianças e agrupamentos de Nações, Uma Confederação Luso-Brasileira, Factos, Opiniões e Alvitres*, Livraria Clássica Editora,Lisboa, 1923, 260 p.

RODRIGUES, Luís Nuno - *A Legião Portuguesa, A Milícia do Estado Novo 1936-1944*, «Colecção Histórias de Portugal N° 23», Editorial Estampa Lda, Lisboa, 1996, 213 p.

RODRIGUEZ ESTEBAN, José António - *Geografía y Colonialismo-La Sociedad Geográfica de Madrid (1876-1936)*, Colección de Estudios, Madrid, Ediciones de la Universidad Autónoma de Madrid, Madrid,1996, 424 p.

ROLETTI, G.; MASSI E.- *Lineamenti di Geografia Politica-Introduzione, parte prima, Il Confini*, Pub. Istituti di Geografia, Trieste, 1931, 90 p.

ROSAS, Fernando - *As primeiras eleições legislativas sob o Estado Novo , As eleições de 16 de Dezembro de 1934*, 1ª Edição,«Cadernos O Jornal», Edições «O Jornal», 1985, 134 p.

ROSAS, Fernando - *O Salazarismo e a Aliança Luso-Britânica*, Estudos Sobre a Política Externa do Estado Novo nos Anos 30 e 40, Editorial Fragmentos, Lisboa, 1988, 147 p.

ROSAS, Fernando - *Portugal entre a Paz e a Guerra (1939-1945), Estudo do impacte da II Guerra Mundial na economia e na sociedade portuguesas*, Editorial Estampa, Lisboa, 1990, 484 p.

ROSAS, Fernando – *O Estado Novo nos Anos Trinta, (1928 – 1938)*, 2ª Ed. “Histórias de Portugal n.º 18” Ed. Estampa, Lisboa, 1996, 309 p.

ROSAS, Fernando; SERRÃO, Joel ; MARQUES, A.H. Oliveira et alia (Coordenação de Fernando ROSAS), *-Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, 1ª Edição, Colecção Nova História de Portugal, Vol XII, Editorial Presença, Lisboa, 1992, 571 p.

ROSAS, Fernando; MARTINS, Fernando; AMARAL, Luciano *et alia - História de Portugal (coordenação de José MATTOSO)" O Estado Novo"(1926-1974)*, Vol. VII, Círculo de Leitores, Lisboa, 1994, 589 p.

ROSAS, Fernando; VICENTE, Pedro; TELO, António *et alia - Portugal e a Guerra Civil de Espanha, Colóquio Internacional (Coordenação de Fernando ROSAS)*, 2ª Edição, Edições Colibri / Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da U.N.L, Lisboa, 2007, 207 p.

RUIZ DE GORDEJUELA, Amando Melón- "*Geopolítica o Geografía Política."* *Su Posible Contenido Estudios Geográficos*, Revista Editada por el INSTITUTO «JUAN SEBASTIAN ELCANO», Núm.2, Ano II, Madrid, C.S.I.C , 1941-a, pp. 5-33.

RUIZ DE GORDEJUELA, Amando Melón - "*Las Unidades Politicogeográficas*" *Estudios Geográficos*, Revista Editada por el INSTITUTO «JUAN SEBASTIAN ELCANO», N° 4 e .5, Ano II, Madrid, C.S.I.C,1941-b, pp. 693- 737.

RUIZ DE GORDEJUELA, Amando Melón - «CRONICA GEOGRAFICA», «Perfil bio-bibliográfico de José Gavira,», *Estudios Geográficos*, Revista editada por el INSTITUTO «JUAN SEBASTIAN ELCANO», n° 44, Año XII, Madrid, CSIC, 1951, pp. 611-617.

RUIZ-GOMEZ, Manuel Mollá - *Juan Dantín Cereceda (1881-1943)*, GEOGRAPHERS, Biobliographical Studies, Vol. 10, Edited by T.W. Freeman on behalf of the Working Group on the History of Geographical Thought of the International Geographical Union and the International Union of the History and Philosophy of Science, Mansell Publishing Limited, London and New York, 1986, pp. 35- 40.

SÁ-Victor de - *Notas sobre o ensino da História na 1ª Faculdade de Letras do Porto*, «Separata da Revista da Faculdade de Letras» IIª Série, Vol III, [Imprensa da Universidade do Porto], Porto, 1986, pp. 5-15.

SAA, Mário de - *Nós, os Hespanhoes...por Mário Saa cidadão Português*, [Imprensa Lucas], Lisboa, 1930, 40p.

SALAZAR, António de Oliveira - *Discursos, 1928-1934*, Coimbra Editora Limitada, Coimbra, 1935, XXXII+391p.

SALAZAR, António de Oliveira - *Discursos e Notas Políticas, 1935-1937*, Vol II, Coimbra Editora Lda, Coimbra, 1937, XXIII+399 p.

SALAZAR, António Oliveira - *Discursos e Notas Políticas, 1938-1943*, Vol III, Coimbra Editora Lda, Coimbra, 1943, XV+419 p.

- SALVADOR, Giner - *La modernización de la Europa meridional, el Estado Moderno en Italia y España*, Ponencia del Simposio Internacional. Organización del Estado moderno y contemporáneo en Italia y España, Publicaciones de la Universidad de Barcelona, Barcelona, 1992, pp. 120-147.
- SAMPAIO, Alberto - *Estudos Históricos e Económicos, As Vilas do Norte de Portugal*, Volume I-2^a Edição (1^a Edição, 1903), Coleção Documenta Histórica, Editorial Vega, Lisboa, 1979-a, 197 p.
- SAMPAIO, Alberto - *Estudos Históricos e Económicos, As Povoas Marítimas*, Coleção Documenta Histórica, Volume II, 2^a Edição (1^a Edição 1906), Editorial Vega, Lisboa, 1979-b, 277 p.
- SANDNER, Gerhard - *In Search of Identity: German Nationalism and geography 1871-1910*, in HOOSON, David-*Geography and National Identity*, Blenckwell Publisher, Oxford, 1994, 389 p.
- SANGUIN, André Louis - *La Géographie Politique*, «Col. Géographie», 1^a Ed, P.U.F., Paris, 1977, 179 p.
- SANTALÓ, Miguel- CARVALHO; Anselmo Ferraz de *et alia*, *Geografia Universal-Descrição Moderna del Mundo, España y Portugal*, Tomo III, Publicaciones del Instituto Gallach nº30, Barcelona, 1929, 590 p.
- SANTA-RITA, José Gonçalo de, *Estudo sobre a Conferência de Berlim de 1885*, apresentação como dissertação no concurso para professor substituto da 4^a cadeira da Escola Colonial, Ed. Libânio da Silva, Lisboa, 1916, 66 p.
- SANTA-RITA, José Gonçalo de - *Alguns passos da Ciência Geográfica - Os Congressos Internacionais de Geografia e a colaboração portuguesa*, «Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa», Tómo V, Nº 1 e 2, [Imprensa Nacional], Lisboa, 1938-a, pp. 305-332.
- SANTA-RITA, José Gonçalo de - *O Problema das Fronteiras*, Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Tómo V, Nº 1e 2, [Imprensa Nacional], Lisboa, 1938-b, 80 p.
- SANTOS, Cândido - *Raízes e Formação da Universidade do Porto: no 75º Aniversário - Alocução proferida na sessão solene de abertura dos aulas no ano lectivo de 1986/ 87*, Ed. Faculdade de Economia da Universidade do Porto, Porto, 1986, 29p.
- SANTOS, Gonçalo Duro dos - *A Escola de Antropologia de Coimbra, 1885-1950, O que significa uma regra científica?*, Coleção Breve de Antropologia, Imprensa de Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2005, 234 p.
- SANTOS, Raúl Esteves - *Quinze Anos de República*, Edição da Sociedade de Instrução e Beneficência «A Voz do Operário», Lisboa, 1945, 26 p.
- SARAIVA, José – *Republicanism in*, Joel SERRÃO - *Dicionário de História de Portugal*, Vol V, Livraria Figueirinhas, Porto, 1985, pp. 285-294.

SARDINHA, António - *A Questão Ibérica e o Integralismo Lusitano, "O Território e a Raça" (conferência realizada na sala nobre da Liga naval Portuguesa, em 7 de Abril de 1915)*, Edições Almeida & Sousa Ltd., Lisboa, 1915-a, 352 p.

SARDINHA, António - *O valor da Raça-Introdução a uma Campaha Nacional*, Almeida, Miranda & Sousa Editores, Lisboa, 1915-b, XXX +175 p.

SARDINHA, António - *Na Feira dos Mitos-Ideias & factos*, Edição da Livraria Universal de Armando J. Tavares Martins, Lisboa, 1922, XIII+315 p.

SARDINHA, António - *A Aliança Peninsular(Antecedentes e Possibilidades)*, Livraria Civilização, Porto, 1924, LXV + 446 p.

SARDINHA, António - *Á Sombra dos Pórticos, Novos Ensaios*, Livraria Féris Editora, Lisboa, 1927-a, 304 p.

SARDINHA, António - *Durante a Fogueira, Páginas de Guerra*, Edição Livraria Universal, Lisboa, 1927-b, 280 p.

SARDINHA, António - *Da Hera nas Colunas*, Novos Estudos, Atlântida, Livraria Editora, Coimbra, 1928, 323 p.

SARDINHA, António-*Purgatório de Ideias,Ensaios de Crítica*, Edição da Livraria Féris, Lisboa, 1929, 301 p.

SARDINHA, António - *A Prol do Comum, Doutrina & História*, Livraria Féris Editora, Lisboa, 1934, 286p.

SARDINHA, António - *Ao princípio era o Verbo, Ensaios & Estudos*, Edições Gama, 2ª edição, Lisboa, 1940, XXVI+ 385p.

SARDINHA, António - *Á Lareira de Castela –Estudos Peninsulares*,Edições Gama, Lisboa, 1943, XVIII+ 289 p.

SARDINHA, António - *Aliança Peninsular, (Antecedentes e Possibilidades)*, Biblioteca do Pensamento Político, Ed.QP/Ana Júlia Sardinha, 3ªEdição, Lisboa, 1973, CLXVI +352 p.

SCHWALBACH, Luís Lucci - *Estudos geográficos.Alterações litorais: a Ria de Aveiro*, Typographia do Annuario Commercial, Lisboa, 1918, 70 p.

SCHWALBACH, Luís - *A actual carta política da Europa- estudos de Geografia histórica, política e económica* , Livrarias Aillaud e Bertrand, Paris/Lisboa, 1923, 88 p.

SCHWALBACH, Luís - *O Mundo depois da Grande Guerra*, Livrarias Aillaud e Bertrand Paris / Lisboa, 1925, 135 p.

SCHWALBACH, Luiz - *Portugal Continental - alguns problemas geográficos*, Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa, 1933, 28 p.

SCHWALBACH, Luís - *O critério geográfico do professor Silva Teles*, «Oficinas Fernandes», Lisboa, 1934, 8 p.

SCHWALBACH, Luís - *A Geografia Física nas Paisagens Portuguesas*, «Separata do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa», Lisboa, 1937, 25 p.

SCHWALBACH, Luiz - *Frutos Maravilhosos da Árvore Nacional-Esbôço Histórico Geográfico*, Edição da Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa, 1938, 91 p.

SCHWALBACH, Luís - *Algumas Paisagens Geográficas da Península de Lisboa*, «Separata do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa», nº 11 e 12, Novembro/Dezembro, Lisboa, 1939, 14 p.

SCHWALBACH, Luís - *As Sociedades Humanas e o Ambiente Geográfico (Anotações em parte sugeridas pela leitura de Oliveira Martins)*, Livraria Bertrand, Lisboa, 1945, 65 p.

SCHWALBACH, Luiz; SANTA RITA, J. MAGALHÃES, J.- *Sessão de Homenagem à Memória do Professor Doutor Francisco da Silva Telles*, "Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa", Série 52ª nº 7 e 8, Julho/Agosto, Lisboa, 1934, pp. 247-310.

SEMINARIO, Álvaro - *España y Portugal (Incitaciones a una Política de acercamiento espiritual)*, Ediciones Espasa-Calpe, S.A., Madrid, 1940, 158 p.

SEMPLE, Ellen Churchill - *Influences of Geographic Environment, on the basis of Ratzel's system of Anthro-geography*, Countable & Company Ltd, London; Henry Holt and Company Limited, New-York, 1914, XVI+ 683 p.

SÉRGIO, António - *O Problema da Cultura e o Isolamento dos Povos Peninsulares*, Edição da Renascença Portuguesa, Pôrto, 1914, 67 p.

SÉRGIO, António - *História de Portugal*, (tradução de Juan Moreno y Pujol), Colección Labor, Sección VI, Ciencias Históricas, Nº 206, Biblioteca de Iniciación Cultural, Editorial Labor SA, Barcelona, 1929, 190p.+XVI

SÉRGIO, António - *História de Portugal, Introdução Geográfica*, Tomo I, Livraria Portugália, Lisboa, 1941, 253 p.

SÉRGIO, António - *Introdução Geográfico-Sociológica à História de Portugal*, 4ª Edição crítica orientada por Castelo Branco Chaves, Vitorino Magalhães Godinho, Rui Grácio e Joel Serrão, organizada por Idalina Sá da Costa e Augusto Abelaira, «Clássicos Sá da Costa» (Nova Série), Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa, 1978, 271p.

- SERRÃO, Joel; MARQUES, A.M. Oliveira; OLIVEIRA, César *et alia- Portugal e o Estado Novo (1930-1960), "As relações entre as Forças Armadas e o Regime (1933-1960)"* (Coordenação de Fernando ROSAS), "Nova História de Portugal", Vol. XII, Editorial Presença, Lisboa, 1992, pp. 144-200.
- SERRÃO, Joel, MARQUES, A.M. Oliveira-*Portugal em definição de fronteiras, do Condado Portucalese à crise do século XIV*, "Nova História de Portugal", Vol. III, Editorial Presença, Lisboa, 1996, 850 p.
- SHORT, Ernest H. (trad F. Debyer)- *Esquisse de Geopolitique*, Bibliothèque Géographique, 1^a Edition, Editions Payot, Paris, 1936, 222 p.
- SIEWERT, Wulf - *El Atlántico Geopolítica de un Oceano*, (Tradução de Francisco Payarols), Colección Labor, Sección VII, Geografía n° 407, Biblioteca de Iniciación Cultural, Editorial Labor, Barcelona, 1942, 188 p.
- SILVA, Carlos Nunes - *Geografia Política e Geografia da Administração Pública na Obra de Amorim Girão*, «Biblos», Vol. LXXVI, Fundação Calouste Gulbenkian, [Imprensa da Universidade], Coimbra, 1990, pp. 49 - 64.
- SOLANO COSTA, Fernando - *História y Geopolítica: las horas de la Geopolítica*, «Filosofía y Letras, Revista de Cultura y Vida Universitaria de la Universidad de Zaragoza», N° 3-4, Jul/Diciembre 1966, Año XLIII, Universidad de Zaragoza, Zaragoza, 1966, pp. 7-39.
- SOLÉ SABARIS, Luís - «Segunda reunião de estudios geograficos en Granada», en *Segunda reunión de estudios geograficos en Granada, 1943. CSIC*, Instituto Sebastián Elcano, Madrid, 1943, pp. 7-47.
- SORRE, Max - *Notes d'un géographe en marge de l'histoire ibérique*, Bulletin de la Société de Géographie de Marseille et d'Etudes Coloniales, Tome 56, Marseille, 1935, pp. 3-7.
- SORRE, Max - *Les Fondements de la Géographie Humaine*, Tome II, Les Fondements Techniques, Première partie, Ed. Librairie Armand Collin, Paris, 1948, 608 p.
- SORRE, Max; SION, Jules - *Géographie Universelle, Publiée sous la direction de P. Vidal de la Blache et L. Gallois, Tome VII, Méditerranée, Péninsules Méditerranéennes, Espagne et Portugal*, Ed, Librairie Armand Colin, Paris, 1934, 234 p.
- SOUSA, António Sérgio - *História de Portugal* (trad de Juan Moreva y Pujol, Colección Labor, Sécción VI., Ciencias Históricas n° 206, Biblioteca de Iniciación Cultural, Editorial Labor SA, Barcelona, 1929, 190 p. + XVI
- SOUSA, António Sérgio - *Em Torno da Designação de Monarquia Agrária, dada à Primeira Época da Nossa História*, Edição da Livraria Portugália, Lisboa, 1941, 69 p.

- TABORDA, Vergílio - *Alto Trás-os-Montes, Estudo Geográfico*, Dissertação de Doutoramento na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Ciências Geográficas, [Imprensa da Universidade], Coimbra, 1932, 224 p.
- TABORDA, Vergílio - *Alto Trás-os-Montes, Estudo Geográfico*, (prefácio de Orlando Ribeiro), 2ª Edição, Coleção Espaço e Sociedade N°6, Livros Horizonte Lda, Lisboa, 1987, 139 p.
- TAMANES, Ramón (dir.) *A Guerra Civil Espanhola 50 Anos Depois*, (tradução de José Colaço), «Coleção Tempos Modernos», Lisboa, Edições Salamandra, 1986, 214 p.
- TAYLOR, Peter-*Political Geography, World-Economy Nation-State and Locality*, 2ªed., Longman House Ed., Harlow, London/New-York, 1986, 308 p.
- TELES, Pedro - *A Geopolítica na História e no Ensino da Geografia portuguesa (1910-1960)*, Dissertação de mestrado em Dinâmicas Espaciais e Ordenamento do Território, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2000, 315p. (policopiado)
- TELLES, F. Xavier da Silva - *As Estradas do Mundo*, Revista Serões, Vol III, Edição da Revista Serões, Lisboa, 1902, pp. 195-202.
- TELLES, F. Xavier da Silva - *As Estradas do Mundo*, Revista Serões, Vol IV, Edição da Revista Serões, Lisboa, 1903-a, pp. 108-111.
- TELLES, F.S - *A Transportação Penal e a Colonização*, “Conferência realizada na Sociedade de Geografia de Lisboa em 24 de Abril de 1901”, Congresso Colonial Nacional - Conferências preliminares, III, Typographia da Livraria Férrin, Lisboa, 1903-b, 99 p. + gráficos.
- TELLES, F.X. da Silva - *A Conceção das Unidades Geographicas. Introdução à Anthro-Geographia*, Centro Typhographico Colonial, Lisboa, 1904, 140 p.
- TELLES, F.S - *L'Enseignement Supérieur de la Géographie* - Mémoire présenté au IX Congrès Internacional De Géographie, 27 Juilhet-6 Août “Contributions de la Société de Géographie de Lisbonne”, (integrado na 12ª Secção - Ensino da Geografia) Typographia da Coop. Militar, Lisboa, 1908-a, 8 p.
- TELLES, F.S.- *Le Régionalisme Climatologique*-Mémoire présenté au IX Congrès Internacional de Géographie, 27 Juilhet-6 Août, Contributions de la Société de Géographie de Lisbonne, (integrado na 7ª Secção - Meteorologia e Climatologia), Typographia da Coop. Militar, Lisboa, 1908-b, 8 p.
- TELLES, Franciso Xavier da Silva - *Notas sobre Portugal, Introdução Geographica, A Terra Portuguesa*- Vol I ,Exposição do Rio de Janeiro em 1908,Secção Portuguesa, Imprensa Nacional, Lisboa, 1908-c, XIII+ 814 p.

- TELLES, Francisco Xavier da Silva - *Portugal. Introdução Geographica* «Separata do livro Notas Sobre Portugal», Imprensa Nacional, Lisboa, 1908-d, 55 p., 15 gráficos e 2 mapas
- TELLES, Francisco Xavier da Silva- *Ensino Colonial Universitário* (Altos Estudos Coloniais), 2º Congresso Colonial, Lisboa, 1924, 4p.
- TELLES, Francisco Xavier da Silva - *Introdução Geográfica*, Guia de Portugal-Lisboa e arredores, Vo I, 4ª edição, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1991, pp. 13-30. TELLES, Francisco Xavier da Silva – *Aspectos Geográficos e Climáticos*, Exposição Portuguesa de Sevilha, Imprensa Nacional, Lisboa, 1929, 95 p.
- TELLES, Francisco Xavier da Silva - (introdução de Ramiro Pimenta), Obras de Silva Telles, *A Ciência Geográfica*, Edição da Associação Portuguesa de Geógrafos, Lisboa, 2004, XXXV+189 p.
- TELO, António J.-*As Relações Peninsulares num Período de Guerras Globais (1935-1945)*, in Portugal e a Guerra Civil de Espanha, Colóquio Internacional (Coordenação de Fernando Rosas), 2ª Edição, Edições Colibri / Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da U.N.L, Lisboa, 2007, pp. 133-151.
- TERÁN, Manuel - «Castilla la Nueva», in *Geografía Universal, Descripción Moderna del Mundo, España y Portugal*, Tomo III, Instituto Gallach de Librería y Ediciones, Barcelona, 1929, pp. 57-89.
- TERÁN, Manuel- *Introducción a la Geopolítica y las Grandes Potencias Mundiales*, Ed. Libreria Enrique Prieto, Madrid, 1942, 213 p.
- TERÁN, Manuel - *Introducción a la Geopolítica y las Grandes Potencias Mundiales*, Ediciones Atlas, Madrid, 1951, 203 p.+ 1 gravura
- Terán, M.; SOLÉ SABARIS, L.-*Geografía de España y Portugal*, Tomo I, 1ª Edição, Editorial E. Montaner y Simon, Barcelona, 1952, 500 p.
- TERÁN, Manuel; RIBEIRO, Orlando - *Geografía de España y Portugal*, Tomo V, Ed Montaner y Simón S.A., Barcelona, 1955, 290 p.
- TILLEY, Philip D. - *Hermann Lautensach (1886-1971)*, Geographers, Biobibliographical Studies, Vol. 4, Edited by T.W. Freemann and Phillippe Pinchemel, on behalf of the Commission on the History of Geographical thought of the International Union of the History and Philosophy of Science, Mansel Ed., London / New-York, 1980 pp. 91-101.
- TORGAL, Luís Reis - «Instrução Pública-O sentido e a força de um conceito liberal», in José Mattoso – História de Portugal-O Liberalismo (1807-1890), Vol V, Edição do Círculo de Leitores, Lisboa, 1993, pp. 609-651.

- TORGA, Luís Reis; MENDES, José Maria Amado; CATROGA, Fernando- *História da História em Portugal Sécs XIX-XX, A História através da História*, Vol I, 2ª Edição, Editorial Temas & Debates, Lisboa, 1998-a, 491p.
- TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Maria Amado; CATROGA, Fernando- *História da História em Portugal Sécs XIX-XX, -Da Historiografia à Memória Histórica*, Vol II, 2ª Edição, Editorial Temas & Debates, Lisboa, 1998-b, 437p.
- TORRE, Hipólito de la- (Coordenação de Fernando Rosas), *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, «La Conspiración Iberista de Manuel Azaña», Edições Colibri Lda, Lisboa, 1998-a, pp. 209-220.
- TORRE-GÓMEZ, Hipólito - *Na Encruzilhada da Grande Guerra, (Portugal –Espanha 1913-1919)*, Colecção Histórias de Portugal nº 36, Editorial Estampa, Lisboa, 1998-b, 267p.
- TORRE-GÓMEZ, Hipólito - *Do “Perigo Espanhol” à Amizade Peninsular (Portugal –Espanha 1919-1930)*, «Colecção Histórias de Portugal» nº 37, Editorial Estampa, Lisboa, 1998-c, 270 p.
- TORRE-GÓMEZ, Hipólito - *España y Portugal, Siglos IX-XX*, «Col. Vivencias Historicas», Editorial Síntesis, Madrid, 1998-d, 391 p.
- TORRE-GÓMEZ, Hipólito de la; SÁNCHEZ CERVELLÓ, Josep-*Portugal en la Edad Contemporanea (1807-2000)*, «Col. Historia y Documento», Universidad Nacional de Educación a Distancia, 1ª Ed., Madrid, 2000, 584 p.
- TORRES CAMPOS, Rafael - *Estudios Geograficos*, Establecimiento Tipográfico de Fortanet, Madrid, 1895, 463 p.
- VALLAUX, Camille - *Géographie Sociale - La Mer*, Encyclopédie Scientifique (Publiée sous la direction du Dr. Toulouse, Octave Doin, Ed., Paris, 1908, XXII+ 377 p.
- VALLAUX, Camille - *Le Sol et L'État - Géographie Sociale*, Encyclopédie Scientifique Publiée sous la direction du Dr. Toulouse, "Bibliothèque de Sociologie", Octave Doin et Fils, Paris, 1911, 420 p.
- VALLAUX, Camille - *Géographie Générale Des Mers*, Librairie Félix Alcan, Paris, 1933, 795 p.
- VASCONCELOS; José Leite de - *As Religiões da Lusitânia, na parte que principiamente se refere a Portugal*, Vol I, [Imprensa Nacional], Lisboa, 1897, XL+ 440 p.
- VASCONCELOS; José Leite de - *As religiões da Lusitânia, na parte que principalmnete se refere a Portugal*, Vol II, [Imprensa Nacional], Lisboa, 1905, XVIII+ 372 p.
- VASCONCELLOS, J. Leite - *Delimitação da fronteira portuguesa* (Notícia Histórica), «Separata do Boletim de Segunda Classe de letras da Academia de Ciencias de Lisboa», Vol XII, 1917-1918, [Imprensa da Universidade de Coimbra], Coimbra, 1920, pp. 1276-1292.

- VASCONCELOS, J. Leite - *Etnografia Portuguesa, Tentame de Sistematização, Vol I, A Terra Portuguesa*, [Imprensa Nacional], Lisboa, 1933, VII+ 388 p.
- VASCONCELOS, J. Leite - *Etnografia Portuguesa, Tentame de Sistematização, Livro I-A Terra de Portugal*, Vol II, [Imprensa Nacional], Lisboa, 1936, 796 p. + VIII
- VASCONCELOS, J. Leite - *Etnografia Portuguesa, Tentame de Sistematização, Livro I, Terra de Portugal*, Vol III, [Imprensa Nacional], Lisboa, 1941, VII+797 p.
- VASCONCELOS, J. Leite - *Etnografia Portuguesa, Tentame de Sistematização, Livro II, O Povo Português*, Vol IV, 3ª Edição(?) [Imprensa Nacional Casa da Moeda], Lisboa, 2007, XXVII+666 p.
- VENTURA, António - *Guerra das Laranjas de 1801*, «Guerras e Campanhas Militares da História de Portugal», 1ª Edição, Editorial Quidnovi, Lisboa, 2008, 96 p.
- VICENS-VIVES, Jaime - *Espanña: Geopolítica del Estado y del Imperio*, Editorial Yunque, Barcelona, 1940, 215 p.
- VICENS-VIVES, Jaume - *Tratado General de Geopolítica*, Centro de Estudios Históricos Internacionelles, 2ª Ed., Colección Hilan, Editorial Teide, Barcelona, 1956, 242 p.
- VICENTE, António Pedro - *Espanha e Portugal-Um olhar sobre as relações peninsulares no séc. XX*, «Tribuna da História», Edição de Livros e Revistas, Lda., Lisboa, 2003, 393 p.
- VICENTE MOSQUETE; M. Teresa - *La Concepcion de la Geografía a Principios de Siglo en España. La Recepcion del Pensamiento de Eliseo Reclus*, V Coloquio Iberico de Geografía, Léon, 21 al 24 de Noviembre de 1989, Acta, Ponencias y Comunicaciones, Departamento de Geografía e Historia de las Instituciones Economicas, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Léon, Léon, 1991, pp. 95 - 101.
- VICENTE MOSQUETE; M. Teresa - *Eliseo Reclus y su labor geográfica en la Universidad Nueva de Bruselas*, Unidad y diversidad del pensamiento geográfico en el mundo. Retos y perspectivas, Instituto de Geografía, Instituto Nacional de Estadística, Geografía e Informática, UGI (Comission sul l'Histoire de la Pensée géographique, IGU (Comission on the History of geographical Thought, 1ª Edição, Vincent Berdoulay e Héctor Mendoza Vargas Editores, México, 2003, pp. 249-270.
- VIEIRA, Evaristo G. - *Geografía Política e Geopolítica (notas simples)*, "Separata do número 9 da revista Palestra", Lisboa, 1960, 22 p.
- VIEIRA, Joaquim-Marcello *Caetano*, «Colecção Fotobiografias do século XX», 1ª edição, Edição do Círculo de Leitores, Lisboa, 2002, 199 p.
- VILÁ VALENTÍ, Juan - *El Conocimiento Geográfico de España, Geógrafos y Obras Geográficas*, «Colección Geografía de España, N°1», Editorial Síntesis S.A., Madrid, 1990, 165 p.

VILAR, Pierre - *História de Espanha* (trad.de Joel SERRÃO), «Colecção Horizonte, nº 9», Lisboa, 1979, 148 p.

VIQUEIRA, Miguel - *Iberismo versus Ibericidade?*, «Separata da Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa», Nº 16/ 17 -5ª Série, 1994, [Imprensa da Universidade de Lisboa], Lisboa, 1995, pp. 45-49.

Anexo I

Autores citados pelos geógrafos portugueses: referências bibliográficas

No período considerado, que se refere às primeiras décadas do século XX, é importante uma análise da bibliografia e sobretudo dos autores citados por parte dos geógrafos portugueses porque nos permite inferir sobre os contactos com os geógrafos estrangeiros bem como a proveniência e facilidade de acesso a fontes bibliográficas, sabendo nós que a consulta e eventual acesso a acervos especializados só se poderia fazer por parte daqueles investigadores, na Sociedade de Geografia de Lisboa, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (por exemplo, a revista *Biblos* desde o seu aparecimento em 1925 manteve reciprocidade de intercâmbio com outras publicações congéneres), na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (mesmo depois de extinta, parte do acervo bibliográfico transitou para a Faculdade de Ciências, muito embora parte do espólio tenha sido levado para Coimbra pelos docentes entretanto transferidos para essa Universidade, ou mais ilicitamente para bibliotecas particulares).

Fora das instituições de ensino, os investigadores tinham ainda ao dispor, o acervo da Biblioteca Nacional de Lisboa, da Biblioteca Pública Municipal do Porto e das Bibliotecas Públicas de Coimbra e de Braga, pese embora a desvantagem resultante da morosidade na aquisição e posterior catalogação das obras para consulta, que por sua vez dependiam mais de doações particulares do que aquisições feitas pelo Estado. Além do mais, a obrigatoriedade do Depósito Legal, exceptuando os casos de Lisboa e Porto, só se ter tornada efectiva a partir do início do Estado Novo (por exemplo em Braga a partir de 1932, mas só constituiu força de lei quatro anos mais tarde).

Eventualmente os geógrafos mais afortunados sempre podiam aceder a alguma biblioteca particular, onde seriam raras as obras especificamente sobre Geografia, adquirir publicações especializadas nos livreiros nacionais de Lisboa e Porto ou por assinatura, directamente ao estrangeiro. A importância deste facto ressalta de, por um lado, podermos analisar as referências científicas para os geógrafos portugueses, embrião das futuras escolas geográficas e, por outro, da existência mais ou menos directa ou camuflada de uma censura que não deixaria entrar determinados títulos no nosso País.

No nosso extenso e pormenorizado levantamento das citações e eventuais referências bibliográficas indicadas pelos geógrafos portugueses, ou que não tendo uma formação de base propriamente geográfica, se ocuparam da Geografia enquanto Ciência ao longo da sua vida de

investigadores, avultam os nomes de F.X. da Silva Telles que é o único para o período considerado a dar primazia quase exclusivamente à bibliografia ango-saxónica e alemã; tanto assim que considerava o norte-americano William Morris Davis como o «mestre dos mestres». No entanto, nesta mesma época, as primeiras décadas do século XX, já deveriam ser conhecidas no nosso País aquelas obras que L. Febvre considerava como sendo fundamentais da Geografia⁹³⁴ predizendo uma progressiva afirmação da Geografia Humana praticada pelos geógrafos, como o denotam as suas expressivas palavras: “Confions-nous à eux pour résoudre le problème de la terre et de l’histoire. Leur science, jeune, mais éprouvée, nous conduira au bout sans tâtonnement.”⁹³⁵

O antropólogo A. A. Mendes Corrêa que cita sempre um extenso universo de referências bibliográficas, preferencialmente espanholas, francesas, alemãs e em menor escala inglesas, o que não será tanto para admirar porque era então, juntamente com Silva Telles, o investigador da Geografia portuguesa com mais contactos internacionais, e dotado de fortuna pessoal que certamente lhe permitiu constituir uma valiosa biblioteca particular.

Destacam-se também Ferraz de Carvalho e o seu discípulo Amorim Girão. O primeiro, especialmente no campo da Geografia física, enquanto o segundo, envereda por um percurso científico distinto, sendo adepto quase incondicional da Geografia francesa, embora mais vallauziana do que vidaliana.

Segundo o nosso ponto de vista, merece lugar de destaque o então jovem Orlando Ribeiro, que as circunstâncias da Segunda Guerra Mundial levaram a interromper a carreira científica na Sorbonne, onde inovadoramente repensava a metodologia geográfica, no sentido da correlação entre os fenómenos naturais e humanos, o que lhe permitia estudar (e a citar...) já nesta primeira fase, ainda antes de enveredar decididamente por uma escola regionalista, as obras de cariz vidaliano mas também do que podemos denominar, talvez pouco apropriadamente, de «geografia regional de feição ruralista» que teve como principal cultor A. Demangeon. A influência deste mestre foi mais acentuada no geógrafo português, como se pode comprovar pelas temáticas dos primeiros trabalhos publicados nos finais da década de trinta e inícios da década seguinte do século passado.⁹³⁶ Os seus primeiros trabalhos que apelida de «escritos da juventude», podem ser balizados até à publicação da sua

⁹³⁴ A título exemplificativo, as obras mais relevantes relativas à Antropogeografia são: *American History and its Geographic Conditions* (1903), *Influences of Geographic Environment* (1911), ambas de Ellen Semple; *L’Anthropogeographie (1882)*, *Politische Geographie* (1897), de Frederich Ratzel; *Le Sol et l’État 1911*) e *Geographie Social: La Mer* (1908), da autoria de Camille Vallaux, a par da valorização que naturalmente põe em relevo as novas obras da Escola Vidaliana da Geografia regional francesa, onde se destacam *La Plaine Picardie* (1905), de Albert Demangeon; *La Flandre* (1906), de Raoul Blanchard; *La Basse Bretagne: étude de géographie humaine* (1907), de Camille Vallaux; *Le Morvan* (1909) de Jacques Levainville, *Les Paysans de la Normandie Orientale* (1909), de Jules Sion e *Pyrénées Méditerranées* (1913) de Maximilien Sorre.

⁹³⁵ L.Febvre, Paris, 1922, p.25.

⁹³⁶ Ver na bibliografia final as obras de Orlando Ribeiro editadas entre 1938 e 1940.

dissertação de Doutoramento intitulada *A Arrábida, esboço geográfico* (1935), em que anuncia já o que constituirá o seu *logos* geográfico: “(...) uma nesga mediterrânea entre terras e águas atlânticas.”⁹³⁷ Ou dez anos mais tarde o amadurecimento da concepção geográfica de uma originalidade civilizacional de um país que não se dissocia do todo peninsular mas que apresenta uma individualidade geográfica bem marcante, expressa em *Portugal, O Atlântico e o Mediterrâneo* (1945). Consideradas no nosso entender, duas das obras que constituem marcos da geografia orlandiana contribuindo para um «ino(re)novar» da investigação portuguesa neste domínio.

Também é importante a única obra publicada pelo geógrafo Vergílio Taborde que tem a particularidade de citar moderadamente tanto autores alemães como portugueses, mesmo não sendo geógrafos mas que tenham escrito algo de importante sobre Trás-os -Montes ou que de algum modo se interliguem com esta região. Lugar de relevo para os geógrafos J. Gonçalo de Santa Rita que disserta teoricamente sobre a temática das fronteiras, mas apenas respigando ao de leve o exemplo português, bem como J. Paiva Boléo, ambos os autores (breves...) cultores da Geografia Política no nosso país, optam pelas obras francesas e espanholas mas sem menosprezar os autores italianos e alemães que a situação política internacional a isso era propícia. Outros geógrafos como A. Gonçalves Pereira, A. de Magalhães Basto, L. Schwalbach e Silva Pinto tratam dos temas geográficos mais superficialmente, muito embora não se esqueçam na maioria das vezes de citar numerosos autores estrangeiros, com destaque para os francófonos, mas dos quais têm na generalidade um conhecimento algo superficial, resultante de leituras apressadas, mas que não os impede de utilizar as teorias defendidas pelos geógrafos estrangeiros para justificar as suas próprias asserções referentes ao enquadramento geopolítico de Portugal no contexto peninsular.

Como iremos ver subseqüentemente, os geógrafos portugueses conheciam e citavam - embora com parcimónia - os seus colegas espanhóis, sobretudo no que concerne a temáticas relacionadas com a Geografia Física, muito embora neste domínio sempre preferissem os autores alemães, enquanto no que concerne à Geografia Humana a preferência irá continuar durante décadas a ser indubitavelmente dada aos geógrafos franceses.

Por sua vez, os geógrafos do país vizinho raramente citam ou pretendem conhecer o que os geógrafos lusitanos produziam, com exceções pontuais: aqueles investigadores que de alguma forma se relacionem com o país vizinho, por participarem em eventos culturais aí realizados, como sucedeu com A. Mendes Corrêa ou também por publicarem obras destinadas a eventos internacionais ocorridos em Espanha, como F. X. Silva Telles, autor de *Portugal aspectos geográficos*

⁹³⁷ O.Ribeiro, 1935, p. 92.

e climáticos destinado à Exposição de Sevilha de 1929, ou até por publicarem títulos em castelhano, caso de A. Ferraz de Carvalho, autor da obra *Portugal* (Instituto Gallach, Barcelona, 1930).

Caso particular é o de A. Amorim Girão, cujas obras sobre a divisão e organização administrativa do Portugal corporativo teriam evidentes repercussões políticas além-fronteiras, especialmente no país vizinho devido à extensa raia comum, para além do natural interesse que despertaria em cultores da Geografia Política hispano-francesa e até italiana o modelo regionalista da nova organização espacial do território português.

Bibliografia consultada pelos geógrafos portugueses (1939)

Geógrafo	Autores mencionados	Escola de Geografia
F.X.Silva Telles (Pondá-1860- Lisboa, 1930)	A. Humboldt (1845, 1847, 1858, 1862);C.Ritter (1859) ;F. Richthofen (1886) A. Geikie (1893); Karl Penka (1896); F.Ratzel (1887); J. Hann (1887, 1901); Ed Suess (1897); H Penck (1901 e 1909; O. Peschel (1870, 1883)	Escola de Geografia Alemã
	Elisée Reclus (1887); A. Lapparent (1898, 1907); A Mortilet (1900); CH. Flahault (1901); A. Berget (1904); Charles Bernard (1903); E. Demolins (?); P. Vidal de La Blache (1896; 1898; 1899; 1902 e 1903); P Privat-Deschanel (1902) ; J. Partsch (1903); E. Martonne (1915, 1920). C.F. Marluet (1923).	Escola de Geografia Francesa
	R. Beltrán y Rozpide (1913)	Escola de Geografia Espanhola
	Beddoe (1885); A. Himly (1894); J.W.Gregory (1898); James Geikie (1898); H. B. George (1899); H. Johnston (1899); G. K. Gilbert (1899); Jonh Murray (1899) ; T.C. Chamberlain (1899); W. Greswell (1899). W.Morris Davis (1900, 1912), A.J. Herbertson (1901); D.G. Hogarth (1902); Harold Mackinder (1902); James E. Talmage (1902); T.H.Holdich (1902); W. Hughes (1901); Cyrus Adams (1903); Marsden Manson (1903); Charles Dreyer(?); Isaac Taylor (?); Halkin (1907); A.J. Herbertson (1910); W. Tower (1910); F. Karentzel (1911); E. Hutingthon (1915) H.L. Shantz (1923) J. Scott Keltie (?)	Escola de Geografia Anglo - Saxónica
Rodolfo Levi (1894); L. Metchinikof (1889) L. Marchi (1929)	Outras escolas	

L. Schwalbach (Lisboa,1888- Lisboa, 1956)	T. Fischer (1893, 1901, 1903); H Penck (1901 e 1909); R. Kjellen (1914, 1916, 1917 e 1930) O. Maull (1932);	Escola de Geografia Alemã
	E. Martonne (1915, 1920);. (J. Brunhes (1910); Camille Vallaux (1911); J. Brunhes e Camille Vallaux (1921, 1925).	Escola de Geografia Francesa
	J. Macpherson (1879 e 1901); S. Calderón (1885), F. Botella y Hornos (1888, 1895) J. Dantin Cereceda (1912, 1922)	Escola de Geografia Espanhola
		Escola de Geografia Anglo - Saxónica
G. Richieri (1920); G.Roletto e E. Massi (1931)	Outras escolas	

A.Ferraz de Carvalho (Mangualde, 1878 -Coimbra, 1955)	J. Hann (1887, 1901); A. Supan (1884, 1915) H. Lautensach (1926)	Escola de Geografia Alemã
	E. Réclus (1887); Teisserenc de Bort (1907); J. Brunhes (1910); Camille Vallaux (1911);E .Martonne (1901, 1915, 1920 e 1921); J. Brunhes e Camille Vallaux (1921, 1925).	Escola de Geografia Francesa
	J.Dantin Cerecda (1912)	Escola de Geografia Espanhola
	-	Escola de Geografia Anglo - Saxónica
	Outras escolas	

A. Amorim Girão (Fataúncos, 1895-Coimbra, 1960)	A. Humboldt (1845, 1847, 1858, 1862) C.Ritter (1859); F. Ratzel (1882; 1891; 1894; 1895 e 1897 Hellmann (1888); A.Kirchoff (1893, 1887, 1904) A. Supan (1884, 1915); F. Richthofen (1886, 1901); M. Wilkomm (1894, 1896), J. Hann (1887,1901); E. Suess (1897); Th Fischer (1893, 1903); H Penck (1901 e 1909);E. Suess (1897) O. Maull (1925; 1932); J. Klein (1935)	Escola de Geografia Alemã
	Elisée Reclus (1887); P. Vidal de La Blache (1896, 1898, 1899, 1902, 1903, 1910); A.Berget (1904); A de Lapparent (1898, 1907); L. Teisserenc de Bort (1907); L. Gallois (1908, 1920, 1921); J. Brunhes (1910); L. Ponsard (1910); Camille Vallaux (1911); P. Michotte (1911 e 1921 A. Marraud (1912), P. Descamps (1912, 1913) Ph. Robert (1913); E .Martonne (1901, 1915, 1920 e 1921); J. Brunhes e Camille Vallaux (1921, 1925) L. Febvre (1922) A. Allix (1926, 1936) G. Hardy (1928, 1934) P. Deffontaines (1932); Max Sorre(1934);	Escola de Geografia Francesa
	J. Macpherson (1879 e 1901); F. Botella y Hornos (1888, 1895) Rafael Torres Campos (1895); Odón de Buen (1890, 1910, 1914, 1916); J. Dantin Cereceda (1912); E. Hernández -Pacheco (1912; 1928, 1934); R. Beltrán y Rozpide (1913) Gonzalo de Reparaz (1921,1929, 1935); L. Urabayen (1929, 1934); L'Espagnol (192...) Pedro Cicho Rello (1934)	Escola de Geografia Espanhola
	J.G. Bartholomew (1900); W. Davis (1901, 1909, 1912); H. Mackinder (1902); Ellen Semple (1911, 1932); E. Hutingthon (1915) P. Lyde (1915); A. Herbertson (1916)	Escola de Geografia Anglo -Saxónica
		Outras escolas

A.Magalhães Basto (Porto,1884- Porto, 1960)	S. Günther (1910); H. Wagner (1918)	Escola de Geografia Alemã
	C. Vallaux (1911). E. Martonne (1920).	Escola de Geografia Francesa
	J. Dantin Cereceda (1912, 1922)	Escola de Geografia Espanhola
	L Echeverria (1926, 1928)	Escola de Geografia Anglo -Saxónica
		Outras escolas

A.Mendes Corrêa (Porto,1888- Lisboa, 1960)	Th Fischer (1893, 1903); F. Ratzel (1897) ;E. Suess (1897); M Zimmermann (1918 e 1919) e H. Lautensach (1931 e 1937)	Escola de Geografia Alemã
	Elisée Reclus (1887); A. Lapparent (1896,1907); J. Brunhes (1910); A Demangeon (1920); E.Martonne (1915, 1920 e 1921); L.Dominion (1916); L.Gallois (1920 e 1921); Camille Valaux (1911, 1933); J. Brunhes e Camille Valaux (1921, 1925)	Escola de Geografia Francesa
	J.Macpherson (1879, 1901); S. Calderón (1886); Dantin Cereceda (1912 e 1922); Hernández-Pacheco (1922); Gonzalo de Reparaz (1929);	Escola de Geografia Espanhola
	Ellen Semple (1911, 1914)	Escola de Geografia Anglo -Saxónica
	H.G. Ruggeri (1918 e 1919). L. Ricchieri (1920)	Outras escolas

José Gonçalo de Santa-Rita (Lisboa,1891-Lisboa, 1967)	G. Martens (188...); F. Ratzel (1882; 1897; 1903); E. Semple (1907, 1911); Arthur Dix (1921) O.Maull (1925,1932); K. Haushofer (1 927); S.Passarge (1931)	Escola de Geografia Alemã
	P. Lapradelle (1895; 1905, 1907 1916); L. Gallois (1908); A. Demangeon (1920); E. Martonne (1920); J. Brunhes (1922); J. Brunhes e Camille Vallaux (1921, 1925)	Escola de Geografia Francesa
	G. Reparaz (1929) L Villanueva López-Moreno (1930)	Escola de Geografia Espanhola
	Th.Holdich (1916); CB. Fawcett (1918; (Redslob (1930, 1931 e 1933) D. Johnson (1922) ;L. Gallois (1921) E. Martonne, (1921, 1922, 1926); L. Gallois (E. Martonne(1927, 1930, 1931)	Escola de Geografia Anglo - Saxónica
	L. Richieri (1920); L. Marchi (1929);G. Roletto e E. Massi (1931, 1938)	Outras escolas

José Oliveira Boléo (Fundão,1905-Lisboa, 1974)	A. Humboldt (1857); C.Ritter (1859); F. Richthofen (1886, 1901); Th Fischer (1893, 1903); M. Willkomm (1884,1886); E. Suess (1897); F. Ratzel (1882; 1897 e 1903); A. Hettner (1923, 1927) A. Dix (1921); Ellen Semple (1911, 1919 e 1932);	Escola de Geografia Alemã
	E Reclus (1889); J. Brunhes (1910); P. Deffontaines (1932); C. Vallaux e J. Brunhes (1921 e 1925)	Escola de Geografia Francesa
	S. Calderón (1885); R. Torres Campos (1895); J. Macpherson (1879 e 1901) J. Dantin Cereceda (1912 e 1922); E. Hernández-Pacheco (1912, 1934) L Martin Echeverria (1928, 1932 e 1938)	Escola de Geografia Espanhola
	H. Mackinder(1902 e 1904); E. Huntingthon (1915)	Escola de Geografia Anglo - Saxónica
	L. Marchi (1929)	Outras escolas

Vergilio Taborda (Freixo de Espada à Cinta, 1906-Lisboa, 1936)	Link (1808); F Ratzel (1897, 2ª edição 1903); H. Lautensach (1931); . M. Willkomm (1884,1886)	Escola de Geografia Alemã
	J. Levainville (1913)	Escola de Geografia Francesa
	_____	Escola de Geografia Espanhola
	_____	Escola de Geografia Anglo - Saxónica
	_____	Outras escolas

Sérgio da Silva Pinto Braga, 1915- Braga,1970)	T. Fischer (1893, 1901 e 1903); A.Kirchoff (1893, 1887, 1904) h. Lautensach (1932)	Escola de Geografia Alemã
	Geografia C. Vallaux (1911); C. Vallaux e J. Brunhes (1921 e 1925)	Escola de Geografia Francesa
	- _____	Escola de Geografia Espanhola
	_____	Escola de Geografia Anglo - Saxónica
	G. Richieri (1920).	Outras escolas

Armando Gonçalves Pereira (Pangim,1901- Lisboa, 1983)	A. Humboldt (1845, 1847, 1858, 1862); C.Ritter (1859); F. Ratzel (1882; 1897 e 1903); M. Willkomm (1884,1886); F. Richthofen (1886, 1901); Th Fischer (1893, 1903); E. Suess (1897); O.Peschel (1870, 1883); A. Dix (1921) R. Kjellen* (1914, 1916, 1917 e 1930); A. Hettner (1923, 1927)	Escola de Geografia Alemã
	E Reclus 1887,1889); J. Brunhes (1910) Camille Vallaux (1911); 1913); J. Brunhes e Camille Vallaux (1921, 1925)	Escola de Geografia Francesa
	J. Dantin Cereceda (1912 e 1922);); L.Martin. Echeverria (1928) L Martin Echeverria (1928, 1932 e 1938), Gonzalo de Reparaz (1929)	Escola de Geografia Espanhola
	Ellen Semple (1911, 1919 e 1932); E. Huntingthon (1915)	Escola de Geografia Anglo - Saxónica
	L. Marchi (1929)	Outras escolas

*Sueco pertencente à Escola Alemã de Geografia

Orlando da Cunha Ribeiro (Torres Vedras, 1911-Lisboa, 1997)	F. Ratzel (1882, 1897) H. Lautensach (1931, 1932).	Escola de Geografia Alemã
	L. Gallois 1908); L. Poinard (1910); J. Brunhes (1910 e 1925); J. Levainville (1913) E. Fleury (1916 e 1922); C. Vallaux e J. Brunhes (1921); V. La Blache (1921 pub E. Martonne) L. Febvre (1922); C. Vallaux (19933) P. Deschamps (1935).	Escola de Geografia Francesa
	E. Huget Villar (1929); E. Hernández -Pacheco (1934).	Escola de Geografia Espanhola
	E. Semple (1911) R. Porack (1932)	Escola de Geografia Anglo - Saxónica
	_____	Outras escolas

Fontes: Autores mencionados na Bibliografia